

**ESTUDO SOBRE
A ORGANIZAÇÃO MACRO-ECONÓMICA E TERRITORIAL
DO ALTO MINHO:
CENÁRIOS E PERSPECTIVAS**

**ESTUDO SOBRE
A ORGANIZAÇÃO
MACRO-ECONÓMICA E TERRITORIAL
DO ALTO MINHO:
CENÁRIOS E PERSPECTIVAS**

Parte I - Diagnóstico

FLUP, Fevereiro de 2002

Equipa envolvida na elaboração deste trabalho

Análises Sectoriais:

Dália Azevedo

- Indústria, Turismo, Comércio e Serviços, Acessibilidades

Manuela Sá Carneiro

- Relações Transfronteiriças

Madalena Fonseca

- Dinâmica Institucional

Helena Madureira

- Cartografia

Helder Marques

- Agricultura

Fátima Matos

- População, Recursos Humanos e Habitação, Equip. de Ensino e Formação, Equip. de Desporto e Cultura, Equip. de Segurança Social e Saúde

Ana Monteiro

- Suporte Biogeofísico, Saneamento Básico, Sistema Urbano

José Carlos Sousa

- Equipamentos de Segurança Social e Saúde

Coordenação e Redacção Final:

Ana Monteiro

Índice

	página
I. Introdução	4
II. A Equipa	11
III. A Metodologia	13
IV. Áreas Temáticas de Abordagem	16
1. Suporte Biogeofísico	17
2. População, Recursos e Habitação	33
3. Estrutura Produtiva - Agricultura	68
4. Estrutura Produtiva - Indústria	94
5. Estrutura Produtiva – Comércio e Serviços	118
6. Turismo	128
7. Saneamento Básico	148
8. Equipamentos de Ensino e Formação	170
9. Equipamentos de Desporto e Cultura	183
10. Segurança Social e Saúde	195
11. Acessibilidades e Comunicações	207
12. Sistema Urbano	217
13. Dinâmica Institucional	229
14. Relações Transfronteiriças Alto Minho - Galiza	243
V. Síntese das Potencialidades e Constrangimentos	257
ANEXOS	274

I. Introdução

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Alto Minho (PROTAM), corporizou, em 1995, a intenção da *Resolução do Conselho de Ministros nº49/93* de definir a estratégia que permitisse promover e consolidar, nos dez concelhos da NUT Minho Lima (Fig. 1a, 1b e 1c), um espaço coerente económica, ambiental e socio-culturalmente.

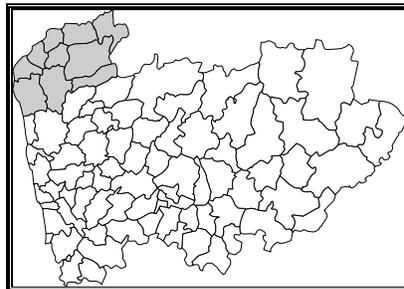


Fig. 1 a – Concelhos do Alto Minho.

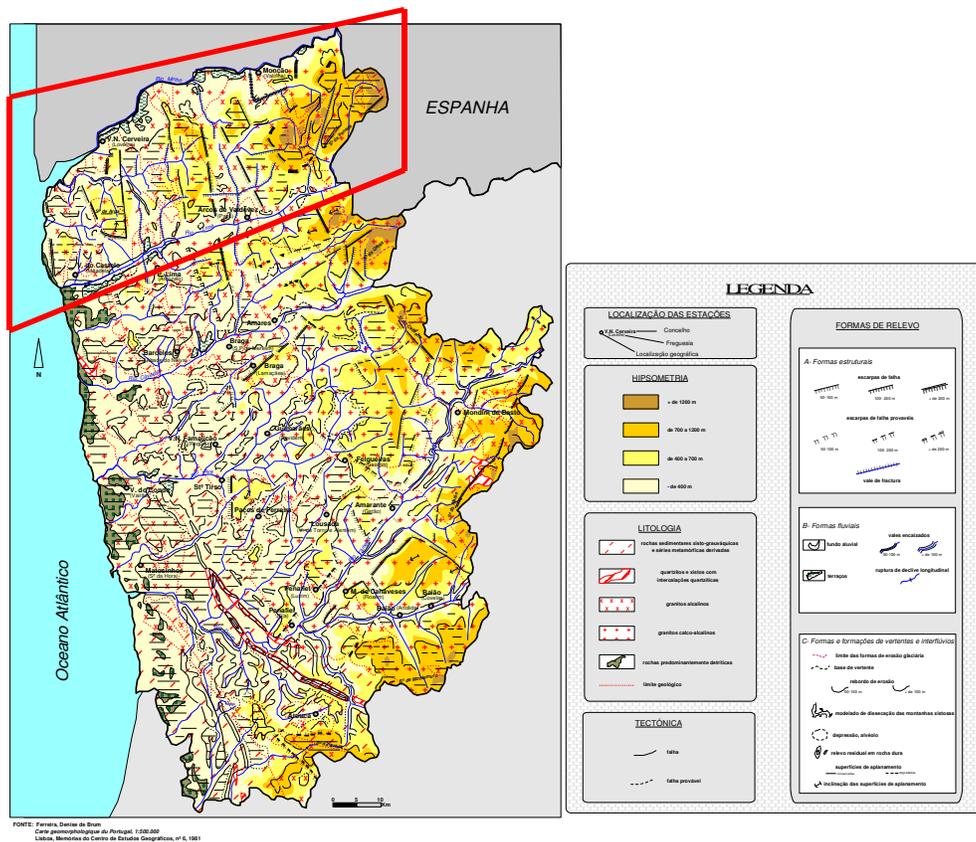


Fig. 1b – Esboço Morfológico da região Alto Minho (Ferreira, D., 1981 adaptado).

Fig. 1 c – Freguesias em A3 (Helena)

Entretanto, em 22 de Setembro de 1999, foi estabelecido, pelo Decreto-Lei nº 380/99, o *Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial* (Fig. 2), que para além de alterar os objectivos e o conteúdo –material e documental- dos Planos Regionais de Ordenamento, precisa, regulamentando, a articulação entre os diversos instrumentos de gestão:

- i) Plano Regional de Ordenamento do Território;
- ii) Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território;
- iii) Plano Municipal de Ordenamento do Território;
- iv) Plano Director Municipal;
- v) Plano de Urbanização;
- vi) Plano de Pormenor.

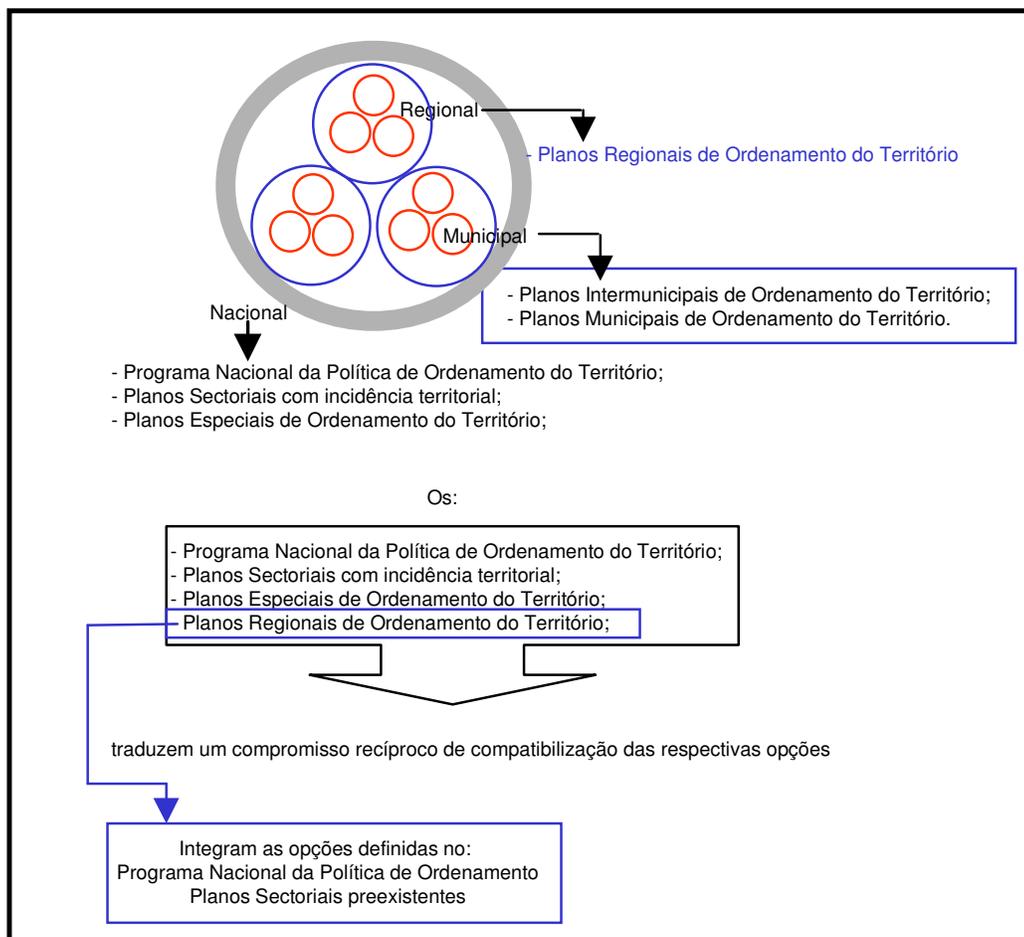


Fig. 2 a – Articulação entre os instrumentos de gestão territorial (*Decreto-Lei nº 380/99*).

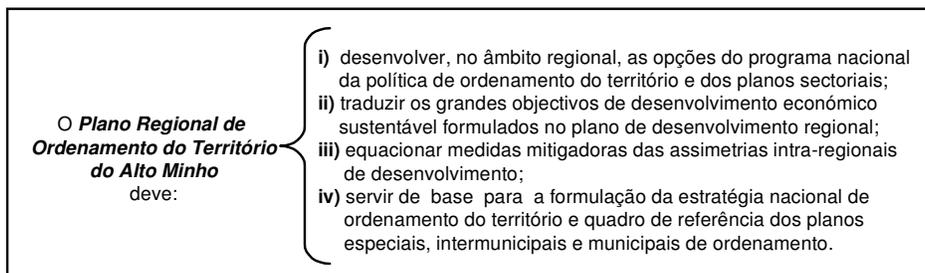


Fig. 2 b – Objectivos dos Planos Regionais de Ordenamento do Território segundo o *Decreto-Lei* nº380/99, p.6602.

O *PROTAM* deverá definir um modelo de organização territorial que permita atingir com sucesso o desenvolvimento sustentável isto é, que contemple, simultaneamente, o incremento da **qualidade de vida e bem estar** dos cidadãos e uma gestão equilibrada dos **recursos naturais** (Fig. 3).

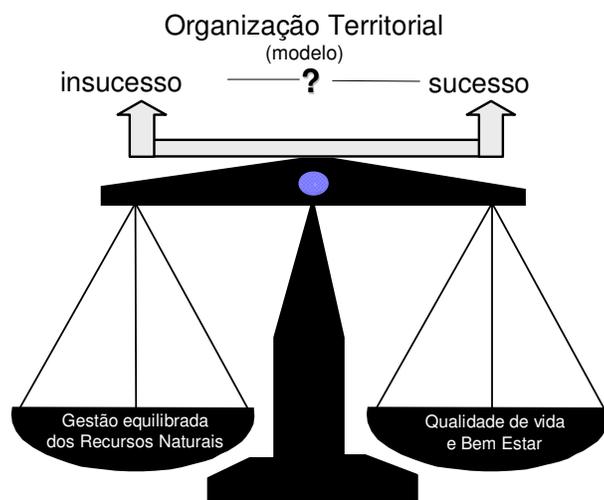


Fig. 3 – Condicionantes do (in)sucesso dos modelos de organização do território (Monteiro, A., 1997).

Deverá portanto, contribuir para formatar um sistema urbano-rural regional e uma rede de infraestruturas e equipamentos que, respondendo às expectativas de qualidade de vida e bem estar dos cidadãos, não delapide o património natural. Este deve, de acordo com as suas características, ser mobilizado para o desenvolvimento, valorizando-se e valorizando o espaço a que pertence.

Para além do novo referencial jurídico, o Alto Minho, neste interregno de seis anos, beneficiou de financiamentos do *II Quadro Comunitário de Apoio* (1994-1999), e iniciou a concertação da sua estratégia de desenvolvimento sustentável com o *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social* (PNDES) e com o Programa do Governo. Tem vindo a apresentar diversas candidaturas aos diversos fundos e incentivos existentes no *III Quadro Comunitário de Apoio* (2000-2006), procurando acompanhar as linhas estratégicas definidas no *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário* (EDEC), no *Programa de Desenvolvimento Regional 2000-2006* e no *Programa Operacional Regional do Norte*.

Entre 1994¹ e 2001, a maioria das autarquias implementou os seus *Planos Directores Municipais* (PDM), e, procede, actualmente, à sua revisão, visando adequá-los, aos novos desafios económicos, ambientais e socio-culturais motivados pela estratégia europeia, nacional, regional e municipal.

Alguns municípios, nomeadamente os do vale do Lima, associaram-se para repensar e esboçar, em conjunto, a sua estratégia de desenvolvimento².

Neste novo enquadramento, o *PROTAM* deverá assegurar as suas características de instrumento de gestão concebido para articular, ao nível regional, decisões de gestão territorial local e facilitar a concretização das opções nacionais de ordenamento do território e dos planos sectoriais, desejado por todos os actores envolvidos. Por isso mesmo, deverá ser influenciado, nas suas opções estratégicas e no seu quadro normativo, por um profícuo diálogo *top-down/bottom-up*. Assim, tanto poderá condicionar os instrumentos de gestão municipal e sub-municipal, formatando-os em consonância com assimilação de uma leitura macro da unidade territorial a que pertence, como poderá ser estimulado/sugestionado pelas dinâmicas já em curso à escala local.

A actualização e revisão do diagnóstico efectuado, para esta região, em 1994/95, é, portanto, urgente, mais não fosse porque os Planos Directores Municipais que, desempenharam, então, o papel de documentos-âncora para a elaboração do referido estudo, estão, como acabamos de referir, a ser alvo de revisão.

Foi, precisamente, esta profunda e veloz transformação do Alto Minho nos últimos 6 anos, bem como o novo enquadramento jurídico dos PROT's, que sugeriu à DGOTDU e à DRAOT a pertinência da actualização d' *O Estudo sobre a Organização Macroeconómica e Territorial do Alto Minho: Cenários e Perspectivas* (CEDRU, 1994), e dos cenários então perspectivados.

¹ Momento da realização do *Estudo sobre a organização macro-económica e territorial do Alto Minho: cenários e perspectivas*, CEDRU, 1994, que agora estamos a actualizar.

² Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Lima, Quatenaire Portugal, 1999.

É, portanto, neste quadro de referência que procederemos a uma leitura e análise crítica do espaço minhoto que inclui os concelhos de Melgaço, Monção, Valença, Vila Nova de Cerveira, Caminha, Paredes de Coura, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez (Fig. 1 a e b), elaborando:

1º - O Diagnóstico (2001)

- a) sectorial nos domínios da demografia, povoamento, agricultura, pescas, património cultural, rede urbana, acessibilidades, equipamentos de ensino, de saúde, de lazer e desporto, infraestruturas de abastecimento público e de saneamento básico e de apoio às actividades produtivas;
 - b) do património natural mobilizável para o desenvolvimento;
 - c) do tecido socio-económico;
 - d) da estrutura e organização espacial;
 - e) da teia institucional existente;
 - f) das relações transfronteiriças;
 - g) da *performance* de realização física e financeira dos projectos financiados pelo IIQCA;
 - h) da dinâmica existente na preparação e submissão de candidaturas ao IIIQCA;
- identificando, em quadros-síntese, as potencialidades e os estrangulamentos à implementação de uma política de desenvolvimento sustentado na região do Alto Minho.

2º - O(s) Cenário(s)

- a) de evolução potencial da organização espacial e funcional do Alto Minho;
- b) do modelo territorial de suporte às opções de desenvolvimento socio-económico;
- c) dos projectos/acções potencialmente promotores da mobilização sustentada dos recursos e potencialidades existentes.

II. A Equipa

A equipa pluridisciplinar que procederá à actualização deste estudo beneficia, geograficamente, de uma grande proximidade à área de trabalho (Porto e Braga) e, de um inequívoco apoio logístico, bibliográfico, cartográfico e estatístico da Direcção Regional de Ambiente e Ordenamento do Território (DRAOT) e da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).

É composta por um núcleo central composto por docentes e investigadores da FLUP, experientes na maioria dos domínios sectoriais a abordar, e por um grupo de especialistas que colaborarão, em regime de consultoria, nos domínios do direito, da economia, da história, da sociologia e da saúde (Fig. 4).

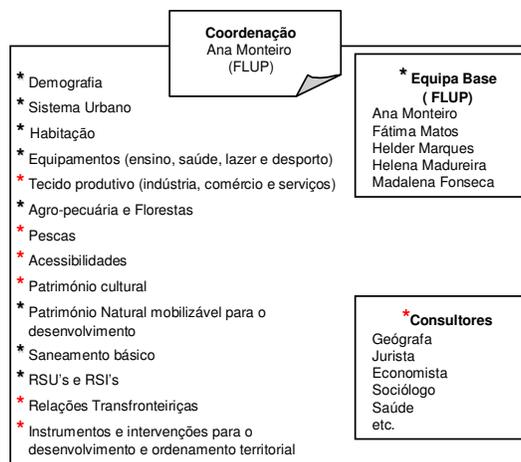


Fig. 4 – Equipa de trabalho.

Os critérios que conduziram à constituição desta equipa procuraram mesclar as competências individuais de cada elemento, relativamente aos sectores em avaliação e ao contexto geográfico em causa, e, o sucesso/eficácia alcançados em anteriores experiências de trabalho de grupo. De facto, vários elementos da equipa têm já adquiridas rotinas de funcionamento resultantes da sua co-participação num vasto e diverso número de projectos. O que não sendo o primeiro motivo de formação de qualquer equipa de trabalho, não pode, nem deve ser descurado, especialmente, em desafios com um cronograma de actividades muito limitado no tempo, como acontece neste caso.

III. Metodologia

Metodologicamente, a equipa privilegiará, quer na fase de diagnóstico, quer na concepção dos cenários, o diálogo entre si e com os actores locais, com a DRAOT e com a DGOTDU (Fig. 5).

As relações de confiança, entre os diversos elementos da equipa e a maioria dos interlocutores, interessados na elaboração de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Alto Minho, cimentam-se no conhecimento prévio interpessoal e inter-institucional alimentado em anteriores projectos realizados neste contexto geográfico e com estas instituições.

O trabalho de actualização/revisão d' *O Estudo sobre a Organização Macroeconómica e Territorial do Alto Minho: cenários e perspectivas* (CEDRU, 1994), será iniciado com um diagnóstico dirigido para a definição de orientações estratégicas que facilite uma análise prospectiva deste tecido territorial (Fig. 6).

Procurar-se-á, a partir das diferenças entre o quadro esboçado em 1994 e o actual, e, entre os cenários perspectivados e o percurso realmente efectuado, entender não só os factos, mas os processos e as dinâmicas em curso na região (Fig. 5).

A reflexão sobre os resultados desta análise – factos, processos e dinâmicas 1994/2001 – permitirá discriminar as inércias de movimento que devem ser potenciadas, as que não podem persistir, e os nichos em necrosamento que necessitam de revitalizar-se.

Ao efectuar uma leitura *organicista* deste espaço – anatómica e fisiológica - ser-nos-á mais fácil esboçar cenários que contribuam com maior eficácia para o desenvolvimento sustentável deste tecido territorial, uma vez que teremos distinguido, com maior clareza, os sintomas das causas de entropia deste *ecossistema* onde terão de coabitar, harmoniosamente, pessoas, actividades e um suporte biogeofísico com vulnerabilidades diversas (Fig. 6).

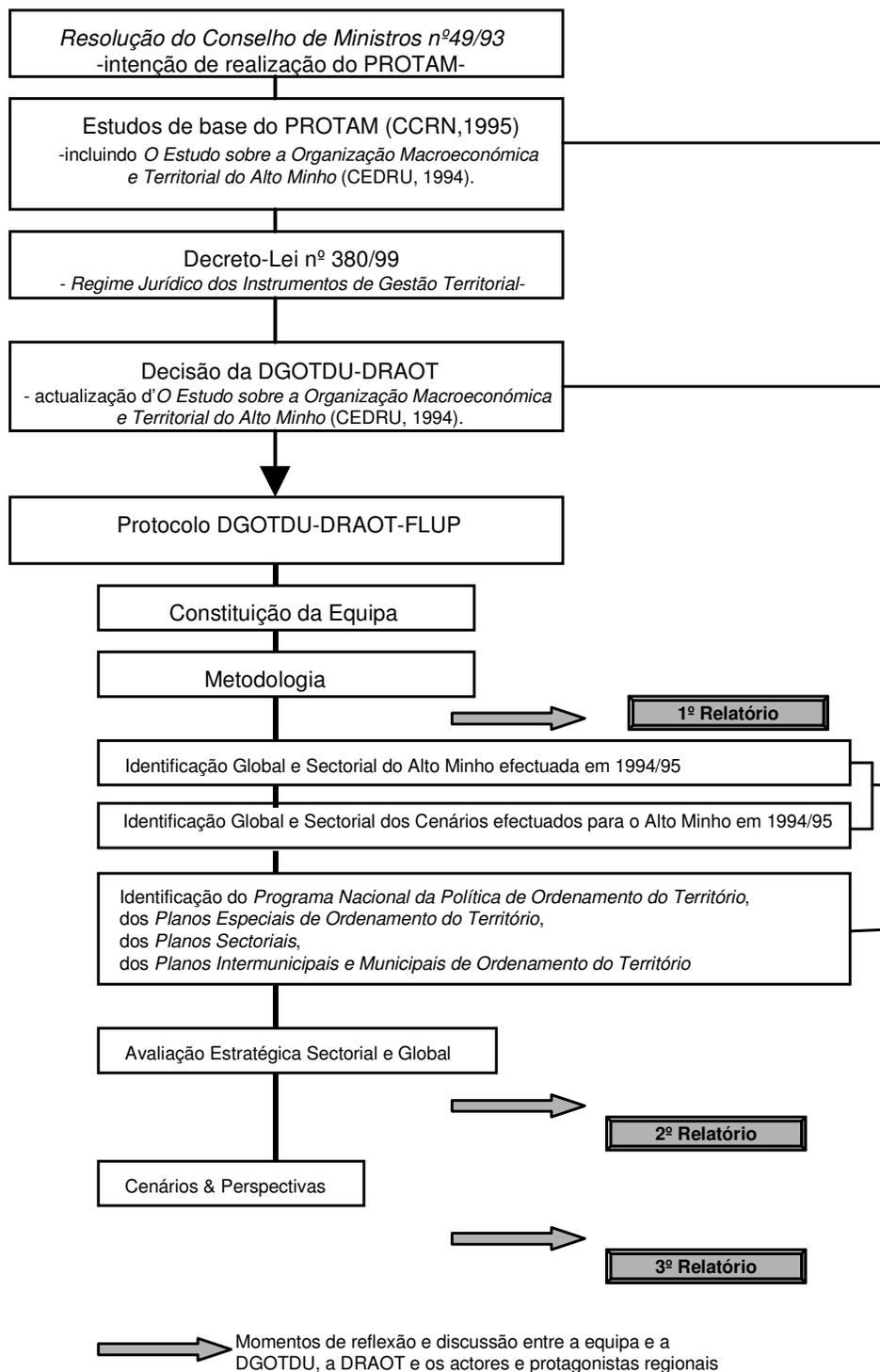


Fig. 5 – Metodologia global proposta.

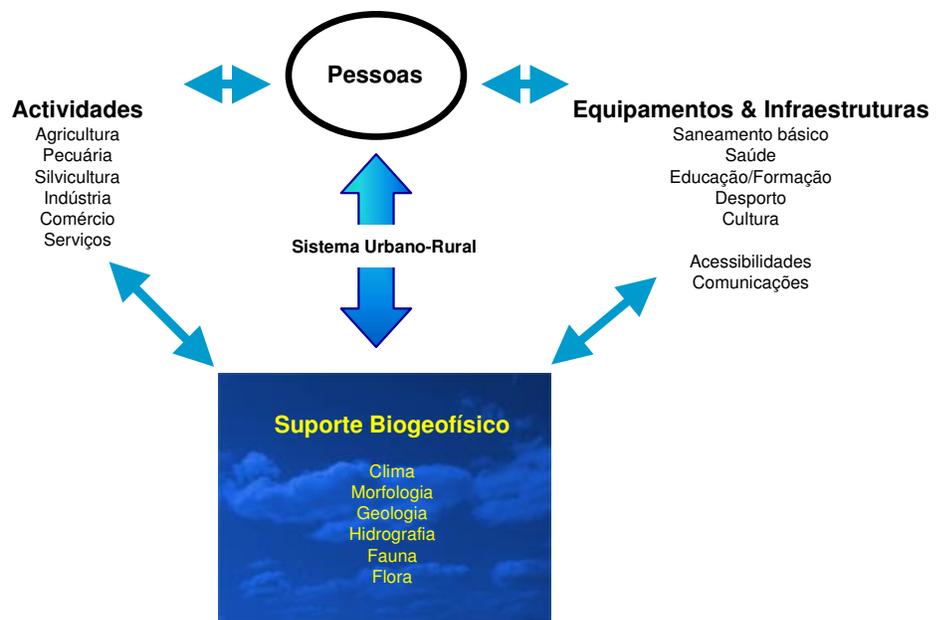


Fig. 6 – Metodologia de abordagem global.

IV. Áreas Temáticas de Abordagem

Cada um dos domínios temáticos (Fig. 6), procurará adaptar a abordagem metodológica global à sua especificidade, de modo a responder, sempre que possível, às seguintes questões centrais:

- a) qual foi a evolução, em cada uma das componentes macro-económicas e territoriais do Alto Minho, entre 1994 e 2001;
- b) qual é a dinâmica em curso no domínio em análise;
- c) qual é a teia de relações que, este sector, estabelece com todos os outros e, qual tem sido o seu contributo para a promoção do desenvolvimento da região;
- d) quais são, actualmente, os principais obstáculos ao desenvolvimento sustentável e quais os potenciais catalizadores de dinâmicas de desenvolvimento;
- e) qual é a lista de indicadores de avaliação e monitorização que devem ser considerados para aferir os resultados de cada acção, medida ou projecto;
- f) qual é a resposta potencial das várias componentes deste ecossistema nos próximos 10 anos.

1. SUPORTE BIOGEOFÍSICO

1.1. Considerações Preliminares

A aprovação, pela União Europeia, do *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário* (EDEC), e a redefinição da estratégia nacional de desenvolvimento para 2000-2006 (PNDES, QCA III, Agenda 2000, IOA, PDR 2000-2006, POA 2000-2006), bem como, o estabelecimento das grandes opções e da estrutura de intervenção na região norte preconizadas no *Programa Operacional da Região Norte*, obrigam a uma actualização do diagnóstico e dos cenários pré-estabelecidos no *PROTAM* (1995), no que respeita à óptica de avaliação da qualidade dos recursos naturais existentes.

Quer o Programa do actual Governo, quer a fusão, no mesmo ministério, do ordenamento territorial e do ambiente, quer o *QCA III*, reconhecem a inevitabilidade de passar a pensar todas as decisões sobre o território numa lógica de sustentabilidade, obrigando o *ambiente* a emergir transversalmente em todas as políticas sectoriais.

Esta nova filosofia de *construção do desenvolvimento* que Portugal partilha com a UE, terá de espelhar-se no Alto Minho.

Desde a publicação do *PROTAM* (1995), o Alto Minho, à semelhança do resto do país beneficiou dos incentivos ao desenvolvimento propiciados pelo *QCA II* e iniciou já a implementação de projectos e acções no âmbito do *QCA III*, com vista à valorização dos seus recursos naturais (Fig.1.1a e 1.1b).

Todavia, até 2000, a pertinência da inclusão do ambiente em todas as políticas sectoriais não surgia de forma tão explícita na legislação, nem no desenho dos incentivos ao desenvolvimento, como passou a enunciar-se no EDEC, no PNDES, no PDR 2000-2006, no *QCA III* ou no PRONORTE 2000/2006.

Convém, por isso, antecipar os impactes –positivos e negativos - nos *Recursos Naturais* mobilizáveis para o desenvolvimento, gerados pelas novas práticas sobre o território.

ACÇÕES PRONORTE – QCA II

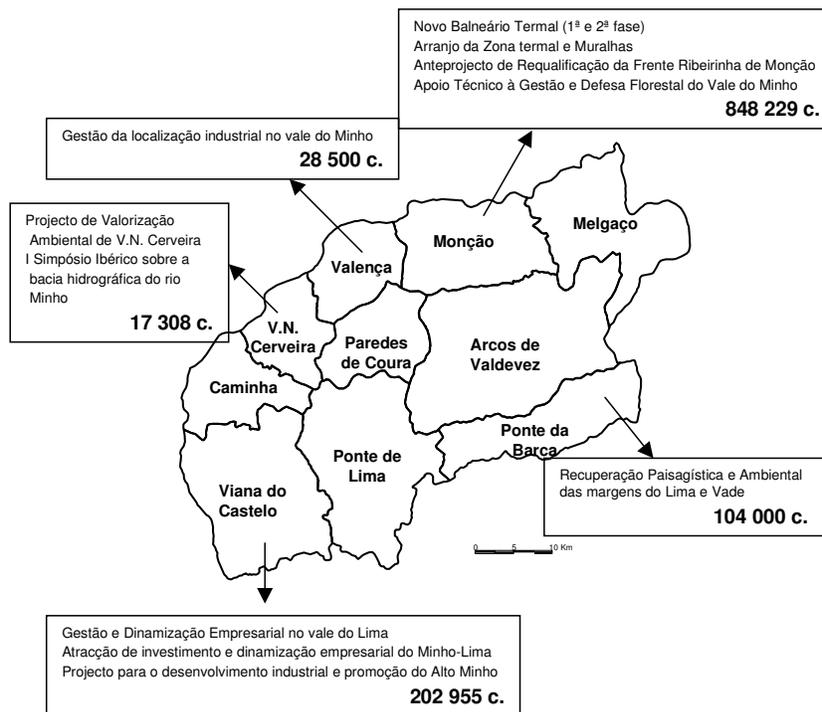
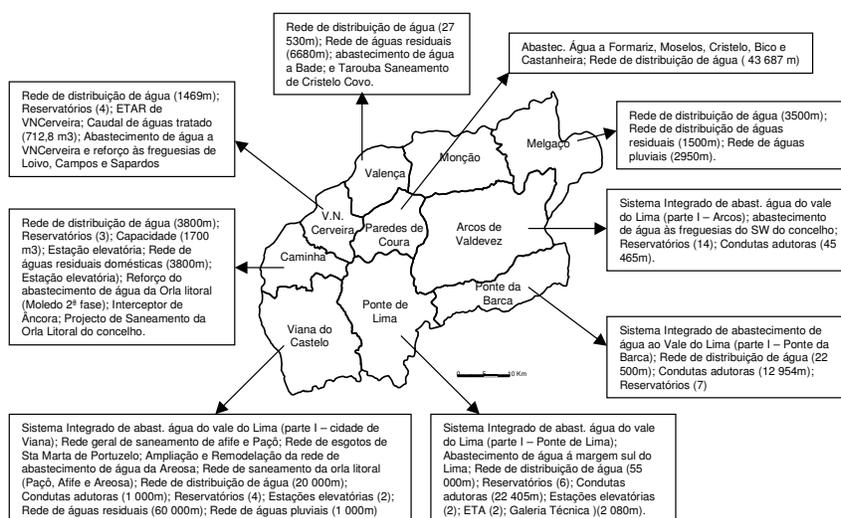


Fig. 1.1a – Acções financiadas no âmbito do PRONORTE-QCAII com reflexos na qualidade do ambiente.

ACÇÕES DE SANEAMENTO NO ÂMBITO DO PRONORTE – QCA II



Fonte: PRONORTE, CCRN, 2000

Fig. 1.1b – Acções financiadas no âmbito do PRONORTE-QCAII com reflexos na qualidade do ambiente.

O QCA III, que enformará uma parte da estratégia de desenvolvimento sustentável a implementar no Alto Minho entre 2000 e 2006, define 4 eixos prioritários de intervenção (Fig. 1.2). Destes, a afirmação da *valia do território*, no *Eixo nº3*, enquanto veículo de correcção das assimetrias inter e intraregionais existentes, aproveitando, por exemplo, o património natural, histórico e cultural disponível e estimulando a constante troca de experiências entre todas as regiões, ou os *Eixos nº2* e *nº4*, representam uma oportunidade para o Alto Minho que obriga a conhecer rigorosamente o valor do capital de recursos naturais existente.

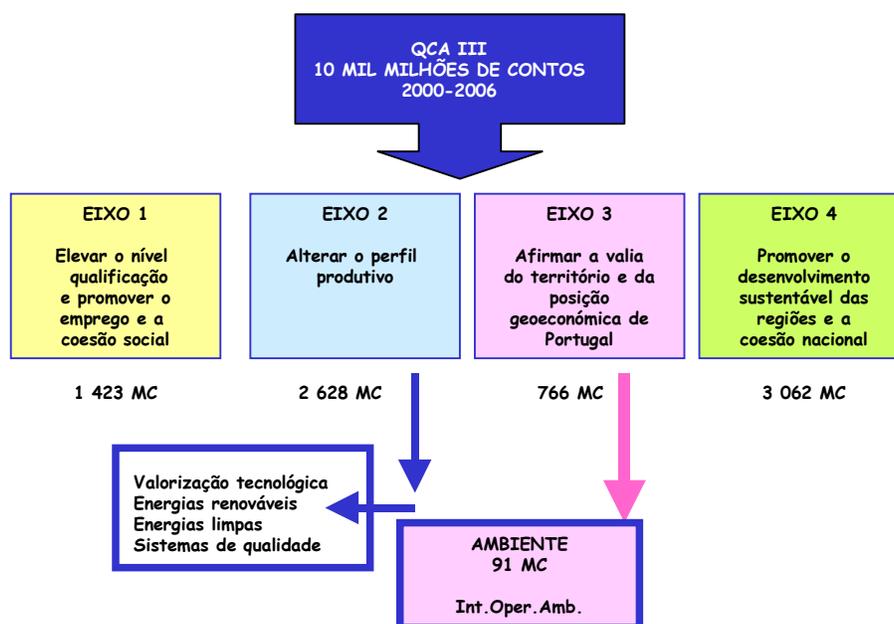


Fig. 1.2 – Síntese das orientações, objectivos, prioridades e fundos do QCA III.

O Alto Minho, por exemplo, poderá beneficiar de todos os objectivos estratégicos do *Programa Operacional do Ambiente 2000-2006* (Fig. 1.3).

Ainda neste quadro da política de promoção do desenvolvimento, numa perspectiva de sustentabilidade, emerge, no âmbito do *Programa Operacional da Região Norte*³, uma intervenção estrutural à escala sub-regional – *as Acções Integradas de Base Territorial* – uma medida específica para a região Minho-Lima (Medida 2.2).

³ Os Programas Operacionais do Continente integram 3 Sub-Programas:

- i) Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal;
- ii) Acções Integradas de Base Territorial;
- iii) Actuações Sectoriais Regionalmente Desconcentradas.

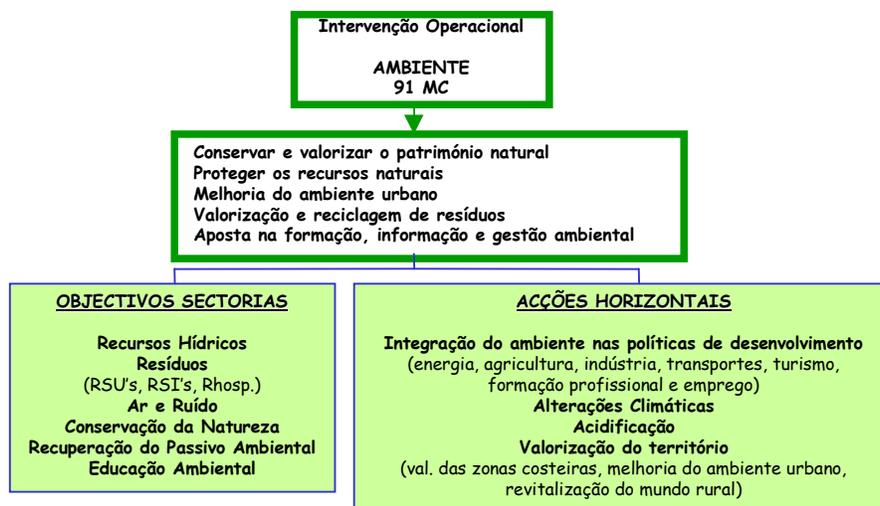


Fig. 1.3 – Objetivos estratégicos do *Programa Operacional do Ambiente* (POA 2000-2006).

1.2. Caracterização do suporte físico

Climatologicamente, esta área inclui-se no tipo temperado marítimo de fachada atlântica (Daveau, 1983). A morfologia (Fig. 1.4), em anfiteatro ascendente de oeste para este, facilita a penetração do fluxo zonal de oeste, carregado de humidade após um extenso trajecto atlântico, até às montanhas mais elevadas do Gerês, da Peneda, Amarela, do Larouco ou do Soajo.

A precipitação é abundante todo o ano (totais anuais entre os 1300 e os 4000mm), e nas serras de maior altitude totalizam-se os valores anuais mais elevados do país. Em várias sub-regiões do Alto Minho chove em cerca de 150 dias por ano. O *superavit hídrico* é, em média, bastante elevado em toda a área. Mesmo no Verão a falta de água no solo, quando existe, é moderada.

O *sítio* e a *posição* geográfica que o Alto Minho ocupa impõe-lhe a presença de Invernos termicamente moderados e de verões relativamente frescos. A insolação oscila, em média, entre as 2200 e as 2500 horas anuais. A variação altimétrica (entre os 0m e os 1500m), cria diversos mosaicos climáticos resultantes quer da altitude, quer da forma dos obstáculos orográficos, do declive e forma das vertentes e da exposição que condicionam a direcção, o sentido e a velocidade de circulação do ar, facilitando ou impedindo a ocorrência de nevoeiros de irradiação. Junto ao litoral são muito frequentes os nevoeiros de advecção.

Morfológicamente, trata-se de uma combinação única de serras de elevada altitude, moldadas por uma densa rede hidrográfica que as recorta e individualiza, ora criando vales profundos de vertentes declivosas, ora vales profundos mas largos e de fundos aplanados (Fig. 1.4). Quer as formas, quer a litologia evidenciam testemunhos de movimentos ascensionais tectónicos terciários geradores dos quatro patamares de aplanação existentes.

A presença de três importantes bacias hidrográficas (Minho, Lima e Âncora), de mais de 20km de frente marítima, de uma substantiva diferenciação morfológica que no sentido W-E inclui as praias, as arribas, os sistemas dunares, as colinas e as montanhas minhotas, com altitudes que variam entre os 0m e 1373m (Serra da Peneda), e, do único Parque Nacional (Parque Nacional da Peneda Gerês), fazem desta área um laboratório natural para a observação de um vastíssimo conjunto de *habitats* de grande valor ecológico e um espaço de grande qualidade paisagística (Quadro I).

O clima, a morfologia e a litologia criam condições para que o solo seja ocupado por agricultura intensiva de regadio, culturas anuais permanentes (extensiva e de subsistência), floresta (folhosas, sobreiro, azinheira, castanheiro, eucalipto, resinosas, pinheiro bravo, etc.), e pastagens nos interstícios dos tecidos urbano-industriais excessivamente artificializados que têm vindo a aumentar.

Alguns dos elementos do património natural do Alto Minho pertencem já a uma das seguintes *Áreas Classificadas*:

- i) rede nacional de áreas protegidas (RNAP);
- ii) sítios da lista nacional (Fase I e Fase II);
- iii) zonas de protecção especial da Directiva Aves (ZPE).

Recorde-se que da actual *Rede Nacional de Áreas Protegidas* que ocupa, em Portugal, cerca de 665 000 ha (7,5% da superfície do continente), é no Alto Minho que se localiza o único Parque Nacional (Quadro I e Fig. 1.5, 1.6 e 1.7)⁴.

⁴ O *Parque Nacional da Peneda Gerês* foi criado pelo D.L. nº 187/71 de 8 de Maio e viu, pela primeira vez, a sua lei orgânica aprovada pelo D.L. nº 519-C/79 de 28 de Dezembro. Dos concelhos do Alto Minho, o PNPNG ocupa o território dos concelhos de Melgaço (as freguesias de Castro Laboreiro e parte de Lamas de Mouro e de Parada do Monte), de Arcos de Valdevez (uma parte das freguesias de Cabreiro, Gavieira, Soajo, Cabana Maior, Carralcova, Gondoriz e Sistelo), e de Ponte da Barca (as freguesias de Britelo, Ermida e Lindoso e uma parte das de Entre Ambos os Rios e Germil). Depois, já fora dos concelhos do Alto Minho estende-se por Terras de Bouro e Montalegre.

Fig.1.4 – Hipsometria do Alto Minho (Helena A3)

Fig. 1.5 – Áreas Classificadas no Alto Minho (Helena A3)

Fig.1.6 –Espaços produtivos

Quadro 1. I – Alguns recursos naturais do Alto Minho.

Recursos Naturais	
1. Bacias Hidrográficas	Minho, Lima e Âncora
2. Cursos de água principais	Minho, Lima, Âncora, Trancoso, Mouro, Gadanha, Coura, Castro Laboreiro, Vez, Labruja, Estorãos, Cabril, Tamente, Trovela
3. Litoral (frente marinha)	20 km de linha costeira
4. Geologia/Geomorfologia	Morfologia litoral; Morfologia glacial; Morfologia fluvial. Granitos, caulinos, quartzos, feldspatos, argilas, aluviões, etc.
5. Águas Minerais	No rio Minho: Peso, Penso, Messegães, Valinha, Caldas de Monção (única fonte mineral quente do Alto Minho), S. Pedro da Torre. No rio Lima: Fonte das Virtudes, Fonte Santa.
6. Sistemas Florestais e Pastoris	Serras da Peneda, Gerês, Amarela, Cabril, Castro Laboreiro, etc.
7. Áreas Classificadas	Área Protegida/Parque Nacional - Parque Nacional da Peneda-Gerês; Zona de Protecção Especial – Serra do Gerês; Estuário do Minho e do Coura; Sítios da Lista Nacional (Fase I) - Rio Minho; Rio Lima; Peneda-Gerês; Sítios da Lista Nacional (Fase II) - Serra de Arga; Corno do Bico; Litoral Norte.
8. Zonas de Protecção Especial para a Avifauna	Estuário do rio Minho (Paúl da ribª. de Cerdal); Estuário do rio Coura; Lagoa de Bertandos; Ribª. de S. Simão; Serra do Gerês incluindo: planalto de Castro Laboreiro, Mata de Fiães, Mata de S. Lourenço, Mata do rio Cabreira, Mata de Albergaria, rio Laboreiro, cumeadas da Serra da Peneda, Serra Amarela
9. Áreas de Elevado Interesse Faunístico	Rio Mouro, Rio Labruja, Estuário do rio Minho, Foz do rio Coura, Linha de costa entre Moledo e Viana do Castelo, Serra da Arga e Corno do Bico

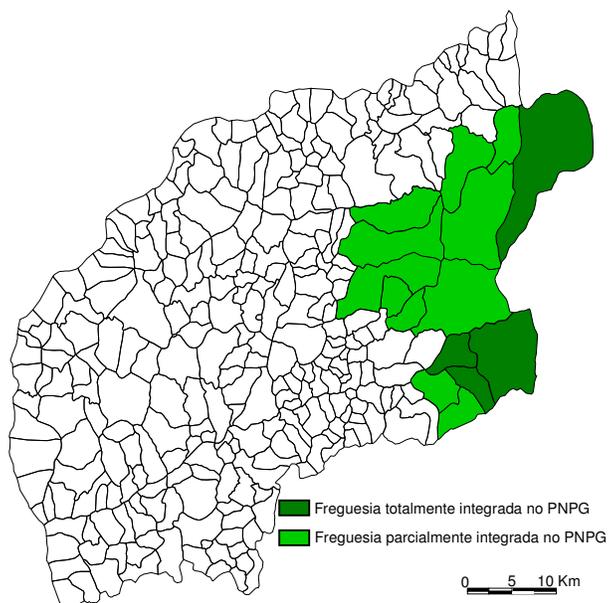


Fig. 1.7 – Localização das freguesias do Alto Minho que pertencem, integral ou parcialmente, ao PNPG.

Das 29 ZPEs e dos 60 Sítios (31 da 1ª Fase, e 29 da 2ª Fase), definidos legalmente a nível nacional, são vários os que se localizam no Alto Minho (Fig. 1.5 e 1.6).

Todavia, se a diversidade e o valor dos recursos naturais existentes traduz uma inquestionável mais valia para esta região, implica também uma vulnerabilidade acrescida, obrigando a redobrada atenção em qualquer decisão sobre o território.

Na avaliação estratégica do suporte biogeofísico não poderemos deixar de ter presente os objectivos da *Estratégia da Conservação da Natureza e Biodiversidade* (Fig. 1.8) e do *PDR 2000-2006* que estabelecem como uma das metas a **conservação da natureza no Ecosistema Portugal**.

Estratégia adoptada, para vigorar até 2010, tem por objectivos gerais: **conservar a natureza e a diversidade biológica**, promover a **utilização sustentável dos recursos biológicos**; contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de **cooperação internacional** na área da conservação da natureza em que Portugal está envolvido.

Para a concretização destes objectivos a ENCB formula **dez opções estratégicas**, entre as quais se destacam as seguintes : promover a investigação científica no domínio em causa; constituir a **Rede Fundamental de Conservação da Natureza** e o **Sistema Nacional de Áreas Classificadas**; promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social; promover a **integração** da política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de **ordenamento do território** e nas diferentes **políticas sectoriais**; assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil.

É importante realçar a temática da integração de políticas, dado considerar-se essencial, para uma adequada implementação da ENCNB, a co-responsabilização das diferentes políticas sectoriais relevantes.

Na Estratégia são definidas directrizes de acção relativamente às diferentes opções, calendarizadas sempre que possível, e que determinam a actuação a seguir, nesta matéria, pelos diversos organismos envolvidos.

Consciente de que um adequado financiamento das actividades a desenvolver no âmbito da Estratégia era crucial para o seu êxito , Governo tomou as necessárias providências para que essa vertente ficasse devidamente assegurada. Assim, prevê-se que sejam disponibilizados, para esse efeito os seguintes recursos financeiros: fundos comunitários do **Programa Operacional do Ambiente** do III QCA, destinados especificamente à conservação e valorização do património natural e à requalificação e defesa da costa; financiamentos provenientes do **Plano de Desenvolvimento Rural**, destinados a medidas agro-ambientais nas áreas protegidas ou classificadas; financiamento pelo programa **INTERREG III**, de projectos de conservação da natureza negociados com Espanha; fundos comunitários do Programa **LIFE**, sobretudo na sua vertente "LIFE-Natureza" e, finalmente, o contributo essencial dado pelo orçamento de investimentos (**PIDDAC**, cap.50) do Instituto de Conservação da Natureza, orçamento esse, já reforçado, significativamente, para 2001, face à prioridade atribuída pelo Governo à política de Conservação da Natureza.

Tendo em atenção os financiamentos acima referidos, a execução da presente estratégia será apoiada, pelo menos, pela afectação de cerca de **123 milhões de contos** até 2006.

Fig. 1.8 – Excerto do texto da *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*, ICN, 2000.

Depois de estabelecido o elenco de todos os recursos naturais mobilizáveis para o desenvolvimento e de comparado o seu contributo para o cenário macro-económico 1995-2001, com a previsão enunciada n' *O Estudo sobre a Organização Macroeconómica e Territorial do Alto Minho* (CEDRU, 1994), é pertinente compreender as causas das disfunções detectadas e esboçar o modo como, neste contexto geográfico, histórico, económico e social, os **recursos naturais** podem ser, efectivamente, **catalizadores do desenvolvimento regional**.

O modelo de ocupação do território – muito difuso, bastante disperso e em perda acelerada de população no interior e excessivamente predador de solo numa estreita faixa ao longo do litoral– cria um profundo desequilíbrio entre a distribuição dos recursos naturais e das pessoas, dificultando o controle, a vigilância e a promoção de desenvolvimento nas áreas de maior vulnerabilidade.

O **abandono da agricultura**, o **esvaziamento populacional** dos aglomerados do interior e dos nichos encravados nas montanhas e nas serras minhotas bem como o **envelhecimento** dos que lá continuam a permanecer e a sua **baixa escolarização** e **fraca qualificação profissional**, tem contribuído para necrosar, ao longo das últimas décadas, uma boa parte deste *Ecosistema* expondo-o a novos riscos naturais e antrópicos. Alguns **interesses económicos** ligados à especulação de solos edificáveis aproveitaram, por exemplo, esta debandada populacional, para retirar alguns proventos inesperados, resultantes da disponibilidade de solo abandonado e do que resta de solo alvo do elevado número de incêndios que, anualmente, passaram a ocorrer em quase todos os concelhos do Alto Minho, e que se têm traduzido na perda de uma considerável área florestal e de mato (Fig. 1.9 e Fig. 1.10).

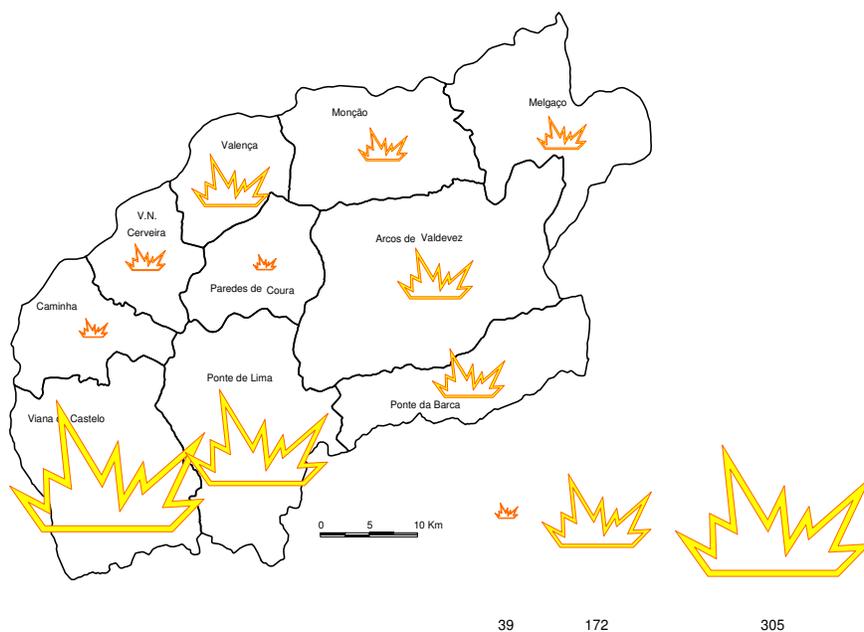


Fig. 1.9 – Número de incêndios, por concelho, em 1999
(*Anuário Estatístico da Região Norte, 2000*).

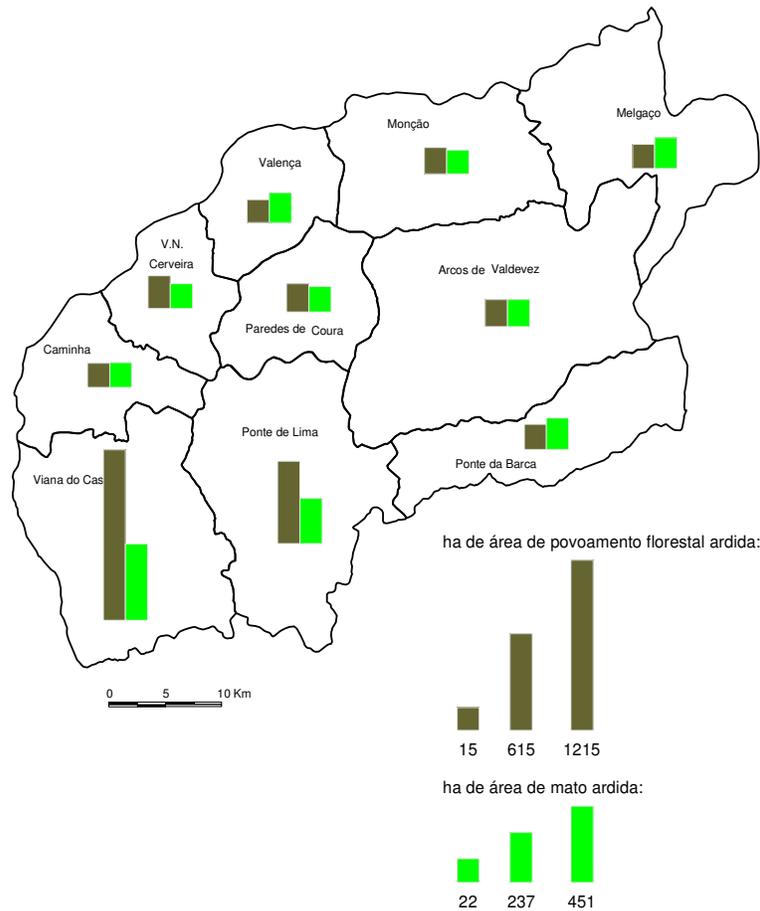


Fig. 1.10 – Área florestal e de mato ardida, por concelho, em 1999
(Anuário Estatístico da Região Norte, 2000).

A geometria territorial do Alto Minho, em rectângulo WSW-ENE, imposta naturalmente pela hidrogeomorfologia e que lhe permite ter **uma das maiores e mais ricas biodiversidades** existentes no país, tem sido, insistentemente, contrariada pelo progressivo esmagamento a que a região ficou sujeita por estar na intersecção de importantes dinâmicas socio-económicas supraregionais protagonizadas pela Área Metropolitana do Porto e por Vigo.

Aspirado a norte e a sul o Alto Minho, assiste a uma divisão territorial, no que toca à estratégia e aos ritmos de desenvolvimento, que se reforça na direcção N-S. Os **corredores ecológicos** que ocupavam eixos W-E, ligando o litoral ao interior, têm vindo a ser **atomizados** pela construção de novas **acessibilidades** e áreas **urbanizadas**. Os circuitos naturais de movimentação da fauna e a manutenção da flora autóctone do interior têm-se conservado e valorizado, quer pela menor acessibilidade, quer pelas figuras de protecção e conservação da natureza que os passaram a reger, quer até pela perda de influência relativa da espécie mais predadora – o Homem.

Assim, enquanto o **património natural do litoral e das colinas minhotas se vai desagregando**, perdendo a coesão e empobrecendo, subjugado por uma lógica de crescimento económico que procurou o lucro rápido e fácil, o interior montanhoso, menos apetecido pelas dinâmicas socio-económicas predominantes, na região, na última década, escapou ao ritmo delapidador do litoral.

Contudo, o Alto Minho, no que respeita ao seu **património natural**, vale **pelo todo** e não pela qualidade intrínseca de cada um dos seus elementos. A afirmação da sua *imagem* passa precisamente pela **qualidade e diversidade** do seu património natural e não tanto pela presença, isoladamente, de uma linha de costa com mais de 20km, um parque nacional, vários vales e estuários de rios férteis em fauna e flora, interflúvios conservados, flora e fauna abundante e, não raras vezes única. A **variedade cénica** que a paisagem proporciona em curtas distâncias é o cartão de visita do Alto Minho que seduz qualquer visitante e não tanto a qualidade individual de cada uma das áreas *de per si*.

Por tudo isto é aqui, especialmente importante, seleccionar, quer ao nível dos investimentos, quer no que respeita ao **perfil de cidadão**, as tipologias que melhor e mais harmoniosamente podem **conviver** com um **suporte biogeofísico tão valioso** mas também **muito frágil e vulnerável**.

O **esforço financeiro municipal** (Fig. 1.11), plasma uma dotação relativa para a protecção ambiental que é manifestamente **escassa** numa área com estas características geográficas, florísticas e faunísticas. Dentre os concelhos que despendem uma **maior fatia** das suas receitas com a protecção ambiental destacam-se **Caminha** (18%) e **Arcos de Valdevez** (9%).

No Alto Minho, entre 1994 e 2001, os recursos naturais têm sido carreados para o desenvolvimento regional, gerando um enorme leque de investimentos e um volume de negócio sobretudo a expensas do **turismo**. Existe já um número de postos de emprego e um volume de negócios dependentes da qualidade do património natural que é relevante para a economia regional. Há vários **produtos-natureza** (produtos alimentares, artesanato, desportos, actividades recreativas, diversidade térmica, pluviométrica e anemométrica, qualidade cénica da paisagem, etc.), oferecidos directa e indirectamente nesta região.

O facto de existirem várias áreas sob a alçada de uma **figura de protecção** (*área protegida, sítio, parque nacional*, etc.), significa um cuidado acrescido na tomada de decisões sobre o território e pode, em alguns casos, **colidir** com as soluções que **otimizariam a dinamização do tecido produtivo**. O desenho da rede viária ou da localização industrial, a escolha das fileiras produtivas mais competitivas, as opções de viabilização do sector agro-florestal, o preenchimento dos requisitos mínimos de qualidade de vida e bem estar no que toca, ao saneamento básico ou o redimensionamento populacional e funcional do sistema urbano local e regional confrontar-se-ão com alguns constrangimentos de índole ambiental que terão de ser ultrapassados concertadamente entre todos

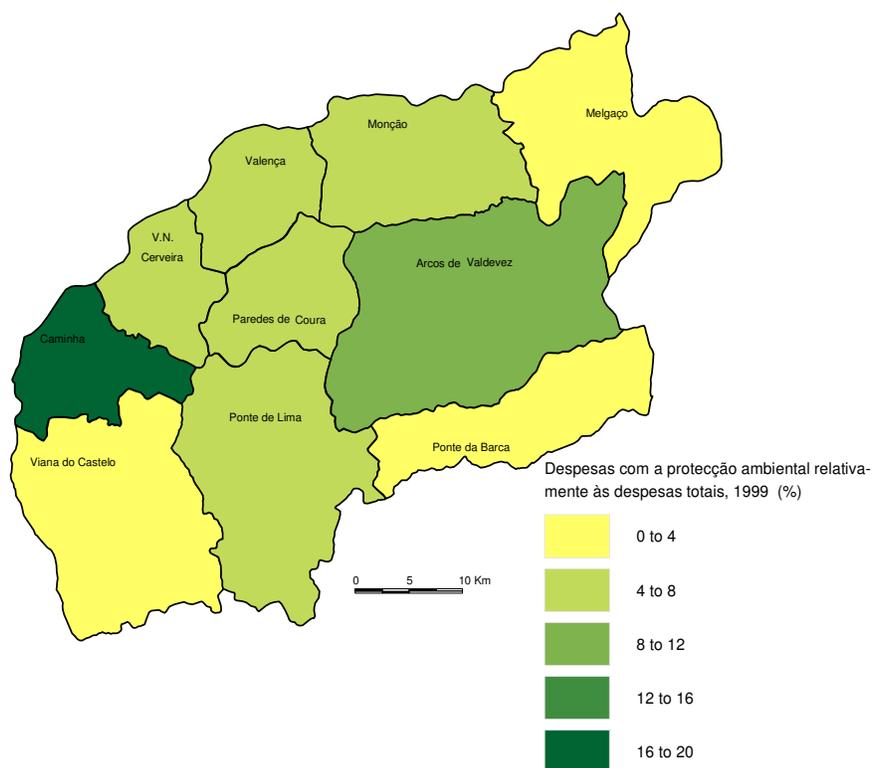


Fig. 1.11 –Proporção das despesas efectuadas por cada município com a protecção ambiental relativamente às despesas totais em 1999 (*Anuário Estatístico da Região Norte, 2000*).

É necessário redobrada atenção na avaliação da forma como a **sociedade local percebe e valoriza** o seu **património natural** e como é chamada a participar nas decisões sobre o seu território para que os recursos naturais não sejam memorizados como punições em vez de prémios.

Nem sempre tem sido fácil conseguir que os municípios se associem para estabelecer parcerias em torno da infra-estruturação ambiental (rede de abastecimento público de água, saneamento, resíduos sólidos, etc.) ou da manutenção da vulnerabilidade de alguns *habitats*.

A articulação entre a agricultura, o tipo de práticas agrícolas e a política de conservação da natureza nesta região merece especial atenção já que no processo de desruralização em curso, procuram-se aumentos de produtividade que têm implicado o crescimento da mecanização e a intensificação do uso de produtos químicos.

A necessidade de rentabilizar este sector de actividade fez com que, sobretudo nas áreas serranas, a criação de gado de raças autóctones se tenha tornado uma fileira produtiva apelativa, o que levou ao aumento do número de cabeças por propriedade que ultrapassa, em muito, a capacidade de carga do solo e tem gerado significativos impactes negativos no suporte biogeofísico.

A pertinência da PAC em potenciar, no final do QCA II e no QCA III, a vertente imaterial da ruralidade tem motivado um entrecruzamento de funções, dos três sectores de actividade, nem sempre equilibrada neste ecossistema frágil e vulnerável.

A dispersão do tecido industrial, constituído por um grande número de PME's com saúde financeira pouco sólida e incapaz de internalizar os custos ambientais tem conduzido à presença de várias unidades poluentes espalhadas por uma vasta área. A acessibilidade não facilita a vigilância nem a fiscalização do cumprimento da legislação ambiental em vigor e a debilidade social e económica opõem, frequentemente, o emprego vs qualidade do ambiente, numa lógica típica de todas as sociedades cujo baixo patamar socio-económico admite riscos ambientais muito mais elevados.

A morfologia e a dispersão do povoamento não facilitam, porque torna muito onerosa, a disseminação de sistemas de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, deposição e tratamento de resíduos sólidos urbanos e industriais, sobretudo pelos concelhos do interior do Alto Minho.

As novas acessibilidades sobrecarregam o litoral densa e desordenadamente ocupado e as novas vias estruturantes E-W exigem custos acrescidos para minimizarem a interferência com importantes **corredores ecológicos** existentes na região.

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de várias áreas de grande valor faunístico e florístico; • Presença de uma parte substantiva do único parque nacional português (PNPG); • Inclusão de várias novas áreas classificadas na Lista de Sítios- II Fase; • Existência de corredores ecológicos importantes (ribeirinhos, litorais, serranos, etc.); • Existência de grande diversidade climatológica promotora de cenários com cores e odores diversos no espaço e no tempo; • Existência de uma enorme diferenciação geomorfológica geradora de nichos paisagísticos muito diversos em curtas distâncias; • Existência de um processo de desruralização em curso e de uma mudança de significado da ruralidade – de mero sector de actividade para atitude e filosofia de vida – motivadora da busca de novas soluções de rentabilização do espaço que incluem o aproveitamento e valorização dos recursos naturais; • Presença de um grande dinamismo institucional, público e privado, em torno de actividades económicas que aproveitem as vantagens comparativas da produção de riqueza e criação de emprego à custa de produtos-natureza (há vários produtos locais passíveis de certificação); • Existência de uma maior permeabilidade rodoviária para as áreas serranas; • Existência de um contexto nacional e internacional que incentiva o turismo natureza, cultural e de auto-descoberta em detrimento do balnear, cujos fluxos são menores e o perfil de cidadão menos predador do suporte biogeofísico e portanto menos conflituosos com ecossistemas vulneráveis; • Criação de uma série de pólos industriais infra-estruturados, mitigadores dos impactes ambientais negativos gerados pela dispersão das unidades; 	<ul style="list-style-type: none"> • Persistência de uma organização estratégica separada em duas bacias hidrográficas – Minho e Lima; • Existência de um decréscimo demográfico, de um forte envelhecimento da população, inibidor de qualquer processo de mudança; • Existência de um baixo nível de instrução e qualificação profissional; • Existência de um forte apelo aos agricultores para optarem pela criação de gado de raças autóctones e pelo aproveitamento florestal, como forma de sobrevivência económica, que, caso não sejam devidamente formatadas estrategicamente, podem conduzir à delapidação de áreas, até agora, em equilíbrio natural; • Presença de um vasto número de intenções de investimento no turismo rural, de habitação, natureza, aventura, auto-descoberta, etc., cuja rentabilidade pode, sem políticas orientadoras, gerar uma disseminação de impactes ambientais negativos; • Presença de um sector industrial constituído por uma larga maioria de PME's cuja capacidade de internalização dos custos ambientais é diminuta; • Existência de carências ao nível do saneamento básico; • Existência de uma política de divulgação e marketing do património natural ainda incipiente;

2. POPULAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E HABITAÇÃO

2.1. Considerações Preliminares

A avaliação da dinâmica e características da população são aspectos fundamentais no estudo macro-económico e territorial do Alto Minho, dadas as suas implicações, na dinamização das estruturas produtivas locais. Os recursos humanos existentes, particularmente no que toca à **capacidade de fixação de população jovem** e à **qualificação escolar e profissional**, são factores essenciais do crescimento económico e do desenvolvimento regional, numa altura em que a crescente integração e globalização da economia exige uma maior competitividade, qualificação e readaptação da mão-de-obra aos novos processos organizativos e tecnológicos em constante mutação.

Desde os anos 60 que a população do Alto Minho apresenta comportamentos inter-censitários diferenciados. A década de 60 foi, profundamente, marcada pela emigração para a Europa, enquanto que, na década de 70, registou-se alguma recuperação populacional devido, quer ao estancar do fluxo migratório, face à crise económica dos países receptores, quer à melhoria de vida operada com as transformações socioeconómicas provocadas pelo 25 de Abril, quer ainda, ao retorno e fixação de populações retornadas das ex-colónias. A década de 80 foi marcada por uma tendência de regressão demográfica resultante de alguma retoma da emigração, da periferização do processo de desenvolvimento das áreas de maior interioridade e de algum reordenamento interno da população, traduzido num movimento de abandono das áreas socioeconomicamente mais frágeis para as proximidades das sedes concelhias, que progressivamente se foram qualificando e melhorando a sua qualidade de vida. Na **década de 90** este quadro foi de certo modo reforçado com a **regressão populacional** a atingir um valor de $-0,08$ (quadro 2.1).

Relativamente ao comportamento populacional concelhio, desde os anos 60, podemos destacar:

- um primeiro conjunto de concelhos em **perda populacional**, sobretudo os mais periféricos (Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Vila Nova de Cerveira e Valença), tendência que continua a manifestar-se até anos 90, como os dados provisórios do Censo de 2001 comprovam. Este comportamento resultou, essencialmente, da forte emigração para a Europa registada durante os anos 60, quer de migrações internas de população dentro dos próprios concelhos, ou em direcção a outros concelhos

do Alto Minho, ou até mesmo para outras NUTs, sobretudo em direcção ao Cávado⁵, quer da diminuição da natalidade e de alguma retoma dos fluxos emigratórios (fig. 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e quadro 2.1);

- um segundo conjunto de concelhos com um **crescimento populacional positivo**, ainda que moderado, sobretudo a partir dos anos 80 (Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo), tendência que continua a manifestar-se nos anos 90, como podemos comprovar através dos dados provisórios do Censo de 2001, devido, essencialmente, a um crescimento natural positivo, consequência de um maior dinamismo económico destes concelhos, que se traduz numa maior capacidade de fixação de populações jovens, não sendo, também, de excluir a atracção de populações provenientes de outros concelhos da região, dadas as maiores oportunidades de emprego nestes concelhos, particularmente nos sectores terciário e secundário⁶ (Fig. 2.2, 2.3,2.4 e quadro2.1).

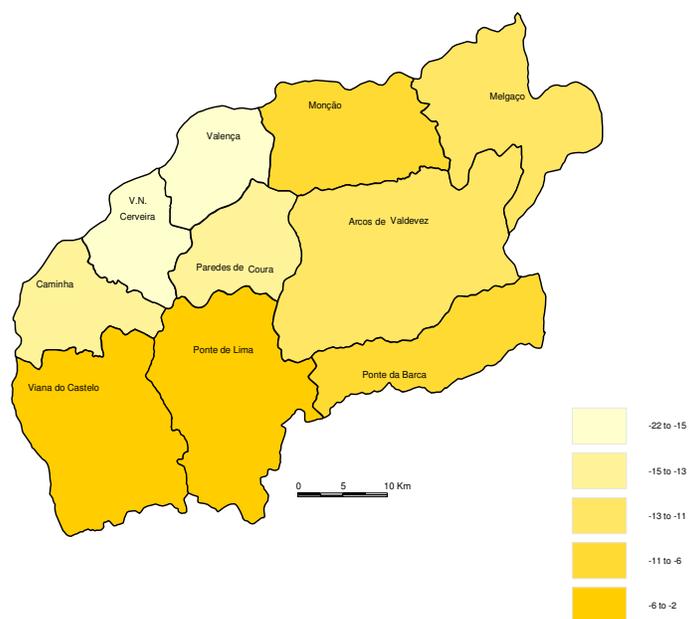


Fig. 2.1- Taxa de Variação da população residente (%) 1960/1970.
(INE, *Recenseamentos da População*, 1960 e 1970)

⁵ Veja-se a este propósito, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA- *Migrações Internas na Região Norte*. Porto: INE, Direcção Regional do Norte, nº 3, 1994, p. 14-18.

⁶ Idem, ib.

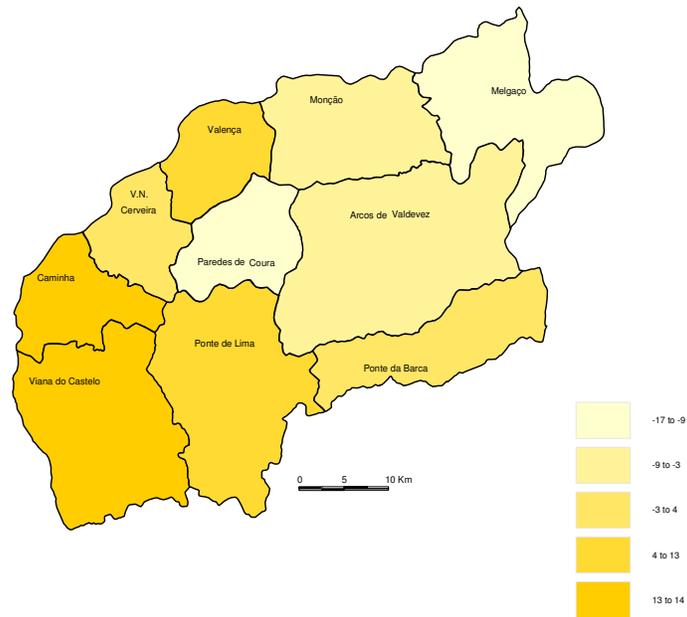


Fig. 2.2- Taxa de Variação da população residente (%) 1970/1981.
(INE, *Recenseamentos da População*, 1970 e 1981)

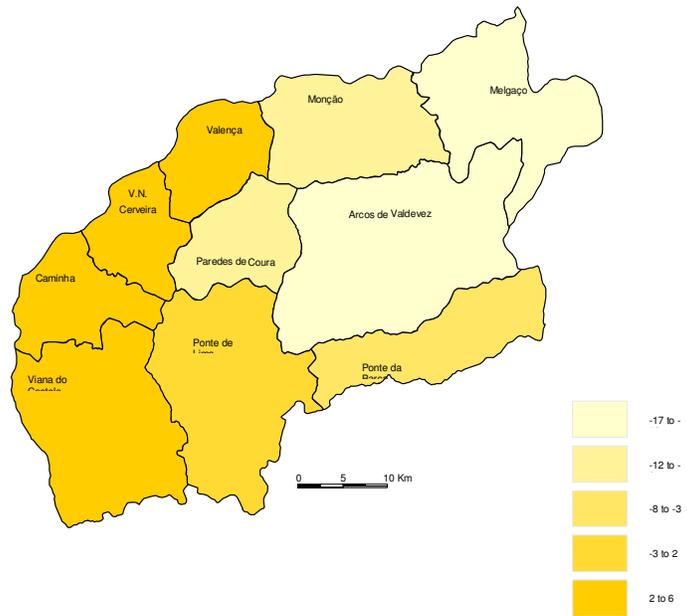


Fig. 2.3- Taxa de Variação da população residente (%) 1981/1991.
(INE, *Recenseamentos da População*, 1981 e 1991)

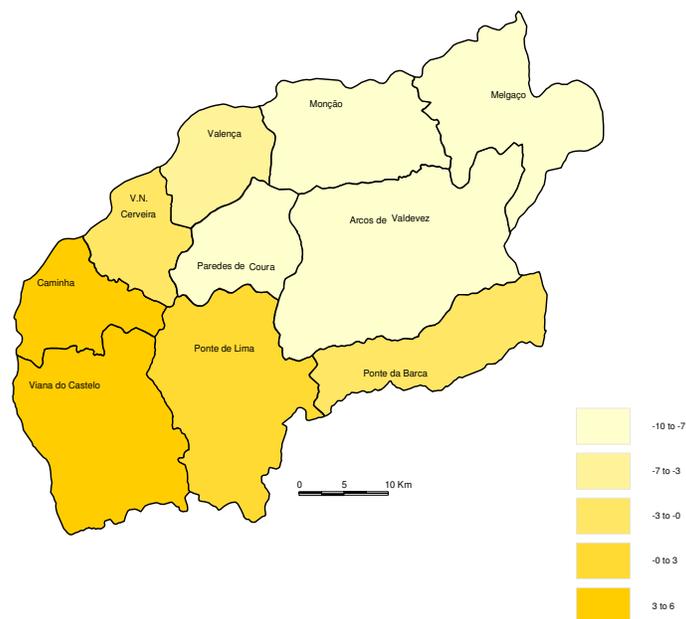


Fig. 2.4- Taxa de Variação da população residente (%) 1991/2001.
(INE, *Recenseamentos da População*, 1991 e 2001)

2.2. Tendências de evolução da população

Analisando a densidade populacional para 2001 (Fig.2.5), observa-se que a maioria das freguesias apresenta densidades populacionais inferiores aos 150 habitantes/km². As freguesias com as densidades mais elevadas (superior a 250 hab./Km²), coincidem com as freguesias-sede concelhias e com as freguesias mais próximas destas, como é o caso, por exemplo:

- de Monserrate, Sta. Maria Maior, Meadela, Darque, Portuzelo e Areosa (para o concelho de Viana do Castelo);
- Caminha e Seixas (para o concelho de Caminha);
- Ponte de Lima, Arca, Arcozelo, Sta Comba e Correlhã (para o concelho de Ponte de Lima);
- Ponte da Barca e Paço Vedro de Magalhães (para o concelho de Ponte da Barca);
- Salvador, S.Paio, Guilhadeses e Tabaço (para o concelho de Arcos de Valdevez).

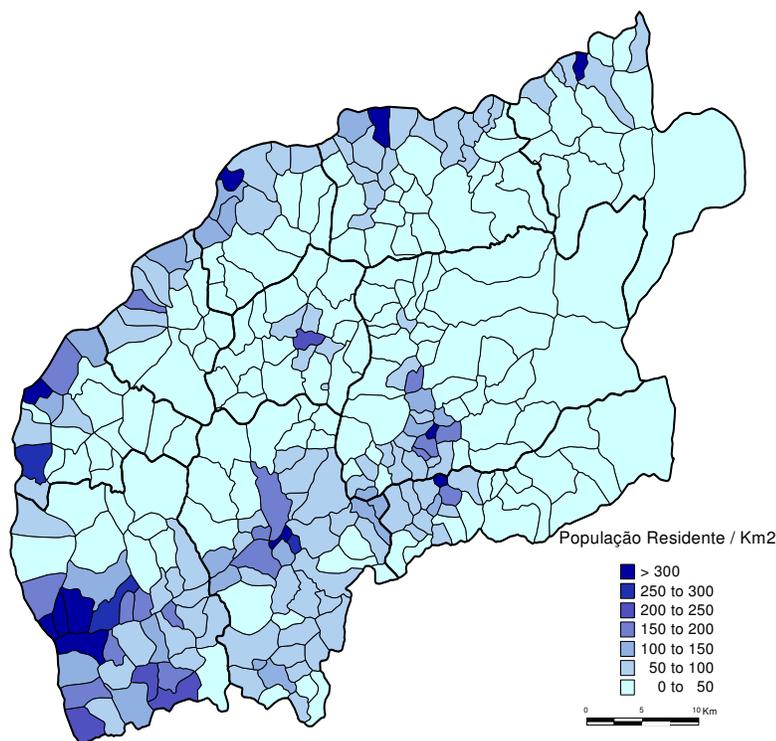


Fig.2.5 – Densidade da população residente em 2001, por freguesias
(INE, *Recenseamento da População o*, 2001, dados provisórios).

Quanto à variação populacional por freguesias entre 1991 e 2001 (Fig.2.6), verifica-se que a maioria das freguesias apresentam uma **variação negativa** (classes -20 a 0% e -40 a -20%), coincidindo, quase todas, com as áreas mais periféricas dos respectivos concelhos e muitas delas com as áreas de maior altitude, como é o caso das freguesias dos concelhos de Melgaço, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez.

Os concelhos que apresentam um maior número de freguesias com **variações positivas** são os situados **junto ao litoral** e bem servidos em termos de **acessibilidade** (IC1 e IP1). É o caso de Viana do Castelo (23 freguesias em 40), Vila Nova de Cerveira (6 freguesias em 15) e Caminha (10 freguesias em 20), para além de Ponte de Lima, (23 freguesias em 51), cujo dinamismo populacional, está relacionado quer com a sua base produtiva local, quer com uma melhor rede de acessibilidades (proximidade ao IP1 e à N203).

Em alguns concelhos as únicas freguesias que apresentam uma variação positiva, são as freguesias sede de concelho ou as limítrofes destas, como acontece com o concelho de Melgaço (freguesia sede com uma variação de 0-20%), Valença (freguesia sede com uma variação 20-40%), Paredes de Coura (freguesia sede com uma variação 0-20%), Ponte da Barca (freguesia sede e limítrofes – Paço Vedro de Magalhães, Vila Nova de Muia e Nogueira, com taxas de variação de 20-40% e 0-20%).

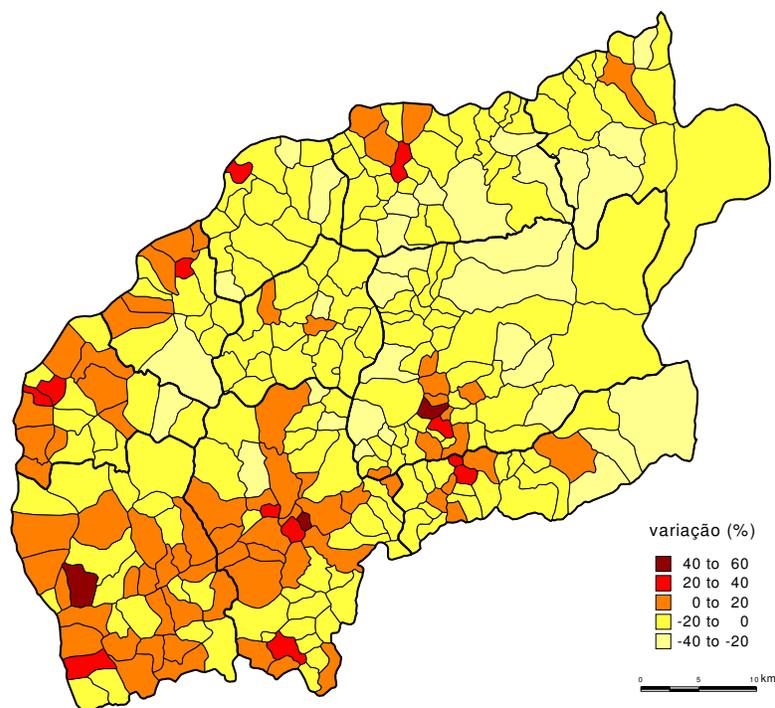


Fig.2.6 – Variação da população residente entre 1991/2001, por freguesias (INE, *Recenseamento da População 2001*, dados provisórios).

Relativamente às características gerais do **povoamento** é de salientar que:

- o conjunto formado por parte dos concelhos de Melgaço e Monção, junto ao rio Mouro, apresenta um povoamento acentuadamente **disperso**, com **densidades populacionais muito baixas**, com persistência de perdas populacionais e com um número significativo de freguesias com índices negativos de atracção;
- o conjunto formado por Paredes de Coura e parte dos concelhos de Valença, Vila Nova de Cerveira e Caminha, ao longo da bacia do Coura, apresenta um povoamento **disperso** e **densidades baixas**;
- a margem do Minho, abrangendo parte dos concelhos de Valença, Monção e Melgaço, a ocupação do território é feita ao longo das vias de comunicação, formando um **contínuo urbano** de Valença até Monção, que tende para o **disperso ordenado** à medida que se avança para Melgaço;
- o estuário do Minho (que abrange as sedes de concelho de Caminha e Vila Nova de Cerveira) apresenta uma ocupação em **contínuo urbano** de Moledo a Vila Nova de Cerveira, com tendência para o **aglomerado disperso** à medida que se avança para o

interior, constituindo a área da bacia hidrográfica do Minho com **maior densidade populacional**;

- o Alto Lima, apresenta um maior **contraste** em termos de povoamento, com áreas em perda demográfica, sobretudo, as freguesias com maior altitude e áreas de densificação populacional, correspondendo às áreas envolventes aos aglomerados de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca.
- o conjunto formado pelo Baixo Lima e Bacia do Neiva, apresentam densidades elevadas e medianas, associadas à presença de centralidades urbanas (Viana do Castelo, Ponte de Lima, Neiva e Castelo do Neiva).

2.2. O crescimento natural : um declínio acentuado

O Alto Minho não tendo as elevadas natalidades das NUT's adjacentes, como a do Ave, do Tâmega ou do Cávado, era tradicionalmente uma área de natalidade superior à média do Continente, o que se devia, essencialmente, quer a razões económicas, relacionadas com a economia rural de carácter familiar, quer de ordem religiosa. No entanto, o progressivo envelhecimento da população e as mudanças das características da base económica e das relações de produção registadas, traduziu-se num **declínio acentuado da taxa de natalidade**, que em 1997⁷ atingiu o valor de 9,3, bastante inferior à da Região Norte, com 12,3. No ano de 1999⁸, a taxa de natalidade mantém praticamente o mesmo valor (9,5), também inferior à da Região Norte (12,2), e do Continente (11,6) (quadro 2.II).

Saliente-se ainda que, com o **envelhecimento das estruturas demográficas**, a taxa de mortalidade foi-se elevando, atingindo em 1997 uma taxa de 12,1, enquanto a Região Norte apresentava uma taxa de 8,9. Em 1999, a taxa de mortalidade desce ligeiramente, (9,1), enquanto que a da Região Norte se mantém (quadro 2.II).

Durante a década de 80, seis dos dez concelhos desta NUT apresentaram saldos fisiológicos negativos e, sete concelhos registaram saldos migratórios negativos.

Em 1997, 8 dos dez concelhos do Minho Lima apresentam **saldos fisiológicos negativos**. Somente Ponte de Lima e Viana do Castelo possuíam saldos positivos, consequência de um maior dinamismo económico destes concelhos, o que induz uma maior capacidade de fixação e atracção de população jovem (fig.2.7).

Os concelhos de Melgaço, Paredes de Coura e Monção, apresentam os saldos fisiológicos por 1000 habitantes mais baixos - respectivamente, -11,4, -11,1 e - 9,3 (fig. 2.7).

⁷ INE, *Anuário Estatístico da Região Norte, 1998*

⁸ INE, *Anuário Estatístico da Região Norte, 2000*

Em 1999, este quadro praticamente se mantém, com 8 concelhos com saldos fisiológicos negativos e apenas Ponte de Lima e Viana do Castelo registam saldos positivos. Os concelhos que apresentam os **saldos fisiológicos mais baixos** são, Melgaço, Paredes de Coura, Monção e Arcos de Valdevez (Fig. 2.7).

Quadro 2.II – Evolução das taxas de natalidade e mortalidade (INE, *Anuários Estatísticos*).

Unidade Territorial	Taxa de natalidade						Taxa de mortalidade					
	1960	1970	1981	1991	1997	1999	1960	1970	1981	1991	1997	1999
Arcos de Valdevez	25,2	23,1	14,9	8,8	7,3	8,2	12,0	12,0	12,3	15,7	15,4	14,8
Caminha	20,8	15,8	14,6	11,3	9,4	8,7	12,2	13,4	12,9	13,4	12,7	13,2
Melgaço	20,8	17,8	12,8	8,1	5,7	6,4	10,2	11,1	13,5	16,5	18,4	16,0
Monção	22,9	16,7	14,9	8,1	6,5	5,9	12,0	12,1	12,7	14,6	12,6	14,0
Paredes de Coura	24,3	18,8	13,9	8,0	66,6	7,0	12,4	12,2	12,9	15,1	16,6	17,4
Ponte da Barca	25,7	26,4	17,6	11,9	9,6	10,0	11,7	12,7	11,6	14,1	14,9	12,2
Ponte de Lima	27,0	25,1	18,9	12,5	11,6	11,3	10,2	10,2	9,8	10,2	10,9	9,9
Valença	20,1	17,5	14,3	9,4	7,3	7,7	12,5	16,2	14,7	14,7	12,7	11,5
Viana do Castelo	26,6	22,5	17,0	11,7	10,9	10,9	11,3	10,8	8,9	10,0	9,2	9,8
Vila Nova de Cerveira	22,9	18,2	14,8	10,1	7,1	9,8	11,6	15,5	13,7	14,5	15,5	15,3
Minho Lima	24,8	21,4	16,2	10,7	9,3	9,5	11,6	11,9	11,1	12,4	12,1	11,9
Região Norte			17,8	13,2	12,3	12,2			8,7	7,7	8,9	9,1
Continente	24,1	17,8	15,5	11,6	11,1	11,6	10,7	9,6	9,5	10,4	10,8	10,8

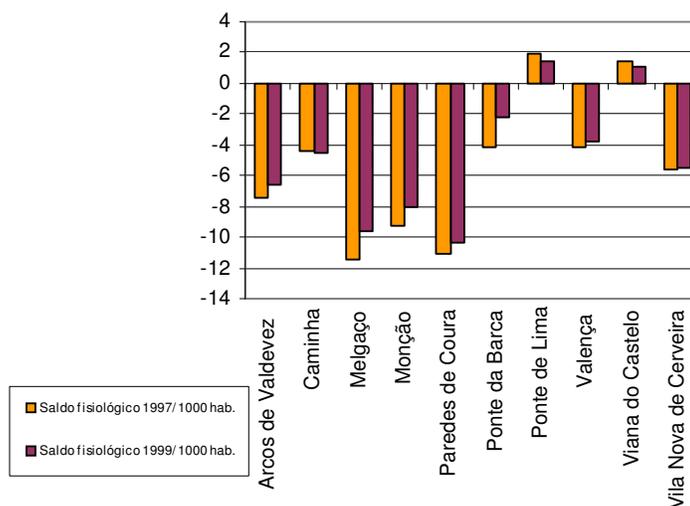


Fig. 2.7 – Saldos Fisiológicos por concelho, 1997 e 1999 (INE, Anuários Estatísticos da Região Norte).

2.3. Os movimentos migratórios – consequências demográficas e territoriais

Como já referimos, os movimentos migratórios marcaram, particularmente, a evolução da população do Alto Minho pelo menos até aos anos 60. Mais do que o **êxodo rural**, foi a **emigração** para os países Europeus, sobretudo França e Suíça que determinou a grande perda de efectivos populacionais, tornando-se, uma alternativa privilegiada para a fuga a uma vida de dificuldades e miséria devida aos baixos rendimentos de uma agricultura de subsistência.

Embora não se conheça verdadeiramente a dimensão deste fenómeno, dada a escassez de informação sobre a emigração ilegal, saliente-se que durante a década de 60, período áureo da emigração para os países industrializados da Europa, o Alto Minho, apesar do seu elevado saldo fisiológico, perdeu cerca de um décimo dos seus efectivos populacionais, entre 1960 e 1970.

Este processo, é de certo modo travado na década de 70, sobretudo devido às restrições impostas pelos países receptores, tocados pela crise económica internacional.

A partir de finais da década de 80, ainda que com menor intensidade, retomam-se alguns fluxos migratórios, orientados para o Canadá e Austrália, e sazonalmente para a Suíça.

A forte emigração, para além das consequências directas sobre a população (envelhecimento das estruturas demográficas e desertificação de várias freguesias), provocou, também, uma significativa alteração nos padrões tradicionais de ocupação do território, que se caracterizavam por uma dispersão do povoamento com tendência para a localização dos aglomerados na meia encosta, situação que se altera, com a implantação das casas de emigrantes em áreas de melhor aptidão agrícola e estrategicamente localizadas em função dos acessos às vias principais.

2.5. Estruturas demográficas desequilibradas e um envelhecimento acentuado

A análise do *sex ratio* revela-nos uma estrutura demográfica desequilibrada já que os **efectivos masculinos** se encontram **sub-representados** (Quadro 2.III e Fig. 2.8).

Com efeito, em 1981 o *sex ratio* era de 93,1, em 1991 apresenta um valor de 85,1 e em 2001 atinge o valor de 87,8, consequência, sobretudo, da magnitude do fenómeno migratório, que terá privilegiado a população masculina em idade activa, situação que terá, provavelmente, abrandado dado o ligeiro aumento do *sex ratio* em 2001 (quadro 2.III e Fig. 2.8).

Quadro 2.III - *Sex Ratio*, 1981 a 2001

(INE, *Recenseamentos de 1981 e de 1991, Recenseamento de 2001, dados provisórios*).

Unidade Territorial	<i>Sex ratio</i>		
	1981	1991	2001
Arcos de Valdevez	77,0	80,0	84,2

Caminha	80,2	84,1	85,5
Melgaço	77,6	75,6	81,0
Monção	79,7	82,1	83,6
Paredes de Coura	83,8	87,6	89,9
Ponte da Barca	81,6	85,2	88,8
Ponte de Lima	85,2	88,2	90,3
Valença	84,3	87,6	86,5
Viana do Castelo	86,3	86,4	89,4
Vila Nova de Cerveira	81,2	88,2	90,3
Minho Lima	82,8	85,1	87,8
Região Norte	92,9	93,4	94,1
Continente	93,1	93,2	92,9

Quanto à estrutura etária, o Minho-Lima tem sofrido um processo de **envelhecimento acentuado**.

Entre 1970 e 1991 esta região perde 33% dos seus jovens, consequência da quebra da natalidade, devido à forte emigração dos anos 60. O envelhecimento gradual da população, quer pela base, quer pelo topo, traduzia-se em 1991, por uma pirâmide em forma de urna – valores relativos bastante elevados de idosos, 16,7% e valores relativos diminutos de jovens, 20,6%.

Relativamente aos anos 90 a população por grupos etários mantém a tendência manifestada nos anos 80, já que em 2001, a população com mais de 65 anos apresentava um peso de 20% e os jovens com menos de 15 anos representavam 15,1%.

Quanto à distribuição geográfica da população por grupos etários em 2001, verifica-se que os concelhos com **maior peso de população jovem são Ponte de Lima, Ponte da Barca e Viana do Castelo**, enquanto que os concelhos de **Melgaço, Monção e Paredes de Coura, apresentam o menor peso. O grupo dos 15 aos 24 anos**, adquire um **maior peso nos concelhos de, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Caminha**, apresentando **um menor peso, nos concelhos de Melgaço e Monção**. Quanto **ao grupo dos 25 aos 64 anos**, os concelhos que **apresentam as percentagens mais elevadas são, Viana do Castelo, Valença e Caminha**. Relativamente **ao grupo dos idosos** os concelhos onde este grupo **adquire maior peso são, Melgaço, Arcos de Valdevez e Paredes de Coura**, apresentando **os concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Ponte da Barca, as percentagens mais baixas**. Saliente-se, ainda, que enquanto o grupo dos mais jovens (0 -14 anos e 15 aos 24 anos) sofrem uma diminuição, entre 1991 e 2001, em todos os concelhos, os grupos dos adultos e idosos, sofrem um aumento, assistindo-se, assim, **a um duplo envelhecimento da população** (fig. 2.9 e 2.10).

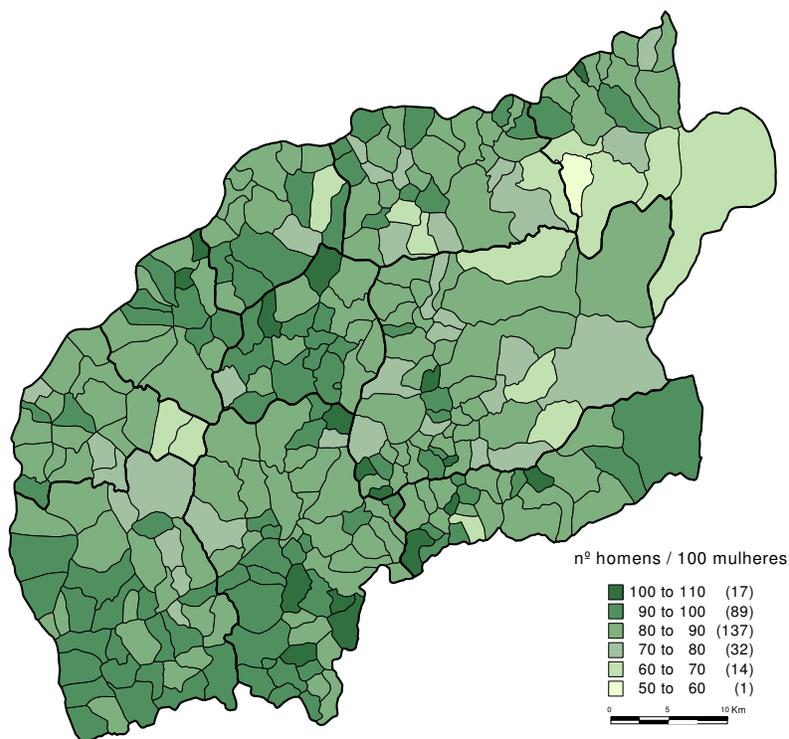
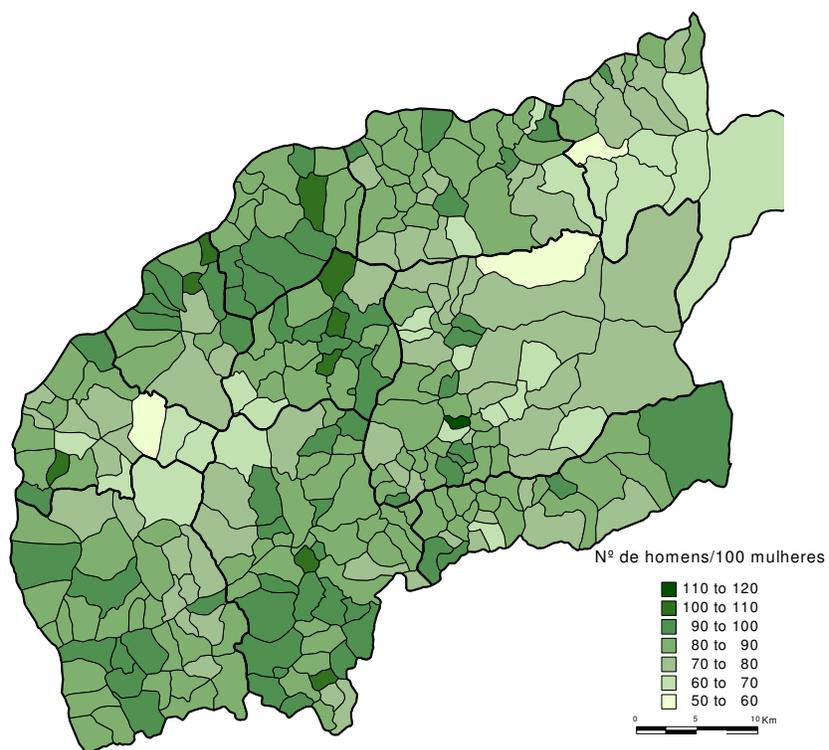


Fig. 2.8 – Comparação da *Sex Ratio* em 1991 e 2001
(INE, Recenseamento da População de 1991 e *Recenseamento da População de 2001*, dados provisórios).

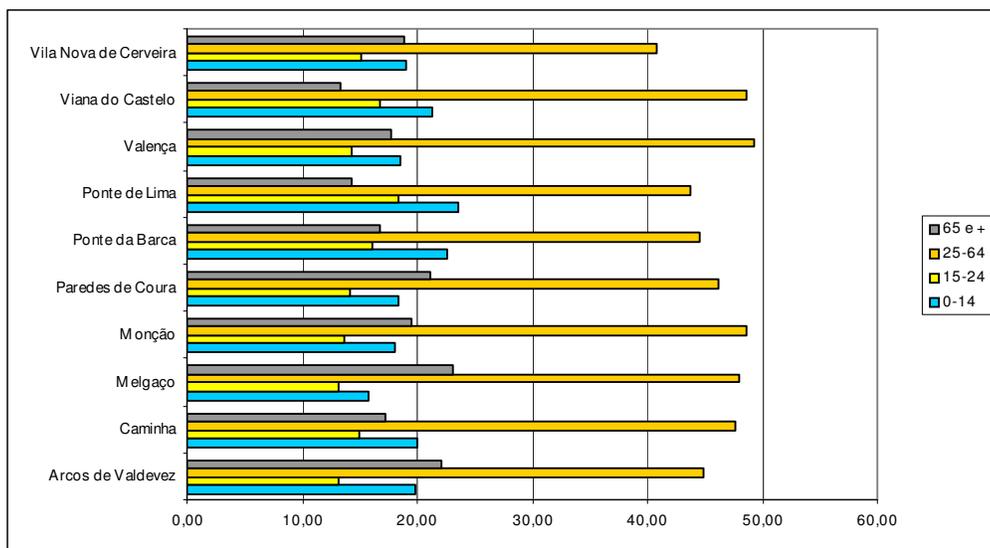


Fig.2.9 – População por Grupos Etários, 1991 (INE, *Recenseamento da População de 1991*)

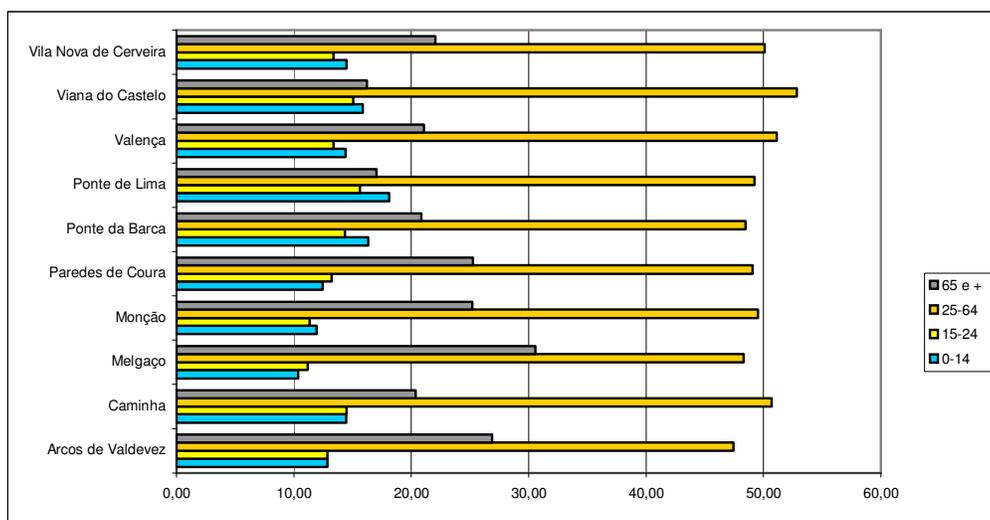


Fig. 2.10 – População por Grupos Etários, 2001 (INE, *Recenseamento da População 2001, dados provisórios*).

Analisando mais detalhadamente alguns dos indicadores da estrutura etária podemos verificar que o **índice de dependência total se atenuou** (69,5% em 1981, 59,5% em 1991 e 54,5% em 2001), em

grande parte devido à forte quebra do índice de dependência de jovens (45,8% em 1981, 32,9% em 1991 e 22,3% em 2001), a qual compensou largamente o ligeiro **acrécimo do índice de dependência de idosos** (23,7% em 1981, 26,6% em 1991 e 30,9% em 2001) (quadro 2.IV).

No entanto, o índice de envelhecimento elevou-se drasticamente, nos anos 90 (51,7% em 1981, 80,7% em 1991 e 132,7% em 2001) (quadro 2.IV).

Ao nível concelhio, para o ano de 1991, verifica-se que os concelhos de Ponte de Lima (37,8%), Ponte da Barca (37,2%) e Arcos de Valdevez (34,3%), são os que apresentam maior índice de **dependência de jovens**, enquanto que os concelhos de Melgaço (25,8%), Monção (29%) e Valença (29,1%), são os que apresentam o menor. Para o ano de 2001, verifica-se **que os concelhos de Ponte de Lima, Ponte da Barca e Viana do Castelo são os que apresentam maior dependência de jovens**, respectivamente, 27,9%, 25,9% e 23,4%, enquanto **Melgaço é o que apresenta a menor**, 17,4% (fig. 2.11 e quadro 2.IV).

Em termos de **dependência de idosos**, em 1991, os concelhos de **Arcos de Valdevez e Melgaço são os mais penalizados** (respectivamente 38% e 37,7%) e o de Viana do Castelo, o menos penalizado (20,5%). **No ano de 2001**, os concelhos **com maior índice de dependência de idosos, são Melgaço** (51,3%), **e Arcos de Valdevez** (44,6%), enquanto os concelhos de Viana do Castelo (23,8%) e Ponte de Lima (26,25), são os que apresentam o menor índice, (quadro 2.IV e fig. 2.12).

No global, os concelhos de Melgaço e Arcos de Valdevez são os que apresentam, quer em 1991, quer em 2001, uma dependência total maior (superior a 63%) enquanto que Viana do Castelo apresenta o valor menor (respectivamente 53,1% e 47,2%).

Finalmente, no que se refere ao **índice de envelhecimento são de salientar os altos valores**, quer em 1991, quer em 2001, de **Melgaço** (respectivamente, 146% e 294,9%), **Paredes de Coura** (115,3% e 202%) e **Arcos de Valdevez** (110,8% e 208,7%). Inversamente, **Ponte de Lima** (com 60,7% e 93%) e **Viana do Castelo** (com 62,8% e 102%) são os que revelam **menor índice de envelhecimento** (fig. 2.13 e quadro 2.IV). Saliente-se, ainda, **o aumento deste índice entre 1991 e 2001 em todos os concelhos do Minho Lima**, sintoma do processo de envelhecimento acentuado da Região, iniciado nos anos 60.

Outro indicador que não podemos deixar de referir, refere-se ao **número de famílias**, que **aumenta** entre 1991 (75412) e 2001 (84173), mesmo em alguns dos concelhos em que se verifica uma diminuição da população residente (figuras 2.14 e 2.15).

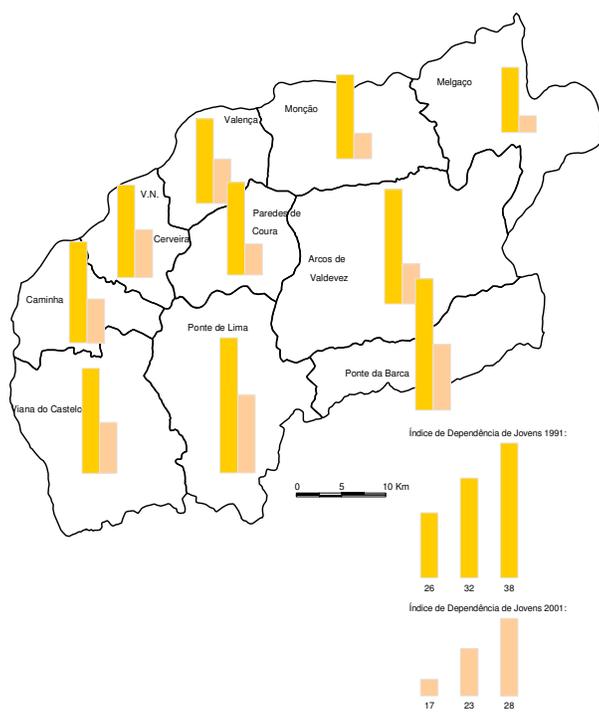


Fig.2.11 – Índice de Dependência de Jovens, em 1991 e 2001
 (INE, *Recenseamento da População de 1991 e Recenseamento da População, 2001, dados provisórios*)

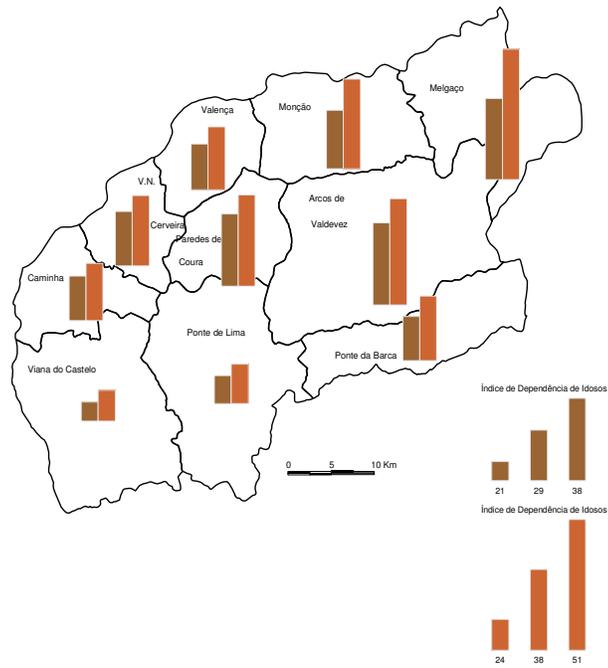


Fig.2.12 – Índice de Dependência de Idosos, em 1991 e 2001
 (INE, Recenseamento da População de 1991 e Recenseamento da População, 2001, dados provisórios)

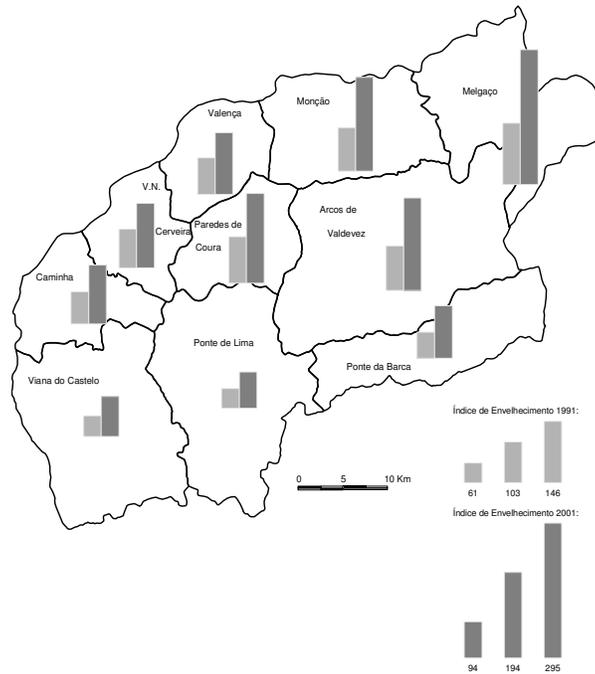


Fig.2.13 – Índice Envelhecimento, em 1991 e 2001
 (INE, Recenseamento da População de 1991 e Recenseamento da População, 2001, dados provisórios)

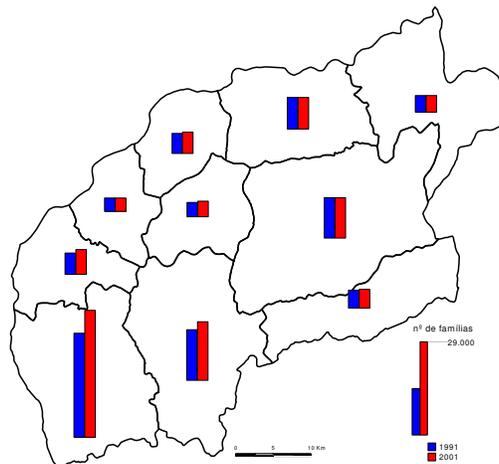


Fig. 2.14 – Variação do nº de famílias, por concelhos entre 1991/2001
(INE, *Recenseamento da População de 2001, dados provisórios*).

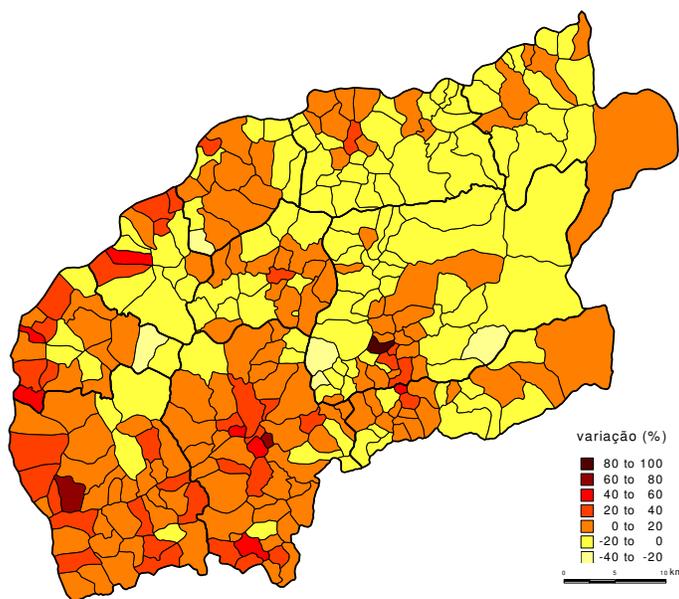


Fig. 2.15 – Variação do número de famílias entre 1991/2001, por freguesias
(INE, *Recenseamento da População de 2001, dados provisórios*).

Este cenário leva-nos a concluir que houve uma **diminuição da dimensão média dos agregados familiares**, situação que, provavelmente, será um resultado de opções nesse sentido assumidas

pelos residentes no seu planeamento familiar, **ou poderá, ainda, espelhar uma maior incidência de situações ligadas ao envelhecimento, com mais idosos a viverem sozinhos.**

O **envelhecimento da população** e o **aumento do número de núcleos familiares de idosos isolados**, tem graves implicações, para a região, destacando-se, entre outras:

- grande vulnerabilidade dos idosos ao empobrecimento, devido a um sistema de protecção social recente, lacunar e com prestações baixas;
- difícil acessibilidade, em termos económicos e físicos, dos mais velhos aos equipamentos sociais e de saúde, convívio e lazer, o que agrava significativamente as suas condições de existência quotidiana, podendo mesmo conduzir a formas extremadas e irreversíveis de exclusão;
- perda das redes de solidariedade familiar e de vizinhança, devido à desertificação populacional;
- tecidos sociais menos equilibrados e mais descontínuos, com menores oportunidades de apoio intergeracional.

Analisando a densidade das famílias por freguesias para 2001, verifica-se que, tal como já referimos quanto à densidade da população, a maioria das freguesias apresentam valores bastante baixos (classe 0-50). As freguesias com valores mais elevados (acima dos 150) coincidem, na maioria dos casos, ou com as sedes concelhias ou com as freguesias limítrofes a estas (figuras 2.16).

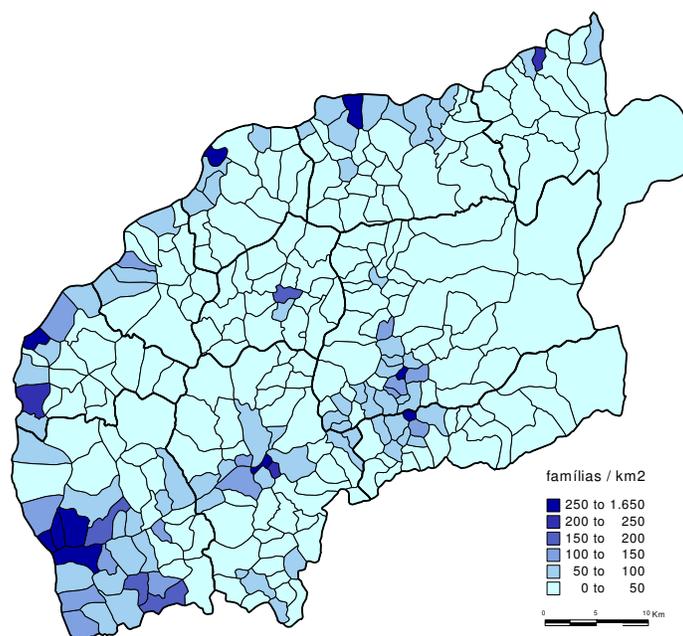


Fig. 2.16 – Densidade das famílias em 2001, por freguesias
(INE, *Recenseamento Da População de 2001, dados provisórios*).

2.6. Escolaridade e qualificação profissional

Relativamente à escolaridade e qualificação profissional, segundo os dados de 1991 e 2001, o Alto Minho apresentava **níveis de escolaridade abaixo das médias da Região Norte e do Continente**, sendo de salientar, por um lado, o **maior peso de analfabetizados** e, por outro, a **menor expressão dos níveis de escolaridade mais elevados** (quadro 2.V). Saliente-se, contudo, que entre 1991 e 2001, verifica-se uma melhoria ao nível da escolaridade da população do Alto Minho, uma vez que, tanto a população com ensino básico (58,5% e 64,4%), como com o secundário (11,8% e 11,9%) e médio-superior (3,75% e 7,9%), aumentam o seu peso, sendo de destacar, sobretudo, o aumento da população com ensino básico e com médio-superior. Quanto à população a frequentar o ensino, verifica-se, igualmente, um aumento entre os anos em análise, situação que, provavelmente, poderá estar relacionada com uma diminuição do abandono escolar e com o alargamento da escolaridade obrigatória.

Esta progresso, deve-se, ainda, à criação de novas escolas do ensino básico e secundário, como também, à criação de um novo pólo do *Instituto Politécnico de Viana do Castelo* em Valença, da *Escola de Enfermagem de Viana do Castelo*, de uma extensão da *Faculdade de Teologia da Universidade Católica* também em Viana do Castelo e um pólo da *Universidade Fernando Pessoa* em Ponte de Lima (ver a análise desenvolvida no capítulo 8).

Refira-se, ainda, que apesar das **melhorias recentes da rede escolar**, quer do ensino básico-secundário, quer do ensino superior, o Alto Minho, apresenta ainda constrangimentos que condicionam o acesso e a progressão no sistema escolar das crianças e jovens, particularmente, dos jovens oriundos das áreas mais periféricas e rurais, associadas a contextos de maior debilidade económica e social .

Os constrangimentos incidem, sobretudo, no ensino pré-escolar (em termos de cobertura e diversidade de serviços), e no básico, nomeadamente, nos primeiros ciclos de escolaridade, relacionando-se com as dificuldades de gerir elementos como a **dispersão do povoamento**, o **decréscimo populacional** e a **escassez de recursos**.

Ao nível concelhio, para o ano de 2001, verifica-se que, o analfabetismo atinge valores particularmente gravosos nos concelhos de Arcos de Valdevez (23,4%), Paredes de Coura (22,3%), Ponte da Barca (20,7%) e Melgaço (18,2%), aliás os mesmos concelhos que em 1991, também, apresentavam os maiores valores. Pelo contrário, os concelhos de Caminha (12%) e Viana do Castelo apresentam os valores mais baixos, tal como acontecia em 1991. Estes dois últimos concelhos são também os que possuem um maior peso dos níveis superiores de escolaridade (fig. 2.17 e 2.18).

No que toca ao emprego, destaca-se quer uma **significativa taxa de feminização do trabalho**, quer uma **forte taxa de actividade de jovens**, situação que muito provavelmente estará relacionada, com o tipo de empresas existentes e também com o abandono escolar precoce dos jovens.

Relativamente, à distribuição da população por sectores de actividade, destaca-se **um ligeiro aumento da agricultura** e um reforço dos sectores secundário e terciário (quadro 2.VI)⁹.

Saliente-se, ainda, que persistem alguns estrangulamentos ao nível do emprego, nomeadamente, um desajustamento entre as características de quem procura trabalho e as condições requeridas por quem oferece trabalho, designadamente :

- situações de desqualificação escolar/profissional;
- situações de qualificação escolar/profissional não reconhecidas pelos empregadores, como necessárias ou desajustadas ao tecido empregador existente;
- problemas de mobilidade geográfica.

⁹ Não nos foi possível obter dados para anos mais recentes.

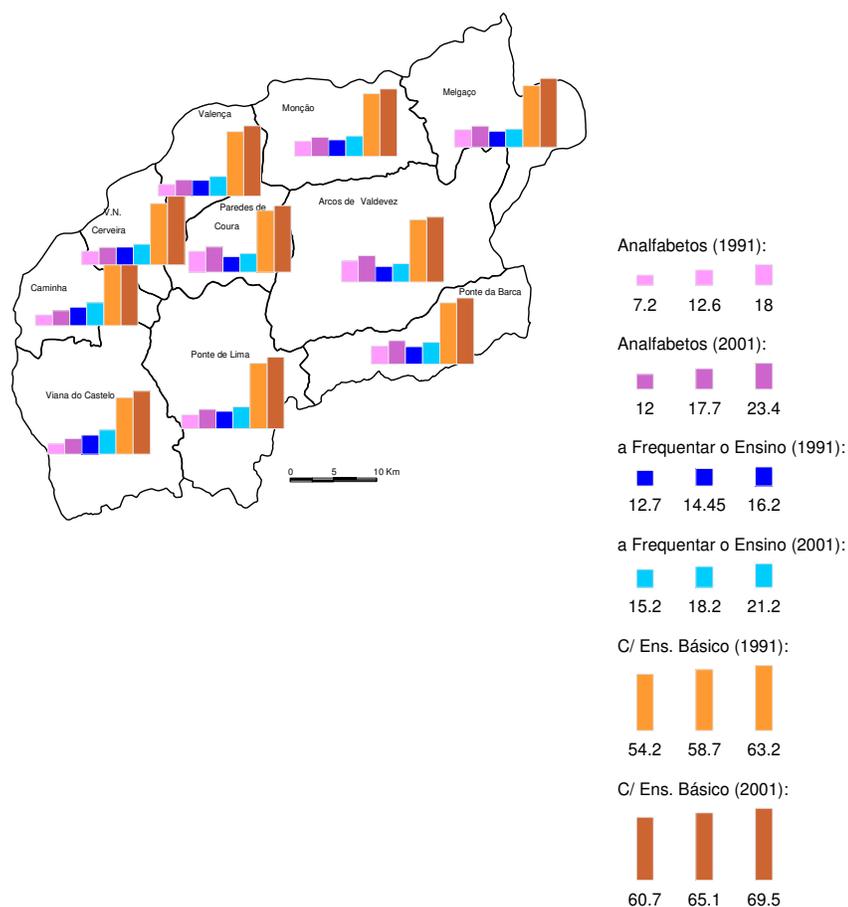


Fig. 2.17 – População Residente segundo a frequência e o nível de ensino atingido, 1991 e 2001 (INE, *Recenseamento da População, 1991 e Recenseamento da População, 2001, dados provisórios*)

Os grupos em que estes fenómenos incidem de forma mais preocupante são: os jovens, quer com qualificação profissional e/ou escolar, quer os desqualificados escolar e/ou profissionalmente, as mulheres e os desempregados oriundos da agricultura, que procuram uma (re)entrada no mercado de trabalho.

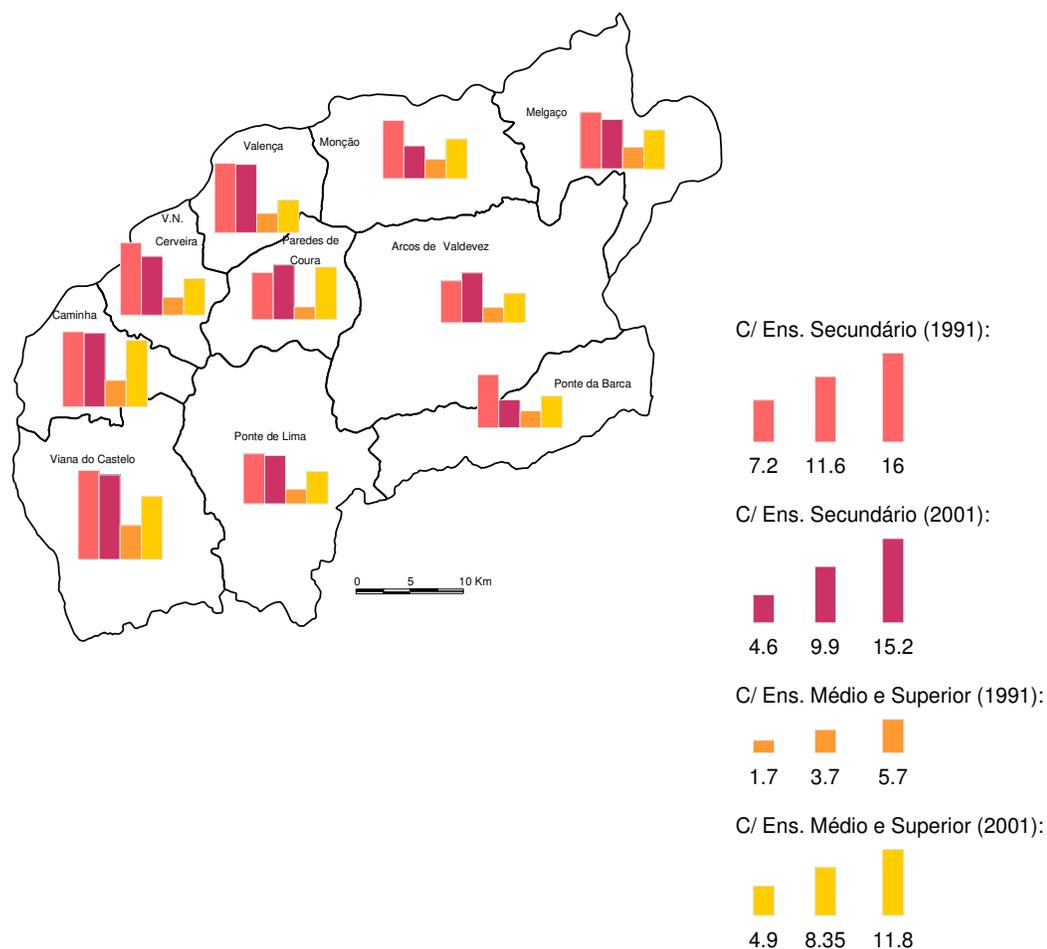


Fig. 2.18 – População Residente segundo a frequência e o nível de ensino atingido, 1991 e 2001
(INE, Recenseamento da População, 1991 e Recenseamento da População, 2001, dados provisórios)

Quadro 2.VI - População Activa por sectores de actividade.

Minho Lima	População Activa			
	Total	Primário	Secundário	Terciário
1991	97 028	27 833	32 038	37 157
1998	122 500	38 000	45 000	39 500

2.7. O Parque habitacional

Analisando a evolução do parque habitacional desde os anos 80 verifica-se, **um aumento significativo dos alojamentos**, superior ao aumento das famílias, mesmo nos concelhos que perderam população residente, situação que se mantém nos anos 90, segundo os dados provisórios de 2001. Em termos concelhios, destacam-se, os concelhos de Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira e Ponte de Lima, com os aumentos mais significativos no que toca à variação dos alojamentos entre 1991 e 2001 (fig. 2.19 e 2.20).

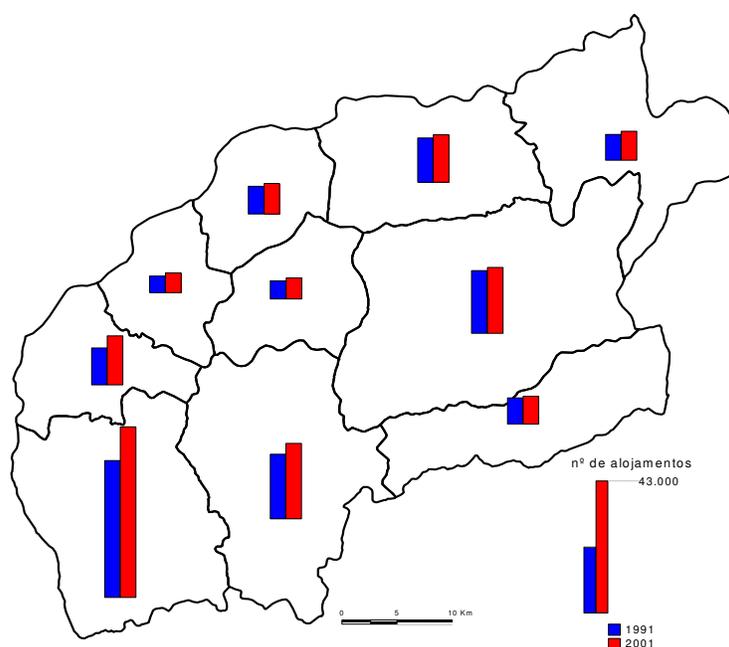


Fig.2.19 – Variação dos alojamentos, por concelhos, entre 1991/2001

(INE, *Recenseamento da População e Habitação, 1991 e Recenseamento da População e Habitação, 2001, dados provisórios*).

Relativamente à variação dos alojamentos entre 1991/2001 por freguesias, verifica-se que as freguesias que sofrem maiores aumentos (com uma variação superior a 20%), são:

- Meadela (pertencente à cidade de Viana do Castelo) e Areosa, freguesia periférica da mesma cidade, ambas com uma variação maior do que as freguesias centrais da cidade (Monserrete e Sta Maria Maior que perdem alojamentos);
- Âncora, Vila Praia de Âncora, Moledo e Cristelo, com variações mais elevadas (classe superior a 80%) do que a sede concelhia Caminha;

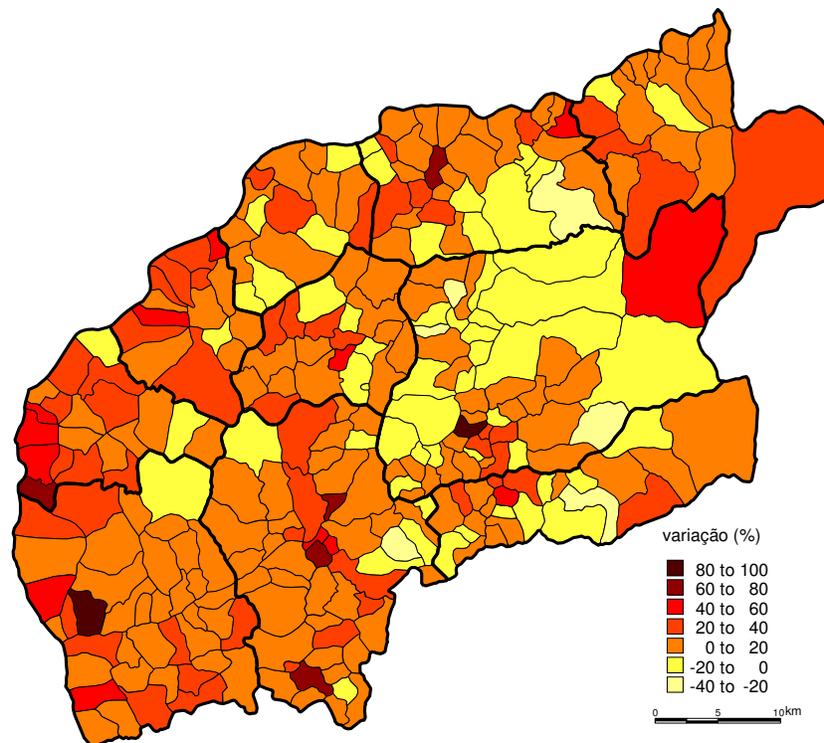


Fig. 2.20 – Variação dos alojamentos, por freguesias, entre 1991/2001
 (INE, *Recenseamento da População e Habitação, 1991 e Recenseamento da População e Habitação, 2001, dados provisórios*).

- Loivo, Gondarém e Vila Meã, no concelho de Vila Nova de Cerveira;
- Gandra e Valença, no concelho de Valença;
- Cambeses, freguesia periférica à sede concelhia - Monção;
- Parada do Monte, Cousso, Castro Laboreiro e Penso, no concelho de Melgaço;
- Gandra e Valença, no concelho de Valença;
- Vila Fonche, Salvador, S. Paio, Guilhadeses, Paçô e Gavieira (freguesia que em termos de variação da população apresenta uma taxa negativa, podendo admitir-se que o crescimento do parque habitacional deve-se, provavelmente, ao aumento de alojamentos com ocupante ausente pertencentes a emigrantes), no concelho de Arcos de Valdevez;
- Ponte da Barca, Paço Vedro de Magalhães, Vila Nova de Muía, Germil e Bravães, no concelho de Ponte da Barca;
- Ponte de Lima, Arca, Feitosa, Brandara, Arcozelo (envolventes à sede concelhia), e Freixo, no limite sul do concelho.

O concelho que apresenta o maior número de freguesias com taxas negativas é o concelho de Arcos de Valdevez, contituindo, aliás, algumas das freguesias que também possuem taxas negativas para a variação populacional.

Quanto à forma de ocupação dos alojamentos, em 1991 e 2001, verifica-se que, os alojamentos de residência habitual, aumentam ligeiramente (mais 7831 alojamentos), os vagos decrescem (menos 727), enquanto os de uso sazonal aumentam significativamente (mais 30698), fenómeno que deverá estar associado, quer à residência de famílias que emigraram ou que saíram para os grandes centros urbanos, quer ao investimento feito por agregados familiares exteriores à região, que aqui investem numa segunda residência, para férias e fins-de-semana (Quadro 2.VII, fig. 2.20).

Analisando a evolução entre 1991 e 2001, por concelhos, verifica-se que os concelhos de Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção e Paredes de Coura, perdem alojamentos de residência habitual, respectivamente, menos 91, 96, 31 e 1, enquanto que, os restantes concelhos ganham alojamentos nesta forma de ocupação (Viana do Castelo 4701, Ponte da Barca 7330, Ponte de Lima 1731 e V. N. de Cerveira 167). Quanto aos alojamentos vagos, Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Valença perdem alojamentos e os de Paredes de Coura, Monção, Viana do Castelo e V. N. de Cerveira ganham alojamentos. Os alojamentos de uso sazonal são aqueles que mais crescem em todos os concelhos, destacando-se, contudo, os aumentos de Viana do Castelo (mais 7487 alojamentos), Arcos de Valdevez (mais 4836 alojamentos), Caminha (mais 3741 alojamentos) e Ponte de Lima (mais 3440 alojamentos), dado, por uma lado a sua proximidade ao litoral, (caso de Caminha e Viana do Castelo) e, por outro, dadas as características paisagísticas e rurais dos restantes concelhos constituindo, por isso, áreas de atracção ao investimento numa segunda habitação de férias e fins-de-semana, de famílias provenientes de outras áreas da Região Norte e de emigrantes (fig. 2.21).

Saliente-se, ainda, que os concelhos que sofrem as taxas de variação, mais elevadas de alojamentos de uso sazonal entre 1991 e 2001, são precisamente os mais rurais (Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Valença) esta situação está associada, por um lado, às residências de famílias que emigraram para os grandes centros urbanos ou para o estrangeiro e, por outro, a um aumento da procura de uma segunda residência, por parte de famílias exteriores à região, em áreas rurais, menos congestionadas e mais sossegadas, do que as áreas de praia, onde, estes alojamentos tinham um peso maior em 1991 (fig. 2.22).

A análise conjugada da evolução 1991-2001 das proporções de alojamentos vagos e de sazonais, a nível concelhio, aponta para uma correlação negativa entre ambas, ou seja, indicia uma transferência entre estas duas formas de ocupação, os aumentos na proporção dos alojamentos sazonais tendem a estar associados a diminuições na proporção de alojamentos vagos. A título de exemplo, refira-se os casos de:

- Arcos de Valdevez, onde se assistiu a um aumento de 30 pontos percentuais da proporção de alojamentos sazonais conjugado com uma diminuição de 3,3 pontos percentuais da proporção de alojamentos vagos;

- Melgaço, onde se assistiu a um aumento de 35 pontos percentuais da proporção de alojamentos sazonais conjugado com uma diminuição de 2,4 pontos percentuais da proporção de alojamentos vagos;
- Caminha, onde se assistiu a um aumento de 25 pontos percentuais da proporção de alojamentos sazonais conjugado com uma diminuição de 8 pontos percentuais da proporção de alojamentos vagos;
- Ponte da Barca, onde se assistiu a um aumento de 25,6 pontos percentuais da proporção de alojamentos sazonais conjugado com uma diminuição de 6,5 pontos percentuais da proporção de alojamentos vagos.

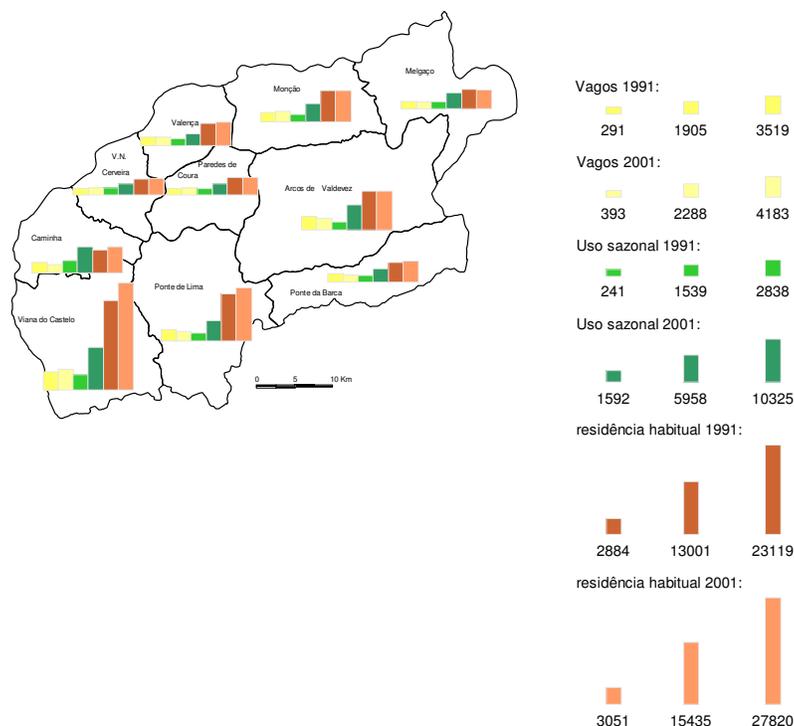


Fig. 2.21 - Alojamentos segundo a forma de ocupação, 1991-200
 (INE, *Recenseamento da População e Habitação 1991 e , Recenseamento da População e Habitação 2001, dados provisórios*)

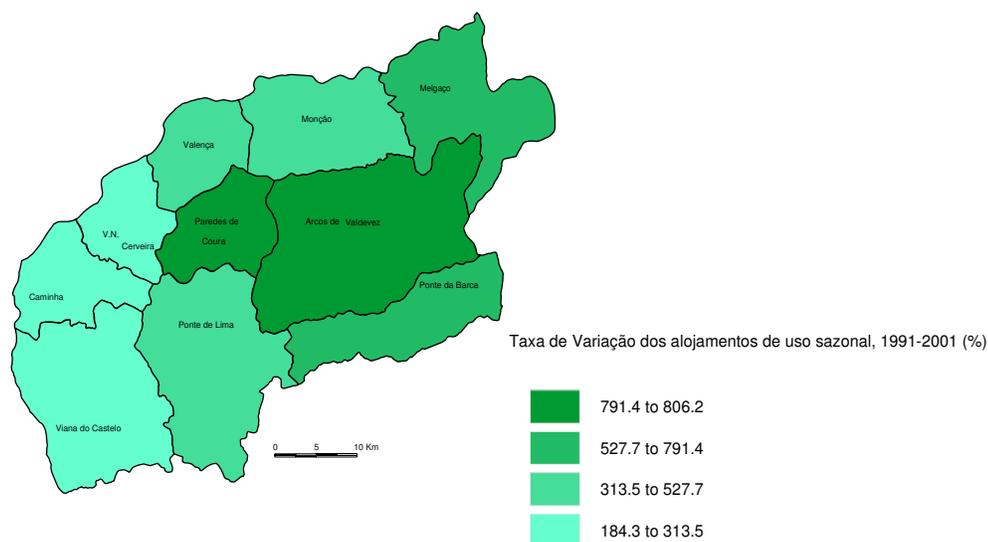


Fig. 2.22 – Taxa de variação dos alojamentos de uso sazonal, 1991/2001
(INE, *Recenseamento da População e Habitação 1991 e Recenseamento da População e Habitação 2001, dados provisórios*)

O acesso a habitação própria conheceu na última década um forte incremento, tendo o número de alojamentos clássicos de residência habitual ocupados pelo próprio aumentado no Minho Lima 17,6%. Esta tendência de aumento da proporção de alojamentos ocupados pelo proprietário é generalizada a todos os concelhos do Minho Lima (fig. 2.23), destacando-se os concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Caminha, com os maiores aumentos.

Quanto aos alojamentos arrendados, contrariamente aquilo que se passa a nível Nacional e mesmo na Região Norte, que perdem alojamentos neste regime de ocupação, entre 1991 e 2001, no Minho Lima, verifica-se um ligeiro aumento dos alojamentos clássicos de residência habitual arrendados em todos os concelhos (quadro 2.VIII e fig. 2.23), situação que indicia uma certa recuperação deste regime de ocupação, na área em estudo.

Relativamente ao ritmo de crescimento dos alojamentos, entre 1991 e 2001, verifica-se que foi superior aos dos edifícios em todos os concelhos do Minho Lima, indiciando um aumento da dimensão média destes últimos, que passou na última década (para o Minho Lima), de 1,14 para 1,23 alojamentos por edifícios. Ao nível concelhio, os concelhos que possuem os valores médios mais altos de alojamentos por edifícios em 2001 são Caminha, com 1,5 e Viana do Castelo com 1,46, enquanto que, os concelhos de Arcos de Valdevez (1,09), Melgaço (1,07) e Paredes de Coura (1,05) apresentam os valores mais baixos (fig. 2.24).

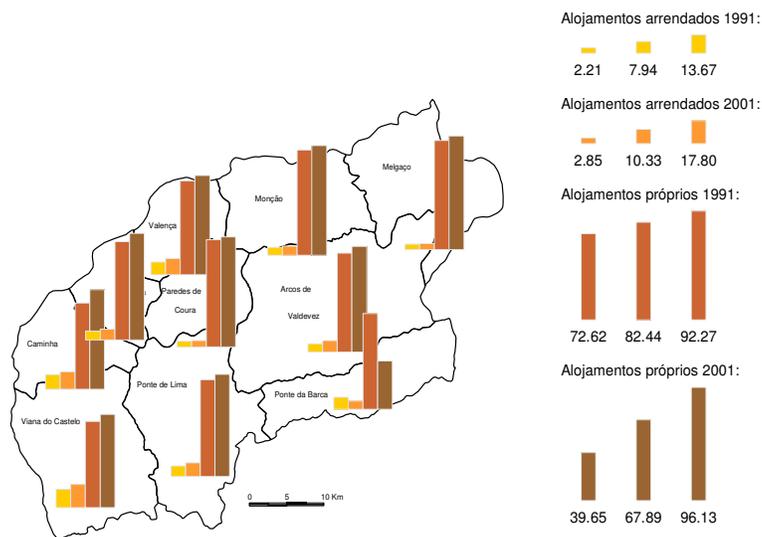


Fig. 2.23 - Alojamentos clássicos de residência habitual segundo o regime de ocupação, 1991 e 2001 (INE, *Recenseamento da População e Habitação 1991 e Recenseamento da População e Habitação 2001*, dados provisórios).

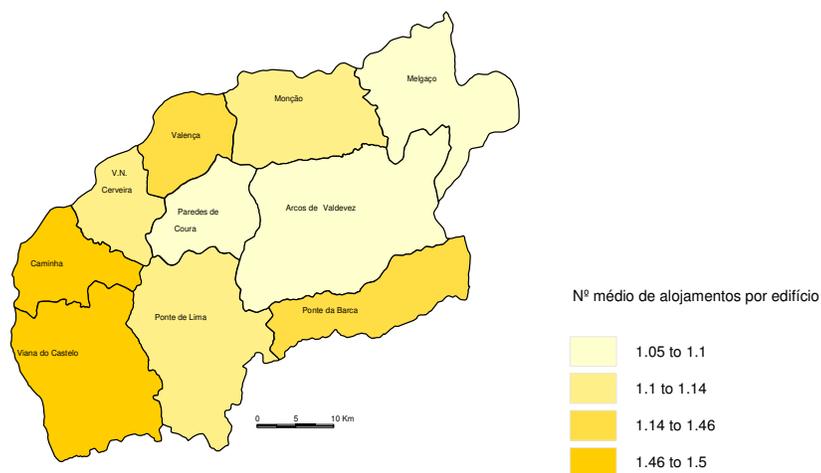


Fig. 2.24- Nº médio de alojamentos por edifícios, 2001
(INE, *Recenseamento da População e Habitação, 2001*, dados provisórios)

Apesar do aumento verificado na dimensão média dos edifícios, ainda se mantém, em 2001, um predomínio claro dos edifícios com apenas um alojamento.

Relativamente à idade do parque habitacional, 19,2 % dos edifícios do Minho Lima foram construídos após 1991, patenteando a significativa expansão construtiva da última década. Note-se que dos edifícios existentes em 2001, os construídos antes de 1945 assumem uma proporção muito próxima (17,5%) aos construídos na última década.

A análise territorial do Índice de Envelhecimento do parque habitacional¹⁰ permite evidenciar uma clara oposição entre o interior, mais envelhecido – concelhos de Valença, Monção, Melgaço e Arcos de Valdevez – e o litoral, Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira, área privilegiada pela construção nos últimos anos e, portanto, com um parque habitacional mais recente (fig. 2.25).

Relativamente às condições de habitabilidade, no Minho Lima, o número de alojamentos não clássicos, reduz-se entre 1991 e 2001, perdendo 556 alojamentos deste tipo, o único concelho que aumenta o número de alojamentos não clássicos é Monção (mais 19 alojamentos).

Quanto às infraestruturas básicas, o Minho Lima apresenta uma menor cobertura, quer da rede eléctrica (74,8% dos alojamentos familiares de residência habitual), quer de água (95,4 %), quer ainda de esgotos (93,7%), relativamente à Região Norte (respectivamente, 99,6%, 96,6% e 96,1%). No entanto, todos os concelhos possuem valores mais altos do que o da região Minho Lima, no que toca à rede eléctrica (valores superiores a 98%). Quanto ao abastecimento de água, apenas Arcos de Valdevez apresenta um valor inferior ao da região (87,1 %), enquanto que para os esgotos os concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Paredes de Coura, são os que possuem uma menor cobertura, com valores inferiores ao da Região (fig. 2.26 e quadro 2. IX).

Tendo em conta as obras concluídas (número de edifícios) de construções novas e de conservação e beneficiação (ampliações, transformações e restaurações), para habitação, em 1997 e 1999, verifica-se que, todos os concelhos do Minho Lima, possuem uma percentagem mais elevada, de obras destinadas a construções novas, o que comprova a grande dinâmica desta área no investimento habitacional. No que toca à reabilitação dos edifícios para habitação, todos os concelhos do Minho Lima, apresentam uma percentagem mais elevada deste tipo de obras do que a Região Norte, situação que, muito provavelmente, poderá estar relacionada com a maior antiguidade do parque, ou ainda, com a importância crescente das residências secundárias em áreas rurais¹¹, não sendo, ainda de excluir, que muitas destas restaurações estejam directamente ligadas com o aumento do turismo rural, com a reabilitação de casas solarengas e de muitas casas rurais em aldeias semi-abandonadas pelo êxodo rural e pela emigração, (quadro 2.X e fig. 2.27 e 2.28).

¹⁰ Rácio entre o número de edifícios construídos antes de 1945 e o número de edifícios construídos após 1991, multiplicado por cem.

¹¹ ¹¹ Veja-se o aumento sofrido por estes alojamentos em 2001.

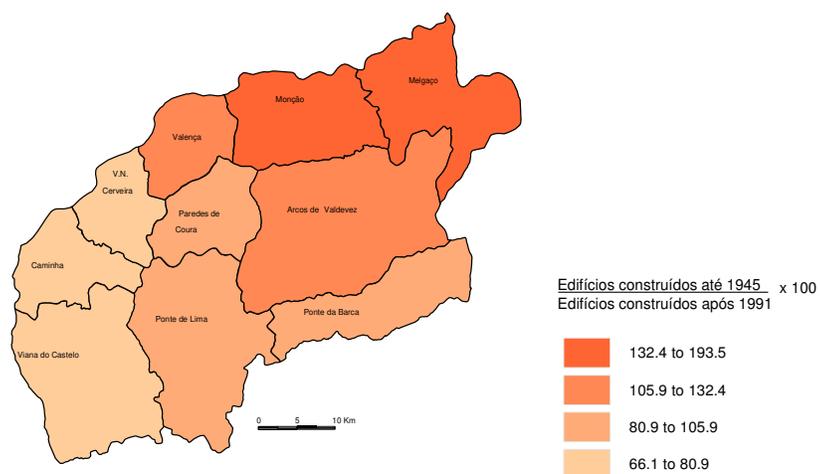


Fig. 2.25 – Índice de envelhecimento do Parque habitacional, 2001
(INE, *Recenseamento da População e Habitação 2001, dados provisórios*)

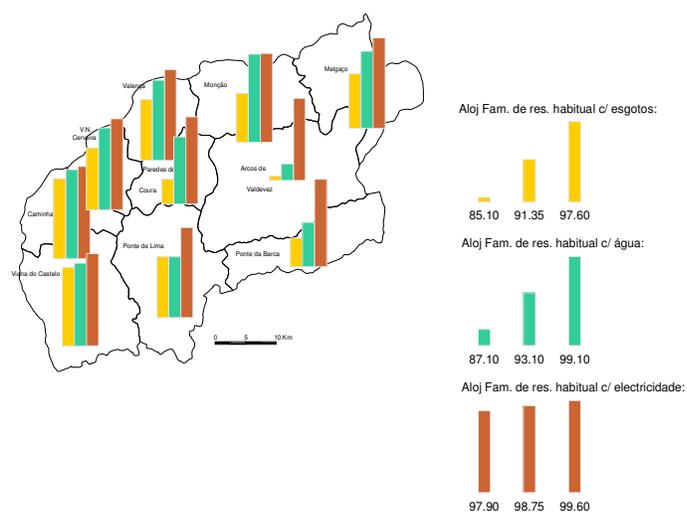


Fig. 2.26 – Infraestruturas básicas dos alojamentos de residência habitual, 2001
(INE, *Recenseamento da População e Habitação 2001, dados provisórios*)

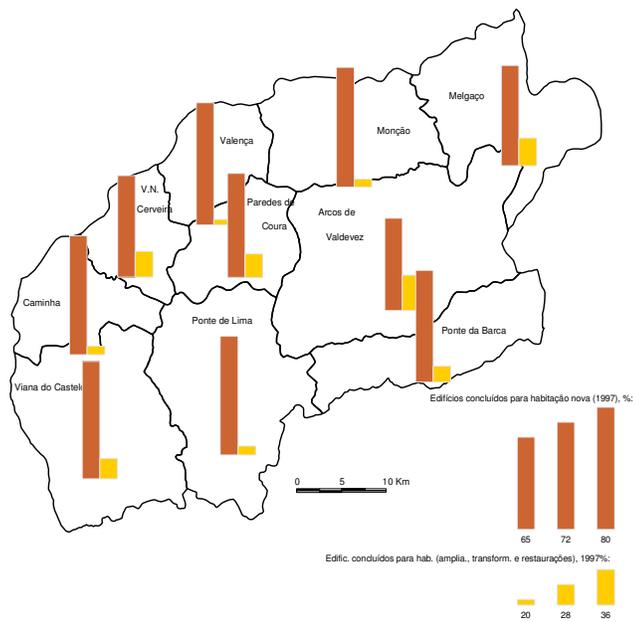


Fig. 2. 27 – Obras concluídas, segundo o tipo de obras, 1997
(INE, Anuário Estatístico da Região Norte)

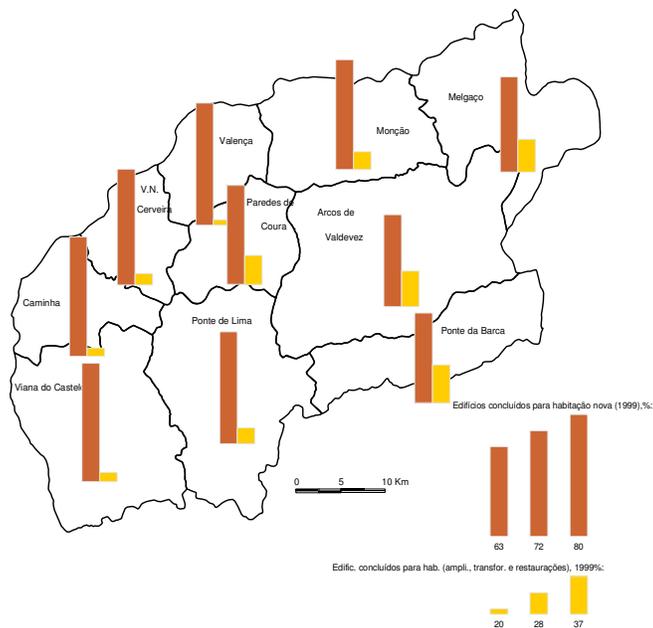


Fig. 2. 28 – Obras concluídas, segundo o tipo de obras, 1999
(INE, Anuário Estatístico da Região Norte).

2.8 - SÍNTESE FINAL

A evolução populacional do Alto Minho, desde os anos 60, **é marcada por uma perda acentuada da população residente**, situação decorrente, da forte emigração dos anos 60, da diminuição da natalidade, da periferização do processo de desenvolvimento das áreas de maior interioridade e de algum reordenamento interno da população, traduzido num movimento de abandono das áreas socioeconómicas mais frágeis para as proximidades das sedes concelhias, que progressivamente se foram qualificando e melhorando a sua qualidade de vida, permitindo a fixação da população, particularmente dos mais jovens e dos mais qualificados profissionalmente.

A dinâmica em curso, no que toca à população e habitação, é evidenciada:

- **pelo forte contraste em termos de distribuição da população** com um conjunto de concelhos em **perda populacional**, sobretudo os mais periféricos (Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Vila Nova de Cerveira e Valença) , onde se destacam várias freguesias com densidades muito baixas (inferior aos 150 hab./Km²) e com variações negativas da população entre 1991 e 2001; um segundo conjunto de concelhos com um **crescimento populacional positivo**, ainda que moderado, sobretudo a partir dos anos 80, (Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo), com um maior número de freguesias com maiores densidades populacionais e uma variação positiva, cujo dinamismo populacional está relacionado com a sua proximidade ao litoral, com o seu maior potencial económico e com a melhor rede de acessibilidades, o que se traduz numa maior capacidade de fixação de populações jovens, não sendo, também, de excluir a atracção de populações provenientes de outros concelhos da região;
- **pelo envelhecimento das estruturas demográficas** associado ao declínio da natalidade e uma certa estabilidade da mortalidade, com a maioria dos concelhos com saldos fisiológicos negativos. Os concelhos mais jovens **são Ponte de Lima, Ponte da Barca e Viana do Castelo**, enquanto que os concelhos de **Melgaço, Arcos de Valdevez e Paredes de Coura**, são os mais envelhecidos. Saliente-se, ainda, que enquanto o grupo dos mais jovens (0 -14 anos e 15 aos 24 anos) sofrem uma diminuição, entre 1991 e 2001, em todos os concelhos, os grupos dos adultos e idosos, sofrem um aumento, assistindo-se, assim, **a um duplo envelhecimento da população**;
- **pela diminuição da dimensão das famílias**, devido quer à diminuição da natalidade, quer ao aumento do número de núcleos familiares isolados, constituídos, sobretudo, por idosos que vivem sozinhos;
- **pelo maior peso de analfabetizados e menor peso dos níveis de escolaridade mais elevados**, apresentando o Alto Minho **níveis de escolaridade abaixo das médias da Região Norte e do Continente**. Saliente-se, contudo, que entre 1991 e 2001, verifica-se uma melhoria ao nível da escolaridade da população do Alto Minho, uma vez que, tanto a população com ensino básico, como com o secundário e médio-superior, aumentam o seu peso, sendo de destacar, sobretudo, o aumento da população com ensino básico e com médio-superior.

- **pelo aumento da população** a frequentar o ensino. Apesar das **melhorias recentes da rede escolar**, quer do ensino superior, quer do básico-secundário, o Minho-Lima, apresenta, ainda, constrangimentos que condicionam o acesso e a progressão no sistema escolar das crianças e jovens, particularmente, dos jovens oriundos das áreas mais periféricas e rurais, associadas a contextos de maior debilidade económica e social ;
- **pela significativa taxa de feminização do trabalho** e uma **forte taxa de actividade de jovens**, situação que muito provavelmente estará relacionada, com o tipo de empresas existentes e também com o abandono escolar precoce dos jovens. Quanto à distribuição da população por sectores de actividade, destaca-se **um ligeiro aumento da agricultura e um reforço dos sectores secundário e terciário**;
- pelo **aumento significativo dos alojamentos**, superior ao aumento das famílias, mesmo nos concelhos que perderam população residente. Em termos concelhios, destacam-se, os concelhos de Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira e Ponte de Lima, com os aumentos mais significativos no que toca à variação dos alojamentos entre 1991 e 2001;
- pelo **aumento**, ainda que ligeiro, **dos alojamentos de residência habitual e decréscimo dos vagos e um aumento significativo dos alojamentos de uso sazonal**, fenómeno que deverá estar associado, quer à residência de famílias que emigraram ou que saíram para os grandes centros urbanos, quer ao investimento feito por agregados familiares exteriores à região, que aqui investem numa segunda residência, para férias e fins-de-semana. Saliente-se, ainda, que os concelhos que sofrem as taxas de variação, mais elevadas de alojamentos de uso sazonal entre 1991 e 2001, são precisamente os mais rurais, situação esta que está associada, por um lado, às residências de famílias que emigraram para os grandes centros urbanos ou para o estrangeiro e, por outro, a um aumento da procura de uma segunda residência, por parte de famílias exteriores à região, em áreas rurais, menos congestionadas e mais sossegadas, do que as áreas de praia, onde, estes alojamentos tinham um peso maior em 1991;
- **pelo aumento dos alojamentos para habitação própria e dos arrendados**, contrariamente aquilo que se passa a nível Nacional e mesmo na Região Norte, que perdem alojamentos neste regime de ocupação, entre 1991 e 2001, situação que indicia uma certa recuperação deste regime de ocupação, na área em estudo;
- **pelo maior ritmo de crescimento dos alojamentos do que dos edifícios**, indiciando um aumento da dimensão média destes últimos. Apesar do aumento verificado na dimensão média dos edifícios, ainda se mantém, em 2001, **um predomínio claro dos edifícios com apenas um alojamento**;
- pela **forte construção de edifícios na última década**, expressa no facto de os edifícios construídos antes de 1945 assumirem uma proporção muito próxima dos construídos na última década após 1991;
- pela oposição entre o **interior, com um parque habitacional mais envelhecido e o litoral com um parque mais jovem**;
- pela **melhoria das condições de habitabilidade**, com redução dos alojamentos não clássicos e maior cobertura da rede de infraestruturas básicas;
- pelo **peso em todos os concelhos do Minho Lima das obras destinadas a construções novas**, o que comprova a grande dinâmica desta área no investimento habitacional e

dinamismo da reabilitação dos edifícios, situação que, muito provavelmente, poderá estar relacionada o aumento das residências secundárias nas áreas rurais, não sendo, ainda de excluir, que muitas destas restaurações estejam directamente ligadas ao aumento do turismo rural, com a reabilitação de casas solarengas e de muitas casas rurais em aldeias semi-abandonadas pelo êxodo rural e pela emigração.

Nos próximos 10 anos é possível carrear o Alto Minho para o desenvolvimento sustentável se ao nível da população houver particular atenção com a criação de investimentos (públicos e privados) que possam permitir a fixação e/ou atracção de mais jovens; um maior apoio à população mais idosa, nomeadamente, ao nível da saúde e apoio domiciliário; criar condições para diminuir o abandono escolar, para melhorar a qualificação escolar e profissional da população, mais ajustadas ao tecido empregador existente e melhorar a mobilidade geográfica da população activa e escolar.

No que toca ao parque habitacional, criar condições à sua reabilitação - sobretudo nos concelhos com edifícios mais envelhecidos - dinamizar o arrendamento e melhorar a rede de infraestruturas básicas, situação que contribuiria para melhorar a qualidade de vida da região, permitindo, não só, atrair e/ou fixar mais população, como ainda, induzir mais investimentos na habitação secundária e no turismo rural, criando sinergias com outros sectores económicos, nomeadamente, o comércio, a agricultura, a construção civil e o turismo.

A teia de relações que os recursos humanos e a dinâmica do parque habitacional, estabelecem com os equipamentos escolares e de formação profissional e com as estruturas produtivas locais, permitindo, melhorar a **capacidade de fixação de população jovem**, a **qualificação escolar e profissional** e **o impulsionar de vários sectores económicos a jusante e a montante da construção civil**, são factores essenciais para o crescimento económico e o desenvolvimento da Região, sendo, fundamental numa altura em que a crescente integração e globalização da economia exige uma maior competitividade, qualificação e readaptação da mão-de-obra aos novos processos organizativos e tecnológicos das empresas em constante mutação.

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de retorno de emigrantes e de fixação de jovens; • Existência de um estrato jovem significativo, ainda que, a tendência global dos concelhos seja para o envelhecimento; • Saberes-fazer tradicionais que importa aproveitar; • Acréscimo progressivo do número de diplomados e criação de novos pólos e cursos de ensino politécnico; • Aumento da população a frequentar o ensino; • Aumento da mobilidade socio-profissional; • Aumento da habitação própria e alguma dinamização do arrendamento; • Crescimento significativo, de alojamentos de uso sazonal, sobretudo nas áreas rurais; • Maior cobertura da rede de infraestruturas básicas; <p>Forte investimento na habitação nova e na reabilitação do parque habitacional, situação decorrente quer do investimento feito por emigrantes quer do crescente dinamismo do turismo rural e construção de segundas residências, nas áreas balneares e rurais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Decréscimo progressivo dos recursos demográficos devido a alguma retoma da emigração, aos movimentos de saída da população para outras NUT's e ao declínio do saldo fisiológico; • Estrutura etária desequilibrada e forte envelhecimento da população; • Reduzidos níveis de instrução devido às baixas taxas de escolarização, reforçada por uma elevada taxa de abandono escolar; • Deficiente qualificação profissional; • Dificuldades de "reciclar" mão-de-obra, proveniente de actividades em declínio (como a agricultura ou a pesca, por exemplo) para novos tipos de actividade; • Deficientes condições de habitabilidade do parque habitacional: um número ainda significativo de alojamentos não clássicos, de edifícios sem as infraestruturas básicas e de edifícios envelhecidos.

De futuro, o contributo da população e habitação para a promoção do desenvolvimento sustentável do Alto Minho poderá ser monitorizados utilizando indicadores de avaliação como: quantificação da população residente; peso dos principais grupos etários; número de nascimentos e óbitos; população empregada por grupos de actividade económica; população desempregada; população por nível de ensino; número de fogos e edifícios novos licenciados e construídos para habitação; número de licenças e de obras de ampliações, transformações e restaurações de fogos e edifícios; número de pavimentos, divisões e superfície habitável por fogos licenciados e construídos; densidade de fogos licenciados e construídos por área total concelhia e por área urbana e número de fogos novos e reabilitados segundo a entidade investidora.

ESTRUTURA PRODUTIVA

3. AGRICULTURA

3.1. Um quadro de desruralização tardia e fortemente acelerada.

O Alto Minho sempre se caracterizou por uma forte dominância da ruralidade, mesmo quando comparado com o restante território do Entre-Douro e Minho. Excêntrico, até há bem pouco tempo, inclusive aos processos de industrialização rural difusa, o sector agro-florestal representava muito do produto regional e ainda mais do emprego. Por finais da década de oitenta, quando no Entre-Douro e Minho o peso relativo da população agrícola familiar (RGA/1989) no total da população residente (Censos 1991) era já somente de 15,6%, no Alto Minho, este valor mantinha-se ainda bastante elevado (43,2%). No entanto, **no decorrer da última década, o Alto Minho acompanhou o processo de desruralização** que se processou, com maior ou menor incidência, por todo o país. Enquanto o valor total da população residente praticamente não se alterou (250059 hab. em 1991 / 249848 hab, em 2001) **a população agrícola familiar caiu quase para metade em valores absolutos** (108018 / RGA 1989 - 57799 /RGA 1999) e conseqüentemente, o seu **peso relativo na população residente passou, agora, para apenas 23,1%**, ainda assim um valor bastante mais elevado do que apresenta o Entre-Douro e Minho, somente 7,7% (Quadro 3.I. e Fig.3.1).

No Alto Minho, este processo de **desruralização** operou-se tardiamente e de forma **desigual no território**. Tardiamente, porque no dealbar da década de noventa mais de metade dos municípios (Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca e Ponte de Lima) apresentavam ainda um peso relativo da população agrícola familiar superior 50% da população total, o que no Entre-Douro e Minho só ocorria em mais seis municípios (Ribeira de Pena, Resende, Mondim de Basto, Celorico de Basto e Castelo de Paiva). Dez anos depois, **em nenhum município do Alto Minho a população agrícola familiar é dominante na população residente** e, somente em quatro, o seu peso relativo é ligeiramente superior a 1/3 (Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção e Paredes de Coura (Quadro 3.I.). De forma desigual no território, porque o **processo de desruralização é menos evidente nos municípios serranos** ou de localização interior, onde o peso relativo da população agrícola familiar é mais elevado e as perdas, em valores absolutos, são inferiores a metade, a exemplo de Paredes de Coura, Ponte da Barca ou Arcos de Valdevez, ao contrário do que ocorre nos mais litoralizados, onde a desruralização se mostra mais impetuosa, sendo as perdas superiores a 50%, como são os casos de Viana do Castelo, Caminha e Vila Nova de Cerveira, justamente os que apresentam os mais baixos pesos relativos de população agrícola familiar, respectivamente 11%, 12,7% e 13,8% (Quadro 3.I e Fig. 3.1a e 3.1b)

No entanto, mesmo sabendo-se que este processo de rápida e acentuada desruralização não terminou, ainda que **na primeira década do séc. XXI possa previsivelmente vir a abrandar de ritmo, coincidindo os crescimentos da população e da urbanidade** praticamente apenas com os pequenos núcleos urbanos, por regra **sedes de município**, a ruralidade continuará a ser o traço dominante do Alto Minho, se bem que menos do ponto de vista produtivo, pela redução do peso relativo do PBA no PIB regional, e mais na componente paisagística, pela manutenção num amplo domínio territorial das características formais ancestralmente definidoras da estética minhota.

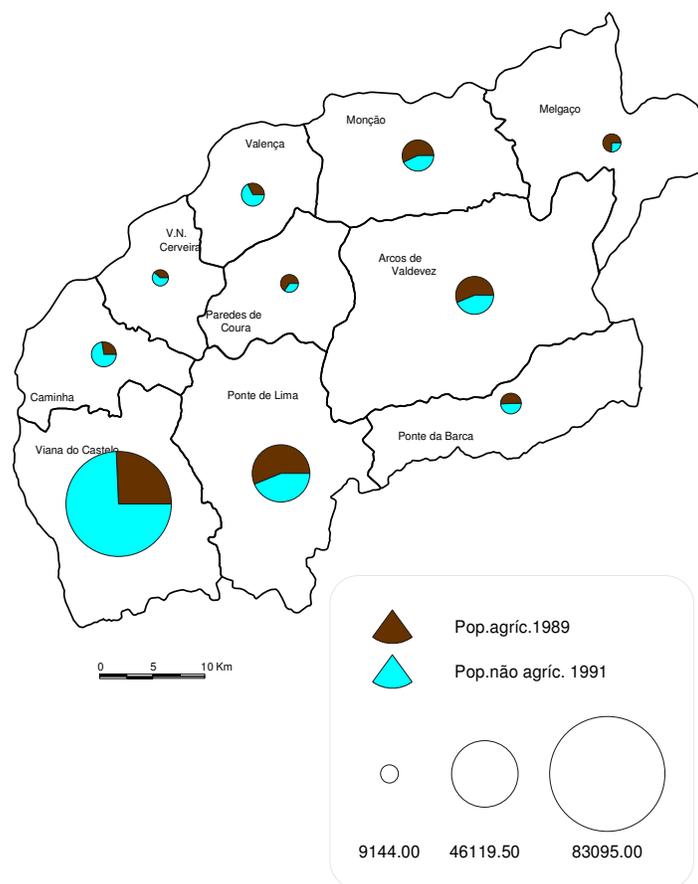


Fig.3.1a - Importância da população agrícola familiar na população residente em 1989/91.

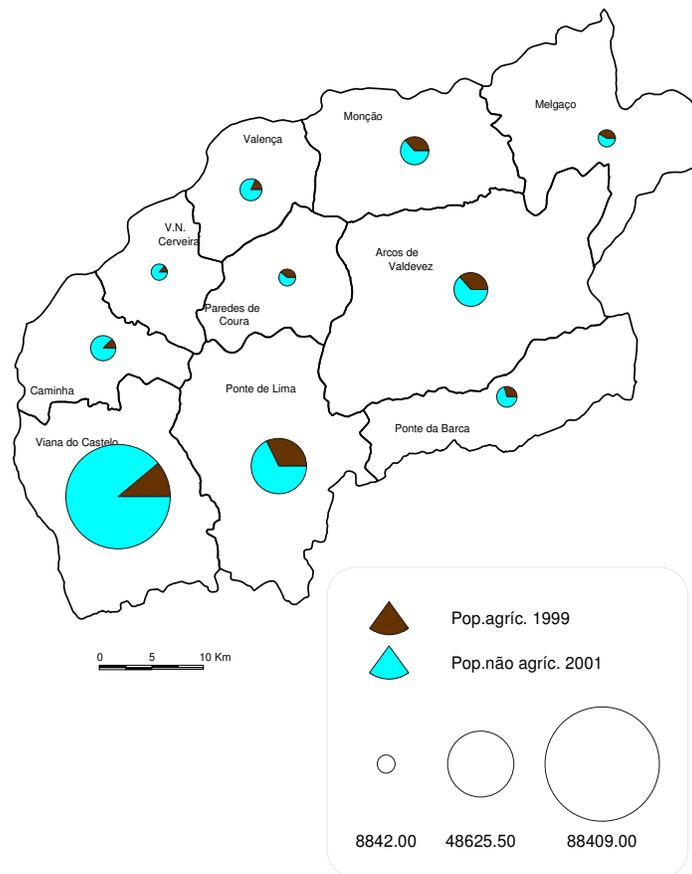


Fig.3.1b - Importância da população agrícola familiar na população residente em 1999/2001.

3. 2. O ciclo recente de ajustamento estrutural

Em termos simples, as características fundamentais do sector agro-florestal do Alto Minho, podem definir-se como **de transição entre um modelo social e produtivo de dominância camponesa e um outro em que o centro de gravidade é o modelo empresarial**. *O primeiro tende a esgotar-se e a ser cada vez mais residual, enquanto o segundo tende a dominar o essencial da produção agrícola que se destina aos circuitos comerciais*. Enquanto a agricultura de tipo camponês se baseava na grande elasticidade do trabalho familiar, na policultura tradicional, na fraca circulação monetária e no elevado peso do auto-consumo - pese embora a existência de um ou mais produtos estratégicos de auto-financiamento da exploração (vinho, leite, etc.) - a agricultura de tipo empresarial baseia-se na **especialização produtiva** - o que remete para uma dimensão física da exploração consentânea - na

substituição da mão de obra familiar pela máquina e pelo trabalho sazonal, na primazia do mercado quer no processo decisório, quer em termos de mercado de factores.

Embora, em mercado aberto, o "emagrecimento" do sector agro-florestal fosse inevitável, as principais mudanças devem ser creditadas, de um modo geral, à integração na PAC e, em particular, **aos sistemas de incentivos à modernização e competitividade das explorações agrícolas prescritos no QCA I e QCA II**, quase exclusivamente direccionados para o aumento da dimensão física das explorações, da produtividade do trabalho, sobretudo por via da mecanização, da especialização produtiva, ou da maior capacidade de inovação e competência técnica dos dirigentes, por via do rejuvenescimento, da formação profissional ou da aquisição de um maior capital escolar.

No **Alto Minho**, o ajustamento estrutural fez-se de forma desigual, em menor medida no dimensionamento físico das explorações, mais significativamente na melhoria dos respectivos **índices de mecanização** e no aumento da **produtividade do trabalho**, assim como, embora de forma mais diluída, numa maior **especialização produtiva**.

3.2.1. A redução do número total de explorações agrícolas e o aumento das área média de SAU.

Entre os momentos censitários agrícolas de 1989 e 1999, desapareceram ou não encontraram sucessor 11905 explorações com SAU (de 28600 em 1989, para 16995 em 1999), o que corresponde a uma perda de 41.6% no número total de explorações agrícolas, diminuição relativa semelhante à que, no mesmo período, se registou no Entre-Douro e Minho (39.4%). (Quadro 3.II. e Fig. 3.2). É evidente que existem diversas razões que permitem perceber o porquê de tão **acentuada redução no número de explorações** em tão curto período de tempo. Provavelmente a de maior poder explicativo radique no **forte envelhecimento dos produtores individuais**, mas também pode resultar, simultaneamente como causa e efeito, da **incapacidade** de parte das explorações agrícolas **suportarem a concorrência** em mercado aberto. Se se tiver em consideração que a esmagadora maioria das explorações agrícolas do Alto Minho são de conta-própria (cerca de 93% da SAU, ou seja, o produtor individual é, por regra, simultaneamente proprietário fundiário), é frequente, aquando da sucessão, a transferência do património fundiário ocorrer sem que tal signifique, muitas vezes, a manutenção desse património enquanto exploração agrícola. Além das explorações agrícolas que não encontram sucessor, outras, embora em menor medida, desaparecem pela incapacidade em suportar as sucessivas **diminuições dos preços reais** dos produtos gerados na exploração. Este factor só não adquiriu maior amplitude porque a pluriactividade e o plurirrendimento permitiram a sua manutenção, o que, nalguns casos implicou a redifinição do seu posicionamento económico, nomeadamente através do recurso à extensificação produtiva e/ou pelo atenuar das relações mercantis, favorecendo assim **a feminização do trabalho** na exploração e a tendência no sentido da predominância do **auto-consumo**.

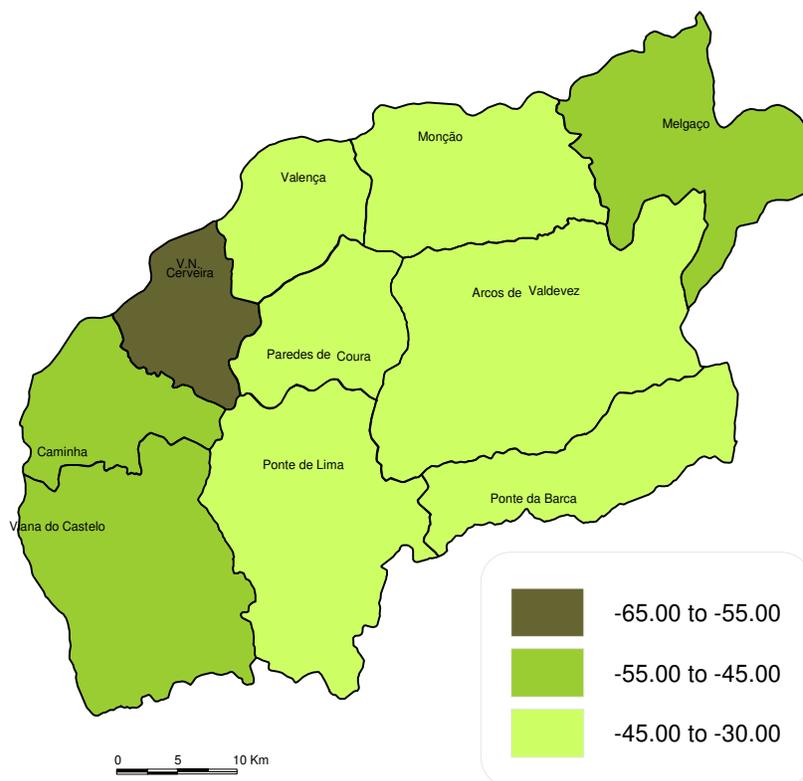


Fig. 3.2 - Variação do número de explorações agrícolas entre 1989 e 1999 (%).

A redução do número total de explorações agrícolas no Alto Minho (Fig. 3.2), embora generalizada, como vimos, comportou-se de forma desigual no território. **As perdas de mais dimensão** (superiores a 50%) ocorreram nos municípios **mais litoralizados**, onde é também maior a pressão urbanística, a exemplo de Viana do Castelo (51.7%), Caminha (52%) e Vila Nova de Cerveira (63%) e, **as perdas menos significativas**, cerca de 1/3, registaram-se nos municípios do **tramo médio do Lima**, onde a intensidade de ocupação agrícola é maior, como são os casos de Ponte de Lima (-35.6%), de Ponte da Barca (-34.6%) e de Arcos de Valdevez (-32.3%).

Em abstrato, pode admitir-se que a maior parte das explorações desaparecidas ou que não encontraram sucessor se situem nos escalões de dimensão física mais baixos, o que explicaria a menor taxa de variação da SAU (-21.6%), comparativamente com a taxa de variação do número total

de explorações, daí decorrendo o aumento registado, na década de noventa, na área média de SAU por exploração, que subiu de 3 ha, em 1989, para 4.1 ha, em 1999. No entanto, o mais provável é que a redução do número de explorações tenha atingido sem grandes diferenças toda a espessura de dimensão física. Tenha-se em linha de conta que o RGA de 1989 recenseou no Alto Minho 8319 explorações agrícolas com menos de 1 ha de SAU, o que representava 29% do total de explorações agrícolas e que, por sua vez, o RGA de 1999 recenseou em condições semelhantes (área inferior a 1 ha de SAU, mas com uma área mínima de cultura ou de actividade animal) 3589 explorações, ou seja, 27,4% do total (Quadro 3.III. e Fig. 3.3), o que significa que o peso relativo das muito pequenas explorações se manteve mais ou menos estável. Por outro lado, recorrendo à escala do município percebe-se que **a área média de SAU por exploração só registou um aumento significativo em Arcos de Valdevez** (de 2,2 ha em 1989, para 5,4 ha em 1999) **e Ponte da Barca** (de 3,7 ha em 1989, para 9,6 ha em 1999), o que ocorreu justamente naqueles em que em 1999 a dimensão da SAU na forma jurídica de **baldio é claramente dominante**. Dos 32974 ha que no Alto Minho cabem neste instituto jurídico (128 explorações no total) 11080 creditam-se ao município de Arcos de Valdevez (35 explorações) e 8131 ao de Ponte da Barca (12 explorações). Em bom rigor, **é mais ao aumento das pastagens pobres do que às intenções de redimensionamento** - que ocorreu de facto, embora sem grande amplitude - **que se deve imputar o aumento da área média de SAU por exploração**. É, portanto, nestes municípios de localização interior - correspondendo, grosso-modo, aos territórios serranos incluídos no *Parque Nacional da Peneda-Gerês* - que se situam as freguesias que possuem áreas médias de SAU por exploração agrícola mais elevadas a exemplo de Britelo (157,23 ha), Germil (40,35 ha), Lindoso (19,6 ha), Ermida (13,49 ha) e Entre Ambos-os-Rios (13,74 ha) no de Ponte da Barca e de Cabreiro (16,27 ha), Soajo (12,63 ha), Sistelo (12,35 ha), Cabana Maior (32,46 ha) e Ermelo (21,82 ha), no de Arcos de Valdevez. Valores semelhantes encontram-se também na Serra de Arga como são os casos das freguesias de Montaria (22,36 ha) do município de Viana do Castelo e Agra de Baixo (16,54 ha), Agra de Cima (20,5 ha) e Agra de S. João (17,82 ha) no de Caminha.

Ao invés, sobretudo **nas áreas de regadio de fundo de vale**, mas também, embora em menor medida, **nas de meia encosta**, as **pequenas e muito pequenas explorações agrícolas mantêm ainda uma importância significativa**, já que em municípios como Valença (31,2%), Monção (38,2%) ou Melgaço (34,2%) cerca de 1/3 do total de explorações agrícolas têm menos que 1 ha de dimensão física e, só praticamente nos territórios serranos, onde as explorações exclusivamente florestais têm alguma dimensão, onde os solos mais pobres e a pecuária extensiva tem mais significado, estes valores são de menor amplitude, a exemplo do que ocorre nos municípios de Ponte da Barca (18,3%) ou Paredes de Coura (11,4%) (Quadro 3.III.e Fig.3.3).

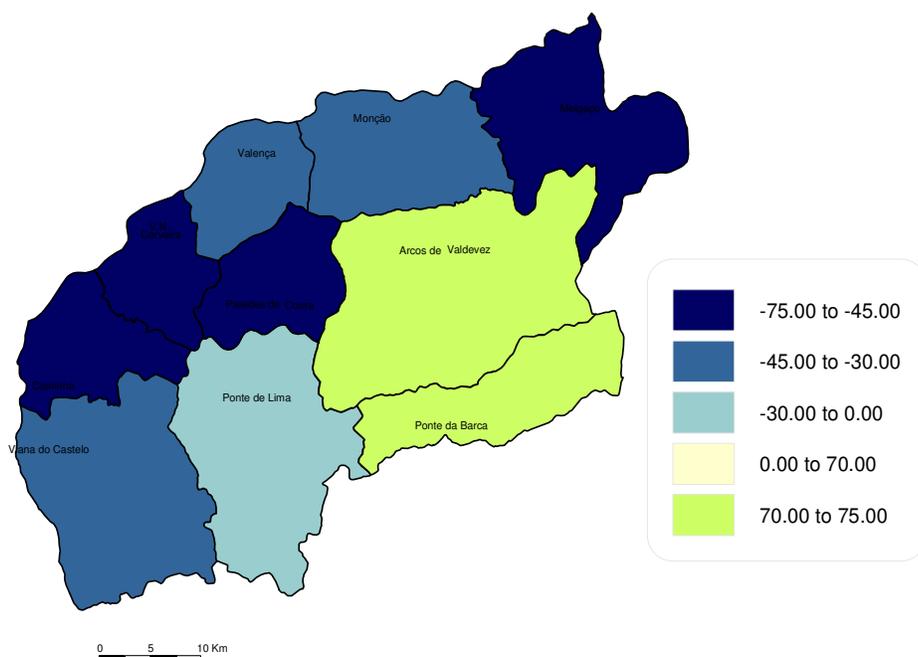


Fig. 3.3 – Variação da SAU entre 1989 e 1999 (%).

Exceptuando a transmissão por herança e, apesar da recente existência de um "banco" de terras que possibilitaria alargar a dimensão das explorações pelo recurso ao arrendamento, **a mobilidade do factor terra** continua a ser, pelas condicionantes conhecidas, **muito restrita**, bastando tomar como indicador a persistência de áreas médias das explorações agrícolas sem alteração significativa, o que se expressa na manutenção ou até agravamento da elevada idade dos dirigentes e se reflecte na fraca capacidade de rejuvenescimento, se se atender, por exemplo, ao **reduzido número de projectos aprovados para a instalação de jovens agricultores** no âmbito dos REG.s 797/85 e 2328/91 (Quadro 3.IV. e Fig. 3.4).

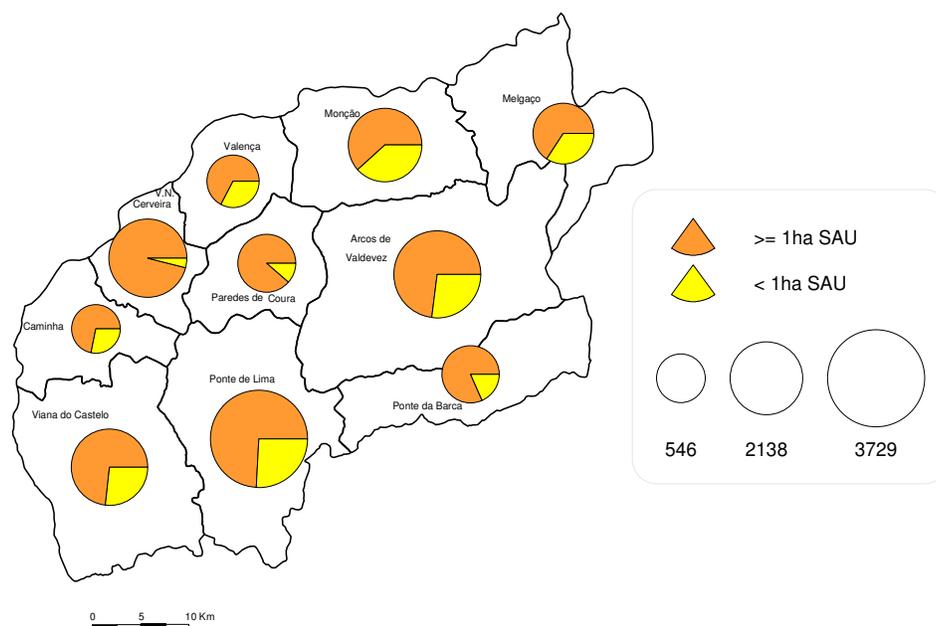


Fig. 3.4.- Número de explorações agrícolas com SAU < 1ha e com SAU ≥ 1ha.

3.2.2. A estabilidade do produto e o aumento da produtividade do trabalho

No entanto, no decorrer da última década do séc. XX, as explorações agrícolas que persistiram, demonstraram **uma grande capacidade de se equipar com meios mecânicos**, até como resposta à progressiva ausência de caseiros e jornaleiros. Alíás, tomado isoladamente é esse um dos itens que canalizou **mais investimentos ao abrigo dos REG.s** acima citados. Não admira, portanto, que os índices de motorização tenham sofrido acréscimos consideráveis, sobretudo como resultado do aumento do número total de tractores, dado que no que toca à utilização de outros meios mecânicos, como é o caso dos motocultivadores, se registou alguma estabilidade (3480 em 1989, 3522 em 1999) (Quadro 3.V e Fig. 3.5). **A amplitude da tractorização no Alto Minho destaca-se mesmo no quadro do país.** Segundo o RGA de 1999 existiam em Portugal um total de 168495 tractores para 3863094 ha de SAU, o que prefaz uma média de 4,4 tractores por 100 ha de SAU, valor bem mais baixo do que o registado para o Alto Minho, onde, na mesma data, existiam **9,9 tractores por 100 ha de SAU.**

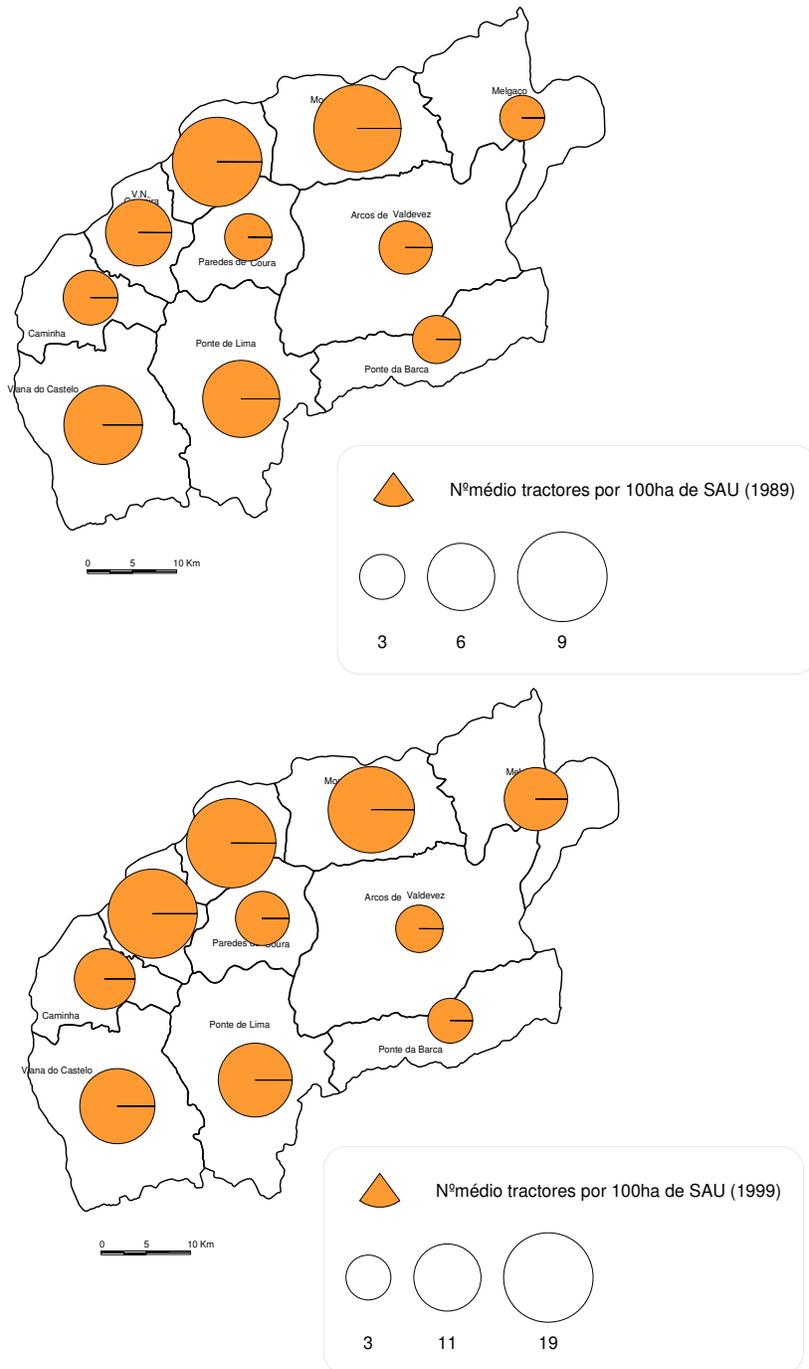


Fig. 3.5 - Número médio de tractores por 100ha de SAU em 1989 e 1999.

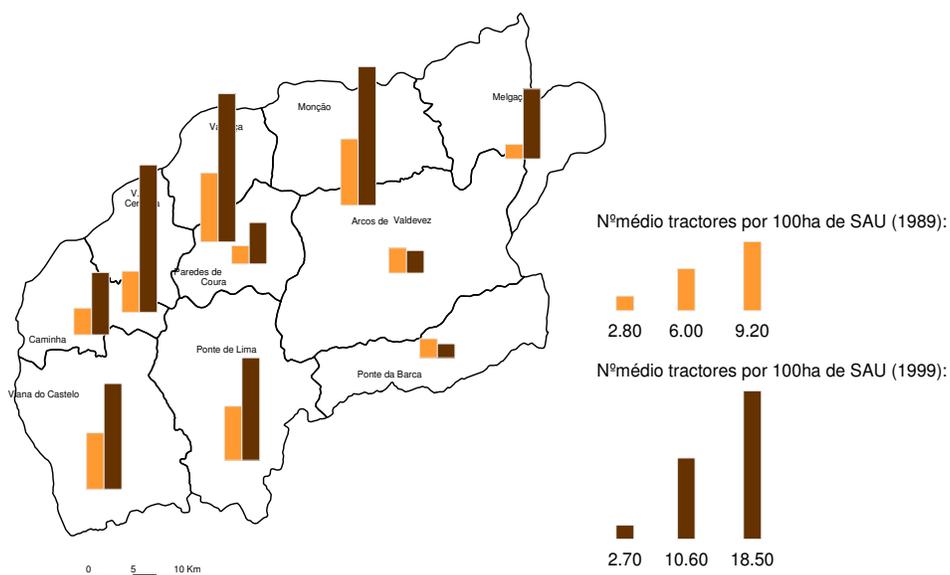


Fig. 3.6. – Número médio de tractores por 100ha de SAU (1989 e 1999).

O RGA de 1989, recenseou no Alto Minho 4814 tractores, enquanto que o de 1999 indica um total de 6121, o que significa um **acréscimo de 1307 unidades (27,1%)**, o que deve ser destacado até por ter ocorrido em apenas uma década. Este aumento - que se comportou de forma semelhante em praticamente todos os municípios - tem ainda mais significado quando se comparam, para as mesmas datas, quer os valores médios por exploração (inferior a 1/5 (0,17) em 1989 e superior a 1/3 (0,37) em 1999), quer, como se fez anteriormente, o número total por 100 ha de SAU, que passou de 5,5 tractores em 1989 para 9,9 em 1999, com particular destaque para os municípios de Monção (17,4), Ponte de Lima (13,1), Valença (18,5), Viana do Castelo (13,5) e Vila Nova de Cerveira (18,4), todos com mais de 10 tractores por 100 ha de SAU em 1999 (QUADRO 3.5). Além disso, importa também sublinhar, ainda para 1999, que o número de explorações agrícolas que utilizam tractor (possuindo-o ou não), 15700, se aproxima bastante do número total de explorações agrícolas com SAU (16695), o que significa que este **meio mecânico está presente em 94% das explorações**, ocorrendo o valor relativo mais baixo em Arcos de Valdevez (87,2%) e o mais alto em Paredes de Coura (97,1%) (Quadro 3.V e Fig. 3.6).

O notável incremento da motorização é um dos factores, embora não o único, que explica o claro aumento da produtividade do trabalho no Alto-Minho.

As Contas Económicas da Agricultura 2001 reportando-se aos anos de 1986 a 2000 (base 1995), publicadas pelo INE, apenas apresentam valores desagregados à escala de Região Agrária para os anos de 1995 a 1999 não fazendo o mesmo, como seria mais útil para este estudo, para as NUT III. Ainda assim, parece não ser arriscado partir dos valores do Entre-Douro e Minho para extrapolar, com alguns ajustes, através da identificação das tendências recentes, ainda que em grosso, para o Alto Minho (Fig. 3.7).

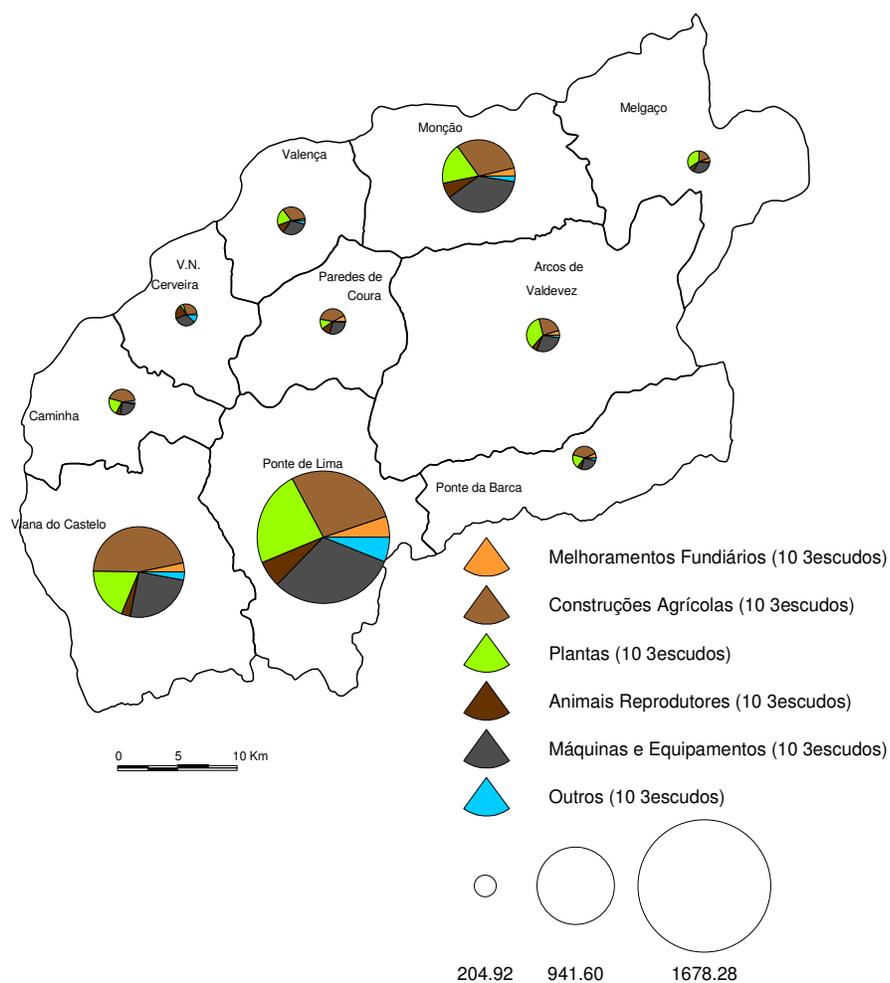


Fig. 3.7.– Ajudas ao investimento nas explorações agrícolas, entre Setembro de 1987 e Dezembro de 1995 (10³ escudos).

No Entre-Douro e Minho a produção do ramo agrícola, entre os anos 1995 e 1999 (base 1995), não registou grandes flutuações e, se se exceptuar o ano de 1997 - que apresentou condições climáticas particularmente adversas - o seu valor ronda os 150 mil x (10³) esc., sendo as oscilações mais visíveis na produção vegetal do que na animal, respectivamente cerca de 80 mil x (10³) e 70 mil x (10³) esc..

No entanto, a estabilidade desta série resulta da recíproca anulação de itens específicos, para o caso da produção vegetal o decréscimo registado nos cereais foi compensado pelo aumento dos produtos hortícolas e, para o caso da produção animal, o decréscimo dos bovinos (em parte como resultado da BSE) foi compensado pelo aumento do leite em natureza (Quadro 3.VI).

Ora, no Alto Minho, ao contrário do conjunto da Região Agrária do Entre-Douro e Minho, é provável que estas compensações não tenham ocorrido nem da mesma forma nem com a mesma intensidade, o que permite inferir que a **produção do ramo agrícola** manifestou no mesmo período uma trajectória no sentido de **decrécimo**, embora não tão significativo como, à partida, seria lícito esperar. No que respeita ao produto vegetal porque o seu território se situa fora das áreas de produção hortícola mais intensivas e mais dinâmicas, a exemplo da faixa litoral entre a Póvoa de Varzim e Esposense, no produto animal porque a perda dos bovinos não foi compensada pelo aumento do leite em natureza, dado que se manifestou - tal como se vai explicitar um pouco mais à frente - uma tendência no sentido de subalternidade em relação às políticas de concentração produtiva e territorial promovidas pela Agros, que têm favorecido a bacia leiteira de Barcelos / Vila do Conde, em detrimento dos territórios mais excêntricos.

Admitindo, então, que no Alto Minho se está em presença de um decréscimo não muito significativo da produção do ramo agrícola e considerando que, sincronicamente, se assistiu quer a um elevado crescimento dos índices de motorização, quer a uma acentuada diminuição das UTA, pode concluir-se que, no decorrer da última década, se registou **um forte aumento da produtividade do trabalho**, como também inferir-se, por ser pouco provável que a redução do produto tenha tido a amplitude da registada na área total de SAU, que se operou um aumento global do rendimento / hectare. Se este cenário não estiver muito longe da realidade, significa ainda que **o abandono se fez sentir com maior incidência em terras de produtividade inferior ou marginal** e que pelo menos uma parte das explorações resistentes demonstraram alguma melhoria na respectiva competitividade.

3.3. As condicionantes tradicionais e os parâmetros de modernização.

Apesar do aumento da área média de SAU por exploração e, sobretudo, do forte crescimento registado na produtividade do trabalho, o sector agro-florestal do Alto Minho manteve quase intactas algumas das características fundamentais que o caracterizavam no período anterior à integração na PAC e à aplicação dos Q C A I e II.

3.3.1. As principais condicionantes

*Em primeiro lugar, porque persiste ainda como dominante o modelo que confina **o trabalho na exploração agrícola essencialmente à esfera familiar**, ao mesmo tempo que **subsistem elevados índices de tempo de trabalho não completo na exploração**.*

Segundo o RGA de 1989, 75,1% da população agrícola familiar trabalhava a tempo completo ou parcial na exploração agrícola, valor que sobe até ligeiramente para 82,6% (um total de 47732 pessoas) no RGA de 1999. Para esta última data, os valores concelhios são todos muito elevados, sobretudo para os casos dos municípios em que a ruralidade de matriz camponesa é mais evidente ou, no que aqui importa, a participação dos membros mais jovens do agregado doméstico do produtor singular nos trabalhos agrícolas, quase generalizada, a exemplo do que ocorre em Ponte da Barca (90,5%), Melgaço (90%), Arcos de Valdevez (89,1%) ou Paredes de Coura (87,8%), onde a quase totalidade da população agrícola familiar tem actividade na exploração. Destaque-se ainda que, tal como sucede em praticamente todo o Entre - Douro e Minho, **o elevado peso relativo do número de activos na exploração que os "outros membros" representa** (39,3%), registando-se os valores relativos mais elevados nos municípios de Caminha (48,5%) e Viana do Castelo (44%) e, os mais baixos, nos de Arcos de Valdevez (33,5%), Valença e Vila Nova de Cerveira (34,3%) (Quadro 3.VII.).

O facto de no Alto Minho a esmagadora maioria dos membros do agregado doméstico do produtor trabalhar na exploração agrícola, podia não significar necessariamente um claro predomínio do trabalho familiar na globalidade do trabalho agrícola. Mas, não é isso que sucede, bastando ter em conta para o comprovar o facto de, entre os momentos censitários de 1989 e 1999, **a mão de obra não familiar permanente**, empregue a tempo total ou parcial na exploração, se ter **reduzido**, em números absolutos, em cerca de 1/3 (de um total de 1804 pessoas em 1989, para 1289, em 1999). O elevado peso relativo do trabalho familiar na exploração agrícola transparece também, como não podia deixar de ser, quando se comparam as UTA provenientes do agregado doméstico do produtor, que representam 93,8%, com as UTA não familiares (trabalhadores permanentes ou eventuais), somente 6,2% do total. **No Alto Minho, a quota parte do trabalho familiar é, mesmo superior à que se regista para o conjunto do Entre-Douro e Minho (89,4%)**, continuando portanto a ser esta característica imprescindível para a compreensão do seu perfil social e económico, até porque mostra uma incidência territorial bastante homogénea na medida em que, à escala municipal, o peso relativo das UTA de origem familiar pouco variam, tendo um máximo em Melgaço (96,7%) e um mínimo em Valença (92,1%) (Quadro 3.VIII. e Fig. 3.8).

No entanto, no Alto Minho o trabalho na exploração com origem no agregado doméstico do produtor singular é realizado essencialmente a tempo parcial (84,3%), valor relativo um pouco superior ao que se regista na mesma data (RGA, 1999) para o Entre-Douro e Minho (78,8%). E, o exercício da actividade agrícola a tempo parcial, percorre com maior ou menor incidência todo o território, apresentando menor dimensão em Vila Nova de Cerveira (63,3%) ou Melgaço (67,7%) ou sendo praticamente dominante, ao assumir valores acima dos 90%, em Caminha, Melgaço, Monção e Paredes de Coura (Quadro 3.VII.). Tal facto, é ainda mais relevante, quando se verifica que **o tempo**

de trabalho anual despendido é, por regra, **inferior a metade do estatisticamente considerado como completo**. Ou seja, no Alto Minho, de um total de 40260 pessoas do agregado doméstico do produtor singular (incluindo-o) com actividade a tempo parcial na exploração, 23236 despendem menos de 50% do tempo completo. Só nos Arcos de Valdevez tal sucede a menos de metade do total de trabalhadores familiares a tempo parcial, enquanto que em Ponte de Lima (65,2%), Valença (64,7%) e Vila Nova de Cerveira (69%), estes valores se aproximam dos 2/3 do total.

O exercício da actividade na exploração a tempo parcial atinge com dimensão semelhante o produtor singular (74,1%), valor que, inclusivamente, é agora (1999) superior ao registado pelo RGA de 1989 (66,7%). Como resultado do fenómeno de **envelhecimento** ou, em menor medida, do exercício de actividades remuneradas exteriores á exploração agrícola, **tem-se reduzido drasticamente o número de produtores singulares que despendem na exploração tempo completo** e, se em 1989, eram 9453, em 1999, são somente 4279, ou seja, menos de metade. Importa ainda aduzir que, ao contrário do que sucede para o agregado doméstico do produtor, os produtores singulares a tempo parcial despendem maioritariamente na exploração mais de 50% do tempo considerado completo (Quadro 3.IX e Fig. 3.8.).

Em segundo lugar, porque se mantém a forte dependência das famílias agrícolas quer do trabalho exterior à exploração quer das pensões rurais / reformas.

No Alto Minho, do rendimento global do agregado doméstico do produtor singular, só uma pequena parte depende exclusivamente da exploração agrícola (5,4%), valor relativo próximo do que, para a mesma data (1999), se regista para o Entre-Douro e Minho (6,1%). As oscilações concelhias não são muito significativas, correspondendo os valores mais baixos aos municípios de Caminha (2,3%) e Melgaço (2,5%) e os mais elevados a Vila Nova de Cerveira (11,4%), Valença (7,5%), Ponte de Lima (7,3%) e Paredes de Coura (7,2%) (Quadro 3.X.). Sublinhe-se que, do remanescente, se destacam nitidamente os agregados domésticos do produtor singular cujos rendimentos exteriores suplantam os provenientes da exploração, o que, no Alto Minho se verifica em cerca de 2/3 dos casos (65,4%). Só em Ponte da Barca o número absoluto de agregados domésticos do produtor individual cujo rendimento provem maioritariamente da exploração agrícola (566) suplanta aqueles em que o rendimento exterior sobreleva o gerado na exploração (480), existindo mesmo **municípios em que o rendimento exterior é esmagadoramente maioritário**, chegando até a ultrapassar ligeiramente os 3/4 do total, a exemplo de **Caminha (79,5%), Vila Nova de Cerveira (77,7%), Melgaço (77,6%) e Valença (76,6%)** (Quadro 3.X. e Fig. 3.9).

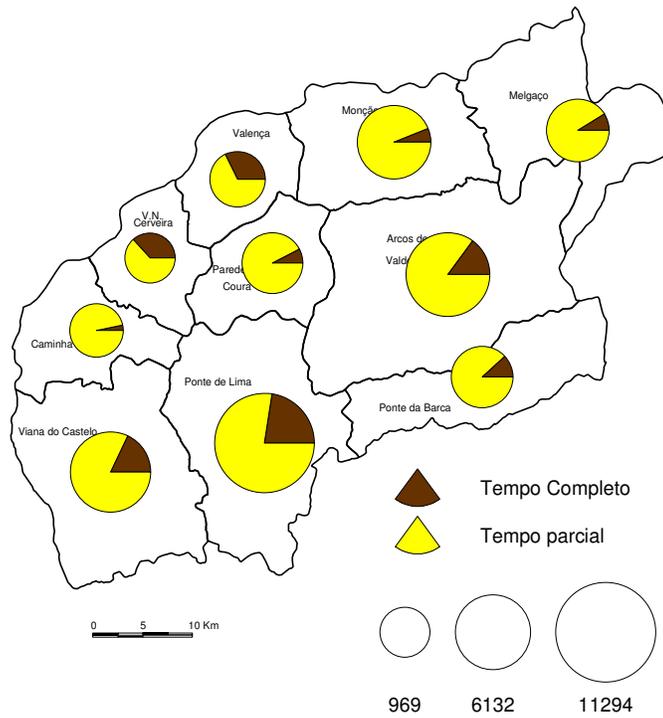


Fig. 3.8 – Tempo de actividade na exploração do produtor singular, 1999 (%).

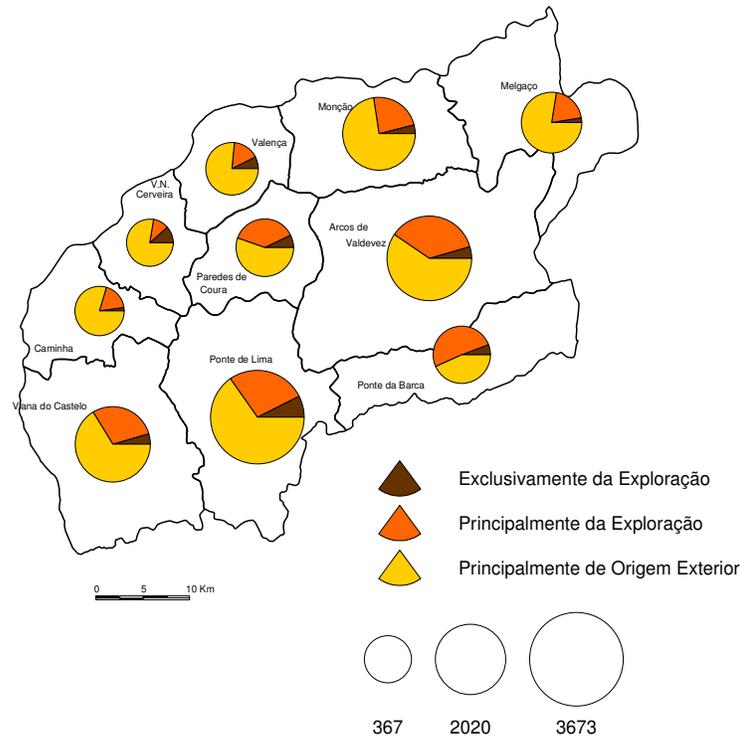


Fig. 3.9 - Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor singular em 1999.

No Alto Minho, a origem do rendimento do agregado doméstico do produtor singular provem de situações de **pluriactividade** (6479 agregados) mas, como seria de esperar face ao envelhecimento dos produtores singulares, nem sequer é o trabalho exterior remunerado o mais significativo (6479 agregados), dado que o que mais conta são as **pensões rurais e as reformas** (6911 agregados).

Nas situações em que o rendimento exterior suplanta o gerado na exploração (10806 agregados), indicam-se como origem principal (1ª opção) os salários auferidos (4748 agregados - 43,9%), com claro predomínio para a actividade exercida no **sector secundário** (2490), algum relevo para o **terciário** (1907) e fraca representatividade do primário (351). As **pensões rurais e reformas**, também enquanto 1ª opção, foram indicadas por 4554 agregados (42,1%), e **os juros e dividendos e remessas de emigrantes** por 1002 (9,3%). O peso dos salários é superior a metade do total nos municípios de Caminha (72,6%), Viana do Castelo (59,2%) e Ponte de Lima (56,8%), justamente onde se concentra o essencial da oferta de emprego industrial, ocorrendo o inverso no que respeita ao peso relativo das pensões rurais e reformas onde se incluem Arcos de Valdevez (55,3%), Paredes de Coura (49%), Ponte da Barca (46,3%), Valença (57,3%) e Vila Nova de Cerveira (52,6%). No que toca aos juros / dividendos e remessas de emigrantes só em Melgaço (48,4%) e Arcos de Valdevez (10,7%) se ultrapassa o valor relativo de Alto Minho (Quadro 3.XI e Fig. 3.10 e 3.11).

Nas situações em que o rendimento gerado na exploração suplanta o exterior, as pensões rurais e reformas é a origem principal do rendimento que mais vezes foi indicada exterior (2357 agregados – 50%), seguindo-se os salários (1731 agregados – 36%) e os juros /dividendos e remessas de emigrantes (383 agregados - 8%). Os municípios de Vila Nova de Cerveira (50%), Viana do Castelo (53,6%) e Ponte de Lima (47,2%) são os que apresentam um maior peso relativo no que respeita aos salários, igualmente com predomínio para o sector secundário, enquanto no que toca às pensões rurais e reformas se destacam Ponte da Barca (63,4%), Caminha (54,6%), Paredes de Coura (50,9%) e Monção (50,3%). Tal como sucede para os casos em que o rendimento exterior suplanta o gerado na exploração agrícola também Melgaço se evidencia quanto ao peso relativo dos juros /dividendos e remessas de emigrantes (46,2%) (Quadro 3.XII e Fig. 3.10 e Fig. 3.11).

Importa também sublinhar que parece constituir uma **tendência estrutural instalada**, de acordo com o progressivo envelhecimento dos produtores singulares, a passagem dos **maiores índices de pluriactividade para os restantes membros do seu agregado doméstico**. Atente-se que, em 1989, o peso relativo dos produtores individuais que exerciam uma actividade remunerada exterior à exploração agrícola era de 20,1%, valor que desce para 15,8%, em 1999. Ao invés, se se considerarem os agregados domésticos dos produtores singulares, incluindo-o, passa-se no mesmo intervalo de tempo de 21,7% para 26,3% de membros pluriactivos.

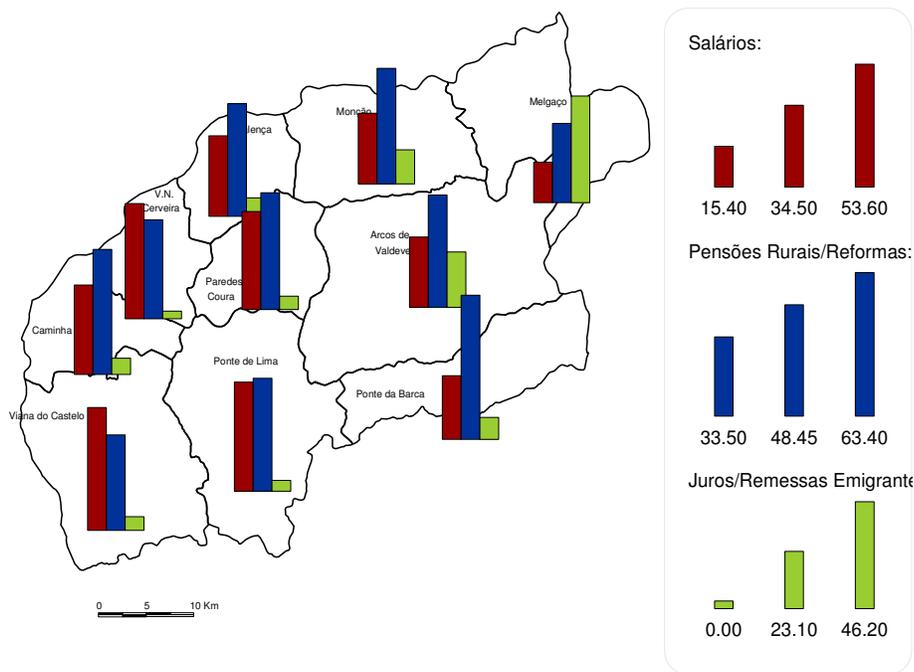


Fig. 3.10 - Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor singular maioritariamente proveniente da exploração, em 1999.

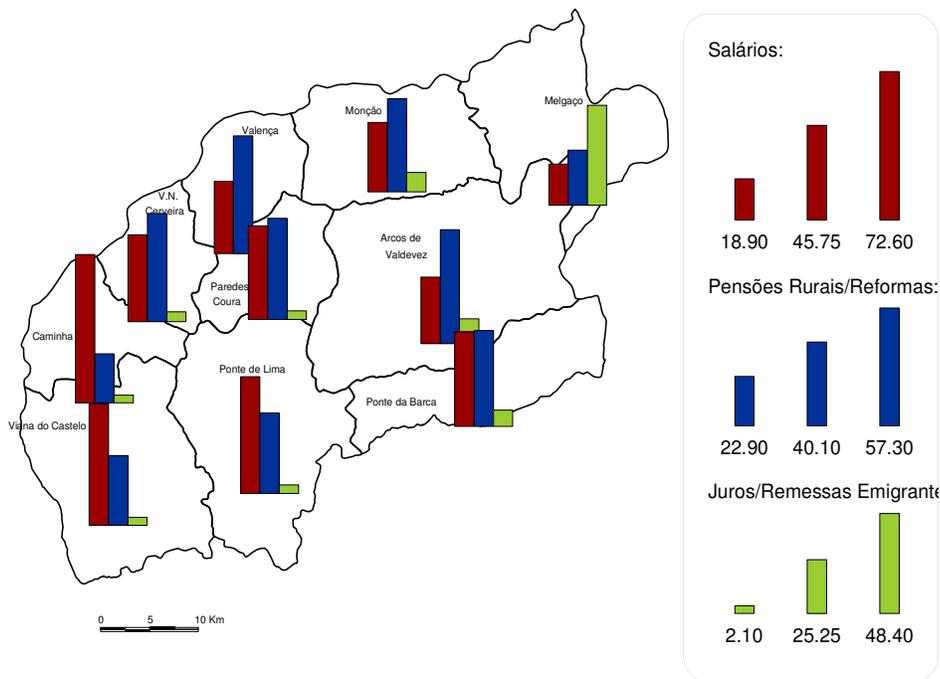


Fig. 3.11 - Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor singular maioritariamente exterior à exploração, em 1999.

*Em terceiro lugar porque, apesar dos **esforços financeiros despendidos** para uma melhor **formação e rejuvenescimento**, **os produtores** singulares continuam a apresentar **baixos níveis de qualificação técnica e escolar**, assim como uma **elevada idade média**.*

Segundo o RGA de 1999, a grande maioria dos produtores singulares do Alto Minho apresentava um fraco nível de instrução na medida em que 7654 (46,4%) tinham como habilitação escolar somente o ensino básico /1º ciclo, o que era agravado pelo facto de, nos remanescentes, 2327 (14,2%) terem declarado não saber ler nem escrever e 4923 (29,8%) apenas saber ler e escrever, ou seja, **9 em cada 10 produtores singulares apresentam um nível de qualificação escolar baixo ou muito baixo** e somente um valor residual (235 - 1,4%) têm formação académica superior. Se, por um lado, este quadro não é muito distinto do que sucede para o conjunto do Entre-Douro e Minho, dado que 15,4% (10285) dos produtores singulares declararam, na mesma data, não saber ler nem escrever, 22,7% (15133) apenas saber ler e escrever e somente 2,1% (1394) possuir qualificação académica superior, importa, por outro lado, realçar que alguns dos municípios do Alto Minho estão, neste aspecto, numa situação bem **mais fragilizada** a exemplo de **Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte da Barca** ou **Melgaço** onde cerca de metade dos produtores singulares declararam não saber ler nem escrever ou apenas saber ler e escrever (Quadro 3.XII e Fig. 3.12 e Fig.3.13.).

O mesmo sucede no que respeita à formação profissional agrícola, já que no Alto Minho **a esmagadora maioria dos produtores singulares** (14902 - 90,3%) **apenas detêm uma formação profissional apenas exclusivamente prática** e somente 1200 (7,3%) obtiveram formação profissional agrícola de curta duração, valores relativamente próximos dos registados, na mesma data (1999) para o conjunto do Entre - Douro e Minho onde 91,6% dos produtores singulares possuem apenas uma formação profissional exclusivamente prática e 4,5% formação profissional agrícola de curta duração (Quadro 3.XIV.). No Alto Minho os municípios que neste aspecto se encontram melhor colocados são os de Caminha, Valença e Vila Nova de Cerveira respectivamente com 78%, 83% e 80,8% de produtores singulares com formação exclusivamente prática e 19,7%, 14,6% e 12,5% para os que possuem uma formação profissional agrícola de curta duração (Quadro 3.XIV.e Fig.3.13).

É claro que este cenário de **baixos níveis de qualificação técnica e escolar** resulta também da idade avançada dos produtores singulares. No Alto Minho cerca de **1/3** (32,1%) **têm idade igual ou superior a 65 anos**, valor próximo do que regista para o conjunto do Entre - Douro e Minho e, quase **2/3** (62,2%) **idade igual ou superior a 55 anos**. Esta estrutura etária dos produtores singulares, marcadamente envelhecida, percorre os municípios sem variações de monta mesmo para os que apresentam valores mais baixos no conjunto dos dois escalões de idade mais elevada, como Caminha (56,2%) ou Ponte de Lima (57,2%). **O potencial de renovação geracional** é, portanto, **muito limitado**, bastando ter em conta que somente 559 produtores singulares têm idade inferior a 35 anos, ou seja, apenas 3,4% do total. Este problema é particularmente grave nalguns municípios do interior, onde os produtores singulares mais jovens representam muito pouco a exemplo de Melgaço (1,8%) e Arcos de Valdevez (2,5%) (Quadro 3.XV e Fig. 3.14).

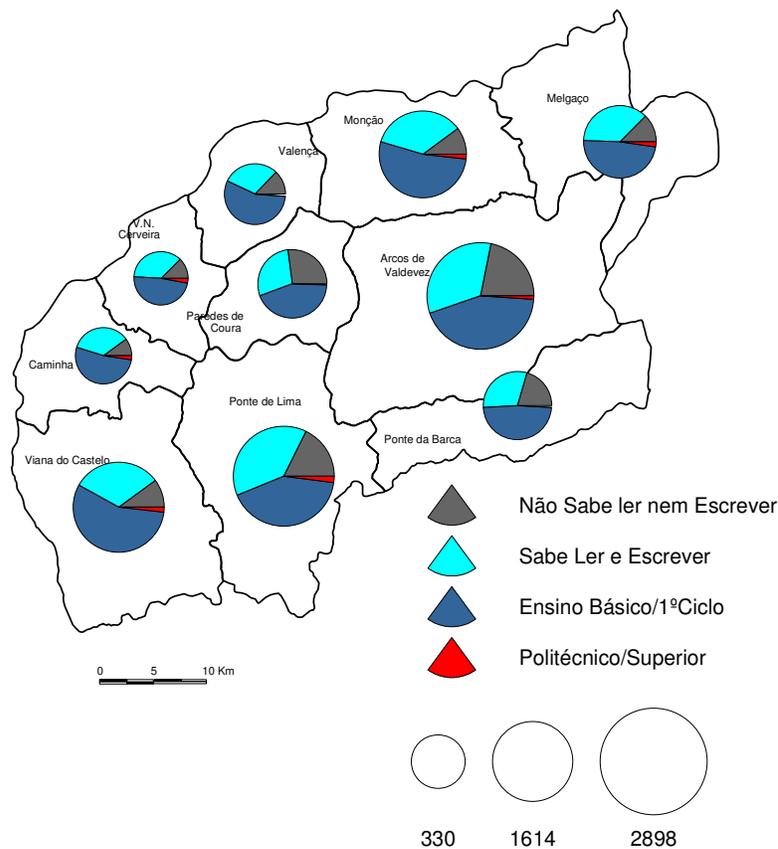


Fig. 3.12 - Qualificação escolar dos produtores individuais, em 1999.

Por fim, porque **a especialização produtiva ocorreu mais em termos territoriais**, ao mostrar uma tendência para a **concentração das principais fileiras de vocação mercantil**, do que propriamente no interior das explorações agrícolas, até porque continua a ser dominante a ausência de uma especialização clara. Além da quase **úbiqua manutenção da horta familiar**, das explorações agrícolas recenseadas em 1999, salientam-se apenas com uma orientação técnico-económica dominante 1743 na viticultura, 745 nos bovinos de leite e 658 nos bovinos de carne. No entanto, definem-se agora com mais nitidez **concentrações / dominâncias territoriais**, a exemplo do que se verifica **na fileira vitícola** e nos **bovinos de carne**, ou desconcentrações/perda de dominância territorial, a exemplo do ocorrido na fileira do leite.

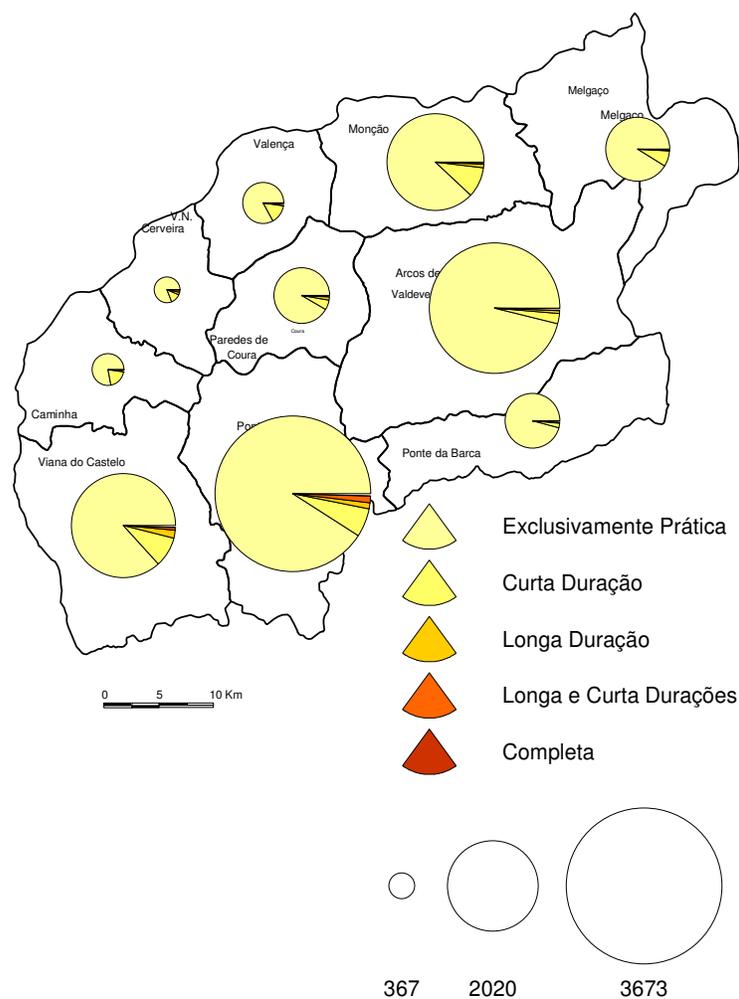


Fig. 3.13 – Formação profissional agrícola dos produtores singulares, 1999.

Na viticultura, o Alto Minho tem **mantido o seu peso relativo** no quadro da **Região Demarcada dos Vinhos Verdes**. Na última década (1991/2000) o número de "manifestantes" corresponde a cerca de 25% do total da RDVV, para uma produção que oscila em torno dos 15% do total regional. Porém, esta estabilidade resulta de perdas em quase todos os municípios à excepção dos de **Ponte de Lima e Monção** cuja especialização vitícola é cada vez mais vincada, não só porque estes dois municípios que eram **responsáveis**, no início da década de noventa, por pouco mais de 1/3 dos **manifestantes**, o serem agora por **cerca de metade**, como também pelo facto de **produzirem um pouco mais de 2/3 do total de vinho branco**.

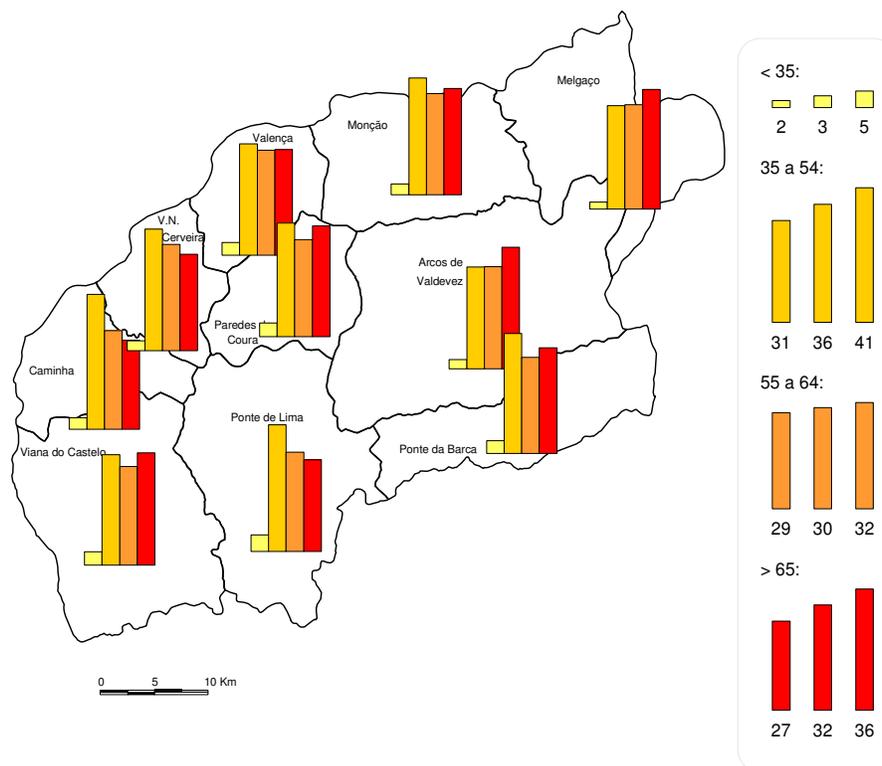


Fig. 3.14.– Idade dos produtores singulares, em 1999.

A **fileira do leite perdeu competitividade** em favor da bacia Barcelos / Vila do Conde o que se expressa na redução para menos de metade do efectivo bovino leiteiro (de 23432 em 1989, para 9846 em 1999). Nalguns dos municípios mais excêntricos à rede de recolha a diminuição dos efectivos foi mesmo muito acentuada, a exemplo do que ocorreu em Melgaço (de 457 para 8), Monção (de 1552 para 186), Paredes de Coura (de 2607 para 855) ou Valença (de 1096 para 162). Entre 1987 e 1997 foram **desactivados** não só **postos de recepção** (7 dos 14 que existiam em Arcos de Valdevez, os 6 que existiam em Melgaço, 19 dos 25 que havia em Monção, 9 dos 16 que havia em Valença e 13 dos 18 de Vila nova de Cerveira) mas também **salas colectivas de ordenha mecânica** (3 SCOMs das 6 que havia em Monção, a única que havia em Valença e 4 das 6 de Vila Nova de Cerveira), sem que, à excepção de Viana do Castelo e Ponte do Lima se note um claro aumento dos estábulos individuais.

Actualmente a produção leiteira só tem algum significado nas várzeas do tramo inferior do Rio Lima, abrangendo as tradicionais áreas do municípios de Viana do Castelo e Ponte do Lima que, conjuntamente, em 1997, detinham 61 das 66 SCOMs e 142 dos 191 estábulos individuais. Mesmo nestes municípios a produção não acompanhou o dinamismo de Barcelos/ Vila do Conde: em 1987 as cooperativas de Viana do Castelo e Ponte do Lima produziam um pouco mais de 30 milhões de litros, valor que, dez anos mais tarde se reduz para cerca de 25 milhões.

3.3.2. Os principais parâmetros de modernização

Não era de todo possível, aquando da elaboração do relatório de 1994, perceber a **amplitude da mudança que se estava a instalar na ruralidade do Alto Minho**, nem sequer entrever as condicionantes que possivelmente irão formatar a estrutura do sector agro-florestal, mesmo que num futuro próximo. E, por duas razões incontornáveis. A primeira, imbrica no facto da informação na altura disponível se reduzir além do RAC de 1979 (que serviu de base aos PDRAs do Lima e Minho) quase só ao RGA de 1989, em cujo repertório estatístico não era, por razões óbvias, possível encontrar de forma palpável as consequências da aplicação do I e II QCA, embora sincronicamente se pudesse recortar já uma textura propícia à desruralização. A segunda, radica no facto desse mesmo relatório ter sido escrito numa conjuntura de transição e de **viragem dos objectivos a atingir pela política agrícola comunitária**. Na sequência da reforma da PAC de 1992, foi-se reformulando e **alargando a concepção de "campo"** extravasando a **visão** mais ou menos **enviesada e redutora de espaço meramente produtivo**. A PAC tinha sido essencialmente centrada nos ajustamentos estruturais das explorações, na melhoria dos circuitos de comercialização e na competitividade agrícola - também por via das ajudas à produção aos principais produtos da Europa do Norte (bovinos de carne, cereais, etc.) - mas, passou **agora** a considerar também como relevante a **dimensão imaterial da ruralidade**, conjugando a grelha interventiva no sentido, mais amplo, do desenvolvimento rural, ao **privilegiar as ajudas ao rendimento** e ao **fomentar**, inclusivé no interior da exploração, **a diversidade da sua origem**. Por isso, se percebe que esta última componente esteja ausente do relatório de 1994 e, por maioria de razão, não se entenderia que o mesmo pudesse ocorrer no de 2001.

*Parece então evidente, que o quadro evolutivo próximo da ruralidade do Alto Minho - e esta é a filosofia orientadora deste relatório - se jogará tanto na **definição das fileiras competitivas** como na **defesa das ruralidades** enquanto *património em sentido lato*, o que pressupõe a manutenção de limiares mínimos de sustentabilidade territorial, factor só em parte resolúvel pelo reforço da componente de **(multi) subvenção ao rendimento** directamente proveniente da actividade agrícola. Tal significa também que o incompleto ajustamento estrutural, atrás sucintamente descrito, deva ser visto como contendo também virtualidades que importa agora potenciar, tendo sempre em conta que **cada sub-sistema produtivo** (pequena agricultura familiar pluriactiva; agricultura "residual" de idosos; agricultura empresarial especializada e competitiva, etc.) **constitui** tão somente **uma das componentes sociais da ruralidade**.*

Assim, e como objectivos desta componente propõe-se que uma:

1ª- *Avaliação da evolução recente da ruralidade, vista sobretudo pela sua componente agro-florestal, de forma a poder estabelecer as linhas mestras das trajectórias e tendências mais prováveis.* Trata-se, essencialmente, de procurar **compreender a diversidade de estratégias dos agentes**, em parte resultante do tipo de nós e de **laços, sociais ou económicos**, que se foram sedimentando e que **condicionam** não só a visão que estes têm do cenário em que se movem, como a forma de entender as políticas nacionais ou comunitárias que se direccionam para o sector.

2ª-*Definição das fileiras produtivas estratégicas e dos parâmetros orientadores que podem vir a ter maiores possibilidades de sucesso no quadro mais amplo do desenvolvimento rural.*

i - São apontadas, à partida, como **fileiras estratégicas competitivas, a vitivinicultura e a floresta**, não só porque são as que têm **maior peso no PBA regional**, mas também porque são igualmente as que propiciam um **maior retorno financeiro** às explorações agrícolas. Além disso, são ainda as que **mais se relacionam**, a montante ou a jusante **com outros sectores de actividade intra-regionais**, pese embora apresentarem capacidades organizativas muito díspares: uma estrutura cooperativa sólida e claramente dominante no caso da viticultura, uma oferta pulverizada e fortemente dependente a jusante, no caso da floresta.

ii - Os principais vectores de desenvolvimento rural (qualificação escolar e profissional / reforço dos diversos parâmetros de urbanidade) implicam, como se sabe, uma **articulação de políticas institucionais** que **ultrapassam** largamente o quadro mais restrito das **políticas usualmente denominadas de agrícolas**. Nos territórios em que o sector agrícola se encontra em perda, mas onde a ruralidade apresenta uma grande espessura histórica, a **memória colectiva** é, além de **identidade**, um **recurso importante**. E, para que a memória se valorize enquanto recurso regional é necessário preservá-la, quer **do ponto de vista material (sabores)** quer **do ponto de vista imaterial (paisagem)**. No primeiro caso está a preservação do património genético (animal ou vegetal) por via das indicações de proveniência geográfica. O recurso à **denominação de origem protegida (DOP)** ou indicação geográfica protegida (IGP) não é, em si, a solução, mas será, como tem sido demonstrado pela experiência, parte dela. No segundo caso, está a **preservação do património paisagístico**, que identifica uma forma "específica" de tradicional ao configurar uma dada **paisagem reconhecível e culturalmente identificável** por terceiros: os turistas.

3ª- *Inventariação dos estrangulamentos e das capacidades instaladas no sentido de potenciar a aplicação no Alto Minho do QCA III.*

Diz-se, num texto da DGD Rural, que a diversificação de actividades em meio rural é *encarada como um acto colectivo enquadrador de um **processo de revitalização social, económica e ambiental**, a*

***diversificação** constitui uma opção estratégica fulcral na política de desenvolvimento rural particularmente dos territórios rurais mais afectados pelo declínio da actividade agrícola, consagrada tanto no plano dos princípios e das orientações como no plano regulador da aplicação dos fundos estruturais que presidem ao próximo QCA III 2000 -2006.*

Assim sendo, vão seguir-se neste trabalho os seguintes itens principais, à partida os que se considera terem mais capacidade de criar **condições de eficácia** e de real impacto:

a) No âmbito da diversificação de rendimentos exteriores à exploração:

i - uma utilização mais universal das **indemnizações compensatórias**;

ii - a progressiva **generalização ao acesso às ajudas previstas** nas medidas agro-ambientais, directa (Grupo II - Extensificação e/ou manutenção de sistemas agrícolas tradicionais extensivos; Grupo III- Conservação dos recursos e da paisagem rural;) ou indirectamente (Grupo I - Diminuição dos efeitos poluentes da agricultura; Grupo IV- Formação profissional).

b) No âmbito da diversificação de rendimentos interiores à exploração:

Exceptuando o turismo em espaço rural que, como se sabe, tem já uma forte implantação regional, sobretudo no Vale do Lima, os níveis de diversificação de rendimentos não directamente agrícolas gerados na exploração apresentam-se ainda muito baixos, embora tenham vindo a adquirir alguma importância. Segundo o RGA de 1999, 1446 explorações possuíam actividades lucrativas não agrícolas. Embora as diversas modalidades de **TER não possam nem devam expandir-se** de forma muito significativa, existem, no entanto, **oportunidades ainda pouco utilizadas** no que respeita à **viticultura**, nomeadamente no que respeita aos **produtores-engarrafadores**.

c) No âmbito da sedimentação das fileiras competitivas:

i - **viticultura** - Importa **consolidar os territórios de maior aptidão vitícola** prosseguindo uma política de fomento da **qualidade**. No Alto Minho existem estruturas organizativas de produção e comercialização baseadas essencialmente no **cooperativismo**, destacando-se as adegas de Monção e Ponte de Lima. Além das cooperativas existe igualmente margem de **crecimento para os produtores engarrafadores** nomeadamente nos vinhos de castas regionais "identificadas" pelo consumo a exemplo do Alvarinho e Loureiro.

ii - **floresta** - Trata-se de uma fileira em que a **procura é superior à oferta** já que a produção nacional não cobre as necessidades nomeadamente das indústrias a jusante (madeiras e mobiliário, celulosas, etc.). No Alto Minho o **pinheiro bravo** (cerca de 75%) é a espécie dominante, sendo a propriedade florestal essencialmente privada e com um tipo de gestão passiva, mesmo depois da "bouça" ter perdido o lugar complementar de fornecimento de lenhas, matos e madeira que detinha na exploração agrícola camponesa. O facto dos **produtores não se encontrarem, por regra associados**, excepção feita às **associações florestais do Lima e Minho** que apenas agrupam um número reduzido de produtores, traz problemas de regeneração e de eficiente utilização deste património. A evolução deve seguir no sentido de **umentar progressivamente a quota de gestão activa da floresta** (celulosas, movimento associativo).

d) No âmbito dos "nichos de mercado" em fase de rápido crescimento da procura.

A aposta em **modelos de produção alternativos, menos intensivos**, é ainda incipiente. Basta ter em conta que em 1999 apenas 10 explorações agrícolas se dedicavam à prática da **agricultura biológica**. Por outro lado, importa também **potenciar as indicações de proveniência geográfica**, nomeadamente nos **bovinos de carne e pequenos ruminantes**, dada a existência de raças autóctones tradicionais, o que implica a resolução de uma dupla problemática: a adequação à capacidade regenerativa dos **pastos naturais** e **capacidade organizativa** auto-reguladora bastante.

e) No âmbito da competência dos serviços agro-rurais e na capacidade difusora dos núcleos urbanos.

Além da necessidade de formatação ou **reorientação de uma rede de serviços agro-rurais especializados** (programa AGRO) direccionados para a resolução dos problemas mais críticos, a exemplo da informação democrática aos agricultores quanto aos programas comunitários ou, de um modo geral, de **fomento da investigação e extensão rural**, importa igualmente que **os municípios**, sobretudo os situados em territórios de matriz rural dominante, assumam quando necessário um papel de âncora "substituindo" o défice de organização dos produtores, como tem ocorrido com algum sucesso na **organização de mostras e feiras de produtos agrícolas regionais**.

3.4 - Síntese

A evolução recente do sector agro-florestal no Alto Minho foi marcada por **uma forte tendência para a desruralização**. A dinâmica em curso é de transição entre um modelo social e produtivo de

dominância camponesa e um outro em que o centro de gravidade é o **modelo empresarial**. O primeiro tende a esgotar-se e a ser cada vez mais residual, enquanto o segundo tende a dominar o essencial da produção agrícola que se destina aos circuitos comerciais.

Nos próximos dez anos, é possível carrear o Alto Minho para o desenvolvimento sustentado pelo fomento da **estrutura associativa dos produtores singulares**, nomeadamente na floresta, pela aposta da **diversificação de rendimentos interiores e exteriores à exploração agrícola**, ou ainda pelo **alargamento dos “nichos de mercado”** em fase de rápido crescimento da procura.

POTENCIALIDADES	ESTRANGULAMENTOS
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria dos índices de mecanização das explorações agrícolas; • Aumento da produtividade do trabalho; • Diminuição do produto bruto agrícola não muito significativo comparativamente com a redução das UTA; • Abandono das terras agrícolas ainda circunscrito às de baixa produtividade ou marginais; • Aumento da pluriactividade e do plurirrendimento o que possibilita a continuidade das explorações agrícolas e a manutenção do património rural; • Um cenário rural ainda relativamente bem preservado que pode ser potenciado do ponto de vista imaterial; • Património florestal elevado e com uma biodiversidade importante; • Forte peso da cooperação vitícola com adegas cooperativas sólidas e dinâmicas a exemplo das de Monção e Ponte de Lima; • Existência de raças autóctones tradicionais (bovinos de carne, pequenos ruminantes, carne de porco, fumeiro) que podem seguir o segmento das IPG desde que com produções controladas e de qualidade; • Larga margem para os sistemas produtivos menos intensivos e com menores impactes negativos, a exemplo da agricultura biológica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Acentuada redução, num tempo muito curto, quer da população agrícola familiar quer do número total de explorações agrícolas; • Forte envelhecimento dos produtores singulares que apresentam um baixo nível de qualificação técnica e escolar; • Fraca capacidade de rejuvenescimento e reduzido número de jovens que entram no sector; • Perda de competitividade na fileira do leite que praticamente desapareceu em alguns dos municípios mais excêntricos às redes de recolha; • Fraca capacidade de auto-organização dos proprietários florestais e existência de uma oferta excessivamente pulverizada; • Grande dependência do emprego exterior à exploração sobretudo para o caso dos membros mais jovens do agregado doméstico do produtor singular; • Dependência crescente, como resultado do envelhecimento dos produtores singulares, das pensões rurais e reformas; • Exceptuando o TER, fraca diversificação do rendimento gerado na exploração agrícola; • Dificuldades no acesso à informação e fraca representatividade dos serviços de apoio à produção.

4. INDÚSTRIA

4.1 Considerações Preliminares

Uma percentagem crescente da actividade produtiva, em Portugal, designadamente a **industrial**, está sujeita, hoje em dia, a uma **forte pressão concorrencial**, ditada simplesmente pelo facto de produzir bens transaccionados internacionalmente.

As opções de desenvolvimento do Alto Minho passam pela definição estratégica da estrutura produtiva industrial que é, de facto, complexa. Tendo-se convertido numa área **periférica** e vendo cada vez mais fragilizada e desarticulada da economia nacional a sua base económica, tornou-se progressivamente marginal relativamente aos circuitos comerciais transnacionais e vê a sua **recuperação ou dinamização económica** depender, fortemente, de uma **intervenção do exterior**.

As opções que definiram as grandes infraestruturas de transportes e acessibilidades resultaram de uma concertação supranacional e a **acessibilidade** no Alto Minho ainda é uma **condicionante** ao processo de valorização regional e do investimento que se pretende incentivar. Continua a ser necessário procurar a inserção das redes locais e regionais na rede de nível mais elevado do *Plano Rodoviário Nacional*, no sentido de se facilitar a atracção de investimento e emprego sobretudo nos concelhos do interior.

A conversão desta área num **corredor de atravessamento de fluxos inter-regionais**, criados em centros exteriores à própria área em estudo, é um estrangulamento ao desenvolvimento e consolidação de várias fileiras industriais, constrangedora da dinamização de condições de abertura da região a mercados de oferta e procura diversificados, de grandes dimensões, nacionais e internacionais.

A reestruturação da base económica do Alto Minho, com vista a atingir uma maior eficiência e rentabilidade passa, necessariamente, pela **modernização e diversificação** das suas estruturas de produção, que terão de atingir níveis de produtividade mais elevados e capacidade efectiva de concorrência.

Contudo, a base económica do Alto Minho depende da qualidade e harmonia das estruturas sociais existentes e estas, por sua vez estão estreitamente relacionadas com a oferta disponibilizada por aquela.

Os **sistemas produtivos regionais** e as **redes de comercialização** são bastante **frágeis** e os **níveis de produtividade** são **muito baixos** comparativamente com a região vizinha da Galiza; a base económica está ancorada no sector agrícola que é, como já se viu marcadamente de subsistência e familiar e com um grau de exclusividade profissional e de produtividade também baixo; o **tecido industrial** está relativamente **pouco representado**, é **pouco diversificado** e **excessivamente concentrado** e também mais débil que o da região vizinha da Galiza; o mercado de trabalho é também reduzido em termos quantitativos e deficiente ao nível da formação e especialização profissional.

A opção de privilegiar o turismo enquanto actividade menos predadora do património natural, relegou para segundo plano a possibilidade de atracção de algumas tipologias e formas de localização industrial que poderiam contribuir para o alargamento e diversificação da oferta de emprego.

Assim, parece que a análise das estruturas produtivas do Alto Minho não poderá deixar de considerar as características da **estrutura empresarial** existente, das **formas organizacionais dominantes** nas unidades produtivas existentes, da **estrutura do mercado de trabalho** e da **estrutura social da área**. Sendo que esta última está fortemente condicionada e é um reflexo das duas anteriores.

De facto a economia regional reflecte a depauperação demográfica da área que se tem traduzido num mercado de trabalho limitado em quantidade e qualidade. Este fraco desempenho económico passado, por seu lado, é dissuasivo de um aumento substantivo na oferta de novos postos de trabalho e, permeável ao **predomínio de pequenas empresas** (em nome individual ou de sociedades por quotas), dispersas por todos os concelhos, mais resistentes às crises e responsáveis por uma importante função de estabilização social no passado.

Neste quadro, um futuro incremento de actividades tecnologicamente avançadas terá de ser ajustado às reais capacidades da área, quer ao nível de mercado de trabalho, quer ao nível de estruturas sociais presentes, evitando rupturas e novos problemas no actual modelo de funcionamento.

O perfil industrial tem vindo, nos últimos anos, a sofrer algumas alterações estruturais, verificando-se um **aumento da indústria de vestuário e calçado**, sem tradição anterior. Os sectores do **mobiliário**, **exploração de minerais não metálicos** (rochas ornamentais), **construção de máquinas**, **material eléctrico**, têm também, embora de forma mais ténue, registado um crescimento.

Em contrapartida, os sectores da **construção de material de transporte** e de **fabricação de porcelanas e faianças** tem vindo a sofrer **uma perda** de importância.

Geograficamente, a localização industrial tem vindo a consolidar-se numa mancha privilegiada em torno do centro de Viana do Castelo, assistindo-se aí quer à expansão e reconversão de sectores tradicionalmente existentes, quer ao aparecimento de novas indústrias.

O maior peso do emprego industrial no concelho de Viana do Castelo está associado ao elevado número de empresas industriais existentes - **mais de 40% estão sediadas no concelho de Viana do Castelo** - dentre as quais se destacam os estaleiros navais de Viana do Castelo, a Portucel - indústria de celulose e papel, assim como outras de vestuário e calçado.

O **porto de Viana** continua a desempenhar um papel importante no desenvolvimento industrial e enquanto entidade empregadora de um elevado número de indivíduos, adivinhando-se, com o incremento de actividade previsto para esta infra-estrutura, que se venham a reforçar as condições de atractividade para novos investimentos a ela associados.

As maiores preocupações ambientais deste virar de milénio favorecem o transporte marítimo - menos poluente - em detrimento de outros meios de transporte e, neste novo contexto, criam-se condições para o relançamento do porto de Viana e do seu estaleiro.

A **indústria extractiva** subaproveita os recursos minerais disponíveis, nomeadamente, no campo das rochas ornamentais e do caulino, devido a uma reduzida dimensão e apetrechamento tecnológico dos estabelecimentos industriais bem como à insuficiente capacidade de transformação no local e às deficientes estruturas de comercialização.

A **indústria transformadora** não tem beneficiado da influência positiva de factores endógenos e exógenos à região que, por isso, tem visto a sua consolidação e competitividade prejudicadas. Os contextos macro-económicos tornaram competitivos alguns outros países em sectores como o da construção e reparação naval, as indústrias alimentares, as da madeira e as das rochas ornamentais. As opções relativamente à acessibilidade inter e intra-regional não têm favorecido uma distribuição territorial dos investimentos equilibrada. A enraizada e tradicional falta de dinamismo dos agentes económicos não tem facilitado as apostas numa maior intensificação da actividade produtiva nem numa maior diversificação sectorial. A pequena dimensão das unidades produtivas viabilizadas economicamente à custa de baixos salários não corporiza a tipologia ideal para os desafios actuais. A estrutural desqualificação da mão-de-obra e o fraco grau de profissionalização não se coadunam com os investimentos que se pretendem atrair - de elevado valor acrescentado e de excessiva especialização - nem permitem aceder à maior parte das ajudas comunitárias.

4.2. As Empresas no Alto Minho

Na sub-região Minho-Lima estavam sediadas, em 1999, cerca de 23 563 empresas correspondentes a **7%** do total de empresas com sede na Região Norte. Porém, a importância diminui quando se considera quer o pessoal ao serviço quer o volume de negócios: 5% e 3%, respectivamente.

Em termos de estrutura sectorial, trata-se de uma sub-região de natureza claramente terciária dado que cerca de **62%** das empresas aqui sediadas desenvolvem actividade no sector dos **serviços**. Em particular, cerca de **metade** das empresas sediadas na sub-região dedicam-se a **actividades comerciais, de alojamento e restauração**, gerando mais de **metade do volume de negócios** total. Note-se que este ramo absorve apenas um terço do emprego da sub-região.

Contudo, **o sector mais empregador** é o da **Indústria, Energia e Construção**, absorvendo mais de metade (54%) do pessoal ao serviço em empresas sediadas no Minho-Lima mas respondendo apenas por **dois quintos do volume de negócios** da sub-região.

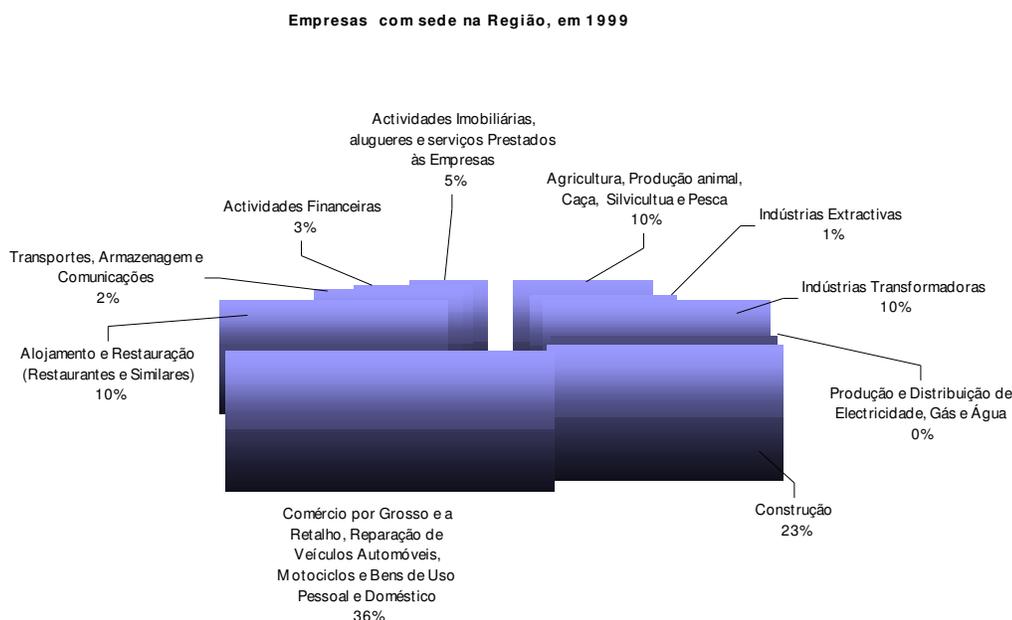


Fig. 4.1. – Empresas com sede no Alto Minho em 1999 (INE, *Anuário Estatístico*, 2000).

A distribuição por actividades, no contexto Minho-Lima, apresenta um peso de 36% para o Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico, seguido pelo sector da Construção, com 23%, Alojamento e Restauração e Indústrias Transformadoras, com 10% cada. (Fig. 4.1).

Quanto à constituição de empresas na Região (Fig.4.2), salienta-se o peso do sector do **comércio por grosso e a retalho**, da reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico (25%), das actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (17%), da indústria transformadora (12%), dos transportes, armazenagem e comunicações (11%), do alojamento e restauração (10%).

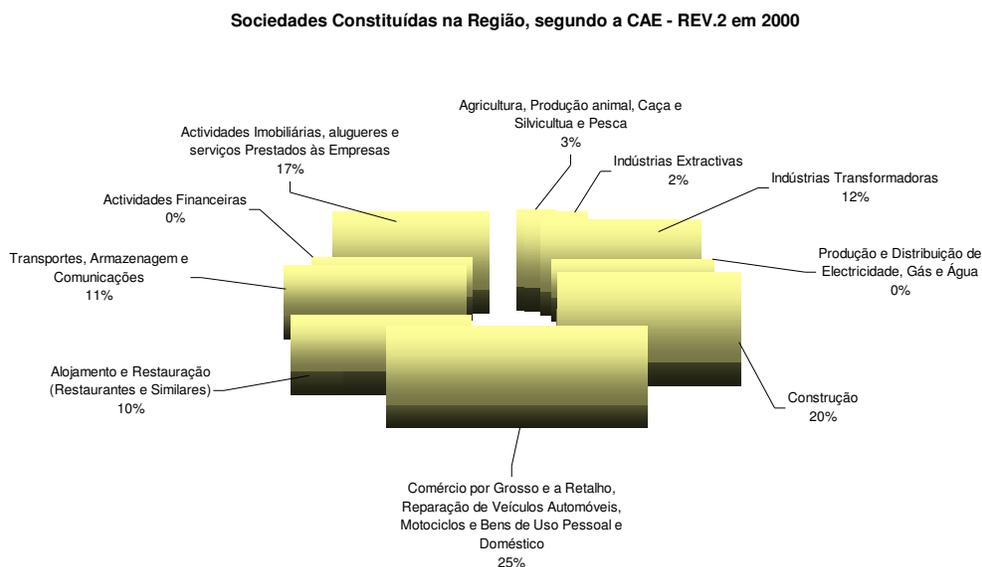


Fig. 4.2. –Sociedades constituídas no Alto Minho em 1999 (INE, *Anuário Estatístico*, 2000).

Apesar de apenas dispormos do número de sociedades no *Anuário Estatístico* de 1994¹², deve sublinhar-se que nos últimos 6 anos:

- aumentaram as sociedades cuja actividade está ligada à agricultura, silvicultura, caça e pesca sobretudo nos concelhos de Viana do Castelo, de Ponte de Lima, de Valença e de Paredes de Coura (Fig. 4.3);
- desapareceram as sociedades ligadas a indústrias extractivas em Caminha, Vila Nova de Cerveira e Melgaço (Fig. 4.3);
- aumentaram o número de sociedades com actividade na indústria transformadora em Viana do Castelo, Ponte de Lima, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Melgaço e Arcos de Valdevez (Fig. 4.4);

¹² No Estudo que estamos a actualizar – CEDRU, 1994 – foram analisadas as bases de dados do MESS. Para o ano de 2000 não nos foi possível aceder à base actualizada do MESS e, por esse motivo, utilizamos o *Anuário Estatístico* (INE, 2000)- dados publicados e disponíveis mas não publicados. A fim de comparar com o ano de 1994 decidimos utilizar também a mesma fonte (INE, 1994). Contudo, os dados publicados tratam apenas as sociedades, excluindo a maioria das empresas do Alto Minho – que não são sociedades.

- aumentaram as sociedades ligadas ao comércio e à hotelaria em Ponte de Lima, Valença, Monção e Viana do Castelo; este tipo de sociedades decresceu em Caminha e Vila Nova de Cerveira (Fig. 4.5);
- aumentaram, em todos os concelhos, as sociedades ligadas aos transportes, armazenagem e comunicações e à construção (Fig. 4.6 e Fig. 4.7).

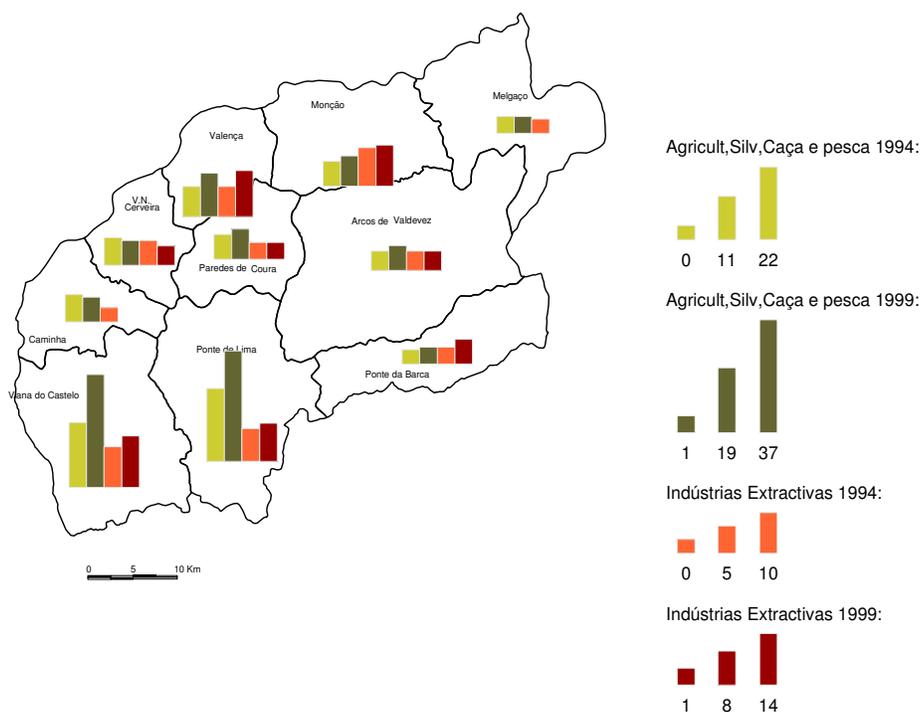


Fig. 4.3- Variação do Número de Sociedades Sediadas na Região, entre 1994 e 1999 (Agricultura, silvicultura, caça e pesca & Indústrias extractivas)

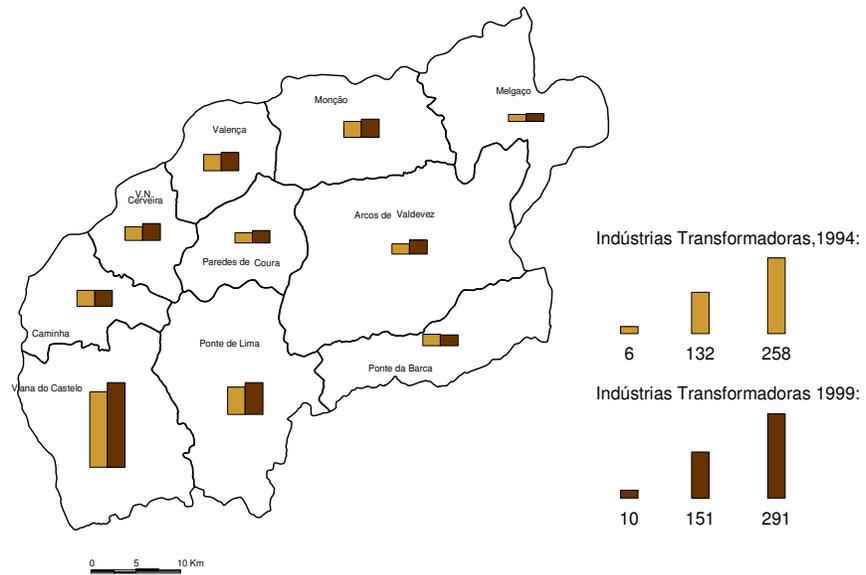


Fig. 4.4- Variação do Número de Sociedades Sediadas na Região, entre 1994 e 1999 (Indústria Transformadora).

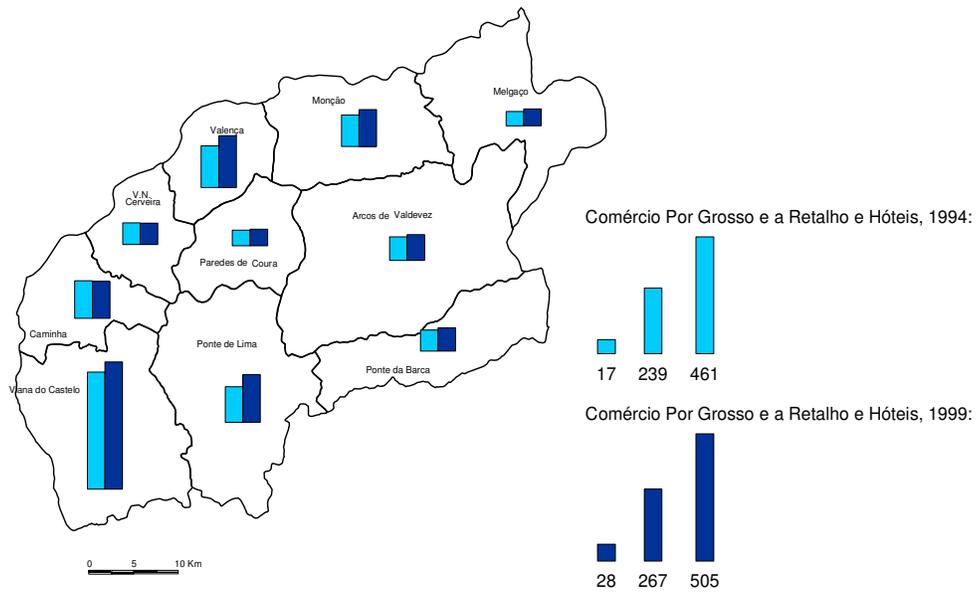


Fig. 4.5- Variação do Número de Sociedades Sediadas na Região, entre 1994 e 1999 (Comércio por Grosso e a Retalho e Hotéis)

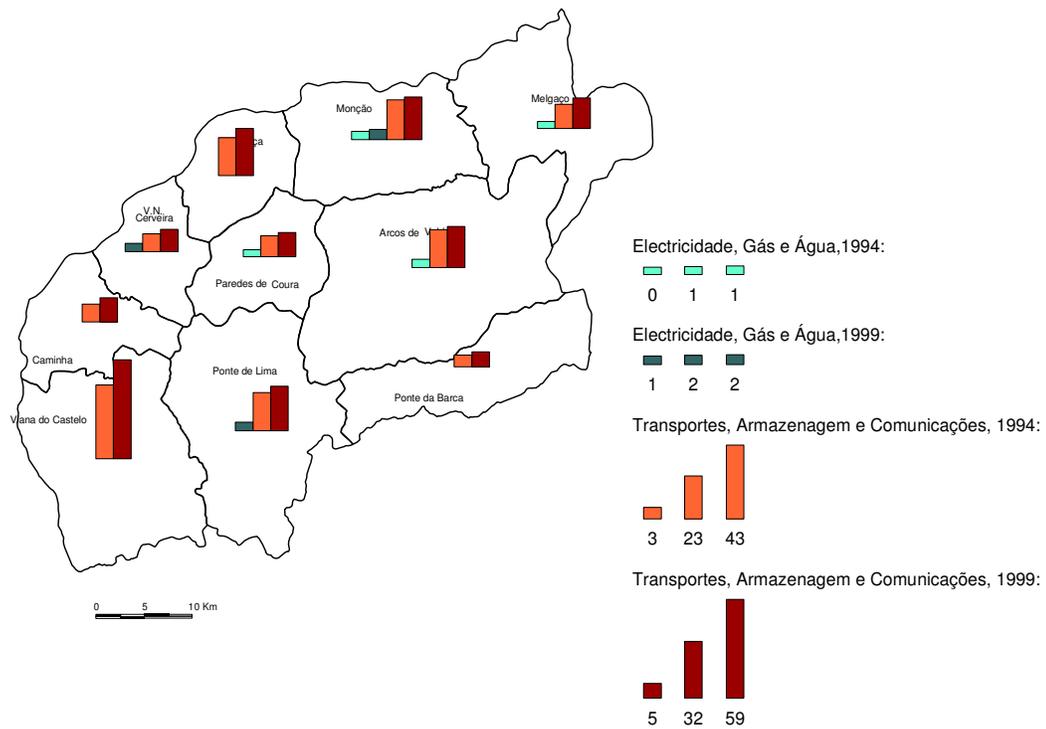


Fig. 4.6- Variação do Número de Sociedades Sediadas na Região, entre 1994 e 1999 (Electricidade, gás e água e Transportes, armazenagem e comunicações).

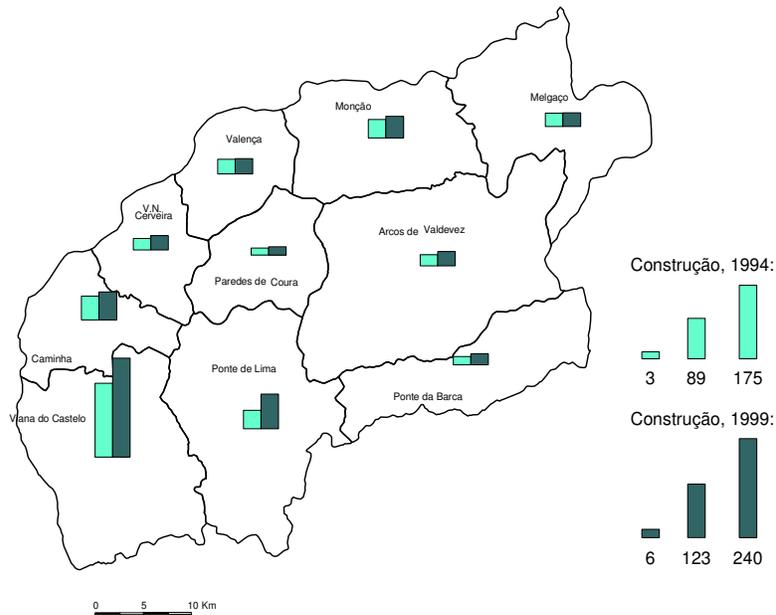


Fig. 4.7- Variação do Número de Sociedades Sediadas na Região, entre 1994 e 1999 (Construção).

Actualmente, as **sedes das empresas** distribui-se de forma bastante **heterogénea** na região, totalizando Viana do Castelo mais de 8000 empresas, seguida de Ponte de Lima, Monção, Arcos de Valdevez e Caminha. Os restantes concelhos, pelos registos obtidos em 1999, parecem ter muito menor atractividade para a fixação das sedes de empresas (Fig. 4.8)

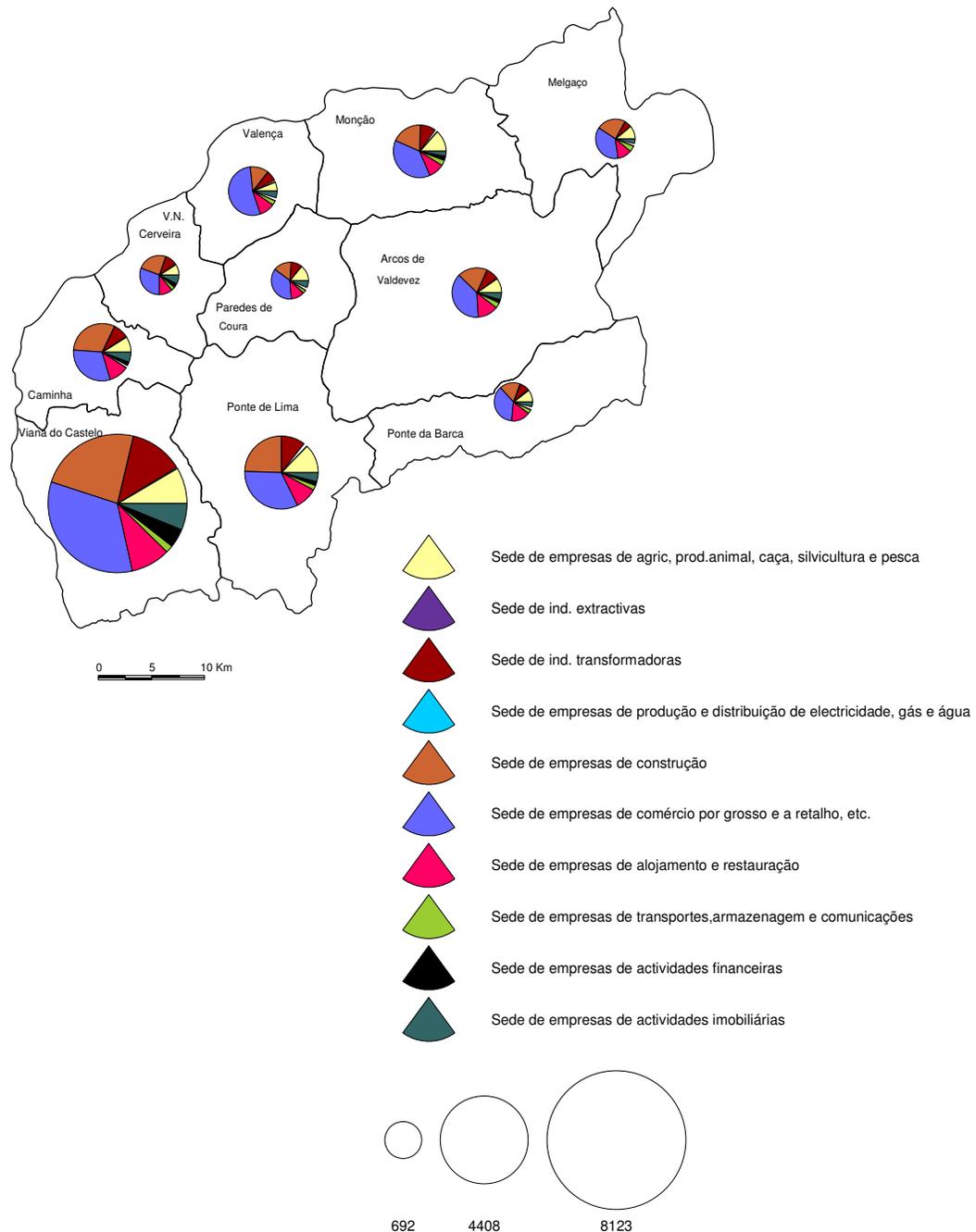


Fig. 4.8.- Distribuição, por concelho, das sedes das empresas de cada um dos sectores (INE, *Anuário Estatístico*, 2000).

Na região, existiam cerca de 443 sociedades, em 1999 (Fig. 4.2). Empresas essas responsáveis por cerca de 31000 postos de trabalho, estando **49% do emprego** associado à **Indústria Transformadora**, 20% ao Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico, 16% à Construção. O sector de Alojamento e Restauração, representa cerca de 5% da oferta de emprego (Fig. 4.9).

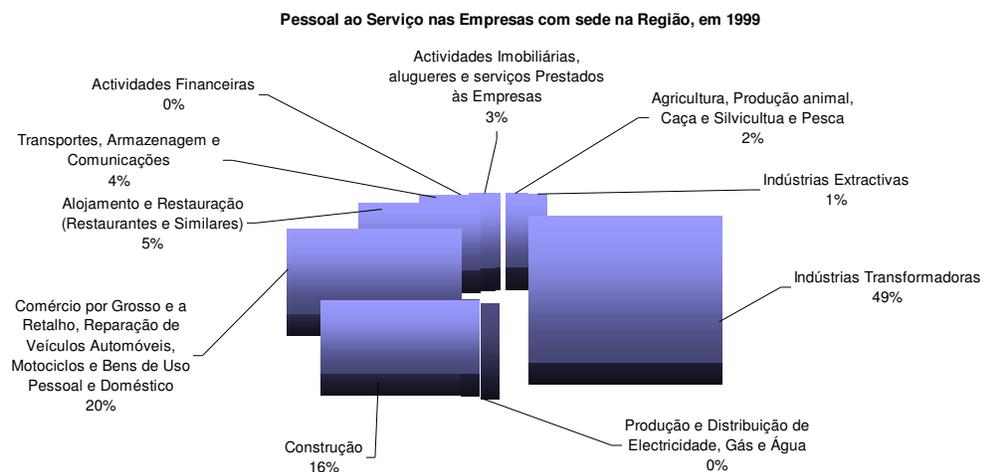


Fig. 4.9.- Pessoal ao serviço nas empresas de cada um dos sectores, sediadas no Alto Minho (INE, *Anuário Estatístico*, 2000).

A indústria transformadora emprega mais de 50% da população activa em Viana do Castelo, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira (Fig. 4.10). Neste último, emprega cerca de 75% dos activos.

A indústria transformadora reparte com o comércio a absorção da maioria dos activos em Monção (Fig. 4.10).

As empresas de comércio são as maiores empregadoras em Ponte da Barca e Valença (Fig. 4.10) e repartem o segundo lugar com o sector da construção em Viana do Castelo, Caminha, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez (Fig. 4.10).

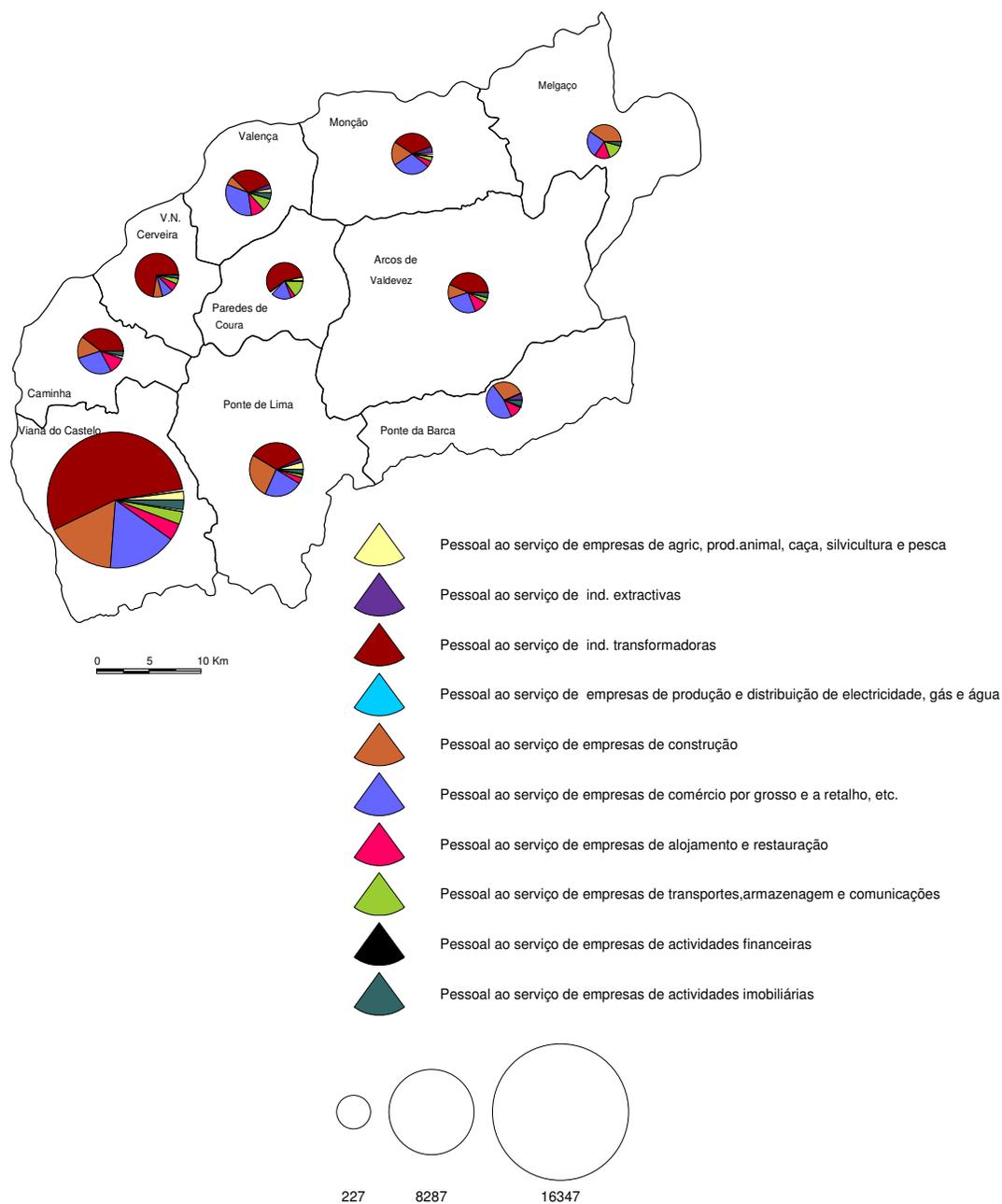


Fig. 4.10.- Pessoal ao serviço, por concelho, nas empresas de cada um dos sectores, sediadas no Alto Minho (INE, *Anuário Estatístico*, 2000).

Curiosamente, o pessoal ao serviço nas **empresas ligadas à agricultura, à produção animal, à caça, à silvicultura e à pesca não tem qualquer significado** em concelhos onde estas actividades são de grande importância como é o caso, por exemplo de **Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Melgaço e Monção**. Este sector aparece como empregador de alguns activos, embora numa

percentagem residual, em Viana do Castelo, Ponte de Lima, Valença e Paredes de Coura (Fig. 4.10).

O alojamento e a restauração têm, enquanto empregadores, um peso relativo interessante em quase todos os concelhos (Fig. 4.10). Dentre eles destaca-se porém, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Melgaço, Valença, Caminha e Viana do Castelo.

Note-se também a emergência das actividades imobiliárias como empregador de um número relativamente significativo de activos em Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença (Fig. 4.10).

As **indústrias transformadoras** em que a região está a especializar-se permitem esboçar o que poderemos designar de **base industrial** do Alto Minho onde se incluem (Fig. 4.11):

- as **Indústrias Têxteis e do Vestuário**, que têm evoluído no sentido do reforço dos segmentos finais – malhas e vestuário de tecido – e do surgimento, neste segmento, de dois grupos mais dinâmicos de empresas – um capaz de trabalhar em subcontratação para as grandes marcas internacionais e outro, mais restrito, vendendo no exterior parte ou a totalidade da produção com marca própria;
- a **Indústria do Calçado**, que dentro dos sectores tradicionais liderou o crescimento das exportações e em que um grupo significativo de empresas nacionais, em combinação com o investimento directo estrangeiro, foi responsável por esse dinamismo;
- as **Indústrias Florestais**, com destaque para os artigos de cortiça, em que além da tradicional produção de rolhas se tem desenvolvido uma especialização em aglomerados de revestimento de alta qualidade; e para as madeiras, incluindo a indústria de aglomerados e folheados, cuja empresa líder tem a sua base na região, e o mobiliário, que tem nesta região uma das suas bases mais significativas;
- as **Cordoarias Têxteis e Sintéticas**, em que grupos empresariais evoluíram para a produção de cabos para electricidade e telecomunicações e de cablagens para o sector automóvel;
- a **Indústria do Material de Transporte e da Mobilidade**, centrada na produção de componentes e materiais para o sector automóvel, e que tornou possível uma reorientação para este fim de algumas indústrias têxteis, mecânicas, de transformação de matérias plásticas etc.;
- as **Indústrias Agroalimentares** com base em recursos da região, nomeadamente os lacticínios e os vinhos.

Na indústria transformadora, salienta-se a **indústria têxtil**, com 27% das empresas, a **indústria da madeira e cortiça**, com 24%, as **indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos**, com 15% e as **indústrias alimentares, de bebidas e tabaco**, com 13% (Fig. 4.11).

Indústria Transformadora na Região, em 1999

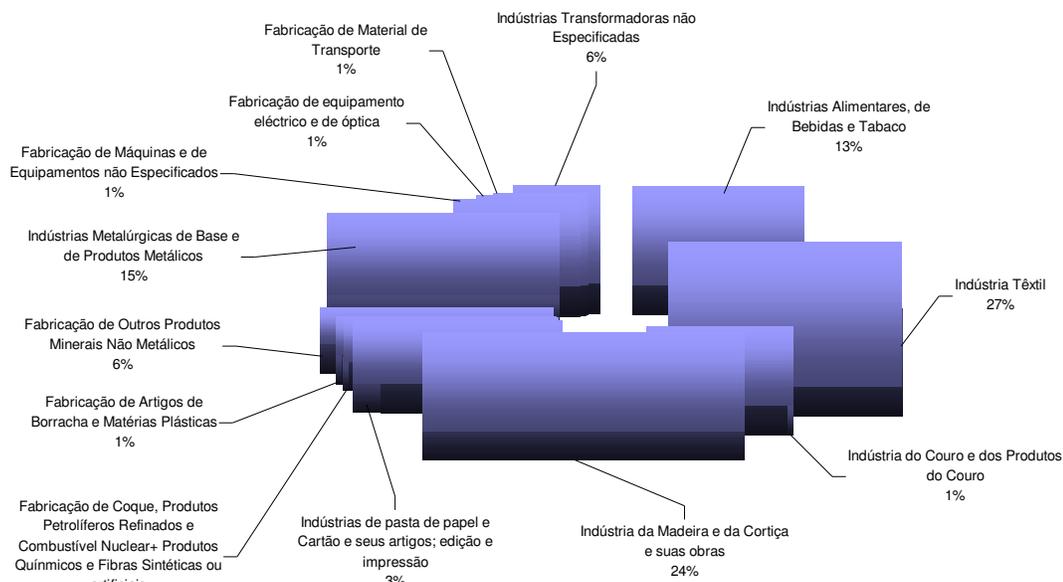


Fig. 4.11 – Número de empresas de indústria transformadora no Alto Minho (INE, *Anuário Estatístico*, 2000).

A **indústria têxtil** e a de **madeira e cortiça** representam em Viana do Castelo, Ponte de Lima, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço, mais de 50% do número de empresas de indústria transformadora sediadas no Alto Minho (Fig. 4.12).

O número de empresas de **indústria alimentar** é, percentualmente, muito significativo em quase todos os concelhos (Fig. 4.12). Permitimo-nos, neste caso, destacar os concelhos de Ponte da Barca e Arcos de Valdevez.

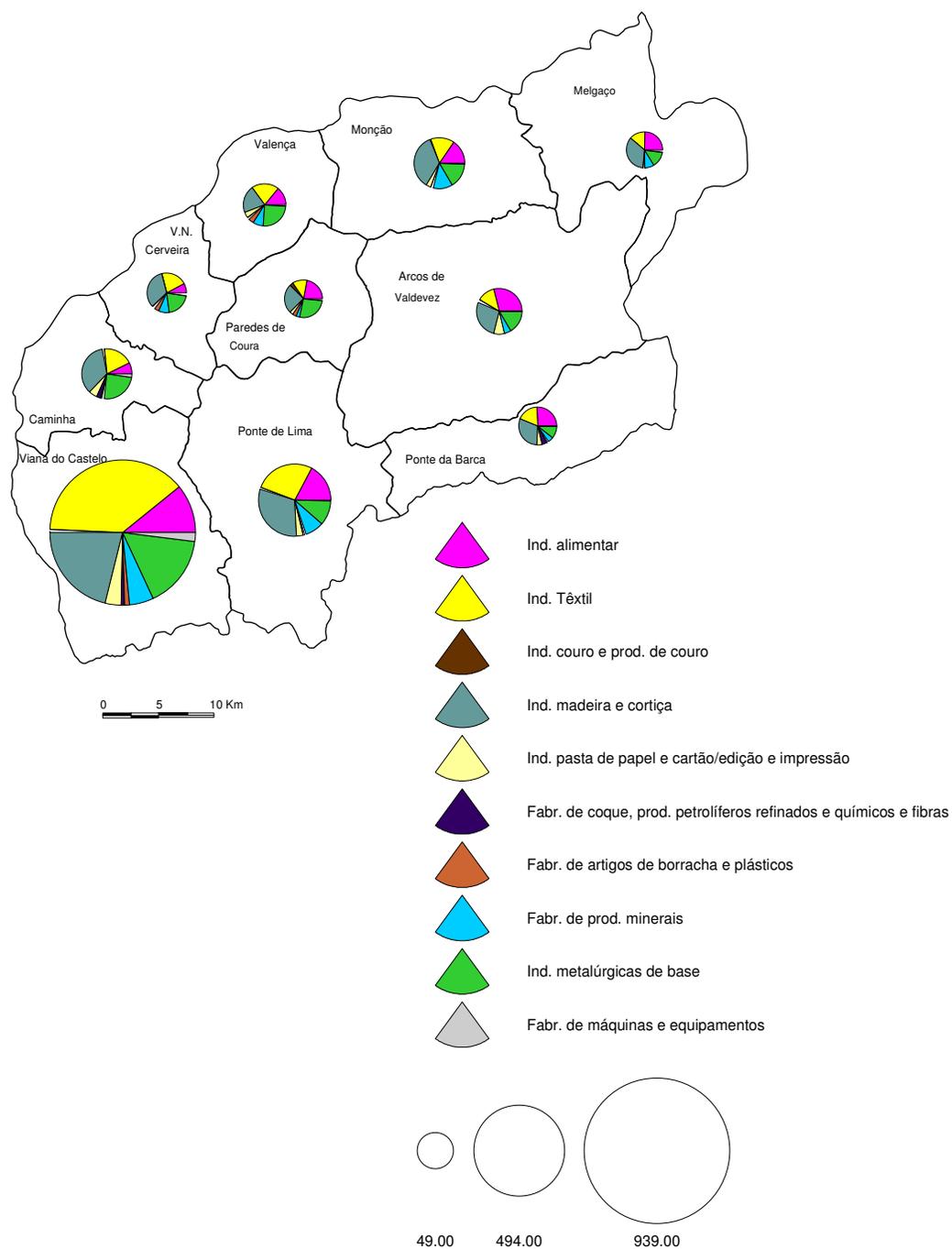


Fig. 4.12 – Número de empresas de indústria transformadora, por concelho, no Alto Minho (INE, *Anuário Estatístico*, 2000).

No que se refere à **oferta de emprego** na indústria transformadora, a **indústria têxtil**, as **indústrias alimentares, de bebidas e tabaco** e as de **fabricação de equipamento eléctrico e de óptica** são as que absorvem a maior parte da mão-de-obra.

A **indústria têxtil e de vestuário** representa na euro região Minho/Lima uma parte bastante expressiva do emprego e do número de PME's existentes. As empresas têxteis e de vestuário portuguesas produzem bens que podem ser colocados numa faixa de qualidade intermédia apesar de haver alguma oscilação entre produtos de gama alta e de baixa qualidade.

A indústria têxtil e de vestuário tem evidenciado bastante iniciativa empresarial e sobretudo o segmento dos têxteis lar possui uma excelente imagem no mercado nacional e europeu. O principal factor competitivo desta indústria baseia-se na qualidade dos seus produtos.

Todavia, este sector apresenta fragilidades decorrentes: da reduzida produtividade agravada pelo facto dos salários crescerem mais do que a produtividade empresarial situação insustentável a médio prazo; do conhecimento imperfeito e deficiente quer do mercado onde se inserem, quer da própria concorrência, que se traduz numa excessiva dependência comercial dos agentes e das grandes superfícies; da falta de capacidade para criação de marcas próprias e *design* próprio; de problemas graves na logística empresarial de que decorrem, frequentemente, atrasos na produção – raras vezes são adoptadas técnicas JIT (*just in time*).

As ameaças que pairam sobre este sector incluem: uma deficiente percepção empresarial quanto à concorrência (que é sobretudo externa e não local); a existência de custos de mão-de-obra mais barata provenientes dos países candidatos à adesão à União Europeia¹³ ao qual acrescem as vantagens comparativas semelhantes (no que toca à proximidade geográfica) e vantagens comparativas superiores (os mencionados custos de mão-de-obra e os incentivos ao investimento bem como, a perspectiva dos pacotes financeiros aquando da sua adesão ao espaço comunitário); a grande vulnerabilidade comercial e tecnológica; a progressiva fragilização do *cluster* têxtil (perda de peso da indústria de fiação e tecelagem).

Subsistem porém algumas oportunidades para este sector se souber aproveitar as capacidades tecnológicas existentes, a nível regional (Universidades e Centros Tecnológicos), e se as empresas se envolverem em processos de cooperação inter empresarial (ex: com a Galiza).

As **indústrias metalúrgicas e metalomecânicas** surgem, regra geral, com a figura jurídica da *Sociedade por Quotas* com vinte ou menos trabalhadores ao seu serviço e cuja produção se centra, basicamente, na produção de caixilharias, produtos de serralharia, produtos metálicos bem como produção de maquinaria para a indústria têxtil e agrícola. Os seus principais clientes são agentes nacionais da construção civil, da agricultura e ainda as indústrias de componentes automóveis e têxtil. Quanto aos seus fornecedores, aparece a Espanha em segundo lugar logo depois dos fornecedores nacionais.

A alta qualidade dos produtos, o cumprimento dos prazos de entrega dos produtos, o elevado nível de satisfação dos clientes e a produção de pequenas séries de produtos são algumas das qualidades

¹³ Também por este motivo, encaramos no presente estudo que um factor essencial a ter em atenção é o relacionado com o próximo Alargamento da União Europeia aos PECO.

do sector **metalúrgico e metalomecânico** existente no Alto Minho. Contudo, o baixo nível de qualificação e de formação dos trabalhadores, as características obsoletas dos equipamentos produtivos, a baixa produtividade empresarial, a fraca taxa de cooperação empresarial, a inexistência de *clusters* regionais, a limitada capacidade de gestão dos empresários e o débil conhecimento do mercado externo e da respectiva concorrência, impedem este sector de se evidenciar como poderia.

A interpenetração das economias regionais da Galiza e da Região Norte de Portugal e a existência de uma dinâmica industrial muito forte em Vigo e Porriño, como factor de complementaridade transfronteiriça com fortes ligações à dinâmica industrial de Vila Nova de Cerveira, levam a considerar o vector da **atractividade industrial** como prioritário para o desenvolvimento da região e para o aumento da competitividade do seu território - porta giratória de todo o Noroeste Peninsular estabelecendo o contacto fácil com um mercado muito aliciante de cerca de 7 milhões de consumidores.

4.3. Pólos Empresariais

No sentido de organizar a estrutura do tecido empresarial é de registar, no entanto, uma vontade concreta e responsável de criar condições à instalação de indústrias, dentro de determinados modelos organizacionais e tecnológicos, que permitam, responder às expectativas dos habitantes da região através da criação de diversos pólos empresariais.

O considerável aumento de parques industriais¹⁴ a que o Alto Minho assistiu nos últimos anos, pode induzir a expansão e diversificação do investimento nacional e estrangeiro e de especializações produtivas bem como, novas oportunidades de emprego de uma forma organizada no território, reequilibrando espacialmente o tecido produtivo industrial e diminuindo a actual importância relativa de Viana do Castelo na região (Fig. 4.13).

A criação desta rede de pólos industriais distribuídos por todos os concelhos e prevendo um parque industrial de maior dimensão em Valença evidencia um modelo de acolhimento industrial que pretende revitalizar economicamente a região valorizando a sua posição geográfica de grande proximidade à Galiza, sem esquecer, a vulnerabilidade do património natural presente.

A possibilidade de ligação, a médio prazo, destes pólos à rede de gás natural, a proximidade às respectivas sedes de concelho, a proximidade aos nós de auto-estrada e à fronteira, a melhoria das

¹⁴ Existem, actualmente, 19 pólos empresariais existentes na região do Alto Minho: Pólo Empresarial de Penso (Melgaço), Pólo Empresarial de Lagoa (Monção), Parque de Actividades do Alto Minho (Valença), Pólo Empresarial S. Pedro Torre (Valença), Pólo Empresarial VN Cerveira – I, Pólo Empresarial VN Cerveira – II, Pólo Empresarial de Formariz (Paredes de Coura), Pólo Empresarial de Castanheira (Paredes de Coura), Pólo Empresarial de Âncora (Caminha), Pólo Empresarial de Meadela (Viana do Castelo), Pólo Empresarial de Neiva (Viana do Castelo), Pólo Empresarial de Praia Norte (Viana do Castelo), Pólo Empresarial de Queijada (Ponte de Lima), Pólo Empresarial de Tabagô (Arcos de Valdevez), Pólo Empresarial de Paçô (Arcos de Valdevez), Pólo Empresarial de Padreiro (Arcos de Valdevez), Pólo Empresarial de Rodo-Lage (Ponte da Barca), Pólo Empresarial de Refoios (Ponte de Lima), Pólo Empresarial S. Martinho Gandra (Ponte de Lima).

condições de acessibilidade e a razoável disponibilidade de mão-de-obra podem fazer destes nichos empresariais inequívocos factores de atracção de investimento e de deslocalização industrial.

O investimento é, ainda, atraído com um esquema de incentivos municipais simples mas com alguns resultados positivos já visíveis. As Câmaras Municipais – principais promotoras – facilitam a instalação de unidades industriais através da cedência de lotes de terreno infra-estruturado a preços simbólicos – variando de acordo com o número de postos de trabalho a criar -, e isentando de taxas de licenciamento e obras a construção dos respectivos edifícios fabris. Pretende-se, assim, simultaneamente, uma dinamização empresarial atractiva de investimento externo – quer à região quer ao país – e uma diminuição do desemprego.

A dinâmica de actuação municipal relacionada com a política de infra-estruturação do solo para ocupação industrial e com as recentes condições de acessibilidade viária, juntamente com as tendências de deslocalização de algumas indústrias no Norte do país à procura de novas fontes de abastecimento de mão-de-obra, só terá o sucesso pretendido, se a nível supra-municipal houver outros tipos de incentivos para as empresas e uma razoável oferta de formação profissional.

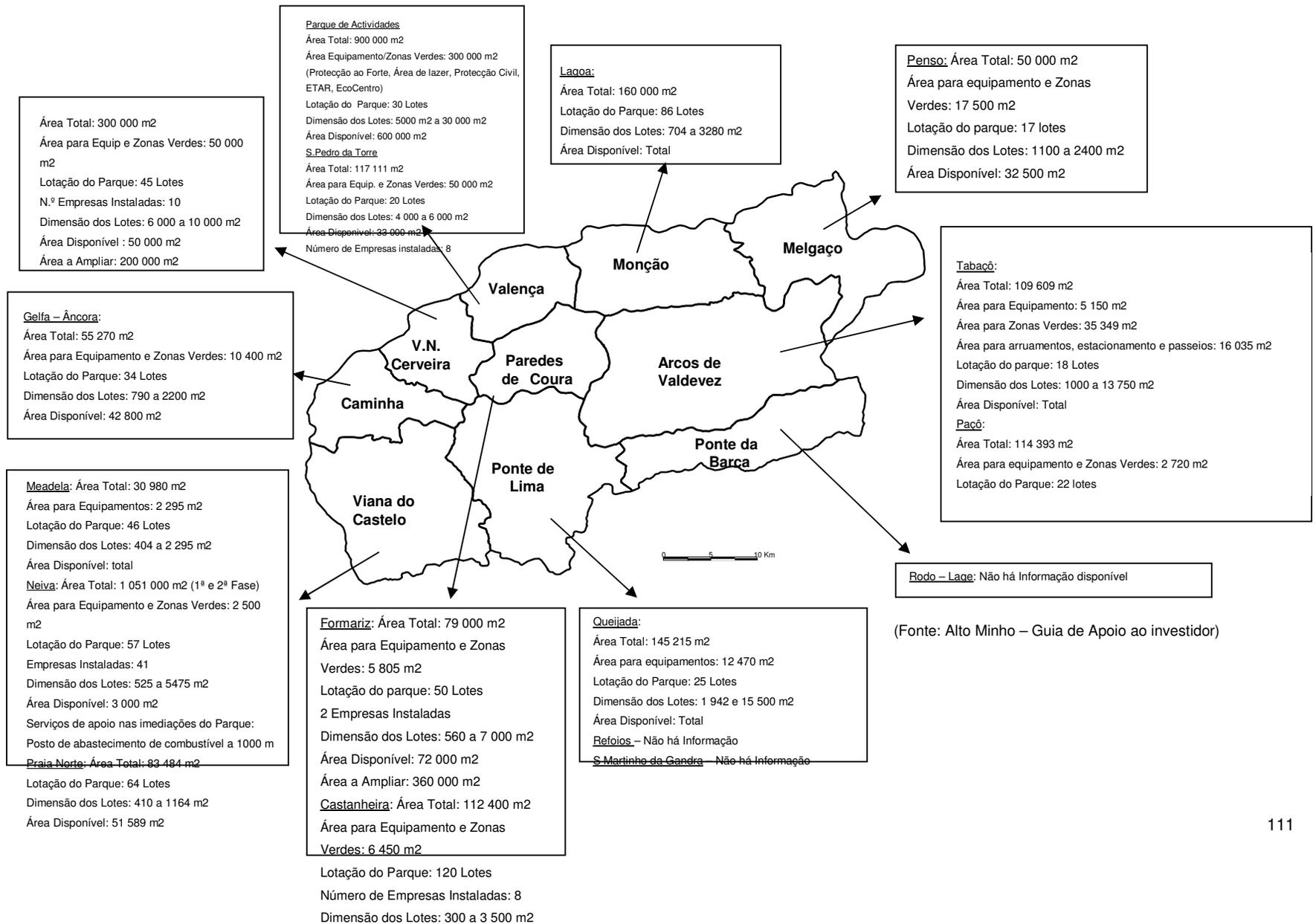
O plano de investimentos das Câmaras Municipais e das Associações de Municípios do Alto Minho inclui duas vertentes:

- investimentos em **infra-estruturação** e implementação de uma **rede de pólos industriais**, no caso do Vale do Minho, com custos de cerca de 1 200 000 contos para uma área total de 120 hectares de terrenos industriais em projecto dentre as quais 90 hectares correspondem ao Parque de Actividades do Vale do Minho, como expressão máximas desta estratégia;
- investimento de cerca de 200 000 contos em **promoção da região** enquanto localização industrial, tirando partido das áreas industriais actualmente existentes e das que estão previstas a curto ou médio prazo. Para esta promoção, **actuem em conjunto a AMVM e AMVLima**, ganhando escala e *vendendo* o Alto Minho como um todo. Este projecto implementa acções como o **Guia de Apoio ao Investidor**, em suporte papel e CD-ROM (com edição em Português, Inglês e Castelhana), **apoio e encaminhamento de investidores**, realizando um *follow up* às intenções e projectos de investimento, **participação em feiras nacionais e internacionais, campanha publicitária** nos *media*, criação e animação de uma **rede de consultores internacionais** (Espanha, França, Reino Unido e Alemanha) e sessões de promoção da região do Minho-Lima em mercados – alvo.

Para apoiar a implementação da sua política de desenvolvimento industrial a AMVM estabeleceu já uma **parceria estratégica** com a **Associação Industrial Portuense** (AIP), da qual resultou a criação de uma empresa – a **InterMinho** – cuja primeira missão foi realizar o projecto de execução e o plano de pormenor do Parque de Actividades do Vale do Minho.

4.13 - Pólos Empresariais

Figura 4.1 - Pólos Empresariais no Alto Minho



Estes projectos encontram-se concluídos e, a *InterMinho* está já a estudar formas de transformação, alargando o seu objecto social e abrindo o seu capital a investidores privados, no sentido de adquirir capacidade técnica e financeira compatível com a envergadura do projecto do Parque de Actividades do Vale do Minho¹⁵.

A designação de Parque de Actividades pretende ensaiar uma estratégia de atractividade empresarial que **integre a actividade industrial em funções mais amplas**, com especial relevância para os serviços reais e financeiros e atenção particular aos aspectos logísticos de distribuição/comercialização e da formação.

Este parque de actividades, localizado em Valença, corresponde a uma estratégia de **solidariedade intermunicipal**, e a opção por Valença corresponde a um propósito de maximizar, para o agrupamento dos concelhos do Vale do Minho, as vantagens de localização não só do ponto de vista transfronteiriço, mas também, no que respeita ao novo quadro de acessibilidades. Incluirá espaços destinados à instalação de empresas industriais, a serviços administrativos, a armazéns e oficinas e a estruturas comunitárias de apoio às empresas e entidades residentes, nomeadamente, área de exposições e congressos. Todos os outros pólos industriais existentes e projectados beneficiarão da complementaridade deste Parque de Actividades.

Os outros pólos, directamente dependentes da gestão autárquica, têm uma dimensão mais reduzida e apenas permitem a instalação de pequenas empresas industriais. Não lhes será possível acolher uma empresa de capital intensivo de média dimensão quer pelas limitações de terreno, quer pela política de cedência de terrenos, incentivadora sobretudo da criação intensiva de postos de trabalho.

O Alto Minho beneficia, ainda, para a promoção deste modelo de dinamização do investimento industrial de uma alargada oferta de serviços de turismo de qualidade que pode constituir uma vantagem comparativa para acolher clientes, fornecedores e colaboradores.

Esta estratégia pode criar condições efectivas para vitalizar o tecido económico regional e atenuar as perdas populacionais – principalmente jovem. Procurando aproveitar a proximidade da zona industrial de Vigo pode tornar-se uma forte concorrente enquanto plataforma atractiva de capital, sobretudo espanhol, por gozar de um ambiente laboral menos agressivo e mais facilitador de obrigações sociais, acrescido pelo bónus do sigilo bancário inexistente em Espanha e por poder servir de porta de entrada para mercados tão apetecíveis como o brasileiro ou o dos países africanos de língua oficial portuguesa.

¹⁵ O parque de actividades está localizado numa área privilegiada: a 500 m do nó da auto-estrada A3, existindo num raio de 5 km, uma estação de Caminho de Ferro com entreposto comercial, um Aeródromo em projecto de requalificação e a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do vale do Minho, com capacidade para receber resíduos sólidos industriais não tóxicos nos termos da legislação em vigor. Está integrado numa região com três portos de mar (Viana do Castelo, Leixões e Vigo), dois dos quais com capacidades importantes, estando assim encontradas as três principais vias de entrada e saída de matérias-primas e mercadorias utilizadas normalmente pelas empresas industriais – rodoviárias, ferroviárias e marítimas.

Este parque é ainda servido pelos aeroportos do Porto, Vigo e Santiago de Compostela, respectivamente a 60, 15 e 60 minutos, com voos regulares e diários para toda a Europa.

Existe uma conduta de gás natural que passa em Valença, a partir da qual será construída uma rede de distribuição ao consumidor, servindo a Região envolvente, incluindo o Parque.

Quadro 4. I - Algumas das empresas já instaladas no Vale do Minho.

Empresa	Actividade	Localização	Capital
Abressa	Abrasivos	V N Cerveira	Espanha
Iralusa	Comp. Automóveis	V N Cerveira	Espanha
Dalphi Metal	Comp. Automóveis	V N Cerveira	Esp. / Alemanha
Fundilusa	Hélices de Barcos	V N Cerveira	Espanha
Rusticasa	Habitação Pré-Fabricada	V N Cerveira	Portugal
Mar – Ibérica	Transfomação de Pescado	Valença	Portugal/Espanha
Supra	Embarcações Pneumáticas	V N Cerveira	Espanha
Praiaexpor	Guarda sóis e guarda chuvas	V N Cerveira	Espanha
Regency	Vestuário	Caminha	Inglaterra/Índia
Galrão	Transf. Granitos	Monção	Portugal
Cerâmica Miracoura	Cerâmica Artística	Paredes de Coura	Portugal
Pinta-Amarela	Calçado	Valença	Portugal
Kyaia	Calçado	Paredes de Coura	Portugal
Arminho (Corkline)	Prod Cortiça / utilidades	Paredes de Coura	Alemanha
Doureca	Autocolantes p/ automóveis	Paredes de Coura	Portugal/Espanha/França
Gestamp	Comp. Automóveis	V N Cerveira	Espanha
Sociedade Artística	Embalagens Metálicas	Valença	Portugal

Todavia, os resultados já atingidos, no momento em que a maioria dos pólos industriais complementares já está criada, são muito distintos e ilustrando um agravamento do fosso litoral/interior que coloca em risco a promoção de um desenvolvimento global, harmonioso e coerente do território do Alto Minho. Enquanto os pólos do interior da região como o de Peso (Melgaço), vê sérias dificuldades de atracção e fixação de investidores, o pólo de V. N. de Cerveira vai já na sua segunda fase, perspectivando-se uma terceira fase para responder às inúmeras solicitações.

A criação de emprego também não apresenta, na generalidade dos concelhos, a dinâmica e a qualificação que seria de esperar desta estratégia. É certo que existiam lacunas graves e estruturais de qualificação da mão-de-obra na região e que o espaço de tempo decorrido pode não ser suficiente para incrementar o poder de atracção e fixação de quadros provenientes das grandes bolsas tradicionais de emprego.

Em termos industriais, regista-se uma dualidade emergente, em termos de integração com a economia local, entre os investimentos de maior dimensão (PEDIP), menos integrados com a base produtiva local e os investimentos SIR, de menor dimensão, mas mais relacionados com a base produtiva. A capacidade de acesso da região a essas oportunidades de financiamento excede as quotas de representação do Alto Minho no tecido industrial do Norte de Portugal, sugerindo uma dinâmica de atracção em curso, que importa fidelizar e integrar progressivamente.

Existem alguns elementos – chave que demonstram a necessidade de:

- Institucionalizar um modelo mais agressivo e profissionalizado da gestão do acolhimento industrial (tendo em conta a concorrência institucionalizada na Galiza);

- integrar novas variáveis na definição de qualidade de acolhimento através de novas oportunidades de formação em função das exigências de cada projecto;
- ter em conta o papel da formação inicial e profissional para o auto-emprego como forma de ultrapassar a debilidade endógena de capacidade de iniciativa;
- criar novas plataformas para a dinamização de nova capacidade de oferta de serviços às empresas;
- transmitir uma outra *imagem* do Alto Minho associada a condições favoráveis de atracção de capacidade empresarial exógena à região;
- aprofundar esforços em matéria de formação contínua dirigida aos grupos profissionais que apresentam menores níveis de qualificação de forma a mantê-los inseridos no mercado de trabalho, especialmente nos concelhos que apresentam níveis de qualificação inferiores;
- reforçar as formações de nível superior, nomeadamente no que diz respeito às formações de natureza transversal como engenharia e gestão, orientando-as no sentido da satisfação das necessidades actuais e futuras do tecido económico da região, nomeadamente, nas áreas do turismo, da agricultura, do comércio e da administração;
- reforçar os mecanismos de apoio à criação de actividades locais e do próprio emprego através da articulação de mecanismos de formação, de apoio financeiro ao lançamento de iniciativas, assim como a respectiva assistência nas diferentes fases de consecução dos projectos;
- reforçar o efeito de demonstração e de visibilidade de experiências emergentes contribuindo para veicular uma imagem mais diversificada do Alto Minho em matéria de actividades de excelência;
- reforçar a formação de capacidade empresarial (gestão, organização), e de projecto em domínios transversais de emergência deste tipo de actividades;
- concertar com instituições públicas representadas na região ou com intervenção indirecta na mesma, um papel mais activo no desenvolvimento de serviços e de assistência técnica susceptíveis de abrir caminho e mercado à iniciativa privada nestes domínios¹⁶.

4.4 A Pesca

A pesca tem vivido um cenário de **crise** em todo o país e também no Alto Minho. Apenas Viana do Castelo, como principal porto de pesca, revela uma importância considerável na região, pela quantidade de embarcações que acolhe.

A maioria da frota de pesca desta região, destina-se á pesca local artesanal, predominando a pesca de cabotagem, em detrimento da pesca de largo.

¹⁶ Está em fase terminal de constituição a Agência de Desenvolvimento Regional do Alto Minho (ADRAM). Esta agência insere-se numa dinâmica de promoção do desenvolvimento regional e local iniciada já na década de 90 pelas Associações de Municípios do Vale do Minho (AMVM) e do Vale do Lima (VALIMA), procura, através de um aprofundamento da concertação inter-institucional, uma maior coerência das acções de desenvolvimento nos vales do Minho e Lima, por um lado, permitindo, por outro, uma escala acrescida de intervenção e de investimento na promoção não infra-estrutural no Minho – Lima. A sua actuação será principalmente dirigida para promoção concertada da capacidade de empreendimento e iniciativa, principal factor de estrangulamento ao desenvolvimento, numa região que observa progressivamente uma melhoria da dotação infra-estrutural.

Em centros tradicionais de pesca artesanal como Caminha, Seixas, Lanhelas e Vila Praia de Âncora o declínio tem-se perpetuado e é explicado por razões de interesse económico, assoreamento progressivo da barra do Rio Minho, e deficientes condições do porto de Vila Praia de Âncora.

Instituições como a *Vianapescas* - desenvolvimento de estruturas de comercialização de peixe ao consumidor - e a *Forpesca* - formação para a comercialização e apresentação dos produtos da pesca têm contribuído para aliviar a crise no sector começando já, em associação com o turismo, a incentivar o consumo de peixe fresco (polvo, robalo, sargo e badejo).

A crise deste sector não retira a importância que continua a ter em Caminha, Vila Praia de Âncora e Viana do Castelo. A isso se fica a dever o facto do Alto Minho, em 1995, ter 34% do número de pescadores matriculados, 57% e 40% do número e do TAB de embarcações e 20% do valor do pescado descarregado. A exaustão de recursos e a política comunitária restritiva para o sector estão na origem da perda entretanto verificada, particularmente significativa, na evolução da pesca longínqua desde 1992.

Ao contrário da actividade piscatória, a **aquacultura** tem registado um incremento da sua actividade na região sobretudo no rio Minho e em Paredes de Coura (viveiro de trutas que regista uma elevada produção diária).

A carência de meios técnicos de apoio a este sector e alguma ausência de informação e de apoio às iniciativas empresariais têm impedido a optimização do aproveitamento das potencialidades existentes.

A pertinência da manutenção das comunidades piscatórias existentes na região, cuja relevância social e cultural para a **identidade do Alto Minho** não pode ser ignorada, obrigará a que, pese embora a crescente dependência da importação de pescado e de produtos congelados, designadamente da Galiza, este sector de actividade seja alvo de incentivos que lhe facilitem a sobrevivência.

Potencialidades	Estrangulamentos
-----------------	------------------

<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica transfronteiriça com a Galiza; • Existência de uma rede de universidades, centros tecnológicos e outras instituições de carácter técnico ou tecnológico relacionadas com a estrutura produtiva da região; • Grande vitalidade (níveis de investimento, taxas de crescimento e exportação) da indústria na última década e forte dinamismo empresarial com grande concentração de PME; • Elevado grau de especialização na indústria, em particular nos sectores têxtil, vestuário, calçado, metalúrgica de base e actividades e processos produtivos que aproveitam a disponibilidade de mão-de-obra que caracteriza a região; • Importância, para o desenvolvimento regional, da existência de recursos minerais susceptíveis de aproveitamento, nomeadamente, no campo das rochas ornamentais cujo mercado ainda é competitivo (ex.: caulino, alguns minérios raros como o lítio, etc.); • Condições de dinamização para o sector da construção e obras públicas; • Disponibilidade de recursos hídricos para a agricultura e para a produção energética; • Mecanismos de aproveitamento do actual contexto de modernização e inovação tecnológica para a indústria transformadora; • Apetência de concertação de vontades - políticas e empresariais - dos agentes institucionais e económicos do Alto Minho; • Facilidade de penetração de capital estrangeiro; • Um mercado alargado no noroeste peninsular, podendo a região constituir-se como "centro polarizador"; • Possibilidade de exploração da "frente atlântica" e das relações com a América e a África; • Reforço dos espaços e instrumentos de apoio científico e tecnológico, do interface das instituições de ensino superior com as actividades económicas e da participação em redes internacionais de I&D; • Possibilidade de concentração e valorização das produções primárias, através de processos de certificação e comercialização; • Possibilidade de certificação e promoção externa de produções características e de elevada qualidade; • Aproveitamento dos corredores de tráfego transeuropeus para a fixação de actividades; • Oferta de formação de nível superior e a sua articulação com a formação de nível médio de forma a criarem-se valências locais de forte competitividade externa. A articulação institucional entre estruturas de formação (centro de formação profissional, escolas profissionais e tecnológicas, Forpescas, Instituto Politécnico, etc.) e com outras instituições locais e regionais (Câmara Municipal, empresas industriais e de serviços, associações empresariais), como fundamentais para o desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento regional; • Evolução do número de trabalhadores por conta de outrem, por concelho, segundo a actividade económica, na indústria transformadora; • Capacidade da cidade de Viana do Castelo, em reter / inserir no tecido sócio-económico, a população com formação superior, em sectores de apoio à produção; • Processo de desenvolvimento de serviços, incentivado pelo sector industrial local e regional; • Sistemas de incentivo disponíveis para investimento no sector industrial e formas de divulgação/informação aos diferentes sectores produtivos; • Existência de recursos minerais susceptíveis de 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixos níveis de qualificação da mão-de-obra e de escolarização da população activa, com predomínio do abandono escolar precoce e elevados índices de insucesso; • Fragilidade dos instrumentos de qualificação profissional dos jovens à entrada no mercado de trabalho e da qualificação profissional dos activos; • Falta de reconhecimento das qualificações adquiridas por via profissional; • Fragilidades decorrentes da mono-especialização sectorial, por subespaços, em actividades relativamente tradicionais com consequências ao nível da dependência de algumas áreas (especialmente concelhos) do emprego gerado por um único ramo de actividade produtiva; • Baixos níveis de "qualificação" dos serviços de apoio à actividade produtiva e fraca correlação entre os níveis de desempenho do sector secundário e do terciário; • Insuficiência de serviços de extensão à produção, devidamente articulados com as áreas da formação e investigação, cruciais numa região de agricultura minifundiária; • Deficiente coordenação e intermodalidade entre os diversos modos de transportes urbanos e suburbanos, o que dificulta a mobilidade dos trabalhadores; • Dificuldades de consolidação de centralidades e de afirmação de espaços urbanos qualificados e de referências urbanas, com a excepção dos casos de Viana do Castelo; • Grande carência de serviços especializados de apoio às empresas e à qualificação e diversificação industriais (Centros de Formação /Tecnológicos /Certificação /Design/I&D); • Existência de um incipiente "mercado local", que pode ser estimulado pela especialização funcional de cada cidade e sua articulação em rede; • Escassez de "massa crítica" e de capacidade empresarial local; • Forte dependência do emprego no sector público administrativo; • Fraca capacidade de fixação da população jovem com formação média e superior; • Dificuldades de acesso e difusão da informação e das comunicações; • Deficientes ligações entre a cidade e o seu território de influência, limitando a dimensão do "mercado". • Falta de qualificação, dinamismo e inovação empresariais; • Fraca retenção do valor acrescentado dos produtos agro-florestais; • Acessibilidades reduzidas, nomeadamente aos aglomerados polarizadores; • Exploração deficiente e pouco inovadora do potencial turístico e recreativo (turismo rural e de natureza, caça, pesca, etc.); • Dificuldades de provisão dos principais serviços de apoio público; • Insuficiente estrutura institucional de apoio ao desenvolvimento local; • Incipiência de estruturas de conservação e comercialização de pescado; • Fraca capacidade de utilização de apoios comunitários no âmbito do PROPESCA; • Débil interrelação entre as empresas da fileira (captura, comercialização e transformação) e correspondente subutilização de infraestruturas do Porto de Viana do Castelo; • Recursos Humanos pouco qualificados.
---	---

<p>aproveitamento, nomeadamente no campo das rochas ornamentais cujo mercado ainda é competitivo, e no campo do caulino e de alguns minérios raros como o lítio, assim como a disponibilidade de recursos hídricos e hidroeléctricos;</p> <ul style="list-style-type: none">• Aproveitamento de infra-estruturas de escoamento da produção industrial, como o porto marítimo de Viana do Castelo, caminho-de-ferro e acessibilidades, recentemente concluídas, com vista ao mercado nacional e internacional (IP1);• Disponibilidade financeira associada a fundos comunitários e penetração de capital estrangeiro, e respectivo enquadramento na concertação de vontades políticas e empresariais de agentes institucionais e económicos do Alto Minho;• Presença de indústria de elevado valor acrescentado vs especialização em ramos tradicionais que denotam uma evolução recessiva;• Condições edafo-climáticas favoráveis à aquacultura;	
---	--

5. COMÉRCIO E SERVIÇOS

5.1. O comércio

Como se afirmou no capítulo anterior, o **sector terciário** assume um lugar de **destaque** no conjunto das actividades económicas quer na região Norte quer no Minho – Lima, tendo registado um acentuado **crescimento** nos últimos anos.

A estrutura do sector terciário, revela um predomínio do **comércio retalhista** em detrimento do comércio por grosso, traduzindo a pouca industrialização regional e significativo peso relativo do sector primário (Fig. 5.1). O **número de estabelecimentos comerciais** cresceu, entre 1990 e 1999, **29%** (evoluiu de 3750 em 1990, para 4860 em 1999).

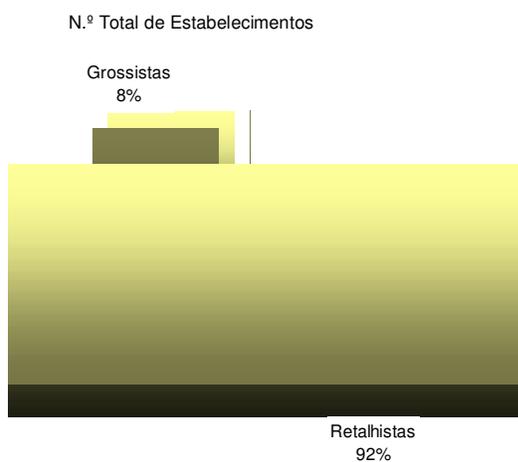


Fig. 5.1 – Número total de estabelecimentos no Alto Minho em 1999 (INE, Anuário estatístico, 2000).

São essencialmente **pequenos negócios**, indicadores da fraca capacidade local de investimento e iniciativa. Inclusivamente, a **ratio retalhistas/grossistas** é de **11,4 para 1** (Fig. 5.2 e Fig. 5.3). O

concelho de **Viana do Castelo** é dos que possui uma das **maiores relações retalhista/grossista** a nível **nacional**.

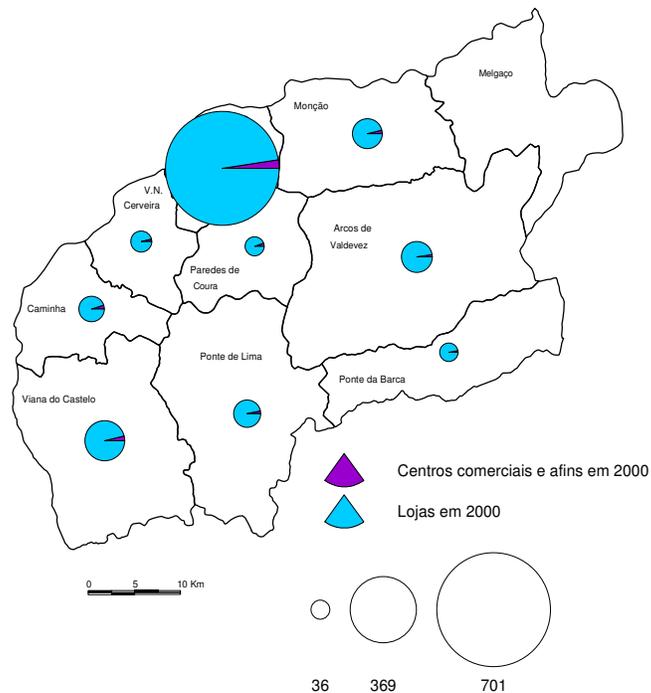


Fig. 5.2.– Centros comerciais e lojas no Alto Minho, por concelho, em 2000.

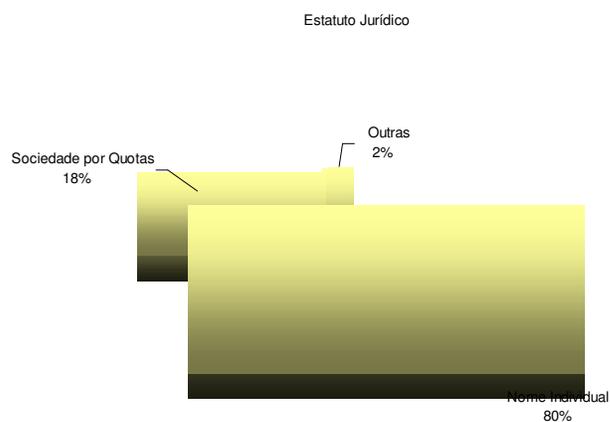
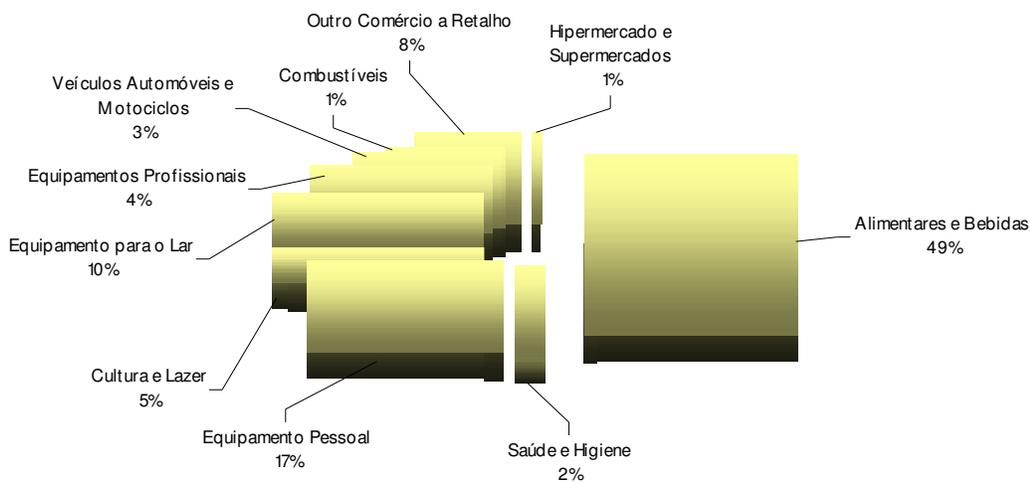


Fig. 5.3 – Estatuto jurídico dos estabelecimentos comerciais no Alto Minho em 2000.

Na distribuição dos estabelecimentos por sector de actividade salientam-se os subsectores da **alimentação e bebidas** (49%), do **equipamento pessoal** (17%) e **equipamento para o lar** (10%), quer no caso de retalhistas, quer no caso de grossistas (Fig. 5.4).

Figura 5.4 - Estabelecimentos - Comércio retalhista



Dentre os diversos tipos de comércio retalhista (o maior empregador), destacam-se como maiores utilizadores de activos locais (Fig. 5.5), os estabelecimentos dos sectores alimentar e bebidas (37%), de equipamento pessoal (15%) e de equipamento para o lar (12%).

No comércio grossista (Fig. 5.6), a maior parte dos estabelecimentos existentes, no Alto Minho, são de produtos alimentares, bebidas e tabaco manufacturado (41%), de artigos de uso pessoal (16%) e de materiais de construção (11%).

Também, enquanto, utilizador de mão-de-obra, o comércio grossista que absorve mais indivíduos (Fig. 5.7), é o do sector dos produtos alimentares, bebidas e tabaco manufacturado (38%), o de artigos de uso pessoal (28%) e o de materiais de construção (16%).

Figura 5.5 - Pessoas ao serviço nos Estabelecimentos de Comércio retalhista

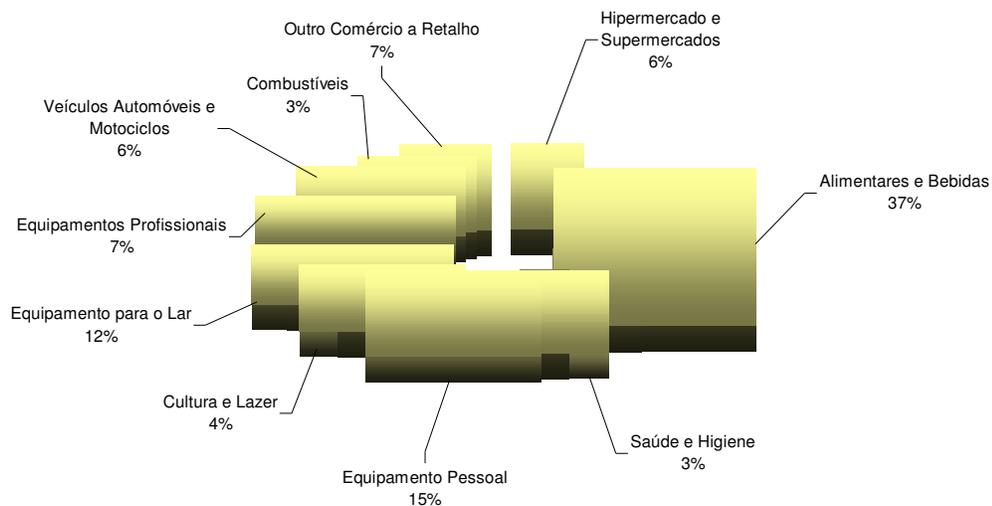


Figura 5.6 - Estabelecimentos - Comércio Grossista

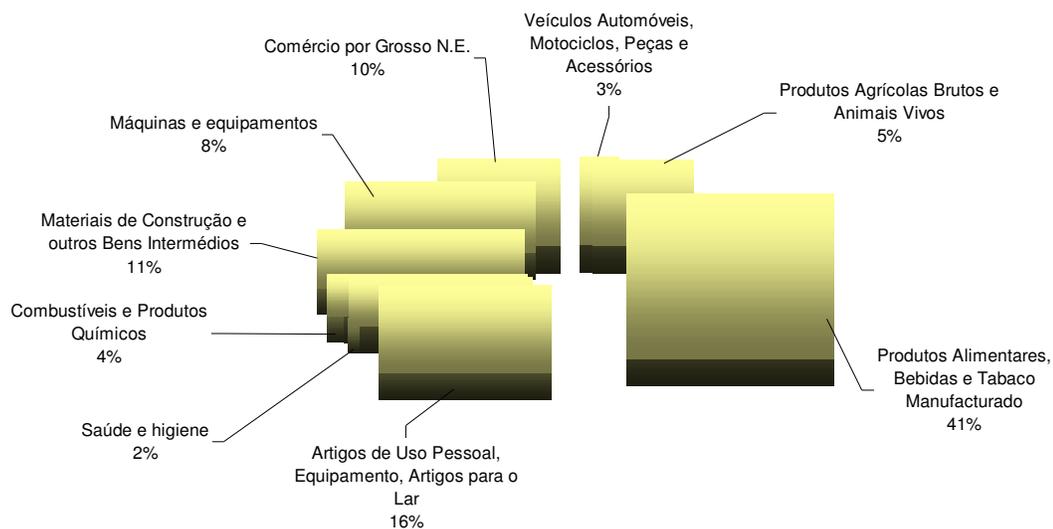
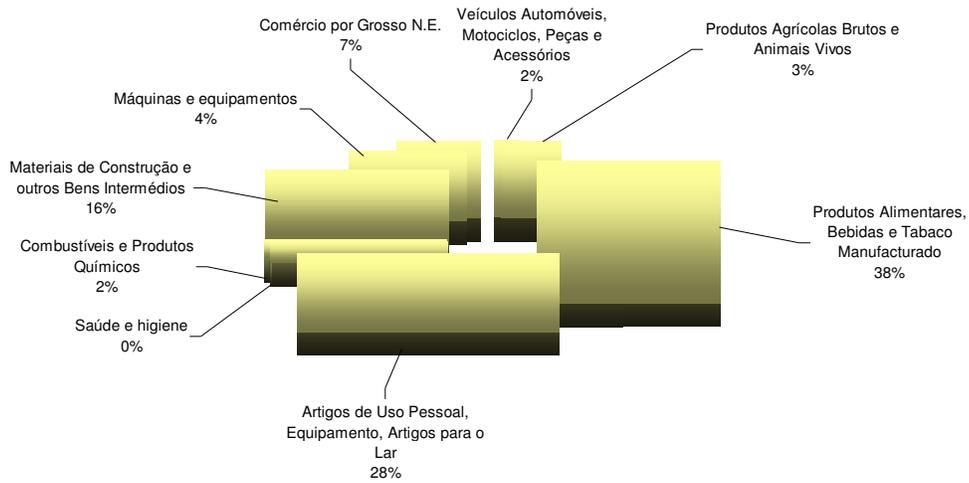


Figura 5.7 - Pessoas ao Serviço no Comércio Grossista



Como se acabou de ver a **maior** parte da população activa que se dedica ao comércio está, no Alto Minho, **empregada no sector do comércio a retalho**.

Percebe-se também, que a **estrutura** intra-sectorial, no comércio, é muito **desequilibrada**, predominando destacadamente o de produtos alimentares e de bebidas.

As unidades comerciais são de **pequena dimensão** e a sua capacidade empregadora bastante baixa, possuindo a maioria dos estabelecimentos apenas **um trabalhador** (Fig. 5.8).

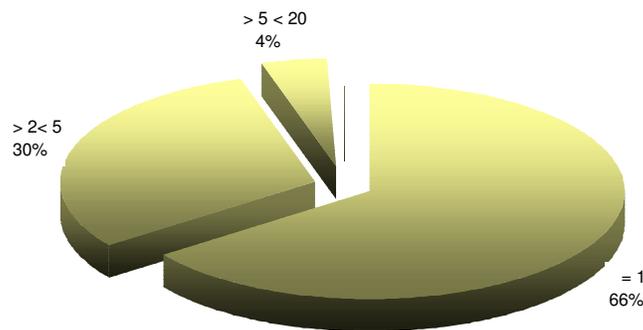


Fig.5.8 – Número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos comerciais.

O comércio tem sido uma actividade preferida por muitos emigrantes e retornados para prolongar a sua actividade e rentabilizar as economias arrecadadas. No Alto Minho, o regresso da 1ª e 2ª geração de emigrantes associada à escassez de outras oportunidades de emprego, pode ter contribuído para o peso significativo desta actividade no tecido produtivo enquanto sector que permite a criação do próprio emprego (Fig. 5.8).

O concelho que regista a **maior oferta comercial** quer retalhista, quer grossista, sobretudo de produtos alimentares e bebidas, seguido dos têxteis, vestuário e calçado, é **Viana do Castelo**. É na cidade capital de distrito que, naturalmente, a estrutura comercial é mais diversificada e dinâmica.

Valença, Ponte de Lima, Caminha e Monção seguem a capital distrital no que respeita ao dinamismo e diversidade da estrutura comercial. No caso de Valença o comércio fronteiriço favoreceu a especialização na fileira dos atalhados, vestuário e calçado.

O **elevado número de estabelecimentos com oferta de bens de procura frequente**, em detrimento do comércio de bens de aquisição menos frequente e de uso individual, revela uma estrutura comercial regional desequilibrada e com uma considerável lacuna de *urbanidade* na maioria dos concelhos.

As feiras e mercados, de grande tradição no Alto Minho, constituem, ainda, uma alternativa importante ao comércio fixo, para além de desempenharem um papel relevante de regulação do mercado, e até de consolidação de sociabilidades.

5.2. Os Serviços

Esta região apresenta **grandes carências** ao nível da oferta de serviços - consultoria, marketing e promoção, *design*, formação profissional, etc. Este é um sector pouco desenvolvido, onde as dificuldades na criação de empresas são gritantes e a oferta diversificada de produtos, apesar das solicitações não satisfeitas, é escassa.

A Área Metropolitana do Porto e a cidade de Braga continuam a exercer uma forte concorrência ao aparecimento de iniciativas locais. Apesar de ser condição *sine qua non* para o desenvolvimento regional e deste sector ter de se dinamizar à medida que a oferta industrial cresce e se diversifica e que o comércio e o turismo aumentam, o ritmo está longe do desejável. Todavia, a massa crítica e a dimensão da procura não têm sido suficientes para lhe impor um crescimento sólido.

Para além de âncora do desenvolvimento de um vasto conjunto de actividades, os serviços são um indiscutível meio de criação de emprego e consequente fixação dos estratos mais jovens da população.

Apesar de ainda estar muito aquém do pretendido, o Alto Minho tem vindo a registar, na última década, um **aumento da oferta de serviços**, quer públicos, quer privados.

A expansão da oferta pública decorre das múltiplas **intervenções das administrações local e central**, no sentido de suprimir carências, sobretudo no domínio dos **equipamentos colectivos sociais, culturais**, de **saneamento básico e administrativos**.

O crescimento da **oferta privada** tem surgido no contexto de **animação, qualificação e desenvolvimento dos lugares**, para limiares de procura atractivos.

O aumento da oferta de emprego tem-se feito sentir especialmente nos serviços pessoais, nos sociais de cariz privado, nos de apoio à produção e nos de comunicações e transporte.

5.3. O Urbanismo Comercial – uma oportunidade para o sector do Comércio

Ao nível da **articulação** e desenvolvimento de projectos de afirmação conjuntos entre os vários municípios da região, que poderiam ter um efeito de compensação face às debilidades individuais, é de notar algum **déficit**.

Na região Minho – Lima, praticamente todos os concelhos se candidataram com projectos individuais de *Urbanismo Comercial*, no âmbito do Programa *Procom*, actual *Urbcom*, ainda ao abrigo do II QCA (Fig. 5.9). Os montantes de investimento elegível, nestes projectos, foi particularmente elevado em Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Valença (Fig. 5.10).

Há, actualmente, vários concelhos com candidaturas apresentadas ao *Urbcom*, já no âmbito do III QCA, com um alargamento das áreas previstas inicialmente.

O padrão evolutivo de progressiva **densificação das sedes concelhias** em municípios que registam, por vezes, dinâmicas demográficas regressivas, acabou por constituir uma matriz favorável para algumas actuações significativas e determinadas ao nível do reforço do investimento na consolidação dos seus núcleos urbanos, numa lógica de planeamento que obviamente deveria estar articulada e equilibrada com a manutenção de áreas conservadas, em alguns casos, sob o ponto de vista natural.

Com estes programas propôs-se uma intervenção no sistema urbano, assente na procura de um modelo de rede urbana suportado por dinamismos positivos já instalados e uma correcção das disfunções detectadas. O perfil de intervenção assentou no reforço da identidade própria e da tradição de cada um dos aglomerados urbanos do Alto Minho, procurando promover a sua articulação interna e a sua integração na região norte e no país.

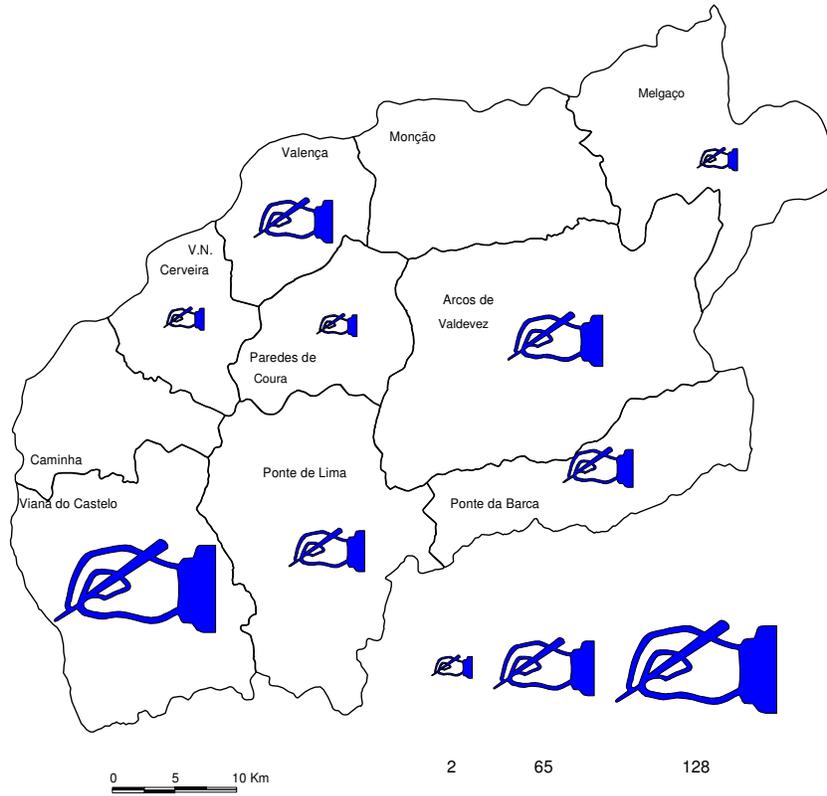


Fig. 5.9 -Número de projectos individuais de *Urbanismo Comercial* por zonas de intervenção (1995-2000).

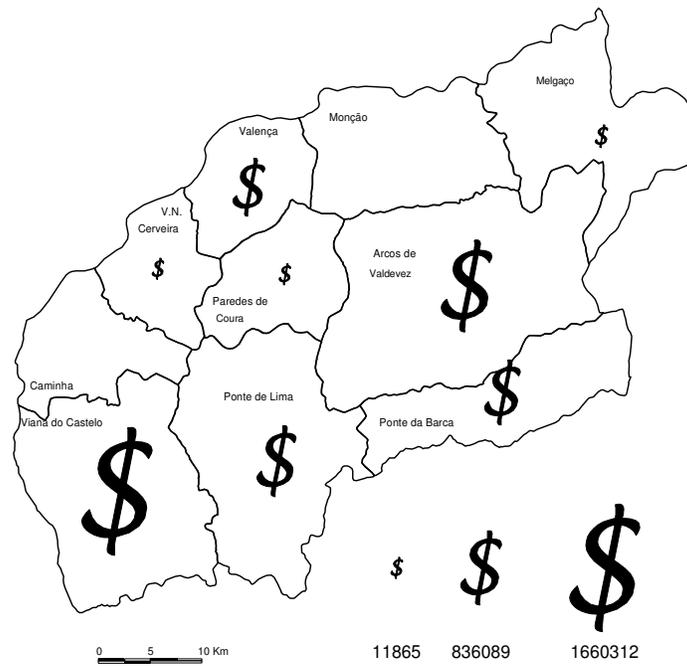


Fig.5.10- Investimento elegível, em contos, dos projectos individuais de *Urbanismo Comercial* por zonas de intervenção (1995-2000).

As sedes de concelho são sempre os elementos de maior visibilidade para o exterior e merecem, por isso mesmo, cuidados especiais em qualquer estratégia de desenvolvimento regional. É importante reforçar-lhes as centralidades e os seus desempenhos enquanto prestadoras de serviços qualificados - ensino, formação, saúde, lazer, cultura, desporto, comércio, transportes e outras – indispensáveis para o incremento dos patamares de qualidade de vida e bem-estar.

Compreende-se já que o comércio desta região não deve cair na tentação de imitar a todo o preço, algumas fórmulas de comércio existentes, devendo antes reforçar algumas componentes que garantam uma identidade forte e uma atracção significativa para o comércio local. A componente da oferta comercial impõe que nesta área exista um pólo central centrífugo, relativamente bem organizado e já com alguma visibilidade, protagonizado por Viana do Castelo, e uma malha de nós complementares, coincidentes com as restantes 9 sedes de concelho. Para estas últimas estão a emergir condições de apoio ao comércio local que o têm qualificado e diversificado através de algumas operações estruturais e de cosmética em *áreas comerciais de rua*. Esta diferenciação poderá usar, veicular e valorizar a fileira de produtos tradicionais específicos da região, organizados em torno, por exemplo, de produtos agrícolas, de montanha, de actividades artesanais, apostando sempre na personalização do atendimento, na modernização física das estruturas comerciais e na exclusividade dos produtos comercializados na região.

A dinamização deste sector implica uma actuação integrada e global, nomeadamente em matéria de urbanismo, valorizadora dos espaços públicos e que inclua o arranjo de fachadas, a organização do trânsito e de bolsas de estacionamento, a criação de condições de acolhimento facilitado ao consumidor, etc. A componente humana, fundamental no comércio tradicional, manifesta ainda, ao nível de toda a região Minho-Lima, lacunas na formação dos comerciantes e trabalhadores, nomeadamente, nas áreas de organização e gestão, atendimento, exposição e vitrinismo, para além de uma ausência determinante de visão estratégica e de conhecimento do mercado.

Para além das debilidades na formação para o desempenho desta actividade, é, também, importante a escassez de serviços conexos, capazes de potenciar a revitalização do tecido comercial instalado, como seja o *marketing* e o *design*, a promoção de eventos e a animação de rua.

A intensificação do movimento associativo pode ser uma das soluções para a ultrapassar algumas das fragilidades do comércio de rua, na procura de protagonismo social, cada vez mais esmorecido devido à perda de competitividade face a novas formas de distribuição e venda com argumentos de mercado muito mais agressivos e um forte poder económico. Neste aspecto, seria importante o reforço do papel das **associações da região**, na resolução de problemas e procura de soluções transversais, a larga escala, para toda a região, promovendo conjuntamente uma comunicação, apoiada numa **imagem forte**, capaz de negociar a marca *Alto Minho* com o público – alvo.

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> - Imagem mediática do território, posicionando-se em torno do ambiente e do conceito de qualidade de vida, conquistando um capital de afectividade a partir, por exemplo, da procura sazonal; - Riqueza paisagística, com importantes áreas de património natural, constituindo o Parque Nacional da Peneda – Gerês o expoente máximo de recursos diversificados e complementares; - Localização geográfica, complementada por boas acessibilidades existentes, e outras programadas; - Profundas relações transfronteiriças, estando cultural e socialmente enraizada uma dinâmica de partilha de interesses e recursos, desenvolvendo-se uma euro-região de dimensão e dinâmica consideráveis; - Crescente qualificação da rede de centros urbanos, com preocupações acrescidas na preservação do ambiente e qualidade de vida; - Massas industriais já instaladas em Viana do Castelo e V.N. Cerveira; - Tradição de oferta cultural, que criou espaço de atracção de profissionais ligados à criação artística e à animação cultural em geral, à qual se acresce a melhoria das infra-estruturas culturais e de lazer; - Emergência de formação de nível superior, sobretudo em áreas transversais como a engenharia e gestão; - Criação da Escola Superior de Ciências Empresariais em Valença; - Reforço dos mecanismos de apoio à criação de actividades locais e do próprio emprego; - Dinâmica de recuperação de aldeias tradicionais do Alto Minho interior, aliando a preservação da ruralidade do meio com uma interessante dinâmica turística; - Importância social e económica das feiras e mercados; - Sector do comércio em claro processo de mudança, pela emergência de novas iniciativas e projectos; - Novas condições de concorrência que constituem um desafio à modernização do tecido comercial instalado; - Esforços relevantes e coerentes de intervenção e política urbanística e de revitalização dos centros históricos, no sentido da valorização, essencialmente das sedes de concelho da região; - Aposta em perfis de diferenciação no comércio tradicional, organizados em torno da valorização de fileiras comerciais de produtos específicos da região, valorizando as condições de acolhimento, atendimento e satisfação do cliente; - Formação de Recursos Humanos, estudo e promoção da região, bem como atracção de novas dinâmicas económicas, promovidos pelo Ensino Superior existente na região; - Contexto favorável à internacionalização do comércio, nomeadamente, através da penetração de capital estrangeiro bem como da associação empresarial que decorre da livre circulação de capitais e do desenvolvimento do <i>franchising</i>, em franco crescimento; 	<ul style="list-style-type: none"> - Acessibilidades interiores e isolamento de alguns meios rurais; - Centros urbanos de pequena dimensão e sem grande articulação, dispersão espacial dos aglomerados rurais, forte êxodo rural, o que leva a graves dificuldades na fixação da população, sobretudo nos concelhos do interior; - Dinâmica demográfica regressiva, forte diminuição da população activa; - Forte debilidade regional endógena no que respeita a capacidade empresarial e de empreendimento, traduzida numa forte dependência da atracção da capacidade exterior; - Mercado de trabalho de reduzida dimensão, com mão-de-obra pouco qualificada; - Desarticulação entre os projectos industriais de maior dimensão e a base produtiva tradicional existente na região, com fortes dificuldades na criação de complementaridade; - Fraco associativismo, resultando na quase ausência de cooperação, nomeadamente, em áreas com maior dificuldade como a penetração e promoção dos produtos nos mercados finais; - Tecido empresarial pouco desenvolvido apresentando sobretudo, micro e pequenas empresas, de estratégia e gestão marcadamente familiares; - Oferta incipiente de serviços às empresas, havendo áreas fundamentais ainda a desenvolver como o design, qualidade ou o marketing; - Oferta comercial com baixos níveis de qualidade média e de diversificação de serviços; - Ausência de coordenação e promoção do turismo aliada à fraca capacidade hoteleira e estruturação da oferta, levando a taxas de permanência muito baixas, descurando o enorme potencial existente; - Debilidade de animação turística, muito focada territorialmente e sem capacidade – devido essencialmente à pouca articulação e cooperação dos projectos existentes; - Alguma inércia do sector da restauração, que não responde a novos padrões de consumo, relacionados com níveis de atendimento, genuidade e qualidade gastronómicas; - Oferta reduzida e pouco diversificada de actividades culturais; - Incipiente e pouco dinâmica organização e comercialização de produtos tradicionais da região (carne, mel, fumeiro, etc.) e do artesanato, o que leva à fraca promoção dos produtos, apesar da procura; - Indefinições de programação de vias de interligação de alguns municípios à A3; - Forte tradição e pujança da massa de acolhimento industrial existente na faixa galega próxima; - Existência de produtos extremamente competitivos, nomeadamente do outro lado da fronteira, que limitam e conquistam o espaço de implantação dos produtos tradicionais da região, assim como outras rotas e produtos turísticos, mais bem organizados e já instalados; - Dinâmica ao nível de manifestações culturais de impacte europeu noutras áreas, podendo polarizar os fluxos turísticos, tornando o Alto Minho, um mero local de passagem; - Alguma dispersão institucional que poderá retardar ou desvirtuar a execução da estratégia definida para a região; - Grande flutuação de <i>Públicos</i> e <i>Visitantes</i> ao longo do ano.

6. TURISMO

6.1. Considerações Preliminares

O PRONORTE (QCA II), financiou investimentos físicos e infra-estruturais que permitiram implementar acções de renovação urbana e a construção de equipamentos socioculturais que valorizaram o Alto Minho enquanto produtos turístico (Fig. 6.1).

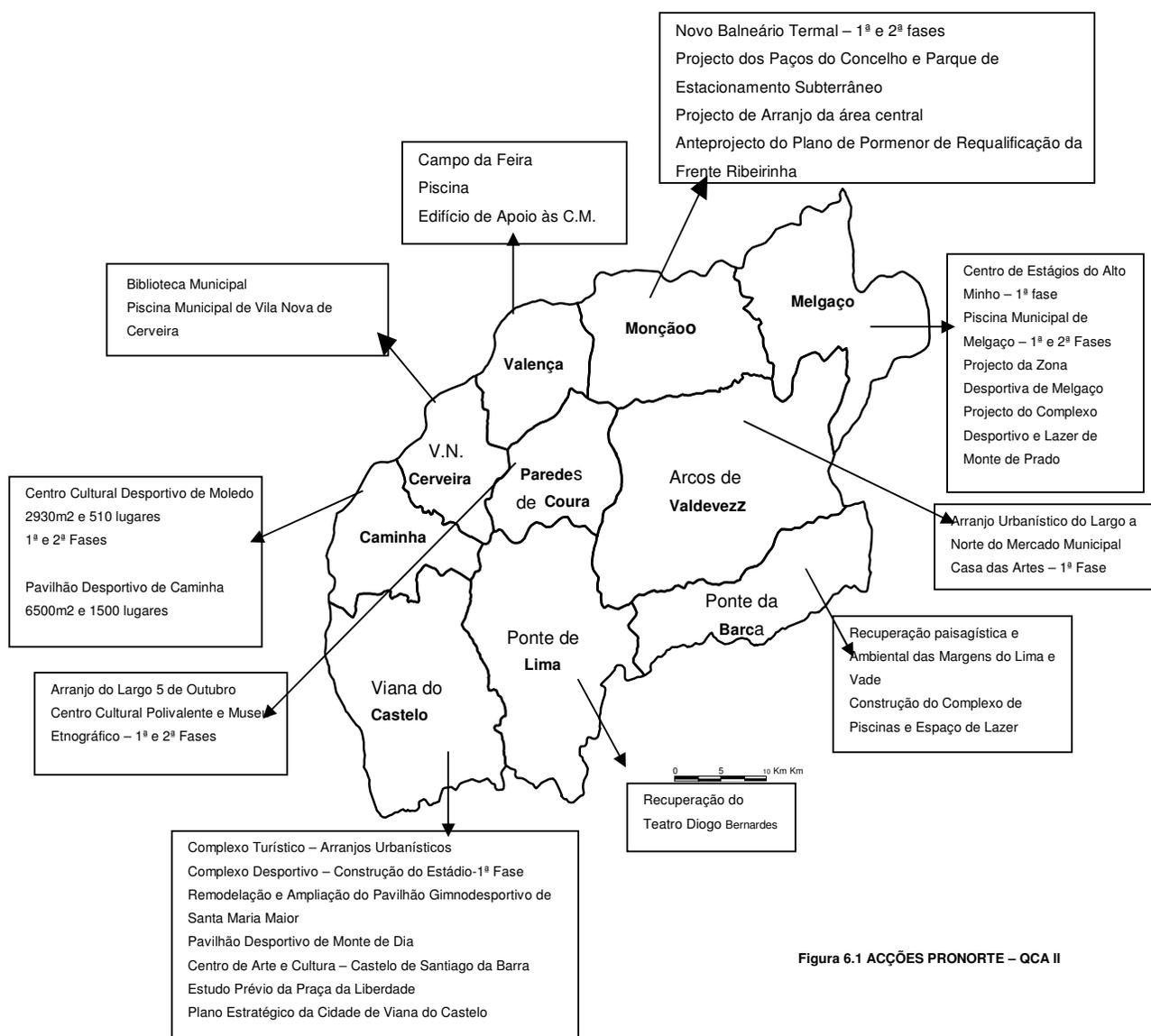


Figura 6.1 ACÇÕES PRONORTE - QCA II

Caminha, ao beneficiar da construção do *Pavilhão Desportivo de Caminha*¹⁷ e do *Centro Cultural e Desportivo de Moledo*¹⁸ observou, indirectamente, também a valorização dos seus monumentos e espaços públicos cuja arquitectura arquiva as tradições e as raízes culturais seculares. Ao conjugar estes investimentos com a promoção do artesanato, do campismo, da vida ao ar livre, da variada gastronomia (produtos de fumeiro), dos percursos rurais, da pesca desportiva, dos desportos náuticos, da caça e da animação nocturna, ficam criadas condições para tornar o concelho um excelente destino turístico.

Ainda no âmbito da aplicação do *PRONORTE*, a Câmara Municipal de Caminha realizou um conjunto de acções integradas que visam a **salvaguarda e valorização do património** e, de uma maneira geral, a promoção do Alto Minho, seguindo o percurso histórico e a diversidade de caminhos exploratórios do seu património natural e construído, nomeadamente a **adaptação e dotação de equipamento do Museu Municipal**, constituindo este um ponto de partida para os itinerários de visita programada às estações arqueológicas, ao centro histórico e ao património natural da região.

Melgaço, beneficiou de investimentos para a fase inicial do *Complexo Desportivo e de Lazer de Monte do Prado/Centro de Estágios do Alto Minho*, que incrementarão a actividade desportiva em várias vertentes, estimulando o desenvolvimento socio-económico e turístico. Tem capacidade e condições adequadas para receber atletas de diversas modalidades e de todos os níveis de competição, podendo constituir-se como um pólo de atracção e dinamização do Alto Minho com uma forte componente turística, diminuindo a periferidade deste concelho na região Alto Minho-Galiza. Para além de um estádio com campo de futebol relvado, este equipamento, possui um pavilhão gimnodesportivo, campos de ténis e ringue polidesportivo, um campo de mini – golfe e um circuito de manutenção e ainda um campo de tiro localizado á margem do equipamento

Além do *Complexo Desportivo*, Melgaço beneficia ainda de uma *Piscina Municipal* que para além dos dois tanques convencionais, dispõe ainda de espaços de musculação e sauna, bem como de sala de reuniões e auditório com funções polivalentes. Serve, assiduamente, os estudantes locais, os termalistas e alguns espanhóis jovens das imediações.

Combinados com a qualidade do património natural envolvente, com as águas termais, as tradições e a gastronomia local, estes novos equipamentos podem ser um interessante motor de atracção turística para o concelho de Monção.

O **concelho de Paredes de Coura** construiu de raiz o novo *Balneário Termal* de utilização colectiva para apoio ao sector da saúde, cujos resultados esperados passam para além de uma significativa dinamização da prática do termalismo, pela criação de emprego resultante da valorização turística.

¹⁷ O *Pavilhão Desportivo de Caminha* está vocacionado para práticas de alta competição, nomeadamente das modalidades de andebol, voleibol e basquetebol. Inclui um recinto de jogos (44mx22m), uma área de aquecimento dos atletas, um campo de *squash*, um gabinete médico, uma sala de massagens, uma sauna, diversos postos de filmagem e relato, uma sala de imprensa, um bar e outras instalações de apoio. É, aliás, o palco habitualmente requisitado para o *Torneio Internacional de Andebol Vila de Caminha*. Tem capacidade para 1500 lugares individuais sentados.

¹⁸ O *Centro Cultural e Desportivo de Moledo* é um equipamento polivalente, com um salão para várias actividades, um ginásio, um biblioteca, duas piscinas descobertas e um auditório ao ar livre, que veio substituir as velhas instalações alugadas, muito degradadas, insuficientes e inadequadas existentes até então.

Este Balneário Termal, localizado junto do rio Minho e integrado no *Complexo Turístico de Monção* tem uma área coberta de 1600 m² e responderá à procura de cerca de 3000 aquistas / ano.

O *arranjo urbanístico do Largo 5 de Outubro* - criação de uma zona verde de lazer, beneficiação do acesso, de pavimentações e de ordenamento do trânsito automóvel na área, incluindo a criação de 80 lugares de estacionamento – e a *recuperação de dois edifícios rurais* e de um terceiro que acolherá o *Museu Etnográfico*, bem como a construção do *Centro Polivalente de Paredes de Coura*, juntam-se ao novo Balneário Termal para incentivar substancialmente a procura turística no concelho de Paredes de Coura.

Em **Valença**, a edilidade construiu vários equipamentos de interesse colectivo, nomeadamente a *Piscina Municipal*, o *Centro Coordenador de Transportes* e *Campo da Feira*.

A *Piscina Municipal* incluiu dois tanques - crianças e adultos- servindo, actualmente os estudantes, a população local e alguns espanhóis de Tui, La Guardia, Rosal e Porriño que se fazem acompanhar de monitores espanhóis.

Vila Nova de Cerveira, enquanto área ribeirinha, é natural que tenha vocacionado os seus investimentos para reforçar a sua ligação ao rio Minho, privilegiando as actividades ligadas aos desportos de água, sem esquecer a inequívoca imagem de polo cultural que emergiu com a realização da Bienal Internacional de Arte. Este evento que é, internacionalmente, a *oferta de Cerveira*, justificou os incentivos de requalificação do património arquitectónico e cultural, de divulgação da gastronomia, da caça e da pesca.

A Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, remodelou e construiu vários equipamentos de utilização colectiva de grande interesse, nomeadamente a *Piscina Municipal* –com dois tanques, equipamentos de apoio e um posto náutico para a prática de vela, remo e canoagem - o *Pavilhão Gimnodesportivo*, o *Posto de Turismo* e a *Biblioteca Municipal*.

A construção da *ETAR*, na vila, com o objectivo da despoluição da bacia do rio Minho, assim como a elaboração do projecto de valorização ambiental de Vila Nova de Cerveira contribuíram, também significativamente, para tornar o concelho mais atractivo à procura turística.

Arcos de Valdevez iniciou a recuperação da chamada *Casa do Terreiro* ou *Conselheiro*, um edifício do século XVIII, onde instalará a *Biblioteca Municipal* e a *Casa das Artes* e um auditório polivalente, com o claro propósito de aproveitar o valioso legado histórico e conjuntamente com o território de PNPG, cativar um maior número de visitantes.

No seu plano de reabilitação plurifuncional do concelho incluem-se: o arranjo urbanístico do Largo a norte do *Mercado Municipal* que depois de pavimentado, ajardinado e iluminado e de disponibilizar 100 lugares de estacionamento automóvel e um parque infantil, atrairá novos utilizadores; um conjunto de acções de caracterização, animação e valorização histórico-arqueológica do património existente; uma

atualização do inventário de áreas classificadas; a distribuição de mais e mais adequada sinalética explicativa/informativa e orientadora de percursos culturais.

Ponte da Barca, próximo da fronteira Madalena – Lindoso e com uma vasta área incluída no PNPG, investiu na recuperação de uma das importantes *pontes medievais* do país, da primeira metade do século XV, de alguns dos seus *espigueiros seculares*, da *Igreja Matriz*, da *Igreja da Misericórdia*, da *Capela de S. Bartolomeu*, do *Pelourinho*, dos *Paços do Concelho*, do *Antigo Mercado* e de algumas *casas senhoriais*.

A reabilitação, paisagística e ambiental, das margens dos rios Lima e Vade, que permitirá criar um interessante espaço de lazer público na área urbana, incluiu a regularização de plataformas, arrelvamentos, a pavimentação de percursos pedonais, a drenagem de águas pluviais, a criação de uma rede de rega e o incremento da iluminação pública que envolveu cerca de 14 400 m².

O *Complexo Municipal de Piscinas* beneficiou também de um tratamento dos espaços envolventes.

Ponte de Lima apostou na recuperação do *Teatro Diogo Bernardes*, um edifício de finais do séc.XIX com capacidade para 310 pessoas que valorizou o centro histórico e deu-lhe potencialidades para atrair outros segmentos de procura.

Ao abrigo do financiamento do PRONORTE, a **Câmara Municipal de Viana do Castelo**, dada a grande concentração populacional na sede de concelho e sua envolvente, distribuiu as suas obras de modo a valorizar o espaço urbano e as periferias urbanas, visando consolidar a sua capacidade de polarização e a sua competitividade regional. Assim, privilegiou a criação de *novos espaços de lazer*, a construção de dois *Pavilhões Desportivos* - de *Santa Maria Maior* e de *Torre de Ola* - a remodelação do *Castelo de Santiago da Barra* – imponente fortaleza do séc.XVI – onde instalaram o *Centro de Arte e Cultura de Viana do Castelo* e a *Região de Turismo do Alto Minho* (RTAM).

6.2. O turismo - a procura e a oferta

A informação disponível sobre a procura turística no Alto Minho evidencia:

- que a época compreendida entre **Maió e meados de Outubro** continua a ser a de maior procura turística;
- que a maior concentração ocorre entre 15 de Julho e 15 de Setembro, com variações significativas entre a primeira e a segunda quinzena de Julho e Setembro;
- que no caso de Viana do Castelo tem havido uma ligeira quebra na procura que não impede porém, que continue a ser dos destinos mais procurados por parte de quem pretende alojamentos de categoria superior.
- que tem havido um aumento na procura de unidades de qualidade superior, nomeadamente hotéis de 3 estrelas e superior, estalagens, pousadas e albergarias

O número de visitantes do Alto Minho cresceu 12% nos últimos 6 anos, sendo a relação entre o aumento dos nacionais e dos estrangeiros semelhante.

À excepção de Viana do Castelo, Paredes de Coura e Valença, todos os outros concelhos tiveram, em 2000, um maior número de visitantes nacionais do que estrangeiros (Fig.6.2).

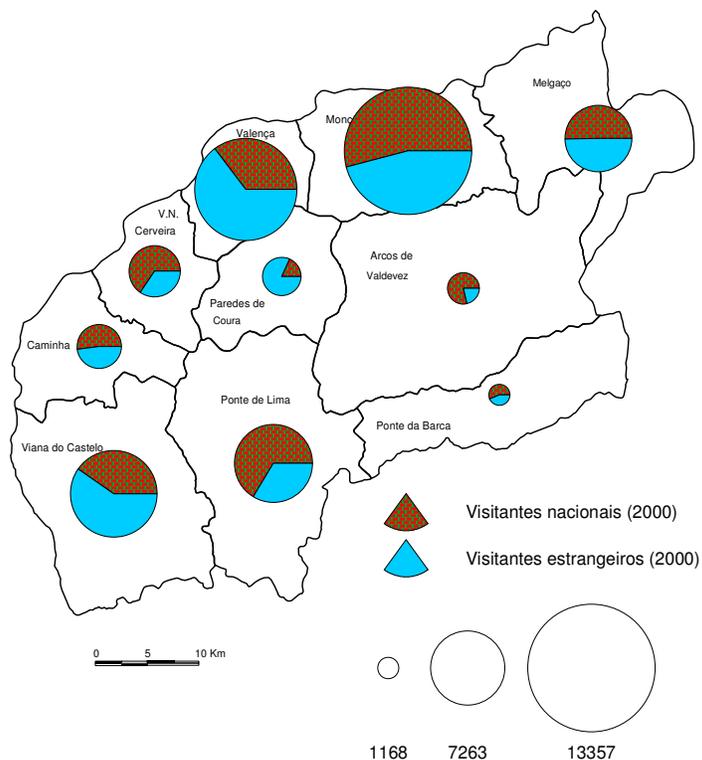


Fig. 6.2 – Número de visitantes nacionais e estrangeiros, por concelho, em 2000.

Melgaço e Monção foram os **que perderam um maior número de visitantes** nos últimos anos, já que a diminuição verificada em Caminha resultou do aumento significativo de visitantes em Vila Praia d'Âncora.

Vila Nova de Cerveira, cujas visitas são fortemente influenciadas pela realização da *Bienal de Artes*, também teve uma **quebra** de 16% (menos 2000 visitantes).

Valença perdeu na última década um número razoável de visitantes, apesar de enquanto fronteira terrestre registar os valores mais elevados de entradas a nível nacional comparativamente com as restantes fronteiras existentes. Os valores registado em 2000 ascenderam a um valor de 8 359 638 entradas.

O **traçado da A3**, permitindo a passagem fronteiriça sem entrar na sede concelhia, contribuiu também para afastar muitos visitantes deste concelho.

Espanha é a nacionalidade com **maior número de entradas** pela fronteira de Valença, seguindo-se os natuaris de França e de Itália. Os meses de verão e a época da Páscoa são os momentos em que o número de entradas de estrangeiros é mais elevado.

Dos 395 estabelecimentos para **alojamento** existentes na **região norte e** classificados na *Direcção Geral do Turismo*, o Minho –Lima tem apenas 46 (12%), representando uma capacidade de alojamento total de 2679 camas. As pensões são a categoria com maior capacidade de alojamento seguidas pelos hotéis (Quadro 6.IV e Fig. 6.3, Fig. 6.4 e Fig. 6.5).

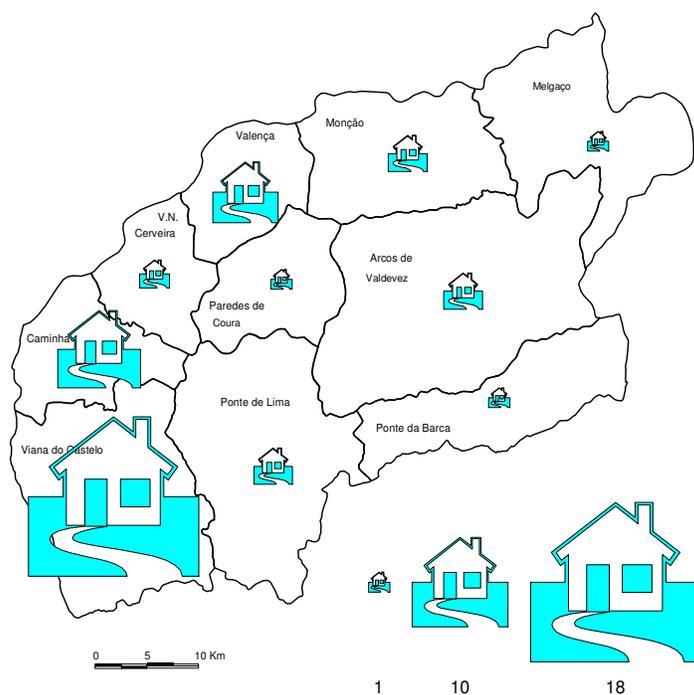


Fig. 6.3 - Número de estabelecimentos (hotéis, pensões e outros), por concelho, no Alto Minho, em 1999.

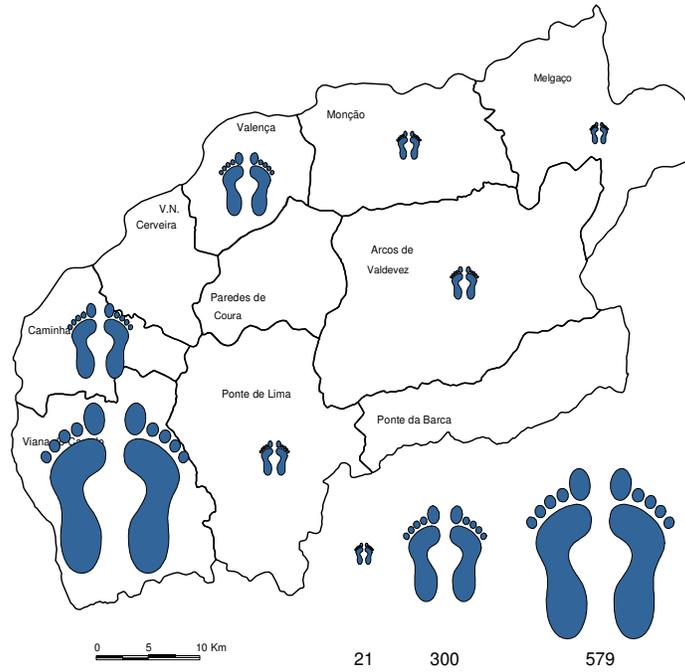


Fig. 6.4 - Número de quartos, por concelho, no Alto Minho, em 1999.

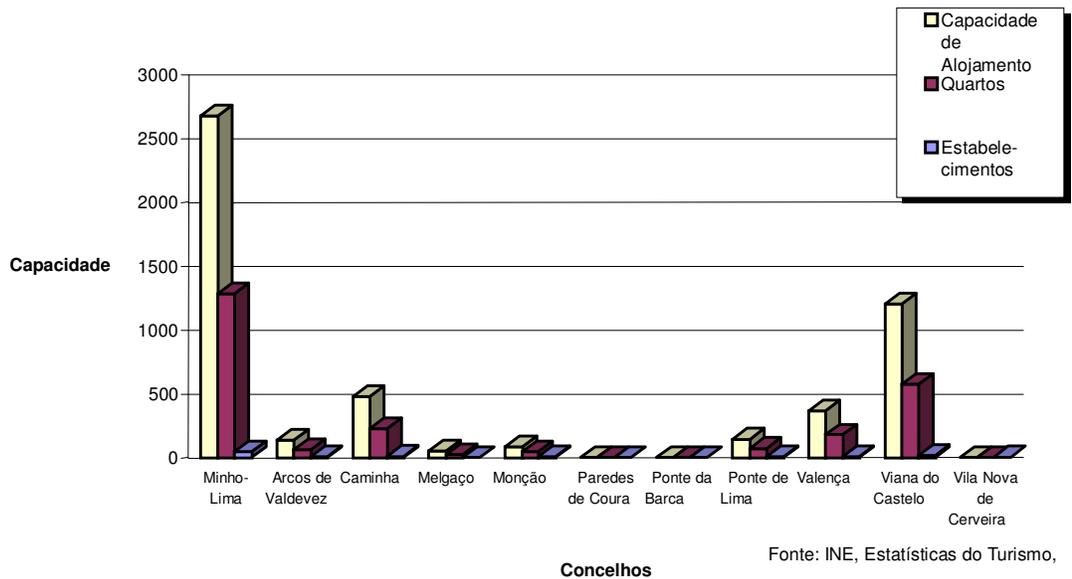


Fig. 6.5 – Oferta de alojamentos, quartos e número de estabelecimentos, por concelho, no Alto Minho, em 1999.

Relativamente às **dormidas** e à totalidade de hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros em 1999, dos 144 784 da região, a maior percentagem de hóspedes foi registada nos concelhos de **Valença** e **Viana do Castelo** (Quadro 6.V e Fig. 6.6).

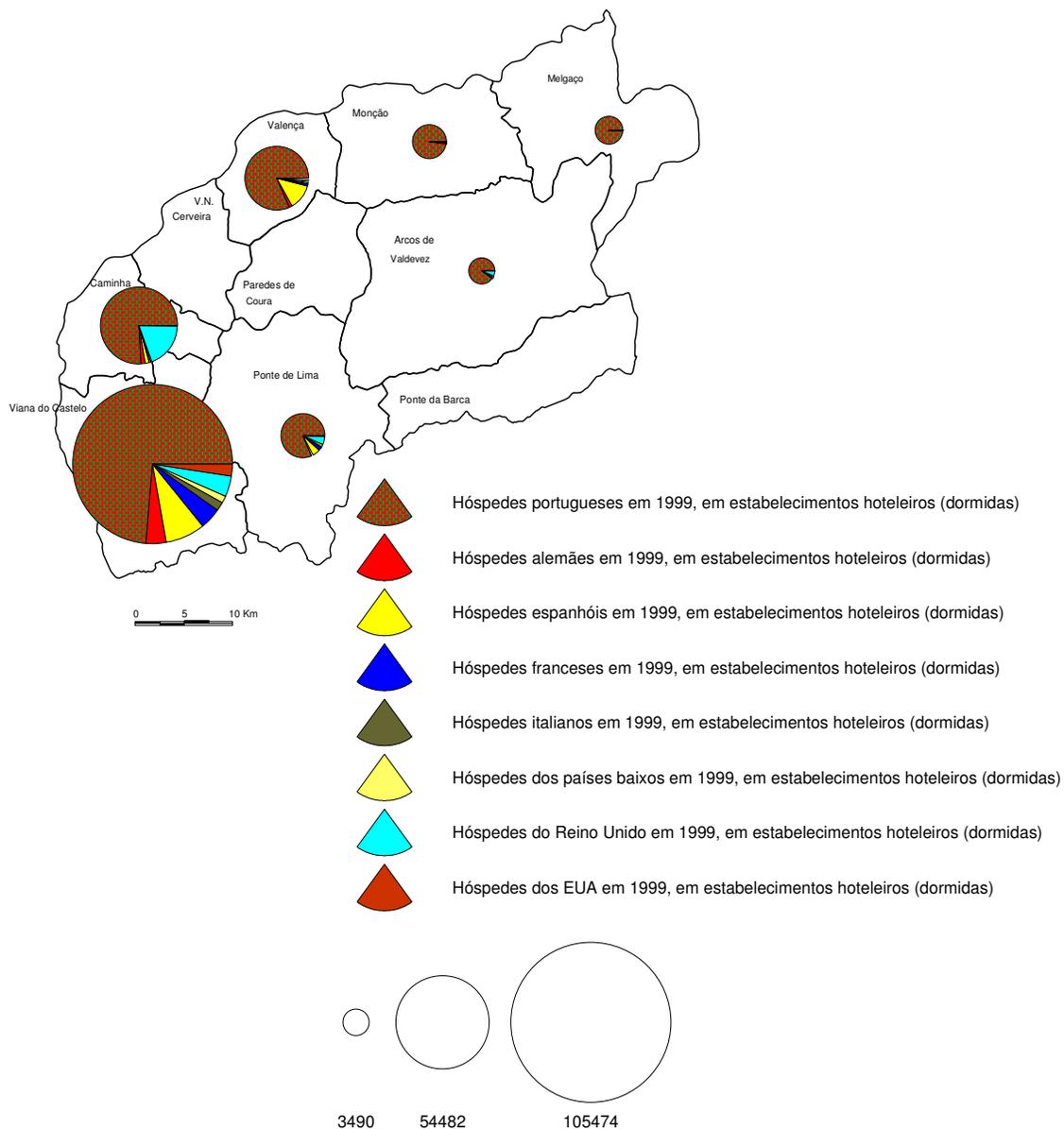


Fig. 6.6 – Número de hóspedes segundo a nacionalidade nos concelhos do Alto Minho, em 1999.

Segundo o país de residência habitual (Quadros 6.VI e 6.VII), é curioso registar-se que a procura nacional se concentra nos concelhos de **Viana do Castelo** e **Valença** e no concelho de **Caminha** (Fig.6.6 e Fig. 6.7).

A procura de indivíduos oriundos da **UE** é responsável por uma fatia considerável dos alojamentos disponíveis (Fig. 6.6 e Fig. 6.7).

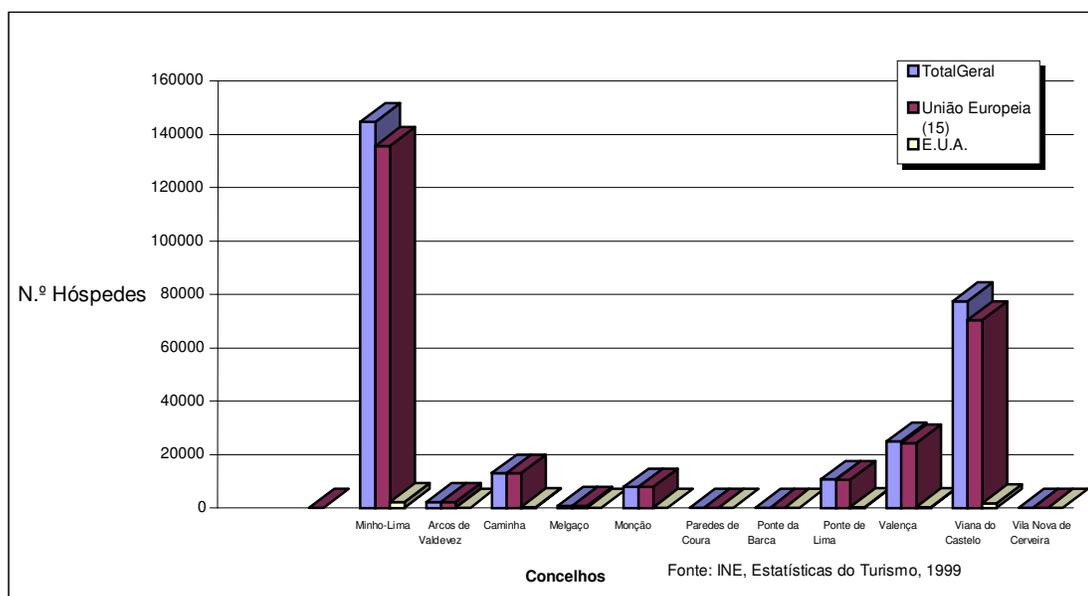


Fig. 6.7. – Origem da procura turística no Alto Minho em 1999.

A **estada média** foi em 1999 (quadro 6.IX) de **7,6 dias** no concelho de Melgaço, de **1,3 dias** no concelho de Valença e de **1,5 dias** no concelho de Viana do Castelo, reflectindo o carácter quase de passagem de quase toda a área.

As áreas urbanas acolhem sobretudo o turismo cultural, de congressos, de negócios, de feiras e reuniões, enquanto as sedes concelhias com menor urbanidade e os concelhos ribeirinhos e serranos recebem outros segmentos de procura – termal, aventura, natureza, auto-descoberta, etc.

6.2.1 Turismo Termal

A evolução das **dormidas** nos estabelecimentos hoteleiros das termas, desde 1995, evidencia que a estada média nos estabelecimentos hoteleiros das principais estâncias termais **diminuiu ligeiramente** de 2,7 dias em 1998 para **2,3 dias** em 1999. Moledo e o Gerês foram as únicas da região a acolher um maior número de hóspedes.

Como os tratamentos termais raramente têm uma duração inferior a 2 semanas, sendo a duração de 3 semanas quase geral, parece que os estabelecimentos hoteleiros das **termas** são frequentados predominantemente, por pessoas que **não vão fazer tratamentos** mas tão só passar um breve período de tempo num *ambiente repousante*. Em Moledo, por exemplo, 27% dos utilizadores não são aquistas (Fig. 6.8).

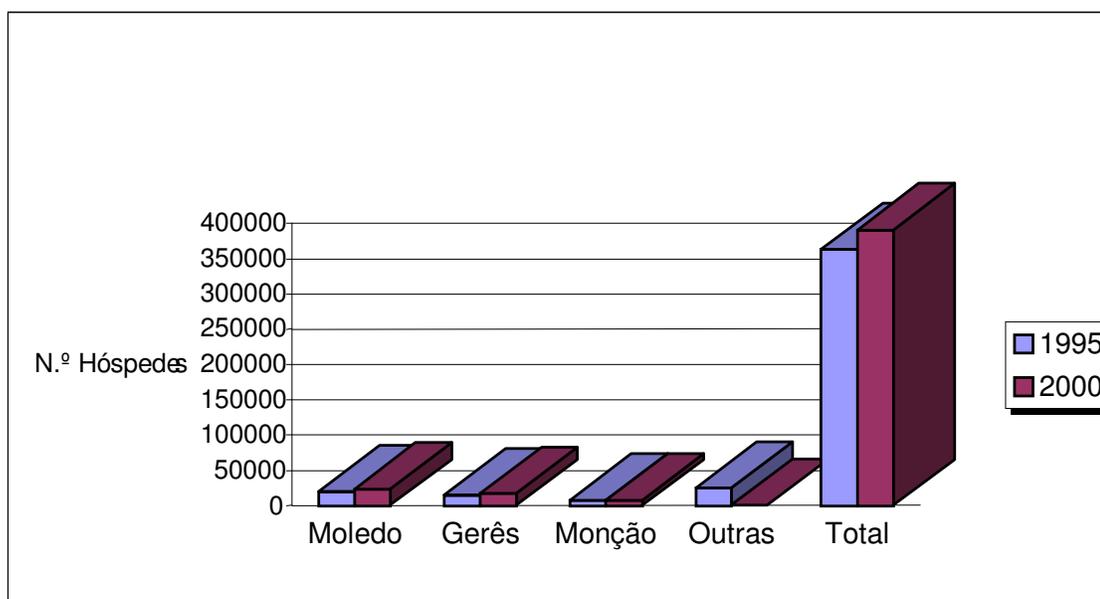


Fig.6.8 – Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros das termas do Alto Minho entre 1995 e 2000.

Importa, no entanto, referir que muitas estâncias termais são frequentadas por aquistas residentes em localidades próximas não necessitando, por isso, de alojamento.

Se compararmos o movimento de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros e as inscrições nos balneários verificamos que não existe qualquer correlação, porque um grande número de aquistas e seus familiares optam por meios de alojamento não recenseados.

6.2.2. Turismo de Congressos

O produto turístico *Congressos e Reuniões* é um dos segmentos mais promissores para o turismo, nomeadamente, pela importância que tem na ocupação dos serviços turísticos nas épocas de menor afluência turística¹⁹.

Apesar de existirem diversas formas de segmentar o mercado, mais restritas ou mais largas, e atendendo a que a informação existente é pouco "normalizada", especialmente no que respeita à natureza, limites e características deste mercado, a segmentação mais consensual corresponde à segmentação tradicional - turismo de negócios ou de reuniões, de incentivos, de convenções e de exposições²⁰.

O mercado de reuniões é um dos que apresenta taxas de crescimento mais elevadas que resultam por um lado, do facto de combinar três dos maiores sectores da actualidade - viagens, tecnologia e transferência de informação - e, por outro lado, pela crescente importância das actividades desenvolvidas ao nível das políticas de marketing das empresas e organizações.

Trata-se de um mercado fortemente concorrencial que se manifesta, por exemplo, ao nível da diferenciação dos produtos e de ofertas cada vez mais vastas, sofisticadas e elaboradas, que têm dado origem a novos nichos de mercado (ex: *Congressos Verdes*; *Special Venues*), assim como ao nível das políticas de preços. Apresenta, também, uma estrutura marcadamente horizontal, que se reflecte ao nível dos principais intervenientes no mercado - agências de viagens, companhias de aviação, organizadores profissionais de congressos, *convention and visitors bureaus*, hotelaria, infra-estruturas de acolhimento.

A Europa continua a ser o principal destino de opção dos *Meeting Planes*, detendo uma quota de mercado de cerca de 58%.

¹⁹ Consideram-se como turistas de congressos e reuniões os indivíduos que fiquem pelo menos uma noite fora, para participar em seminários, reuniões de vendas, congressos, convenções, feiras e exposições, ou que participem em viagens de incentivos.

²⁰ Podemos caracterizar cada um destes segmentos da seguinte forma:

- 1) de reuniões - as reuniões podem ser definidas como acontecimentos desenhados/preparados para juntar e pôr em contacto pessoas, com o objectivo de trocarem informação. As reuniões podem ser de negócios ou associativas, sendo que as primeiras representam cerca de 25% do mercado, e as segundas 75%. A designação reuniões inclui diversos tipos de acontecimentos, que diferem na sua duração, assunto, agenda e forma.
- 2) de incentivos - segmento que usa a oferta de uma viagem como um incentivo ou recompensa por um resultado. Cada vez mais, esta actividade inclui seminários motivacionais e/ou actividades de grupo e, por vezes, reuniões de trabalho sobre a introdução de novos produtos ou campanhas promocionais, de formação. Trata-se de um segmento de mercado que tem apresentado um forte crescimento nos últimos anos.
- 3) De convenções - refere-se a eventos que combinam quer reuniões quer exposições. Este segmento tem vindo a crescer, especialmente as convenções de negócios (30% do segmento), embora as convenções associativas (com uma quota de 70%) se mantenham como as mais importantes.

Portugal possui uma quota de mercado pouco significativa, mas tem **evoluído a um ritmo superior** ao da generalidade do mercado europeu.

Um factor crítico para este mercado, especialmente no segmento de convenções, é a localização dos equipamentos de acolhimento. Deverão estar a uma distância-tempo de um aeroporto internacional que não ultrapasse os 20 a 30 minutos, incorporar, ou estar próximo, alojamento com as condições e capacidade necessárias assim como disponibilizar serviços de apoio e actividades de entretenimento ²¹.

Para o segmento *Reuniões e Convenções*, as principais tendências de mercado apontam para:

- 1) uma crescente preocupação dos organizadores destas actividades pelo "value for money" do evento, já que os resultados obtidos são analisados com maior detalhe e os seus benefícios comparados com o investimento (financeiro e de tempo) efectuado. Estes eventos tenderão a ser cada vez mais centrados nos seus objectivos, mais eficientes economicamente e melhor planeados;
- 2) uma crescente associação das reuniões e convenções com viagens de incentivos;
- 3) uma necessidade de realização de grandes investimentos em infra – estruturas e de promoção e *marketing*;
- 4) um crescente número de empresas e associações com interesses nas mais diversas temáticas, o que conduz a uma maior especificidade dos temas e abordagens, com consequências ao nível da necessidade de troca de informações e experiências.

O **Vale do Minho** tem vindo a fortalecer a sua imagem empresarial, aproveitando as novas acessibilidades rodoviárias e a sua proximidade geográfica à região da Galiza. Esta movimentação empresarial constitui uma importante mais valia para a captação do mercado de congressos, designadamente pela excelente combinação entre os diversos factores que podem constituir um destino de congressos e incentivos.

No vale do Minho, **todos os concelhos** possuem, pelo menos, **1 espaço de congressos e reuniões** no grupo de *Auditórios ou Estabelecimentos Hoteleiros*, com um total de 11 Auditórios, 8 unidades de estabelecimentos hoteleiros e 6 casas de Turismo no Espaço Rural. A capacidade dos auditórios situa-se entre os 40 lugares e os 355 (Centro Cultural de Paredes de Coura).

O **Vale do Lima**, cuja notoriedade turística resulta da tradição na oferta de alojamento em turismo no espaço rural (TER), beneficia do facto de ter no seu território a capital de distrito - Viana do Castelo - que reúne excelentes condições para a atracção de congressos e reuniões.

²¹ Esta actividade pode ser promovida por: Negócios e Associações. O segmento das Associações é, normalmente, dividido em 3 categorias: as actividades de cariz científico, as sectoriais e as familiares. Apesar de cada uma delas apresentar especificações próprias, existem algumas similitudes designadamente: a maioria das associações realizam actividades que se repetem a um ritmo regular (anual, bianual, etc.); o destino é geralmente rotativo, pelo que a taxa de repetição é baixa; a iniciativa para ser o anfitrião da actividade parte, geralmente, da estrutura local da organização; o tempo de preparação é, na maioria dos casos, de 2 a 3 anos.

Em Viana do Castelo o **Forte de Santiago da Barra** é um importante centro de congressos, jornadas, conferências, seminários, *verdes de honra* e espectáculos ao ar livre ou de acções de formação, exposições e mostras, cuja origem remonta à época de D. Afonso III que aquando da entrega do Foral (1258) referiu: "quero fazer uma povoação no lugar que se chama Átrio, na Foz do Rio Lima e, a esta povoação, dou de novo o nome de Viana", não se esquecendo de iniciar a construção de um Forte junto à Foz do Rio Lima. Contudo vão ser os *Procuradores de Viana* a reclamar a construção de uma fortaleza na embocadura do rio nas Cortes de Lisboa (D.Afonso V-1459), justificando-o com o incremento da actividade comercial e marítima da Vila. Possui um auditório com 450 lugares e é complementado por 3 edifícios - a *Torre de Roqueta*, para recepções oficiais, construída nos reinados de D.João II/D.Manuel I (século XV); o *PaioI*, construído por Tiburcio Spanodri e realizado pelo Mestre de Campo Pero Bermudez Santisso (1590); a *Capela de Santiago, Padroeiro das Espanhas*, mandada reconstruir por Filipe III (1610).

A transferência da sede da RTAM para o **Forte de Santiago da Barra** motivou o desenvolvimento de um processo de transformação daquele importante conjunto arquitectónico num Centro Cultural, combinando os serviços administrativos da RTAM com uma grande variedade de actividades.

No vale do Lima, **todos os concelhos possuem, pelo menos, 1 espaço de congressos e reuniões** no grupo de *Auditórios ou Estabelecimentos Hoteleiros*, com um total de 22 Auditórios, 6 unidades de *Estabelecimentos Hoteleiros* e 18 casas de *Turismo no Espaço Rural*. A capacidade dos auditórios situa-se entre os 60 lugares e os 400 lugares.

Se a **oferta de espaços de Congressos e Reuniões** está bem **distribuída por toda a região**, a análise da oferta de alojamento em função das exigências apresentadas pelos organizadores sobre a categoria dos Estabelecimentos Hoteleiros (mínimo de 4 estrelas para eventos internacionais), continua a ser um constrangimento.

A oferta de **equipamentos** e existência de **recursos** que possibilitem a organização de **actividades complementares** durante a duração dos congressos e reuniões é ainda escassa. Existe um conjunto de equipamentos fixos, claramente vocacionados para turistas - um campo de golfe (Ponte de Lima); um kartódromo (Viana do Castelo); um hipódromo (Ponte de Lima); vários centros hípicas (vários concelhos); duas estâncias termais (Monção e Gerês); uma marina (Viana do Castelo); um centros de estágios (Melgaço).

6.2.3 Turismo Cultural

Os **espaços urbanos** desta região, são, por excelência, os que têm o papel mais activo no que respeita ao turismo cultural. São muito procurados pela sua enorme riqueza patrimonial, **arqueológica** (ex: monumentos megalíticos, castros e vestígios de romanização, castelos e fortalezas em Valença), **museológica** e **documental**. Têm, por vezes, cargas de ocupação muito significativas e, em alguns casos, insuportáveis (ex: Valença, Viana do Castelo, Caminha, Ponte de Lima). As festividades associadas a tradições culturais e religiosas do Alto Minho, atraem também procura turística de âmbito cultural.

Numa perspectiva de afirmação da sua posição, **Viana do Castelo** deverá assumir-se como **centro** urbano de **suporte da actividade turística** do território envolvente, assegurando a difusão necessária de fluxos turísticos pela região do Alto Minho.

O turismo cultural, apesar de associado ao espaço construído - Viana do Castelo, Valença, Caminha e Ponte de Lima, para além de núcleos rurais como o Soajo, Lindoso e Castro Laboreiro ou Lamas de Mouro - pode também dinamizar-se à custa do património etnológico.

Os *Caminhos de Santiago*, de que o O Alto Minho é um trecho importante desta rota pode converter-se num exemplo não só de valorização regional mas de cooperação com Espanha e outros países.

Para este tipo de turismo é importante estabelecer uma política de *marketing* regional, assegurando iniciativas e projectos **coerentes** e garantindo a promoção concertada de **todos os produtos** que a região pretende divulgar. Para isso será necessário: elaborar um plano de comunicação e *marketing* para a região; garantir a produção de materiais de **promoção** e de **informação** que permitam, clara e sucintamente, fazer chegar ao público alvo a mensagem pretendida; lançar um programa de promoção da região, promovendo os aeroportos e outros locais-chave; efectuar **campanhas publicitárias** nos *media*; aumentar as **infra-estruturas de acolhimento empresarial** e de **acompanhamento** de potenciais investidores; iniciar um processo de definição de uma **estratégia de gestão intermunicipal**, no que respeita a presentes e futuros investimentos no sector da cultura, onde os municípios assumam cada vez mais o papel de dinamizadores locais.

Um **plano de intervenção transversal** que responda às necessidades encontradas no Alto Minho relativamente ao turismo cultural obrigará:

- 1) a reforçar uma **programação cultural contínua** na área de carácter itinerante, vocacionada para a animação de rua, nomeadamente, dos espaços privilegiados recentemente reabilitados, reunindo um conjunto de iniciativas ligadas à música, à fotografia, à pintura, ao teatro e à literatura, que promovam o intercâmbio cultural bem como as vertentes educativa e criativa da cultura;
- 2) a promover a **animação do património histórico-cultural**, como é o caso da *Rede de Centros Históricos* da área, através da realização de concertos musicais em monumentos e espaços de interesse histórico-cultural, distribuídos por temporadas - Primavera, Verão e Natal. Os concertos assentariam numa programação temática, que ligasse os monumentos/espaços à música, pelo

estilo e pela época: medieval, renascentista, barroca ou contemporânea, com inclusão prioritária de compositores e executantes portugueses;

- 3) a **valorizar** as praças fortes como Valença do Minho, os castelos roqueiros que se perfilam junto à fronteira do rio Minho - Fortaleza da Insua, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Lapela, Monção e Melgaço - ou, em Castro Laboreiro e Lindoso; as torres solarengas, os centros históricos, as torres medievais, as janelas manuelinas, as fachadas barrocas etc.;
- 4) a **adquirir** alguns **equipamentos de suporte** a iniciativas de animação de rua.

6.2.4 Turismo de Natureza

Existe já na área do *Parque Nacional da Peneda – Gerês* um conjunto de actividades que consolidam a vocação desta área para a fruição de um turismo natureza. Servem de exemplo: as **feiras** de divulgação dos produtos tradicionais, e outros temas relacionados com a cultura; a edição de **mapas com trilhos** turísticos na Vila do Gerês de curta duração e de longo curso no *Parque Nacional da Peneda-Gerês*; a organização de actividades de animação semanais, com **grupos folclóricos**, grupos populares, bingo com produtos locais e não valores monetários; a organização de **jogos populares**, tradicionais da vila do Gerês.

Para além da imagem promocional do território, é importante considerar a apresentação de uma oferta da região na área do Turismo que, designadamente, seja um contributo para a maior fixação dos visitantes e dos turistas, para o que deverão ser criados **trilhos turísticos** em que, ao suporte bibliográfico seja acrescentada, numa fase posterior, a **sinalização no terreno**, a intervenção sobre os locais por onde passarão os trilhos, a adequação dos locais de visita, para que se consiga uma oferta final assente em produtos realistas, que estejam ao dispor da procura e em que à promoção esteja associada a oferta no local, evitando-se alguma descoordenação, no sentido da qualificação do sector.

6.2.5 Turismo Rural

A paisagem e o aproveitamento de casas solarengas são os recursos mais importantes para o turismo em espaço rural – T.E.R. – que teve, aqui no Alto Minho, o seu grande impulso, a nível nacional (Quadro 6.V).

Quadro 6.V – Peso dos estabelecimentos de turismo em espaço rural, no total de estabelecimentos, em 1999.

	Total- Hotéis, Pensões e Outros			
	Estabelecimentos	Turismo em Espaço Rural	Quartos	Capacidade de Alojamento
Minho-Lima	46	69	1 283	2 679
Arcos de Valdevez	3	2	63	133
Carrinha	8	1	222	483
Melgago	1	2	21	50
Monção	3	3	46	85
Paredes de Coura	1	2
Ponte da Barca	1	2
Ponte de Lima	3	51	70	142
Valença	6		178	371
Viana do Castelo	18	6	579	1 204
Vila Nova de Cerveira	2	

Os **actores locais** – *ADETURN, ADERE Soajo, ADERE PG, ADRIL, Turihab, Privetur* e *VALIMA* – tiveram um papel importante na dinamização deste tipo de turismo no Alto Minho. A *Turihab* dinamizando o Turismo de Habitação²².

A participação do Alto Minho nas **principais redes europeias** são dinamizadas por estes actores locais e a *ADERE PG* (CM's, RTAM, CCRN, PNPG) participa já em redes europeias vocacionadas para as questões ambientais, nomeadamente, na **Natura 2000**, tendo acordos com o contíguo Parque castelhano do Xurês. A região está, também, representada na **rede europeia dos LEADER**, pela marca de **Solares de Portugal, recuperação de imóveis em zonas históricas e aldeias de tradição**.

O *Programa PITER* (Projecto Integrado Turístico Estruturante de Base Regional), actualmente em curso, apoia investimentos privados e públicos neste sector e possibilitará a concretização de novos projectos que aumentem a oferta de alojamento e o investimento na promoção e animação turística.

6.2.6 Turismo Balnear

²² A *Privetur* criando condições para o Turismo de Habitação e outras modalidades de alojamento mais simples. A *ADERE PG* promovendo as casas do PNPG e e outros alojamentos na área do PNPG. A *ADRIL* responsabilizando-se pelas Casas de Turismo de aldeia com o apoio do LEADER. A *ADERE Soajo* alugando as casas de turismo da aldeia do Soajo

Esta região, com cerca de 30 Km de litoral e com um cortejo de **praias** como Moledo, Afife, Montedor, Carreço, Cabedelo e Amorosa, atrai naturalmente um grande fluxo turístico de Sol & Mar. Praias dos de primeira categoria com boas condições para o *windsurf*, o *surf* e o *bodyboard* - Praia das Marianas, Vila Praia de Âncora, Afife e Cabedelo.

A ocupação balnear estival alarga-se também às **praias fluviais** de qualidade que caracterizam esta área entre Caminha e Vila Nova de Cerveira registando-se já uma indesejável massificação da ocupação.

Os **desportos náuticos** encontram áreas excelentes, no Alto Minho, como acontece: no rio Minho a jusante de Seixas, uma zona de primeira categoria; entre Seixas e Vila Nova de Cerveira, uma zona de segunda categoria; entre Vila Nova de Cerveira e Valença uma zona de terceira categoria.

Os rios Minho e Lima e as novas albufeiras do Alto Lindoso e Touvedo, podem proporcionar bons planos de água para o **remo e canoagem** (ex: Ponte de Lima tem já campeões juvenis de remo). Para além do porto de recreio já existente em Viana do Castelo, existe uma **marina** construída na antiga doca dos bacalhoeiros e o porto de recreio de Vila Nova de Cerveira.

A **pesca desportiva** encontra, igualmente, condições de primeira e segunda categoria nas bacias do Minho sobretudo no rio Minho e nos afluentes Trancoso, Mouro e Coura, para a **pesca do salmão, sável, truta e lampreia**, e no rio Lima, sobretudo no Vez e nos afluentes Cabreiro, Azere e rio Frio, para a pesca de **ciprimídeos**.

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Imagem mediática do território, posicionando-se em torno do ambiente e do conceito de qualidade de vida, conquistando um capital de afectividade a partir dos que buscam este território sazonalmente ou em fim-de-semana; • Elevada qualidade ambiental e paisagística, com abundantes pontos singulares de grande valor natural ou cultural; • Emergência de uma fileira em torno das actividades de turismo verde; 	<ul style="list-style-type: none"> • Abandono e degradação do património construído com algumas intervenções dissonantes; • Deficientes ligações entre a cidade e o seu território de influência, limitando a dimensão do "mercado"; • Forte tendência de desertificação e envelhecimento populacional; • Exploração deficiente e pouco inovadora do potencial turístico e recreativo (turismo rural e da natureza, caça, pesca, etc.);

<ul style="list-style-type: none"> • Actividades agro-florestais de alto valor acrescentado; • Actividades no domínio da produção, animação e gestão culturais; • Actividades no domínio da certificação, qualificação e comercialização de produtos tradicionais • Oferta e gestão de serviços de base eminentemente urbana (condomínios, fiscalização e segurança; • O Rio Minho e os seus afluentes, Coura, Mouro e Trancoso, assim como o Rio Âncora, constituem recursos de grande qualidade para a pesca desportiva; • O litoral e a zona ribeirinha dos concelhos de Caminha, V.N.Cerveira e Valença podem proporcionar caça de espécies de arribação; por seu lado, a área de Castro Laboreiro, em Melgaço, e de Paredes de Coura possibilitam a instalação de reservas de caça; • No conjunto das termas nacionais, destacam-se pela sua qualidade e propriedades, as de Melgaço e Monção, ainda que se tenha vindo a verificar uma diminuição na sua frequência; • As praias do vale do Minho são de elevada qualidade, com destaque para a praia de Moledo, com atribuição de bandeira azul; • Os desportos náuticos, no rio Minho – sobretudo a jusante de Seixas (Caminha) – encontram um local privilegiado para a sua prática, enquanto as praias da foz do Minho, de Moledo, da Mariana e Vila Praia de Âncora apresentam óptimas condições para a prática de <i>Windsurf</i> e <i>Bodyboard</i>; • As águas de mesa medicinais de Grichões (Paredes de Coura), Valadares (Monção) e Peso(Melgaço); • O <i>Parque Nacional da Peneda – Gerês</i>, apresenta características ímpares; da variedade da paisagem à diversidade de microclimas, das espécies animais e vegetais existentes aos vestígios históricos de mais de 50 mil séculos de ocupação humana, não esquecendo a originalidade e experiências acumuladas das comunidades humanas aí instaladas. É um dos locais mais visitados do país, estimando-se que atraia entre 400 a 500 mil visitantes por ano, com forte concentração de Julho a Agosto, altura em que poderá, segundo as mesmas estimativas, receber cerca de 3500 pessoas por dia; • A Serra D'Arga, o Monte de Faro, são quase um recurso primário para o turismo, contribuindo para a imagem de conservação e preservação do ambiente e da qualidade de vida; • No âmbito do património construído, destacam-se os circuitos do Românico, dos Castelos e Castros; • Existência de um património cultural rico, nomeadamente nos centros históricos; • A tradição cultural, manifestada em Feiras, Festas e romarias representam a identidade cultural da tradição e cultura do Minho, vincada nos concelhos do Alto Minho; • Possibilidade de concentração e valorização das produções primárias, através de processos de certificação e comercialização; • Possibilidade de promoção turística através de rotas e circuitos temáticos, articulando o turismo em espaço rural com a vertente cultural; • Existência de um incipiente "mercado local", que pode ser estimulado pela especialização funcional de cada cidade e sua articulação em rede; • O artesanato, apesar da sua situação problemática, associada à crise das áreas rurais, mantém a relação de coerência social, económica e cultural preferencial, com todo o contexto rural. A tecelagem do linho, a cestaria, a marcenaria, a tecelagem de mantas e tapetes, o trabalho da madeira e cortiça, e a pintura e confecção de arte sacra são os principais ofícios artesanais; • Os circuitos e itinerários turísticos são factores de reforço da atractividade turística da região. Destacam-se os Caminhos de 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de qualificação, dinamismo e inovação empresariais; • Fraca retenção do valor acrescentado dos produtos agro-florestais; • Acessibilidades reduzidas, nomeadamente, aos aglomerados polarizadores; • Exploração deficiente e pouco inovadora do potencial turístico e recreativo (turismo rural e da natureza, caça, pesca, etc.); • Dificuldades de provisão dos principais serviços de apoio público; • Insuficiência administrativa e financeira local para a protecção e promoção do património natural e cultural; • Insuficiente estrutura institucional de apoio ao desenvolvimento local; • Forte concorrência inter-municípios em torno de modalidades de turismo alternativo susceptíveis de valorizar recursos locais (ambientais, patrimoniais, culturais) e conseqüente incapacidade de fixar, sustentavelmente, uma procura regular para essa oferta não organizada.
--	---

Santiago como itinerário religioso e um marco de interligação do norte de Portugal e a Galiza. As rotas do vinho, que associadas à gastronomia podem ser uma importante atracção turística;

- O recurso Alvarinho é uma forte potencialidade a explorar em Monção e Melgaço;
- As espécies autóctones (cão de Castro Laboreiro, cavalo Garrano, cachena, cabra serrana, cabrito serrano e borrego do Monte, Barrosão e Galega) são espécies protegidas sobre as quais já se faz algum trabalho de preservação, que importa valorizar e encontrar soluções de desenvolvimento, tanto como elemento valorizador das áreas rurais e biodiversidade existente, como de apoio e complemento às frágeis economias locais;
- A floresta é um elemento importante no Minho-Lima. Apenas cerca de 56% do espaço florestal está efectivamente ocupado com floresta. É um sector com alguma dinâmica económica, com a presença de indústrias em todas as fases da fileira florestal. No entanto, hoje a taxa de reflorestação é muito baixa. Destruir ou abandonar este recurso significará uma descaracterização da região;
- Registo de Procura de Proximidade e Procura Regional, á qual se pode adicionar toda a procura gerada pela actividade industrial em crescimento;
- A restauração tradicional, dotada de uma oferta gastronómica genuína como uma componente complementar importante, no produto turístico;

INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

7. SANEAMENTO BÁSICO

7.1. Considerações Preliminares

O Alto Minho, à semelhança do resto do país, beneficiou, durante o QCA II (1994-1999), de um considerável **investimento em infraestruturas e equipamentos de saneamento básico** (abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e recolha e tratamento de resíduos sólidos), que melhoraram os níveis de atendimento (Quadro 7.1).

Quadro 7.1 – Projectos financiados no âmbito do PRONORTE- QCA II (*PRONORTE, CCRN, 2000*).

	AMBIENTE	Pop.Res. 1997 (CCRN)	Abast. Público de água (Pop. Serv.)	Saneamento (Pop. Serv.)	Meta POA 2000-2006
Vale do Minho					
Caminha	Rede de distribuição de água (3800m); Reservatórios (3); Capacidade (1700 m3); Estação elevatória; Rede de águas residuais domésticas (3800m); Estação elevatória; Reforço do abastecimento de água da Orla litoral (Moledo 2ª fase); Interceptor de Âncora; Projecto de Saneamento da Orla Litoral do concelho.	16510	4500 hab. 27%	2500 hab. 15%	
Melgaço	Rede de distribuição de água (3500m); Rede de distribuição de águas residuais (1500m); Rede de águas pluviais (2950m).	10260		2000 hab. 19.5%	
Monção		21180		s/d	
Par. de Coura	Abastec. Água a Formariz, Moselos, Cristelo, Bico e Castanheira; Rede de distribuição de água (43 687 m)	9910	2492 hab. 25%	s/d	
Valença	Rede de distribuição de água (27 530m); Rede de águas residuais (6680m); abastecimento de água a Bade; e Tarouba Saneamento de Cristelo Covo.	15680	1780 hab. 11%	1600 hab. 10%	
V.N. Cerveira	Rede de distribuição de água (1469m); Reservatórios (4); ETAR de VNCerveira; Caudal de águas tratado (712,8 m3); Abastecimento de água a VNCerveira e reforço às freguesias de Loivo, Campos e Sapardos	9140	2100 hab. 23%	5000 hab. 55%	
Vale do Lima					
Arcos de Valdevez	Sistema Integrado de abast. água do vale do Lima (parte I – Arcos); abastecimento de água às freguesias do SW do concelho; Reservatórios (14); Condutas adutoras (45 465m).	25650	9000 hab. 35%	s/d	
Ponte da Barca	Sistema Integrado de abastecimento de água ao Vale do Lima (parte I – Ponte da Barca); Rede de distribuição de água (22 500m); Condutas adutoras (12 954m); Reservatórios (7)	12710	7300 hab. 55%	s/d	
Ponte de Lima	Sistema Integrado de abast. água do vale do Lima (parte I – Ponte de Lima); Abastecimento de água á margem sul do Lima; Rede de distribuição de água (55 000m); Reservatórios (6); Condutas adutoras (22 405m); Estações elevatórias (2); ETA (2); Galeria Técnica (2 080m).	44370	10000 hab. 22.5%	s/d	
Viana do Castelo	Sistema Integrado de abast. água do vale do Lima (parte I – cidade de Viana); Rede geral de saneamento de afife e Paçô; Rede de esgotos de Sta Marta de Portuzelo; Ampliação e Remodelação da rede de abastecimento de água da Areosa; Rede de saneamento da orla litoral (Paçô, Afife e Areosa); Rede de distribuição de água (20 000m); Condutas adutoras (1 000m); Reservatórios (4); Estações elevatórias (2); Rede de águas residuais (60 000m); Rede de águas pluviais (1 000m)	84590	30000 hab. 36%	s/d	
Alto Minho					95%

Da totalidade das despesas efectuadas neste domínio, a **protecção do recurso natural água** e a **gestão de resíduos** foram, comparativamente com a protecção da biodiversidade da paisagem, os que consumiram a **maior fatia dos investimentos** em 1999 (Fig. 7.1).

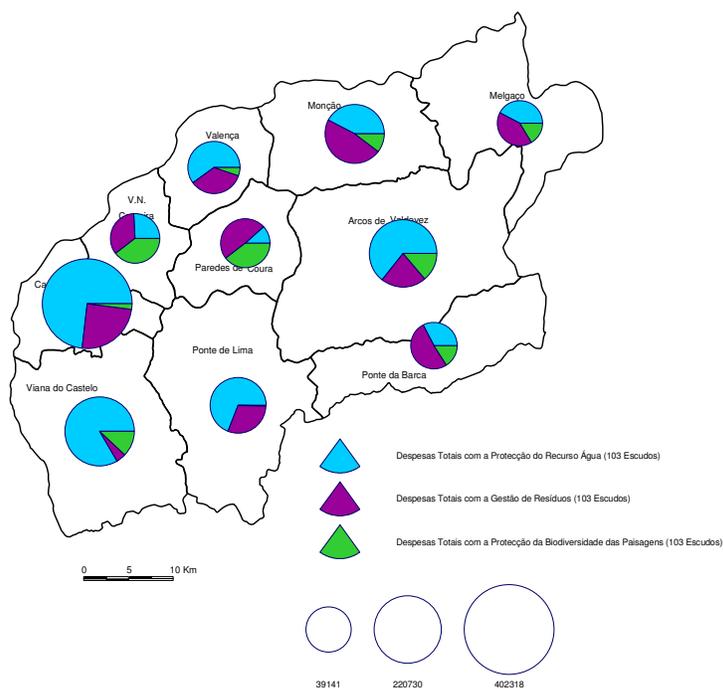


Fig. 7.1 – Despesas efectuadas com a água, os resíduos e a protecção da biodiversidade paisagística (1999).

Caminha, Viana do Castelo, Valença, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez despenderam, com a **água, mais de metade** das verbas utilizadas. Dentre estes concelhos destacam-se, quanto ao montante do investimento efectuado neste recurso natural, Caminha, Arcos de Valdevez e Viana do Castelo (Fig. 7.2).

A **gestão de resíduos**, foi a **prioridade do investimento** em **Monção, Melgaço, Ponte da Barca e Paredes de Coura** (Fig. 7.1).

Contudo, a **estrutura difusa do povoamento** e a **morfologia**, impedem que, aqui, com o mesmo montante de investimento, se atinjam níveis de sucesso idênticos a outras áreas do país, quer ao nível do atendimento, quer no que respeita à efectiva qualificação do ambiente.

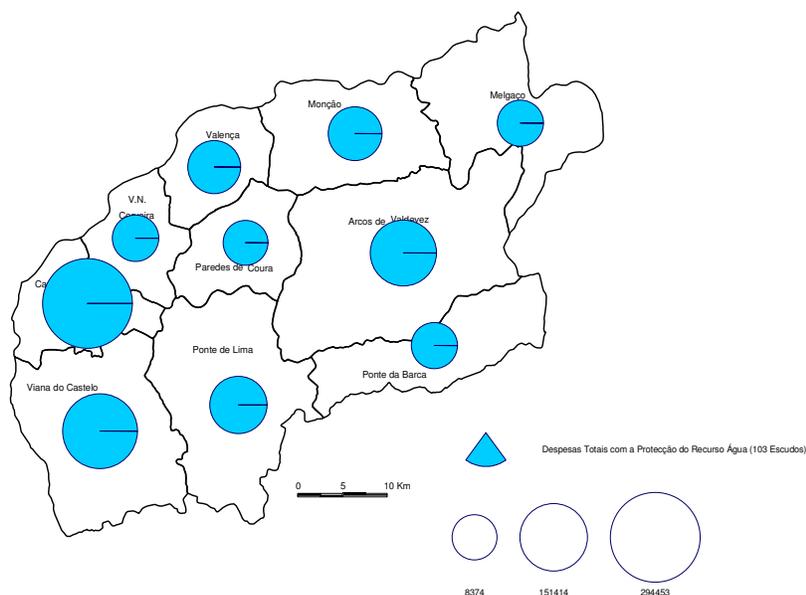


Fig. 7.2 – Despesas totais efectuadas com a protecção do recurso natural água (1999).

A existência de um **sistema de saneamento básico eficaz** é condição necessária para que o Alto Minho, implemente a sua estratégia de **desenvolvimento sustentável**. Sem as metas preconizadas na *POA 2000-2006*, para os níveis de atendimento de abastecimento público de água, drenagem e tratamento de efluentes e soluções optimizadas de recolha, tratamento e deposição de RSU's, RSI's e RSH's, não será possível responder às aspirações de bem estar e qualidade de vida dos cidadãos, nem garantir a manutenção equilibrada dos recursos naturais existentes.

A sedução de novos investimentos e a atracção de novas formas de criação de riqueza menos delapidadoras de recursos naturais implica que os limiares mínimos de qualidade de vida, saúde pública e bem-estar estejam garantidos.

É, por isso mesmo, necessário que o Alto Minho tenha: uma rede de drenagem e tratamento de efluentes domésticos e industriais eficaz; uma sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos (domésticos e industriais) eficiente; uma rede de distribuição de água para abastecimento público extensiva a toda a população. Senão, jamais será possível alcançar patamares de desenvolvimento sustentável que integrem, harmoniosamente, no *Ecossistema*, um vasto leque de actividades e pessoas.

Para avaliar os impactes dos investimentos neste sector, durante os últimos anos, procuramos actualizar a informação incluída no *PROTAM* (CCRN, 1995), e que enformaram os cenários esboçados n' *O Estudo sobre a Organização Macroeconómica e Territorial do Alto Minho* (CEDRU, 1994). Fizemo-lo consultando diversas fontes dentre as quais destacamos os *Planos de Bacia Hidrográfica* dos rios *Lima* e do rio *Minho* publicados em 2000, o *Anuário Estatístico do INE* (1999) e um *Inquérito* efectuado junto das 10 Câmaras Municipais (Fig. 7.3).

A inventariação da informação disponível neste domínio não é tarefa fácil porque cada uma das fontes utiliza **critérios de aquisição, análise e divulgação da informação**²³ diferentes e sobretudo porque não existe, por parte de nenhum órgão oficial um inventário actualizado das infra-estruturas existentes.

Procuramos ultrapassar esta lacuna de informação actualizada, comparando os dados disponíveis por forma a solicitar que, posteriormente, possa vir ser validada junto dos diversos interlocutores empenhados na melhoria dos níveis de atendimento – a DGOTDU, a DRAOT-norte, as câmaras municipais, os serviços municipalizados, as associações ambientalistas e as empresas públicas e privadas envolvidas no saneamento.

Ao inquirir os responsáveis pelas 10 câmaras do Alto Minho constatamos que a maioria pensa que o *Estado do Ambiente*²⁴ no seu concelho é *pouco preocupante* ou *nada preocupante* (Fig. 7.3).

Pese embora as diferentes interpretações de cada actor, nesta matéria, parece óbvio que o Alto Minho, na sua globalidade, observou uma **substantiva melhoria**, entre 1991 e 2000, no que respeita à disponibilização domiciliária de água, à rede de drenagem e tratamento de águas residuais e sobretudo à recolha, tratamento e deposição de RSU's e RSI's (Quadro 7.II).

Quadro 7.II – Investimentos previstos em saneamento (*PBH's do Minho e do Lima, 2000*).

Abastecimento de água e Drenagem e Tratamento de Águas Residuais		Invest. Prev. (contos)
Vale do Minho		
Caminha	Recuperação de colectores e reequipamento de tratamento terciário das estações de tratamento da Gelfa e Caminha	200 000
	Ampliação e remodelação das redes de drenagem do concelho	400 000
	Construção e remodelação de captações, redes e estações elevatórias em Caminha	450 000
	Aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos, incluindo abastecimento de água, de Arga de S. João	
Melgaço	Rede de drenagem e tratamento na sede	720 000
	Redes de águas residuais e ETAR's em Castro Laboreiro, Alvaredo, Prado, Paderne	660 000
	Rede de distribuição de água em Melgaço (S. Paio, Rouças; Alvaredo, Ribeiros de Castro Laboreiro)	
	Aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos, incluindo abastecimento de água, de Lamas de Mouro	
Monção	ETAR, Colectores e estações elevatórias	300 000
	Remodelação das redes de drenagem existentes	100 000
	Rede de distribuição de água em Monção (Riba de Mouro, Longos Vales e centro urbano)	400 000
Par. de Coura	Sistema de Paredes de Coura	1 000 000
	Rede de esgotos da parte nascente da vila	140 000
Valença	Saneamento das freguesias do norte do concelho	200 000
V.N. Cerveira	Interceptores e estações elevatórias	250 000
	Instalação da rede de drenagem em Gondarém, Loivo, Lovelha, Reboreda, Cerveira (remodelação)	900 000
	Construção de reservatórios em V N Cerveira	280 000
Vale do Lima		
Arcos de	Não disponível no <i>PBH do Lima, 2000</i> .	
Ponte da	Não disponível no <i>PBH do Lima, 2000</i> .	
Ponte de Lima	Não disponível no <i>PBH do Lima, 2000</i> .	
Viana do	Não disponível no <i>PBH do Lima, 2000</i> .	
Alto Minho		

²³ Cada fonte considera, em cada um dos itens, conceitos diversos para os cálculos divulgados, de acordo com o seu interesse específico.

²⁴ Pensamos que o saneamento básico em muito contribuiu para a formação da opinião.

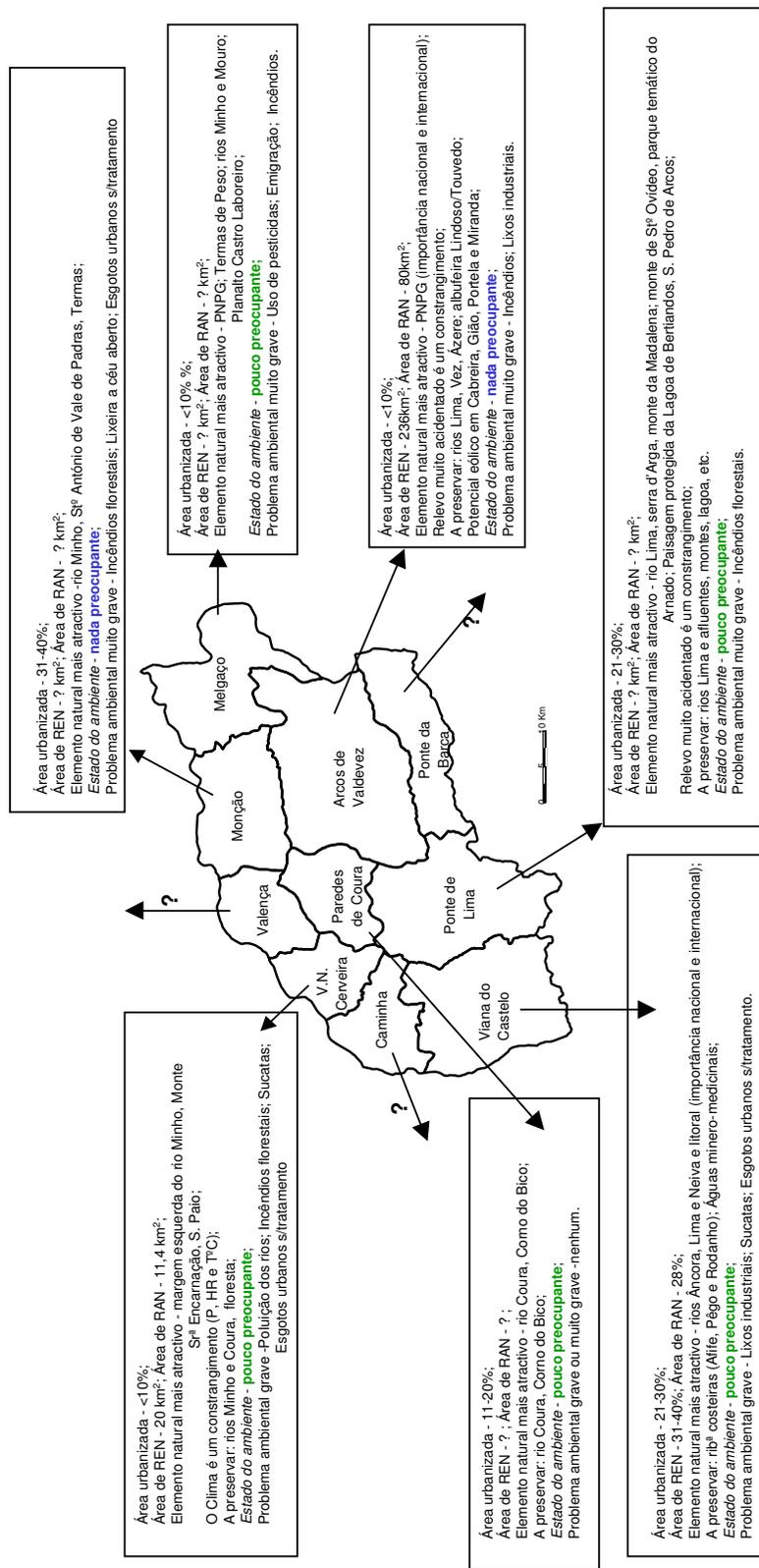


Fig. 7.3. - Síntese das respostas do Inquérito efectuado aos Presidentes das Câmaras.

7.2. Abastecimento Público de Água

Relativamente às infra-estruturas de abastecimento de água, os concelhos da bacia do **rio Minho** estão **bem servidos**, na maioria dos casos por pequenos sistemas associados a uma freguesia. As **freguesias do litoral estão totalmente servidas** assim **como o interior dos concelhos de Caminha, V. N. de Cerveira, Valença e Paredes de Coura** (Fig. 7.4 a 7.6 e Quadro 7.III). Monção é, dos concelhos do vale do Minho, aquele que tem, ainda carências, nas freguesias do interior.

Na **bacia do rio Lima** estão servidos por abastecimento público de água pouco mais de **50% dos residentes**. O abastecimento público de água apresenta, no entanto, **carências diferenciadas** consoante a sub-bacia considerada (Fig. 7.4 a 7.6 e Quadro 7.III).

Quadro 7. III - Abastecimento Público de água (*PROTAM, 1995 e PBH's do Minho e do Lima, 2000*).

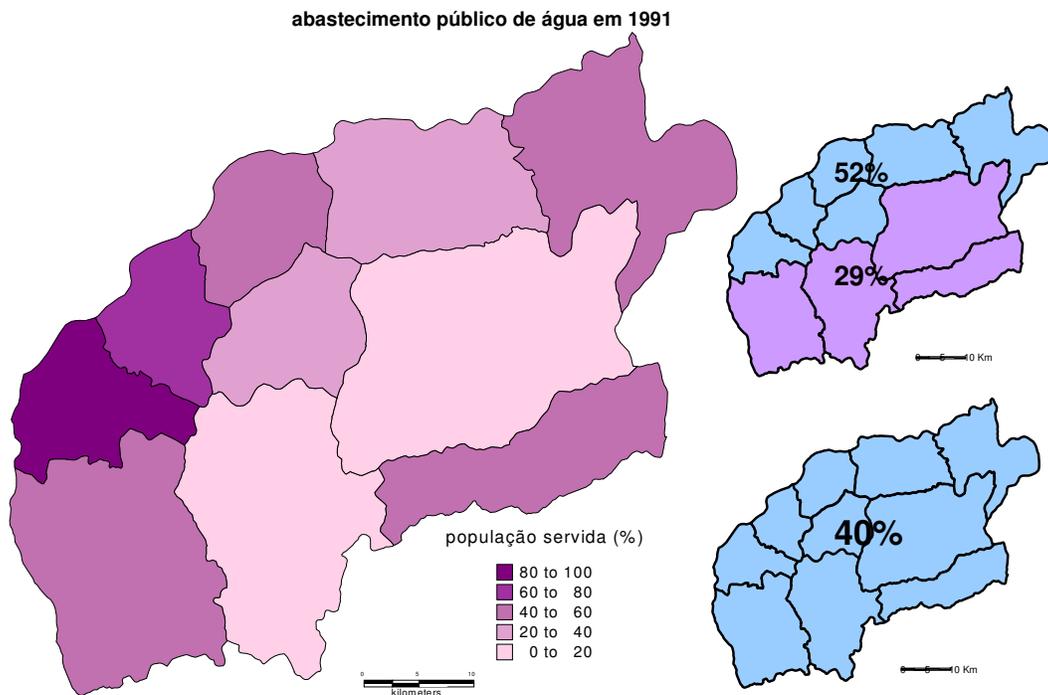
	Pop. (hab) 1991	Pop. (hab) 2001	% Pop. Servida 1991	% Pop.Servida PBH's, 2000	Meta POA 2000-2006
Vale do Minho		157785		90.5%	
Caminha	16207	16923	81	96%	
Melgaço	11018	9580	43	80%	
Monção	21799	19320	38	77%	
Par. de Coura	10442	9329	22	97%	
Valença	14815	13769	59	99%	
V.N. Cerveira	9144	88864	71	94%	
Vale do Lima		167279		53.3%	
Arcos de Valdevez	26976	24477	12	28%	
Ponte da Barca	13142	12507	41	51%	
Ponte de Lima	43421	43940	15	42%	
Viana do Castelo	83095	86355	49	92%	
Alto Minho	250059	325064	40	71.9%	95%

Na **sub-bacia do Neiva**, Viana do Castelo e Ponte de Lima têm deficiências consideráveis ao que acresce o facto da captação de Barroelas, que serve a população desta área, não garantir um abastecimento contínuo sobretudo no Verão.

Na **sub-bacia do Âncora**, a população de Caminha e Viana do Castelo servida por esta sub-bacia é a que experimenta os melhores níveis de atendimento;

Na **sub-bacia do Lima**, Arcos de Valdevez é o concelho mais carenciado e Ponte da Barca e Ponte de Lima também alimentados por esta sub-bacia apresentam ainda bastantes carências;

Na **Correlhã e Lanheses**, estas duas captações superficiais no rio Lima servem a importante unidade fabril da Portucel.



Fonte: PROTAM, 1995 e PBH's do Minho e do Lima, 2000

Fig. 7.4– Abastecimento público de água em 1991 (PROTAM, 1995).

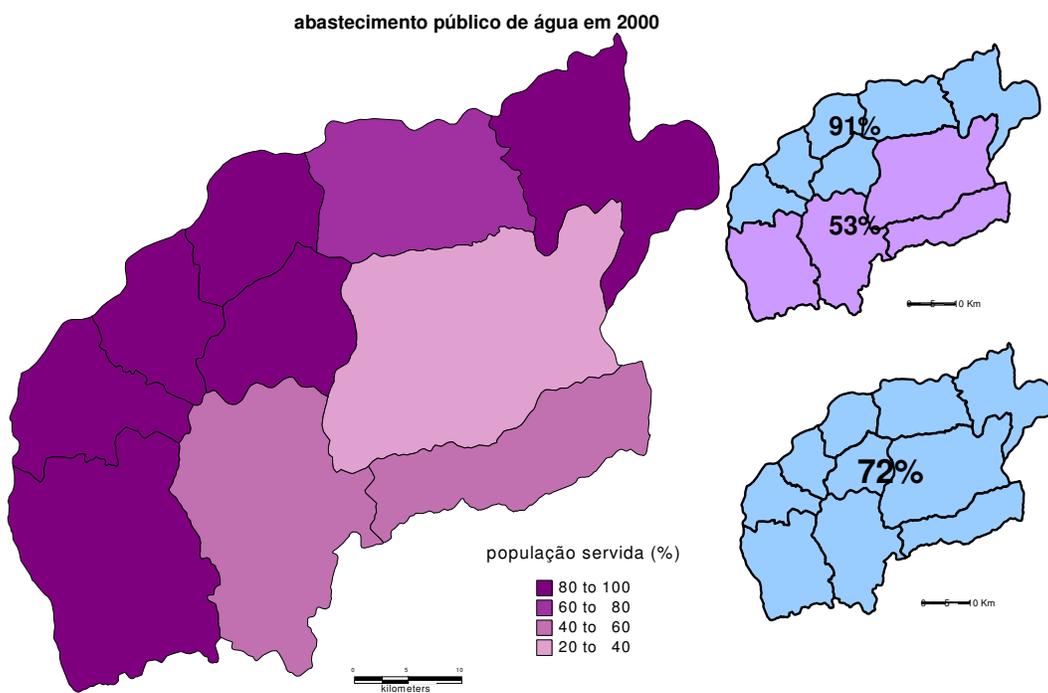


Fig.7.5 – Abastecimento público de água em 2000 (PBH's do Minho e do Lima, 2000).

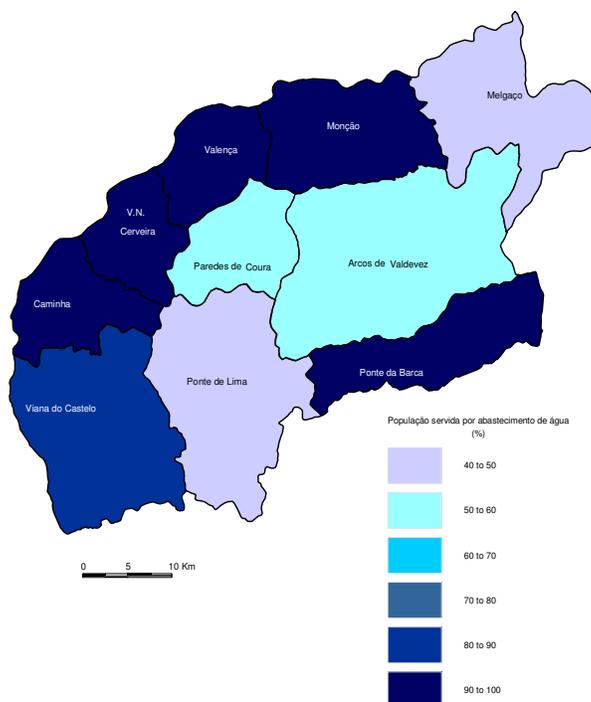


Fig. 7.6 – Abastecimento público de água (INE, 1999)²⁵.

O concelho **mais deficitário** é o de **Arcos de Valdevez**, embora quer em Viana do Castelo, quer em Ponte de Lima haja freguesias onde o atendimento ronda os 40%.

A mitigação das lacunas existentes passa pela implementação, na bacia do Lima, de dois sistemas multimunicipais: **Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água à área norte do Grande Porto – Águas do Cávado AS** e o **Sistema Integrado de Abastecimento de Água ao Vale do Lima**.

Há vários investimentos em curso, quer no que respeita aos *sistemas em alta*, quer no que se refere à rede de distribuição de água (*PBH do Minho*, 2000):

- i) Sistema de Abastecimento *em Alta* do Vale do Minho (3 milhões de contos);
- ii) Sistema de Abastecimento *em Alta* de Caminha-Cerveira (2,5 milhões de contos);
- iii) Sistema de Abastecimento *em Alta* de Paredes de Coura (1 milhão de contos);
- iv) Rede de distribuição de água em Melgaço - S. Paio, Rouças; Alvaredo, Ribeiros de Castro Laboreiro – (660 000 contos);
- v) Rede de distribuição de água em Monção - Ribá de Mouro, Longos Vales e centro urbano – (400 000 contos);
- vi) Construção de reservatórios em V N Cerveira (280 000 contos);
- vii) Construção e remodelação de captações, redes e estações elevatórias em Caminha (450 000 contos).

²⁵ Incluímos a cartografia dos dados do *Anuário Estatístico*, INE, 1999, porque as diferenças nas percentagens de população servida por abastecimento público são demasiado grandes para serem apenas explicadas por um ano de diferença na recolha da informação.

Captações

No **vale do Minho** existem cerca de **154 captações de água** para abastecimento público das quais apenas **8 são superficiais** (Fig. 7.7).

No **vale do Lima** a água disponibilizada à população e às actividades resulta de extracções **subterrâneas** (53%) e **superficiais** (47%).

Os 157 sistemas de distribuição de água para abastecimento público, existentes no **vale do Lima**, recolhem água em mais de 100 pontos de origem, cujas condições hidrogeológicas **não favorecem o fornecimento de caudais suficientemente abundantes** sobretudo para suprir as necessidades na época de Verão (Fig. 7.7).

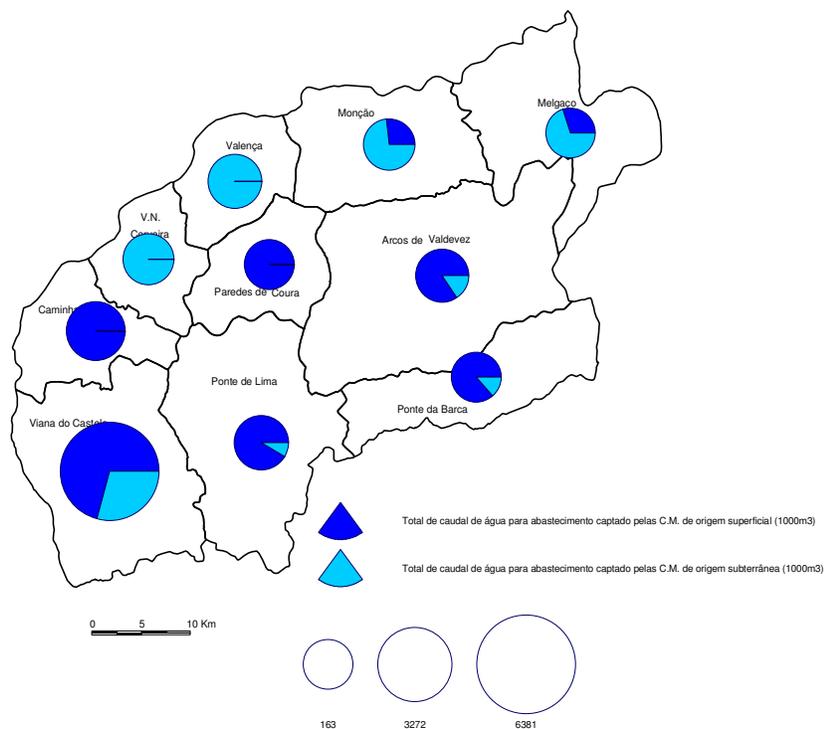


Fig. 7.7 – Total de caudal de água para abastecimento captado pelas C.M.'s do Alto Minho consoante a origem (INE, 1999).

Os **aglomerados com menos de 1000hab** utilizam sobretudo a água captada do fluxo subterrâneo através de **furos, poços, minas** ou **nascentes**. Os aglomerados de maiores dimensões utilizam a água proveniente de fluxos superficiais e sub-superficiais (Fig. 7.7).

Existem na bacia do Lima:

- i) 6 captações sub-superficiais para abastecimento urbano: Vila (rio Ázere); Valada (rio Âncora); Ponte da Barca (rio Lima); Vila (rio Lima); Bertandos (rio Lima); Barroselas (rio Lima);
- ii) 2 origens de água subterrânea: Veiga da Areosa (serve parte do concelho de Viana do Castelo); Deveza (serve parte de Arcos de Valdevez);
- iii) 2 capatações superficiais no rio Lima. Correlhã e Lanheses (que alimentam a Portucel e que têm um caudal equivalente a mais de 50% das necessidades actuais de toda a bacia do Lima).

As **condições precárias do abastecimento público de água** em algumas áreas do interior explica-se pela forma **dispersa** como se distribui a **população**, pelo **elevado número de pequenos aglomerados**, pela utilização de **origens de água próprias** (furos, poços, nascentes, etc.), pela ruralidade **avessa a inovações** de algumas populações e pelos **maiores custos de investimento**.

Os concelhos onde a população vive em aglomerados muito pequenos, onde a diferenciação altimétrica é maior, como acontece em Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Ponte de Lima, são os que têm, ainda, níveis de atendimento muito aquém das expectativas. Nestes casos, o investimento necessário para disponibilizar o acesso à rede decuplica por cada habitante²⁶.

Reservatórios

Na **bacia do Minho** existem **162 reservatórios** que traduzem uma capacidade de armazenamento total de **19 000m³**. Apenas 6 têm capacidade superior a 500m³ e os restantes têm capacidade inferior a 100m³.

Na **bacia do Lima** há mais de 130 reservatórios com uma capacidade total aproximada de **13 000m³**: 1 com capacidade acima de 900m³ em Arca de Baixo (Ponte de Lima); 14 com capacidade acima de 500m³; cerca de 100 com capacidade abaixo de 500m³; 20 com capacidade abaixo de 5m³.

Para além da deficiências no abastecimento domiciliário de água, as condições de controlo da qualidade da água são ainda precárias.

Considerando que a capitação municipal para lugares com **menos de 1000hab. é de 150l/hab./dia**, entre **1000 e 2000 hab. é de 180l/hab./dia**, e entre **2000 e 5000 hab. é de 200l/hab./dia** (*PBH do rio*

²⁶ Num concelho do litoral o investimento em rede de abastecimento pode significar 30 contos/hab. enquanto no caso dos concelhos do interior este investimento pode significar mais de 400 contos/hab.

Minho, vol.III, p.42 e *PBH do rio Lima*, vol.IV, p.92), e estimando as perdas nas redes em torno dos 30%, calcula-se que a **capitação doméstica média no Alto Minho ronda os 167l/hab/dia**²⁷.

A indústria e a agropecuária (suiniculturas, boviniculturas e aviários), têm necessidades de consumo diferenciadas, tendo o *PBH do rio Minho*, vol.III previsto:

- i) para a indústria um consumo anual de 0.5hm³;
- ii) para a suinicultura, um consumo de 12l/animal/dia;
- iii) para a bovinicultura, um consumo de 1.25l/animal/dia;
- iv) para os aviários, um consumo de 0.25l/animal/dia;
- v) para a agricultura, um consumo anual de 57 hm³.

Sendo, como vimos nos capítulos 2 a 6, esta área não é, à excepção dos centros urbanos uma área excessivamente predadora deste recurso natural. O contexto climático – com apenas dois meses secos no ano - contribui também para diminuir as necessidades de consumo e para repor a água no subsolo.

7.3. Sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais

Os concelhos do **vale do Minho** estão ainda **mal servidos** no que respeita aos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais (Fig. 7.8 e 7.9). Em média está servida cerca de **31%** da população residente.

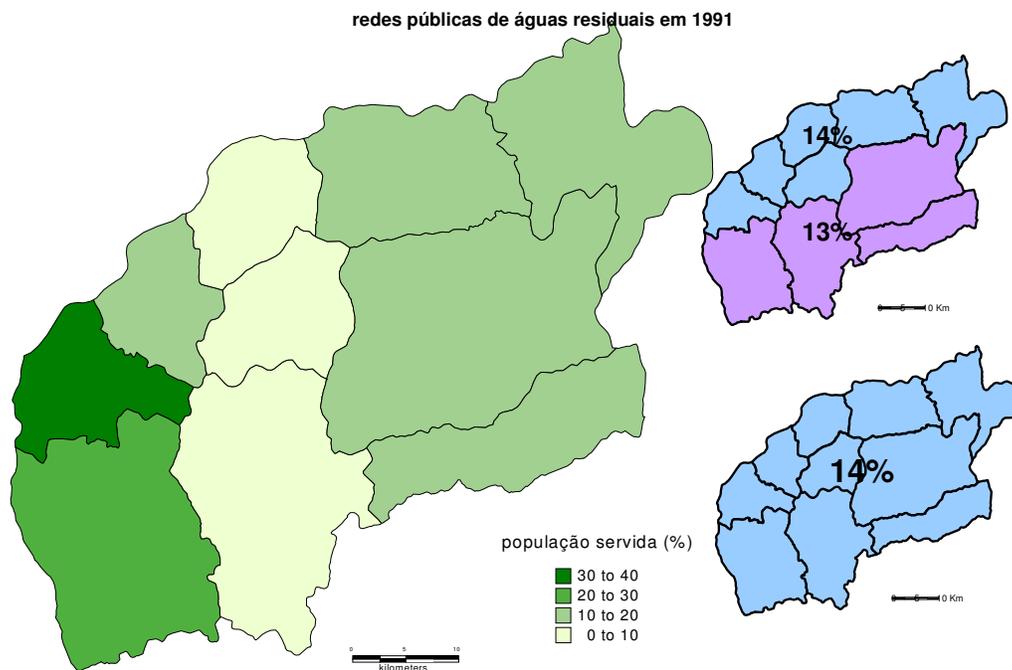
Monção e Melgaço são os concelhos que apresentam os **valores mais baixos** (11 e 13%). As freguesias próximas do estuário do Minho são as que estão melhor servidas. De todos os concelhos, Caminha é o que tem a maior fatia de população servida (65%) e Paredes de Coura também está bem servido sobretudo nas freguesias próximas da sede.

O tratamento dos efluentes nos concelhos da **bacia do Minho são, na generalidade, tratados**²⁸, excepto os de Monção que são descarregados directamente no rio Minho sem qualquer tipo de tratamento (Fig. 7.8 e 7.9 e Quadro 7.IV e 7V).

Na **bacia do rio Lima** os 11 sistemas colectivos de drenagem de águas residuais existentes servem um **número bastante escasso de residentes** - aproximadamente 30%. E, destes, nem todos têm tratamento.

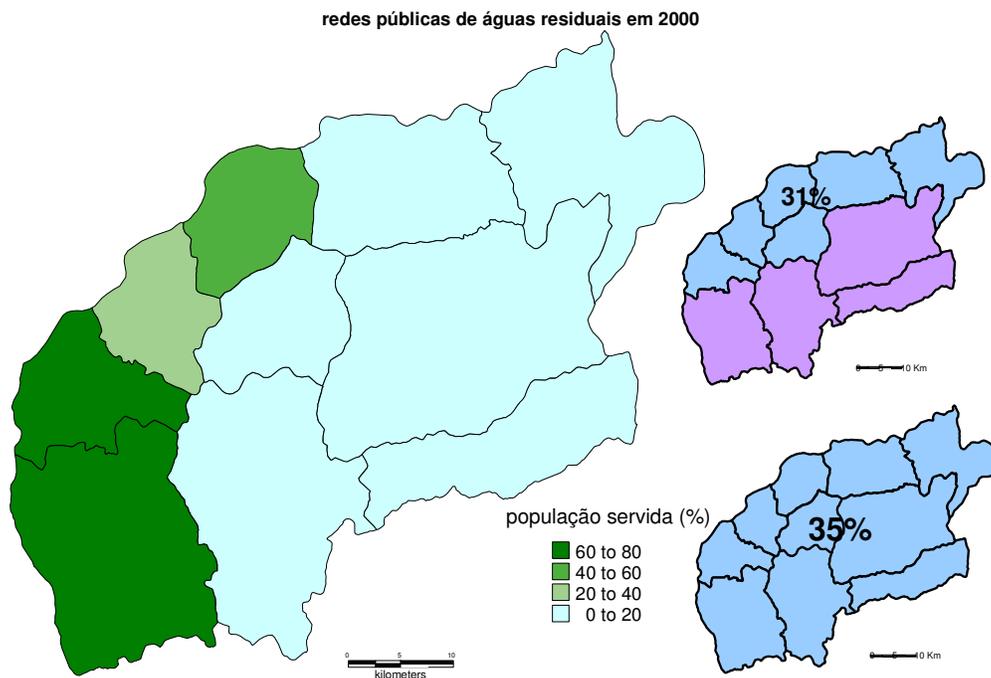
²⁷ Este valor inclui enormes diversidades como é o caso da Portucel que consome 9 000 000 m³/ano.

²⁸ Considerando as fossas sépticas como tratamento.



Fonte: PROTAM, 1995 e PBH's do Minho e do Lima, 2000

Fig.7.8 –Redes públicas de águas residuais, INE, 1991.



Fonte: PROTAM, 1995 e PBH's do Minho e do Lima, 2000

Fig.7.9–Redes públicas de águas residuais, *PBH do Minho e do Lima*, 2000.

Quadro 7. IV - Redes Públicas de Águas Residuais
(*PROTAM, 1995 e PBH's do Minho e do Lima, 2000*).

	Pop. (hab) 1991	Pop. (hab) 2001	% Pop. Servida 1991	% Pop. Servida PBH's, 2000	Meta POA 2000-2006
Vale do Minho		157785		31%	
Caminha	16207	16923	35	65%	
Melgaço	11018	9580	11	13%	
Monção	21799	19320	12	11%	
Par. de Coura	10442	9329	5	20%	
Valença	14815	13769	8	50%	
V.N. Cerveira	9144	88864	14	27%	
Vale do Lima		167279		26 %	
Arcos de Valdevez	26976	24477	5	? 10.9	
Ponte da Barca	13142	12507	15	? 18.4	
Ponte de Lima	43421	43940	7	? 10.7	
Viana do Castelo	83095	86355	26	? 63.6	
Alto Minho	250059	325064	16	35%	90%

Quadro 7.V – Número de postos de tratamento de efluentes no Alto Minho
(*PROTAM, 1995 e PBH's do Minho e do Lima, 2000*).

	Nº de postos de tratamento	Pop. Servida (hab)
Vale do Minho	26 ETA de nível 4 (desinfecção; postos de cloragem)	
Vale do Lima	1 ETA de nível 2 (leite cal, filtração e desinfecção) em Bertandios 2 ETA de nível 3 (desinfecção e correcção da agressividade) 15 ETA de nível 4 (postos de cloragem) 1 ETA da Portucel	40 000 4 000 48 000

A maioria dos **sistemas** concentra-se nas **sedes de concelho** e nos maiores aglomerados populacionais. Existem 2 em Viana do Castelo, que drenam para a ETAR de Vila Praia de Âncora e 1 em cada uma das restantes três sedes de concelho – Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Ponte de Lima. O sistema de Vila Nova de Anha está em renovação (Quadro 7.V).

Existem, em projecto, a construção de 6 ETAR das quais 3 irão substituir ou ampliar as de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Ponte de Lima e as restantes 3 servirão parte dos concelhos de Viana do Castelo (Barroselas e Castelo de Neiva), e Ponte de Lima (Lanheses e Gerez do Lima). Nessa altura o nível de atendimento ascenderá aos 70%.

Viana do Castelo e **Caminha** são os concelhos que **maiores caudais de efluentes** produzem para a rede de drenagem (Fig. 7.10).

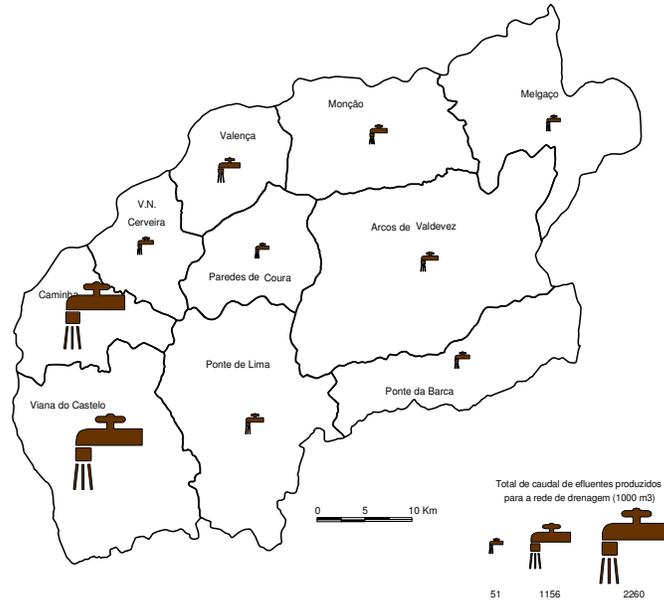


Fig. 7.10 – Total de efluentes produzidos para a rede de drenagem (INE, 1999).

A maioria dos efluentes é, em todos os concelhos, de **origem residencial ou dos serviços** (Fig. 7.11). Todavia, é de sublinhar a importância relativa que os efluentes de origem industrial têm nos concelhos de Vila Nova de Cerveira (34%), Paredes de Coura (29%) e Valença (25%).

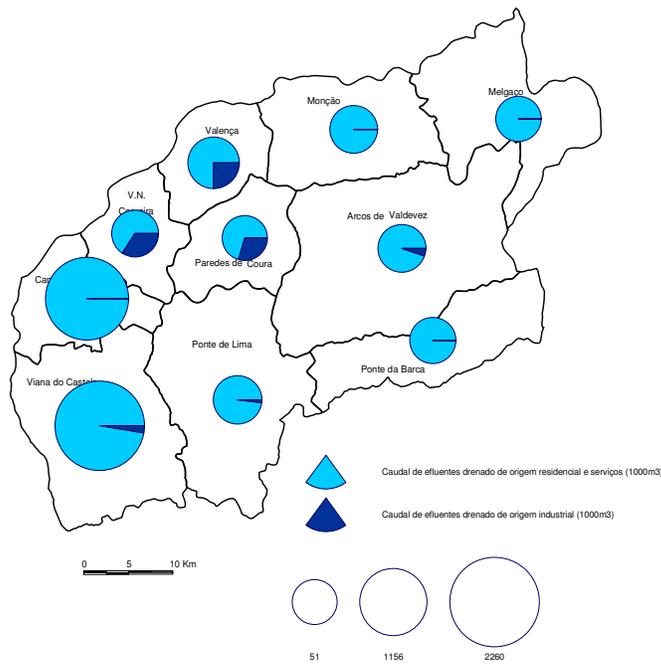


Fig. 7.11 – Caudal de efluentes de origem residencial e de serviços e industrial (INE, 1999).

O **tratamento de águas residuais** é ainda **muito deficitário** em todo o Alto Minho. Sobressaiem, pela positiva, os concelhos de **Caminha** e **Valença**, com 55% de residentes servidos por ETAR's (Fig. 7.12).

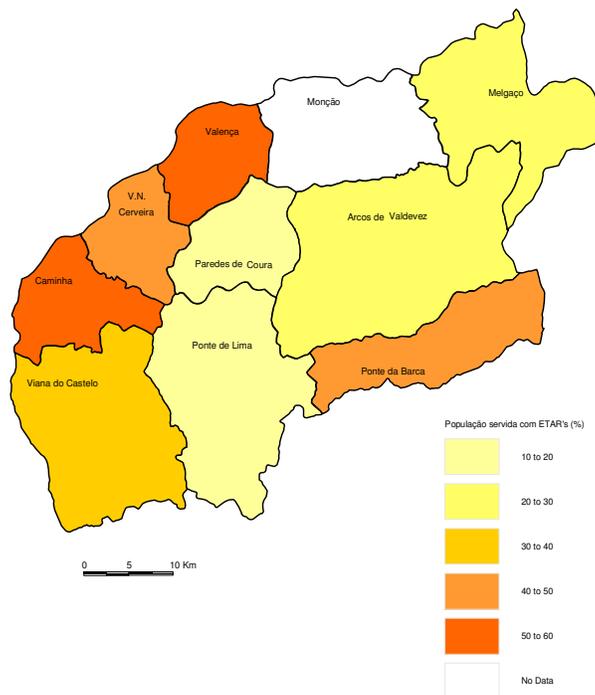


Fig. 7.12 – População servida com ETAR em 1999 (%).

Fontes de poluição dos recursos hídricos

Existem no Alto Minho vários riscos de poluição dos recursos hídricos – química e bacteriológica - de origem agrícola, industrial e urbana que merecem uma inventariação e localização precisa das fontes.

A agricultura de regadio tradicional e individual incrementa a concentração de sais na água pela alternância do ritmo de evapotranspiração e é responsável nalgumas áreas por uma poluição difusa dos recursos hídricos.

A agro-pecuária, cada vez mais escolhida como uma solução de viabilização dos espaços rurais com menor produtividade, são já uma ameaça real à contaminação dos solos e à conseqüente poluição hídrica.

O tecido industrial é ainda bastante desorganizado, territorialmente, em todos concelhos do Alto Minho, e constituído, num grande número de casos, por pequenas unidades com grandes fragilidades de sobrevivência económica, que não lhe permitem internalizar, no processo produtivo, os custos ambientais (Quadro 7.VI).

Quadro 7.VI – Indústrias potencialmente poluentes na bacia do rio Minho (*PBH do Minho*, 2000).

	Alimentares e de bebidas	Abate de animais e fabric. de prod. deriv. de carne	Produção de azeite	Produção de vinho	Leite e derivados	Engarrafamento de águas minerais e naturais	Produção de refrigerantes	Fabricação de produtos químicos	Tintas e vernizes	Fibras sintéticas	Explosivos e Pirotecnia	Fabricação de matérias plásticas	Actividades de Mecânica em geral	Manutenção e reparação de automóveis	Fabricação de artigos de borracha	Moldagem e transformação de vidro	Fabricação de papel, cartão, canelado e	Branqueamento e tingimento de têxteis
Vale do Minho		6	4	6	2	2	1		3	1	4	1	22	12	2	2	1	1
Caminha	1																	
Melgaço	5																	
Monção	6																	
Par. de Coura	2																1	
Valença	2												8					
V.N. Cerveira	5												7	8				1
Vale do Lima																		
Arcos de Valdevez																		
Ponte da Barca																		
Ponte de Lima																		
Viana do Castelo																		
Alto Minho																		

Aguardamos a oportunidade de consultar o *Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2000-2006*, o *Programa de Monitorização de Águas Superficiais* (norte do Douro), do *Programa de Monitorização de Águas Subterrâneas* (DRAOT-norte), a que ainda não nos foi possível aceder, para complementar a síntese das dinâmicas em curso para a qualificação do ambiente no **Alto Minho**, no que respeita ao **recurso natural água**, porque em 2001 esta região ainda é **dramaticamente deficitária relativamente ao resto do país e à média comunitária**.

7.4. Resíduos Sólidos

Entre 1995 e 1999 houve um considerável incremento no número de residentes no Alto Minho que beneficiaram do atendimento de Sistemas de Recolha de Resíduos (Fig. 7.13 e 7.14).

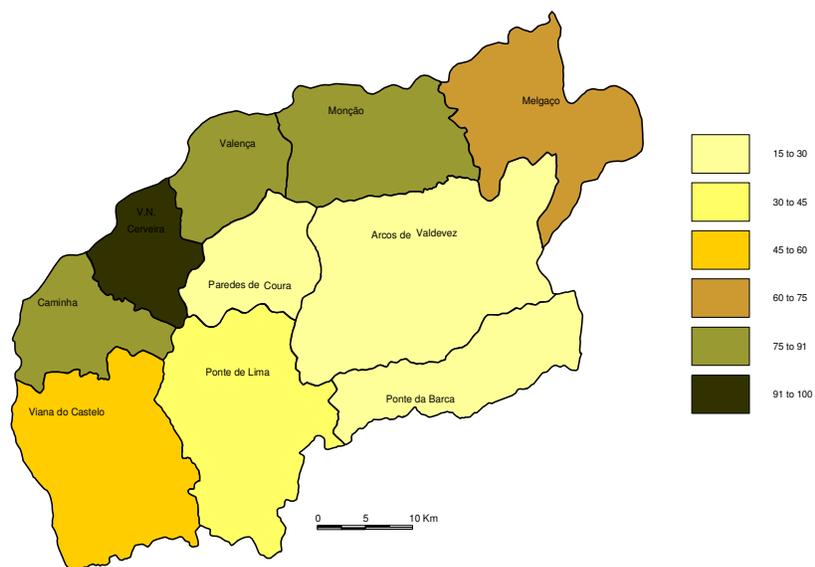


Fig. 7.13- População servida por sistemas de recolha de resíduos em 1991 (%).

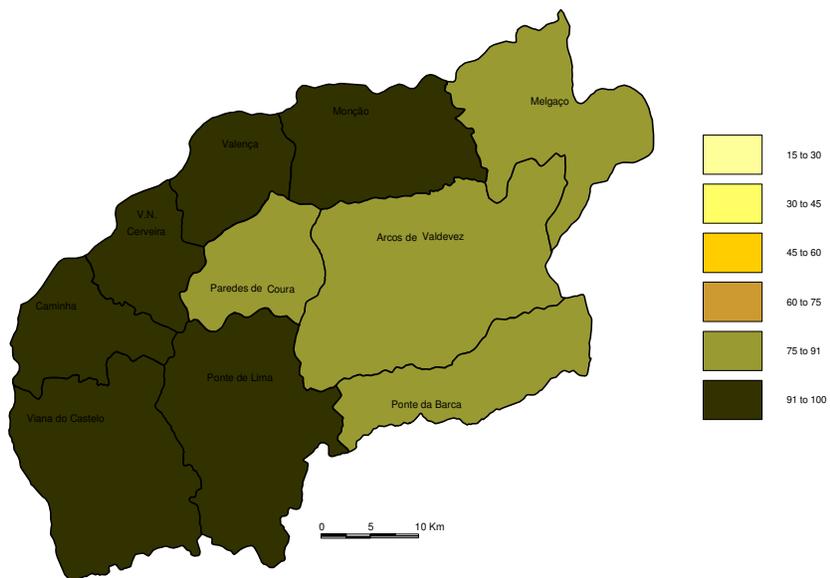


Fig. 7.14- População servida por sistemas de recolha de resíduos em 1999 (%).

As **melhorias** no atendimento foram particularmente **relevantes** em **todos os concelhos da bacia do Lima** e em **Paredes de Coura**, na bacia do Minho (Fig. 7.13 e 7.14 e Quadro VII).

Quadro 7. VII - Atendimento de recolha de RSU's (*PROTAM*, 1995 e *INE*, 1999).

	Pop. (hab) 1991	Pop. (hab) 2001	% Pop. Servida 1991	% Pop. Servida 1999	Meta POA 2000-2006	
Vale do Minho		157785				
Caminha	16207	16923	80	100		
Melgaço	11018	9580	65	90		
Monção	21799	19320	87	100		
Par. de Coura	10442	9329	18	90		
Valença	14815	13769	81	100		
V.N. Cerveira	9144	88864	97	100		
Vale do Lima		167279				
Arcos de Valdevez	26976	24477	17	91		
Ponte da Barca	13142	12507	26	80		
Ponte de Lima	43421	43940	43	100		
Viana do Castelo	83095	86355	58	100		
Alto Minho	250059	325064	54	95,1		98%

Analisando a repartição das despesas no saneamento básico por concelho, em 1999, compreende-se o esforço efectuado com a gestão dos resíduos sólidos pelos concelhos da bacia do Minho (Fig. 7.15).

Embora a maior fatia da despesa com esta rubrica seja para a recolha e transporte de RSU's (Fig. 7.16), é curioso notar que, comparativamente com os outros concelhos, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira despenderam mais com as infra-estruturas para tratamento e deposição de resíduos (Fig. 7.16).

A diferença na produção de RSU's entre Viana do Castelo e todos os outros concelhos do Alto Minho é considerável (Fig. 7.17).

Todavia, da totalidade dos RSU's recolhidos em 1999, a *recolha selectiva* não existia na maioria dos concelhos e, nos que foi implementada corresponde a uma pequena percentagem da totalidade dos RSU's recolhidos (Fig. 7.17) - em Caminha (12%), Paredes de Coura (1%), Ponte de Lima (0,7%), Valença (0,7%) e Viana do Castelo (4%).

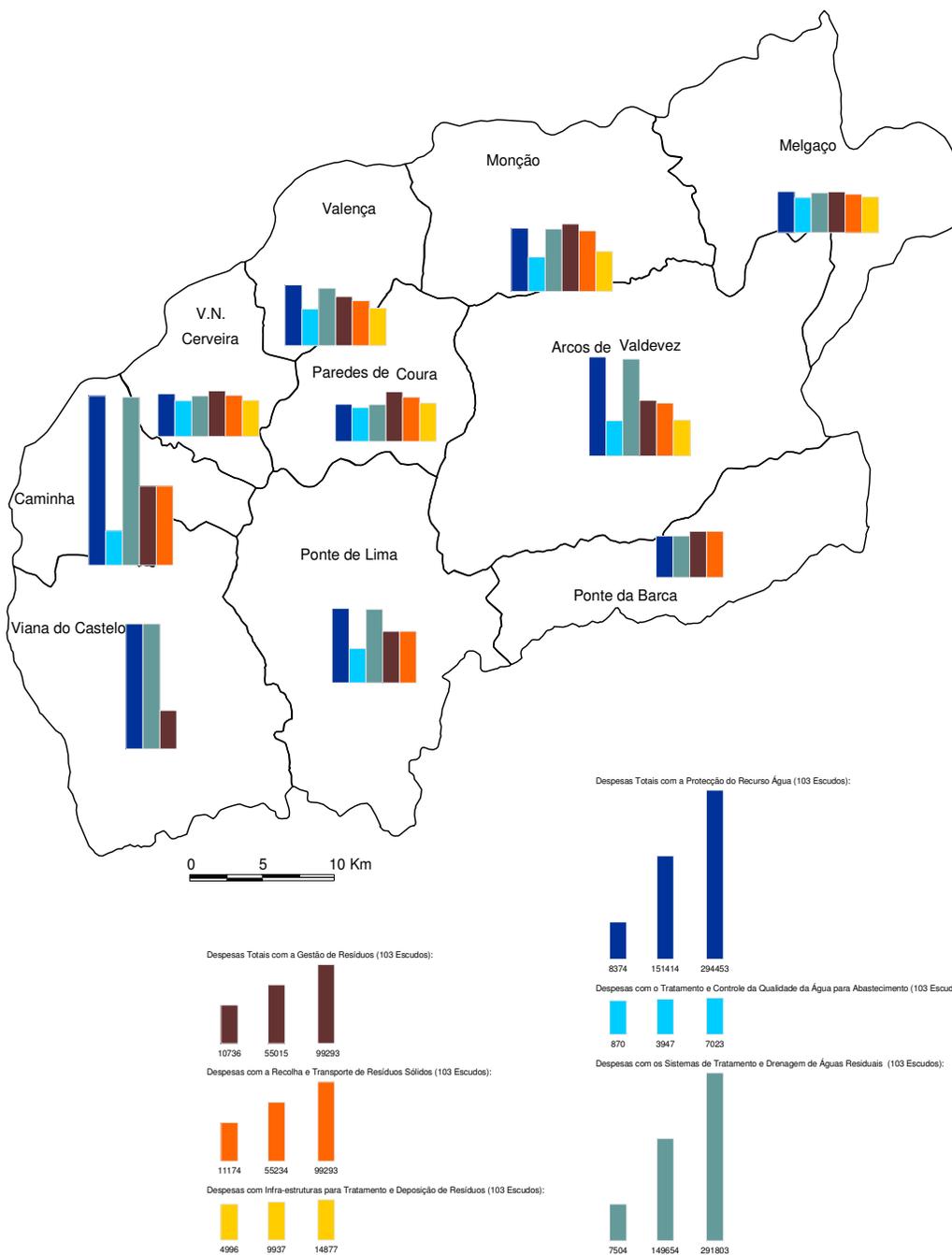


Fig. 7.15 – Repartição das despesas concelhias em saneamento básico (INE, 1999).

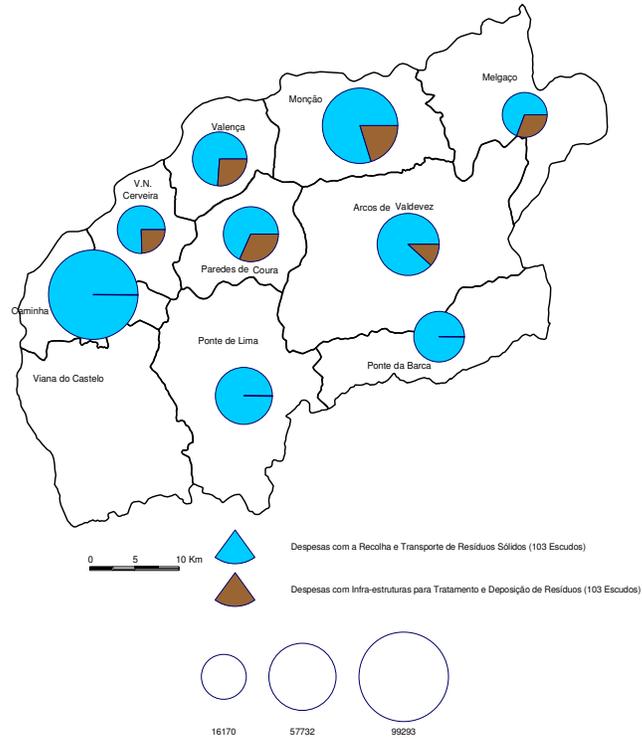


Fig. 7.16 – Despesas com a recolha e transporte de resíduos sólidos e com as infra-estruturas para tratamento e deposição em 1999.

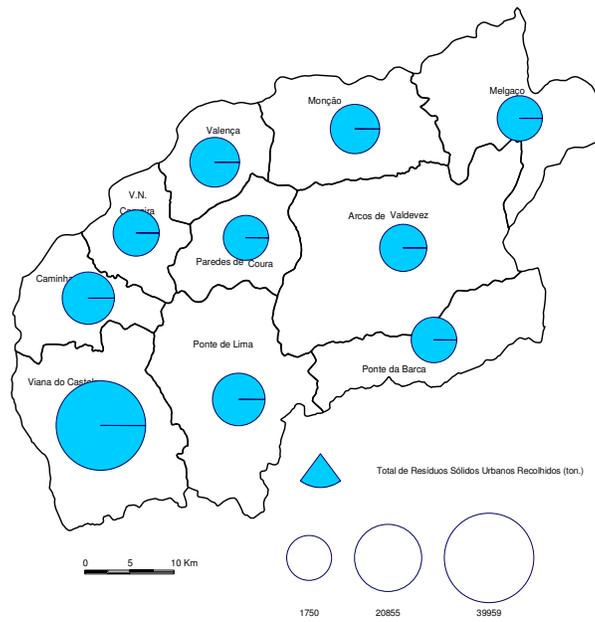


Fig. 7.17 – Total de RSU's recolhidos em 1999 (ton.).

Os concelhos do Alto Minho inscrevem-se em dois sistemas multimunicipais de gestão de RSU's diferentes – a **Valorminho** que serve cerca 80 000 hab. e a **Resulima** que serve cerca de 300 000 hab. (Fig. 7.18).



Fig. 7.18 – Sistemas de Gestão de RSU's.

A **Valorminho** inclui os 6 concelhos da bacia do rio Minho e a **Resulima** os 4 restantes da bacia do Lima mais Esposende e Barcelos (Fig. 7.18).

No sistema *Valorminho* o aterro e a triagem são em Valença. Existe uma estação de transferência em Monção e duas lixeiras já encerradas em Caminha e Melgaço.

No sistema da *Resulima* o aterro e a triagem são em Viana do Castelo. Existem lixeiras já encerradas em Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca.

Resolvidas as carências ao nível dos RSU's, sobretudo após a elaboração e implementação do *Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos*, persistem inúmeras ambiguidades quanto às soluções para os RIB'S (resíduos industriais banais) e os RIP's (resíduos industriais perigosos), cujas consequências negativas, também se manifestam no Alto Minho.

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de um considerável investimento em infra-estruturas e equipamentos de saneamento básico no QCA II (1994-99), • Existência de um considerável número de investimentos previsto no <i>PBH do Minho</i> em saneamento básico; • Considerável incremento nos níveis de atendimento de abastecimento público de água em Viana do Castelo, Paredes de Coura, Monção, e Melgaço; • Implementação, em curso, de dois sistemas multimunicipais de abastecimento de água – <i>Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água à área norte do Grande Porto – Águas do Cávado SA</i> e o <i>Sistema Integrado de Abastecimento de Água ao vale do Lima</i>; • Contexto climático caracterizado por precipitação intensa e frequente durante todo o ano, garante a manutenção de superávits duradouros no balanços hídrico do solo; • baixo grau de urbanidade e de competitividade do tecido produtivo (indústria, agricultura e pecuária) justificam baixas captações nos consumos de água e conseqüente delapidação deste recurso natural; • Existem vários projectos de investimento em rede e infra-estruturas de tratamento de efluentes líquidos; • Extraordinário incremento na recolha de RSU's (quase 100% da população servida em todos os concelhos); • Organização da área em dois sistemas multimunicipais de gestão de RSU's – a <i>Valorminho</i> e a <i>Resulima</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Face às características da região as despesas municipais efectuadas com a protecção do ambiente são escassas; • Dificuldades na <i>Percepção</i>, por parte do poder político local, dos impactes negativos no <i>Estado do Ambiente</i>, provocado pelas deficiências ao nível do saneamento básico; • A estrutura difusa do povoamento e a morfologia tornam os investimentos em infra-estruturas de saneamento básico muito onerosas; • Grande diversidade nos valores concelhios de atendimento inventariados para o saneamento básico consoante as fontes consultadas (<i>INE, PBH'S do Minho e Lima, S.MAA à área norte do Grande Porto – Cávado SA, SIAA ao vale do Lima, etc.</i>) • Existência de diferenças substantivas regionais ao nível do abastecimento público de água – a bacia do Minho melhor servida que a bacia do Lima e as freguesias litorais dos concelhos em melhor situação do que as do interior; • Existência de fortes carências no abastecimento público de água em Arcos de Valdevez ; • A maioria das captações de água no vale do Minho são subterrâneas (146 contra 8 superficiais); • No vale do Lima as captações de água são superficiais (47%) e subterrâneas (53%); as condições hidrogeológicas desta bacia não facilitam caudais abundantes o que dificulta o abastecimento no Verão; • Os aglomerados com menos de 1000 hab. utilizam furos, poços, minas ou nascentes o que cria problemas de controlo da qualidade da água; • A baixa escolarização, os poucos recursos económicos e o envelhecimento de uma grande parte da população cria condições pouco propícias à mudança de <i>estilos de vida</i> e à adesão às redes de abastecimento público de água, de drenagem de esgotos ou recolha, tratamento e deposição de RSU's; • Toda a área está mal servida no que respeita à rede de drenagem de efluentes e tratamento de águas residuais; • Grande diversidade na produção de efluentes para a rede entre Viana do Castelo e Caminha e os restantes concelhos do Alto Minho; • Vários focos de poluição de recursos hídricos (industriais e domésticas) de difícil identificação e fiscalização face às características dispersas de localização das pessoas e actividades.

8 . EQUIPAMENTOS DE ENSINO E FORMAÇÃO

8.1 Considerações Preliminares

O ensino e a formação profissional são factores fundamentais nos processos de desenvolvimento das sociedades e regiões, numa altura em que a crescente globalização da economia, exige uma maior qualificação e (re)adaptação da mão-de-obra às novas exigências tecnológicas e organizativas das empresas.

O Alto Minho, apresentava **níveis médios de instrução e qualificação** relativamente baixos em 1991, com uma percentagem de 11,1% da população com mais de 10 anos de idade ainda analfabeta e apenas 15,5% da população tinha mais do que o ensino básico. Em 2001, esta situação **melhora um pouco**, aumentando a percentagem da população com mais do que o ensino básico - 20,1% apesar de se verificar um aumento dos analfabetizados (12,6%), circunstância, esta, que exige um investimento público significativo na educação e formação profissional da população.

8.2 Ensino básico e secundário: uma cobertura dificultada pela dispersão do povoamento

No Alto Minho, como salientamos atrás, é visível quer uma alteração no nível médio de escolarização da população residente, confirmado pela melhoria, em alguns casos rápida, noutros lenta, dos principais indicadores de educação, nomeadamente, a frequência escolar, que aumenta entre 1991 e 2001²⁹.

Na verdade a **rede de ensino básico e secundário** do Alto Minho, sendo razoavelmente desenvolvida denota, contudo, algumas **dificuldades de adaptação à grande dispersão do povoamento**, não sendo, ainda, de excluir os reflexos que a tendência de diminuição da natalidade possa provocar na rede existente, originando o encerramento de escolas, principalmente do 1º ciclo do ensino básico e consequentemente uma maior concentração deste nível de ensino em certas freguesias ou lugares.

Refira-se, a este propósito, que foi construída com o apoio financeiro do QCA II uma **escola integrada** que ministra o **ensino pré-escolar e o básico**, em Pomares, concelho de **Melgaço**, racionalizando, assim, os recursos financeiros e humanos de sete freguesias montanhosas, possuindo uma capacidade para **100 alunos**.

²⁹ Ver a análise desenvolvida no capítulo 2.

Atendendo a este cenário parece-nos, por um lado, fundamental acautelar as deslocações da população escolar, que passa a não ser servida, por este nível de ensino, na sua área de residência e, por outro lado, estes equipamentos poderão ser reconvertidos, para outros tipos de serviços, nomeadamente, ensino pré-escolar, culturais, lazer ou de apoio à terceira idade, atendendo à fraca oferta existente na área destes tipos de equipamentos.

Analisando os dados do quadro 8.1 e a Fig. 8.1, para os anos lectivos de 1995/96 e 1999/2000 podemos verificar que **todos os concelhos perdem escolas do ensino básico** (1º ciclo e 2º ciclo), com a **excepção dos concelhos de Melgaço e Valença**, que mantêm o mesmo número de estabelecimentos de ensino que ministram o 2º ciclo. Este facto está sem dúvida relacionado com a diminuição da procura, devido à forte quebra da natalidade. Quanto ao **3º ciclo**, encontramos concelhos em que ocorre **um aumento** deste tipo de estabelecimentos, como é o caso de **Arcos de Valdevez, Monção e Valença** e outros em que se dá uma diminuição, casos de Melgaço e Paredes de Coura, nos restantes concelhos não se verifica qualquer variação.

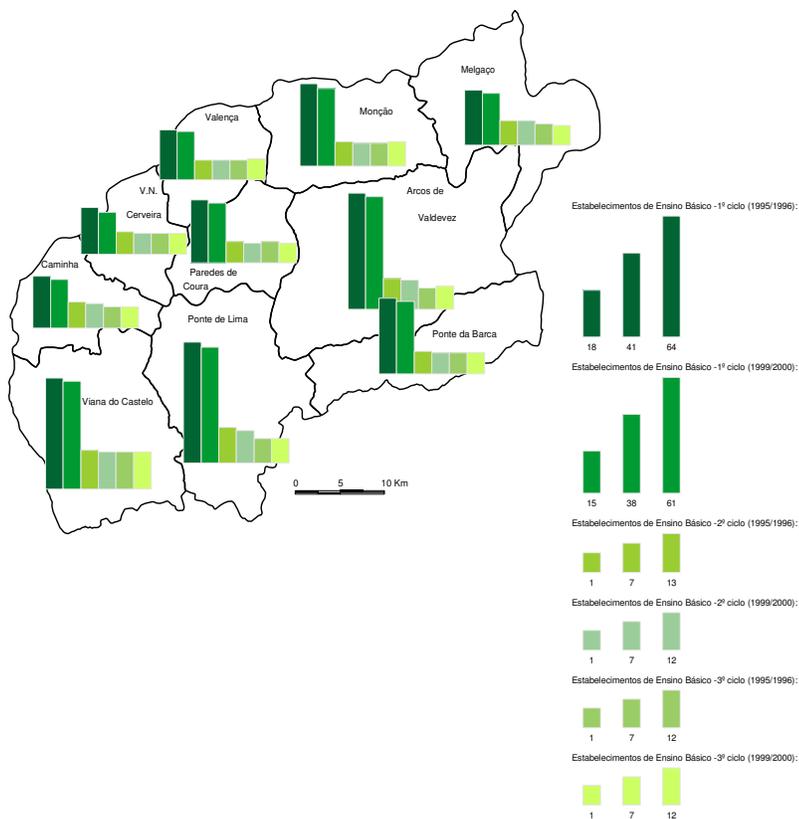


Fig. 8.1- Estabelecimentos de ensino público, ensino básico, 1º, 2º e 3º ciclos, anos lectivos de 1995/96 e 1999/2000

(INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1997 e Ministério da Educação - Estatísticas Preliminares, 1999/2000)

Quanto ao **ensino secundário (público e privado)** e **escolas profissionais**, o número de estabelecimentos **mantêm-se** o mesmo, nos anos lectivos em análise (quadro 8.1 e Fig. 8.2 e 8.3).

Pela análise do quadro 8.11 e Fig. 8.4, podemos concluir que **o maior número de escolas** por tipologia, são aquelas que ministram o **2º e 3º ciclo do básico (EB23)** e as **EBM** que ministram o 2º ciclo do básico, mediatizado (antigas tele-escolas), estas apresentam uma rede relativamente dispersa e encontram-se localizadas em freguesias onde existe uma baixa densidade populacional, como por exemplo, Portela, Gavieira, Soajo e S. Jorge, concelho de Arcos de Valdevez; Gondar e Dem, no concelho de Caminha; Castro Laboreiro, Gave e Parada do Monte, no concelho de Melgaço; Rebordões, Refóios do Lima e Vitorino de Piães, em Ponte de Lima e Lindoso, em Ponte da Barca.

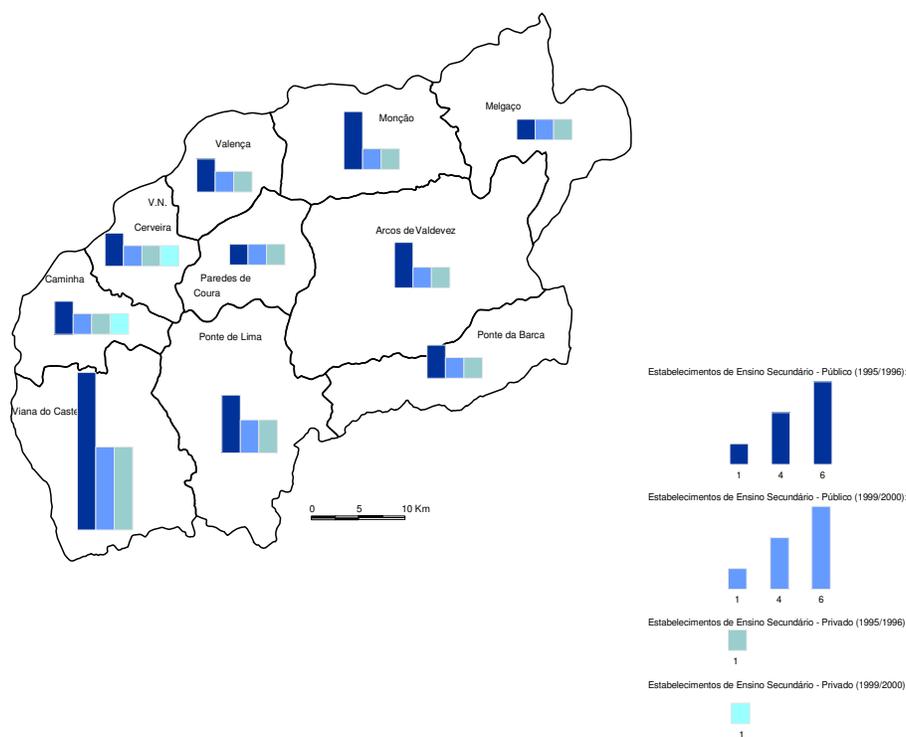


Fig. 8.2- Estabelecimentos de ensino público e privado ensino secundário, anos lectivos de 1995/96 e 1999/2000 (INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1997 e Ministério da Educação - Estatísticas Preliminares, 1999/2000)

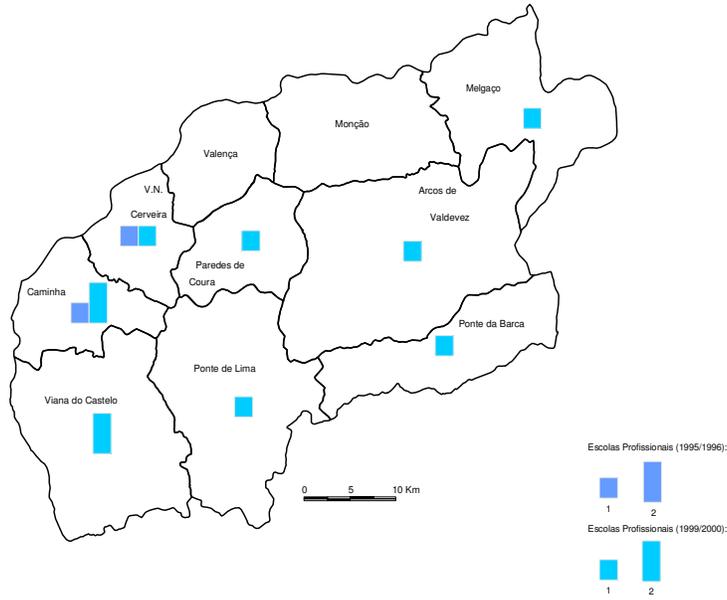


Fig. 8.3- Escolas Profissionais, anos lectivos de 1995/96 e 1999/2000
 (INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1997 e Ministério da Educação - Estatísticas Preliminares, 1999/2000)

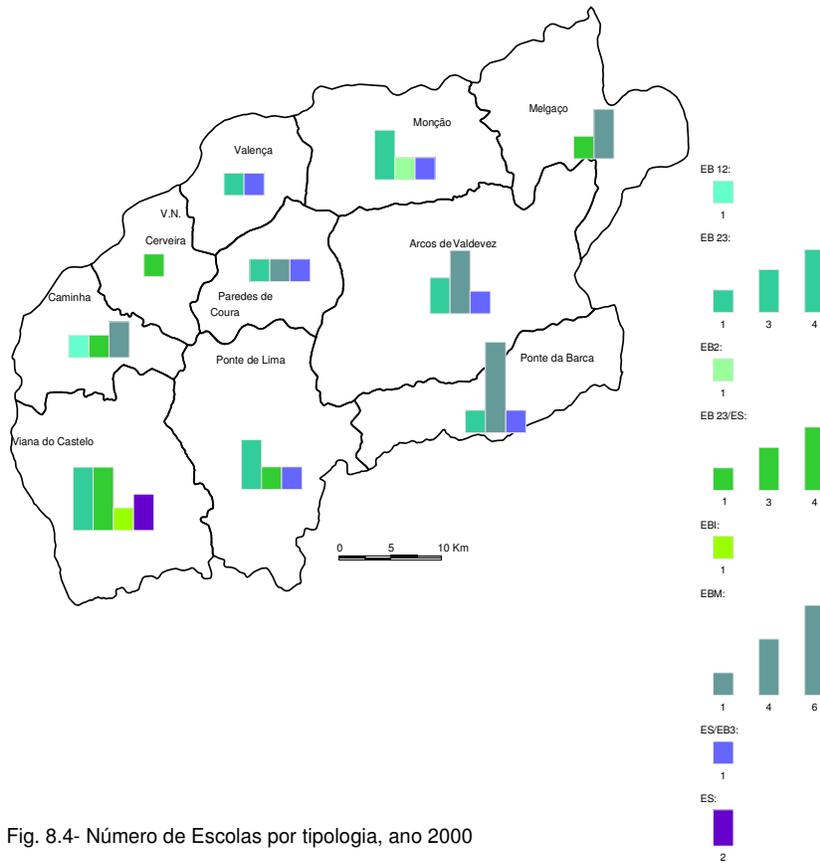


Fig. 8.4- Número de Escolas por tipologia, ano 2000
 DREN, Base de Dados das Escolas

As escolas que ministram o **2º e 3º ciclos do básico e o ensino secundário**, encontram-se muito **concentradas nas sedes concelhias**, devido à dispersão do povoamento e aos limiares populacionais de funcionalidade dos diversos tipos de equipamentos (escolas EB23/ES e ES/EB3). A concentração destas escolas em alguns concelhos com densidades populacionais bastante baixas, como Arcos de Valdevez, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca e Melgaço, denota **que a área de influência** destes equipamentos **ultrapassa os limites concelhios**, sobretudo para o ensino secundário complementar.

Devido ao **decréscimo da população escolar**, várias escolas que ministravam apenas o **2º ciclo do ensino básico** (antigas escolas preparatórias), foram **reconvertidas** para a tipologia **E/B23** (ministrando o 2º e 3º ciclo do básico), aliás como já referimos o maior número de estabelecimentos escolares são deste tipo. Desta forma, procurou-se adaptar os equipamentos de ensino à flutuação da procura e evitar que a sua instalação não fosse executável financeiramente.

O **ensino secundário**, no ano lectivo de 1991/92 apenas era ministrado em **8 escolas**, passando **agora** a ser ministrado em **16 escolas**, com a criação de 8 escolas EB23/ES, por reconversão de escolas EB23, casos de Caminha, Melgaço e Vila Nova de Cerveira (uma escola em cada), construção de uma EB23/ES em Ponte de Lima e reconversão de 4 escolas EB23 em Viana do Castelo.

O quadro 8.III, as Fig. 8.5 e 8.6, mostram-nos a evolução do número de alunos matriculados nos diferentes graus de ensino, nos anos lectivos de 1995/96 e 1999/2000, um primeiro aspecto a salientar é a **diminuição da população escolar**, quer no ensino básico (sendo o decréscimo mais acentuado para o 1º ciclo, consequência da forte diminuição da natalidade), quer no secundário. Apesar deste decréscimo generalizado, saliente-se, que alguns concelhos fogem a esta regra, sofrendo um **aumento de alunos**, como é o caso de **Melgaço** (3º ciclo e secundário público), **Ponte da Barca e Vila Nova de Cerveira** (secundário público). Os concelhos que possuem ensino secundário particular (casos de Caminha e Vila Nova de Cerveira), também sofrem um aumento do número de alunos, situação que pode estar relacionada quer com a possibilidade de obtenção de classificações mais elevadas, para um futuro ingresso no ensino superior, quer com uma melhor qualidade do ensino ministrado.

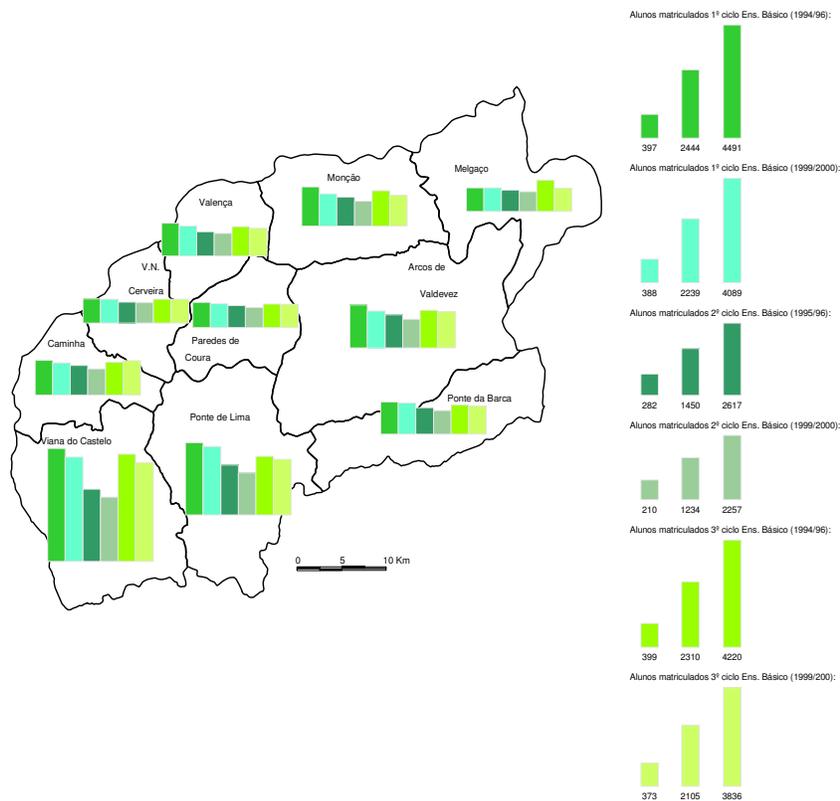


Fig. 8.5- Alunos Matriculados no Ensino Básico, 1º, 2º e 3º ciclos, 1995/96 e 1999/2000

(INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1997 e Ministério da Educação - Estatísticas Preliminares, 1999/2000)

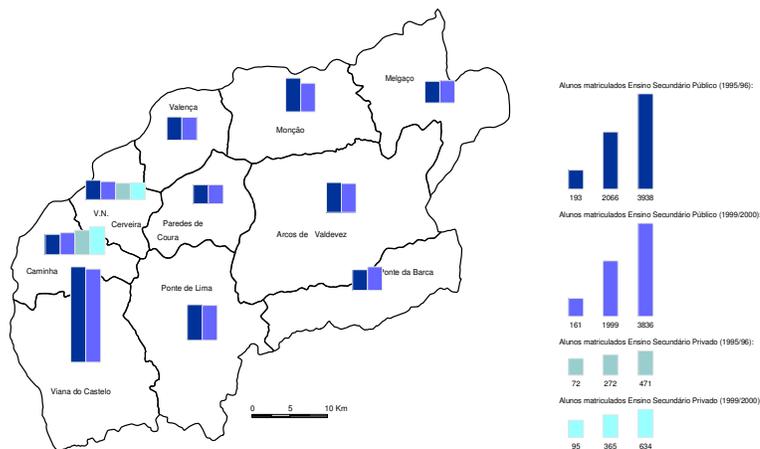


Fig. 8.6- Alunos Matriculados no Ensino Secundário Público e Privado, 1995/96 e 1999/2000

(INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1997 e Ministério da Educação - Estatísticas Preliminares, 1999/2000)

Quanto às **escolas profissionais** (quadro 8.III e fig. 8.7) são as que sofrem um **maior aumento no número de alunos matriculados**, provavelmente, porque oferecem um tipo de ensino, mais prático e mais compatível com a inserção futura no mercado de trabalho, sobretudo para os alunos que não possam, por razões várias, prosseguir para o ensino superior.

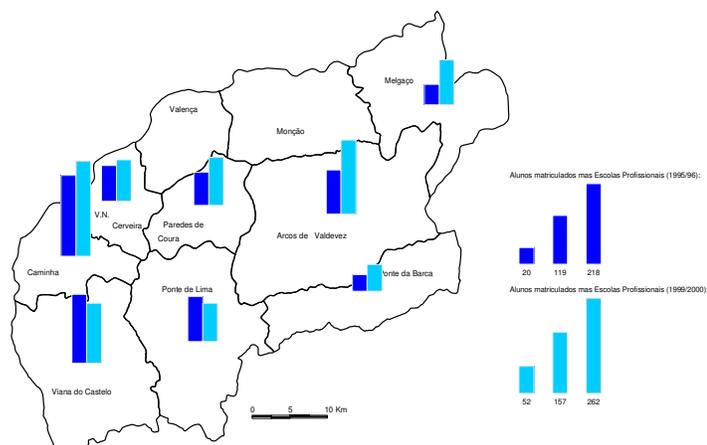


Fig. 8.7- Alunos Matriculados nas Escolas Profissionais, 1995/96 e 1999/2000
(INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1997 e Ministério da Educação - Estatísticas Preliminares, 1999/2000)

Apesar de um certo esforço no sentido da melhoria oferta/procura, o **aumento da procura dos níveis de ensino superiores**, consequência, por um lado, do alargamento da escolaridade obrigatória e por outro, de uma maior frequência do secundário complementar, faz com que existam algumas escolas sobrelotadas, nomeadamente, nos concelhos de Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo, indicando uma possível menor qualidade de oferta do ensino.

Esta situação, deverá ser considerada no futuro ordenamento e programação dos estabelecimentos escolares, por forma a melhorar a qualidade do ensino oferecido e responder as novas exigências da sociedade.

Outra questão que não podemos deixar de salientar, é a do **abandono escolar**, que no Alto Minho, possui altas taxas. O fenómeno do abandono escolar, é um complexo problema social tanto nas suas causas como nas formas como se concretiza e nas suas consequências sociais e profissionais³⁰. A mensagem, que tem sido veiculada, ao longo de vários anos, pelo poder político e administrativo da importância socioeconómica e cultural da frequência de uma escolaridade básica prolongada, parece não ter encontrado eco nem, junto da população jovem, nem mesmo, das suas **famílias que se sentem muito pouco atraídas pela escola** e bastante mais atraídas por projectos de melhoria do rendimento familiar que não passam pela escolarização. Situação, particularmente, mais sentida nos casos em que o grau de instrução dos pais é relativamente baixo e com baixos rendimentos económicos, como acontece na nossa área de estudo, sobretudo nos concelhos mais rurais.

O tipo de economia local existente, com empresas que necessitam de **mão-de-obra barata e desqualificada** para poder sobreviver, exerce igualmente, um forte poder de atracção sobre as famílias

³⁰ Veja-se a este propósito o estudo desenvolvido por Joaquim Azevedo, intitulado, *Estudo sobre as Condições de Inserção Precoce de Jovens no Mercado de Trabalho da Região Norte*, Janeiro de 1995.

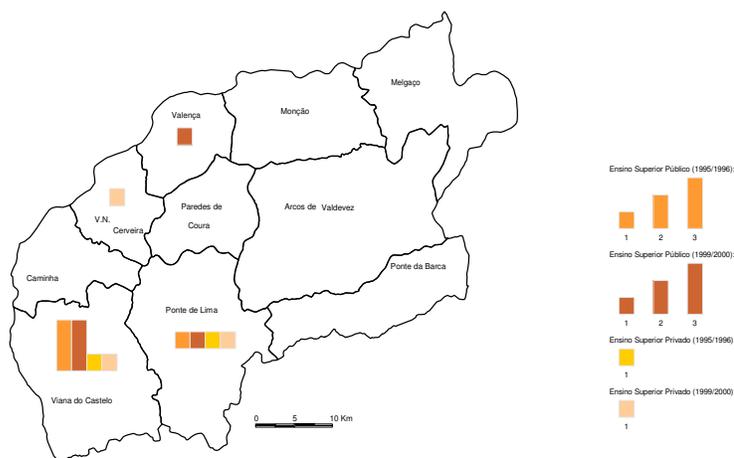
e sobre os próprios adolescentes, sobretudo nos agregados familiares mais pobres e com contidas expectativas de mobilidade social ascendentes.

A necessidade de **melhorar o rendimento familiar através da comparticipação dos filhos menores**, é um facto que pode ser, também, comprovado, pelos constantes pedidos, feitos aos serviços regionais do Ministério da Educação, sediados na Região Norte, de funcionamento das escolas do 1º ciclo do ensino básico em regime duplo, sendo a justificação para essa excepção o facto de os pais precisarem dos filhos mais tempo em casa, situação que não deixa de estar associada ao **alastramento do trabalho infantil de âmbito familiar**, aliado ao trabalho à peça ou a certas actividades agrícolas.

Parece-nos, importante para minorar o abandono escolar, melhorar a acção social escolar, criando-se mais bolsas de estudo ou outras formas de apoio, como fornecimento de refeições, transporte escolar, ou ainda, acções de sensibilização junto dos pais, de forma a mostrar a importância da qualificação escolar para a mobilidade social dos seus filhos.

8.3. Ensino superior : um crescente protagonismo no processo de desenvolvimento e na qualificação da população

O ensino superior, encontra-se **concentrado em Viana do Castelo**, existindo, ainda, em **Ponte Lima** (ver Quadro 8.I e Fig. 8.8) e **Valença**. Quanto ao **número de alunos** verifica-se que houve um **aumento significativo**, sobretudo **no ensino público**, enquanto o privado, sofre um ligeiro decréscimo (quadro 8.III e fig. 8.9).



Nota: foi criado no ano lectivo de 2001/2002 uma extensão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Valença

Fig. 8.8- Estabelecimentos de Ensino Superior Público e Privado 1995/96 e 1999/2000
(INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1997 e Ministério da Educação - Estatísticas Preliminares, 1999/2000)

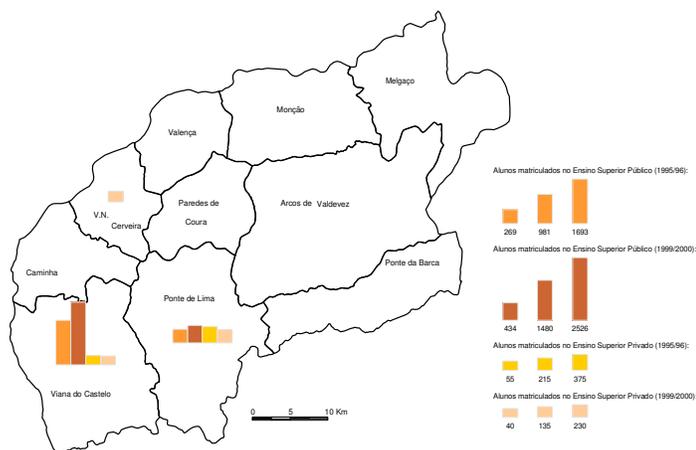


Fig. 8.9- Alunos matriculados no Ensino Superior Público e Privado 1995/96 e 1999/2000
(INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1997 e Ministério da Educação - Estatísticas Preliminares, 1999/2000)

O ensino superior no Alto Minho é ministrado pelo **Instituto Politécnico de Viana do Castelo**, o qual possui, actualmente, **quatro escolas superiores** (a de *Tecnologia e Gestão*, a de *Educação* – pólo de Viana do Castelo -, a *Agrária* - pólo de Ponte de Lima e a de *Ciências Empresariais* - pólo de Valença, dados do ano lectivo de 2001/2002).

Verifica-se, assim que após 2000, houve a **criação de mais uma escola - a de Ciências Empresarias**, que aliás, desde 1994, já era apontada como sendo necessária para o desenvolvimento do ensino superior do Alto Minho.

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão e a de Ciências Empresarias, ministram **cursos decisivos** para o **processo de modernização económica** da área em estudo, como é o caso da gestão, turismo, engenharia e computação gráfica, engenharia cerâmica, engenharia electrónica e redes de computadores e informática empresarial. A *Escola Superior Agrária* ministra, igualmente, cursos fundamentais, para o processo de **inovação e reestruturação da agricultura local**.

Para além, do *Instituto Politécnico de Viana do Castelo*, existe também a *Escola de Enfermagem de Viana do Castelo*. Quanto ao ensino privado existe um pólo da **Universidade Católica**, com uma extensão da **Faculdade de Teologia**, em Viana do Castelo e um pólo da **Escola Superior Fernando Pessoa**, em Ponte de Lima.

8.4. Formação profissional: a escassez de acções

Apesar da reduzida qualificação da mão-de-obra, o Alto Minho denota **escassez de acções de formação profissional**. A formação oferecida assenta basicamente no ensino profissional e no ensino

tecnológico oferecido pelo Ministério da Educação e nos programas de formação profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

No ano lectivo de 1998/99³¹, o **ensino tecnológico** era ministrado nas escolas de **Arcos de Valdevez, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Valença e Viana do Castelo**, num total de 1175 alunos. O ensino profissional no ano lectivo 1999/2000 (ver Quadro 8.III), abrangia um total de 1071 alunos.

Para além da formação profissional oferecida pelas instituições públicas, nota-se uma crescente penetração de **promotores privados** e de **associações empresariais**, nomeadamente, a *Associação Industrial do Minho* e a *Associação Industrial Portuense* (sobretudo na área do Vale do Lima).

Síntese Final

A evolução dos equipamentos de ensino e formação, entre 1994 e 2000, no Alto Minho, sofre alterações significativas. Em primeiro lugar, relativamente ao Ensino Básico, todos os concelhos perdem escolas e alunos, no 1º e 2º ciclos, consequência directa da quebra da natalidade, quanto ao 3º ciclo, encontramos concelhos em que ocorre um aumento do número de estabelecimentos (Arcos de Valdevez, Monção e Valença), outros em que se dá uma diminuição (Melgaço e Paredes de Coura), nos restantes concelhos não se verifica qualquer alteração.

Em segundo lugar, as escolas secundárias e profissionais mantêm o mesmo número de estabelecimentos, havendo, contudo uma diminuição do número de alunos no ensino secundário público em seis concelhos, enquanto no privado, Caminha perde alunos e Vila Nova de Cerveira ganha alunos. Quanto às escolas profissionais, as de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira, aumentam o número de alunos, enquanto que as de Ponte de Lima, Viana do Castelo perdem alunos.

No ano lectivo de 1991/92 apenas 8 escolas ministravam o ensino secundário, passando agora a ser ministrado em 16 escolas, com a criação de 8 escolas EB23/ES, por reconversão de escolas EB23 (Caminha, Melgaço, Vila Nova de Cerveira e Viana do Castelo) e construção de uma EB23/ES em Ponte de Lima.

Quanto ao ensino superior público este encontra-se concentrado em Viana do Castelo, existindo, ainda, em Ponte de Lima e Valença (pólos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo) e o número de alunos aumentou substancialmente. O ensino superior privado possui dois estabelecimentos, um em Viana do Castelo (Universidade Católica) e outro em Ponte de Lima (Escola Superior de Fernando Pessoa).

Apesar da reduzida qualificação da mão-de-obra, o Alto Minho denota escassez de acções de formação profissional. A formação oferecida assenta basicamente no ensino profissional e no ensino tecnológico

³¹ Ministério da Educação, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.

oferecido pelo Ministério da Educação e nos programas de formação profissional do Instituto de Emprego e Formação profissional.

O ensino tecnológico é ministrado nas escolas de Arcos de Valdevez, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Valença e Viana do Castelo.

A dinâmica em curso no que se refere ao ensino e formação profissional está a ser marcada:

- por um aumento da frequência escolar e do nível de escolarização da população, ainda que, os valores do Alto Minho, ainda permaneçam, relativamente baixos, quando comparados com outras Nut's da Região Norte;
- por uma melhor distribuição da rede de ensino básico (sobretudo o 3º ciclo) e secundário, contudo, denotam-se algumas dificuldades de adaptação à grande dispersão do povoamento, não sendo, ainda, de excluir os reflexos que a tendência de diminuição da natalidade possa provocar na rede existente, originando o encerramento de escolas, principalmente do 1º ciclo do ensino básico e consequentemente uma maior concentração deste nível de ensino em certas freguesias ou lugares;
- pelo decréscimo da população escolar no básico, que originou a reconversão de várias escolas que ministravam apenas o 2º ciclo do ensino básico (antigas escolas preparatórias), para a tipologia E/B23 (ministrando o 2º e 3º ciclo do básico), aliás, o maior número de estabelecimentos escolares são deste tipo. Desta forma, procurou-se adaptar os equipamentos de ensino à flutuação da procura e evitar que a sua instalação não fosse executável financeiramente;
- pelo aumento dos alunos nas escolas profissionais, provavelmente, porque oferecem um tipo de ensino, mais prático e mais compatível com a inserção futura no mercado de trabalho, sobretudo para os alunos que não possam, prosseguir para o ensino superior;
- pelo aumento da procura e oferta dos níveis de ensino superiores, consequência, por um lado, do alargamento da escolaridade obrigatória e por outro, de uma maior frequência do secundário complementar, situação que faz com que existam algumas escolas superlotadas, indicando uma possível menor qualidade de oferta do ensino;
- pelo crescente protagonismo do ensino universitário no processo de desenvolvimento e na qualificação da população, aumentando, significativamente, a população escolar deste nível de ensino e o número de escolas e cursos ministrados, adaptados às exigências do tecido empresarial e decisivos para o processo de modernização económica da região;
- pelo esforço desenvolvidos pelas instituições públicas e privadas na formação profissional, com uma crescente penetração de promotores privados e de associações empresariais, neste domínio, nomeadamente, a Associação Industrial do Minho e a Associação Industrial Portuense (sobretudo na área do Vale do Lima).

Nos próximos 10 anos é possível carrear o Alto Minho para o desenvolvimento sustentável se ao nível do ensino e formação profissional houver particular atenção com:

- a diminuição da população escolar, criando-se condições para atrair população para as áreas em perda, ou criando-se escolas integradas em certas freguesias, acautelando-se, contudo, as deslocamentos da população escolar e o apoio socio-escolar;
- a necessidade de formação escolar para as populações analfabetizadas;

- a reconversão das escolas encerrados para outros tipos de equipamentos que a região é mais deficitária, aproveitando-se esses espaços e a sua utilização, nomeadamente, para o ensino pré-escolar, ou até mesmo para cursos de formação escolar para a população analfabeta ou ainda para a formação profissional;
- a criação de novos cursos tecnológicos e profissionais adaptados às exigências das empresas locais;
- a criação de cursos, públicos ou privados, de actualização e de formação contínua para a população empregada ou desempregada, de forma a adaptar a mão-de-obra às novas tecnologias e aos novos métodos de trabalho;
- a necessidade de aproveitar o elevado capital que é a experiência e o saber-fazer tradicional, nomeadamente, o associado às actividades agrícolas, piscatórias e ao artesanato;
- o aumento da capacidade de atracção do ensino superior politécnico;

A teia de relações que os equipamentos de ensino e formação, estabelecem com todos os sectores económicos e com a sociedade em geral, é particularmente importante para a promoção do desenvolvimento da região, nomeadamente, nas questões relativas à promoção socio-profissional da população (com reflexos na melhoria da sua qualidade de vida), à readaptação da mão - de - obra, às novas tecnologias e aos novos processos produtivos das empresas e à necessidade de formação escolar e profissional que responda à modernização, inovação e dinamização das novas ou tradicionais actividades económicas, como, por exemplo é o caso do turismo, da gestão, da cerâmica industrial, da agricultura e da pesca.

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de expansão do ensino pré-escolar, uma vez que existe um número crescente de salas e/ou escolas vagas do 1º ciclo do ensino básico; • Aumento gradual do corpo docente profissionalizado; • Incremento da procura social e familiar dos sistemas de educação e formação; • Dinâmica de crescimento da formação inicial e contínua, através, nomeadamente, da oferta formativa de carácter profissionalizante e cursos tecnológicos; • Existência de pólos do ensino superior politécnico, com grande capacidade de fixação e atracção de jovens e que revelam um esforço de criação de cursos vocacionados para as reais necessidades da área; • Contexto geral favorável à expansão do ensino superior privado; • Reforço recente do sistema de oferta de formação orientada para a qualificação e reciclagem profissional, protagonizada por algumas instituições privadas, associações empresariais e por IPSS's. 	<ul style="list-style-type: none"> • Excessiva dispersão do povoamento com deficientes condições de acessibilidade e transporte, dificultando as condições de acesso ao ensino básico; • Existência de um número bastante elevado de escolas com ensino mediatizado; • Elevados custos associados à rede de transportes escolares, nem sempre corresponde a um serviço integrador das necessidades diversificadas, nomeadamente, no que concerne aos horários, dos jovens que o utilizam; • Fraca densidade populacional e envelhecimento das estruturas demográficas de algumas áreas diminuindo os limiares necessários ao funcionamento das escolas do 1º ciclo do ensino básico pondo em risco a sua "sobrevivência"; • Elevadas taxas de abandono escolar e não cumprimento da escolaridade obrigatória; • Fraco grau de profissionalização do corpo docente; • Sobrelotação de alguns estabelecimentos de ensino (sobretudo os que ministram o 3º ciclo e o secundário) e problemas de apetrechamento das escolas; • O reflexo de muitas destas situações referidas atinge de forma particular os jovens oriundos das freguesias mais periféricas, relativamente aos quais se registam também outras condições de partida desfavoráveis, associadas aos seus contextos familiar, social e económico; • Os serviços de orientação escolar, vocacional e profissional, contribuem de uma forma ainda deficitária para a informação, esclarecimento e orientação dos jovens relativamente às oportunidades e condições de formação (escolar e profissional) e de inserção socio-profissional; • Insuficiente oferta e diversificação do ensino superior, nomeadamente politécnico; • Fraca articulação entre a formação profissional e as necessidades do tecido empresarial local.

9 . EQUIPAMENTOS DE DESPORTO E CULTURA

9.1. Equipamentos de desporto

Numa altura em que os tempos livres, o recreio e lazer assumem um papel fundamental para a qualidade de vida dos indivíduos, proporcionando-lhes o imprescindível equilíbrio psíquico e físico, o desporto e a cultura ganham, por isso, um significado e valorização crescente.

No caso do **desporto**, em 1990, existiam **255 recintos desportivos**, dos quais **53%** tinham **dimensões oficiais**, predominando, os campos de grandes jogos, sobretudo de **futebol**, com 74 campos. A oferta de **outros tipos de recintos desportivos** (polidesportivos, piscinas, campos de ténis, recintos cobertos para práticas desportivas diversas, etc.), era **fraca**. Disto resulta, portanto, uma fraca diversificação da prática desportiva.

A **maior parte** dos equipamentos desportivos localizava-se em **Viana do Castelo**, seguido de **Monção**, **Ponte de Lima** e **Caminha**. Apesar de estarmos numa área de precipitação frequente, **o número de recintos cobertos** era muito **reduzido** - apenas dezoito – correspondendo na maioria dos casos a um equipamento deste tipo por concelho.

As piscinas tinham, em 1990, um número reduzido (sete no total, uma em Ponte da Barca e cinco em Viana do Castelo).

Quanto à prática desportiva, em 1990, existia um baixo índice de participação concelhia na área em estudo. Existem porém, grandes diferenciações intra-concelhias, devido aos níveis de urbanidade e de acessibilidade aos equipamentos, apresentando Viana do Castelo o valor mais alto e Arcos de Valdevez, Valença, Vila Nova de Cerveira e Ponte da Barca, os valores mais baixos.

Analisando os investimentos do PRONORTE 1994–1999, conclui-se que houve um grande esforço de investimento em equipamentos para a prática desportiva, na sua maioria com uma vertente polivalente, conjugando a possibilidade de várias práticas desportivas e rentabilizando os investimentos, nomeadamente, nos concelhos que apresentavam maiores deficiências neste domínio (Fig. 9.1).

Assim, foram financiados por este programa os seguintes equipamentos:

- **Centro Cultural e Desportivo de Moledo**, com uma capacidade de 510 lugares equipamento polivalente, com um salão para várias actividades, como ginástica, possuindo, ainda, duas piscinas descobertas e um auditório ao ar livre ;

- **Centro Desportivo de Caminha**, com uma capacidade de 1500 lugares, preparado para a prática de alta competição, nomeadamente, andebol, voleibol e basquetebol, com um recinto de jogos (com uma área de 44x22 m), possuindo, também área de aquecimento de atletas, campo de squash, gabinete médico, sala de massagens, sauna, posto de filmagem e relato, sala de imprensa, bar e instalações de apoio. Este equipamento, constitui o palco para a continuação do *Torneio Internacional de Andebol de Caminha*;

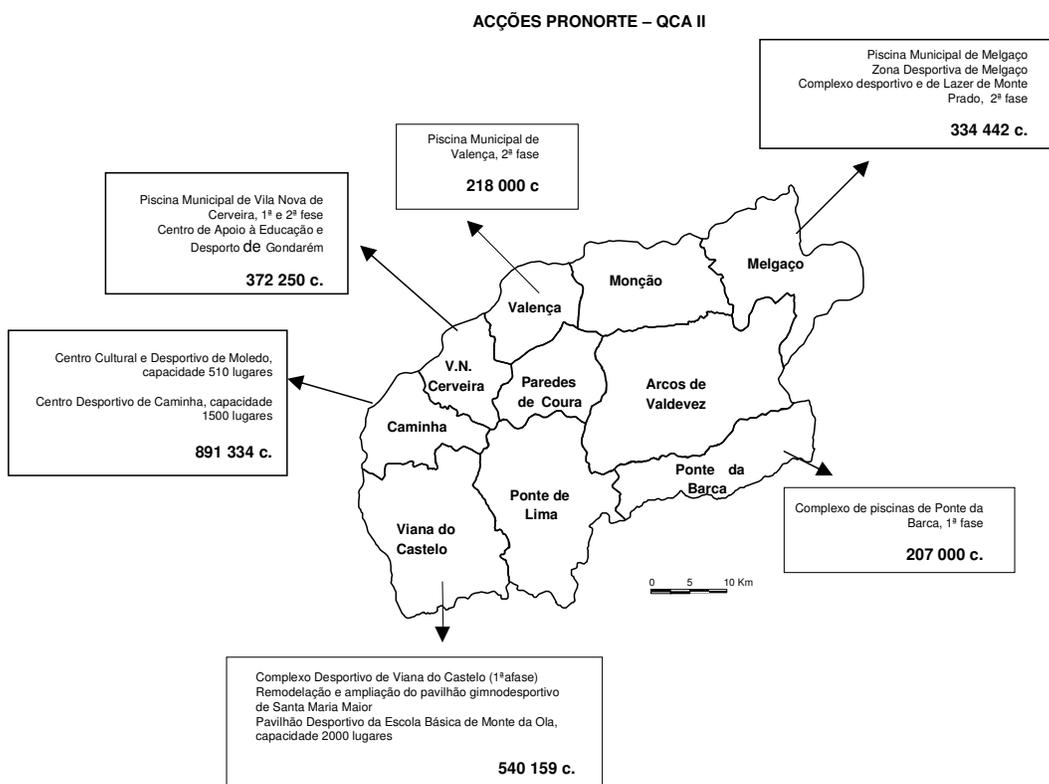


Fig. 9.1. Equipamentos Desportivos financiados no âmbito do PRONORTE - QCAII

- **Piscina Municipal de Melgaço**, que começou a funcionar em 1995, possuindo dois tanques um principal e outro infantil, espaço de musculação, sauna e um auditório polivalente;
- **Zona Desportiva de Melgaço**, que inclui um campo de futebol relvado, pista de atletismo, recinto de treinos, balneários e bancadas, estando previsto como centro de estágios;
- **Complexo Desportivo e de Lazer de Monte Prado** (ainda em construção);
- **Piscina Municipal de Valença**, que entrou em funcionamento em 1996, comporta dois tanques (um para adultos e outro para crianças), prancha de saltos, jacuzi e sauna;
- **Centro de Apoio à educação e Desporto de Gondarém** (concelho de Vila Nova de Cerveira) com uma área de 946 m², pavilhão desportivo com uma capacidade de 200 lugares;
- **Piscina Municipal de Vila Nova de Cerveira**, com dois tanques (um para adultos e outro para crianças), permitindo ainda, apoiar a prática de vela, remo e canoagem;

- **Complexo de piscinas de Ponte da Barca**, com três tanques, sendo uma coberta;
- **Complexo Desportivo de Viana do Castelo**, construção de um estádio (1ª fase);
- **Remodelação e ampliação do pavilhão gimnodesportivo** de Santa Maria Maior (Viana do Castelo);
- **Pavilhão Desportivo polivalente da Escola Básica de Monte da Ola** (Viana do Castelo), capacidade de 2000 lugares.

9.2. Equipamentos de Cultura

Relativamente aos equipamentos de **cultura**, em 1999 existiam, apenas, **88 equipamentos** no Minho Lima, possuindo **Viana do Castelo o maior número com 26**, enquanto os concelhos de Ponte da Barca, Melgaço e Valença apresentavam o menor número (apenas 4 equipamentos). Dentro deste tipo de equipamentos os **mais frequentes** ao nível concelhio são as **bibliotecas** (41 no total), **centros culturais** (15 no total) e os **cine-teatros** (12 no total). Saliente-se, ainda, a existência da *Academia e Escola Profissional de Música* de Viana do Castelo (Fig. 9.2 e Quadro 9.1).

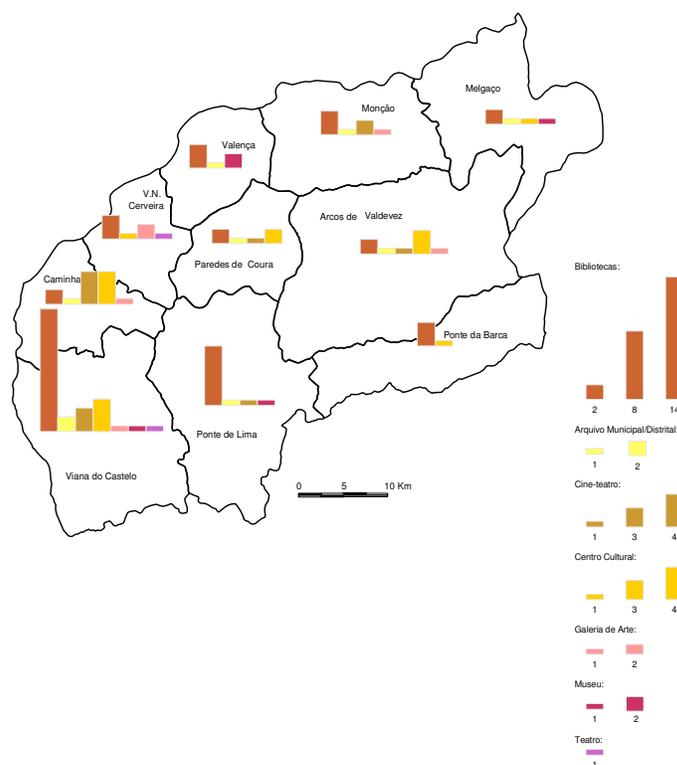


Fig. 9.2. Equipamentos de Cultura, 1999, (INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*, 2000).

Refira-se ainda, que vários dos novos equipamentos culturais, foram fruto do financiamento disponibilizado pelo PRONORTE, o que veio, sem dúvida, permitir a criação de uma rede de equipamentos mais descentralizada e diversificada (Fig. 9.3).

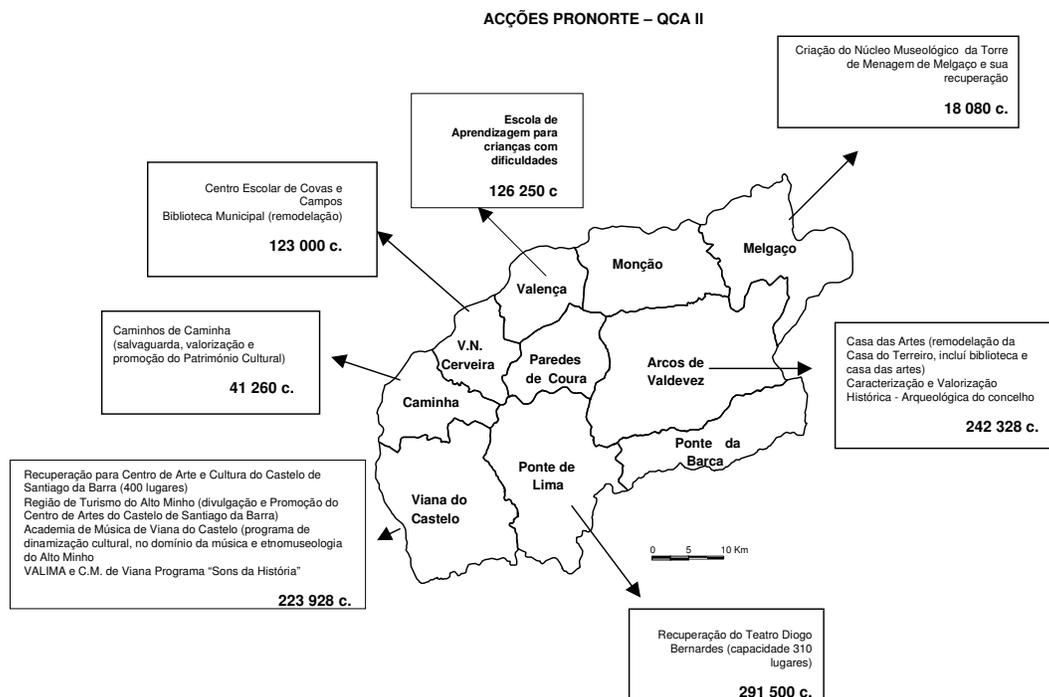


Fig. 9.3. Equipamentos de Cultura e Iniciativas de Dinamização Cultural financiadas no âmbito do PRONORTE - QCAII

As autarquias têm apostado, sobretudo, na criação de **espaços multifuncionais**, ainda que, com vocações específicas, possam responder a uma polivalência de actividades de modo a potenciar o aproveitamento máximo dos equipamentos criados. Outra questão que nos parece positiva é a recuperação de equipamentos obsoletos ou patrimoniais, para instalação de equipamentos culturais, a exemplo da *Torre de Menagem de Melgaço*, para núcleo museológico, recuperação do *Castelo de Santiago da Barra* para Centro das Artes e recuperação do *navio-hospital Gil Eannes* para Museu do Mar e dos Descobrimentos, em Viana do Castelo e remodelação da *Casa do Terreiro* para Casa das Artes em Arcos de Valdevez.

Percebe-se que, ainda, há muito a fazer, quer ao nível dos equipamentos, quer ao nível da acção e dos acontecimentos culturais aliás, também escassos, com a excepção de Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo e Ponte de Lima.

No campo do **teatro** e do **audiovisual**, destacam-se, o *Teatro do Noroeste*, a *Associação Ao Norte* (que promove o funcionamento de um cineclubes), o *Centro Cultural do Alto Minho*, o *FESTIVIANA*,

mostra de cinema que inclui uma vertente formativa, através da ligação às escolas e organização de *ateliers* e *workshops* e o *VIDEOVIANA*, aberto a profissionais e amadores do vídeo.

No campo do **cinema** a oferta regular e de **qualidade** é, de um modo geral, **insuficiente**, funcionando os cinemas, geralmente, **aos fins-de-semana** e, quase sempre, a projecção é assegurada pelas próprias Câmaras.

Ao nível da **música** destacam-se, o *Festival de Verão de Vilar de Mouros*, que atrai um vasto público jovem e o *Festival de Jazz na Praça da Erva*, em Viana do Castelo.

Nas **artes plásticas** têm surgido algumas iniciativas que não têm tido continuidade, com a excepção da *Bienal de Arte de Cerveira*, como a *Trienal Latina*, em Viana e o *D'Art Vez*, nos Arcos. O campo das artes plásticas poderá ser também uma área a apostar no quadro das iniciativas culturais do Minho Lima, aproveitando as dinâmicas já geradas.

Relativamente à procura dos equipamentos culturais, saliente-se o **grande número de utilizadores das bibliotecas**, o número de documentos consultados e o **acréscimo do acervo adquirido**. Quanto aos museus o número de visitantes é também significativo, sintoma de que no Minho Lima os equipamentos culturais começam a ser valorizados cada vez mais pela população (Quadro 9.II e Fig. 9.4).

Refira-se, também, a extensão dos serviços prestados, nomeadamente, ao nível das bibliotecas, através dos empréstimos de livros, da promoção de bibliotecas itinerantes, das redes de bibliotecas escolares, da organização de actividades de animação da leitura, com ciclos de palestras e colóquios e integração nas bibliotecas de mediatecas, através do recurso às novas tecnologias informáticas, que têm contribuído para aumentar a sua capacidade de atracção, especialmente junto dos mais jovens.

Assim, as **bibliotecas** têm assumido um papel importante na **dinamização e animação cultural**, tornando-se **espaços de convívio**, abertos à população. Para os mais jovens, a facilidade de acesso às novas tecnologias de informação e a diferentes suportes de informação, para além do livro, veio acrescentar motivos de interesse no sentido de criar o hábito de ir à biblioteca.

Ao nível **museológico**, deparamos com um conjunto de projectos que apostam na constituição e salvaguarda de acervos ligados às questões etnográficas, às **tradições rurais, piscatórias e agrícolas** e na **ecomuseologia**. Refira-se, ainda, o projecto inovador de **Viana do Castelo** da criação do **Museu do Mar e dos Descobrimentos**, associado à recuperação do *navio-hospital Gil Eanes*.

Os espectáculos públicos e o cinema ganham, também, cada vez mais público, quer ao nível do número de sessões realizadas, quer em termos de espectadores, contudo, denota-se que alguns concelhos, ainda, permanecem à margem da animação cultural, devido à falta de equipamentos, sobretudo os do interior rural (Quadro 9.III e Fig. 9.5).

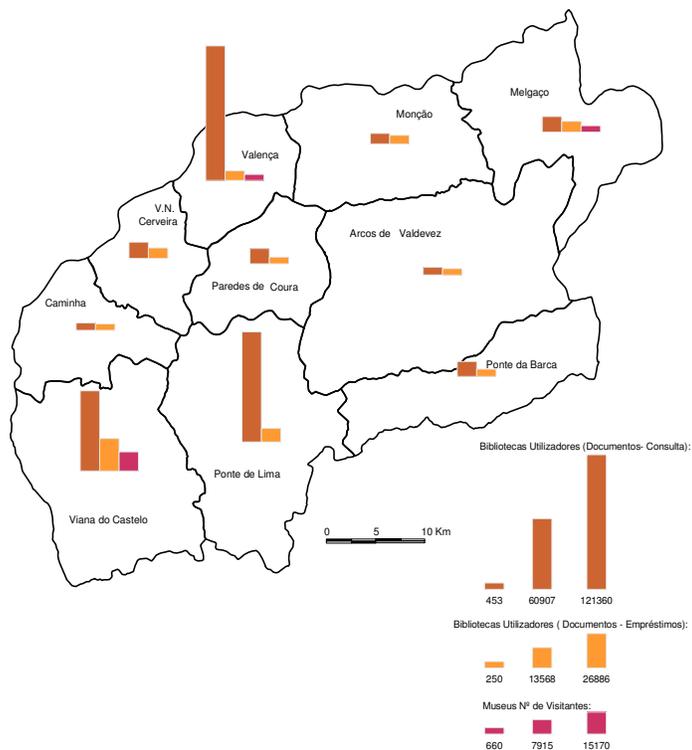


Fig. 9.4 – Bibliotecas, Utilizadores (documentos consultados e para empréstimo) e Museus (número de visitantes), 1998, (INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*, 1999 e *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*, 1998).

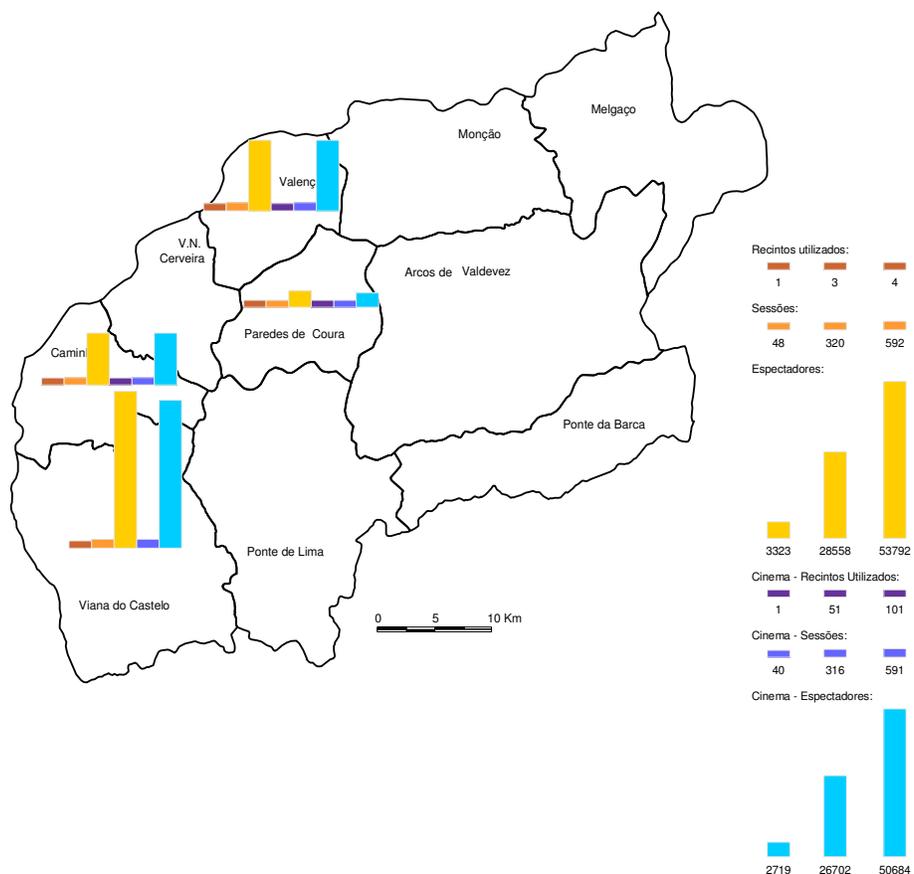


Fig. 9.5 –Espectáculos Públicos em, 1998 (INE, *Anuário Estatístico da Região Norte, 1999* e *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1998*)

A animação cultural e desportiva assume um papel cada vez maior, na dinamização dos centros urbanos, através da fixação da população, sobretudo os mais jovens, que procuram cada vez mais este tipo de equipamentos, da atracção de visitantes e turistas, da criação de novas e reforçadas sociabilidades e da promoção do desenvolvimento da região.

Na verdade, a estratégia das autarquias tem procurado, cada vez mais, dinamizar e incentivar o desporto e a cultura, assegurando uma valorização dos recursos desportivos e culturais e a promoção de novas iniciativas, além da criação de infraestruturas e de condições para que a sociedade civil, possa actuar e investir nestes campos.

No Minho Lima, em 1999, as despesas com o desporto e a cultura correspondem a cerca de 8% do total das despesas dos municípios, destacando-se, com os maiores valores as despesas com jogos e desportos, actividades socioculturais, recintos culturais e património cultural (Quadro 9. IV e Fig.9.6 e Fig. 9.7).

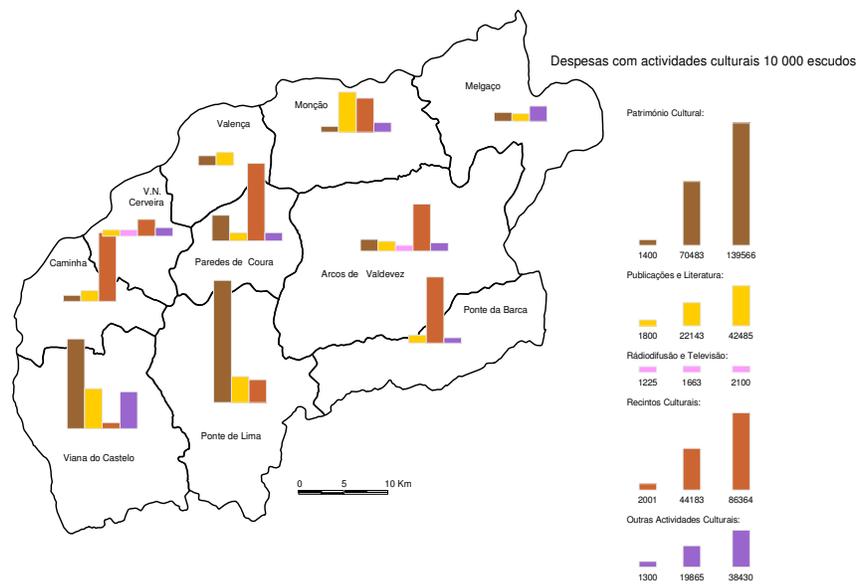


Fig. 9.6 – Despesas das Câmaras Municipais com Actividades Culturais, em 1998 (10[#] escudos)
 (INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*, 1998, informação disponível não publicada)

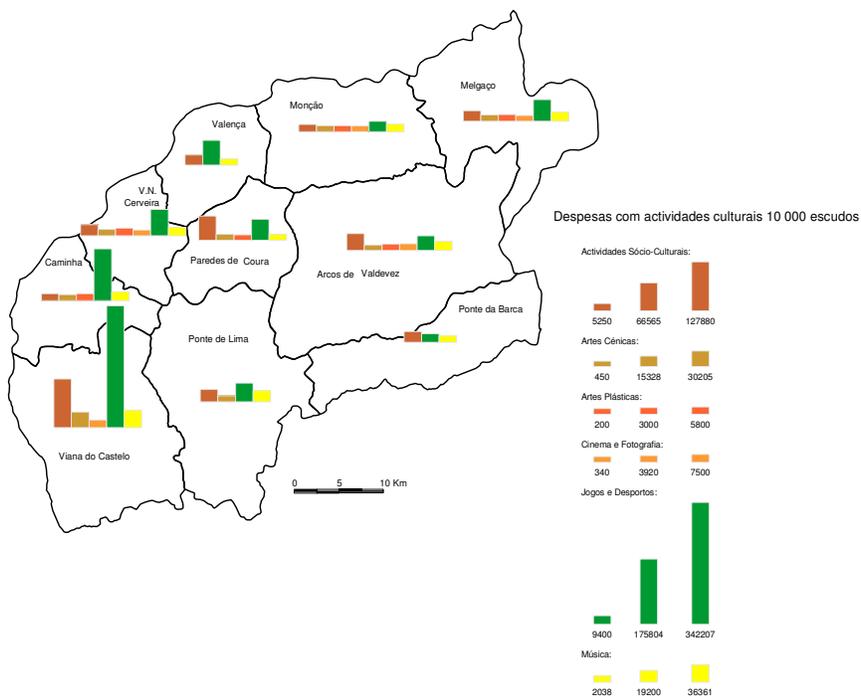


Fig. 9.7 – Despesas das Câmaras Municipais com Actividades Culturais, em 1998 (10[#] escudos)
 (INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*, 1998, informação disponível não publicada)

As instituições culturais, recreativas e desportivas, de base local e as escolas, são parceiros fundamentais das autarquias, na dinamização desportiva e cultural, especialmente nas tarefas de incentivo à prática desportiva, de preservação, divulgação e renovação da cultura tradicional, assegurando espaços de convívio e ocupação dos tempos livres. Disseminadas um pouco por todo o território, além de servirem como palco para a realização e prática de várias modalidades desportivas e culturais, como o futebol, desportos náuticos, natação, ginástica, danças e cantares tradicionais, música e teatro amador, constituem um elemento aglutinador das populações em torno do seu espaço de residência, com uma importante capacidade de animação e mobilização local. Refira-se, contudo, que muitas destas instituições e colectividades, dependem muito dos apoios autárquicos e, não raras vezes, são incapazes de assegurar auto-financiamento ou de assumir propostas e iniciativas lançadas pelas Câmaras.

Toda esta dinâmica emergente de construção, investimentos e dinamização desportiva e cultural, centra-se, nas sedes concelhias, ainda que já se note alguma descentralização de equipamentos, numa aposta de melhorar o apetrechamento e afirmação desportiva e cultural das vilas/cidades enquanto centros difusores de criação, divulgação e dinamização desportiva, cultural e lúdica para as restantes freguesias rurais.

SÍNTESE FINAL

A evolução dos equipamentos desportivos e culturais, entre 1994 e 1998, é marcada pelo aumento do número de equipamentos. Relativamente aos equipamentos desportivos, os que mais crescem são os polidesportivos, mais cinco e as piscinas mais cinco, destacando-se, Caminha que ganha mais dois polidesportivos. As novas piscinas são construídas em, Caminha (em Moledo), Melgaço e Valença, que em 1994 não possuíam nenhuma e em Ponte da Barca que passa a ter mais uma. Quanto aos equipamentos culturais, os que mais aumentam são as bibliotecas, mais vinte e nove, destacando-se o aumento de Viana do Castelo, mais doze, Ponte de Lima, mais seis, Ponte da Barca mais três (que em 1994 não possuía nenhuma), Caminha, mais duas e Monção, mais duas. Depois das bibliotecas são os centros culturais que mais crescem, mais quatro no total (um em Viana do Castelo, Paredes de Coura, Caminha e Arcos de Valdevez), os concelhos de Monção, Ponte de Lima e Valença, não possuem nenhum equipamento deste tipo. Ao nível dos museus, galerias de arte e teatros é que se denota as carências mais acentuadas, com vários concelhos sem estes tipos de equipamentos. Saliente-se, ainda, que estes novos equipamentos desportivos e culturais foram, em grande parte, financiados pelo PRONORTE. Quanto à procura destes equipamentos, podemos salientar o aumento da sua frequência e também a extensão dos serviços prestados, nomeadamente, ao nível das bibliotecas, através dos empréstimos de livros, promoção de bibliotecas itinerantes para as freguesias rurais, de redes de bibliotecas escolares e organização de actividades de animação da leitura, ciclos de palestras e

colóquios e a integração nas bibliotecas de mediatecas, factores estes, que têm contribuído para aumentar a sua capacidade de atracção, especialmente junto dos mais jovens.

A dinâmica em curso neste sector está a ser marcada: pelo maior investimento e descentralização dos equipamentos desportivos e culturais, ainda que, se verifique uma certa concentração nos concelhos do litoral, mais urbanos, em detrimento dos do interior rural que ainda possuem várias carências ao nível destes tipos de equipamentos; pelo alargamento e diversificação dos serviços prestados, nomeadamente, com a introdução das novas tecnologias, caso das mediatecas, criação de bibliotecas itinerantes e ao nível museológico através da constituição e salvaguarda de acervos ligados às questões etnográficas, às tradições rurais e agrícolas e à ecomuseologia.

Nos próximos dez anos é possível carrear o Alto Minho para o desenvolvimento sustentável se ao nível deste sector houver particular atenção com:

- a criação de novos equipamentos desportivos e culturais, mais descentralizados, através, por exemplo, da recuperação de equipamentos obsoletos ou patrimoniais que importa conservar;
- o apoio à dinamização das práticas desportivas e culturais, ajudando as colectividades e associações locais, parceiros fundamentais nesta área;
- a valorização e preservação das artes e ofícios tradicionais, quer promovendo exposições, quer ateliers-oficinas onde os artesãos possam trabalhar e contactar com as populações que visitem estes espaços;
- a criação de espaços desportivos mais descentralizados pelas várias freguesias, nomeadamente, integrados nas escolas locais;
- a maior profissionalização do sector cultural e desportivo, criando-se um corpo de técnicos especializados, para afectar a estas áreas, aspecto este que achamos que deveria ser pensado em conjunto por todos os municípios, a um nível intermunicipal, como forma mais eficaz de diminuir custos e esforços, rentabilizar recursos, nomeadamente, na questão da formação dos recursos humanos e da cooperação ao nível da programação;
- a preservação e valorização dos espólios existentes, particularmente os ligados às tradições locais rurais e piscatórias;
- a criação de ecomuseus que poderiam ter um papel fundamental na educação ambiental, na preservação do património natural e recuperação de equipamentos tradicionais (azenhas, moinhos, fornos, etc).
- uma maior aposta no campo das artes plásticas, aproveitando as dinâmicas já geradas por algumas iniciativas com projecção (caso da Bienal de Cerveira) e retomando-se algumas que não tiveram continuidade;
- uma maior dinamização no campo da música, teatro, audiovisual e cinema, com promoção de acontecimentos regulares, com algum impacto, de forma a promover a projecção da região ao exterior;

A teia de relações que, este sector, estabelece com a sociedade civil, com vários sectores económicos (caso do turismo, agricultura, artesanato, comércio e escola, por exemplo) e com as associações locais, tem sido, particularmente, importante para a afirmação e dinamização das vilas e cidades sede de concelhos enquanto centros difusores de criação e divulgação cultural, lúdica e desportiva para as restantes freguesias rurais, para além de permitir uma maior dinamização das áreas rurais em perda populacional, através da atracção de novos visitantes. O seu contributo para a promoção do desenvolvimento da região é importante porque: permite a criação de novos postos de trabalho; exige uma formação adequada dos recursos humanos ligados a estes tipos de equipamentos, com competências para garantir a sua gestão e programação; possibilita incluir a região, quer nos circuitos itinerantes de eventos culturais, desportivos e de espectáculos nacionais ou internacionais, quer na rede Nacional de Leitura Pública; facilita a instalação de atletas, artistas ou grupos de artistas, durante um certo tempo nos concelhos e/ou equipamentos, dinamizando e rentabilizando os equipamentos criados e incentivando a produção cultural e desportiva, através, por um lado, da apresentação para o público em geral de um programa de actividades e/ou conjunto de produtos e, por outro, possibilitam trabalhar a formação dos agentes culturais e desportivos locais e mesmo dos públicos, por meio do relacionamento estreito com as associações locais e escolas.

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Contexto geral favorável à expansão das actividades desportivas, de recreio e lazer; • Crescente apetência pelos espaços naturais e contactos com a natureza, nomeadamente, através da prática de desportos náuticos, radicais, de aventura, educação ambiental e ecoturismo; • Maior investimento em novos equipamentos desportivos e culturais, polivalentes e mais descentralizados, devido aos apoios financeiros comunitários (caso do PRONORTE e LEADER); • Existência de vários espaços naturais com vocação para o desporto, recreio e lazer e espaços arquitectónicos com possibilidade de serem reabilitados para equipamentos e acontecimentos culturais; • Associação equilibrada de um rico património cultural e arquitectónico, a recursos e valores naturais e paisagísticos, constitui a base de uma identidade cultural forte e um potencial turístico muito significativo; • Promoção de acontecimentos desportivos e culturais regulares com algum impacto: Torneio Internacional de Andebol de Caminha, FESTIVIANA, VIDEOVIANA, Festival de Jazz na Praça da Erva, Bienal de Cerveira, as propostas de Verão Desportivo promovido por algumas Câmaras para os jovens, animação das praias, festas e romarias; • Programas museológicos de valorização e divulgação dos acervos etnográficos locais e recuperação das tradições, usos e costumes locais sobretudo ligados à actividade agrícola; • Existência de várias associações e colectividades desportivas e culturais, como ranchos folclóricos, bandas de música, grupos desportivos que organizam, festivais locais e internacionais de folclore, encontros de música e de coros, torneios e competições desportivas, festas e romarias; • Política e projectos de qualificação e criação de equipamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de instalações para a prática desportiva e sub-aproveitamento das instalações existentes nas escolas; • Sub-aproveitamento dos espaços naturais com potencialidades de recreio e lazer; • Reduzida procura real e potencial da prática desportiva, quer devido à escassez da oferta, quer devido à importância das actividades agrícolas que são pouco propiciadoras a uma maior dinamização desportiva; • Escassez de equipamentos e eventos de carácter cultural e sua concentração nas sedes de concelho, muito deles subutilizados, sem programa e/ou modelo de gestão e funcionamento; • Falta de formação adequada de técnicos que possam garantir a gestão e programação eficaz dos equipamentos existentes ou futuros; • Reduzida capacidade financeira das colectividades desportivas e culturais, dependentes, na sua maioria, dos apoios autárquicos e incapazes de assumir estratégias de auto-financiamento próprias, revelando pouco dinamismo organizacional e capacidade empreendedora de modo a criar e dar continuidade às acções e políticas que as autarquias vêm desenvolvendo nesta área; • Limitações orçamentais dos municípios para as despesas com a cultura, com um peso acentuado das despesas com Jogos e Desportos; • Aposta pouco sistemática na valorização e divulgação do património cultural, nomeadamente, através de produção de material promocional e propostas de itinerários e percursos; • Insuficiente oferta de ensino e formação no campo artístico e cultural, com excepção de Viana do Castelo na área da Música e de Vila Nova de Cerveira, na área das artes, bem como de uma

<p>e infraestruturas de apoio ao desporto, recreio e lazer, nas envolventes ribeirinhas, aproximando a população e os núcleos urbanos do rio (caso por exemplo, do programa POLIS de Viana do Castelo);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria das acessibilidades no interior do Minho Lima e desta para todo o Norte do país e para a Galiza facilitando o intercâmbio e a mobilidade de públicos e produtos e eventos culturais; • Desenvolvimento e fortalecimento de dinâmicas de cooperação transfronteiriça, nomeadamente, através da Galiza-Norte de Portugal e do Eixo Atlântico, com consequente abertura para a colaboração em matéria de produção e animação desportiva, artística e cultural; • Implantação de Programas de Apoio Comunitários (caso do PRONORTE) que permitem o financiamento de equipamentos desportivos e culturais e incentivam a formação de redes de cooperação transnacionais, como o INTERREG e o LEADER; • O facto de o Noroeste Peninsular ser palco de manifestações culturais e desportivas de impacto europeu, caso de Salamanca Capital Europeia da Cultura 2002, Euro 2004 poderá constituir motivo para intensificar as relações transfronteiriças ao nível de uma política cultural concertada de modo que o Minho Lima possa vir a beneficiar dos fluxos que este acontecimento irá gerar; • A aposta do Instituto Português das Artes e Espectáculos de promover e apoiar programas de descentralização e difusão na área das artes do espectáculo, poderá ser uma possibilidade de receber e/ou fazer circular externamente, produções culturais diversas 	<p>aposta sistemática no reforço das relações das instituições culturais com a escola;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência geral ao nível da oferta regular e de qualidade de cinema, manifestada pela atracção das numerosas salas de cinemas das grandes superfícies comerciais dos centros urbanos próximos (Braga e Porto); • Excessiva concentração de acontecimentos no Verão, muito semelhantes, em detrimento de uma programação mais sistemática e regular ao longo do ano; • Predomínio de manifestações e eventos de carácter tradicional, que pretendem abraçar todos os segmentos de público, não apostando na diversificação e formação de novos públicos e hábitos culturais; • Forte atractividade dos grandes centros urbanos como Porto, Braga e Vigo, acentuada pela melhoria das acessibilidades, nomeadamente, ao nível da maior diversificação de equipamentos e de grandes eventos culturais e desportivos; • As dificuldades ao nível das acessibilidades e do transporte intrarregional, torna-se um obstáculo à deslocação das populações, dificultando a sua deslocação aos equipamentos e a itinerância de produtos e eventos culturais; • Envelhecimento e desertificação populacional e consequente abandono e decadência de práticas culturais e saberes-fazer tradicionais que dificulta a sua preservação e transmissão aos mais jovens • Flutuação desequilibrada de públicos ao longo do ano, que se traduz numa excessiva concentração de pessoas no Verão, com emigrantes, estudantes em férias e turistas e um vazio nos meses de Inverno;
--	--

De futuro, o contributo deste sector para a promoção de desenvolvimento sustentável do Minho Lima poderá ser monitorizado utilizando indicadores de avaliação como: capacidade dos equipamentos e sua real utilização; públicos alvo (tipo de público e novas procuras); número de associações e colectividades locais (sua dinâmica, capacidade financeira, estrutura organizativa e resposta às propostas e iniciativa lançadas pelas Câmaras); funcionamento da rede de bibliotecas itinerantes; impacto dos eventos promovidos (atração de público, imagem para o exterior e divulgação); concertação e cooperação interregional no âmbito da animação e promoção dos eventos culturais e desportivos; articulação interregional entre tradição e modernidade, da formação de novos públicos culturais e da pluralização de espaços que garantam uma oferta regular, sustentada e diversificada, evitando duplicações; relacionamento entre as instituições culturais e desportivas com as escolas; educação ambiental (vertente de formação a valorizar como forma de preservação do património natural e das tradições locais); financiamento para a manutenção e animação dos equipamentos criados; formação e/ou contratação de recursos humanos com competências especializadas para garantir a gestão e programação eficaz dos equipamentos e eventos;

10 . SEGURANÇA SOCIAL E SAÚDE

10.1. Equipamentos de segurança social – apoio à infância e aos idosos

10.1.1. Considerações Preliminares

Não é objectivo desta parte do trabalho, fazer uma análise detalhada no que toca à influência do comportamento demográfico sobre os dados relativos à segurança social, contudo não podemos deixar de salientar que, vigorando o regime de repartição, a garantia **dos meios necessários para a sustentação dos inactivos** só pode provir dos rendimentos gerados pelo sector activo da população. A relação de dependência entre este e aquele é, por isso, decisiva para aferir do conteúdo efectivo das prestações do sistema. Um pequeno número de activos face a cada inactivo não pode gerar os meios financeiros suficientes para proporcionar prestações de conteúdo satisfatório, especialmente se o rendimento médio de cada activo não for muito elevado, como acontece em Portugal.

Atendendo a este quadro, a problemática da segurança social é particularmente complexa no Alto Minho, devido ao progressivo **aumento do índice de dependência total**³², indicador que nos permite medir os encargos potenciais que pesam sobre a população activa, o que decorre, em grande medida do **acréscimo do índice de dependência de idosos**³³ no Alto Minho (ver a análise desenvolvida no capítulo 2).

Por outro lado, existem um conjunto de factores que, **minimizam as necessidades** da região no que toca aos **equipamentos de apoio à infância e aos idosos**, apesar da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. Entre aqueles factores destacam-se:

- a **dimensão familiar**, que no Alto Minho é ainda, em 2001, **superior à média nacional**³⁴;
- uma **economia familiar** com peso significativo;
- o contexto de **grande ruralidade** da região, em que a Sociedade-Providência “tradicional” (destacando-se, sobretudo a entajuda baseada em laços de parentesco e de vizinhança, com os irmãos mais velhos, as avós, as tias ou as vizinhas, a assegurar o apoio às crianças e aos idosos, nos períodos em que as mães se encontram a trabalhar) se **substitui ao Estado-Providência**;

³² (População com 0 –4 anos e 65 e + anos/População com 15-64 anos) x 100 .

³³ (População com 65 e + anos/População com 15-64 anos) x 100.

³⁴ Na verdade, o número de famílias com 3 residentes representam no Continente 28,6 % das famílias clássicas, na Região Norte 25% e no Minho Lima 27,1%, quanto às famílias com 3 ou mais pessoas representam, respectivamente, 53,9%, 61,7% e 57%.

- o tipo de funcionamento e **organização das empresas locais**, sendo frequente o **trabalho por turnos**, ou até mesmo **à peça**, realizado **no domicílio**, sobretudo em alguns ramos, permite às mulheres que trabalham, conciliar o emprego com o apoio necessário às crianças e idosos.

Não podemos ainda deixar de referir que, quer o acesso aos equipamentos de apoio à infância e aos idosos, quer aos benefícios da segurança social, afectam a vida dos indivíduos e das famílias em momentos de maior ou menor vulnerabilidade, pelo que não restam dúvidas de que constituem aspectos centrais na perspectiva da qualidade de vida.

10.1. 2. Uma oferta de equipamentos de segurança social insuficiente

Em 1998, existiam no Minho Lima **93 equipamentos de apoio à infância e jovens**, destacando-se com o maior número as **Creches e Jardins de Infância** (59 unidades com 3014 utentes), seguido pelos **ATL's** (34 unidades com 1545 utentes) (fig. 10.1, 10.2 e quadro 10.I).

Relativamente à distribuição espacial, dos equipamentos de apoio à infância e juventude verifica-se uma **grande concentração** destes, sobretudo em **Viana do Castelo** (32 e 15, unidades, respectivamente), **Caminha** (com 7 e 3 unidades) e **Ponte de Lima** (com 4 e 2 unidades). Os restantes concelhos, possuem um menor número de Creches e Jardins de Infância, Vila Nova de Cerveira, Valença, Ponte da Barca, Monção e Melgaço, com dois equipamentos, Arcos de Valdevez e Paredes de Coura com 3. Quanto aos ATL's, Valença e Ponte da Barca não possuem nenhum, Melgaço só tem 1, Monção tem 3, Paredes de Coura 4 e Vila Nova de Cerveira 3 (fig. 10.1, 10.2 e quadro 10.I).

Relativamente aos **equipamentos de apoio à Terceira Idade**, o seu número era de **173 unidades**, com uma frequência de 2682 utentes, distribuídos da seguinte forma: 18 lares de idosos, 129 unidades de apoio domiciliário e 26 centros de dia. O maior aumento em termos de equipamentos para a terceira idade, entre 1991 e 1998, verificou-se no apoio domiciliário (9 unidades em 1991, 129 em 1998) e nos centros de dia (7 em 1991, 26 em 1998) (Fig. 10.1 e 10.2 e Quadro 10.I).

Quanto à sua distribuição territorial, o **maior número centralizava-se em Viana do Castelo** (com 37 unidades no total), seguida de **Ponte de Lima** (com 30), **Arcos de Valdevez** (com 22), **Paredes de Coura e Caminha** (com 19 unidades) e Monção (com 15). Os concelhos de Melgaço, Valença e Vila Nova de Cerveira, apresentam um menor número, respectivamente, 6, 3 e 7. Refira-se, contudo, a inexistência em alguns concelhos de centros de dia, como é o caso de Melgaço, Paredes de Coura e Valença (fig. 10.1, 10.2 e quadro 10.I).

Tendo em conta, os números apresentados e a **grande concentração dos equipamentos de apoio à infância, juventude e idosos**, em certos concelhos, não podemos deixar de sublinhar que a sua cobertura territorial é, ainda, relativamente baixa face aos potenciais utentes, situação que se poderá

agravar atendendo, ao envelhecimento da população, ao aumento da taxa de actividade feminina e ao enfraquecimento da Sociedade-Providência tradicional.

Considerando este cenário parece-nos, fundamental, não só reforçar o investimento público neste domínio, quer construindo mais equipamentos, quer apoiando novas formas de Sociedade-Providência, “mais formais, mais diferenciadas funcionalmente e com uma articulação mais orgânica com a providência estatal”³⁵, como é o caso das **Instituições Particulares de Solidariedade Social**, intensificando os acordos celebrados entre o Centro Regional de Segurança Social e aquelas Instituições.

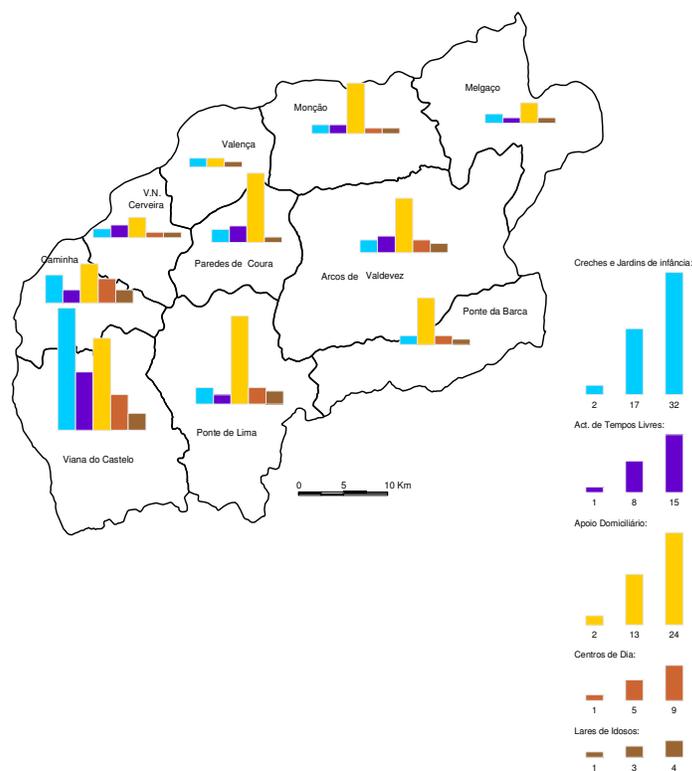


Fig. 10.1 – Equipamentos da Segurança Social, 1998
(INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*, 2000).

No que toca ao **número de pensionistas da Segurança Social**, verifica-se um **substancial aumento** do seu número entre 1991 e 1998 (62000 em 1991, 69144 em 1999), o aumento mais substancial, dá-se nas **pensões de velhice** que passam de 41000, para 43410 e nas de **sobrevivência** (9000 em 1991, 14834 em 1998), situação que se deve ao grande envelhecimento da população (Quadro 10.II e

³⁵ SANTOS, Boaventura Sousa – *Sociedade - Providência ou Autoridade Social?*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 42, Maio, 1995, p. V.

Fig. 10.3). Ao nível concelhio são também, estes dois tipos de pensão, que apresentam os maiores valores.

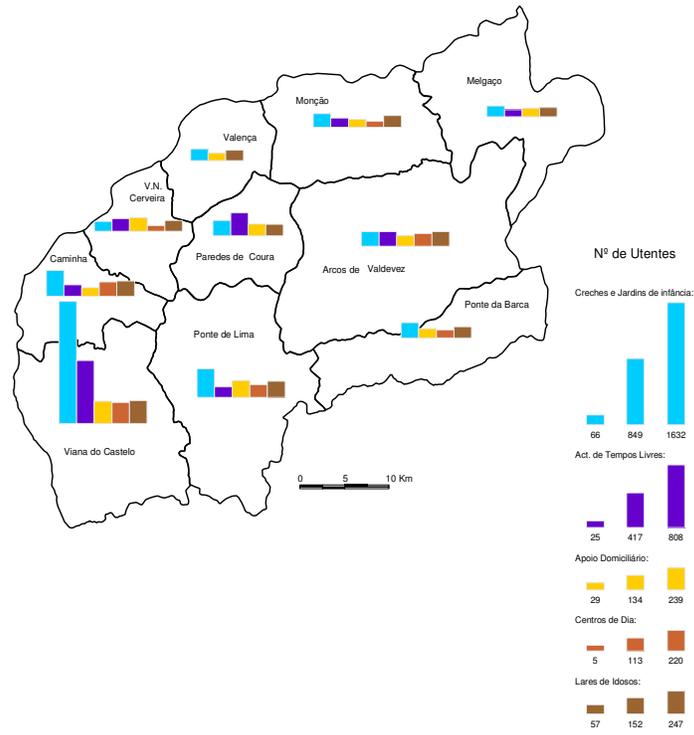


Fig. 10.2 – Número de Utentes dos Equipamentos da Segurança Social, 1998 (INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*, 2000).

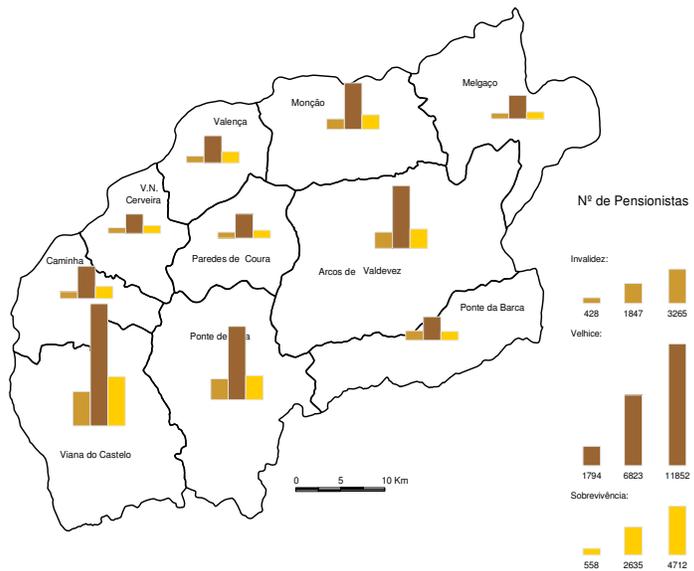


Fig. 10.3 – Número de Pensionistas, 1999 (INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*, 2000).

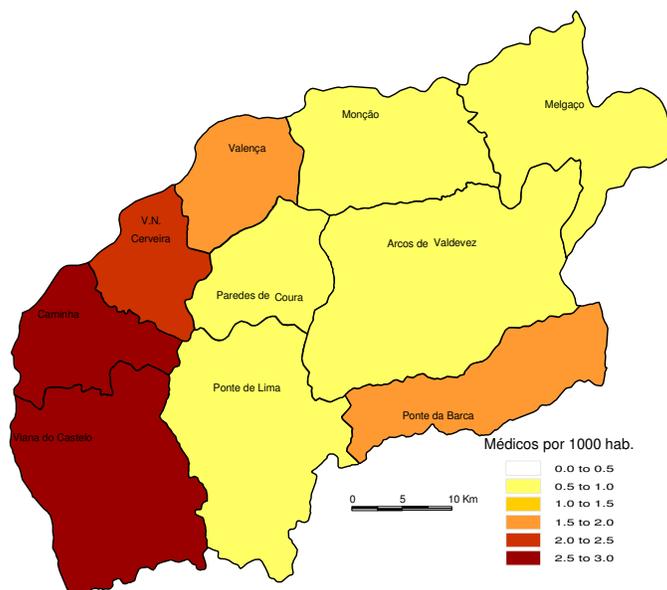
10.2. Saúde

As infra-estruturas, os equipamentos e o pessoal ao serviço da prestação dos cuidados de saúde da população residente nos dez concelhos do Alto Minho está longe de cumprir os objectivos enunciados na *Lei de Bases da Saúde* (Dec.Lei nº48/90 de 24 de Agosto).

O envelhecimento da população, o aumento do índice de dependência total, a grande dispersão dos cidadãos e a incipiente articulação da rede viária, sobretudo nos concelhos do interior, desaconselharia a actual **concentração do pessoal dos hospitais, dos centros de saúde e dos serviços de apoio** (Fig. 10.4 a 10.10), especialmente, nos **concelhos do litoral** -, e em particular no de **Viana do Castelo** - e uma escassez generalizada em todo o interior do Alto Minho.

Na região norte residem cerca de 1/3 do total de licenciados em medicina em Portugal mas, apenas 4% residem no Alto Minho (Fig. 10.4).

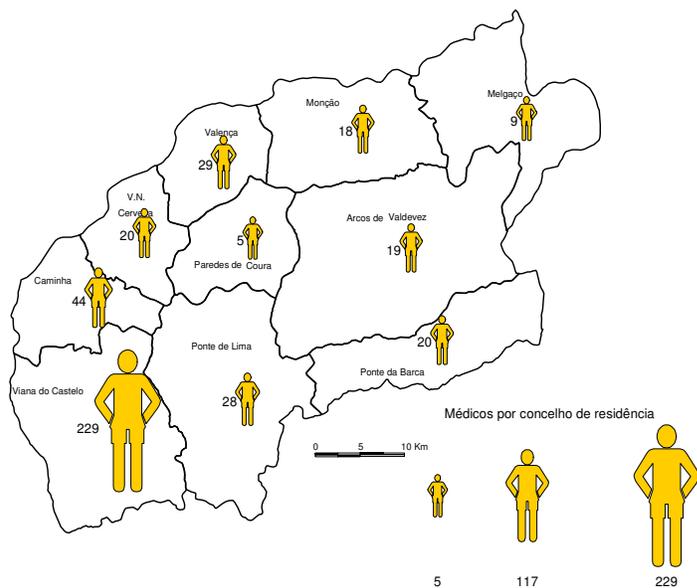
Mesmo em Viana do Castelo o **número de médicos por 1000 hab.** era em 1999 **inferior à média nacional e à média da região norte** (Fig.10.4 e 10.5)³⁶. Dentre os concelhos com **maior carência** de médicos emergem: **Paredes de Coura** (0.5); **Ponte de Lima** (0.6); **Arcos de Valdevez** (0.7); **Melgajo** (0.9) e **Monção** (0.9).



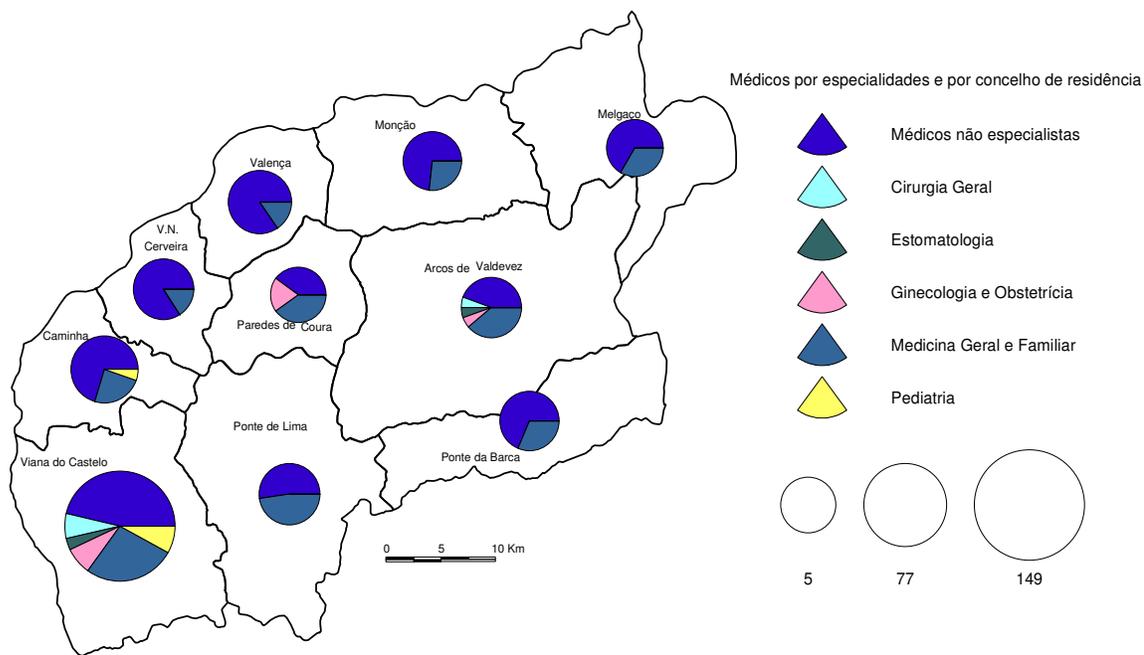
INE, *Estatísticas da Saúde*, 1999 e *Ordem dos Médicos*, 1999.

Fig. 10. 4 – Número de médicos por 1000 habitantes (na região norte-2.8; em Portugal-3.3).

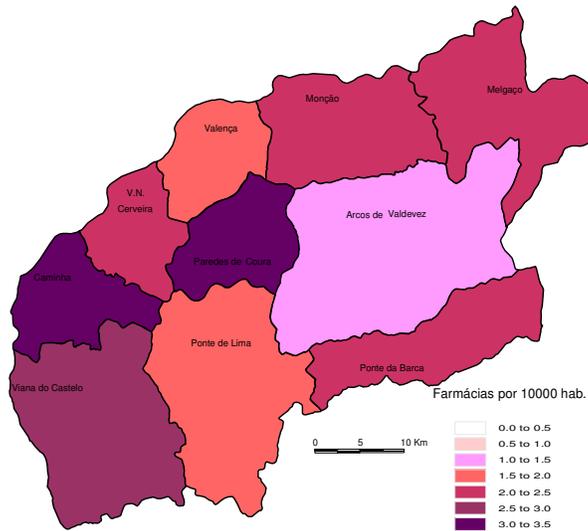
³⁶ Só Viana do Castelo, com 2,7 médicos/1000hab, evidencia uma presença destes profissionais de saúde próxima da média nacional (2,8).



INE, *Estatísticas da Saúde*, 1999 e *Ordem dos Médicos*, 1999.
 Fig. 10. 5– Número de médicos por concelho de residência
 (na região norte-10199; em Portugal-33030).

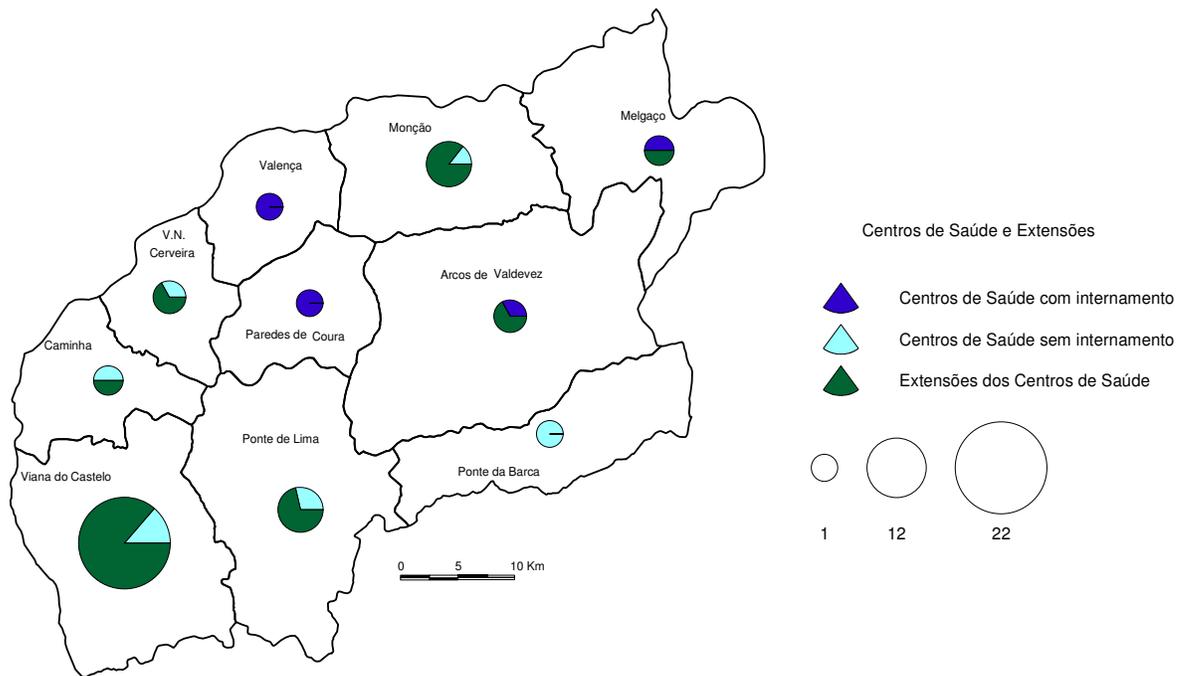


INE, *Estatísticas da Saúde*, 1999 e *Ordem dos Médicos*, 1999.
 Fig. 10. 6 – Número de médicos especialistas por concelho de residência.
 (na região norte-6 618; no Alto Minho - 239).



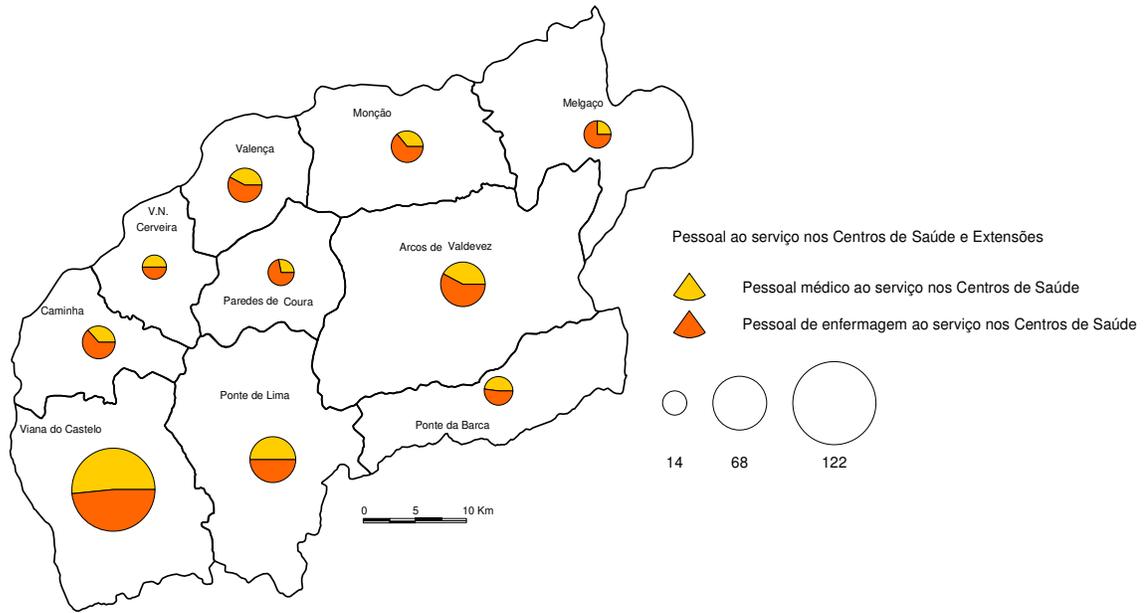
INE, *Estatísticas da Saúde*, 1999 e INFARMED, 1999.

Fig. 10.7 – Número de farmácias no Alto Minho, 1999.
(na região norte-2,1; em Portugal-2,5).



INE, *Estatísticas da Saúde*, 1999

10.8 – Centros de Saúde e extensões no Alto Minho, 1999.



INE, *Estatísticas da Saúde*, 1999 e *Ordem dos Médicos*, 1999.

Fig. 10.9 – Pessoal ao serviço nos centros de saúde e extensões no Alto Minho, 1999.
(na região norte-4 595; no Alto Minho-394).

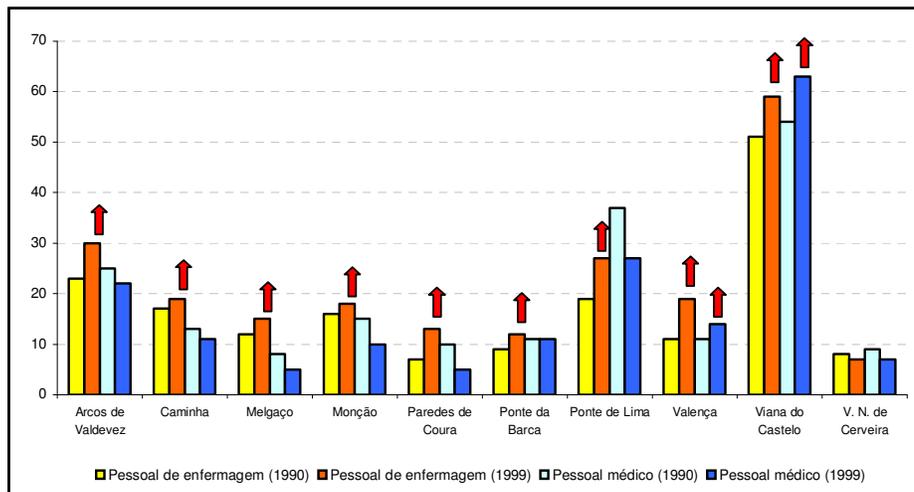


Fig. 10.10 – Comparação do pessoal de enfermagem e médico ao serviço nos centros de saúde e extensões em 1990 e 1999 (*PROTAM*, 1995 e *INE*, 2000).

Para além do baixo número de médicos é importante sublinhar a **inexistência de especialistas** na maioria dos concelhos (Fig. 10.6). Pediatria, ginecologia e obstetrícia ou cirurgia geral são **especialidades** que praticamente só existem em **Viana do Castelo**.

À excepção de Viana do Castelo, em que os médicos especialistas excedem os não especialistas (160 e 69), todos os outros concelhos têm **mais de 50% dos médicos não especialistas** (Fig. 10.6). Acresce ainda que os especialistas residentes nos concelhos do Alto Minho, exceptuando Viana do Castelo, são de **medicina geral e familiar** (Fig. 10.6).

O escasso número e a falta de diversidade de médicos nos concelhos do interior minhoto é particularmente grave se recordarmos que se tratam de áreas onde a densidade de um dos grupos de maior risco – os idosos – tem vindo a aumentar nos últimos anos.

Curiosamente, o **número de farmácias** é em toda a região **igual ou superior às médias do país e da região norte** (Fig. 10.7)³⁷.

Existem, na região, apenas **dois hospitais** – **Viana do Castelo** (520 camas) e **Ponte de Lima** (65 camas). No hospital de Ponte de Lima não existem porém, as especialidades de oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia e pediatria.

A distribuição dos equipamentos de cuidados de saúde primários evidencia uma distribuição bastante desequilibrada relativamente ao tecido demográfico existente (Fig. 10.8). Entre 1992 (Protam, 1995) e 1999 (INE, 2000), a **oferta de centros de saúde** e de **extensões aumentou** em **Ponte de Lima** (+ 1 centro de saúde e + 3 extensões), em **Viana do Castelo** (+ 1 centro de saúde e +2 extensões), em **Arcos de Valdevez, Vila Nova de Cerveira e Caminha** (+1 extensão).

O **personal, de enfermagem e médico**, ao serviço nos cuidados de saúde primários **concentra-se** em **Viana do Castelo e Ponte de Lima** (Fig. 10.9 e 10.10).

Na década de 90 o **personal nos cuidados de saúde primários aumentou** em todos os concelhos, excepto em Vila Nova de Cerveira (Fig. 10.10). Este aumento fez-se à custa do **personal de enfermagem** já que, na maioria dos concelhos, o número de médicos diminuiu. Só em Valença e Viana do Castelo é que o número de médicos aumentou entre 1990 e 1999.

SÍNTESE FINAL

³⁷ Caminha e Paredes de Coura ultrapassam a média nacional e Viana do Castelo iguala-a. Monção e Ponte da Barca ultrapassam a média da região norte.

A evolução dos equipamentos da **segurança social**, entre 1991 e 1998 é marcada pelo **aumento**, significativo, do **número de equipamentos e utentes de apoio à infância e juventude**, mais 9 Creches e Jardins de Infância e mais 17 ATL's. Ao nível dos concelhos, os que mais ganham equipamentos de apoio à infância são, Viana do Castelo (mais três), Ponte de Lima (mais dois) e Vila Nova de Cerveira (mais dois), enquanto que os concelhos de Caminha, Melgaço e Ponte da Barca mantêm o mesmo número. Os ATL' s sofrem maiores aumentos em Viana do Castelo (mais seis), Paredes de Coura (mais três) e Monção (mais dois), os concelhos de Valença e Ponte da Barca, continuam sem qualquer equipamento deste tipo, enquanto os restantes concelhos sofrem um aumento de mais um equipamento.

Os equipamentos de apoio à terceira idade, conhecem também um aumento não desprezível, sobretudo o apoio domiciliário (mais cento e vinte), seguido dos Centros de Dia (mais dezanove) e dos Lares de Idosos (mais 5). Os concelhos que sofrem os maiores aumentos no Apoio domiciliário são Ponte de Lima (mais vinte e dois), Viana do Castelo, (mais vinte e um), Ponte da Barca ,Paredes de Coura e Arcos de Valdevez (mais dezassete).

Relativamente ao número de pensionistas o seu aumento é também significativo, sobretudo as pensões de velhice e sobrevivência, dado o grande envelhecimento da população, particularmente nos concelhos mais rurais.

A dinâmica em curso dos equipamentos da segurança social é marcada pelo aumento significativo do seu número, ainda que, esse aumento, apresente ritmos diferenciados nos vários concelhos, destacando-se uma oposição entre os do litoral, que sofrem maiores aumentos, quer dos equipamentos de apoio às crianças e jovens, quer à terceira idade, enquanto que, os do interior, mais rural, sofrem maiores aumentos nos equipamentos para a terceira idade, devido ao seu maior envelhecimento populacional. Esta distribuição diferenciada e o maior isolamento dos idosos, com graves carências financeiras, dado o nível das pensões serem muito baixas, deverá ser acautelado, procurando-se investir mais nos lares de terceira idade e nos centros de dia, equipamentos estes que poderão colmatar o decrescente apoio intergeracional e o enfraquecimento da Sociedade-Providência tradicional.

Nos próximos dez anos é possível carrear o Alto Lima para o desenvolvimento sustentável se ao nível dos equipamentos e pensões da segurança social houver particular atenção com: as mudanças ao nível familiar e social, nomeadamente, a crescente participação da mulher no mercado de trabalho e o enfraquecimento da Sociedade-Providência tradicional, exigem que se invista mais nestes tipos de equipamentos, quer os de apoio às crianças e jovens, quer, particularmente, os de apoio à terceira idade, devido ao envelhecimento da população, o maior isolamento dos idosos e às suas graves carências financeiras.

Refira-se, ainda, a necessidade de se intensificar os acordos celebrados entre o Centro Regional de Segurança Social e as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

A teia de relações que os equipamentos da segurança social estabelecem, com todos os sectores económicos e com a sociedade em geral, são de tal forma vastos que o seu contributo para a promoção do desenvolvimento da região é importante porque: cria novos postos de trabalho (sobretudo destinados à mão-de-obra feminina); dá um auxílio fundamental, à população trabalhadora, especialmente às mulheres e são parceiros fundamentais das empresas.

No que respeita à **saúde** existe uma excessiva **concentração dos serviços** face à dimensão e características geográficas, demográficas e socio-económicas do Alto Minho.

Estando o interior do Alto Minho cada vez mais envelhecido demograficamente, é ainda manifestamente escasso o número de centros de saúde onde existem sobretudo médicos sem especialidade ou generalistas.

Note-se todavia, que o Ministério da Saúde aumentou substantivamente, entre 1990 e 1999, o número de centros de saúde e extensões em todos os concelhos e que o número de enfermeiros cresceu em todo o Alto Minho.

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do investimento na rede pré-escolar e de apoio aos jovens; • Possibilidade de reconversão das escolas do 1º ciclo do básico, que se encontram fechadas, para equipamentos de ensino pré-escolar, ATL's ou até mesmo de apoio à terceira idade; • Aumento do investimento em equipamentos de apoio à terceira idade; • Celebração de um maior número de acordos entre a Segurança Social e Instituições Particulares de Solidariedade Social, para melhorar e tornar mais barata a descentralização dos equipamentos pré-escolar, ATL's e de apoio à terceira idade; • Incremento do número de centros de saúde em todos os concelhos; • Aumento do pessoal de enfermagem em todos os concelhos; 	<ul style="list-style-type: none"> • A rede de estabelecimentos do pré-escolar apresenta uma evolução positiva nos últimos anos, mas regista ainda um grau de cobertura insuficiente face às necessidades actuais e às que se perspectivam pelo movimento tendencialmente crescente de entrada da mulher no mercado de trabalho; • Grau de cobertura insuficiente de ATL's face às necessidades actuais das famílias; • Forte envelhecimento da população, com tendência a agravar-se no futuro, situação que torna-se grave para a sustentação do sistema de segurança social; • A rede de estabelecimentos de apoio à terceira idade apresenta uma evolução positiva nos últimos anos, mas regista ainda um grau de cobertura insuficiente, situação que é cada vez mais problemática, dada a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, às maiores dificuldades de apoio intergeracional e perda das redes de apoio de vizinhança e entreaajuda; • Escasso número de médicos nos concelhos do interior; • Ausência de médicos – especialistas em quase todos os concelhos.

De futuro, o contributo dos equipamentos e pensões da segurança social para a promoção do desenvolvimento sustentável do Alto Minho poderá ser monitorizado utilizando indicadores de: avaliação da evolução da estrutura etária da população; evolução da taxa de actividade feminina; evolução do nível de pensões e evolução do número de utentes e listas de espera para os diferentes equipamentos.

11. ACESSIBILIDADES E COMUNICAÇÕES

11.1. A rede viária

O Alto Minho interpõe-se entre duas áreas de grande dinamismo demográfico e económico – a Área Metropolitana do Porto e a Galiza (Porto – Vigo – Santiago de Compostela – Corunha). Esta posição relativa só poderá traduzir-se em desenvolvimento intra-regional se corporizar um elo essencial na relação inter-regiões e não apenas um ponto de passagem. Para converter a sua posição geográfica numa mais valia, o desenho e a articulação hierárquica da rede viária é determinante. Pretende-se que a acessibilidade torne as distâncias-tempo internas menores e que os traçados motivem incursões apelativas pelo interior da região. Se assim não for, o Alto Minho, corre sérios riscos de ser aspirado – a norte e a sul – esvaziando-se de competências para seduzir os investimentos e os recursos humanos imprescindíveis ao desenvolvimento.

A diferenciação altimétrica, a extensão das áreas de grande valor patrimonial natural – frágeis e vulneráveis – e a dispersão do povoamento dificultam a escolha da *teia viária* que sirva, simultaneamente, o tecido produtivo, as pessoas, a biodiversidade faunística e florística e a qualidade cénica da paisagem.

A estrutura viária existente assenta, fundamentalmente, em dois eixos Norte-Sul, sensivelmente paralelos - o IP-1 e o IC-1 – que dividem o território minhoto em duas partes desiguais: o litoral até à A3 (IP1) cuja acessibilidade é razoável; e o interior para leste da A3 (IP1) onde a morfologia e a qualidade e diversidade da rede viária desencorajam a mobilidade tornando-a morosa e, quantas vezes até, pouco apelativa e perigosa (Fig. 11. 1).

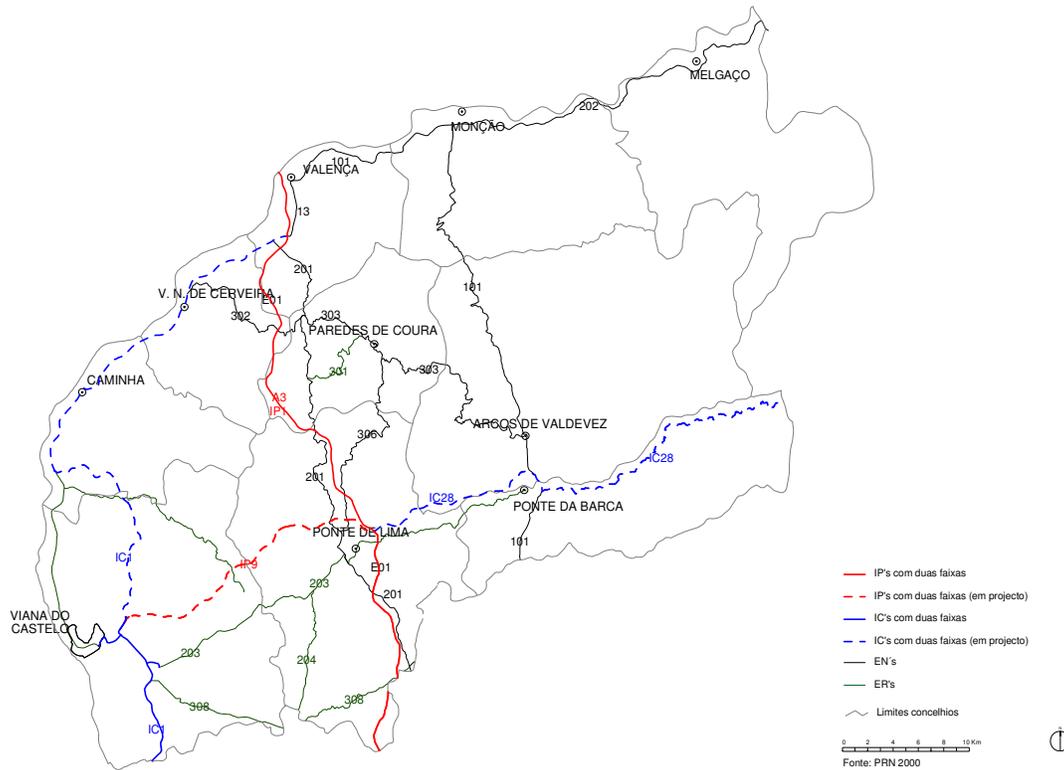
A ausência de adequados eixos transversais como o IP9 e o IC28 previstos, mas ainda não concluídos, impedem a circulação interna e a penetração nos territórios para nascente da A3 (IP1), como é o caso de Ponte da Barca, Arcos de Valdevez ou Melgaço.

À exceção de Viana do Castelo, a taxa de motorização na região é inferior à média da região norte (Quadro 11.I). Dentro do Alto Minho, destacam-se ainda, com valores comparativamente superiores, Caminha, Valença e Vila Nova de Cerveira.

Quadro 11. I – Taxa de motorização no alto Minho, CCRN, 1999.

	Taxa de Motorização (veículos/1000 hab), 1997.
Região Norte	373
Alto Minho	349
Arcos de Valdevez	275
Caminha	385
Melgaço	313
Monção	321
Paredes de Coura	323
Ponte da Barca	303
Ponte de Lima	309
Valença	358
Viana do Castelo	403
Vila Nova de Cerveira	361

FIG. 11.1 - REDE VIÁRIA DO ALTO MINHO



Se recordarmos que a taxa de motorização média do Alto Minho passou de 110 veículos/1000hab (em 1991), para 349 veículos/1000hab (em 1997), compreende-se que a baixa densidade da rede viária é um dos principais constrangimentos ao desenvolvimento regional.

Para além disso, o reforço da rede concretizado até agora, não mitigou nem ultrapassou as, histórica e geograficamente enraizadas, fracas acessibilidades entre as duas bacias hidrográficas – a do Minho e a do Lima.

As vias já construídas ou em vias de construção no actual Plano Rodoviário Nacional, permite adivinhar o reforço:

- i) do **arco litoral- ribeirinho do Minho** (Viana do Castelo – Caminha – Vila Nova de Cerveira – Valença) através do IC1 e da ER13;
- ii) do **eixo litoral – ribeirinho do Lima** (Viana do Castelo - Ponte de Lima – Ponte da Barca – Arcos de Valdevez) através do IC28 e IP9;
- iii) a **franja envolvente da A3/IP1** (Ponte de Lima – Paredes de Coura – Valença – Monção);

A possibilidade de cruzar a fronteira sem passar por Valença tem já evidenciado impactes negativos na vitalidade do centro urbano que era, por excelência, *a passagem da fronteira* no Alto Minho.

Viana do Castelo, deixou de ser também, com a abertura da A3/IP1, passagem obrigatória para quem pretende deslocar-se entre a Galiza e o norte de Portugal, ou para quem se desloca para Valença, Monção ou Melgaço, ou ainda para Ponte de Lima, Ponte da Barca ou Arcos de Valdevez.

Se as vias transversais previstas – IP9 e IC 28 – não forem construídas rapidamente e se as ER's, as EM's e as pontes internacionais (Melgaço/Arbo, Monção/Salvaterra do Miño, Valença/Tuy, Vila Nova de Cerveira/Goyan) não forem construídas ou melhoradas, a presença da A3/IP1, poderá fazer *esquecer* completamente esta região num extenso e rápido corredor de ligação transfronteiriço Lisboa-Porto-Braga-Valença-Vigo-La Coruña.

Todas as câmaras municipais do Alto Minho aproveitaram financiamentos do QCA II através do PRONORTE para melhorar as suas acessibilidades intra e inter-concelhias (Fig. 11.2).

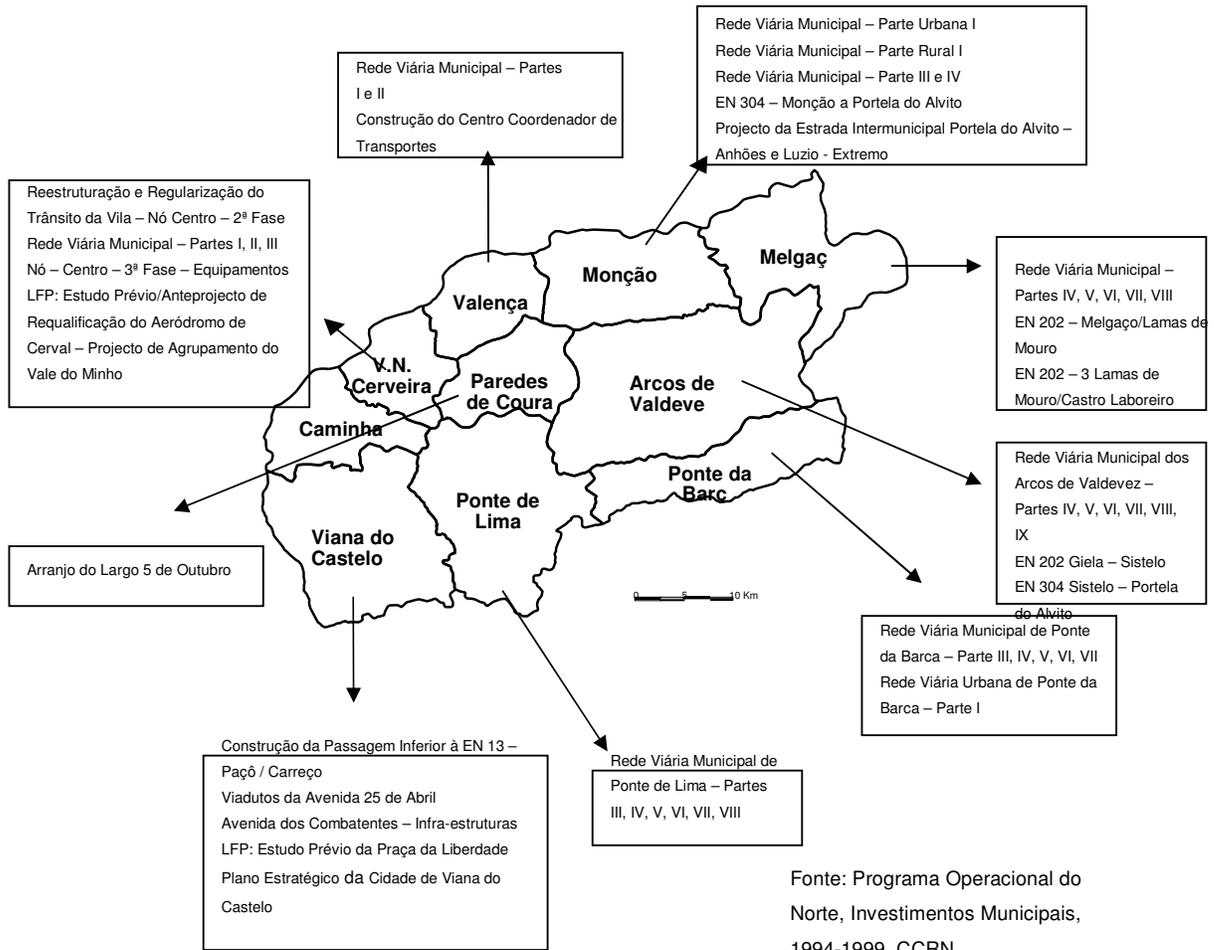
No âmbito do PRONORTE, a Câmara Municipal de **Melgaço** investiu na abertura, rectificação e pavimentação de vias municipais e de estradas nacionais desclassificadas. Melhorou, também, a circulação viária na sede do concelho.

Alguns dos exemplos mais significativos são a interligação de aglomerados, racionalização dos transportes, valorização dos recursos naturais e da urbanidade da sede de concelho. Os trabalhos, estendidos por cerca de 35 Km, constaram, essencialmente, de movimentos de terra para abertura e rectificação de traçados, drenagens e pavimentações, incluindo o assentamento de infra-estruturas básicas em arruamentos, praças e percursos pedonais da vila (ex.: rotunda da calçada, EN 202-Melgaço a Lamas de Mouro, caminho de Pomares a Couso, zona envolvente da piscina – objecto de arranjo urbanístico -, caminho de Ervedal a Alcobaça, caminho de Touças a Lamas de Mouro).

A Câmara Municipal de **Monção**, nas suas candidaturas ao PRONORTE, investiu na abertura, rectificação e pavimentação de vias municipais e da EN 304 (desclassificada) no troço Portela do Alvito e reforçou as acessibilidades ao centro da vila. Melhorou substancialmente a estruturação das conexões

com a rede existente (ex.: EM 503 – Cachada a Ponte Nova, acesso à freguesia de Abedim, acesso a S.Pedro, EM 503 – 1 – Cachada a Vilar, acesso à Escola Secundária).

Figura 11.2 ACÇÕES PRONORTE – QCA II



Paredes de Coura, ao optar pela concretização do arranjo urbanístico do Largo 5 de Outubro (criação de uma zona verde de lazer, beneficiação do acesso, de pavimentações e de ordenamento do trânsito automóvel na área, incluindo a criação de lugares de estacionamento – 80 lugares), pretendeu reforçar a imagem urbana da vila e acentuar a visão de conjunto da unidade territorial em que se insere.

Valença preferiu, no âmbito do Pronorte, proceder à remodelação de algumas vias municipais, melhorando as conexões com a rede viária existente e diminuindo a distância-tempo à sede de concelho.

A estrada interior de Ganfei, a estrada das Azenhas e Estrada de Monte de Faro a Sanfins são alguns exemplos da beneficiação da rede viária.

Os melhoramentos efectuados proporcionaram uma ligação mais rápida entre freguesias e destas à sede do concelho.

O *Centro Coordenador de Transportes*, com capacidade para 12 autocarros, é um terminal rodoviário de grande impacto local para reforçar a importância de Valença.

Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima privilegiaram a rectificação e pavimentação de vias municipais e estradas nacionais desclassificadas. O objectivo fundamental foi o de reforçar as estruturas de movimentação interna e suas conexões com a rede existente.

Viana do Castelo, enquanto concelho -sede distrital, realizou as suas obras no sentido de valorizar o espaço urbano, qualificando-o enquanto único pólo regional capaz de ombrear com as cidades médias vizinhas, com a AMP e com a Galiza.

11.2. A rede ferroviária

A rede ferroviária na área assume um papel algo reduzido, resumindo-se a uma única via, constituída pela Linha do Minho, que estabelece a ligação entre o Porto e Valença.

Quando entra em Espanha, estabelece a ligação a La Coruña, passando pelos principais centros económicos da região da Galiza, como Vigo, Pontevedra, Santiago de Compostela.

Registaram-se alguns investimentos no sentido da modernização da linha do Minho, relacionados com vias, sinalização e telecomunicações. Estes investimentos seriam considerados de vital importância se fossem alargados a toda a extensão da linha, uma vez que foi apenas beneficiada a ligação Porto – Braga e ramal de ligação ao porto comercial de Viana do Castelo. Esta linha deverá ser enquadrada na Rede Transeuropeia de Transporte Ferroviário de Mercadorias. Esta região deverá, também, ser

beneficiada com a Linha 1 da Rede de Alta Velocidade (RAVE), no Eixo Atlântico que liga o Centro e o Norte de Portugal com a Galiza, em Espanha – linha Lisboa – Porto – Vigo.

11.3. O porto de Viana do Castelo

O porto de Viana do Castelo apresenta um importante interesse estratégico para o desenvolvimento regional, constituído por uma vertente comercial, outra de pesca e de recreio, e ainda outra de suporte à actividade da construção e reparação naval.

O porto comercial, na margem sul, tem capacidade para receber mais de 900 000 toneladas de carga/ano, envolvendo navios com calado que poderá atingir entre os 8 metros e os 180 metros de comprimento.

Este porto movimenta granéis sólidos (cimento, caulino, fertilizantes e estilha de madeira), granéis líquidos (asfalto) e carga geral fraccionada (madeira em toros e paletes, alumínio, papel Kraft, aço, granito) e carga *Roll – On / Roll – Off*.

Na margem norte, junto à ponte rodo-ferroviária, localiza-se o porto de recreio, com docas a montante (para embarcações de menor porte) e jusante da mesma. Esta infraestrutura apresenta um enorme potencial para a navegação de recreio, facto comprovado pelo aumento de navegação deste tipo.

A reconversão da antiga doca comercial para marina oceânica vem acentuar esta potencialidade, tendo esta, capacidade para embarcações superiores a 20 metros de comprimento e com calado até 4 metros.

Este porto apresenta um conjunto de diferentes valências como a industrial, comercial e de recreio náutico.

A componente industrial, essencialmente traduzida pelos estaleiros navais, assume uma presença importante no tecido industrial regional.

As componentes comercial e de recreio náutico, que coexistiram já, na margem direita do Rio Lima, registaram uma separação quer operacional quer funcional, sendo que a componente de recreio náutico se mantém junto ao casco histórico.

A proximidade de Leixões e Vigo tem sido uma ameaça que lhe dificultou a definição da sua vocação estratégica e do seu espaço de crescimento e sobrevivência.

O porto de pesca está localizado na margem norte do rio Lima, junto à Foz, e serve de base a uma frota pesqueira significativa.

Adjacente ao porto de pesca, encontram-se os estaleiros navais de Viana do Castelo, associados sobretudo à reparação de navios e construção de navios químicos, petroleiros, porta contentores, de carga geral e vasos de guerra.

Ainda foi construída a totalidade da infra-estrutura e há alguma desarticulação com outras redes de infra-estruturas, nomeadamente a rodoviária e ferroviária, com acessos muito pouco melhorados. Não têm sido, também, asseguradas as melhores condições de acesso marítimo, devido a custos elevados de dragagens de desassoreamentos.

Está, no entanto, projectada uma melhoria no que respeita aos acessos rodoviários ao porto, e a construção de base de uma ligação ferroviária à linha do Minho.

O ramal ferroviário em estudo, que recuperará uma idêntica ideia realizada no antigo porto comercial da margem norte, vai ampliar aqueles territórios mas, sobretudo, permitir a captação, num trabalho conjugado de diferentes actores locais e regionais, de investimentos empresariais que beneficiarão com a presença de um sistema de transportes tri-modal (marítimo, rodoviário e ferroviário), e com o modo aéreo a uma distância-tempo de trinta minutos

Apesar de factores desfavoráveis ao funcionamento desta infra-estrutura, esta representa uma função importante na expansão do *hinterland* da cidade de Viana do Castelo, pela entrada de mercadorias para o Norte de Portugal, Sudoeste da Galiza, e mesmo ao nível de todo o território nacional, no caso de produtos alimentares.

O porto de Viana tem ao serviço, cerca de 2400 trabalhadores que estão associados directa ou indirectamente (Portucel) ao porto. Neste âmbito, importa considerar os Estaleiros Navais (1 172) e os Agentes de Navegação e pescadores (Quadro 11. II).

Do movimento de mercadorias no porto de Viana do Castelo (Fig. 11.2), destaca-se um aumento de cerca de 231% de mercadorias desembarcadas, e um aumento de 187% no total de mercadorias movimentadas, o que demonstra a importância crescente desta infraestrutura na região.

Em 2001, destacaram-se, no conjunto de mercadorias desembarcadas, o cimento (335097 ton), a madeira de pinho/eucalipto (257151 ton), a areia (99176 ton) e a madeira estrangeira toros/pranchas (72097 ton).

No conjunto das mercadorias embarcadas, destacou-se, no ano transacto, o papel *Kraft* (72 781 ton).

No que respeita aos portos de origem da mercadoria desembarcada no Porto de Viana, destacaram-se em 2001, Alicante, Antuérpia, Barletta, Bassens, Bilbao, Bourdeaux, Brake, Bromborough, Dunkerque, Cardiff, Port Jerome, Rochefort, entre outros, no interior da União Europeia, e Boma, Douala, Izmir, Libreville, Matadi, Pointe Noire, extra União Europeia. Isto é, a maioria das importações é proveniente da União Europeia.

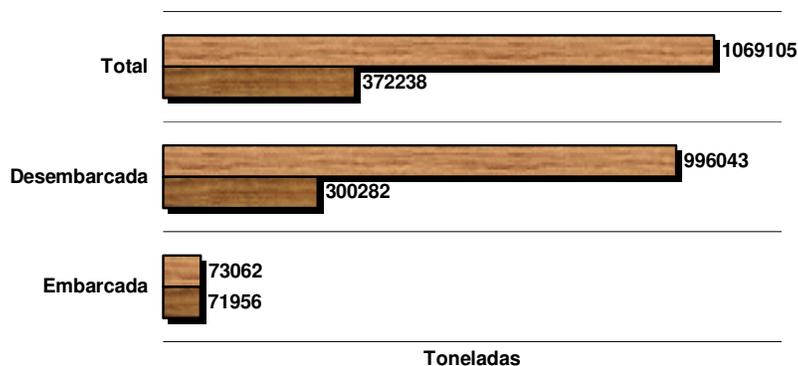


Fig. 11.2 Movimento de Mercadorias no porto de Viana do Castelo entre 1996 e 2001 (Instituto Portuário do Norte, Fevereiro de 2002).

Relativamente à mercadoria embarcada esta destinou-se aos portos do interior da União Europeia, nomeadamente, Slite Handelshamn, Rouen, Great Yarmouth, Las Palmas e Le Verdon.

No âmbito do número de navios comerciais movimentados no porto (Quadro 11.IV), registou-se um aumento entre 1997 e 2001, de 267 para 369 respectivamente – o que significa uma variação positiva de mais de cem navios, em apenas quatro anos.

No restante conjunto considerado para a movimentação de navios no porto, como reparação, construções, arribados e navios de guerra (Quadro 11.V), regista-se um ligeiro aumento (1997 – 2001) para a reparação e para a classe de arribados.

Para a construção (13 – 4) e movimentação de navios de guerra (52 – 10) registou-se uma diminuição no período considerado.

No que respeita à taxa de ocupação das docas de recreio (a montante e jusante da ponte rodo – ferroviária), registaram-se, em ambas, valores significativos, 86% e 99%, respectivamente, em 2001 (Quadro 11.VI).

No conjunto da Região Norte, este porto representa um suporte importante à actividade piscatória, uma vez que representa mais de 50% do total de embarcações.

Em conjunto com os restantes cinco portos marítimos europeus³⁸, o porto de Viana do Castelo está envolvido num projecto de parceria centrado nas necessidades dos portos em termos de desenvolvimento económico. O projecto designado EDIMAR, insere-se no âmbito do desenvolvimento económico de regiões marítimas, financiado pelo Fundo Regional Europeu.

Uma vez definidas as potencialidades e estrangulamentos de cada região, foi estabelecida uma estratégia de cooperação no sentido de criação de emprego e incremento de oportunidades de exportação de negócios entre os casos envolvidos, visando, essencialmente, o aumento da actividade empresarial de cada um dos portos e o seu *hinterland*, no que se refere ao desenvolvimento portuário, desenvolvimento de pequenas e médias empresas, desenvolvimento do sector do turismo e concretização de parcerias. Esta estratégia é concretizada através de autoridades locais, agências de desenvolvimento, autoridades portuárias, associações empresariais e industriais.

11.4. Aeródromos

A Área de implantação do aeródromo já se encontra qualificada como acção prioritária a implementar – aeródromo de Cerval. Este espaço localiza-se no interior de uma área florestal qualificada como Unidade Operativa de Planeamento e Gestão, e objecto de plano especial.

A actual utilização do aeródromo é predominantemente desportiva. Este equipamento visa também, o apoio ao combate a incêndios, sendo caracterizada por alguma sazonalidade, pelo que deve constituir uma actividade complementar da exploração corrente da infraestrutura.

³⁸ Portos de Cuxhaven(Alemanha), Brindisi (Itália), Swansea (Reino Unido), Cork (Irlanda), Bastia (Córsega).

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Posição central num eixo de considerável dinamismo demográfico e económico, aspirando esta região, na figura da cidade de Viana do Castelo, a constituir um nó de intermediação entre a dinâmica transfronteiriça (a Norte) e a metropolitana (a Sul); • A auto-estrada Porto - Valença (A3/IP1) rasga perpendicularmente pelo interior e é elo de ligação principal à Galiza; • O IC1 Porto - Viana do Castelo ligando o litoral, que espera o arranque do prolongamento até Caminha, com possível extensão a Vila Nova de Cerveira, acrescentando a sua utilidade como eixo de ligação à Galiza; três novas pontes internacionais – Melgaço/Arbo, Monção / Salvaterra do Miño e Valença / Tuy, encontrando-se a ligação Cerveira / Goyan já em construção; • Necessidade de conclusão do IC1 até Caminha e Valença, assumindo-se este, cada vez mais como itinerário complementar à auto-estrada, de aproximação das localidades litorais e acesso à Galiza; • Falta de concretização do IP9/IC28 entre Viana do Castelo e Arcos de Valdevez, atravessando diagonalmente a região e unindo centros de média dimensão, mas de elevada afinidade; • Ausência de uma ligação entre o nó da A3 e Paredes de Coura • A rede rodoviária é pouco conectada, resumindo-se à ligação dos vales e das localidades mais importantes à rede principal. O traçado e a qualidade das estradas é pouco adequado às necessidades de circulação actuais, pelo que se detecta a inexistência de uma rede intermédia de estradas que articule as vias existentes e projectadas de carácter nacional com a malha densa de nível municipal; • Esta região deverá ser beneficiada com a Linha 1 da Rede de Alta Velocidade (RAVE), no Eixo Atlântico que liga o Centro e o Norte de Portugal com a Galiza, em Espanha – linha Lisboa – Porto – Vigo; • O porto de Viana do Castelo constitui uma importante infraestrutura para a dinamização da actividade económica do Alto Minho, em geral e da cidade de Viana do Castelo, em particular. Integra três componentes fundamentais: comercial, de pesca e de recreio, servindo ainda de suporte à actividade da construção e reparação naval; • Foram remodelados vários caminhos e estradas de âmbito municipal, em áreas concelhias pontuais, ao abrigo do Pronorte, contribuindo desta forma para uma melhoria acentuada da rede viária, no sentido de um aumento de acessibilidade relativamente a áreas urbanas próximas, meios de produção e prestação de serviços; 	<ul style="list-style-type: none"> • A estrutura viária assenta fundamentalmente em dois eixos Norte-Sul, sensivelmente paralelos, o IP-1 e o IC-1, não se registando, até à actualidade, eixos transversais de destaque (IP9 e IC28 não concluídos) em termos de articulação do litoral e a concelhos do interior da região; • As ligações ao interior da região, constituem uma das principais debilidades da articulação intra-regional; • A região manifesta uma fraca acessibilidade intra e inter-regional, condicionada por factores históricos e geográficos, levando não apenas à periferização da região mas também a uma organização territorial estruturada ao longo de dois sub-sistemas - Vales do Lima e Minho – com algumas dificuldades na permeabilidade entre ambos; • Grande dispersão do povoamento, com custos acrescidos dos serviços públicos (saneamento básico, rede viária, transportes e equipamentos colectivos); • Criação de grandes dependências funcionais relativamente a centros urbanos exteriores ao território do Alto Minho (como Braga, Porto e Vigo); • Das quatro vias com características de IP ou IC que cruzam o Alto Minho – IP1, IP9, IC1 e IC28 – apenas o Itinerário Complementar 1 e o Itinerário Principal 1 estão já concluídos dentro dos limites da área, sendo fundamentais na dinâmica que se pretende empreender para o Alto Minho, apesar de alguns aspectos negativos associados aos mesmos, como a possibilidade de atribuírem a esta área, características de atravessamento (o que seria um efeito nulo ou negativo para o Alto Minho), caso não sejam devidamente enquadradas por medidas de reforço das acessibilidades intra-regionais; • Estes eixos significam uma profunda reformulação da rede rodoviária, quer quanto à definição dos seus eixos estruturantes, quer ainda no que se refere à componente de reforço das acessibilidades com a sua envolvente regional, assumindo-se como um eixo litoral peninsular de promoção das acessibilidades inter-regional e transeuropeia; • A rede ferroviária na área assume um papel algo reduzido e desadequado, resumindo-se a uma única via, constituída pela Linha do Minho; • A forte supremacia dos portos muito próximos e bem equipados de Leixões e de Vigo, bem como o baixo nível de cabotagem existente entre os portos peninsulares, têm dificultado a afirmação e articulação do porto de Viana como porto complementar daqueles. Por outro, a deficiente integração viária e a não disponibilidade de ligação ferroviária ao porto comercial, dificulta a concretização do seu hinterland potencial definido nos estudos técnicos, que abrangem os distritos de Braga e Vila Real; • Indefinições de programação de vias de interligação de alguns municípios à A3; • Contínuo adiamento da melhoria do eixo ferroviário transfronteiriço.

12. SISTEMA URBANO

12.1. Considerações preliminares

O sistema urbano continua a ser um instrumento essencial à concretização de uma política de desenvolvimento sustentável em qualquer escala espacial. No Alto Minho, face às características geográficas a sua estruturação e hierarquização revela-se particularmente pertinente enquanto veículo e motor de todos os instrumentos de intervenção.

Pelo que ficou dito até agora, compreende-se que estamos perante um espaço complexo, multifacetado e em dinâmicas demográficas e socio-económicas muito variadas. Articular as iniciativas de atracção de investimento e emprego, fixar população, cativar os cidadãos melhor qualificados, conviver com a posição de corredor de passagem entre duas áreas de grande dinamismo – a AMP/Ave e a Galiza – sem delapidar o património natural, nem facilitar o abandono da ruralidade, é uma tarefa que implica o desenho de uma rede urbana cerzida em moldes adequados ao suporte humano e biogeofísico existente.

É nos centros urbanos que germinam as mudanças económicas, tecnológicas, políticas, sociais e culturais. Partem deles, normalmente, os *sinais de viragem* para a reconfiguração territorial de qualquer região.

O Minho-Lima tem sido sofrido uma forte dinâmica de urbanização do litoral – sobretudo numa estreita faixa que ocupa o seu limite W- e de uma incursão cada vez mais numerosa de residentes de férias e fins-de-semana que se dispersam pelo interior serrano em busca da fruição de contextos paisagísticos aprazíveis.

Nos últimos anos, o Minho-Lima evidenciou:

- uma diminuição do peso económico e da população dependente do sector agro-florestal, favorecendo o sector industrial e os serviços (veja-se as análises desenvolvidas nos capítulos, 3, 4, 5 e 6);
- a difusão da habitação secundária nos espaços rurais e de praia, da habitação individual nos espaços periféricos e mobilidade residencial de populações das freguesias rurais em direcção às sedes concelhias e/ou freguesias periféricas a estas (veja-se a análise desenvolvida no capítulo 2);
- o alargamento dos espaços vividos, dos espaços de emprego, de consumo e de lazer, que passaram a integrar indiferenciadamente áreas urbanas, áreas rurais e espaços naturais (veja-se a análise desenvolvida nos capítulos 3, 4, 5, 6, 8 e 9);

- um aumento da mobilidade espacial, permitindo à população frequentar vários espaços que se cruzam, interpenetram e interligam quotidianamente.

Apesar da diversidade urbano-territorial do Minho-Lima ser talvez um dos potenciais estratégicos cruciais, para o seu desenvolvimento, a perda populacional no espaço rural foi muito significativa e os pequenos centros resistiram de diferentes formas aos processos de regressão demográfica da última década.

O Minho-Lima é a área do país que apresenta um padrão de povoamento mais disperso. Na verdade, em 1991³⁹, 43,3% da população vivia isolada ou em aglomerados com menos de 100 habitantes (na Região Norte e no Continente o mesmo indicador apresentava, respectivamente os valores de 15,0% e 10,6%) e apenas cerca de 25 % da população vivia em aglomerados com mais de 500 habitantes, apesar de constatarmos que durante a década de 90, ter-se reforçado a tendência de concentração da população nas sedes concelhias e freguesias limítrofes (ver análise desenvolvida no capítulo 2), situação, aliás já registada na década de oitenta.

Esta dispersão, tem, por um lado, causas históricas (particularmente, o favorecimento, desde a antiguidade da fragmentação sucessiva da propriedade e a introdução do milho que induziu o estreitamento da ligação à terra), por outro, económicas (economia rural baseada sobretudo na policultura intensiva e na auto-subsistência familiar) e ainda razões de ordem geográfica - o relevo acidentado, a fertilidade dos vales e o isolamento das aldeias, sobretudo as de montanha.

Apesar destas características, a **densidade populacional** da área em estudo, em 2001 (112,6 hab. Km²), não sendo tão elevada como em outras regiões nortenhas, é ainda, assim, ligeiramente **superior** à média do **país** (111,1 hab. Km²).

Os vales dos principais rios que atravessam a área, Minho, Lima, Coura, Vez e Neiva, apresentam condições favoráveis à fixação e densificação da população, desenvolvendo-se uma economia baseada na policultura intensiva de regadio associada à criação de gado bovino. É aqui que encontramos os principais centros populacionais como Viana do Castelo, Ponte de Lima, Caminha, Valença, Monção e Arcos de Valdevez, onde as densidades se elevam acima dos 1000 hab. Km².

Embora não possuam limiares demográficos significativos (à excepção de Viana do Castelo), estes centros urbanos conseguiram polarizar as freguesias envolventes, onde as densidades se elevam acima dos 150 hab. Km², nalgumas mesmo acima dos 500, como em redor de Viana do Castelo, ou mesmo Ponte de Lima.

Embora a densidade populacional se vá atenuando à medida que o relevo se torna mais vigoroso, apenas nas serras da Peneda e de Arga, encontramos uma verdadeira rarefacção demográfica, consequência da forte emigração das décadas de cinquenta e sessenta. Os processos de despovoamento têm continuado a fazer-se a sentir e os espaços rurais mais marginais têm perdido população, permanecendo apenas os mais velhos (veja-se a análise desenvolvida no cap. 2).

³⁹ Infelizmente, ainda não dispomos da população por lugares para 2001.

Existem, no entanto, diferenças interconcelhias importantes que importa realçar. Melgaço, Monção, Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, são concelhos em que tendencialmente a população se dispersa ou aglomera em pequenos núcleos, na sua grande maioria com uma dimensão inferior a 100 habitantes, reflectindo a ruralidade das suas paisagens.

Caminha e Valença são concelhos em que a população se reparte por vários escalões de dimensão de lugares até aos 500 habitantes (exceptuando as sedes concelhias que têm uma dimensão superior aos 1500 habitantes), denotando a importância que a pesca e o turismo tiveram ou mantêm nalguns lugares.

Por fim, Viana do Castelo é um concelho em que cerca de metade da população vive em aglomerados com mais de 500 habitantes, que são sustentados por um processo de industrialização crescente.

12.2- O sistema urbano local

Considerar a rede urbana do Minho-Lima, como um sistema local significa imaginá-la como uma estrutura dotada de determinadas características e especificidades locais, com capacidade de auto-organização em rede, capaz de desencadear dinâmicas e processos de desenvolvimento integrados no sistema urbano nacional (Fig. 12.1).

Se observarmos a **dimensão populacional** de cada centro urbano, procurando definir uma **hierarquia** dos mesmos começamos a ter algumas indicações fundamentais para entender as potenciais centralidades urbanas existentes no Alto Minho.

De um modo geral, os centros urbanos denotam uma reduzida capacidade polarizadora, consequência da falta de limiares demográficos e da debilidade da oferta de emprego e funções.

Saliente-se em primeiro lugar, os processos de urbanização que afectaram a cidade de Viana do Castelo na última década. A cidade expande-se para as freguesias envolventes, havendo uma coabitação entre a cidade consolidada de densidades elevadas (3548 hab./km²), com a cidade fragmentada que cresceu nas últimas décadas (freguesias de Areosa , Meadela , Darque e Portuzelo, com densidades entre os 399 hab./km² e os 1178 hab./km²).

A cidade de **Viana do Castelo** passou de 36 167 para 40 354 habitantes, entre 1991 e 2001, registando um **aumento de 11,6%** (Fig. 12.1 e Fig. 12.2 e Quadro 12.1).

Ponte de Lima na última década, teve, igualmente, um crescimento muito significativo (13,5%), englobando um conjunto de freguesias com densidades que variam entre os 1900 e os 260 hab./km² e com uma dinâmica que se aproxima de Viana do Castelo e de outras cidades intermédias do país.

Este panorama demonstra que os processos de urbanização que afectaram na última década o Noroeste português estenderam-se para Norte e fizeram-se sentir na região do Minho-Lima.

Um dos grandes responsáveis por esta situação, foi, sem dúvida, o reforço das acessibilidades, caso do IC1 (troço já concluído até Viana) e o IP1/A3.

O mapa das densidades populacionais, para 2001 e da variação da população entre 1991 e 2001 (Fig. 2.5 e 2.6 cap. 2) demonstram bem o alastramento das manchas urbanas mais densas ao longo das principais vias de comunicação, visível na ligação Viana do Castelo - Ponte de Lima- Ponte da Barca- Arcos de Valdevez, no eixo linear ao longo do litoral até à fronteira (EN 13) e no eixo rodoviário que liga os centros urbanos fronteiriços (Valença, Monção e Melgaço- EN 101 e 202).

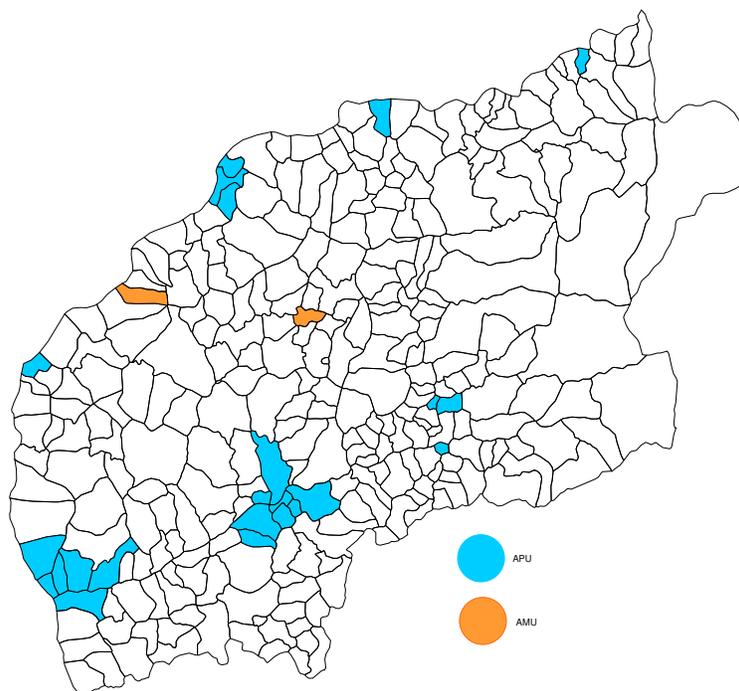


Fig. 12.1 - Áreas Predominantemente Urbanas e Áreas Medianamente Urbanas no Alto Minho (DGOTDU/INE, 1999).

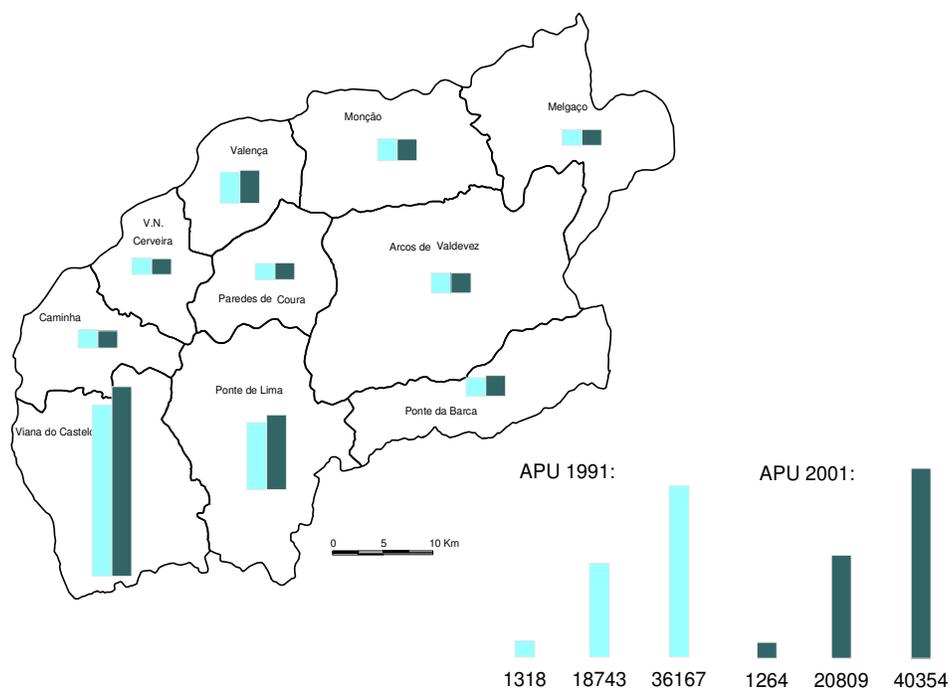


Fig. 12.2 - População Residente nas Áreas Predominantemente Urbanas em 1991 e em 2001 (INE/DGOTDU, Indicadores Urbanos do Continente, 1999).

Quadro 12.1 - População residente nas APU's e AMU Paredes de Coura, 1991 e 2001

APU/AMU	Pop. 1991	% em relação ao total	Pop. 2001	% em relação ao total	Total 1991	Total 2001
Arcos de Valdevez	2249	8,34	2212	8,93	26976	24761
Caminha	1789	11,04	1554	9,10	16207	17069
Melgaço	1318	11,96	1274	12,75	11018	9996
Monção	2592	11,89	2561	12,83	21799	19957
Paredes de Coura*	1379	13,21	1495	15,62	10442	9571
Ponte da Barca	1882	14,32	2308	17,88	13142	12909
Ponte de Lima	12824	29,53	14556	32,83	43421	44343
Valença	4722	31,87	5150	36,30	14815	14187
Viana do Castelo	36167	43,52	40354	45,53	83095	88628
Vila Nova de Cerveira*	1522	16,64	1264	14,28	9144	8852
Total	66444	26,57	72728	29,06	250059	250273

APU Área Predominantemente urbana

* AMU - Área Médiamente Urbana (freguesia sede concelhia)

Quanto aos restantes centros urbanos⁴⁰ (Fig. 12.1 12.2 e Quadro 12.1), **Valença** é o que apresenta a terceira posição em termos demográficos com um aumento de 9,1% entre 1991/200, com 5 150 habitantes em 2001 e uma densidade populacional entre os 273 e 1389 hab./km². Os outros centros urbanos, perdem todos população entre 1991 e 2000, com a excepção de Ponte da Barca que aumenta 23%, podendo-se, contudo, definir-se uma hierarquia, com Monção, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, ocupando a quarta posição, com uma dimensão demográfica, respectivamente de 2561, 2308 e 2212 habitantes e densidades populacionais de 774 hab./km², 2439 hab./km² e 527 hab./km², enquanto que, Caminha, Melgaço, Paredes de Coura⁴¹ e Vila Nova de Cerveira⁴², ocupam a quinta posição, com uma dimensão populacional entre os 1554 e 1264 habitantes e densidades de 2076 hab./km², 724 hab./km², 484 hab./km² e 381 hab./km² (Fig.12.3).

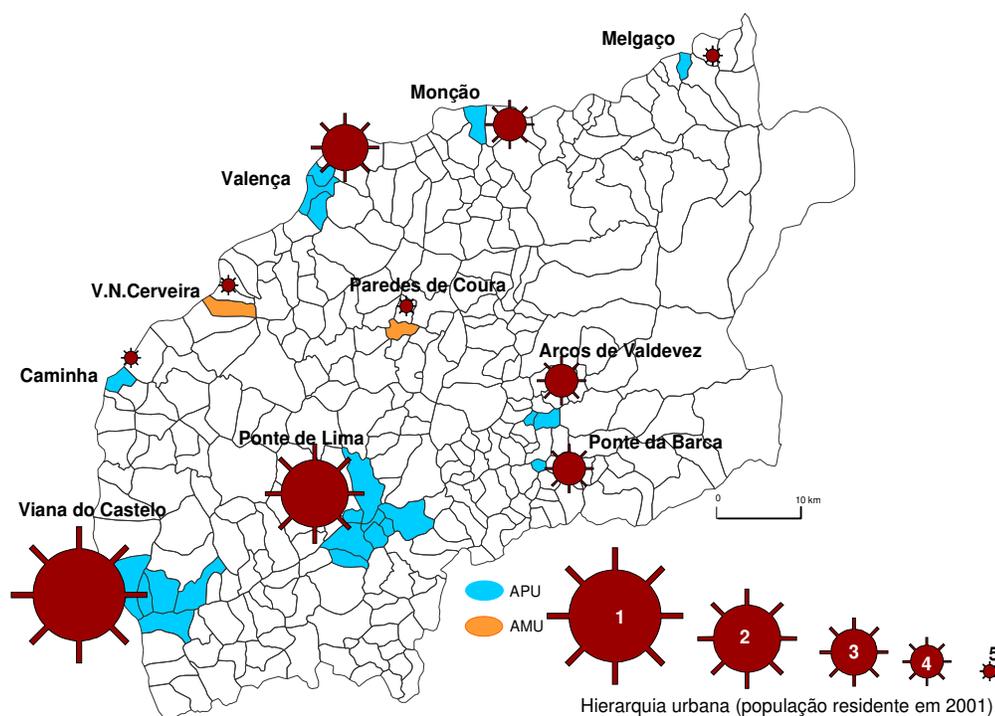


Fig. 12.3 - Hierarquia Urbana do Alto Minho (população nas ÁPU's e na AMU's - Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira, em 2001)

Considerando o que até aqui foi dito é nítido que, a **rede urbana carece de reforço demográfico**, o qual só é possível num quadro de concentração de vontades políticas, no sentido da **qualificação urbana**,

⁴⁰ Consideramos nesta análise, a tipologia de áreas urbanas definidas pelo INE/DGOTDU - *Indicadores Urbanos do Continente*, 1999 (APU e AMU (para o caso das sedes concelhias não consideradas APU).

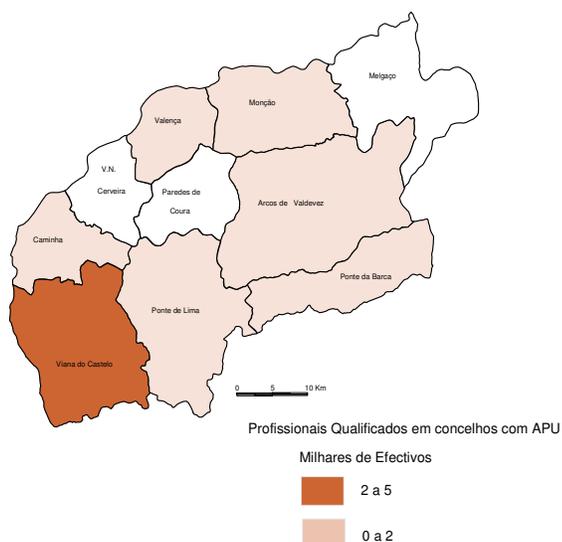
⁴¹ Saliente-se que Paredes de Coura é considerada área mediamente urbana (AMU), Idem, Ib..

⁴² Saliente-se que Vila Nova de Cerveira é considerada área mediamente urbana (AMU), Idem, Ib..

dotando os aglomerados dos equipamentos essenciais, de que carecem, para a satisfação das necessidades básicas da população, para o reforço da sua capacidade atractiva intra e inter-regional e para configurar a hierarquia e as articulações que se impõem.

Note-se que no contexto do sistema urbano nacional⁴³, tendo em conta as funções superiores (as mais raras e exigindo/conferindo classificação superior de recursos humanos e disponibilizando serviços especiais), que foram seleccionadas - a educação - vertente ensino universitário público; saúde - hospitais centrais; justiça - tribunais superiores - **Viana do Castelo**, surge no 3º grupo de áreas urbanas, possuindo, apenas **1 função superior**.

Seguindo a metodologia do trabalho citado⁴⁴, no que toca à qualificação dos activos "de topo", ou seja, "os quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas", "especialistas das profissões intelectuais e científicas" e "técnicos e profissionais de nível intermédio", verifica-se que, apenas Viana do Castelo apresenta valores semelhantes (classe dos 2 a 5 penúltima classe a nível nacional) a outros centros urbanos do litoral (como, por exemplo, Barcelos, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Figueira da Foz, Pombal e Marinha Grande) onde surgem a maioria dos aglomerados melhor posicionados nestas categorias de profissão (Fig. 12.4).



Fonte : DGOTDU - Relatório do Estado do Ordenamento do Território (com base nos dados MTS, 1997)

Fig. 12.4 - Profissionais Qualificados em Concelhos com APU

Dos restantes centros urbanos do Minho-Lima, apenas, Caminha, Valença, Monção, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Ponte de Lima, surgem na última posição (classe 0-2) (Fig. 12.3).

⁴³ DGOTDU - *Relatório do Estado do Ordenamento do Território*, 199, p.116 -117.

⁴⁴ DGOTDU - *Relatório do Estado do Ordenamento do Território*, 199, p.118 -119.

Verifica-se, assim, que o Minho-Lima é uma área com **falta de pessoal mais qualificado**, o que sem dúvida, é um reflexo da sua base produtiva local, pouco modernizada e sem grandes inovações tecnológicas, não favorecendo a atracção de técnicos mais qualificados, denotando a falta de capacidade polarizadora dos seus centros urbanos (Fig. 12.4).

De forma a avaliarmos a estrutura de serviços urbanos, existentes nas APU, utilizamos como fonte de informação os indicadores apresentados no trabalho INE/DGOTDU - Indicadores Urbanos do Continente, que passamos a discriminar:

- número de telefones (1998);
- rede de transportes urbanos (1992 a 1995);
- equipamentos colectivos - Ensino (pré-escolar, Básico e secundário, superior público e privado) (1992, 1998 e 2001) e Saúde (hospital oficial e unidades de saúde) (1998); Cultura e Lazer (biblioteca, museu e recintos de espectáculo)(1996);
- Comércio e serviços : estabelecimentos comerciais (1998); estabelecimentos hoteleiros (1997); farmácias (1997).

A compilação e a análise dos indicadores urbanos considerados para as APU's do Alto Minho evidenciam uma rede urbana unipolar geograficamente muito desequilibrada (Fig. 12.5).

A única área urbana com oferta de comércio, serviços e equipamentos tipicamente urbanos é Viana do Castelo que na complexa geometria do Alto Minho está num dos vértices mais afastados do quadrilátero. Afastado em distância real mas sobretudo, face à morfologia, distante em termos de distância-tempo e distância-custo.

Com base nesta metodologia, parece-nos que, grosso modo, teremos **4 patamares de urbanidade** na região (Fig. 12.6)⁴⁵:

- Viana do Castelo (1303) ocupando o nível 1;
- Ponte de Lima (356) ocupando o nível 2;
- Valença (319), Monção (233), Caminha (179), Arcos de Valdevez (158) e Ponte da Barca (116) ocupando o nível 3;
- Melgaço (82) ocupando o nível 4.

⁴⁵ O somatório do número de unidades nos indicadores considerados evidenciou uma amplitude de variação entre 82 (Melgaço) e 1303 (Viana do Castelo).

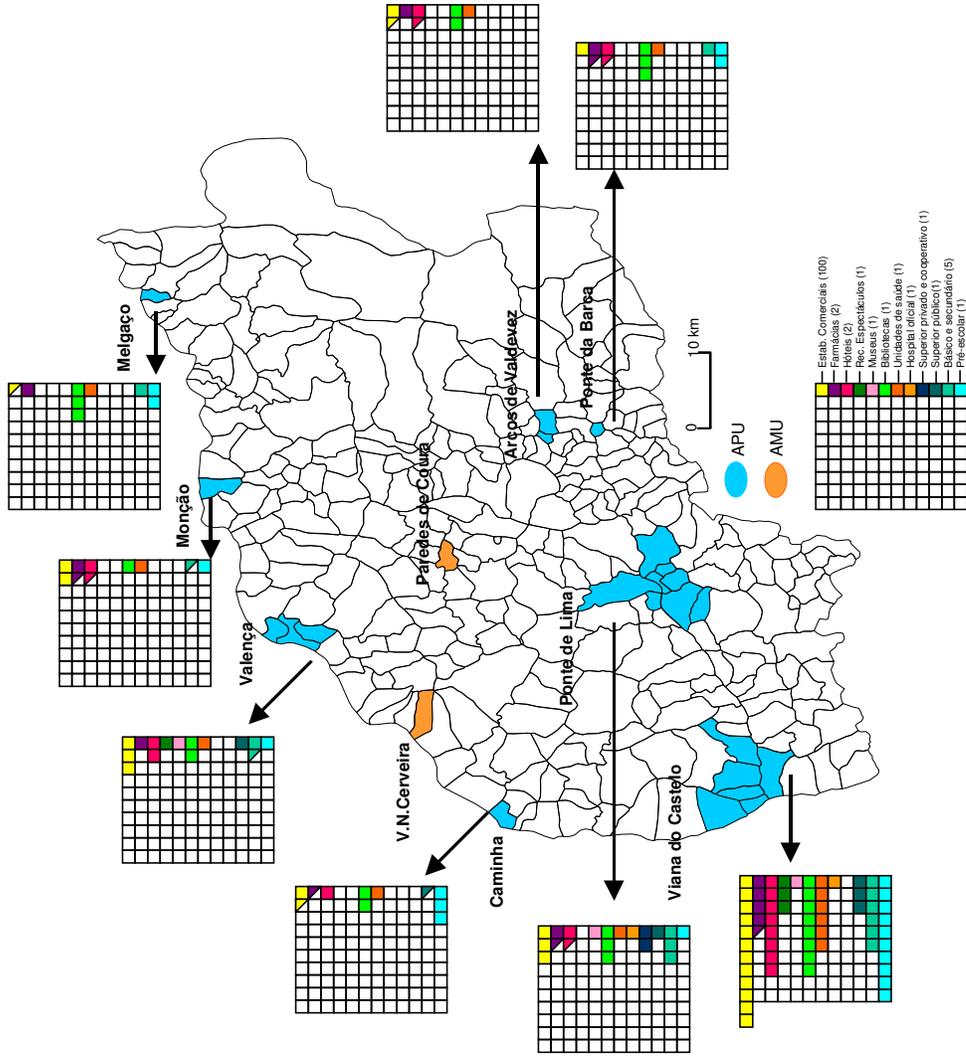


Fig. 12.5 - Hierarquia Urbana das Apuis pela oferta de Comércio, Serviços e Equipamentos Colectivos.

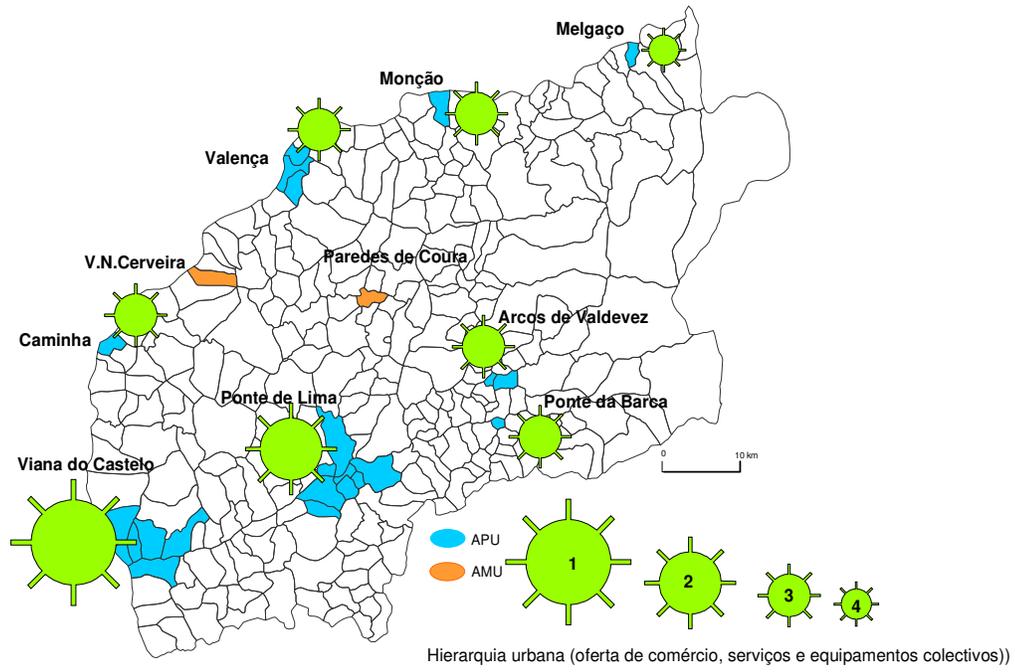


Fig. 12.6 – Hierarquia Urbana do Alto Minho (apreciação dos indicadores de urbanidade).

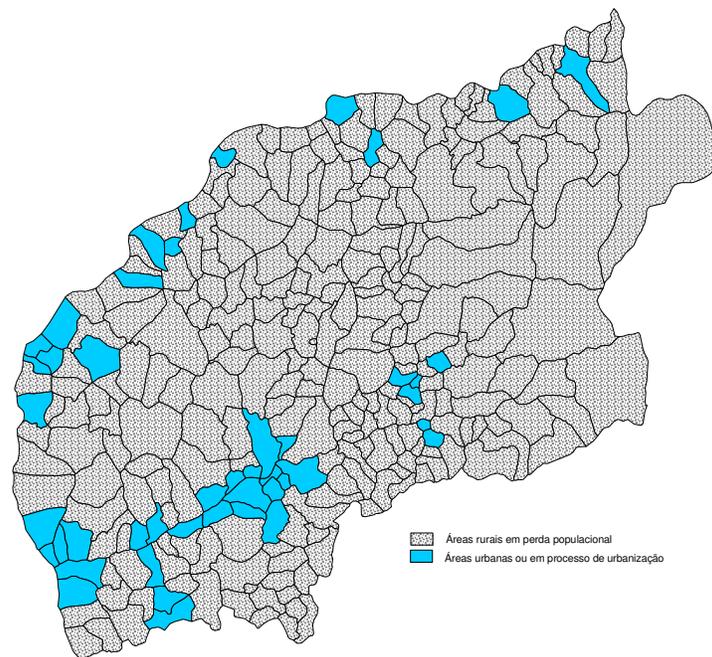
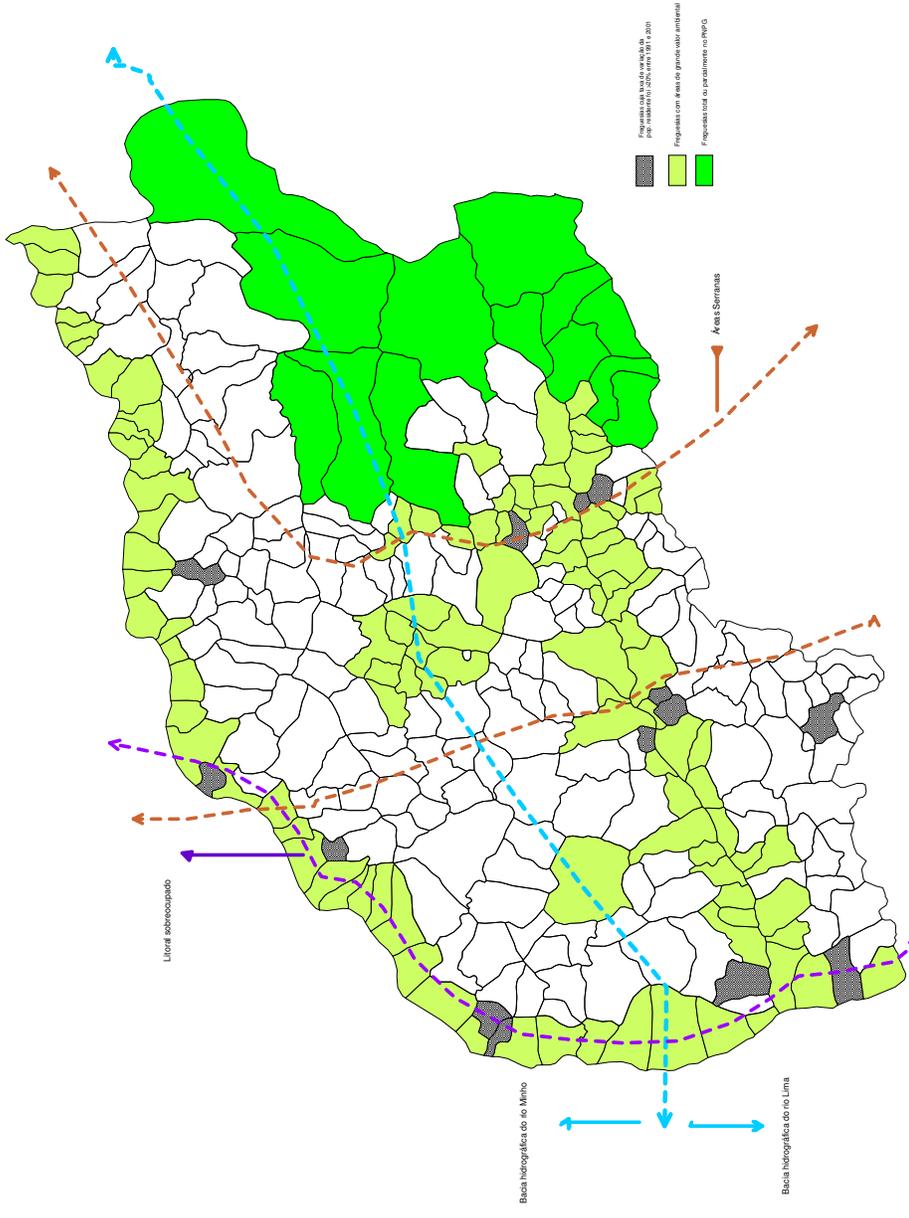


Fig. 12.7 – Áreas em perda populacional e áreas em considerável crescimento demográfico no Alto Minho (INE, 2001).



Propiedades con alta disponibilidad de agua para riego

Propiedades con disponibilidad moderada de agua para riego

Propiedades con poca disponibilidad de agua para riego

Área Serrana

Litoral sobreocupado

Bacia hidrográfica do rio Mollo

Bacia hidrográfica do rio Lima

13. DINÂMICA INSTITUCIONAL

Entre 1994 e 2001, verificou-se um **extraordinário aumento da participação de instituições** das mais diversas naturezas, quer **pré-existent**s, quer **criadas** durante o período, na **realização de projectos** inseridos nos programas de desenvolvimento regional em aplicação no Alto Minho. Os diferentes projectos, com financiamento público e inseridos em programas comunitários, induziram, por seu turno, muitas vezes, a realização de outros projectos de financiamento privado e local.

O **contexto institucional** do Alto Minho **ganhou**, desta forma **espessura**, tornou-se **mais complexo e diversificado**, o que provocou uma dinâmica muito positiva de **participação cívica** nos diversos sectores da vida económica e social da região. A rede de instituições locais não se esgota assim nas autarquias locais e outros organismos públicos, periféricos da administração central ou local, ganhando cada vez maior visibilidade a actividade de **associações empresariais**, de **artesãos**, **cívicas**, **ambientalistas**, **desportivas** e outras.

A sustentabilidade ao nível institucional poderá ainda não ter sido atingida em toda a extensão, isto é, **nem todas as instituições promotoras de projectos** de desenvolvimento – sobretudo as mais recentes – **têm assegurada a sua autosuficiência** e a sua sobrevivência, sem o financiamento comunitário ou nacional, exterior a si próprias e à região. As acções a desenvolver a médio prazo, deverão assim privilegiar as redes de associações e organizações locais e não apenas actores individuais, no sentido de reforçar essa sustentabilidade institucional.

A dinâmica institucional é transversal a todos os sectores da vida social e económica do Alto Minho, tendo-se registado contudo uma **maior mobilização no domínio do turismo e da valorização do património natural e cultural** e na **revitalização e revalorização de actividades económicas tradicionais**.

No domínio do **turismo** é de salientar a expansão da associação dos proprietários de casas de turismo de habitação – *Turihab* – integrada actualmente numa nova estrutura – *Center* – central de reservas de TER (Turismo em Espaço Rural), pólo central de redes de associações de TER, com parceiros nacionais exteriores à região e estrangeiros, sediada no Alto Minho, em Ponte de Lima. Com uma visibilidade crescente e uma participação activa na vida cívica do Alto Minho, é importante referir ainda algumas associações ambientalistas e desportivas.

A **dinâmica institucional** constitui em si mesma uma **potencialidade regional** e anda associada a uma forte **capacidade empreendedora** das populações locais. Há no entanto alguns estrangulamentos e riscos que deverão ser analisados e minimizados atempadamente:

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Grande dinamismo institucional público, privado e de parcerias (espessura institucional) • Grande potencial de mobilização cívica • Associativismo dinâmico • Grande capacidade empreendedora • Lideranças fortes com capacidade de lobbying dentro e fora da região • Ligações ao exterior da região intensas (participação em redes nacionais e transnacionais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Redundâncias em funções de instituições diferentes • Sobreposição de áreas de intervenção de instituições • Concorrência entre instituições • Dependência de financiamento público para funcionamento • Algumas situações de elitismo e corporativismo regional • Perda de centralidade de Viana do Castelo a favor de Braga e Porto para alguns serviços periféricos da administração central

É oportuno proceder a um **sistema de avaliação do comportamento das instituições** que actuam no Alto Minho, ao nível do desenvolvimento regional, no sentido de maximizar as sinergias entre elas e assegurar uma maior eficiência e eficácia na gestão de programas de financiamento público.

O desempenho da estrutura institucional deverá ser analisado em função de uma tipologia de instituições, da sua natureza e do âmbito dos seus objectivos. Deverão ser tomadas em consideração as parcerias e todo o tipo de associações entre instituições que traduzam estratégias conjuntas de economia de recursos e reforço da representatividade das mesmas.

Deverá ser **retomada** a proposta da criação de **uma agência de desenvolvimento regional para o Alto Minho**, cuja proposta inicial desenvolvida no âmbito do PPDR do IIQCA, constituiu um exercício de articulação institucional importante, discutido localmente e que contou com a potencial adesão das diversas instituições. O papel dessa agência seria essencialmente de articulação institucional e apoio à aplicação de planos de desenvolvimento integrado.

As Instituições

O Alto Minho é constituído por dez concelhos. As **autarquias locais** ainda constituem a **espinha dorsal do quadro institucional** do Alto Minho.

Nos últimos anos e especificamente entre 1994 e 2001, as **autarquias** viram as suas **competências alargar-se** ainda que o regime em que essas competências se vêem desenvolvendo se tenha diversificado largamente. Assim assistiu-se à **privatização de algumas competências** e ao estabelecimento de parcerias de diversos tipos para o desenvolvimento de outras.

A alteração ocorrida porém, desde 1994, nas autarquias do Alto Minho, correspondeu à sua **organização em duas associações de municípios**, uma para as autarquias do **vale do Minho**, outra para os do **vale do Lima** e a tentativa de constituição de uma agência de desenvolvimento regional, abrangendo as duas associações e a maior parte de instituições sediadas e/ou a operar na área.

Através da consolidação do papel das associações de municípios e na tentativa de organização da agência de desenvolvimento regional, verificou-se um maior envolvimento das autarquias na participação e concepção dos programas de desenvolvimento integrado para o Alto Minho.

Ainda que as autarquias estejam presentes no órgão que prepara os programas regionais inseridos nos Quadros Comunitários de Apoio, na Comissão de Coordenação da Região Norte - Conselho da Região - o seu envolvimento não se esgota nessa instância e há de facto uma consciencialização crescente ao nível dos projectos supra-municipais.

O **diálogo e a troca de informação entre os municípios** do Alto Minho **intensificou-se** e aprofundou-se, mesmo que nalguns casos desenvolvido separadamente na Associação de Municípios do Vale do Minho e na Associação de Municípios do Vale do Lima.

As **Juntas de Freguesia** viram também o leque das suas **competências** e responsabilidades **alargar-se**, tomando assim, cada vez maior participação na realização de projectos de desenvolvimento regional e na própria definição de estratégias e prioridades. Muitas vezes elas têm um papel importante em parcerias público/privado a nível local para programas e projectos de incidência micro-espacial.

Para além das autarquias, existe um conjunto de instituições de carácter público a operar no Alto Minho, ao nível do desenvolvimento regional e do planeamento físico. Aí se incluem as antenas regionais do Governo Central, instituições sectoriais e transversais (desde as **delegações regionais na área da saúde, ensino, turismo aos GAT's, Gabinetes de Apoio Técnico**), às entidades que gerem o **Porto de Viana do Castelo**, o **Parque Nacional da Peneda Gerês** e outras.

A este nível verifica-se alguma **desarticulação interna**. Com efeito, alguns dos organismos em questão ainda que operem na área, não estão ali sediados o que muitas vezes provoca alguma falta de eficiência no desempenho das respectivas competências e, acima de tudo, provoca uma perda de centralidade por parte de Viana do Castelo e dos centros urbanos de nível inferior, sobre as respectivas áreas de influência, a favor de centros urbanos do exterior, com particular incidência para Braga e Porto. Daqui decorre também uma certa **concorrência institucional negativa**, na medida em que não há uma concertação entre políticas, nem se exploram potenciais sinergias entre programas e projectos.

Neste domínio, seria importante articular as competências e áreas de actuação dos diferentes organismos, em sintonia com uma rede urbana estruturada que pudesse vir a constituir um elemento estruturante de ordenamento do Alto Minho.

Mais do que a criação de novas instituições com vocação transversal de articulação entre as políticas sectoriais verticais, é importante **maximizar as potencialidades das instituições já existentes** na área, nomeadamente as associações de municípios e, para algumas competências, as associações que aplicam e gerem os programas de iniciativa comunitária LEADER, ou outras.

O Alto Minho correspondendo ao distrito de Viana do Castelo, representou tradicionalmente uma área periférica no quadro do litoral melhor infra-estruturado e mais dinâmico economicamente. O periferismo do Alto Minho também decorreu em grande medida da falta de centralidade de Viana do Castelo, a diversos níveis, privada de um conjunto de competências localizadas em Braga e Porto.

No quadro da integração europeia, esse cenário de periferismo dever-se-ia ter alterado também a partir de um reforço das centralidades de Viana. Tal não aconteceu de forma visível, a partir das instituições públicas ligadas aos organismos sectoriais nacionais. Mesmo em áreas críticas do desenvolvimento desta região, como seja o ambiente e as áreas de paisagem protegida, não se assistiu ao reforço das suas competências - o **Parque Nacional da Peneda-Gerês é gerido a partir de Braga**, sem uma rede de apoio local proporcional à extensão de área abrangida nem à importância para as populações locais.

Ao contrário de outras regiões periferizadas do país, no Alto Minho registou-se porém uma extraordinária **capacidade de organização institucional a partir de dentro da região**, emergindo da sociedade civil e das associações locais, muitas vezes, numa estreita articulação com as autarquias locais. E assim, operam hoje em dia na área, instituições de raiz local, agentes efectivos de políticas de desenvolvimento local integrado.

As instituições não-públicas, privadas e outras, em questão, abrangem associações de diversas natureza, cooperativas, organizações não governamentais, grupos de cidadãos, igrejas e outras instituições.

No domínio empresarial e ligadas directamente à base económica local são importantes as **cooperativas de agricultores**, as **adegas cooperativas**, as **associações de comerciantes**, de empresários de vários ramos e as associações de artesãos.

Ligadas também directamente à base económica local mas com uma especificidade própria existem diversas instituições no domínio do turismo. Aí se incluem os **promotores e empresários individuais**, **casas de turismo de habitação** ou **turismo rural**, etc. associados à oferta turística, organizados em associações com centrais de reservas; **empresas de animação turística**, também organizadas institucionalmente, algumas das quais, não sendo propriamente empresas produtivas, actuam numa situação próxima das associações recreativas, culturais e desportivas; **clubes** específicos de **desporto** ou **protecção da natureza** e outros.

É de salientar a associação de turismo de habitação - *Turihab* - que constitui um caso de estudo de grande sucesso ao nível regional, nacional e europeu. A sua originalidade anda associada ao produto turístico que lhe está na origem - solares, torres medievais, casas senhoriais e casas antigas de grande valor cultural e patrimonial - a partir do qual se constituiu e converteu num produto de grande valor acrescentado, promovendo uma imagem da região no resto do país e estrangeiro que muito contribuiu para a expansão do turismo globalmente. A Turihab é reconhecida dentro e fora da região como uma instituição inovadora e muito dinâmica, tendo-se convertido num polo importante de redes transnacionais de associações congéneres.

Através da Turihab e de instituições-filhas entretanto criadas, o Vale do Lima, conseguiu ganhos de centralidade importantes que progressivamente se foram estendendo a todo o Alto Minho. A este alargamento da sua área de influência não foi alheia a expansão de outras formas de turismo em espaço rural e a construção de equipamentos complementares de animação turística para fixação dos turistas e visitantes da área. Indirectamente foi a também a Turihab que induziu a expansão dessas novas actividades.

Menos vinculadas à base económica local, embora peças importantes na coesão económica do Alto Minho, existem outras instituições de raiz local, emergindo a partir de baixo, algumas mais dinâmicas e com maior visibilidade que outras. Assim, há a registar a formação de outras associações de turismo de habitação, a *Privetur*, embora com um número de associados muito reduzido quando comparada com a Turihab que conta com associados em todo o país, várias associações de artesãos ou ligadas ao artesanato, associações culturais e recreativas, associações desportivas diversas e instituições ligadas à Igreja Católica e a Paróquias. Existem algumas associações ambientalistas a funcionar como grupos de pressão da opinião pública, com particular incidência na cidade de Viana do Castelo, orla costeira litoral e Parque Nacional.

Globalmente é de salientar a **grande diversidade de instituições públicas e privadas**, de raiz local ou ligadas à estrutura administrativa nacional, o grande dinamismo na sociedade civil, de onde têm partido iniciativas inovadoras no associativismo local, actuando na área do desenvolvimento regional e a capacidade de afirmação que a região tem conseguido a partir do reforço do seu quadro institucional. Um indicador desta capacidade de afirmação e da representatividade das suas instituições locais é a presença dos representantes e líderes das suas instituições nos foruns nacionais de discussão de programas e políticas de desenvolvimento regional, sectoriais ou regionais, a par de outros parceiros sociais.

De seguida, apresenta-se uma tentativa de sistematização do quadro institucional local, a completar e reestruturar futuramente com as contribuições críticas que forem chegando.

O QUADRO INSTITUCIONAL DO ALTO MINHO (AS INSTITUIÇÕES)

<i>Regime</i>	<i>Tipo</i>	<i>Exemplo</i>	<i>Nº de Associados</i>	<i>Área de actuação / Exemplos de Acções</i>
PÚBLICAS	Autarquias Locais	As 10 Câmaras Municipais do Alto Minho		PDM's Renovação Urbana
	Antenas Regionais do	Direcção Regional do Turismo		Feiras

	Governo Central	do Alto Minho		Promoção turística
		Porto de Viana do Castelo		
		Administração Regional de Saúde		
		Parque Nacional da Peneda-Gerês (Braga)		
	Associações de Municípios	VALIMA	4 Municípios	Desenvolvimento Regional Ambiente Energia
		AMVM	6 Municípios	Desenvolvimento Regional
	Juntas de Freguesia			
PRIVADAS: Associações Cooperativas Agências de Desenvolvimento Parcerias	Associações Empresariais	ACIAB - Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca		PROCOM EXPOVEZ
		Associação Comercial e Industrial de Valença		PROCOM
		CEVAL - Conselho Empresarial do Vale do Lima		PROCOM
	Outras associações promotores individuais	TURIHAB		Turismo de Habitação - criação do label "Solares de Portugal"
		PRIVETUR		Casas de Turismo de Habitação
	Associações de Artesãos	ARVAL - São Martinho da Gandra		Promoção dos produtos locais Preservação cultural Formação de mulheres
	Associações sem fins lucrativos	Confraria da Peneda		Romarias Recuperação de casas para TER - Quartéis da Peneda
		Centro Cultural Diogo Bernardes - Ponte da Barca		Animação Cultural Promoção do artesanato Formação profissional Integração social e no mercado de trabalho, de mulheres
		Grupos Ambientalistas		
	Agências de Desenvolvimento	ADRIMINHO		Aplicação do LEADER
		ADRIL		Aplicação do LEADER
		ADERE -SOAJO		Central de Reservas de TER
		ADEREPG (sede Braga)		Dinamização do Parque Nacional da Peneda Gerês
	Redes	CENTER - Central de Reservas de Turismo em Espaço Rural		Redes Transnacionais: Europa das Tradições, ...

A articulação institucional

Ainda que com uma manifesta espessura institucional, nem sempre a **articulação** entre as instituições se desenrola da forma mais eficiente. Muitas das instituições têm desenvolvido uma actividade de grande valor acrescentado para o desenvolvimento da região, enquanto que outras têm enfrentado alguns estrangulamentos e dificuldades diversas.

Ao longo destes últimos anos tem-se assistido a um processo de **aprendizagem colectiva** onde através de sucessos e fracassos se tem **reforçado um conhecimento tácito regional**, cada vez mais forte e com maior capacidade de afirmação regional.

O Alto Minho é mais do que um cliché, um postal ilustrado pitoresco de um Portugal rural residual. É uma região com a qual as populações se identificam e da qual têm orgulho, num manifesto sentimento de pertença, que tem sabido inserir-se num processo de desenvolvimento regional à escala nacional e europeia, explorando em diversas frentes o conceito de inovação e progresso. A **inserção em redes transnacionais de turismo** é provavelmente um dos melhores indicadores dessa inserção internacional. Em Ponte de Lima está sediada uma central de reservas de uma rede europeia de turismo em espaço rural. Há equipamentos localizados na região que integram redes transnacionais de rotas turísticas. Estes e outros projectos revelam a capacidade de mobilização local das populações em torno de um movimento associativo muito dinâmico e empreendedor.

Mas o fortalecimento da teia institucional não se pode traduzir numa substituição das instâncias locais do governo central por um corporativismo regional assente numa elite retirada dos dirigentes dos serviços públicos locais, das agências de desenvolvimento regional, dos presidentes das câmaras municipais, etc. Estas elites locais têm regra geral uma grande capacidade de *lobbying* dentro e fora da região e mesmo a nível internacional mas nem sempre se empenham na mobilização do desenvolvimento local a partir dos recursos endógenos.

A teia institucional deve assegurar de facto a **inclusão social** e o **fortalecimento do poder local**. Não se pode confundir espessura institucional com corporativismo regional. Assim é necessário assegurar a representatividade das instituições de raiz local, assegurar a sua independência e que as decisões no seu interior sejam participadas. As instituições supra-regionais devem ter isso presente ao apoiar acções concebidas para fortalecer as redes de associações e organizações locais mais do que actores e agentes individuais.

Ao nível das acções desenvolvidas pelas diferentes instituições, no período entre 1994 e 2001, procurou fazer-se uma síntese das mais representativas.

O leque de competências das autarquias obrigou-as, durante os últimos anos e especificamente entre 1994 e 2001 a **concentrar a maior parte do seu esforço financeiro na construção de infra-estruturas básicas**, colmatando, muitas vezes, planos de âmbito nacional ou regional. Tal não invalidou porém que as autarquias não tenham realizado projectos diversificados, alguns dos quais de relativamente pequena dimensão financeira mas de grande impacto na melhoria global das condições de vida. Para além da gestão autárquica corrente e da realização desses projectos de construção de infra-estruturas básicas, as câmaras realizaram acções importantes no domínio da **renovação urbana** com resultados particularmente visíveis e positivos na aplicação do programa PROCOM.

A generalidade dos **núcleos centrais dos centros urbanos do Alto Minho sofreu uma profunda melhoria e modernização** das suas áreas comerciais, com efeitos visíveis no comércio e turismo.

No domínio da associação de municípios, como já foi referido, quer a associação de municípios do vale do Minho, quer a do Vale do Lima, registaram um grande dinamismo com o desenvolvimento de uma actividade importante no domínio do desenvolvimento regional. Aí se destaca a realização de **estudos estratégicos de desenvolvimento**, apoio posterior aos projectos prioritários, criação de uma Agência de Energia no vale do Lima e tentativa de criação de uma Agência de Desenvolvimento para o Alto Minho.

Através destas associações ou individualmente, as câmaras municipais participaram de forma activa na aplicação de programas comunitários, para além do programa Operacional Regional **PRONORTE**, com particular importância nos programas de iniciativa comunitária **LEADER** e **INTERREG**.

Nos **programas operacionais nacionais** registou-se uma **participação menos determinada** pelo dinamismo individual das câmaras já que não é essa a sua vocação. De qualquer forma é de salientar a sua participação nos programas da área **do emprego e apoio social**, nomeadamente através do apoio à aplicação de programas nacionais, a partir das próprias câmaras. Mais do que participar nas decisões dos programas nacionais, que obviamente não está ao seu alcance, as câmaras conseguiram interiorizar as políticas nacionais, maximizando as sinergias com os programas regionais e locais.

A participação do **presidente da câmara de Ponte de Lima**, no debate nacional da aprovação dos orçamentos gerais do Estado em 2001 e 2002, tornou-se um facto muito mediatizado e que pode ser enquadrado na análise da espessura institucional do Alto Minho. Com efeito, para além da discussão do facto em si mesmo, ele retratou uma capacidade de associação da região em torno de uma causa local, mobilizando as mais diversas instituições. Independentemente das suas implicações, será sempre um indicador da capacidade de lobbying de uma região que não se escusou a apoiar uma iniciativa individual de uma personalidade que a região considerou representativa dos seus interesses.

No que diz respeito às instituições de carácter privado, registou-se também um grande dinamismo nos últimos anos. Sendo a actividade comercial a mais representativa, foram também as associações comerciais aquelas que registaram uma maior modernização e capacidade empreendedora. A renovação das associações comerciais, com o alargamento de associados e nalguns casos a mudança de nome e imagem de marca, assim como de instalações a criação de serviços diversos andou muito associada à aplicação do programa PROCOM. Para além disso, as associações continuaram a assegurar a **realização das feiras tradicionais da região**, procurando também mobilizar um maior número de participantes, comerciantes e artesãos, tendo registado um número crescente de visitantes.

A *Associação Industrial do Minho* - AIMinho - criou uma delegação em Viana do Castelo e desenvolveu uma intensa actividade ao nível da formação profissional e na aplicação de programas nacionais e regionais com financiamento comunitário.

Ao nível da mobilização institucional, foram porém as **Associações de Desenvolvimento Rural Integradado**, quer do vale do Minho - *ADRIMINHO* - quer do vale do Lima - *ADRIL* - aquelas que maior visibilidade tiveram no período em questão, devido à aplicação eficiente e eficaz do programa de iniciativa comunitária LEADER.

Pela própria natureza da iniciativa comunitária, pelo seu carácter inovador e pelas suas componentes territorial e de desenvolvimento integrado, trata-se de programas muito sensíveis ao contexto institucional. As **elevadas taxas de execução física e financeira** e os resultados já contabilizados (não existe ainda uma avaliação nacional ex-post do LEADER II), permitem inferir que o êxito da aplicação dos programas foi fortemente influenciado pelo dinamismo e representatividade das associações que os conduziram.

Em relação ao domínio do **turismo**, elemento estruturante de todo o quadro de desenvolvimento da área, existem muitas instituições especializadas, as quais têm conseguido articular as suas intervenções de forma complementar e não concorrencial. Os melhores indicadores são naturalmente as **taxas de ocupação** dos equipamentos e da **oferta turística**.

No domínio da integração social, com particular incidência das mulheres marginalizadas em meio rural marcado por um forte isolamento e modelos tradicionais de participação na vida cívica e económica, foram importantes as acções desenvolvidas pela AIMINHO e pelas associações culturais e de artesãos. Também os actuais programas LEADER contêm uma componente forte de inclusão social particularmente dirigida para as mulheres.

No domínio da cultura e desporto, assistiu-se também à expansão de iniciativas e diversas associações ganharam visibilidade e representatividade. A prática de **desportos radicais nos rios**, o desenvolvimento de desportos mais tradicionais ou a realização de eventos culturais inovadores ou tradicionais são outros tantos indicadores da capacidade mobilizadora das respectivas associações.

Há algumas associações ambientalistas a operarem ou sediadas na região que se têm manifestado com maior acuidade no concelho de Viana do Castelo e têm questionado investimentos e novas construções na faixa costeira em áreas sensíveis.

Pontos Fortes, Pontos Fracos, Ameaças e Oportunidades

De forma sintética foram apresentados inicialmente as principais potencialidades e estrangulamentos no que diz respeito ao quadro institucional do Alto Minho. Eles representam respectivamente os pontos fortes e os pontos fracos do sector.

Como principais **pontos fortes**, ficou claro que existe um grande dinamismo institucional, um grande potencial de mobilização cívica e uma extraordinária capacidade empreendedora na região. Um forte sentimento de pertença, lideranças fortes e bem sustentadas por parte das populações locais, dão sustentabilidade à teia institucional que se tem vindo a densificar.

Como riscos internos, **pontos fracos**, é possível identificar alguma concorrência institucional, nomeadamente na área do turismo e do ambiente, domínios críticos no desenvolvimento da região. Essa concorrência é muitas vezes conduzida a partir de fora da região e está relacionada com a sobreposição de áreas de influência e alguma falta de coesão no sistema urbano e respectiva

centralidade dos centros urbanos do Alto Minho. Relacionado com isso e por outras razões intrínsecas às instituições, verifica-se alguma falta de sustentabilidade, visível pela dependência do financiamento público, para a sobrevivência de algumas dessas mesmas instituições.

Em relação às potencialidades externas - **oportunidades** - é possível apontar como mais importantes, para além dos programas nacionais inseridos no IIIQCA, as que decorrem de projectos de desenvolvimento trans-fronteiriço, financiados por Portugal, pela Comunidade Europeia ou pelos dois países em parceria e os programas de iniciativa comunitária INTERREG III e LEADER+.

Paralelamente, importa não descurar as **ameaças** externas, na definição dos programas regionais. As que de momento poderão assumir maiores proporções são os novos investimentos em indústrias com impactos ambientais negativos que poderão por em risco os recursos mais sensíveis ao modelo de desenvolvimento regional em aplicação na região - paisagens e património natural e cultural, assim como o aumento do perifерismo funcional relacionado com a perda de competências ao nível da administração pública, transferidas para centros exteriores á região - Braga, Porto e eventualmente centros urbanos na Galiza.

APÊNDICE

PROJECTOS APOIADOS PELO FEDER NO IIQCA

Ao longo da aplicação do **II Quadro Comunitário de Apoio**, verificou-se uma forte dinâmica por parte dos dez concelhos do Alto Minho, quer através das instituições públicas quer por parte de empresas e outras instituições, na utilização dos fundos estruturais para a realização de projectos diversificados.

Não sendo possível neste momento, proceder a uma análise exaustiva do próprio Quadro Comunitário de Apoio, de todos os Programas e sub-programas aplicados e das Iniciativas Comunitárias, é possível analisar o investimento apoiado pelo FEDER o qual representa a maior parte dos fundos e corresponde à realização de infra-estruturas e outros incentivos, com impactos directos sobre a transformação da base económica e do estado do ambiente na região.

No Alto Minho, ao longo do II QCA, de 1994 a 1999, ter-se-ão realizado **872 projectos apoiados pelo FEDER**, aos quais correspondeu um investimento total de quase **100 milhões de contos** (95 5330 milhões de contos) e uma **comparticipação comunitária**, nas suas diversas formas de participação, de quase **40 milhões de contos** (39 409 milhões de contos).

Estes projectos e o respectivo investimento global, corresponderam a projectos muito diversificados.

Desde logo, praticamente metade do investimento, correspondeu a projectos públicos. O financiamento comunitário desses projectos correspondeu a dois terços (75%) do total de participações comunitárias do FEDER, para o Alto Minho, ao longo do mesmo período. Com efeito, os investimentos públicos ainda continuaram a ser, ao longo do IIQCA, os de maior dimensão e visibilidade, desenvolvidos no âmbito de programas sectoriais nacionais ou do Programa Operacional Regional, Pronorte.

O esforço financeiro desenvolvido na construção de **infra-estruturas básicas** foi ainda durante o II QCA muito importante a absorveu a maior parte do investimento público. Tal não significa que haja uma correspondência directa entre a dimensão financeira dos projectos e os seus resultados ao nível socio-económico. De facto, **pequenos projectos**, em termos de montantes financeiros e programas de relativamente pequena dimensão, podem ter desencadeado resultados de grande alcance territorial e ao nível da população. Um dos exemplos porventura mais visível é o dos projectos de **Urbanismo Comercial** desenvolvidos nas sedes de concelho. A par de outras intervenções no domínio do programa do Ambiente e Renovação Urbana, os projectos realizados operaram transformações profundas que modificaram radicalmente os centros urbanos do Alto Minho.

As operações **PRONORTE** e **PPDR** tiveram globalmente grande significado quer pelos montantes de investimento realizado e induzido, quer pela grande diversidade de projectos, assim como pela sua distribuição espacial.

O programa de iniciativa comunitária **INTERREG**, por seu turno, desempenhou um papel importante, na viabilização de projectos complementares de outros, com vista ao reforço das relações transfronteiriças e à resolução de problemas decorrentes da anterior periferização das áreas de fronteira.

Globalmente e ainda só no âmbito do **FEDER**, registou-se uma relativa **concentração do investimento em Viana do Castelo**.

Metade do investimento global apoiado, localizou-se naquele concelho, ainda que lhe correspondam 41 % da comparticipação comunitária.

Nos restantes concelhos verificou-se uma certa proporcionalidade em relação à área e à população residente.

Arcos de Valdevez, com a maior extensão e com especificidades próprias decorrentes da sua localização relativa e da presença do parque Nacional da Peneda Gerês, recebeu quase **13%** do apoio comunitário FEDER.

Dos restantes concelhos, verifica-se que foram os do **litoral**, com destaque para **Vila Nova de Cerveira** e **Valença** os que mais projectos e mais financiamento receberam.

A dinâmica económica que decorre das relações transfronteiriças, centradas em Valença, terá continuado a induzir algum dinamismo económico nestes dois concelhos, como anteriormente já acontecia, quando ainda existia a fronteira.

É no entanto precipitado tirar conclusões sobre os impactos do II QCA no Alto Minho apenas a partir dos investimentos apoiados pelo FEDER. O sector da agricultura, assim como os programas de iniciativa comunitária LEADER, também financiados pelo FEOGA e os projectos financiados pelo FSE, tiveram os seus respectivos resultados e em grande medida interligados com os do FEDER. Também o Fundo de Coesão e o IFOP tiveram incidência no Alto Minho e serão analisados posteriormente. Uma vez disponibilizados os resultados da totalidade do II QCA proceder-se-á a uma análise global.

PROJECTOS APOIADOS PELO FEDER NO ALTO MINHO NO II OCA

	FEDER - Projectos Públicos		FEDER - Projectos Mistos		FEDER - Incentivos		FEDER - SIR		FEDER Total IOCA		FEDER Total IOCA				
	Nº Proj.	Inv.Total	Compart. CE	Nº Proj.	Inv.Total	Compart. CE	Nº Proj.	Inv.Total	Compart. CE	Nº Proj.	Inv.Total	Compart. CE	Nº Proj.(%)	Inv.Total (%)	Compart. CE (%)
Arco de Valdevez	37	5594707	4053903	2	3890	2918	46	4235861	809015	10	572281	251121	95	10406739	5116957
Caminha	15	2066839	1454753	1	639	473	16	363273	49457	5	338925	119874	37	2769676	1624565
Melgaço	15	1418078	1027088				7	468078	114364	6	399181	181253	28	2285338	1322706
Monção	15	1670129	1149494	2	2458	1843	16	170463	47185	11	664461	217690	44	2507511	1416212
Paredes de Coura	13	994129	652365	1	1796	1347	14	734468	213389	8	665822	227652	36	2396215	1094753
Ponte da Barca	39	4258406	3062828	2	2655	1991	33	668471	273933	3	102861	46958	77	5032193	3385708
Ponte de Lima	26	3111448	2245846				46	1822385	452988	20	1318313	434428	92	6252126	3133262
Valença	27	6858186	3668709				32	716530	219819	10	819821	197075	69	8394537	4085603
Viana do Castelo	61	17277356	11697670	11	17525	13143	225	28558413	3849256	27	1791374	702770	324	47644668	16262839
Vila Nova de Cerveira	16	953586	673421	4	7285	5464	34	5297539	703811	16	1382976	584537	70	7641386	1967233
TOTAL	264	44202864	29686080	23	36248	27183	469	43035462	6733217	116	8055815	2963356	872	95330389	39409838
													10,89	10,92	12,98
													4,24	2,91	4,12
													3,21	2,40	3,36
													5,05	2,63	3,59
													4,13	2,51	2,78
													8,83	5,28	8,59
													10,55	6,56	7,95
													7,91	8,81	10,37
													37,16	49,98	41,27
													8,03	8,02	4,99
													100,00	100,00	100,00

Fonte: DGDR

14. RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS ALTO MINHO-GALIZA

14.1. Considerações preliminares

A *Política Regional da União Europeia* constitui um dos esforços da Comissão para aproximar os cidadãos do processo de construção europeia. A política regional comunitária tem por objectivo último a **melhoria da qualidade de vida**, a **criação de emprego duradouro** e o **aumento da capacidade de atracção das regiões menos competitivas**, destinatárias dos Fundos Estruturais (instrumentos financeiros de apoio ao processo de desenvolvimento regional integrado), como é o caso da Euro Região, objecto do presente estudo.

Ora, o objectivo principal da *Coesão Económica e Social* – de que a região em causa tem vindo a beneficiar - é, como se depreende, o de permitir a construção de um modelo social europeu e o de beneficiar as regiões do território europeu com o aproveitamento pleno das oportunidades que foram criadas após a concretização do *Mercado Único Europeu* e da *União Económica e Monetária* tendo como suporte legitimador a existência de enormes disparidades económicas e sociais entre as regiões intracomunitárias: a título de exemplo, refira-se que cerca de 20% da população da *União Europeia* encontra-se fixada em territórios onde o PIB por habitante é inferior aos 25% da média comunitária. Estas situações de assimetria implicam um esforço financeiro adicional da União Europeia para conseguir anular a subutilização do potencial humano dessas mesmas regiões de forma a aumentar a produtividade da economia europeia e do bem estar social das populações.

As **relações económicas, sociais, laborais, jurídicas e turísticas** que são estabelecidas nos **espaços transfronteiriços entre o Vale do Minho e a Galiza** têm vindo a ser **intensificadas** mercê, igualmente, da efectivação das **Liberdades Fundamentais**⁴⁶ consagradas pela União Europeia, nomeadamente, da liberdade de circulação de pessoas, de trabalhadores e de capitais e do reforço da *Coesão Económica e Social* – através dos *Fundos Estruturais*⁴⁷ - consagrada nos *Tratados Comunitários*.

⁴⁶ As denominadas "Quatro Liberdades Fundamentais" da União Europeia compreendem a consagração legal, nos Tratados constitutivos, da liberdade de circulação de pessoas e de trabalhadores, da liberdade de circulação de mercadorias, da liberdade de circulação de bens e da liberdade de circulação de capitais, consagradas aquando da primeira revisão do Tratado de Roma (1957) pelo Acto Único Europeu de 1986 (com entrada em vigor em 1987). Esta primeira alteração é considerada o acto fundador da Política de Coesão Económica e Social da EU, concretizada pela reforma dos Fundos Estruturais. A segunda revisão, ocorrida em 1992 com a assinatura do Tratado de Maastricht, faz da Coesão um dos três pilares da construção europeia – ao lado da UEM e do Mercado Único ao passo que a assinatura do Tratado de Amesterdão vem confirmar a importância política dada à Coesão pelo Tratado anterior.

⁴⁷ Destacam-se, no âmbito da Política Regional da Comissão Europeia, as Iniciativas Comunitárias "INTERREG" (Cooperação transfronteiriça, interregional e transnacional), "EQUAL" (Cooperação transnacional para o acesso ao mercado laboral), "LEADER" (Desenvolvimento integrado nos meios rurais) e "URBAN" (Revitalização económica e social das cidades e subúrbios em crise).

Historicamente, o desenvolvimento do espaço europeu foi adequado para a formação de múltiplas fronteiras artificiais que demarcavam culturas, regiões, línguas e costumes. Assim, o conceito tradicional de fronteira (nacional), estava ligado essencialmente à função da defesa do território sendo que, em termos legais, as fronteiras representam o limite da demarcação da soberania nacional.

Se nos deslocarmos do centro dos Estados para as respectivas fronteiras verificamos que a economia, a população e a cultura se tornam menos fortes e mais dispersas. É um facto que as regiões situadas ao longo das linhas fronteiriças, dentro da União Europeia, encontram-se em situação desvantajosa nos processos de desenvolvimento económico onde, muitas vezes, acrescem factores naturais a salientar a demarcação das fronteiras. Ora, a maior parte das vezes, estas situações promovem a debilidade das economias, a insuficiência das infra-estruturas, uma maior taxa de desemprego e a consequente redução da população aí residente.

É dentro deste contexto particularmente desfavorável que a *União Europeia* tem vindo a promover um auxílio considerável para que as regiões transfronteiriças possam desempenhar um papel mais central no seio da economia da *União Europeia*, com as vantagens daí consequentes.

Tem sido vários os objectivos que a UE se tem proposto para a efectiva cooperação transfronteiriça, a saber:

- a redução do conceito de “fronteira” a uma mera demarcação administrativa;
- a remoção de obstáculos e factores de divisão, encontrados nessas regiões;
- o fortalecimento das condições sócio-económicas e culturais das regiões fronteiriças, onde já se identificaram várias lacunas;
- o incitamento das regiões como actores principais da cooperação transfronteiriça tendo em conta que a diversidade regional pode ser uma vantagem adicional a todo o processo.

Algumas medidas podem, e são, de acordo com os princípios comunitários em vigor, ser implementadas para a promoção da cooperação transfronteiriça quer ao nível da política regional e do desenvolvimento transfronteiriço, quer ao nível da melhoria das infra estruturas de transportes e comunicações, quer ao nível do desenvolvimento das telecomunicações ou do desenvolvimento das condições económicas (tendo por base o papel crucial desempenhado pelas PME's nas regiões de fronteira).

Assim, tendo em conta as considerações mencionadas, o *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social* para o período 2000-2006 (PNDES), propõe, para a Região Norte de Portugal, o “desenvolvimento de uma ligação com a Galiza, já forte, e dinâmica, com Castela-Leão”, entre outros. Igualmente, o programa similar espanhol – PEDEGA – propõe o incentivo da dinamização de um espaço transfronteiriço mais amplo e ainda a projecção e promoção do *Eixo Atlântico – Noroeste Peninsular*.

O potencial de cooperação que existe na região fronteiriça luso-hispânica deriva de esta área anunciar a maior concentração demográfica e empresarial ao longo de toda a linha de demarcação do território português com Espanha. E, dadas as tendências crescentes da “economia global” torna-se ainda mais

evidente certos factores que determinam a competitividade dos espaços económicos, sejam a sua dimensão económico-social, o grau de inter-relação e interdependência existente no interior desses espaços e a sua projecção internacional.

Importará analisar, com mais pormenor, qual a **posição estratégica** ocupada pela *Euroregião Norte de Portugal/Galiza*.

A nossa abordagem centrar-se-á na compreensão das causas de alguns dos principais pontos fortes/pontos fracos bem como das oportunidades/ameaças da Região já conhecidos, a saber:

A) **Pontos Fortes** da Euroregião:

- i) **Concentração demográfica** e de **emprego Industrial** com enorme relevância no contexto da fachada atlântica e da União Europeia – enquanto enquadramento de referência da parcela territorial a analisar;
- ii) **Cultura empresarial e de empreendimento** já enraizada nas áreas de maior concentração do litoral das duas regiões em causa;
- iii) **Duas diásporas** com importância no Continente Americano ainda não plenamente aproveitadas sob o ponto de vista da estratégia de **internacionalização** da *Euroregião*;
- iv) **Capilaridade viária** transfronteiriça impulsionadora do incremento dos fluxos de cooperação/integração bem como uma armadura viária principal tendente à aproximação (da *Euroregião*) ao centro dinâmico da Europa;
- v) Capital inestimável de **proximidade, vizinhança e identidade cultural** no quadro de uma área de fronteira longa e densa – o que a distingue dentro do contexto de toda a fronteira luso-espanhola;
- vi) Elevada capacidade de **proximidade** e de **cooperação institucional**;
- vii) Capacidade endógena de concepção e **lançamento de novos eventos** com grande mobilização e com visibilidade nacional/internacional;
- i) **Externalidades públicas e semi-públicas** existentes no que toca aos serviços prestados às empresas (as de matriz sectorial) e fortes potencialidades de extensão do seu mercado de assistência técnica e investigação aplicada à região cooperante;
- ii) **Infra-estruturas** existentes (com destaque para Portos e Aeroportos) com uma dimensão internacional considerável – embora não totalmente rentabilizados sob o ponto de vista de uma estratégia de um sistema aeroportuário e portuário de âmbito euroregional.

B) **Pontos Fracos** da *Euroregião*:

- i) A maioria das estratégias empresariais de internacionalização são orientadas em função de **prioridades que não incluem a Euroregião** enquanto plataforma estratégica de aposta;
- ii) A mesma observação, anteriormente feita, quanto a algumas **infra-estruturas e equipamentos** relevantes – quer do Norte de Portugal, quer da Galiza – os quais continuam a ser geridos sob uma **lógica de isolamento** (ou estritamente nacional) e não - como poderiam/deveriam ser - sob uma lógica de *complementaridade* no quadro do Noroeste Peninsular o que traria eventuais ganhos de clarificação de nichos de mercado a explorar;
- i) **Inexistência de Pólos de Excelência** em domínios nevrálgicos das Tecnologias de Informação e Comunicação;

- ii) **Perda** de capacidade de atracção de **capital estrangeiro**;
- iii) **Política diferenciada de incentivos** ao investimento na *Euroregião* e consequente introdução de efeitos perversos no processo de integração;
- iv) Potencial de **internacionalização** das principais **Universidades da Região**, alicerçada em redes internacionais que não integram a Euro Região (a tendência de tais redes é construída essencialmente em função das Universidades/origem dos doutoramentos que suportam hoje tais dinâmicas);
- v) Predomínio de estratégias de cooperação baseadas apenas em **modelos de intercâmbio de experiências** – com grandes dificuldades e lacunas na formulação de projectos de grande envergadura financeira;
- vi) Falta de conhecimento sistemático da dimensão e áreas de abrangência das **bacias de emprego transfronteiriço** – com graves consequências para a emergência de acções de facilitação das condições de vida dos activos envolvidos nesse processo.

Daqui parecem resultar como as principais **oportunidades** para a Euro Região:

- i) Reforço tendencial das tipologias de (novos) factores impulsionadores de actividades, tais como, o emprego e o desenvolvimento (nos quais se incluem o ambiente, a cultura, o lazer, a vivência urbana da escala humana) nas quais a Euro Região se afirma como competitiva;
- ii) Consolidação do processo de integração das duas economias ibéricas – com a emergência de um conceito de Mercado Interno que entende o mercado ibérico como uma “unidade de referência”.

E como **ameaças** fundamentais:

- i) Incerteza quanto aos cenários prospectivos da União Europeia, havendo alguns riscos nos cenários possíveis de recentramento, penalizador do Noroeste Peninsular;
- ii) Riscos pelos desafios que a globalização possa determinar a decisão dos grupos empresariais, mais representativos da Euro Região, descolarem dos tecidos empresariais locais – no quadro das estratégias de internacionalização empresarial de largo alcance;
- iii) Riscos pelos desafios que a globalização possa determinar estratégias de “internacionalização de pequena escala” (isto é, institucionais e empresariais) isoladas ou até contraditórias. A mobilidade e importância do capital humano, enquanto factores de desenvolvimento geral, poderão tendencialmente obter condições para gerar desenvolvimento divergente e, como consequência, penalizar periferias menos bem dotadas com este tipo de recursos.

Assim, e face ao enquadramento mencionado, parece oportuno lembrar a sugestão efectuada pela Comunidade de Trabalho Norte de Portugal – Galiza, ao definir como *objectivo estratégico* final que devemos “*consolidar um espaço funcional de maior dimensão económica, mais competitivo e com maior projecção exterior para potenciar um maior desenvolvimento socio-económico das duas regiões na sequência de aproveitamento das sinergias decorrentes da cooperação*”.

Para a concretização deste objectivo estratégico será de importância vital a existência de, pelo menos, quatro condições:

- A articulação do espaço conjunto Norte de Portugal (essencialmente Alto Minho) – Galiza;

- A dinamização do espaço transfronteiriço;
- A valorização de projecção externa do espaço conjunto e a promoção de acções e projectos-piloto de formação e novos domínios de excelência;
- A promoção de acções de cooperação (empresarial e institucional).

14. 2. Política comunitária regional – os processos de cooperação

A política comunitária, nomeadamente através da *Direcção Geral Política Regional*, tem sido fértil, ao longo da última década, no lançamento e na implementação de diversos apoios financeiros e técnicos aos processos de cooperação, quer se trate da cooperação entre empresas, da cooperação transfronteiriça ou, ainda, da cooperação transeuropeia.

Algumas considerações prévias devem ser feitas no que respeita aos desafios da Política Regional da União Europeia para o período financeiro 2000-2006⁴⁸ para que se entenda o ambiente envolvente à cooperação transfronteiriça entre o Alto Minho e a Galiza. (Euroregião⁴⁹).

Uma das prioridades políticas dos Chefes de Estado e de Governo da União Europeia é o reforço da Coesão Económica e Social para o período de 2000-2006, conforme foi estabelecido no Conselho Europeu de Berlim, em Março de 1999.

Os programas financeiros para o período em curso, 2000-2006, constituem a terceira geração de programas desde 1988.

Significam um quadro financeiro de cerca de 195,01 milhões de Euros para os Fundos Estruturais aos quais acresce cerca de 18 milhões de Euros para os Fundos de Coesão, disponíveis para as regiões da União Europeia.

E, precisamente, uma das prioridades para a utilização e beneficiação do pacote financeiro disponível é o *“desenvolvimento local e a valorização das identidades regionais”* sendo que a “parceria” aparece agora como a base da execução dos Fundos estruturais tendo sido o conceito de “parceria” alargado de modo a abranger as autoridades locais, outras autoridades no domínio do ambiente e da igualdade de oportunidades, parceiros económicos e sociais e, ainda, a certas organizações não governamentais.

Assim, far-se-á uma breve abordagem e enumeração dos apoios comunitários nesta área.

14.2. 1. Os apoios comunitários transeuropeus, transfronteiriços e empresariais

⁴⁸ De acordo com a Intervenção de Guy Crauser, Director Geral da DG Política Regional, Comissão Europeia, Bruxelas, 9 Novembro 2000.

⁴⁹ É denominada de “Euro Região” toda a região que tem fronteira com uma outra região europeia.

Algumas das iniciativas comunitárias de apoio financeiro e técnico são essenciais para o reforço da Cooperação (incluindo a transfronteiriça). De sublinhar, antes, que a política regional europeia tem dado, e vai continuar a dar prioridade à cooperação transfronteiriça.

Assim, destacam-se as iniciativas seguintes⁵⁰ :

1. INTERREG^{51 52}

A sua denominação oficial é a de “*iniciativa comunitária sobre a cooperação transeuropeia destinada a favorecer um desenvolvimento harmonioso e equilibrado do território europeu*” e o seu objectivo principal consiste em reforçar a coesão económica e social no seio da União Europeia pela promoção da cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional.

Para o cumprimento desse objectivo, a Iniciativa é concretizada em torno de três eixos que são os seguintes:

- i) *a promoção de um desenvolvimento regional integrado entre as regiões fronteiriças* – incluindo o caso de fronteiras externas e ainda certas zonas marítimas. Este eixo abrange a cooperação transfronteiriça entre autarquias territoriais contíguas, visando o desenvolvimento de pólos económicos e sociais transfronteiriços a partir de estratégias comuns de desenvolvimento territorial sustentável. Tem como domínios prioritários a promoção do desenvolvimento urbano, costeiro e rural; o reforço do espírito empreendedor, o desenvolvimento das PME e ainda as iniciativas locais de emprego; o favorecimento da integração do mercado de trabalho e a inclusão social; a partilha de recursos humanos e equipamentos com vista à melhoria da produtividade e à contribuição para a criação de empregos estáveis (sendo esta a verdadeira opção política da Comissão); o apoio à protecção do ambiente bem como o aumento do rendimento energético e energias renováveis; a melhoria das medidas que promovam meios de transporte respeitadores do ambiente; o reforço da cooperação nos domínios jurídico e administrativo e, por último, o aumento do potencial humano e institucional relativos à cooperação transfronteiriça.
- ii) *a contribuição para uma integração territorial harmoniosa em toda a União Europeia*. Isto significa que este eixo B trata da cooperação transnacional entre autoridades nacionais, regionais e locais, visando a promoção de grau superior de integração territorial no seio de vastos agrupamentos de regiões europeias como por exemplo promover a cooperação integrada transnacional das Regiões Ultraperiféricas (Portugal tem duas destas regiões, a Região Autónoma da Madeira e a Região Autónoma dos Açores).
- iii) *melhoria das políticas e das técnicas para o desenvolvimento regional e a coesão, através de uma cooperação transnacional e inter-regional*. Ou seja, o eixo C visa a cooperação inter-regional e a melhoria da eficácia das políticas e dos instrumentos de desenvolvimento regional e de coesão para a instalação em rede, em particular, para as regiões com atraso de desenvolvimento e de reconversão. Neste eixo, todo o território da Comunidade é elegível.

⁵⁰ Existem outras iniciativas comunitárias de apoio à cooperação e às PME mas sem grande interesse para o estudo em questão.

⁵¹ As referências jurídicas desta Iniciativa Comunitária são: a) Comunicação da Comissão aos Estados Membros, de 28 de Abril de 2000 (define orientações para uma Iniciativa Comunitária sobre a cooperação transeuropeia destinada a favorecer um desenvolvimento harmonioso e equilibrado do território europeu, JO/L 143 de 23 Maio de 2000; b) Artigos 20º e 21º do Regulamento nº. 1260/1999 do Conselho, JO/L 161 de 26 de Junho de 1999.

⁵² Os suportes de Comunicação desta Iniciativa podem ser vistos em http://inforegio.cec.eu.int/wdoc/docoffic/official/interreg3/index_en.htm bem como no site Web INFOREGIO http://inforegio.cec.eu.int/wbprob/prord/prorde17_en.htm. Informações suplementares em: <http://www.inforegio.cec.eu.int>

Para o período 2000-2006, o *INTERREG III* dispõe de um orçamento de 4,875 milhões de euros (preços de 99), sendo financiado pelo FEDER (Fundo Estrutural)⁵³ e pelos Estados Membros. Portugal dispõe, neste programa, de cerca de 394 milhões de euros.

2. EQUAL

Iniciativa comunitária cujo objectivo principal é o de animar a cooperação transnacional no âmbito da luta contra todo o tipo de discriminação no acesso ao mercado laboral. Esta iniciativa conta com um orçamento de 2,020 milhões de euros.

Esta iniciativa tem vindo a fomentar o aparecimento de projectos integrados denominados “Associações de Desenvolvimento” que reúnem todos os agentes locais com o objectivo principal de, em comum, definirem soluções para o problema da exclusão do mercado laboral.

3. LEADER

Iniciativa comunitária cujo intuito é o de apoiar, no mundo rural, o aparecimento de novos focos de desenvolvimento integrado e duradouro e que tem como orçamento a quantia de 2,020 milhões de euros.

4. REGIE (Rede Europeia de Agrupamentos Europeus de Interesse Económico - AEIE).

O AEIE é um instrumento jurídico que permite a cooperação transnacional entre empresas da União Europeia na medida em que o seu objectivo é o exercício em comum de algumas actividades, sejam as de I&D, aquisição, produção e venda de produtos, tratamento de dados, formação de consórcios, entre várias outras permitidas. Uma vez que o Regulamento Comunitário não obriga a que as empresas, partes do contrato, tenham que constituir determinado montante de capital (social), o AEIE poderá significar que as partes contratantes exercem acções comuns sem terem que contribuir com meios financeiros. O interesse da figura do AEIE deriva do facto de se permitir aos seus membros a ampliação das suas actividades sem perderem a sua individualidade jurídica e económica. Ao permitir e proporcionar uma sinergia empresarial, o AEIE fomenta o desenvolvimento de projectos em comum que, de outra forma, poderiam não ser exequíveis. Com base nestes fundamentos, este modelo de cooperação empresarial foi alargado através da criação de uma rede de informação para pesquisa dos AEIE existentes no espaço europeu. Esta iniciativa da União Europeia foi denominada de REGIE e tem como objectivos: a) o estabelecimento do equilíbrio das práticas respeitantes ao AEIE; b) fomentar o intercâmbio de experiências de AEIE; c) disponibilizar uma rede europeia de informações para as empresas que pretendam constituir um AEIE.

5. INTERPRISE

Este Programa visa estimular a parceria/cooperação entre indústrias e/ou serviços na Europa através da promoção de iniciativas locais, regionais e nacionais para o surgimento de processos de cooperação entre as PME da Europa. Através deste programa, as Universidades, os Centros de Investigação, as

⁵³ De referir ainda que o FEDER, para o Período 2000-2006, entende como prioritários os seguintes temas/áreas de intervenção: a economia regional do conhecimento, a sociedade da informação, a identidade regional e o desenvolvimento sustentável com um orçamento na ordem dos 300 milhões de euros. Temas e áreas que interessam particularmente à cooperação transfronteiriça entre o Alto Minho – Galiza.

entidades da administração local ou regional podem associar-se (sendo o mínimo de 15 empresas por região ou país) para darem início a uma parceria.

As iniciativas comunitárias mencionadas pretendem, em último lugar, a continuação da preparação da União Europeia e dos seus Estados Membros para enfrentar o alargamento que, depois de 2006, pode modificar por completo e de maneira significativa os contornos da Política Comunitária de Coesão.

14.3. A Política regional e o alargamento da UE – instrumentos comunitários de pré-adesão

A política comunitária de coesão vai desempenhar um papel extremamente importante na integração dos novos países (Dez⁵⁴), candidatos à adesão à União Europeia.

A importância do alargamento não tem precedentes pois significa, em última análise, a concretização do projecto político da reunificação europeia. Este processo, tendente ao próximo alargamento da União Europeia, tem vindo a ser percorrido desde 1993 com o Conselho Europeu de Copenhaga.

Apesar das vantagens, o alargamento vai implicar significativas alterações no panorama europeu, a saber:

1. O território da União aumentará cerca de 30% mas o seu PIB apenas aumentará 6% a 7%.
2. O PIB total dos países candidatos da Europa Central e Oriental é menor ao dos Países Baixos.
3. O nível médio do PIB por habitante da União vai decrescer cerca de 18% (este decréscimo é maior do produzido pelos anteriores alargamentos da União)
4. Nenhuma das adesões posteriores a 1957 produziu um choque tão significativo e profundo do que o que se irá produzir com a próxima adesão na medida em que os países candidatos são, regra geral, mais pobres do que as regiões mais pobres da União.

Pela primeira vez na sua História, a União Europeia elaborou uma estratégia de pré-adesão, contendo um pacote financeiro muito importante de cerca de 21,840 milhões de Euros para os países candidatos tendo em atenção que o êxito do alargamento é uma prioridade da Comissão e da União Europeia.

A estratégia de pré-adesão consiste basicamente em três instrumentos de apoio aos países candidatos à integração no espaço comunitário.

O primeiro, denominado ISPA⁵⁵, é a novidade em matéria de pré-adesão e tem uma dotação de 7,280 milhões de Euros (50% para o sector dos Transportes e 50% para o Ambiente). O orçamento do ISPA vai incidir basicamente em grandes projectos nos países candidatos, ao contrário dos objectivos dos outros instrumentos de pré-adesão.

⁵⁴ São eles: Bulgária, República Checa, Estónia, Hungria, Lituânia, Polónia, Roménia, Eslovénia, Eslováquia e Letónia.

⁵⁵ Instrumento de Política Estrutural para a Pré Adesão (sigla em inglês).

O segundo, denominado PHARE⁵⁶ conta com um orçamento de 11 biliões de Euros. Este programa de cooperação transfronteiriça, que entrou em vigor em 1989, tem como objectivo promover a cooperação entre as regiões fronteiriças da Europa Central e Oriental e as regiões adjacentes da Comunidade e dos outros países da Europa Central e Oriental, candidatos à adesão.⁵⁷

Os seus objectivos principais traduzem-se em: a) ajudar as instituições e administração pública a funcionar de forma eficaz dentro da União Europeia; b) promover a convergência com a legislação comunitária e reduzir, dessa forma, a necessidade dos “períodos transitórios”; c) promover a coesão económica e social dos países candidatos.

Convém notar que este programa *PHARE* é executado em coordenação com as políticas estruturais da Comunidade e, nomeadamente, com o Programa *INTERREG*.

O terceiro, *SAPARD*⁵⁸ equivale a 3,640 milhões de Euros. Apenas se refere ao apoio e assistência técnica, oferecida pela Comunidade, para a agricultura e desenvolvimento rural nos países candidatos. O *SAPARD* oferece a base do apoio comunitário para a implementação do *acquis* no sector agrícola, adaptando as áreas em causa para a integração plena no mercado comunitário.

Outros programas de apoio técnico e financeiro foram lançados pela União Europeia para aproximar treze países da Europa Oriental e da Ásia Central do *acquis communautaire*. Dentre esses programas – que compreendem os instrumentos de política externa da União - destacam-se, pela sua importância, os seguintes:

- i) Programa *TACIS*, lançado em 1991 para providenciar apoio técnico e financeiro;
- ii) Programa *MEDA*, é o principal instrumento financeiro da União Europeia para a implementação da Parceria Euro Mediterrânica.

⁵⁶ Poland and Hungary: Action for the Restructuring of Economy (sigla em inglês). Mais informações sobre este Programa podem ser obtidas no site <http://europa.eu.int/comm/enlargement/pas/phare/intro.htm>

⁵⁷ O Acto Comunitário é o Regulamento CE nº. 2760/98 da Comissão, de 18 de Novembro de 1998 – relativo à execução de um programa de cooperação transfronteiriça no âmbito do programa PHARE. O Regulamento estabelece os critérios para a repartição dos fundos entre os países beneficiários, como seja os respeitantes à população, PIB por habitante, superfície das regiões abrangidas. Outra referência importante é o Jornal Oficial L 345 de 19 de Dezembro de 1998.

De referir que as fronteiras elegíveis são as fronteiras entre os países da Europa Central e Oriental e a Comunidade bem como as fronteiras entre os países candidatos seguintes: Bulgária, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa, Roménia, República Eslovaca e Eslovénia. A Roménia, único país candidato sem fronteira com a União Europeia poderá agora beneficiar deste Programa.

⁵⁸ Special Pre-Accession Assistance for Agriculture and Rural Development.

ANEXO ao Cap.14 - A Cooperação Económica e Transfronteiriça no resto da Europa

Apresentam-se, em seguida, alguns exemplos de sucesso de Centros Europeus⁵⁹ de Cooperação destinados ao incentivo e melhoria de Relações Transfronteiriças, dos quais se poderiam aproveitar a experiência e os resultados já obtidos, transferindo algum modelo para as Instituições Portuguesas/Galegas cujo objectivo seja o de fomentar as relações transfronteiriças Alto Minho – Galiza.

Poder-se-á, com esta análise descritiva, fazer-se uma apreciação comparativa da forma de abordagem desta temática em algumas regiões europeias.

Para o efeito, e tendo em atenção as suas envolventes, analisaram-se os seguintes Centros de Cooperação Transfronteiriça:

- a) O *Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças* em Mérida (Espanha)
- b) O *Kontaktzentrum für sächsisch-tschechische Wirtschaftskooperation* em Plauen (Alemanha),
- c) O *Regionale Wirtschaftskammer Egerland, Sokolov* (República Checa) e
- d) O *Centro de Cooperación Andalucía – Algarve*, Sevilha (Espanha).

São, aqui, ainda mencionados outros Centros de Cooperação Transfronteiriços, de modo esquemático, a saber, *Câmara de Comércio e Indústria de Drama* (sede na Grécia e filial na Bulgária), *Centro Tecnológico de Freilassing* (Áustria e Alemanha), o *InfoCentre IBC/Kuss* (Maribor, Eslovénia e Graz/Áustria), bem como a existente na Fronteira Grécia-Albânia (sede em região albanesa).

A) O Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças de Mérida (Comunidade Autónoma da Extremadura, Espanha)

1. Características da Euro Região e Ambiente envolvente

A Comunidade Autónoma da Extremadura tem fronteira com as regiões do Centro de Portugal (onde Coimbra desempenha um factor decisivo, apesar de Castelo Branco estar fisicamente mais próxima da fronteira) e do Alentejo (no qual Évora assume um papel essencial).

Poder-se-á delimitar este preciso espaço fronteiriço através de duas estradas principais, cobrindo uma área de cerca de 235 kms.: a N-630 pelo lado espanhol e a IP-2 pelo lado português, abrangendo no total cerca de 3,3 milhões de habitantes e ocupando cerca de 92.233 km² com 118 habitantes/km².

Esta Região tem um grande peso de PME's cujos principais ramos industriais se centram nas Indústrias têxtil, Indústrias Agro-alimentar, metalomecânica bem como a Indústria de Construção Civil.

2. A Estratégia assumida pelo GIT

Este Gabinete foi legalmente constituído em 1993 sob o auxílio financeiro do Programa Operacional de Desenvolvimento das Regiões Transfronteiriças de Portugal e Espanha (1989-93). Apresenta, ainda hoje, como missão fundamental adequar e incentivar a cooperação (económica, social e cultural) entre as regiões transfronteiriças de modo a poder a dinamizar as relações empresariais de fronteira e identificar e apresentar projectos comuns, de modo a potenciar as sinergias daí resultantes. Para que estes objectivos sejam concretizáveis, o GIT tem entidades patrocinadoras, tais como, a Junta de Extremadura, a União Europeia (através do Programa INTERREG) e ainda os Centros de Coordenação das Regiões do Alentejo e do Centro.

3. Serviços prestados pelo GIT

O GIT tem como principais serviços disponíveis para os seus clientes (basicamente, Câmaras Municipais, Empresas, Associações empresariais e outras): a Organização e a Participação em seminários sobre as temáticas que mais interessam à cooperação transfronteiriça (em todas as suas vertentes) bem como a prestação de assessoria técnica especializada nas matérias relacionadas com os Programas Europeus de especial interesse para a euro região em causa.

B) O *Kontaktzentrum fur sachsen-tschechische Wirtschaftskooperation (IHK)*

1. Características da Euro Região e Ambiente envolvente

Abrange a região de Chemnitz, no Estado da Saxónia Livre e a de Eger na República Checa. A primeira tem cerca de 1,6 milhões de habitantes e uma densidade populacional de 271 habitantes por km², representando cerca de 60% do PIB per capita da média alemã.

Esta Região tem um grande peso de PME's cujos principais ramos industriais se centram nas Indústrias têxtil, Maquinaria industrial, metalomecânica

2. A Estratégia assumida pelo IHK

Este Centro foi legalmente constituído em 1996 com dois núcleos na Alemanha. A sua principal missão consiste em dinamizar contactos de forma a potenciar as relações económicas transfronteiriças entre Chemnitz e Eger bem como criar novas oportunidades estratégicas de cooperação e ainda fornecer toda a informação relevante de ambos os lados da fronteira. É igualmente importante, e assumido como objectivo, a centralização dos contactos que importam aos agentes de fronteira. Para que estes objectivos se tornem possíveis, algumas entidades patrocinadoras assumem um papel essencial, tais como, a União Europeia (através do Programa INTERREG), o Governo Regional da Saxónia e o próprio IHK, através de receitas próprias.

3. Serviços prestados pelo IHK

O IHK tem como principais serviços disponibilizados aos seus clientes (isto é, qualquer entidade, pública ou privada, que requeira os seus serviços) a promoção de eventos específicos e foruns, a mediação de contactos, a assessoria técnica especializada e acompanhamento das empresas bem como a prestação dos serviços informativos essenciais sobre o acesso ao financiamento nos negócios transfronteiriços.

C). O *Regionale Wirtschaftskammer Egerland (Sokolov, República Checa)*

1. Característica da Euro região e ambiente envolvente

Este Centro abrange, na sua área geográfica, as regiões de Chemnitz (Estado da Saxónia Livre), Bayreuth (Estado da Baviera) e a de Egerland (concretamente a zona fronteiriça da República Checa). Refira-se que a República Checa tem cerca de 10 milhões de habitantes.

Esta Euro região conta com a preponderância de PME's a par de algumas grandes empresas ali situadas.

2. A Estratégia assumida pelo Centro

Este Centro assume como sendo a sua principal missão o pleno desenvolvimento empresarial e sócio-económico da Região de Eger, através do fomento da cooperação comercial transfronteiriça com o mercado alemão, isto é, com o Estado da Saxónia Livre e da Baviera), através do aumento do volume de investimento estrangeiro e da sua afirmação enquanto ponto privilegiado de contacto para o estabelecimento de relações económicas com o seu

⁵⁹ Intra e extra União Europeia, por forma a ter uma visão mais global da sua existência e modo de funcionamento.

parceiro fronteiriço, aumentando, desta forma, o estímulo à internacionalização da economia regional. Para a concretização destes objectivos, o Centro conta com o apoio de algumas entidades, sejam, a União Europeia (através do Programa PHARE e CBC) e outras entidades, incluindo as receitas próprias do Centro.

3. Serviços prestados pelo Centro

A pedido de qualquer entidade que requeira os seus serviços (embora dando prioridade aos seus associados), o Centro disponibiliza alguns produtos e serviços, como sejam a promoção de encontros empresariais, serviços de informação empresariais, intercâmbio de pessoas com formação empresarial, bases de dados e outros.

D) O Centro de Cooperación Andaluçia – Algarve CECOAL (Sevilha)

1. Característica da Euro Região e ambiente envolvente

A região da Andaluzia tem cerca de 7,2 milhões de habitantes e uma densidade populacional de 87 habitantes/km². A área geográfica do CecoAL abrange a Comunidade Autónoma da Andaluzia (Sevilha, Cádiz, Málaga) e o Algarve. Nesta delimitação geográfica encontram-se sediadas em elevado número PMEs industriais, com especial destaque para as indústrias de comunicações e aeronáuticas, alimentar, química, de componentes para automóvel e ainda indústria electrónica.

2. A Estratégia assumida pelo CecoAL

O CecoAL assume como seus principais objectivos a contribuição para uma reflexão e a defesa das especificidades empresariais do Sul mediterrânico a par da identificação das complementaridades económicas e a dinamização da cooperação. Para tal, é assumida pelo Centro que a missão primordial é a de desenvolvimento sócio-económico das regiões abrangidas através da dinamização das relações transfronteiriças, sejam empresariais ou associativas. Para que estes objectivos sejam concretizados, o CecoAL conta com apoios financeiros dos seus patrocinadores: União Europeia (através do Programa INTERREG), Junta de Andaluzia, a Confederação de Empresários do Algarve e da Andaluzia bem como a Federação Onubense de Empresários.

3. Serviços prestados pelo CecoAL

Tendo como principais clientes as PMEs da região, as Associações existentes e outras organizações similares, o CecoAL disponibiliza os serviços respeitantes à promoção de estudos empresariais, a realização de feiras regionais bem como o acompanhamento individual e personalizado das empresas para condução de processos negociais.

OUTROS CENTROS DE COOPERAÇÃO SIMILARES

Foram ainda identificados outros Centros de Cooperação Transfronteiriços, similares aos anteriormente descritos, que a seguir se apresentam.

1. Câmara de Comércio e Indústria de Drama

Localização: Grécia e Bulgária.

Objectivos: Desenvolver oportunidades de negócio transfronteiriço e estreitar as relações económicas, pela cooperação, entre os dois países.

Serviços prestados: Disponibilização de instalações físicas aos empresários dispostos a integrar redes de cooperação empresarial, fornecimento de informações e serviços específicos por forma a potenciar a cooperação, exploração de oportunidades de cooperação, realização de estudos empresariais (técnicos, de pesquisa, de mercado) com particular incidência para o potencial de cooperação existente entre os diversos agentes económicos da Região, implementação de infra-estrutura económica com vista a aniquilar obstáculos à cooperação intra-empresarial (por ex. obstáculos linguísticos, dada a região ser de fronteira).

2. Centro Tecnológico de Freilassing (Techno – Z, Freilassing)

Localização: Áustria e Alemanha (sede em Freilassing).

Objectivos: Orientação tecnológica oferecida às empresas instaladas nos dois lados da fronteira, iniciar e desenvolver a cooperação inter empresarial, constituir base de dados (Subcontratação) para utilização em toda a região de Fronteira de modo a facilitar a cooperação entre todas as empresas e reter os trabalhadores altamente qualificados na região bem como promover a atracção de trabalhadores para a Região.

Serviços prestados: Realização de seminários e conferências sobre I&D e criação de um Centro Tecnológico para instalação das empresas.

3. InfoCentre IBC/Kuss

Localização: Maribor/ Eslovénia e Graz/ Áustria

Objectivos: Facilitar a coordenação das entidades promotoras do projecto (Câmara de Comércio em Styria e Câmara Regional em Maribor) de modo a apoiar as empresas nos seus contactos transfronteiriços, níveis máximos de excelência para a cooperação empresarial.

Serviços prestados: Jornadas periódicas de informação às empresas com presença de peritos, criação de base de dados com informação legal e empresarial da ambos os países (concentração da informação), apoio de peritos em negociação empresarial e cooperação.

4. Fronteira Grécia-Albânia (Apoio a PMEs)

Localização: Região albanesa.

Objectivos: Apoiar e desenvolver empresas localizadas na zona transfronteiriça (regiões de Kastoria, Grécia, e Koritsa, Albânia), serviços de apoio aos empresários gregos (gratuito) que queiram penetrar no mercado vizinho.

Serviços prestados: Apoio à gestão e desenvolvimento dos sistemas de informação, organização de feiras e encontros empresariais, estudos de mercado, estudos legais, traduções, etc.

5. Fronteira Alemanha-Dinamarca

Localização: Região de Storstrom (Dinamarca) e Ostholstein (Alemanha).

Objectivos: Promoção do desenvolvimento empresarial (PMEs) na zona fronteira e fomento de intercâmbio de tecnologias, prestação de serviços de apoio à cooperação.

Serviços prestados: Estudos sobre as necessidades empresariais da região assessoria sobre mercados externos bem como intercâmbio periódico de pessoal nas Câmaras Regionais para ajuda às empresas da (outra) região.

6. Baltic House

Localização: Ronne, Dinamarca.

Objectivos: Desenvolver e promover a cooperação empresarial e regional.

Serviços prestados: Procura de parceiros de negócio e promoção de contactos entre autoridades e instituições, formação, serviços empresariais, aconselhamento sobre os diversos Programas Comunitários.

Por forma a potenciar o correcto aproveitamento das oportunidades surgidas, não seria de descurar a constituição, a nível europeu, de um Centro que coordenasse todos os outros já existentes. Assim, seria útil que estes Centros funcionassem em rede, com intercâmbio de experiências e modos de funcionamento o qual poderia ser aferido através de um Encontro Anual com todos estes participantes e todas as Regiões Transfronteiriças da Europa – o que permitiria a constituição de outros Centros semelhantes em regiões onde eles ainda não existem.

V. SÍNTESE

A análise sectorial efectuada permite-nos concluir que, entre 1994 e 2001, o Alto Minho moldou o seu desenvolvimento mobilizando os vários recursos materiais e imateriais disponíveis, a um ritmo frequentemente travado pelos vários constrangimentos endógenos e exógenos com que se viu confrontado.

Dentre as potencialidades diagnosticadas (Quadro V.1. a Quadro V.13.), parece-nos decisivo, numa lógica de abordagem proactiva dos futuros cenários de desenvolvimento sustentável, salientar:

- i) a existência de importantes corredores ecológicos (ribeirinhos, litorais, serranos, etc.) e de uma parte substantiva do único parque nacional português (PNPG) bem como de vários sítios classificados;
- ii) a grande diversidade climatológica e geomorfológica promotora de cenários com cores e odores muito diversos em curtas distâncias;
- iii) a imagem mediática do território, posicionando-se em torno do ambiente e do conceito de qualidade de vida, conquistando um capital de afectividade a partir dos que buscam este território sazonalmente ou em fim-de-semana;
- iv) o processo de desruralização em curso e a mudança de significado da ruralidade – de mero sector de actividade para atitude e filosofia de vida – motivadora da busca de novas soluções de rentabilização do espaço que incluem o aproveitamento e valorização dos recursos naturais;
- v) o importante e biodiverso património florestal (apesar de apenas cerca de 56% do espaço florestal estar efectivamente ocupado com floresta) assente num sector com alguma dinâmica económica e com a presença de indústrias em todas as fases da fileira florestal em que a procura está bastante abaixo da oferta;
- vi) a existência de recursos minerais susceptíveis de aproveitamento, nomeadamente no campo das rochas ornamentais cujo mercado ainda é competitivo, e no campo do caulino e de alguns minérios raros como o lítio, assim como a disponibilidade de recursos hídricos e hidroeléctricos;
- vii) o abandono das terras agrícolas ainda circunscrito às de baixa produtividade ou marginais permitindo manter um cenário rural ainda relativamente bem preservado que pode ser potenciado do ponto de vista imaterial;
- viii) o contexto nacional e internacional incentivador do turismo natureza, cultural e de auto-descoberta em detrimento do balnear, de fluxos menores e de cidadãos com um perfil menos predador do suporte biogeofísico e menos conflituoso com ecossistemas vulneráveis;
- ix) a pluralidade de saberes-fazer tradicionais;
- x) o aumento da população a frequentar o ensino e da mobilidade socio-profissional gerador de incrementos na produtividade do trabalho e um aumento gradual do corpo docente profissionalizado e de incremento da procura social e familiar dos sistemas de educação e formação;
- xi) a emergência de pólos de formação de nível superior, sobretudo em áreas transversais como a engenharia e gestão;
- xii) o reforço recente do sistema de oferta de formação orientada para a qualificação e reciclagem profissional, protagonizada por algumas instituições privadas, associações empresariais e por IPSS's.
- xiii) a existência de uma grande vitalidade (níveis de investimento, taxas de crescimento e exportação) do tecido industrial na última década e de um forte dinamismo empresarial com grande concentração de PME;

- evidencia-se um elevado grau de especialização na indústria, em particular nos sectores têxtil, vestuário, calçado, metalúrgica de base e actividades e processos produtivos que aproveitam a disponibilidade de mão-de-obra que caracteriza a região e a emergência de condições de dinamização para o sector da construção e obras públicas;
- xiv) a possibilidade de concentração e valorização das produções primárias, através de processos de certificação e comercialização;
 - xv) a presença de um porto constitui uma importante infraestrutura para a dinamização da actividade económica do Alto Minho, em geral e da cidade de Viana do Castelo, em particular. Integra três componentes fundamentais: comercial, de pesca e de recreio, servindo ainda de suporte à actividade da construção e reparação naval
 - xvi) o contexto geral favorável à expansão das actividades desportivas, de recreio e lazer associado ao aumento do investimento em novos equipamentos desportivos e culturais, polivalentes e mais descentralizados, devido aos apoios financeiros comunitários (caso do PRONORTE e LEADER) e do incremento de programas museológicos de valorização e divulgação dos acervos etnográficos locais e recuperação das tradições, usos e costumes locais sobretudo ligados à actividade agrícola, ancorados em esforços relevantes e coerentes de intervenção e política urbanística e de revitalização dos centros históricos, no sentido da valorização, essencialmente das sedes de concelho da região;
 - xvii) a existência de várias associações e colectividades desportivas e culturais, como ranchos folclóricos, bandas de música, grupos desportivos que organizam, festivais locais e internacionais de folclore, encontros de música e de coros, torneios e competições desportivas, festas e romarias;
 - xviii) a grande apetência de concertação de vontades - políticas e empresariais - dos agentes institucionais e económicos do Alto Minho;
 - xix) o aprofundamento das relações transfronteiriças, cultural e socialmente enraizada numa dinâmica de partilha de interesses e recursos, desenvolvendo-se uma euro-região de dimensão e dinâmica consideráveis;
 - xx) a existência de um grande dinamismo institucional público, privado e de parcerias (espessura institucional) potencial de mobilização cívica
 - xxi) a existência de lideranças fortes com capacidade de lobbying dentro e fora da região
 - xxii) o reforço tendencial das tipologias de (novos) factores impulsionadores de actividades, tais como, o emprego e o desenvolvimento (nos quais se incluem o ambiente, a cultura, o lazer, a vivência urbana da escala humana) nas quais a Euro Região se afirma como competitiva.

O desenvolvimento sustentável do Alto Minho, nos próximos dez anos, passará necessariamente pela concertação entre a teia relacional Turismo-Ambiente-Ruralidade. Perante um território apelativo e mediático pela sua qualidade cénica e pelos inúmeros sinais de ruralidade enquanto vector económico, simbólico e cultural, terá de ser contrariada a tentação de sobreexplorar esta potencialidade com um excessivo aumento de pressão sobre as áreas com esta vocação. O turismo continuará a ser uma área de sucesso e uma placa giratória com efeitos multiplicadores noutras actividades económicas enquanto não transmutar as características naturais.

Esta vocação natural para o turismo carreada pela qualidade e diversidade do património natural e cultural implicará a delineação de uma estratégia de desenvolvimento em que as decisões de localização industrial, as opções de saneamento básico ou o incremento das acessibilidades deverão ponderar cautelosamente os impactes directos e indirectos no *Ecossistema* e, conseqüentemente, no desenvolvimento económico.

O Alto Minho é uma área constituída por uma panóplia de afinidades e contradições que ora aproximam ora afastam subregiões (Fig. V.1 e Fig. V.2):

- i) uma área litoral de grande valor biogeofísico sujeita a fortes pressões urbanísticas e populacionais;
- ii) dois importantes vales – o do Minho e o do Lima – morfológica, económica, social e culturalmente separados; os concelhos do vale do Minho muito mais voltados para a área confinante da Galiza e os do vale do Lima com maior facilidade de interlocução com os concelhos da margem esquerda do Lima; esta separação é plasmada pela existência, por exemplo, de duas associações de municípios diferentes, dois sistemas de gestão de RSU's, etc.
- iii) um conjunto de corredores de acessibilidade em volta dos quais existe dinamismo demográfico e todo uma área serrana e intersticial em contínua recessão demográfica;
- iv) uma incompatibilidade generalizada entre a necessidade de alargar e densificar a rede viária e a fragilidade do património natural existente.

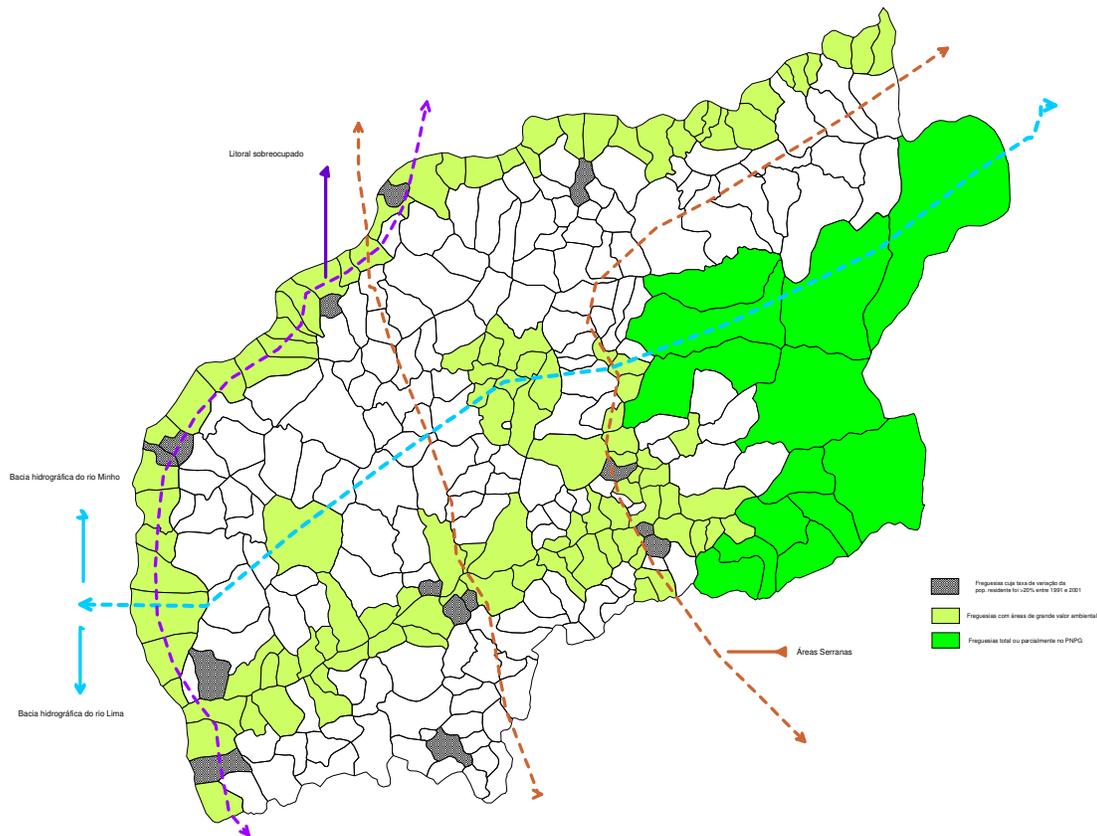


Fig. V. 1. – Síntese das afinidades e contradições diagnosticadas no Alto Minho.

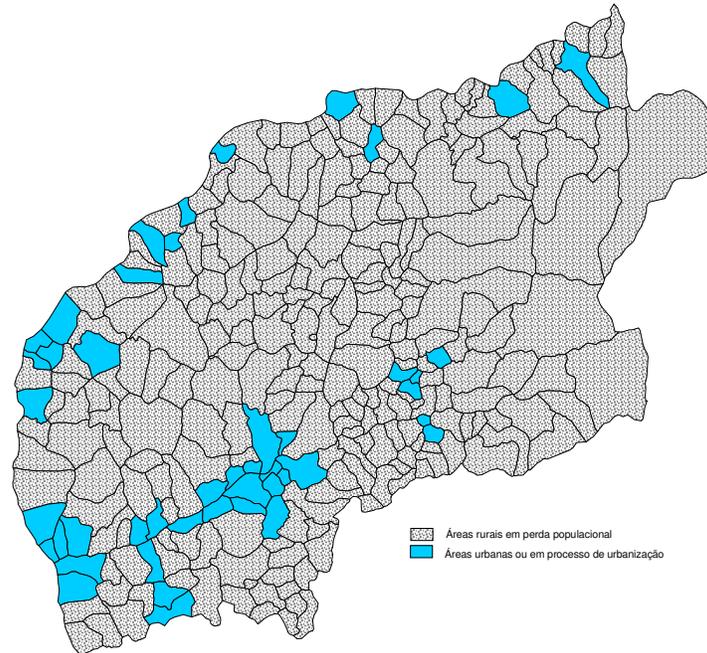


Fig. V.2 – Áreas em perda populacional e áreas em considerável crescimento demográfico no Alto Minho (INE, 2001).

O desenvolvimento equilibrado deste território passará também pelo reformulação da actual hierarquia do sistema urbano (Fig. V.3 e Fig.V.4).

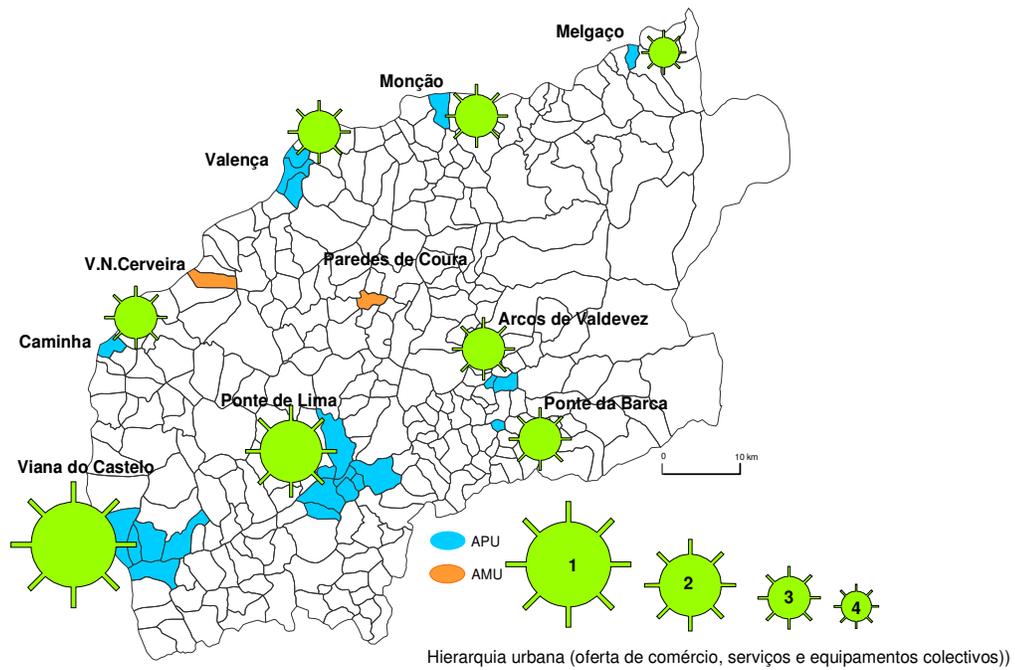


Fig. V.3. – Hierarquia Urbana do Alto Minho (apreciação de alguns indicadores de urbanidade).

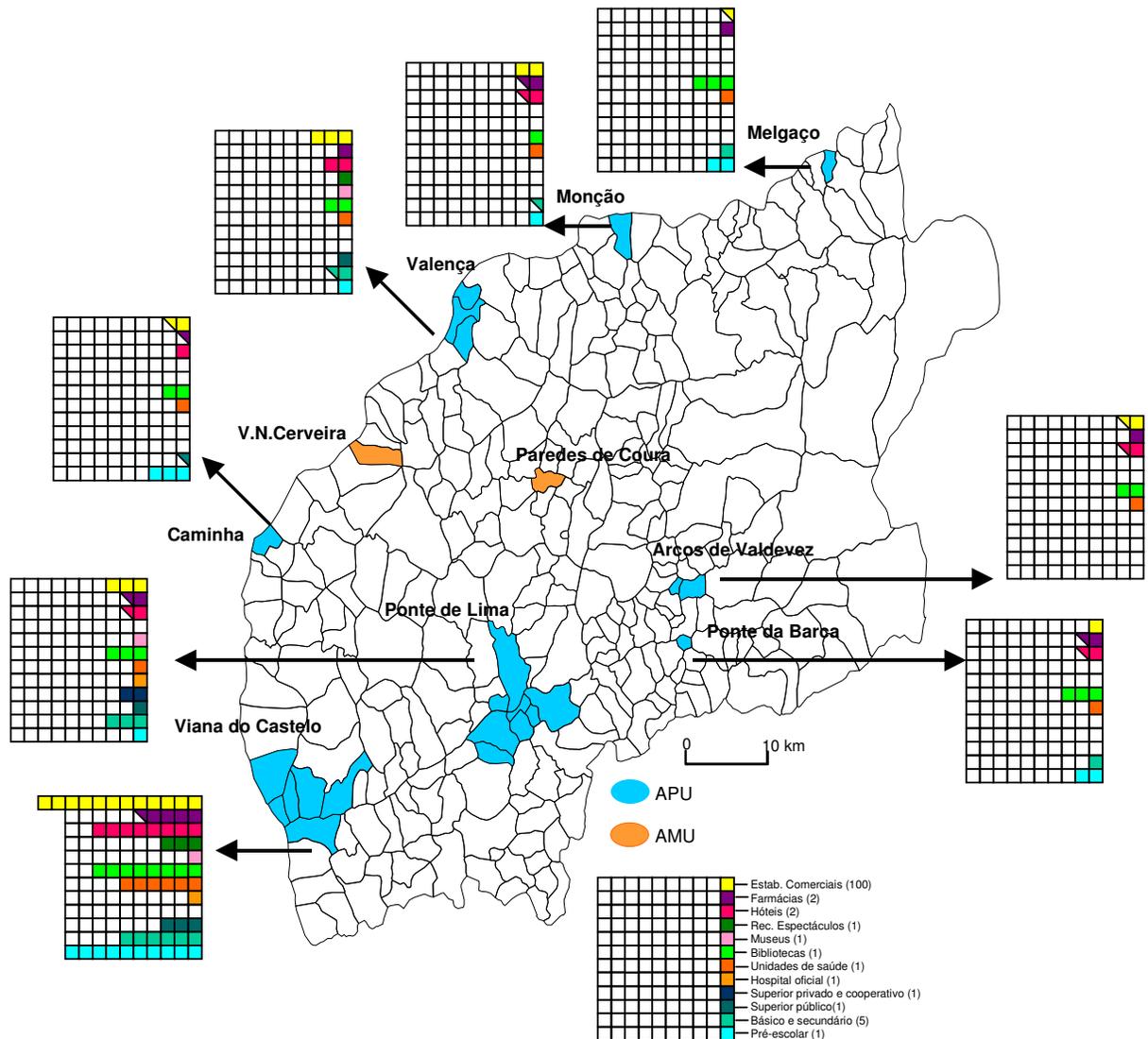


Fig. V.4. - Hierarquia Urbana das Apu's pela oferta de Comércio, Serviços e Equipamentos Colectivos.

O Alto Minho tem, neste momento, uma única centralidade com oferta de serviços, comércio e equipamentos colectivos significativa – Viana do Castelo. Em todas as outras sedes concelhias escasseiam elementos de urbanidade, mesmo aqueles que teriam uma procura significativa como acontece nos serviços de apoio às práticas agro-florestais e pecuárias.

Quadro V. 1. - SUPORTE BIOGEOFÍSICO

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> Existência de várias áreas de grande valor faunístico e florístico; Presença de uma parte substantiva do único parque nacional português (PNPG); Inclusão de várias novas áreas classificadas na Lista de Sítios- II Fase; Existência de corredores ecológicos importantes (ribeirinhos, litorais, serranos, etc.); Existência de grande diversidade climatológica promotora de cenários com cores e odores diversos no espaço e no tempo; Existência de uma enorme diferenciação geomorfológica geradora de nichos paisagísticos muito diversos em curtas distâncias; Existência de um processo de desruralização em curso e de uma mudança de significado da ruralidade – de mero sector de actividade para atitude e filosofia de vida – motivadora da busca de novas soluções de rentabilização do espaço que incluem o aproveitamento e valorização dos recursos naturais; Presença de um grande dinamismo institucional, público e privado, em torno de actividades económicas que aproveitem as vantagens comparativas da produção de riqueza e criação de emprego à custa de produtos-natureza (há vários produtos locais passíveis de certificação); Existência de um maior permeabilidade rodoviária para as áreas serranas; Existência de um contexto nacional e internacional que incentiva o turismo natureza, cultural e de auto-descoberta em detrimento do balnear, cujos fluxos são menores e o perfil de cidadão menos predador do suporte biogeofísico e portanto menos conflituosos com ecossistemas vulneráveis; Criação de uma série de pólos industriais infra-estruturados, mitigadores dos impactes ambientais negativos gerados pela dispersão das unidades; 	<ul style="list-style-type: none"> Persistência de uma organização estratégica separada em duas bacias hidrográficas – Minho e Lima; Existência de um decréscimo demográfico, de um forte envelhecimento da população, inibidor de qualquer processo de mudança, Existência de um baixo nível de instrução e qualificação profissional, Existência de um forte apelo aos agricultores para optarem pela criação de gado de raças autóctones e pelo aproveitamento florestal, como forma de sobrevivência económica, que, caso não sejam devidamente formatadas estrategicamente, podem conduzir à delapidação de áreas, até agora, em equilíbrio natural; Presença de um vasto número de intenções de investimento no turismo rural, de habitação, natureza, aventura, auto-descoberta, etc., cuja rentabilidade pode, sem políticas orientadoras, gerar uma disseminação de impactes ambientais negativos; Presença de um sector industrial constituído por uma larga maioria de PME's cuja capacidade de internalização dos custos ambientais é diminuta; Existência de carências ao nível do saneamento básico; Existência de uma política de divulgação e marketing do património natural ainda incipiente;

Quadro V. 2.- POPULAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E HABITAÇÃO

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de retorno de emigrantes e de fixação de jovens; Existência de um estrato jovem significativo, ainda que, a tendência global dos concelhos seja para o envelhecimento; Saberes-fazer tradicionais que importa aproveitar; Acréscimo progressivo do número de diplomados e criação de novos pólos e cursos de ensino politécnico; Aumento da população a frequentar o ensino; Aumento da mobilidade socio-profissional; Aumento da habitação própria e alguma dinamização do arrendamento; Crescimento significativo, de alojamentos de uso sazonal, sobretudo nas áreas rurais; Maior cobertura da rede de infraestruturas básicas; Forte investimento na habitação nova e na reabilitação do parque habitacional, situação decorrente quer do investimento feito por emigrantes quer do crescente dinamismo do turismo rural e construção de segundas residências, nas áreas balneares e rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> Decréscimo progressivo dos recursos demográficos devido a alguma retoma da emigração, aos movimentos de saída da população para outras NUT's e ao declínio do saldo fisiológico; Estrutura etária desequilibrada e forte envelhecimento da população; Reduzidos níveis de instrução devido às baixas taxas de escolarização, reforçada por uma elevada taxa de abandono escolar; Deficiente qualificação profissional; Dificuldades de "reciclar" mão-de-obra, proveniente de actividades em declínio (como a agricultura ou a pesca, por exemplo) para novos tipos de actividade; <p>Deficientes condições de habitabilidade do parque habitacional: um número ainda significativo de alojamentos não clássicos, de edifícios sem as infraestruturas básicas e de edifícios envelhecidos.</p>

Quadro V. 3. - ESTRUTURA PRODUTIVA – AGRICULTURA

POTENCIALIDADES	ESTRANGULAMENTOS
<ul style="list-style-type: none"> Melhoria dos índices de mecanização das explorações agrícolas. Aumento da produtividade do trabalho. Diminuição do produto bruto agrícola não muito significativo comparativamente com a redução das UTA Abandono das terras agrícolas ainda circunscrito às de baixa produtividade ou marginais. Aumento da pluriactividade e do plurirrendimento o que possibilita a continuidade das explorações agrícolas e a manutenção do património rural Um cenário rural ainda relativamente bem preservado que pode ser potenciado do ponto de vista imaterial Património florestal elevado e com uma biodiversidade importante Forte peso da cooperação vitícola com adegas cooperativas sólidas e dinâmicas a exemplo das de Monção e Ponte de Lima Existência de raças autóctones tradicionais (bovinos de carne, pequenos ruminantes, carne de porco, fumeiro) que podem seguir o segmento das IPG desde que com produções controladas e de qualidade. Larga margem para os sistemas produtivos menos intensivos e com menores impactes negativos, a exemplo da agricultura biológica 	<ul style="list-style-type: none"> Acentuada redução, num tempo muito curto, quer da população agrícola familiar quer do número total de explorações agrícolas. Forte envelhecimento dos produtores singulares que apresentam um baixo nível de qualificação técnica e escolar Fraca capacidade de rejuvenescimento e reduzido número de jovens que entram no sector Perda de competitividade na fileira do leite que praticamente desapareceu em alguns dos municípios mais excêntricos às redes de recolha Fraca capacidade de auto-organização dos proprietários florestais e existência de uma oferta excessivamente pulverizada Grande dependência do emprego exterior à exploração sobretudo para o caso dos membros mais jovens do agregado doméstico do produtor singular Dependência crescente, como resultado do envelhecimento dos produtores singulares, das pensões rurais e reformas Exceptuando o TER, fraca diversificação do rendimento gerado na exploração agrícola Dificuldades no acesso à informação e fraca representatividade dos serviços de apoio à produção

Quadro V. 4.- ESTRUTURA PRODUTIVA – INDÚSTRIA

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> Dinâmica transfronteiriça com a Galiza. Existência de uma rede de universidades, centros tecnológicos e outras instituições de carácter técnico ou tecnológico relacionadas com a estrutura produtiva da região. Grande vitalidade (níveis de investimento, taxas de crescimento e exportação) da indústria na última década e forte dinamismo empresarial com grande concentração de PME. Elevado grau de especialização na indústria, em particular nos sectores têxtil, vestuário, calçado, metalúrgica de base e actividades e processos produtivos que aproveitam a disponibilidade de mão-de-obra que caracteriza a região. Importância, para o desenvolvimento regional, da existência de recursos minerais susceptíveis de aproveitamento, nomeadamente no campo das rochas ornamentais cujo mercado ainda é competitivo (ex.: caulino, alguns minérios raros como o lítio, etc.); Condições de dinamização para o sector da construção e obras públicas; Disponibilidade de recursos hídricos para a agricultura e para a produção energética; Mecanismos de aproveitamento do actual contexto de modernização e inovação tecnológica para a indústria transformadora; Apetência de concertação de vontades - políticas e empresariais - dos agentes institucionais e económicos do Alto Minho; Facilidade de penetração de capital estrangeiro. Um mercado alargado no noroeste peninsular, podendo a região constituir-se como "centro polarizador". Possibilidade de exploração da "frente atlântica" e das relações com a América e a África. Reforço dos espaços e instrumentos de apoio científico e tecnológico, do interface das instituições de ensino superior com 	<ul style="list-style-type: none"> Baixos níveis de qualificação da mão-de-obra e de escolarização da população activa, com predomínio do abandono escolar precoce e elevados índices de insucesso. Fragilidade dos instrumentos de qualificação profissional dos jovens à entrada no mercado de trabalho e da qualificação profissional dos activos. Falta de reconhecimento das qualificações adquiridas por via profissional. Fragilidades decorrentes da mono-especialização sectorial, por subespaços, em actividades relativamente tradicionais com consequências ao nível da dependência de algumas áreas (especialmente concelhos) do emprego gerado por um único ramo de actividade produtiva. Baixos níveis de "qualificação" dos serviços de apoio à actividade produtiva e fraca correlação entre os níveis de desempenho do sector secundário e do terciário. Insuficiência de serviços de extensão à produção, devidamente articulados com as áreas da formação e investigação, cruciais numa região de agricultura minifundiária. Deficiente estruturação dos produtos turísticos (engenharia do produto turístico) e fraco nível de qualificação e competência da generalidade dos profissionais associados ao sector, dificultando o aproveitamento de recursos no âmbito do Turismo de Congressos. Deficiente coordenação e intermodalidade entre os diversos modos de transportes urbanos e suburbanos, o que dificulta a mobilidade dos trabalhadores. Dificuldades de consolidação de centralidades e de afirmação de espaços urbanos qualificados e de referências urbanas, com a excepção dos casos de Viana do Castelo; Grande carência de serviços especializados de apoio às empresas e à qualificação e diversificação industriais (Centros de Formação /Tecnológicos /Certificação /Design/I&D).

<p>as actividades económicas e da participação em redes internacionais de I&D.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Emergência do turismo como sector dinâmico da região – Turismo verde ligado às áreas protegidas, turismo rural, turismo enológico ligado às Rotas de Vinhos e turismo cultural incluindo os centros históricos das cidades e desenvolvimento do golfe, de atracções ligadas a actividades de lazer, ao jogo (isto é, casinos) e desporto hípico, atraindo investimento, no âmbito de desenvolvimento do turismo de congressos. • A vertente de reforma da PAC que se traduz pela substituição de medidas de suporte de preços por ajudas ao rendimento e pelo reforço da política socioestrutural e de desenvolvimento rural. • Possibilidade de concentração e valorização das produções primárias, através de processos de certificação e comercialização; • Possibilidade de certificação e promoção externa de produções características e de elevada qualidade. • Aproveitamento dos corredores de tráfego transeuropeus para a fixação de actividades. • Consolidação e internacionalização de alguns eventos culturais realizados na região e criação de instituições e equipamentos culturais de cariz nacional. • Oferta de formação de nível superior e a sua articulação com a formação de nível médio de forma a criarem-se valências locais de forte competitividade externa. A articulação institucional entre estruturas de formação (centro de formação profissional, escolas profissionais e tecnológicas, Forpescas, Instituto Politécnico, etc.) e com outras instituições locais e regionais (Câmara Municipal, empresas industriais e de serviços, associações empresariais), como fundamentais para o desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento regional; • Evolução do número de trabalhadores por conta de outrem, por concelho, segundo a actividade económica, na indústria transformadora; • Capacidade da cidade de Viana do Castelo, em reter / inserir no tecido sócio-económico, a população com formação superior, em sectores de apoio à produção; • Processo de desenvolvimento de serviços, incentivado pelo sector industrial local e regional; • Sistemas de incentivo disponíveis para investimento no sector industrial e formas de divulgação/informação aos diferentes sectores produtivos; • Existência de recursos minerais susceptíveis de aproveitamento, nomeadamente no campo das rochas ornamentais cujo mercado ainda é competitivo, e no campo do caulino e de alguns minérios raros como o lítio, assim como a disponibilidade de recursos hídricos e hidroeléctricos; • Aproveitamento de infra-estruturas de escoamento da produção industrial, como o porto marítimo de Viana do Castelo, caminho-de-ferro e acessibilidades, recentemente concluídas, com vista ao mercado nacional e internacional (IP1); • Disponibilidade financeira associada a fundos comunitários e penetração de capital estrangeiro, e respectivo enquadramento na concertação de vontades políticas e empresariais de agentes institucionais e económicos do Alto Minho. • Presença de indústria de elevado valor acrescentado vs especialização em ramos tradicionais que denotam uma evolução recessiva; • Condições edafo-climáticas favoráveis à aquacultura, no âmbito da actividade piscatória. 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de um incipiente "mercado local", que pode ser estimulado pela especialização funcional de cada cidade e sua articulação em rede; • Escassez de "massa crítica" e de capacidade empresarial local; • Forte dependência do emprego no sector público administrativo; • Fraca capacidade de fixação da população jovem com formação média e superior; • Dificuldades de acesso e difusão da informação e das comunicações; • Deficientes ligações entre a cidade e o seu território de influência, limitando a dimensão do "mercado". • Falta de qualificação, dinamismo e inovação empresariais; • Fraca retenção do valor acrescentado dos produtos agro-florestais; • Acessibilidades reduzidas, nomeadamente aos aglomerados polarizadores; • Exploração deficiente e pouco inovadora do potencial turístico e recreativo (turismo rural e de natureza, caça, pesca, etc.); • Dificuldades de provisão dos principais serviços de apoio público; • Insuficiente estrutura institucional de apoio ao desenvolvimento local. • Incipiência de estruturas de conservação e comercialização de pescado; • Fraca capacidade de utilização de apoios comunitários no âmbito do PROPESCA. • Débil interrelação entre as empresas da fileira (captura, comercialização e transformação) e correspondente subutilização de infraestruturas do Porto de Viana do Castelo • Recursos Humanos pouco qualificados
--	--

Quadro V. 5. - ESTRUTURA PRODUTIVA - COMÉRCIO E SERVIÇOS

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> - Imagem mediática do território, posicionando-se em torno do ambiente e do conceito de qualidade de vida, conquistando um capital de afectividade a partir, por exemplo, da procura sazonal. - Riqueza paisagística, com importantes áreas de património natural, constituindo o Parque Nacional da Peneda – Gerês o expoente máximo de recursos diversificados e complementares; - Localização geográfica, complementada por boas acessibilidades existentes, e outras programadas; - Profundas relações transfronteiriças, estando cultural e socialmente enraizada uma dinâmica de partilha de interesses e recursos, desenvolvendo-se uma euro-região de dimensão e dinâmica consideráveis; - Crescente qualificação da rede de centros urbanos, com preocupações acrescidas na preservação do ambiente e qualidade de vida; - Massas industriais já instaladas em Viana do Castelo e V.N. Cerqueira; - Tradição de oferta cultural, que criou espaço de atracção de profissionais ligados à criação artística e à animação cultural em geral, à qual se acresce a melhoria das infra-estruturas culturais e de lazer; - Emergência de formação de nível superior, sobretudo em áreas transversais como a engenharia e gestão; - Reforço dos mecanismos de apoio à criação de actividades locais e do próprio emprego; - Dinâmica de recuperação de aldeias tradicionais do Alto Minho interior, aliando a preservação da ruralidade do meio com uma interessante dinâmica turística; - Importância social e económica das feiras e mercados; - Sector do comércio em claro processo de mudança, pela emergência de novas iniciativas e projectos; - Novas condições de concorrência que constituem um desafio à modernização do tecido comercial instalado; - Esforços relevantes e coerentes de intervenção e política urbanística e de revitalização dos centros históricos, no sentido da valorização, essencialmente das sedes de concelho da região; - Aposta em perfis de diferenciação no comércio tradicional, organizados em torno da valorização de fileiras comerciais de produtos específicos da região, valorizando as condições de acolhimento, atendimento e satisfação do cliente; - Formação de Recursos Humanos, estudo e promoção da região, bem como atracção de novas dinâmicas económicas, promovidos pelo Ensino Superior existente na região; - Contexto favorável à internacionalização do comércio, nomeadamente através da penetração de capital estrangeiro bem como da associação empresarial que decorre da livre circulação de capitais e do desenvolvimento do <i>franchising</i>, em franco crescimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acessibilidades interiores e isolamento de alguns meios rurais; - Centros urbanos de pequena dimensão e sem grande articulação, dispersão espacial dos aglomerados rurais, forte êxodo rural, o que leva a graves dificuldades na fixação da população, sobretudo nos concelhos do interior; - Dinâmica demográfica regressiva, forte diminuição da população activa; - Forte debilidade regional endógena no que respeita a capacidade empresarial e de empreendimento, traduzida numa forte dependência da atracção da capacidade exterior; - Mercado de trabalho de reduzida dimensão, com mão-de-obra pouco qualificada; - Desarticulação entre os projectos industriais de maior dimensão e a base produtiva tradicional existente na região, com fortes dificuldades na criação de complementaridade; - Fraco associativismo, resultando na quase ausência de cooperação, nomeadamente em áreas com maior dificuldade como a penetração e promoção dos produtos nos mercados finais; - Tecido empresarial pouco desenvolvido apresentando sobretudo, micro e pequenas empresas, de estratégia e gestão marcadamente familiares; - Oferta incipiente de serviços às empresas, havendo áreas fundamentais ainda a desenvolver como o design, qualidade ou o marketing; - Oferta comercial com baixos níveis de qualidade média e de diversificação de serviços; - Ausência de coordenação e promoção do turismo aliada à fraca capacidade hoteleira e estruturação da oferta, levando a taxas de permanência muito baixas, descurando o enorme potencial existente; - Debilidade de animação turística, muito focada territorialmente e sem capacidade – devido essencialmente à pouca articulação e cooperação dos projectos existentes; - Alguma inércia do sector da restauração, que não responde a novos padrões de consumo, relacionados com níveis de atendimento, genuidade e qualidade gastronómicas; - Oferta reduzida e pouco diversificada de actividades culturais; - Incipiente e pouco dinâmica organização e comercialização de produtos tradicionais da região (carne, mel, fumeiro, ...) e do artesanato, o que leva à fraca promoção dos produtos, apesar da procura; - Indefinições de programação de vias de interligação de alguns municípios à A3; - Forte tradição e pujança da massa de acolhimento industrial existente na faixa galega próxima; - Existência de produtos extremamente competitivos, nomeadamente do outro lado da fronteira, que limitam e conquistam o espaço de implantação dos produtos tradicionais da região, assim como outras rotas e produtos turísticos, mais bem organizados e já instalados; - Dinâmica ao nível de manifestações culturais de impacte europeu noutras áreas, podendo polarizar os fluxos turísticos, tornando o Alto Minho, um mero local de passagem; - Alguma dispersão institucional que poderá retardar ou desvirtuar a execução da estratégia definida para a região; - Flutuação de Públicos e Visitantes, desequilibrada ao longo do ano.

Quadro V. 6.- TURISMO

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Imagem mediática do território, posicionando-se em torno do ambiente e do conceito de qualidade de vida, conquistando um capital de afectividade a partir dos que buscam este território sazonalmente ou em fim-de-semana; • Eevada qualidade ambiental e paisagística, com abundantes pontos singulares de grande valor natural ou cultural; • Emergência de uma fileira em torno das actividades de turismo verde • Actividades agro-florestais de alto valor acrescentado • Actividades no domínio da produção, animação e gestão culturais • Actividades no domínio da certificação, qualificação e comercialização de produtos tradicionais • Oferta e gestão de serviços de base eminentemente urbana (condomínios, fiscalização e segurança) • Algumas manchas extensas de solos com boa produtividade agrícola ou florestal; • Existência de raças autóctones e produtos locais passíveis de certificação e promoção externa; • O Rio Minho e os seus afluentes, Coura, Mouro e Trancoso, assim como o Rio Âncora, constituem recursos de grande qualidade para a pesca desportiva; • O litoral e a zona ribeirinha dos concelhos de Caminha, V.N.Cerveira e Valença podem proporcionar caça de espécies de arribação; por seu lado, a área de Castro Laboreiro, em Melgaço, e de Paredes de Coura possibilitam a instalação de reservas de caça; • No conjunto das termas nacionais, destacam-se pela sua qualidade e propriedades, as de Melgaço e Monção, ainda que se tenha vindo a verificar uma diminuição na sua frequência; • As praias do vale do Minho são de elevada qualidade, com destaque para a praia de Moledo, com atribuição de bandeira azul; • Os desportos náuticos, no rio Minho – sobretudo a jusante de Seixas (Caminha) – encontram um local privilegiado para a sua prática, enquanto as praias da foz do Minho, de Moledo, da Mariana e Vila Praia de Âncora apresentam óptimas condições para a prática de <i>Windsurf</i> e <i>Bodyboard</i> • As águas de mesa medicinais de Grichões (Paredes de Coura), Valadares (Monção) e Peso(Melgaço); • O Parque Nacional da Peneda – Gerês, apresenta características ímpares; da variedade da paisagem à diversidade de microclimas, das espécies animais e vegetais existentes aos vestígios históricos de mais de 50 mil séculos de ocupação humana, não esquecendo a originalidade e experiências acumuladas das comunidades humanas aí instaladas. É um dos locais mais visitados do país, estimando-se que atraia entre 400 a 500 mil visitantes por ano, com forte concentração de Julho a Agosto, altura em que poderá, segundo as mesmas estimativas, receber cerca de 3500 pessoas por dia; • A Serra D'Arga, o Monte de Faro, são quase um recurso primário para o turismo, contribuindo para a imagem de conservação e preservação do ambiente e da qualidade de vida; • No âmbito do património construído, destacam-se os circuitos do Românico, dos Castelos e Castros; • Existência de um património cultural rico, nomeadamente nos centros históricos; • A tradição cultural, manifestada em Feiras, Festas e romarias representam a identidade cultural da tradição e cultura do Minho, vincada nos concelhos do Alto Minho; • possibilidade de concentração e valorização das produções primárias, através de processos de certificação e comercialização; 	<ul style="list-style-type: none"> • Abandono e degradação do património construído com algumas intervenções dissonantes; • Deficientes ligações entre a cidade e o seu território de influência, limitando a dimensão do “mercado”. • Forte tendência de desertificação e envelhecimento populacional; • Exploração deficiente e pouco inovadora do potencial turístico e recreativo (turismo rural e da natureza, caça, pesca, etc.); • Falta de qualificação, dinamismo e inovação empresariais; • Fraca retenção do valor acrescentado dos produtos agro-florestais; • Acessibilidades reduzidas, nomeadamente aos aglomerados polarizadores; • Exploração deficiente e pouco inovadora do potencial turístico e recreativo (turismo rural e da natureza, caça, pesca, etc.); • Dificuldades de provisão dos principais serviços de apoio público; • Insuficiência administrativa e financeira local para a protecção e promoção do património natural e cultural; • Insuficiente estrutura institucional de apoio ao desenvolvimento local. • Forte concorrência inter-municípios em torno de modalidades de turismo alternativo susceptíveis de valorizar recursos locais (ambientais, patrimoniais, culturais) e conseqüente incapacidade de fixar sustentavelmente uma procura regular para essa oferta não organizada.

<ul style="list-style-type: none"> • possibilidade de promoção turística através de rotas e circuitos temáticos, articulando o turismo em espaço rural com a vertente cultural; • existência de um incipiente "mercado local", que pode ser estimulado pela especialização funcional de cada cidade e sua articulação em rede; • O artesanato, apesar da sua situação problemática, associada à crise das áreas rurais, mantém a relação de coerência social, económica e cultural preferencial, com todo o contexto rural. A tecelagem do linho, a cestaria, a marcenaria, a tecelagem de mantas e tapetes, o trabalho da madeira e cortiça, e a pintura e confecção de arte sacra são os principais ofícios artesanais; • Os circuitos e itinerários turísticos são factores de reforço da atractividade turística da região. Destacam-se os Caminhos de Santiago como itinerário religioso e um marco de interligação do norte de Portugal e a Galiza. As rotas do vinho, que associadas à gastronomia podem ser uma importante atracção turística; • O recurso Alvarinho é uma forte potencialidade a explorar em Monção e Melgaço; • As espécies autóctones (cão de Castro Laboreiro, cavalo Garrano, cachena, cabra serrana, cabrito serrano e borrego do Monte, Barrosão e Galega) são espécies protegidas sobre as quais já se faz algum trabalho de preservação, que importa valorizar e encontrar soluções de desenvolvimento, tanto como elemento valorizador das áreas rurais e biodiversidade existente, como de apoio e complemento às frágeis economias locais; • A floresta é um elemento importante no Minho-Lima. Apenas cerca de 56% do espaço florestal está efectivamente ocupado com floresta. É um sector com alguma dinâmica económica, com a presença de indústrias em todas as fases da fileira florestal. No entanto, hoje a taxa de reflorestação é muito baixa. Destruir ou abandonar esta recurso significará uma descaracterização da região. • Registo de Procura de Proximidade e Procura Regional, á qual se pode adicionar toda a procura gerada pela actividade industrial em crescimento. • A restauração Tradicional, dotada de uma oferta gastronómica genuína como uma componente complementar importante, no produto turístico. 	
---	--

Quadro V. 7.- INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS – SANEAMENTO BÁSICO

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de um considerável investimento em infra-estruturas e equipamentos de saneamento básico no QCA II (1994-99), • Existência de um considerável número de investimentos previsto no <i>PBH do Minho</i> em saneamento básico; • Considerável incremento nos níveis de atendimento de abastecimento público de água em Viana do Castelo, Paredes de Coura, Monção, e Melgaço; • Implementação de dois sistemas multimunicipais de abastecimento de água – <i>Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água à área norte do Grande Porto – Águas do Cávado SA</i> e o <i>Sistema Integrado de Abastecimento de Água ao vale do Lima</i>; • Contexto climático caracterizado por precipitação frequente e intensa durante todo o ano, garante a manutenção de balanços hídricos no solo menos deficitários; • baixo grau de urbanidade e de competitividade do tecido produtivo (indústria, agricultura e pecuária) justificam baixas captações nos consumos de água; • Existem vários projectos de investimento em rede e infra-estruturas de tratamento de efluentes líquidos; • Extraordinário incremento na recolha de RSU's estando quase 100% da população servida em todos os concelhos; • Organização da área em dois sistemas multimunicipais de gestão de RSU's – a Valorminho e a Resulima. 	<ul style="list-style-type: none"> • Face às características da região as despesas municipais efectuadas com a protecção do ambiente são escassas; • A estrutura difusa do povoamento e a morfologia tornam os investimentos em infra-estruturas de saneamento básico muito mais onerosas; • Grande diversidade nos valores concelhios de atendimento inventariados para o saneamento básico consoante as fontes consultadas (<i>INE, PBH'S do Minho e Lima, S.M.AA à área norte do Grande Porto – Cávado SA, SIAA ao vale do Lima, etc.</i>) • Existência de diferenças substantivas regionais ao nível do abastecimento público de água – a bacia do Minho melhor servida que a bacia do Lima e as freguesias litorais dos concelhos em melhor situação do que as do interior; • Existência de fortes carências no abastecimento público de água em Arcos de Valdevez ; • A maioria das captações de água no vale do Minho são subterrâneas (146 contra 8 superficiais); • No vale do Lima as captações de água são superficiais (47%) e subterrâneas (53%); as condições hidrogeológicas desta bacia não facilitam caudais abundantes o que dificulta o abastecimento no Verão; • Os aglomerados com menos de 1000hab. utilizam furos, poços, minas ou nascentes o que cria problemas de controlo da qualidade da água; • A baixa escolarização, os poucos recursos económicos e o envelhecimento de uma grande parte da população cria condições pouco propícias à mudança de <i>estilos de vida</i> e à adesão às redes de abastecimento de público de água, de drenagem de esgotos ou recolha, tratamento e deposição de RSU's; • Toda a área está mal servida no que respeita à rede de drenagem de efluentes e tratamento de águas residuais; • Grande diversidade na produção de efluentes para a rede entre Viana do castelo e Caminha e os restantes concelhos do Alto Minho; • Vários focos de poluição de recursos hídricos (industriais e domésticas) de difícil identificação e fiscalização face às características dispersas de localização das pessoas e actividades;

Quadro V. 8. - EQUIPAMENTOS DE ENSINO E FORMAÇÃO

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de expansão do ensino pré-escolar, uma vez que existe um número crescente de salas e/ou escolas vagas do 1º ciclo do ensino básico; • Aumento gradual do corpo docente profissionalizado; • Incremento da procura social e familiar dos sistemas de educação e formação; • Dinâmica de crescimento da formação inicial e contínua, através, nomeadamente, da oferta formativa de carácter profissionalizante e cursos tecnológicos; • Existência de pólos do ensino superior politécnico, com grande capacidade de fixação e atracção de jovens e que revelam um esforço de criação de cursos vocacionados para as reais necessidades da área; • Contexto geral favorável à expansão do ensino superior privado; • Reforço recente do sistema de oferta de formação orientada para a qualificação e reciclagem profissional, protagonizada por algumas instituições privadas, associações empresariais e por IPSS's. 	<ul style="list-style-type: none"> • Excessiva dispersão do povoamento com deficientes condições de acessibilidade e transporte, dificultando as condições de acesso ao ensino básico; • Existência de um número bastante elevado de escolas com ensino mediatizado; • Elevados custos associados à rede de transportes escolares, nem sempre corresponde a um serviço integrador das necessidades diversificadas, nomeadamente, no que concerne aos horários, dos jovens que o utilizam; • Fraca densidade populacional e envelhecimento das estruturas demográficas de algumas áreas diminuindo os limiares necessários ao funcionamento das escolas do 1º ciclo do ensino básico pondo em risco a sua "sobrevivência"; • Elevadas taxas de abandono escolar e não cumprimento da escolaridade obrigatória; • Fraco grau de profissionalização do corpo docente; • Sobrelotação de alguns estabelecimentos de ensino (sobretudo os que ministram o 3º ciclo e o secundário) e problemas de apetrechamento das escolas; • O reflexo de muitas destas situações referidas atinge de forma particular os jovens oriundos das freguesias mais periféricas, relativamente aos quais se registam também outras condições de partida desfavoráveis, associadas aos seus contextos familiar, social e económico; • Os serviços de orientação escolar, vocacional e profissional, contribuem de uma forma ainda deficitária para a informação, esclarecimento e orientação dos jovens relativamente às oportunidades e condições de formação (escolar e profissional) e de inserção socio-profissional; • Insuficiente oferta e diversificação do ensino superior, nomeadamente politécnico; • Fraca articulação entre a formação profissional e as necessidades do tecido empresarial local.

Quadro V. 9 . - EQUIPAMENTOS DE DESPORTO E CULTURA

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Contexto geral favorável à expansão das actividades desportivas, de recreio e lazer; • Crescente apetência pelos espaços naturais e contactos com a natureza, nomeadamente, através da prática de desportos náuticos, radicais, de aventura, educação ambiental e ecoturismo; • Maior investimento em novos equipamentos desportivos e culturais, polivalentes e mais descentralizados, devido aos apoios financeiros comunitários (caso do PRONORTE e LEADER); • Existência de vários espaços naturais com vocação para o desporto, recreio e lazer e espaços arquitectónicos com possibilidade de serem reabilitados para equipamentos e acontecimentos culturais; • Associação equilibrada de um rico património cultural e arquitectónico, a recursos e valores naturais e paisagísticos, constitui a base de uma identidade cultural forte e um potencial turístico muito significativo; • Promoção de acontecimentos desportivos e culturais regulares com algum impacto: Torneio Internacional de Andebol de Caminha, FESTIVIANA, VIDEOVIANA, Festival de Jazz na Praça da Erva, Bienal de Cerveira, as propostas de Verão Desportivo promovido por algumas Câmaras para os jovens, animação das praias, festas e romarias; • Programas museológicos de valorização e divulgação dos acervos etnográficos locais e recuperação das tradições, usos e costumes locais sobretudo ligados à actividade agrícola; • Existência de várias associações e colectividades desportivas e culturais, como ranchos folclóricos, bandas de música, grupos desportivos que organizam, festivais locais e internacionais de folclore, encontros de música e de coros, torneios e competições desportivas, festas e romarias; • Política e projectos de qualificação e criação de equipamentos e infraestruturas de apoio ao desporto, recreio e lazer, nas envolventes ribeirinhas, aproximando a população e os núcleos urbanos do rio (caso por exemplo, do programa POLIS de Viana do Castelo); • Melhoria das acessibilidades no interior do Minho Lima e desta para todo o Norte do país e para a Galiza facilitando o intercâmbio e a mobilidade de públicos e produtos e eventos culturais; • Desenvolvimento e fortalecimento de dinâmicas de cooperação transfronteiriça, nomeadamente, através da Galiza-Norte de Portugal e do Eixo Atlântico, com consequente abertura para a colaboração em matéria de produção e animação desportiva, artística e cultural; • Implantação de Programas de Apoio Comunitários (caso do PRONORTE) que permitem o financiamento de equipamentos desportivos e culturais e incentivam a formação de redes de cooperação transnacionais, como o INTERREG e o LEADER; • O facto de o Noroeste Peninsular ser palco de manifestações culturais de impacto europeu, caso de Salamanca Capital Europeia da Cultura 2002, poderá constituir motivo para intensificar as relações transfronteiriças ao nível de uma política cultural concertada de modo que o Minho Lima possa vir a beneficiar dos fluxos que este acontecimento irá gerar; • A aposta do Instituto Português das Artes e Espectáculos de promover e apoiar programas de descentralização e difusão na área das artes do espectáculo, poderá ser uma possibilidade de receber e/ou fazer circular externamente, produções culturais diversas 	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de instalações para a prática desportiva e sub-aproveitamento das instalações existentes nas escolas; • Sub-aproveitamento dos espaços naturais com potencialidades de recreio e lazer; • Reduzida procura real e potencial da prática desportiva, quer devido à escassez da oferta, quer devido à importância das actividades agrícolas que são pouco propiciadoras a uma maior dinamização desportiva; • Escassez de equipamentos e eventos de carácter cultural e sua concentração nas sedes de concelho, muito deles subutilizados, sem programa e/ou modelo de gestão e funcionamento; • Falta de formação adequada de técnicos que possam garantir a gestão e programação eficaz dos equipamentos existentes ou futuros; • Reduzida capacidade financeira das colectividades desportivas e culturais, dependentes, na sua maioria, dos apoios autárquicos e incapazes de assumir estratégias de auto-financiamento próprias, revelando pouco dinamismo organizacional e capacidade empreendedora de modo a criar e dar continuidade às acções e políticas que as autarquias vêm desenvolvendo nesta área; • Limitações orçamentais dos municípios para as despesas com a cultura, com um peso acentuado das despesas com Jogos e Desportos; • Aposta pouco sistemática na valorização e divulgação do património cultural, nomeadamente, através de produção de material promocional e propostas de itinerários e percursos; • Insuficiente oferta de ensino e formação no campo artístico e cultural, com excepção de Viana do Castelo na área da Música e de Vila Nova de Cerveira, na área das artes, bem como de uma aposta sistemática no reforço das relações das instituições culturais com a escola; • Insuficiência geral ao nível da oferta regular e de qualidade de cinema, manifestada pela atracção das numerosas salas de cinemas das grandes superfícies comerciais dos centros urbanos próximos (Braga e Porto); • Excessiva concentração de acontecimentos no Verão, muito semelhantes, em detrimento de uma programação mais sistemática e regular ao longo do ano; • Predomínio de manifestações e eventos de carácter tradicional, que pretendem abraçar todos os segmentos de público, não apostando na diversificação e formação de novos públicos e hábitos culturais; • Forte atractividade dos grandes centros urbanos como Porto, Braga e Vigo, acentuada pela melhoria das acessibilidades, nomeadamente, ao nível da maior diversificação de equipamentos e de grandes eventos culturais e desportivos; • As dificuldades ao nível das acessibilidades e do transporte intrarregional, torna-se um obstáculo à deslocação das populações, dificultando a sua deslocação aos equipamentos e a itinerância de produtos e eventos culturais; • Envelhecimento e desertificação populacional e consequente abandono e decadência de práticas culturais e saberes-fazer tradicionais que dificulta a sua preservação e transmissão aos mais jovens • Flutuação desequilibrada de públicos ao longo do ano, que se traduz numa excessiva concentração de pessoas no Verão, com emigrantes, estudantes em férias e turistas e um vazio nos meses de Inverno;

Quadro V.10 . - EQUIPAMENTOS DA SEGURANÇA SOCIAL E SAÚDE

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do investimento na rede pré-escolar e de apoio aos jovens; • Possibilidade de reconversão das escolas do 1º ciclo do básico, que se encontram fechadas, para equipamentos de ensino pré-escolar, ATL's ou até mesmo de apoio à terceira idade; • Aumento do investimento em equipamentos de apoio à terceira idade; • Celebração de um maior número de acordos entre a Segurança Social e Instituições Particulares de Solidariedade Social, para melhorar e tornar mais barata a descentralização dos equipamentos pré-escolar, ATL's e de apoio à terceira idade. 	<ul style="list-style-type: none"> • A rede de estabelecimentos do pré-escolar apresenta uma evolução positiva nos últimos anos, mas regista ainda um grau de cobertura insuficiente face às necessidades actuais e às que se perspectivam pelo movimento tendencialmente crescente de entrada da mulher no mercado de trabalho; • Grau de cobertura insuficiente de ATL's face às necessidades actuais das famílias; • Forte envelhecimento da população, com tendência a agravar-se no futuro, situação que torna-se grave para a sustentação do sistema de segurança social; • A rede de estabelecimentos de apoio à terceira idade apresenta uma evolução positiva nos últimos anos, mas regista ainda um grau de cobertura insuficiente, situação que é cada vez mais problemática, dada a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, às maiores dificuldades de apoio intergeracional e perda das redes de apoio de vizinhança e entreajuda.

Quadro V. 11. - ACESSIBILIDADES E COMUNICAÇÕES

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Posição central num eixo de considerável dinamismo demográfico e económico, aspirando esta região, na figura da cidade de Viana do Castelo, a constituir um nó de intermediação entre a dinâmica transfronteiriça (a Norte) e a metropolitana (a Sul); • A auto-estrada Porto - Valença (A3/IP1) rasga perpendicularmente pelo interior e é elo de ligação principal à Galiza • O IC1 Porto - Viana do Castelo ligando o litoral, que espera o arranque do prolongamento até Caminha, com possível extensão a Vila Nova de Cerveira, acrescentando a sua utilidade como eixo de ligação à Galiza; três novas pontes internacionais – Melgaço/Arbo, Monção / Salvaterra do Miño e Valença / Tuy, encontrando-se a ligação Cerveira / Goyan já em construção. • Necessidade de conclusão do IC1 até Caminha e Valença, assumindo-se este, cada vez mais como itinerário complementar à auto-estrada, de aproximação das localidades litorais e acesso à Galiza • Falta de concretização do IP9/IC28 entre Viana do Castelo e Arcos de Valdevez, atravessando diagonalmente a região e unindo centros de média dimensão, mas de elevada afinidade • Ausência de uma ligação entre o nó da A3 e Paredes de Coura • A rede rodoviária é pouco conectada, resumindo-se à ligação dos vales e das localidades mais importantes à rede principal. O traçado e a qualidade das estradas é pouco adequado às necessidades de circulação actuais, pelo que se detecta a inexistência de uma rede intermédia de estradas que articule as vias existentes e projectadas de carácter nacional com a malha densa de nível municipal. • Esta região deverá ser beneficiada com a Linha 1 da Rede de Alta Velocidade (RAVE), no Eixo Atlântico que liga o Centro e o Norte de Portugal com a Galiza, em Espanha – linha Lisboa – Porto – Vigo. 	<ul style="list-style-type: none"> • A estrutura viária assenta fundamentalmente em dois eixos Norte-Sul, sensivelmente paralelos, o IP-1 e o IC-1, não se registando, até à actualidade, eixos transversais de destaque (IP9 e IC28 não concluídos) em termos de articulação do litoral e a concelhos do interior da região • As ligações ao interior da região, constituem uma das principais debilidades da articulação intra-regional. • A região manifesta uma fraca acessibilidade intra e inter-regional, condicionada por factores históricos e geográficos, levando não apenas à periferização da região mas também a uma organização territorial estruturada ao longo de dois sub-sistemas - Vales do Lima e Minho – com algumas dificuldades na permeabilidade entre ambos • Grande dispersão do povoamento, com custos acrescidos dos serviços públicos (saneamento básico, rede viária, transportes e equipamentos colectivos). • Criação de grandes dependências funcionais relativamente a centros urbanos exteriores ao território do Alto Minho (como Braga, Porto e Vigo). • Das quatro vias com características de IP ou IC que cruzam o Alto Minho – IP1, IP9, IC1 e IC28 – apenas o Itinerário Complementar 1 e o Itinerário Principal 1 estão já concluídos dentro dos limites da área, sendo fundamentais na dinâmica que se pretende empreender para o Alto Minho, apesar de alguns aspectos negativos associados aos mesmos, como a possibilidade de atribuírem a esta área, características de atravessamento (o que seria um efeito nulo ou negativo para o Alto Minho), caso não sejam devidamente enquadradas por medidas de reforço das acessibilidades intra-regionais. • Estes eixos significam uma profunda reformulação da rede rodoviária, quer quanto à definição dos seus eixos estruturantes, quer

<ul style="list-style-type: none"> • Este porto constitui uma importante infraestrutura para a dinamização da actividade económica do Alto Minho, em geral e da cidade de Viana do Castelo, em particular. Integra três componentes fundamentais: comercial, de pesca e de recreio, servindo ainda de suporte à actividade da construção e reparação naval 	<p>ainda no que se refere à componente de reforço das acessibilidades com a sua envolvente regional, assumindo-se como um eixo litoral peninsular de promoção das acessibilidades inter-regional e transeuropeia;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foram remodelados vários caminhos e estradas de âmbito municipal, em áreas concelhias pontuais, ao abrigo do Pronorte, contribuindo desta forma para uma melhoria acentuada da rede viária, no sentido de um aumento de acessibilidade relativamente a áreas urbanas próximas, meios de produção e prestação de serviços. • A rede ferroviária na área assume um papel algo reduzido e desadequado, resumindo-se a uma única via, constituída pela Linha do Minho • A forte supremacia dos portos muito próximos e bem equipados de Leixões e de Vigo, bem como o baixo nível de cabotagem existente entre os portos peninsulares, têm dificultado a afirmação e articulação do porto de Viana como porto complementar daqueles. Por outro, a deficiente integração viária e a não disponibilidade de ligação ferroviária ao porto comercial, dificulta a concretização do seu hinterland potencial definido nos estudos técnicos, que abrangem os distritos de Braga e Vila Real. • Indefinições de programação de vias de interligação de alguns municípios à A3; • Contínuo adiamento da melhoria do eixo ferroviário transfronteiriço.
---	--

Quadro V. 12. - DINÂMICA INSTITUCIONAL

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Grande dinamismo institucional público, privado e de parcerias (espessura institucional) • Grande potencial de mobilização cívica • Associativismo dinâmico • Grande capacidade empreendedora • Lideranças fortes com capacidade de lobbying dentro e fora da região • Ligações ao exterior da região intensas (participação em redes nacionais e transnacionais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Redundâncias em funções de instituições diferentes • Sobreposição de áreas de intervenção de instituições • Concorrência entre instituições • Dependência de financiamento público para funcionamento • Algumas situações de elitismo e corporativismo regional • Perda de centralidade de Viana do Castelo a favor de Braga e Porto para alguns serviços periféricos da administração central

Quadro V. 13. - RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS ALTO MINHO-GALIZA

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Concentração demográfica e de emprego Industrial com enorme relevância no contexto da fachada atlântica e da União Europeia – enquanto enquadramento de referência da parcela territorial a analisar; • Cultura empresarial e de empreendimento já enraizada nas áreas de maior concentração do litoral das duas regiões em causa; • Duas diásporas com importância no Continente Americano ainda não plenamente aproveitadas sob o ponto de vista da estratégia de internacionalização da Euroregião; • Capilaridade viária transfronteiriça impulsionadora do incremento dos fluxos de cooperação/integração bem como uma armadura viária principal tendente à aproximação (da <i>Euroregião</i>) ao centro dinâmico da Europa; • Capital inestimável de proximidade, vizinhança e identidade cultural no quadro de uma área de fronteira longa e densa – o que a distingue dentro do contexto de toda a fronteira luso-espanhola; • Elevada capacidade de proximidade e de cooperação institucional; • Capacidade endógena de concepção e lançamento de novos eventos com grande mobilização e com visibilidade nacional/internacional; • Externalidades públicas e semi-públicas existentes no que toca aos serviços prestados às empresas (as de matriz sectorial) e fortes potencialidades de extensão do seu mercado de assistência técnica e investigação aplicada à região cooperante; • Infra-estruturas existentes (com destaque para Portos e Aeroportos) com uma dimensão internacional considerável – embora não totalmente rentabilizados sob o ponto de vista de uma estratégia de um sistema aeroportuário e portuário de âmbito eurorregional. • Reforço tendencial das tipologias de (novos) factores impulsionadores de actividades, tais como, o emprego e o desenvolvimento (nos quais se incluem o ambiente, a cultura, o lazer, a vivência urbana da escala humana) nas quais a Euro Região se afirma como competitiva; • Consolidação do processo de integração das duas economias ibéricas – com a emergência de um conceito de Mercado Interno que entende o mercado ibérico como uma “unidade de referência”. 	<ul style="list-style-type: none"> • A maioria das estratégias empresariais de internacionalização são orientadas em função de prioridades que não incluem a Euroregião enquanto plataforma estratégica de aposta; • A mesma observação, anteriormente feita, quanto a algumas infra-estruturas e equipamentos relevantes – quer do Norte de Portugal, quer da Galiza – os quais continuam a ser geridos sob uma lógica de isolamento (ou estritamente nacional) e não - como poderiam/deveriam ser - sob uma lógica de <i>complementaridade</i> no quadro do Noroeste Peninsular o que traria eventuais ganhos de clarificação de nichos de mercado a explorar; • Inexistência de Pólos de Excelência em domínios nevrálgicos das Tecnologias de Informação e Comunicação; • Perda de capacidade de atracção de capital estrangeiro; • Política diferenciada de incentivos ao investimento na <i>Euroregião</i> e conseqüente introdução de efeitos perversos no processo de integração; • Potencial de internacionalização das principais Universidades da Região, alicerçada em redes internacionais que não integram a Euro Região (a tendência de tais redes é construída essencialmente em função das Universidades/origem dos doutoramentos que suportam hoje tais dinâmicas); • Predomínio de estratégias de cooperação baseadas apenas em modelos de intercâmbio de experiências – com grandes dificuldades e lacunas na formulação de projectos de grande envergadura financeira; • Falta de conhecimento sistemático da dimensão e áreas de abrangência das bacias de emprego transfronteiriço – com graves conseqüências para a emergência de acções de facilitação das condições de vida dos activos envolvidos nesse processo. • Incerteza quanto aos cenários prospectivos da União Europeia, havendo alguns riscos nos cenários possíveis de recentramento, penalizador do Noroeste Peninsular; • Riscos pelos desafios que a globalização possa determinar a decisão dos grupos empresariais, mais representativos da Euro Região, descolarem dos tecidos empresariais locais – no quadro das estratégias de internacionalização empresarial de largo alcance; • Riscos pelos desafios que a globalização possa determinar estratégias de “internacionalização de pequena escala” (isto é, institucionais e empresariais) isoladas ou até contraditórias. A mobilidade e importância do capital humano, enquanto factores de desenvolvimento geral, poderão tendencialmente obter condições para gerar desenvolvimento divergente e, como conseqüência, penalizar periferias menos bem dotadas com este tipo de recursos.

QUADROS

Quadro 1. I – Alguns recursos naturais do Alto Minho.

Recursos Naturais	
1. Bacias Hidrográficas	Minho, Lima e Ancora
2. Cursos de água principais	Minho, Lima, Ancora, Trancoso, Mouro, Gadanha, Coura, Castro Laboreiro, Vez, Labruja, Estorãos, Cabril, Tamente, Trovela
3. Litoral (frente marinha)	20 km de linha costeira
4. Geologia/Geomorfologia	Morfologia litoral; Morfologia glaciária; Morfologia fluvial. Granitos, caulinos, quartzos, feldspatos, argilas, aluviões, etc.
5. Águas Minerais	No rio Minho: Peso, Penso, Messegães, Valinha, Caldas de Monção (única fonte mineral quente do Alto Minho), S. Pedro da Torre. No rio Lima: Fonte das Virtudes, Fonte Santa.
6. Sistemas Florestais e Pastorais	Serras da Peneda, Gerês, Amarela, Cabril, Castro Laboreiro, etc.
7. Áreas Classificadas	Área Protegida/Parque Nacional -Parque Nacional da Peneda-Gerês; Zona de Protecção Especial – Serra do Gerês; Estuário do Minho e do Coura; Sítios da Lista Nacional (Fase I) - Rio Minho; Rio Lima; Peneda-Gerês; Sítios da Lista Nacional (Fase II) - Serra de Arga; Corno do Bico; Litoral Norte.
8. Zonas de Protecção Especial para a Avifauna	Estuário do rio Minho (Paúl da ribª. de Cerdal); Estuário do rio Coura; Lagoa de Bertandos; Ribª. de S. Simão; Serra do Gerês incluindo: planalto de Castro Laboreiro, Mata de Fiães, Mata de S. Lourenço, Mata do rio Cabreira, Mata de Albergaria, rio Laboreiro, cumeadas da Serra da Peneda, Serra Amarela
9. Áreas de Elevado Interesse Faunístico	Rio Mouro, Rio Labruja, Estuário do rio Minho, Foz do rio Coura, Linha de costa entre Moledo e Viana do Castelo, Serra da Arga e Corno do Bico

Quadro 1.II – Investimentos do PRONORTE

	AMBIENTE	Pop.Res. 2001 (INE)	Invest. Eleg. PRONORTE QCA II (contos)	Projectos previstos QCA III AIBT Alto Minho 2000-2006	Meta POA 2000- 2006
Vale do Minho		157785			
Caminha		16923			
Melgaço		9580			
Monção	Novo Balneário Termal (1ª e 2ª Fase) Arranjo da Zona Termal e Muralhas Anteprojecto de Requalificação da frente Ribeirinha de Monção Apoio Técnico à Gestão e Defesa Florestal do Vale do Minho	19320	770 000 39 858 26 400 11 971		
Par. de Coura		9329			
Valença	Gestão da localização industrial no vale do Minho	13769	28 500		
V.N. Cerveira	Projecto de Valorização Ambiental de VNCerveira I Simpósio Ibérico sobre a bacia hidrográfica do rio Minho	88864	15 000 2 308		
Vale do Lima		167279			
Arcos de Valdevez		24477			
Ponte da Barca	Recuperação Paisagística e Ambiental das margens do Lima e Vade	12507	104 000		
Ponte de Lima		43940			
Viana do Castelo	Gestão e Dinamização Empresarial no vale do Lima Atração de investimento e dinamização Empresarial do Minho-Lima Projecto para o desenvolvimento industrial e promoção do Alto Minho	86355	44 044 135 688 23 223		
Alto Minho		325064			95%

Quadro 2.I – Evolução da taxa de Variação da População Residente
(INE, *Recenseamentos da População*)

Unidade Territorial	Taxa de variação da população residente (%)			
	1960/70	1970/81	1981/1991	1991/2001
Arcos de Valdevez	-11,3	-9,3	-13,4	-8,3
Caminha	-15,4	12,5	2,0	5,5
Melgaço	-12,5	-16,8	-16,8	-9,8
Monção	-9,6	-3,9	-8,4	-8,5
Paredes de Coura	-12,7	-13,0	-7,7	-8,3
Ponte da Barca	-11,2	-3,0	-6,1	-1,8
Ponte de Lima	-1,5	3,5	-0,9	2,1
Valença	-22,3	10,6	6,2	-5,2
Viana do Castelo	-5,9	14,3	2,6	6,4
Vila Nova de Cerveira	-20,4	-1,3	5,5	-3,3
Minho Lima	-9,6	2,2	-2,6	- 0,08
Região Norte	-0,4	12,6	1,8	5,9
Continente	-2,2	15,2	0,4	4,8

Quadro 2.II – Evolução das taxas de natalidade e mortalidade (INE, *Anuários Estatísticos*).

Unidade Territorial	Taxa de natalidade						Taxa de mortalidade					
	1960	1970	1981	1991	1997	1999	1960	1970	1981	1991	1997	1999
Arcos de Valdevez	25,2	23,1	14,9	8,8	7,3	8,2	12,0	12,0	12,3	15,7	15,4	14,8
Caminha	20,8	15,8	14,6	11,3	9,4	8,7	12,2	13,4	12,9	13,4	12,7	13,2
Melgaço	20,8	17,8	12,8	8,1	5,7	6,4	10,2	11,1	13,5	16,5	18,4	16,0
Monção	22,9	16,7	14,9	8,1	6,5	5,9	12,0	12,1	12,7	14,6	12,6	14,0
Paredes de Coura	24,3	18,8	13,9	8,0	66,6	7,0	12,4	12,2	12,9	15,1	16,6	17,4
Ponte da Barca	25,7	26,4	17,6	11,9	9,6	10,0	11,7	12,7	11,6	14,1	14,9	12,2
Ponte de Lima	27,0	25,1	18,9	12,5	11,6	11,3	10,2	10,2	9,8	10,2	10,9	9,9
Valença	20,1	17,5	14,3	9,4	7,3	7,7	12,5	16,2	14,7	14,7	12,7	11,5
Viana do Castelo	26,6	22,5	17,0	11,7	10,9	10,9	11,3	10,8	8,9	10,0	9,2	9,8
Vila Nova de Cerveira	22,9	18,2	14,8	10,1	7,1	9,8	11,6	15,5	13,7	14,5	15,5	15,3
Minho Lima	24,8	21,4	16,2	10,7	9,3	9,5	11,6	11,9	11,1	12,4	12,1	11,9
Região Norte			17,8	13,2	12,3	12,2			8,7	7,7	8,9	9,1
Continente	24,1	17,8	15,5	11,6	11,1	11,6	10,7	9,6	9,5	10,4	10,8	10,8

Quadro 2.III - Sex Ratio, 1981 a 2001

(INE, *Recenseamentos de 1981 e de 1991, Recenseamento de 2001, dados provisórios*).

Unidade Territorial	Sex ratio		
	1981	1991	2001
Arcos de Valdevez	77,0	80,0	84,2
Caminha	80,2	84,1	85,5
Melgaço	77,6	75,6	81,0
Monção	79,7	82,1	83,6
Paredes de Coura	83,8	87,6	89,9
Ponte da Barca	81,6	85,2	88,8
Ponte de Lima	85,2	88,2	90,3
Valença	84,3	87,6	86,5
Viana do Castelo	86,3	86,4	89,4
Vila Nova de Cerveira	81,2	88,2	90,3
Minho Lima	82,8	85,1	87,8
Região Norte	92,9	93,4	94,1
Continente	93,1	93,2	92,9

Quadro 2.IV – Índices de evolução da estrutura etária da população
(INE, *Estimativas da População Residente, 1997 e Estimativas da População Residente, 1999*).

	Índices de Dependência							
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
	Jovens	Jovens	Idosos	Idosos	Envelhec.	Envelhec.	Total	Total
Arcos de Valdevez	34,3	21,4	38,0	44,6	110,8	208,7	7609,0	65,9
Caminha	32,0	22,1	27,6	31,1	86,2	140,7	6409,0	53,4
Melgaço	25,8	17,4	37,7	51,3	146,0	294,9	70,7	68,7
Monção	29,0	18,9	31,4	40,0	108,4	211,3	66,2	59,1
Paredes de Coura	30,5	19,9	35,2	40,5	115,3	202,7	73,9	60,4
Ponte da Barca	37,2	25,9	27,5	33,1	74,1	127,7	78,1	59,2
Ponte de Lima	37,8	27,9	23,0	26,2	60,7	93,9	77,4	54,1
Valença	29,1	22,2	27,9	32,7	95,7	146,5	66,5	55,0
Viana do Castelo	32,6	23,3	20,5	23,8	62,8	102,0	63,4	47,2
Vila Nova de Cerveira	30,5	22,8	30,3	34,7	99,5	152,2	67,4	57,5
Minho Lima	45,8	23,3	23,7	30,9	51,4	132,7	69,5	54,2
Região Norte	47,2	25,6	16,0	22,7	33,8	104,8	63,1	48,3

Nota: Índice de Dependência de Jovens = $\frac{P_{0-14}}{P_{15-64}} \times 100$
Índice de Dependência de Idosos = $\frac{P_{+65}}{P_{15-64}} \times 100$
Índice de Dependência Total = $\frac{P_{0-14} + P_{+65}}{P_{15-64}} \times 100$
Índice de Envelhecimento = $\frac{P_{+65}}{P_{0-14}} \times 100$

Quadro 2.VI – Alojamentos segundo o tipo de ocupação, em 1991 em %
(INE, Recenseamento da População e Habitação, 1991 e Recenseamento da População e Habitação
2001 – dados provisórios).

Unidade Territorial	Alojamentos segundo o tipo de ocupação						
	1991				2001		
	residência habitual	sazonal	ocup. Ausente	Vagos	residência habitual	sazonal	Vagos
Arcos de Valdevez	59,7	4,0	22,8	13,5	56,2	33,7	10,2
Caminha	52,3	21,6	12,1	14,0	46,9	46,7	6,1
Melgaço	60,0	6,2	24,5	9,3	52,1	40,9	6,9
Monção	65,3	5,4	20,1	9,2	59,2	29,7	11,2
Paredes de Coura	72,1	5,1	16,6	6,2	63,8	30,7	5,5
Ponte da Barca	62,6	5,5	18,2	13,6	61,5	31,4	7,1
Ponte de Lima	71,8	4,1	13,7	10,4	71,2	22,1	6,7
Valença	70,2	6,4	9,1	14,4	65,5	23,4	11,1
Viana do Castelo	69,0	8,5	12,0	10,5	65,7	24,4	9,9
Vila Nova de Cerveira	68,7	11,5	12,8	7,1	59,7	31,2	9,1
Minho Lima	65,7	7,6	15,6	11,1	61,8	29,4	8,8
Região Norte	49,2	76,5	5,2	8,2	73,6	16,0	10,4

Quadro 2.VIII – Alojamentos Familiares Ocupados segundo o tipo de ocupação
(INE, Recenseamento da População e Habitação, 1991 e Recenseamento da População e Habitação,
2001- dados provisórios)

	Tipo de ocupação dos alojamentos de residência habitual									
	1991					2001				
	res. hab.	próprios	%	arrend.	%	res.hab.	próprios	%	arred.	%
Arcos de Valdevez	9184	7672	83,5	435	4,74	9093	8123	89,3	694	7,6
Caminha	4793	3482	72,6	495	10,3	5653	4758	84,2	727	12,9
Melgaço	3844	3547	92,3	85	2,2	3748	3603	96,1	107	2,9
Monção	7104	6309	88,8	322	4,5	7073	6569	92,9	372	5,3
Paredes de Coura	3404	3097	91,0	96	2,8	3405	3178	93,3	112	3,3
Ponte da Barca	3945	3185	80,7	318	8,1	9265	3674	39,7	460	5,0
Ponte de Lima	11454	9361	81,7	781	6,8	13185	11412	86,6	1271	9,6
Valença	4691	3713	79,2	410	8,7	4950	4160	84,0	586	11,8
Viana do Castelo	23119	16789	72,6	3161	13,7	27820	21849	78,5	4952	17,8
Vila Nova de Cerveira	2884	2393	83,0	157	5,4	3051	2750	90,1	222	7,3
Minho Lima	74422	59548	80,0	6260	8,4	82253	70076	85,2	9503	11,6
Região Norte	97846	596854	610,0	198391	202,8	1186180	868014	73,2	262782	22,2

Quadro 2.IX – Alojamentos familiares segundo o tipo de infraestruturas existentes
(Recenseamento da População e Habitação, 2001- dados provisórios)

	Alojamentos familiares						
	Total	C/ electr.	%	C/ água	%	C/ esgotos	%
Arcos de Valdevez	9093	8905	97,9	7916	87,1	7737	85,1
Caminha	5653	5631	99,6	5603	99,1	5518	97,6
Melgaço	3748	3721	99,3	3638	97,1	3501	93,4
Monção	7073	7005	99,0	6996	98,9	6540	92,5
Paredes de Coura	3405	3363	98,8	3252	95,5	3012	88,5
Ponte da Barca	4275	4224	98,8	3922	91,7	3807	89,1
Ponte de Lima	13185	13087	99,3	12442	94,4	12382	93,9
Valença	4950	4915	99,3	4830	97,6	4671	94,4
Viana do Castelo	27820	27717	99,6	27253	98,0	27069	97,3
Vila Nova de Cerveira	3051	3034	99,4	2987	97,9	2885	94,6
Minho Lima	82253	61602	74,9	78539	95,5	77122	93,8
Região Norte	1186189	1182034	99,6	1146044	96,6	1139579	96,1

Quadro 2. X – Obras Concluídas, segundo o tipo de obras, para habitação, 1997 e 1999
(INE, *Anuários Estatísticos da Região Norte*)

	Obras Concluídas segundo o tipo de obras			
	1997 (%)		1999 (%)	
	Edifícios novos para Habitação	Obras de Reabilitação dos Edif. (Ampl., Trnsf. e Restau.)para Hab.	Edifícios novos para Habitação	Obras de Reabilitação dos Edif. (Ampl., Trnsf. e Restau.)para Hab.
Arcos de Valdevez	64,5	35,5	64,6	35,3
Caminha	78	21,9	78,8	21,1
Melgaço	68,4	31,5	66,1	33,8
Monção	78,4	21,5	73,8	26,1
Paredes de Coura	70,4	29,5	68,1	31,8
Ponte da Barca	74,3	25,6	63,4	36,5
Ponte de Lima	77,8	22,1	74,9	25,1
Valença	79,6	20,3	80,2	19,7
Viana do Castelo	77,2	27,7	79,3	31,6
Vila Nova de Cerveira	69,2	30,7	77,1	22,8
Região Norte	80,8	19,1	84,6	15,3

Quadro 3.I População residente (1991/2001), população agrícola familiar (1989 /1999) e respectivo peso relativo.

	População residente 1991	População agrícola familiar 1989	%	População residente 2001	População agrícola familiar 1999	%
Entre-Douro e Minho	2998779	466783	15,6	3235774	248443	7,7
Minho-Lima Nut III	250059	108018	43,2	249848	57799	23,1
Arcos de Valdevez	26976	15182	56,3	24724	9005	36,4
Caminha	16207	4428	27,3	17107	2175	12,7
Melgaço	11018	8210	74,5	9974	4130	41,4
Monção	21799	12467	57,2	19938	7285	36,5
Paredes de Coura	10442	6819	65,3	9575	3732	39,0
Ponte da Barca	13142	6714	51,1	12899	3764	29,2
Ponte de Lima	43421	24488	56,4	44336	14284	32,2
Valença	14815	4806	32,4	14044	2500	17,8
Viana do Castelo	83095	21384	25,7	88409	9703	11,0
V. N. de Cerveira	9144	3520	38,5	8842	1221	13,8

Fonte: INE – RGA 1989 e 1999; INE - Censos 91 e 2001

Quadro 3.II Número total de explorações com SAU, respectiva área média, variação do número e área média de SAU (1989 / 1999)

	Numero total de explorações c/ SAU	SAU (ha)	Numero total de explorações c/ SAU	SAU (ha)	Varição do número de explorações	Varição da SAU	Área média de SAU	Área média de SAU
	1989	1989	1999	1999	_89/99	_89/99	1989	1999
Entre-Douro e Minho	111184	289641	67362	215675	-39,4	-25,5	2,6	3,2
Minho-Lima Nut III	28600	87075	16695	68281	-41,6	-21,6	3,0	4,1
Arcos de Valdevez	4541	9799	3075	16675	-32,3	70,2	2,2	5,4
Caminha	1131	4098	543	2247	-52,0	-45,2	3,6	4,1
Melgaço	2522	16975	1355	6296	-46,3	-62,9	6,7	4,6
Monção	3678	11776	2206	7009	-40,0	-40,5	3,2	3,2
Paredes de Coura	1961	8019	1151	4375	-41,3	-45,4	4,1	3,8
Ponte da Barca	1711	6253	1119	10782	-34,6	72,4	3,7	9,6
Ponte de Lima	5764	12594	3713	10734	-35,6	-14,8	2,2	2,9
Valença	1345	3118	774	2088	-42,5	-33,0	2,3	2,7
Viana do Castelo	4929	10743	2382	7111	-51,7	-33,8	2,2	3,0
V. N. de Cerveira	1018	3699	377	964	-63,0	-73,9	3,6	2,6

Fonte: INE - RGA 1989 e 1999

Quadro 3.III Número total de explorações agrícolas com SAU superior e inferior a 1ha (1999)

	Número total de explorações com SAU	>= 1ha SAU	%	< 1ha SAU	%
Entre-Douro e Minho	67546	49397	73,1	18149	26,9
Minho-Lima Nut III	16735	12146	72,6	4589	27,4
Arcos de Valdevez	3081	2248	73,0	833	27,0
Caminha	546	392	71,8	154	28,2
Melgaço	1356	892	65,8	464	34,2
Monção	2207	1363	61,8	844	38,2
Paredes de Coura	1153	1022	88,6	131	11,4
Ponte da Barca	1123	917	81,7	206	18,3
Ponte de Lima	3729	2764	74,1	965	25,9
Valença	779	525	68,8	254	31,2
Viana do Castelo	2384	1747	73,3	637	26,7
V. N. de Cerveira	377	276	73,2	101	26,8

Fonte: INE - RGA, 1999.

Quadro 3.IV Ajudas ao investimento nas explorações agrícolas de Setembro de 1987 a Dezembro de 1995 (Regs 797/85 e 2328/91)

	Número total de projectos aprovados	Jovens agricultores	%	Melhoramentos fundiários		Construções agrícolas		Plantas		Animais reprodutores		Máquinas e equipamentos		Outros (inclui projectos "Turístico-Artesanais")		Total
				(10 ³ Esc.)	%	(10 ³ Esc.)	%	(10 ³ Esc.)	%	(10 ³ Esc.)	%	(10 ³ Esc.)	%	(10 ³ Esc.)	%	
Minho-Lima Nut III	584	246	42,1	236,515	4,3	1844,985	33,6	1172,201	21,3	368,189	6,7	1651,090	30,0	224,765	4,1	5497,753
Arco de Valdevez	39	15	38,5	16,386	4,6	87,030	24,3	124,229	34,7	17,965	5,0	102,265	28,6	9,830	2,7	357,705
Caminha	27	17	63,0	5,294	2,0	113,560	43,2	58,533	22,3	15,538	5,9	63,945	24,3	5,910	2,2	262,780
Melgaço	36	7	19,4	12,318	5,9	38,091	18,1	74,326	35,4	16,250	7,7	66,665	31,8	2,274	1,1	209,314
Monção	70	34	48,6	31,618	3,6	276,379	31,4	161,123	18,3	60,624	6,9	327,027	37,1	23,839	2,7	880,610
Paredes de Coura	24	16	66,7	20,418	7,9	102,111	39,4	32,636	12,6	29,395	11,3	71,684	27,7	2,797	1,1	259,041
Ponte da Barca	37	17	45,9	15,363	6,6	91,414	39,1	45,425	19,4	13,691	5,9	58,521	25,0	9,529	4,1	233,943
Ponte de Lima	205	63	30,7	86,319	5,1	464,147	27,7	395,484	23,6	106,618	6,4	523,577	31,2	102,138	6,1	1678,283
Valença	25	14	56,0	7,759	2,7	93,841	32,6	58,704	20,4	27,270	9,5	89,061	30,9	11,220	3,9	287,855
Viana do Castelo	105	55	52,4	37,542	3,3	520,925	46,4	213,186	19,0	36,453	3,2	280,734	25,0	33,860	3,0	1122,700
V. N. de Cerveira	16	8	50,0	3,516	1,7	57,467	28,1	8,555	4,2	44,385	21,7	67,611	33,0	23,368	11,4	204,922

Fonte: IFADAP, GEAT/AES

Quadro 3.V Número total de tractores, média por exploração e por 100 hectares de SAU

	Número total de tractores		Var. (%)	Número médio por exploração		Número médio por 100 ha de SAU		Explorações que utilizam tractor (em %)
	1989	1999		1989	1999	1989	1999	
Minho-Lima Nut III	4814	6121	27,1	0,17	0,37	5,50	9,00	94,0
Arcos de Valdevez	390	622	59,5	0,09	0,20	4,00	3,70	87,2
Caminha	171	188	9,9	0,15	0,35	4,20	8,40	92,1
Melgaço	467	585	25,3	0,19	0,43	2,80	9,30	91,2
Monção	1050	1222	16,4	0,29	0,55	8,90	17,40	96,9
Paredes de Coura	256	289	12,9	0,13	0,25	3,20	5,90	97,1
Ponte da Barca	208	290	39,4	0,12	0,26	3,30	2,70	95,3
Ponte de Lima	938	1403	49,6	0,16	0,38	7,40	13,10	96,2
Valença	287	387	34,8	0,21	0,50	9,20	18,50	95,5
Viana do Castelo	830	958	15,4	0,17	0,40	7,70	13,50	96,1
V. N. de Cerveira	217	177	-18,4	0,21	0,47	5,90	18,40	94,7

Fonte: INE, RGA 1989 e 1999

Quadro 3.VI Contas económicas da agricultura na Região Agrária do Entre-Douro e Minho

	1995	1996	1997	1998	1999
Cereais	14362	11870	11063	9539	8470
Pantas forrageiras	16718	13051	14512	15462	15247
Vegetais e prod. hortícolas	17950	15673	18329	20368	22204
Frutos	7919	8878	5994	6901	9855
Vinho	17899	24424	5496	7204	18505
Produção vegetal (total)	84874	80920	60915	67447	78623
Bovinos	21190	18178	16202	18584	16276
Aves de capoeira	6119	7380	6976	5732	4746
Animais (total)	40739	39883	37297	37574	32563
Leite em natureza	31647	34973	35517	34898	37030
Produção animal (total)	74077	76739	74882	74712	71368
Produção de bens agrícolas	158951	157658	135797	142160	149991
Produção do ramo agrícola	159054	157759	135922	142321	150127

Fonte: INE - Contas Económicas da agricultura 2001.

Quadro 3.VII População agrícola familiar com actividade na exploração em 1999

	Com actividade		Tempo completo		Tempo parcial					
	Total	%	Total	%	Total	%	0 a 50%	%	50 a 100%	%
Entre-Douro e Minho	209911	84,5	44415	21,2	165496	78,8	110362	66,7	55170	33,3
Minho-Lima Nut III	47732	82,6	7472	15,7	40260	84,3	23236	57,7	17024	42,3
Arcos de Valdevez	8021	89,1	1194	14,9	6827	85,1	3299	48,3	3528	51,7
Caminha	1756	80,7	58	3,3	1698	96,7	1070	63,0	628	37,0
Melgaço	3715	90,0	329	8,9	3386	91,1	1936	57,2	1450	42,8
Monção	5943	81,2	364	6,1	5579	93,9	2963	53,1	2616	46,9
Paredes de Coura	3277	87,8	253	7,7	3024	92,3	1537	50,8	1487	49,2
Ponte da Barca	3407	90,5	403	11,8	3004	88,2	1459	48,6	1545	51,4
Ponte de Lima	11290	79,0	2542	22,5	8752	77,5	5710	65,2	3042	34,8
Valença	2063	82,5	667	32,3	1396	67,7	967	69,3	429	30,7
Viana do Castelo	7287	75,1	1306	17,9	5981	82,1	3872	64,7	2109	35,3
V. N. de Cerveira	969	79,4	356	36,7	613	63,3	423	69,0	190	31,0

Fonte: INE - RGA 1999

Quadro 3.VIII Origem da mão de obra agrícola e respectivo volume de trabalho anual (UTA)

	UTA	Familiar					Não familiar			
	Total	Produtor	Conjuge	Outros membros	Total	%	Perma- nente	Eventual	Total	%
Entre-Douro e Minho	122592	49256	32962	27338	109556	89,4	6696	6340	13036	10,6
Minho-Lima Nut III	27141	12130	7540	5795	25465	93,8	687	989	1676	6,2
Arcos de Valdevez	4917	2235	1504	876	4615	93,9	83	219	302	6,1
Caminha	831	352	154	264	770	92,7	28	33	61	7,3
Melgaço	1893	900	557	374	1831	96,7	16	46	62	3,3
Monção	3213	1443	918	646	3007	93,6	87	119	206	6,4
Paredes de Coura	1816	797	523	402	1722	94,8	36	58	94	5,2
Ponte da Barca	2052	888	580	499	1967	95,9	21	64	85	4,1
Ponte de Lima	6466	2865	1736	1423	6024	93,2	191	251	442	6,8
Valença	1319	582	400	233	1215	92,1	63	41	104	7,9
Viana do Castelo	4010	1771	990	971	3732	93,1	129	149	278	6,9
V. N. de Cerveira	624	297	178	107	582	93,3	33	9	42	6,7

Fonte: INE - RGA 1999.

Quadro 3.IX Tempo de actividade na exploração do produtor singular

	Total	Tempo completo		Tempo parcial					
		Total	%	0 a 50%	%	50 a 100%	%	Total	%
Entre-Douro e Minho	66580	24672	37,1	16334	39,0	25564	61,0	41898	62,9
Minho-Lima NUT III	16511	4279	25,9	3634	29,7	8598	70,3	12232	74,1
Arcos de Valdevez	3037	662	21,8	597	25,1	1778	74,9	2375	78,2
Caminha	533	26	4,9	158	31,2	349	68,8	507	95,1
Melgaço	1341	208	15,5	372	32,8	761	67,2	1133	84,5
Monção	2183	225	10,3	635	32,4	1323	67,6	1958	89,7
Paredes de Coura	1136	198	17,4	364	38,8	574	61,2	938	82,6
Ponte da Barca	1111	210	18,9	140	15,5	761	84,5	901	81,1
Ponte de Lima	3673	1380	37,6	672	29,3	1621	70,7	2293	62,4
Valença	761	380	49,9	194	50,9	187	49,1	381	50,1
Viana do Castelo	2369	780	32,9	532	33,5	1057	66,5	1589	67,1
V. N. de Cerveira	367	210	57,2	70	44,6	87	55,4	157	42,8

Fonte INE, RGA, 1999

Quadro 3.X Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor singular (1999)

	Exclusivamente da exploração		Principalmente da exploração		Principalmente de origem exterior	
	Nº expl.	%	Nº expl.	%	Nº expl.	%
Entre-Douro e Minho	4087	6,1	20740	31,2	41753	62,7
Minho-Lima Nut III	891	5,4	4814	29,2	10806	65,4
Arcos de Valdevez	135	4,4	1093	36,0	1809	59,6
Caminha	12	2,3	97	18,2	424	79,5
Melgaço	34	2,5	266	19,9	1041	77,6
Monção	88	4,0	509	23,3	1586	72,7
Paredes de Coura	82	7,2	424	37,3	630	55,5
Ponte da Barca	65	5,9	566	50,9	480	43,2
Ponte de Lima	269	7,3	1006	27,4	2398	59,6
Valença	57	7,5	121	15,9	583	76,6
Viana do Castelo	107	4,5	692	29,2	1570	66,3
V. N. de Cerveira	42	11,4	40	10,9	285	77,7

Fonte: INE - RGA, 1999

Quadro 3.XI Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor singular maioritariamente proveniente do exterior da exploração (1999)

	Total	Salários	%	Pensões rurais/ reformas	%	Juros/ remessas de emigrantes	%
Entre-Douro e Minho	41753	21244	50,9	16148	38,7	1592	3,8
Minho-Lima Nut III	10806	4748	43,9	4554	42,1	1002	9,3
Arcos de Valdevez	1089	571	31,6	1001	55,3	193	10,7
Caminha	424	308	72,6	97	22,9	9	2,1
Melgaço	1041	197	18,9	271	26,0	504	48,4
Monção	1586	525	33,1	715	45,1	129	8,1
Paredes de Coura	630	284	45,1	309	49,0	15	2,4
Ponte da Barca	480	220	45,8	222	46,3	31	6,5
Ponte de Lima	2398	1363	56,8	925	38,6	59	2,5
Valença	583	201	34,5	334	57,3	19	3,3
Viana do Castelo	1570	930	59,2	521	33,2	34	2,2
V. N. de Cerveira	285	119	41,8	150	52,6	9	3,2

Fonte: INE - RGA, 1999

Quadro 3.XII Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor singular maioritariamente proveniente da exploração (1999)

	Total	Salários	%	Pensões rurais/ reformas	%	Juros/ remessas de emigrantes	%
Entre-Douro e Minho	20740	8855	42,7	9642	46,5	893	4,3
Minho-Lima Nut III	4818	1731	36,0	2357	50,0	383	8,0
Arcos de Valdevez	1093	319	29,2	532	48,7	244	22,3
Caminha	97	37	38,1	53	54,6	4	4,1
Melgaço	266	41	15,4	89	33,5	123	46,2
Monção	509	150	29,5	256	50,3	63	12,4
Paredes de Coura	424	179	42,2	216	50,9	12	2,8
Ponte da Barca	566	147	26,0	359	63,4	38	6,7
Ponte de Lima	1006	475	47,2	493	49,0	16	1,6
Valença	121	41	33,9	59	48,8	6	5,0
Viana do Castelo	692	371	53,6	283	40,9	20	2,9
V. N. de Cerveira	40	20	50,0	17	42,5	0	0,0

Fonte: INE - RGA, 1999

Quadro 3.XIII. Qualificação escolar dos produtores individuais

	Não sabe ler nem escrever	%	Sabe ler e escrever	%	Ensino Básico/ 1º Ciclo	%	Politécnico/ Superior	%	Total
Entre-Douro e Minho	10285	15,4	15133	22,7	33079	49,7	1349	2,0	66580
Minho-Lima Nut III	2337	14,2	4923	29,8	7654	46,4	235	1,4	16511
Arcos de Valdevez	630	20,7	974	32,1	1263	41,6	31	1,0	3037
Caminha	48	9,0	166	31,1	249	46,7	11	2,1	533
Melgaço	156	11,6	461	34,4	601	44,8	30	2,2	1341
Monção	199	9,1	690	31,6	1038	47,5	34	1,6	2183
Paredes de Coura	288	25,4	305	26,8	465	40,9	6	0,5	1136
Ponte da Barca	212	19,1	317	28,5	498	44,8	10	0,9	1111
Ponte de Lima	460	12,5	1008	27,4	1083	29,5	56	1,5	3673
Valença	89	11,7	206	27,1	384	50,5	8	1,1	761
Viana do Castelo	214	9,0	675	28,5	1195	50,4	39	1,6	2369
V. N. de Cerveira	41	11,2	121	33,0	158	43,1	10	2,7	367

Fonte: INE - RGA, 1999

Quadro 3.IX Formação Profissional agrícola dos produtores singulares

	Exclusiva-mente prática	%	De curta duração	%	De longa duração	%	De longa e curta durações	%	Completa	%	Total
Entre-Douro e Minho	60957	91,6	2975	4,5	1327	2,0	1057	1,6	264	0,4	66580
Minho-Lima Nut III	14902	90,3	1200	7,3	225	1,4	134	0,8	50	0,3	16511
Arcos de Valdevez	2918	96,1	77	2,5	22	0,7	15	0,5	5	0,2	3037
Caminha	416	78,0	105	19,7	10	1,9	1	0,2	1	0,2	533
Melgaço	1221	91,1	108	8,1	6	0,5	2	0,1	4	0,3	1341
Monção	1919	88,0	220	10,1	29	1,3	10	0,5	5	0,2	2183
Paredes de Coura	1039	91,5	66	5,8	22	1,9	7	0,6	2	0,2	1136
Ponte da Barca	1065	95,9	29	2,6	8	0,7	8	0,7	1	0,1	1111
Ponte de Lima	3339	90,9	219	6,0	45	1,2	52	1,4	18	0,5	3673
Valença	632	83,0	111	14,6	11	1,4	6	0,8	1	0,1	761
Viana do Castelo	2056	86,6	219	9,2	59	2,5	22	0,9	13	0,5	2369
V. N. de Cerveira	297	80,9	46	12,5	13	3,5	11	3,0	0	0,0	367

Fonte: INE - RGA, 1999

Quadro 3.XV Idade dos produtores singulares

	< a 35 anos	%	35 a 54	%	55 a 64	%	>= a 65	%
Entre-Douro e Minho	3093	4,6	23003	34,5	18660	28,0	21820	32,8
Minho-Lima Nut III	559	3,4	5679	34,4	4970	30,1	5303	32,1
Arcos de Valdevez	75	2,5	925	30,5	932	30,7	1105	36,4
Caminha	17	3,2	216	40,5	158	29,6	142	26,6
Melgaço	24	1,8	416	31,0	420	31,3	481	35,9
Monção	64	2,9	764	35,0	662	30,3	693	31,7
Paredes de Coura	43	3,8	386	34,0	330	29,0	377	33,2
Ponte da Barca	39	3,5	400	36,0	320	28,8	352	31,7
Ponte de Lima	173	4,7	1401	38,1	1092	29,7	1007	27,4
Valença	27	3,5	254	33,4	239	31,4	241	31,7
Viana do Castelo	87	3,7	783	33,1	700	29,5	799	33,7
V. N. de Cerveira	10	2,7	134	36,5	117	31,9	106	28,9

Fonte: INE - RGA, 1999

Quadro 4.III - Sociedades Constituídas segundo a CAE-REV.2 em 2000

NUTS	CONCELHOS											LaQ
	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	
												Nº
Portugal	30 325	503	68	2 602	44	4 309	7 356	2 084	3 033	146	7 837	2 343
Região Norte	9 098	113	33	1 167	16	1 224	2 468	579	631	49	2 129	689
Minho-Lima	443	14	9	49	1	84	107	43	45	2	70	19
Arcos de Valdevez	37	1	-	3	-	7	12	3	4	-	5	2
Caminha	38	-	-	1	1	9	10	4	4	-	9	-
Melgaço	11	1	-	-	-	2	2	1	2	-	3	-
Monção	36	2	5	2	-	5	10	3	4	-	3	2
Paredes de Coura	6	1	-	1	-	-	1	1	1	-	1	-
Ponte da Barca	18	-	-	4	-	3	4	1	3	-	-	3
Ponte de Lima	72	3	-	4	-	25	16	10	7	-	7	-
Valença	48	-	1	4	-	3	17	7	9	-	7	-
Viana do Castelo	154	5	2	27	-	26	31	10	7	2	33	11
Vila Nova de Cerveira	23	1	1	3	-	4	4	3	4	-	2	1

Fonte: Ministério da Justiça.

Quadro 4.III - A - Sociedades Constituídas segundo a CAE-REV.2 em 2000

NUTS	CONCELHOS													DN
	Total	DA	DB	DC	DD	DE	DF+DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	
														Nº
Portugal	120 807	14 132	26 980	5 329	12 780	6 487	1 135	1 340	6 747	21 696	5 334	3 075	1 204	14 568
Região Norte	54 705	3 990	17 668	4 404	6 041	1 797	425	533	1 867	6 926	1 484	901	282	8 387
Minho-Lima	2 283	299	593	17	558	79	22	24	133	349	30	26	14	139
Arcos de Valdevez	135	37	16	3	35	10	-	-	6	21	-	-	-	7
Caminha	193	12	32	2	58	9	4	1	3	40	4	6	1	21
Melgaço	54	12	7	-	17	1	-	-	4	7	1	1	-	4
Monção	182	26	26	1	60	5	3	-	21	27	1	1	1	10
Paredes de Coura	67	14	8	2	16	2	-	2	2	17	1	-	1	2
Ponte da Barca	67	17	12	-	20	3	3	1	3	7	-	-	-	1
Ponte de Lima	361	59	93	3	106	10	2	3	29	38	1	1	-	16
Valença	113	14	21	-	21	4	2	4	8	25	1	2	-	11
Viana do Castelo	1 021	102	361	6	199	33	8	10	50	151	19	15	7	60
Vila Nova de Cerveira	90	6	17	-	26	2	-	3	7	16	2	-	4	7

Fonte: INE, Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE).

Nota: Os quadros foram obtidos a partir do FGUE do INE que contém dados físicos reportados a Dezembro de 1999 e económicos relativos a Dezembro de 1998. Os valores apresentados dizem respeito a Empresas em Nome Individual e a Sociedades em Actividade.

Códigos de Actividades (CAE Rev.2)

DA	Indústrias Alimentares, de Bebidas e Tabaco	DG	Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou artificiais
DB	Indústria Têxtil	DH	Fabricação de Artigos de Borracha e Matérias Plásticas
DC	Indústria do Couro e dos Produtos do Couro	DI	Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos
DD	Indústria da Madeira e da Cortiça e suas obras	DJ	Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos
DE	Indústrias de pasta de papel e Cartão e seus artigos; edição e impressão	DK	Fabricação de Máquinas e de Equipamentos não Especificados
DF	Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e Combustível Nuclear	DL	Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica
		DM	Fabricação de Material de Transporte

Quadro 4.V - Pessoal ao Serviço nas Sociedades com Sede na Região Norte segundo a CAE-REV.2 em 1998 - Indústria Transformadora

NUTS	N.º															
	Total	DA	DB	DC	DD	DE	DF+DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN		
Portugal	874 718	100 007	236 126	68 979	42 138	49 279	26 935	22 106	67 588	74 549	44 570	56 829	36 482	49 130		
Região Norte	447 604	30 689	181 886	62 415	21 582	14 526	5 980	9 996	13 133	31 293	18 421	19 271	10 037	28 375		
Minho-Lima	14 696	1 596	3 744	765	1 202	672	116	245	978	917	313	1 589	1 841	718		
Arcos de Valdevez	534	75	155	-	...	13	-	-	41	...	-	-	-	...		
Caminha	827	160	341	...	38	20	35	-	...	52	-	55		
Meiço	47	42	-	-	...	-	-	-	-	-	-	...		
Monção	474	114	58	-	88	28	...	-	81	37	-	-		
Paredes de Coura	413	55	95	...	50	...	-	-		
Ponte da Barca	338	92	57	-	138	-	-	-	-	-		
Ponte de Lima	1 179	140	590	123	127	15	31	52	-	-	-	71		
Valença	649	226	37	-	78	5	...	66	24	155	-	...	-	50		
Viana do Castelo	8 929	536	2 155	524	636	581	33	90	679	414	300	1 533	1 279	169		
Vila Nova de Cerveira	1 306	156	256	-	17	...	-	16	60	148	...	-	532	112		

Fonte: INE, Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE).

Nota: Os quadros foram obtidos a partir do FGUE do INE que contém dados físicos reportados a Dezembro de 1999 e económicos relativos a Dezembro de 1998. Os valores apresentados dizem respeito a Sociedades em Actividade.

Quadro 4.VI - Empresas Sediadas na Região Norte, Região Minho – Lima, em 1992 e 1999

	Total (1992 – 1999)		Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca (1992 – 1999)		Indústrias Extractivas (1992 – 1999)		Indústrias Transformadoras (1992 – 1999)	
Região Norte	31396	351	27399	21 479	1016	819	55477	54 705
Minho-Lima	21688	23 563	3200	2 186	144	126	2310	2 283
Arcos de Valdevez	1660	1 769	235	158	3	4	138	135
Caminha	2255	2 364	262	200	7	4	228	193
Melgaço	1048	958	176	98	1	-	80	54
Monção	2071	1 978	431	254	32	24	211	182
Paredes de Coura	736	736	130	98	1	1	71	67
Ponte da Barca	830	871	137	85	1	4	83	67
Ponte de Lima	3542	3 530	700	427	61	53	427	361
Valença	1473	1 683	152	96	16	16	95	113
Viana do Castelo	7273	8 711	846	690	16	18	890	1 021
Vila Nova de Cerveira	800	963	131	80	6	2	87	90

Fonte, INE, Anuário Estatístico Região Norte, 1992 / 1999

Quadro 4.VII - Número de Sociedades Constituídas, em 1992 e 1999

	Total (1992 – 2000)		Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca (1992 – 2000)		Indústrias Extractivas (1992 – 2000)		Indústrias Transformadoras (1992 – 2000)	
Região Norte	6303	9 098	109	113	19	33	1149	1 167
Minho-Lima	274	443	9	14	5	9	35	49
Arcos de Valdevez	18	37	1	1	2	-	5	3
Caminha	16	38	-	-	-	-	2	1
Melgaço	9	11	-	1	-	-	2	-
Monção	18	36	-	2	1	5	1	2
Paredes de Coura	7	6	-	1	-	-	3	1
Ponte da Barca	4	18	-	-	-	-	-	4
Ponte de Lima	29	72	4	3	-	-	5	4
Valença	45	48	2	-	1	1	3	4
Viana do Castelo	110	154	1	5	-	2	9	27
Vila Nova de Cerveira	18	23	1	1	1	1	5	3

Fonte, INE, Anuário Estatístico Região Norte, 1992 / 1999

Quadro 5.I – N.º estabelecimentos Comerciais por Actividade Económica, no Minho-Lima, em 1999

Descrição	Retalhistas		Grossistas	
	N.º	%	N.º	%
N.º Total de Estabelecimentos	4860	92	428	8
Estatuto jurídico	4860		428	
Nome Individual	3891	80	189	44
Pessoa Colectiva	969	20	239	56
Sociedade por Quotas	859	89	225	94
Sociedade Anónima	19	2	6	3
Outras	91	9	8	3
Métodos de Venda	2 644		246	
Livre Serviço	125	5	7	3
Tradicional	2420	92	185	75
Outros	99	4	54	22
Escalões de Pessoas ao Serviço	4860		427	
= 1	3162	65	151	35
≥ 2 < 5	1465	30	160	38
≥ 5 < 20	209	4	91	21
≥ 20 < 100	23	1	23	5
≥ 20 < 100	1	0,02	2	1

Fonte: Estatísticas do Cadastro Comercial, 1999 – DGCC

Quadro 5.II A – Estabelecimentos Comerciais, por Actividade Económica e Pessoas ao Serviço, na Região Minho-Lima, em 1999

Actividade Económica	Retalhistas			
	Estabelecimentos		N.º Pessoas ao Serviço	
	4860		9191	
Hipermercado e Supermercados	28	0,58%	534	6%
Alimentares e Bebidas	2367	49%	3404	37%
Saúde e Higiene	99	2%	305	3%
Equipamento Pessoal	849	18%	1356	15%
Cultura e Lazer	219	5%	389	4%
Equipamento para o Lar	490	10%	1088	12%
Equipamentos Profissionais	209	4%	647	7%
Veículos Automóveis e Motociclos	145	3%	547	6%
Combustíveis	45	1%	236	3%
Outro Comércio a Retalho	409	9%	685	8%

Fonte: Estatísticas do cadastro Comercial, 1999, DGCC

Quadro 5.II B

Actividade Económica	Grossistas			
	Estabelecimentos		N.º Pessoas ao Serviço	
	428		2607	
Veículos Automóveis, Motociclos, Peças e Acessórios	13	3%	60	2%
Produtos Agrícolas Brutos e Animais Vivos	21	5%	81	3%
Produtos Alimentares, Bebidas e Tabaco Manufacturado	180	42%	963	37%
Artigos de Uso Pessoal, Equipamento, Artigos para o Lar	67	16%	737	28%
Saúde e higiene	7	2%	12	1%
Combustíveis e Produtos Químicos	15	4%	48	2%
Materiais de Construção e outros Bens Intermediários	47	11%	419	16%
Máquinas e equipamentos	35	8%	93	4%
Comércio por Grosso N.E.	43	10%	194	7%

Fonte: Estatísticas do cadastro Comercial, 1999, DGCC

Quadro 5. III – Número de Sociedades (Empresas) de Serviços segundo a CAE – REV 2 em 1999

NUTS	Total	Actividades Mal Definidas	H	I	J	K	L a Q
Portugal	1 140 735	30 035	95 372	27 302	37 724	105 106	53 208
Região Norte	351 876	9 448	29 115	7 459	11 549	27 872	15 513
Minho-Lima	23 563	627	2 283	533	668	1 155	911
Arcos de Valdevez	1 769	48	222	57	36	78	86
Caminha	2 364	65	244	28	48	128	86
Melgaço	958	18	104	47	17	36	39
Monção	1 978	43	178	60	53	55	66
Paredes de Coura	736	13	81	21	17	44	31
Ponte da Barca	871	23	128	31	20	35	36
Ponte de Lima	3 530	92	324	70	58	139	99
Valença	1 683	41	161	49	30	72	77
Viana do Castelo	8 711	240	743	143	359	503	348
Vila Nova de Cerveira	963	44	98	27	30	65	43

Fonte: INE, Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE).

Nomenclatura - CAE

H – Alojamento

I - Transportes

J – Actividades Financeiras

K – Actividades Imobiliárias

L – Administração Pública

M – Educação

N – Saúde e Acção Social

O – Outras Actividades de Serviços

Q - Organismos

Quadro 5. IV – Pessoal ao Serviço nas Sociedades (Empresas) de Serviços segundo a CAE – REV 2 em 1999

NUTS	Total	Actividades Mal Definidas	H	I	J	K	L a Q
Portugal	2 419 611	1 417	150 644	159 509	83 545	221 434	96 431
Região Norte	847 100	315	29 924	24 853	21 404	40 723	22 540
Minho-Lima	31 079	1	1 659	1 103	95	822	708
Arcos de Valdevez	1 288	...	135	47	...	52	21
Caminha	2 161	-	252	33	-	77	53
Melgaço	286	-	34	34	-	10	12
Monção	1 415	-	67	51	...	31	47
Paredes de Coura	752	-	26	107	...	5	9
Ponte da Barca	969	-	69	7	-	35	22
Ponte de Lima	3 494	...	127	67	12	91	89
Valença	2 109	...	195	177	...	92	54
Viana do Castelo	16 680	-	649	499	64	387	333
Vila Nova de Cerveira	1 925	...	105	81	-	42	68

Fonte: INE, Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE).

Nomenclatura - CAE

H – Alojamento

I - Transportes

J – Actividades Financeiras

K – Actividades Imobiliárias

L – Administração Pública

M – Educação

N – Saúde e Acção Social

O – Outras Actividades de Serviços

Q - Organismos

Quadro 5.V - Projectos Individuais de Urbanismo Comercial por
Zonas de Intervenção, na Região Minho-Lima

Projectos Individuais de Urbanismo Comercial, por Zonas de Intervenção		
1995 - 2001		
ZONA DE INTERVENÇÃO	NÚMERO	INCENTIVO
Sedes de Concelho	(Estabelecimentos)	HOMOLOGADO (Contos)
ARCOS DE VALDEVEZ	86	1 429 644
MELGAÇO	54	1 047 000
PAREDES DE COURA	59	1 017 000
PONTE DA BARCA	62	1 304 665
PONTE DE LIMA*	39	465 186
VALENÇA	62	835 000
VIANA DO CASTELO*	128	1 012 142
VILA NOVA DE CERVEIRA	47	756 000
MONÇÃO	Sem dados	Sem dados
VIANA DO CASTELO	537	7 866 657

Fonte: Estudos Globais de Urbanismo Comercial, Janeiro 2002

* Dados da Direcção Geral do Comércio e Concorrência (Viana Castelo e Ponte de Lima)

Quadro 6.I - Entrada de Estrangeiros em Portugal

Vias - Fronteiras	1998	1999	2000
Terra			
Caia	3243613	3305730	2511168
Valença	7330638	7620666	8359638
Monte Francisco	2914839	2959892	3200146
Vilar Formoso	3491140	3469564	3912833
Outras	4568144	4419961	4519977
\$Total	21548374	21775813	22503762
Ar			
Lisboa	2096218	2063217	2204564
Porto	490476	482588	522604

Fonte : Direcção – Geral do Turismo, 2001

Tabela 6 .II - Entrada de Estrangeiros, pela Fronteira de Valença, segundo país de origem, em 2000

Nacionalidades	Jan.	Fev.	Mar	Abril	Mai	Junho	Julho	Ago.	Set	Out	Nov	Dez
Alemanha	489	1062	583	69	2012	2885	4661	2550	462	1675	685	530
Áustria	30	8	--	154	288	414	712	2016	14	45	254	64
Bélgica	87	235	160	139	3831	444	2158	1162	94	153	412	110
Dinamarca	50	118	70	57	45	10	844	787	47	27	139	48
Espanha	503798	476385	534150	937116	767612	652031	585443	1043662	759400	779222	556046	637172
Finlândia	--	--	6	4	--	2	10	17	--	9	7	1
França	519	4	966	193	2952	2085	18093	8595	429	422	1164	552
Grécia	--	--	18	--	--	--	--	220	1	4	11	26
Holanda	115	208	183	49	63	639	2301	1042	184	303	1806	159
Irlanda	11	14	26	45	172	58	8	32	8	6	13	5
Itália	172	224	229	125	86	770	134	7010	138	247	508	111
Luxemburgo	3	6	--	--	--	--	10	22	--	2	4	2
Noruega	--	4	36	1	71	197	374	1074	25	12	36	45
Reino Unido	253	756	--	5	337	1546	1588	1522	310	1177	2032	317
Suécia	3	8	--	22	394	452	345	1961	18	16	93	79
Suíça	--	--	4	--	102	711	--	2446	10	43	65	53
Canadá	27	59	6	17	680	41	96	44	53	30	27	12
Brasil	221	62	136	141	123	473	394	212	145	167	224	157
E.U.A	75	180	97	98	847	354	3	2660	83	448	122	81
Japão	18	47	26	40	87	75	156	291	70	12	51	68
Outros	260	1315	198	203	6025	428	1578	2187	230	289	68	289
Total	506131	480695	536894	938478	785727	663615	618908	1079512	761721	784309	563767	639881

Fonte : Direcção – Geral do Turismo, 2001

Quadro 6.III – Visitantes Nacionais e Estrangeiros no Primeiro Semestre 2000

	1999	2000	variação	variação %
Arcos de Valdevez				
Nacionais	2.284	1.919	-365	-16%
Estrangeiros	784	518	-266	-34%
Sub - Total	3.068	2.437	-631	-25%
Caminha				
Nacionais	2.024	2.007	-17	-1%
Estrangeiros	1.667	1.828	161	10%
Sub - Total	3.691	3.835	144	4%
Gerês				
Nacionais	3.556	3.336	-220	-6%
Estrangeiros	2.015	1.345	-670	-33%
Sub - Total	5.571	4.681	-890	-20%
Melgaço				
Nacionais	3.451	3.238	-213	-6%
Estrangeiros	2.885	3.200	315	11%
Sub - Total	6.336	6.438	102	2%
Monção				
Nacionais	7.750	7.232	-518	-7%
Estrangeiros	5.783	6.125	342	6%
Sub - Total	13.533	13.357	-176	0%
Paredes de Coura				
Nacionais	480	570	90	19%
Estrangeiros	2281	2581	300	13%
Sub - Total	2761	3151	390	16%
Ponte da Barca				
Nacionais	647	664	17	3%
Estrangeiros	563	504	-59	-10%
Sub - Total	1.210	1.168	-42	-4%
Ponte de Lima				
Nacionais	5560	5121	-439	-8%
Estrangeiros	2683	2592	-91	-3%
Sub - Total	8243	7713	-530	-5,5%
Valença				
Nacionais	5.816	3.705	-2.111	-36%
Estrangeiros	12.144	6.782	-5.362	-44%
Sub - Total	17.960	10.487	-7.473	-40%
Viana de Castelo				
Nacionais	4.518	3.498	-1.020	-23%
Estrangeiros	7.436	5.188	-2.248	-30%
Sub - Total	11.954	8.686	-3.268	-26%
Vila Praia de Âncora				
Nacionais	1970	5822	3852	196%
Estrangeiros	2984	4399	1415	13%
Sub - Total	4954	10221	5267	121,5%
Vila Nova de Cerveira				
Nacionais	3.630	3.053	-577	-16%
Estrangeiros	2.071	1.608	-1.003	-48%
Sub - Total	5.701	4.121	-1.580	-32%
TOTAL	113.868	104.709	-9.159	-8%
Total NACIONAL	55.753	53.646	-2.107	-4%
Total ESTRANGEIROS	60.876	54.214	- 6.662	-11%

Fonte: RTAM, 2001

Quadro 6.IV Estabelecimentos, Quartos e Capacidade de Alojamento em 1999

	Total			Hotéis			Pensões			Outros Estabelecimentos		
	Estabelecimentos	Quartos	Capacidade de Alojamento	Estabelecimentos	Quartos	Capacidade de Alojamento	Estabelecimentos	Quartos	Capacidade de Alojamento	Total	Quartos	Capacidade de Alojamento
Portugal	1 772	95 401	2 16 828	465	45 019	94 217	874	19 398	40 537	433	30 984	82 074
Região Norte	395	13 764	28 485	95	7 209	14 629	256	5 158	10 849	44	1 397	3 007
Minho-Lima	46	1 283	2 679	7	393	781	31	678	1 403	8	212	495
Arcos de Valdevez	3	63	133	-	-	-	3	63	133	-	-	-
Caminha	8	222	483	1	6	1	32	120
Meiço	1	21	50	-	-	-	1	21	50	-	-	-
Monção	3	46	85	-	-	-	3	46	85	-	-	-
Paredes de Coura	1	-	-	-	1	-	-	-
Ponte da Barca	1	-	-	-	1	-	-	-
Ponte de Lima	3	70	142	-	-	-	3	70	142	-	-	-
Valença	6	178	371	2	3	1
Viana do Castelo	18	579	1 204	4	248	487	10	225	490	4	106	227
Vila Nova de Cerveira	2	-	-	-	-	-	-	2

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 1999

Nota 1: Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo.

Quadro 6. V - Dormidas e Hóspedes entrados nos Estabelecimentos hoteleiros em 1999

	Total				Hotéis				Pensões				Outros Estabelecimentos	
	Dormidas		Hóspedes		Dormidas		Hóspedes		Dormidas		Hóspedes		Dormidas	Hóspedes
	Nº													
Portugal	32 728 061	9 182 603	15 909 678	5 624 664	3 159 755	1 416 020	13 658 628	2 141 899						
Região Norte	2 994 353	1 674 471	1 917 135	1 054 874	720 600	410 337	356 618	209 260						
Minho-Lima	244 696	144 784	90 212	45 908	96 745	62 647	57 739	36 229						
Arcos de Valdevez	3 523	2 038	-	-	3 523	2 038	-	-						
Caminha	43 100	12 869	7 160	3 589						
Melgaço	4 655	614	-	-	4 655	614	-	-						
Monção	9 468	7 776	-	-	9 468	7 776	-	-						
Paredes de Coura	-	-	-	-						
Ponte da Barca	-	-	-	-						
Ponte de Lima	18 030	10 520	-	-	18 030	10 520	-	-						
Valença	33 036	24 944						
Viana do Castelo	118 077	77 481	48 434	30 362	40 041	27 394	29 602	19 725						
Vila Nova de Cerveira	-	-	-	-	-	-						

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 1999

Quadro 6. VI - Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros segundo o País de Residência Habitual em 1999

	União Europeia (15)										E. U.A.
	Nº										
	Total Geral	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido			
Portugal	32 728 061	9 397 225	5 127 075	1 722 221	983 114	815 435	1 753 986	6 892 337	732 514		
Região Norte	2 994 353	1 868 295	135 833	261 199	118 421	92 189	60 129	144 731	42 258		
Minho-Lima	244 696	177 193	6 398	15 949	5 866	2 412	2 500	15 206	3 348		
Arcos de Valdevez	3 523	3 141	47	1	70	1	-	230	-		
Caminha	43 100	32 157	733	716	192	105	173	8 146	99		
Melgaço	4 655	4 655	-	-	-	-	-	-	-		
Monção	9 468	9 211	24	66	37	18	28	10	11		
Paredes de Coura		
Ponte da Barca		
Ponte de Lima	18 030	14 057	269	948	428	136	285	1 043	131		
Valença	33 036	26 204	481	4 134	352	211	200	236	314		
Viana do Castelo	118 077	77 698	4 369	8 449	4 601	1 875	1 481	4 404	2 597		
Vila Nova de Cerveira		

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 1999

Quadro 6. VII - Hóspedes Entrados nos Estabelecimentos Hoteleiros segundo o País de Residência Habitual em 1999

	União Europeia (15)										E.U.A.	
	Total Geral	Nº										Reino Unido
		Total	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos				
Portugal	9 182 603	8 207 222	4 272 041	810 340	720 817	370 914	339 529	258 101	925 728	294 549		
Região Norte	1 674 471	1 562 380	1 125 095	58 462	144 547	63 969	53 378	25 146	51 609	23 246		
 Minho-Lima	144 784	135 930	108 305	3 178	11 744	3 369	1 620	1 416	3 755	1 944		
Arcos de Valdevez	2 038	2 032	1 933	5	1	23	1	-	58	-		
Garinha	12 869	12 752	11 001	178	360	74	46	56	895	38		
Melgaço	614	614	614	-	-	-	-	-	-	-		
Monção	7 776	7 717	7 519	24	66	37	18	28	10	11		
Paredes de Coura		
Ponte da Barca		
Ponte de Lima	10 520	10 162	8 323	157	575	280	80	155	339	91		
Valença	24 944	24 127	19 669	408	3 266	246	124	151	153	196		
Viana do Castelo	77 481	70 288	53 499	2 129	6 228	2 594	1 294	851	1 904	1 480		
Vila Nova de Cerveira		

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 1999

Quadro 6. VIII - Receitas nos Estabelecimentos Hoteleiros em 1999

	Receitas Totais				Receitas de Aposento			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros Estabelecimentos	Total	Hotéis	Pensões	Outros Estabelecimentos
	10 ³ Esudos							
Portugal	244 488 767	162 258 321	16 586 261	65 644 185	164 043 557	105 173 324	12 772 357	46 097 876
Região Norte	26 799 848	18 700 830	3 631 505	4 467 513	17 562 514	12 297 391	2 694 674	2 570 449
Minho-Lima	1 791 136	465 605	511 695	813 836	1 162 627	388 366	293 800	480 461
Arcos de Valdevez	11 446	-	11 446	-	11 446	-	11 446	-
Caminha	235 002	38 194	186 562	32 021
Melgaço	44 839	-	44 839	-	21 426	-	21 426	-
Monção	15 733	-	15 733	-	15 733	-	15 733	-
Paredes de Coura	...	-	...	-	...	-	...	-
Ponte da Barca	...	-	...	-	...	-	...	-
Ponte de Lima	111 248	-	111 248	-	54 912	-	54 912	-
Valença	221 504	142 524
Viana do Castelo	950 838	271 499	211 932	467 407	631 115	236 600	97 572	296 943
Vila Nova de Cerveira	...	-	-	-	-	...

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 1999

Nota: Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo.

Quadro 6. IX - Indicadores de Hotelaria em 1999

	Estada Média				Taxa de Ocupação-Cama Líquida			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros Estabelecimentos	Total	Hotéis	Pensões	Outros Estabelecimentos
	Nº de dias				%			
Portugal	3,6	2,8	2,2	6,4	42,6	47,6	23,3	45,9
Região Norte	1,8	1,8	1,8	1,7	30,4	37,3	19,7	33,6
Minho-Lima	1,7	2,0	1,5	1,6	26,0	34,9	19,2	32,4
Arcos de Valdevez	1,7	-	1,7	-	8,6	-	8,6	-
Gaminha	3,3	2,0	23,9	16,9
Melgaço	7,6	-	7,6	-	14,2	-	14,2	-
Monção	1,2	-	1,2	-	28,2	-	28,2	-
Paredes de Coura	...	-	...	-	...	-	...	-
Ponte da Barca	...	-	...	-	...	-	...	-
Ponte de Lima	1,7	-	1,7	-	34,8	-	34,8	-
Valença	1,3	30,3
Viana do Castelo	1,5	1,6	1,5	1,5	27,2	27,2	23,0	36,2
Vila Nova de Cerveira	...	-	-	-	-	...

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 1999

Nota 1: Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo.

Nota 2: Os Outros Estabelecimentos Hotelários englobam os hotéis-apartamentos, os apartamentos-turísticos, os aldeamentos turísticos, os motéis, as pousadas e as estalagens.

Quadro 6 . X - Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros das Termas

	Ranking					1995	1996	1997	1998	1999	2000
	1995	1996	1997	1998	1999						
<i>Gerês</i>	7	8	9	9	7	41050	38726	36990	38624	43744	44647
Moledo	13	11	11	12	11	19705	23068	25560	25445	25553	27479
Monção	18	17	18	20	17	8392	8104	8622	8011	9468	9871
Outras						94758	50249	54266	54585	50639	2115
Total						766592	699958	713657	982991	824208	883981

Fonte: INE/DG

Quadro 6 . XI - Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros das Termas

	Ranking					1995	1996	1997	1998	1999	2000
	1995	1996	1997	1998	1999						
<i>Moledo</i>	6	5	5	7	6	19705	19697	19693	20689	20458	23586
Gerês	9	8	9	9	9	15023	13148	12810	15004	16176	17330
Monção	15	15	15	16	14	8392	6426	7329	6825	7877	8011
Outras						25417	26142	27307	30664	30546	280
Total						363105	303006	304960	366833	359465	390971

(-) Valor nulo

Fonte: INE/DG

Quadro 6 . XII - Estadia Média Anual nos Estabelecimentos Hoteleiros das "Termas" (dias)

	1997	1998	1999 - 2000
Moledo	1,3	1,2	1,3 - 1,2
Gerês	2,9	2,6	2,7 - 2,6
Monção	1,2	1,2	1,2 - 1,2
Outras	2,0	1,8	1,7 - 7,6
Total	2,3	2,7	2,3 - 2,3

Fonte: INE/DGT

Quadro 6 . XIII - Número de Inscrições 1998

	N.º de Inscrições 1998	N.º de Hóspedes 1998	N.º Hosp./Inscrição
<i>Gerês</i>	5178	15004	2,9
Moledo	874	20689	23,7
Monção	0	6825	#
Outras	18931	31880	1,7
Total	87058	366833	4,2

(#) Valor sem significado estatístico

Fonte: IGM/INE

Quadro 6. XIV - Oferta de Estruturas para realização de Congressos e Reuniões no Vale do Minho e Lima

Oferta	Auditórios	Estabelecimentos Hoteleiros	Turismo Em Espaço Rural
Vale do Minho e Lima			
Caminha	3	2	2
Melgaço	0	1	0
Monção	3	1	2
Paredes de Coura	3	0	2
Valença	2	2	0
Vila Nova de Cerveira	0	2	0
Total	11	8	6
Arcos Valdevez	3	0	3
Ponte da Barca	1	0	2
Ponte de Lima	4	1	9
Viana do Castelo	14	5	4
Total	22	6	18

Fonte: Região de Turismo do Alto Minho, 1999

Quadro 6. XV - UNIDADES DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL

(Oferta)

(30.06.00)

	Turismo de Habitação			Turismo Rural			Agroturismo			Casas de Campo			Total		
	Nº Estabels	Nº Quartos	Nº Camas	Nº Estabels	Nº Quartos	Nº Camas	Nº Estabels	Nº Quartos	Nº Camas	Nº Estabels	Nº Quartos	Nº Camas	Nº Estabels	Nº Quartos	Nº Camas
<i>Norte</i>	100	505	995	128	540	1043	38	205	411	4	14	28	270	1264	2477
<i>Centro</i>	41	215	419	46	189	372	26	163	321	10	28	38	123	595	1150
<i>Lisboa e Vale do Tejo</i>	42	238	476	40	187	360	16	85	170	1	3	6	99	513	1012
<i>Alentejo</i>	13	62	123	33	147	290	33	190	370	2	12	24	81	411	807
<i>Algarve</i>	3	17	34	13	62	124	3	24	47	1	4	8	20	107	213
<i>R.A. Madeira</i>	13	61	118	7	23	44				6	25	52	26	109	214
<i>R.A. Açores</i>	12	59	115	9	48	94	3	8	16	4	12	24	28	127	249
Total Geral	224	1157	2280	276	1196	2327	119	675	1335	28	98	180	647	3126	6122

Fonte:DGT

Quadro 6 . XVI - TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Índices de Ocupação-Cama por NUTS II

(%)

		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Total do Semestre
Norte	2000	4,3	4,1	6,7	15,5	12,1	21,7	10,5
	1999	6,8	7,7	4,7	10,4	11,4	19,8	10,9
Centro	2000	6,1	9,4	10,6	16,0	6,2	9,7	9,7
	1999	8,5	12,9	7,5	9,9	8,1	11,3	9,8
Lisboa e Vale do Tejo	2000	4,8	5,3	14,8	24,7	25,3	32,1	19,0
	1999	6,7	9,1	15,4	21,0	25,6	30,0	19,5
Alentejo	2000	8,1	6,8	11,2	22,2	13,7	17,0	13,1
	1999	8,5	12,1	11,2	26,5	15,4	24,6	16,5
Algarve	2000	3,1	16,6	29,8	41,7	34,1	40,9	28,4
	1999	8,4	17,2	26,7	33,6	52,1	44,0	31,1
R. A. Açores	2000	10,8	12,5	15,5	23,7	32,7	12,5	19,8
	1999	10,5	6,5	17,3	25,4	5,5	12,5	15,2
R. A. Madeira	2000	18,6	8,0	24,8	47,5	46,5	21,2	27,1
	1999	14,5	20,9	38,1	48,0	42,4	30,2	31,8
Total	2000	6,3	6,3	11,2	20,5	15,9	21,1	13,2
	1999	8,3	10,1	10,2	16,5	15,8	21,0	14,5

Fonte: DGT

Quadro 6 . XVII - *TURISMO NO ESPAÇO RURAL*

Estimativa das Dormidas no Total de Unidades - 2000

		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Total Semestre
Norte	Nacionais	2564	2310	3911	7347	3156	4913	24201
	Estrangeiros	793	668	1231	4181	5997	10744	23614
	Total	3357	2978	5142	11528	9153	15657	47815
Centro	Nacionais	1957	2869	3620	4625	1060	1731	15862
	Estrangeiros	172	150	281	951	1154	1743	4451
	Total	2129	3019	3901	5576	2214	3474	20313
Lisboa e Vale do Tejo	Nacionais	931	665	1063	1436	809	1701	6605
	Estrangeiros	250	574	2688	5969	8489	8345	26315
	Total	1181	1239	3751	7405	9298	10046	32920
Alentejo	Nacionais	1630	972	2354	3041	1886	2129	12012
	Estrangeiros	304	474	225	2051	1283	1471	5808
	Total	1934	1446	2579	5092	3169	3600	17820
Algarve	Nacionais	112	92	146	469	282	533	1634
	Estrangeiros	85	690	1593	1808	1555	1606	7337
	Total	197	782	1739	2277	1837	2139	8971
R. A. Madeira	Nacionais		19		36	15	19	89
	Estrangeiros	988	431	1390	2834	2874	1147	9664
	Total	988	450	1390	2870	2889	1166	9753
R. A. Açores	Nacionais	595	666	774	1094	1553	1090	5772
	Estrangeiros	161	78	314	482	630	1074	2739
	Total	756	744	1088	1576	2183	2164	8511
Total Geral	Nacionais	7789	7593	11868	18048	8761	12116	66175
	Estrangeiros	2753	3065	7722	18276	21982	26130	79928
	Total	10542	10658	19590	36324	30743	38246	146103

Fonte: DGT

Anexos Cap. 7

Quadro 7.I – Projectos financiados no âmbito do PRONORTE- QCA II (PRONORTE, CCRN, 2000).

	AMBIENTE	Pop.Res. 1997 (CCRN)	Abast. Público de água (Pop. Serv.)	Saneamento (Pop. Serv.)	Meta POA 2000-2006
Vale do Minho					
Caminha	Rede de distribuição de água (3800m); Reservatórios (3); Capacidade (1700 m3); Estação elevatória; Rede de águas residuais domésticas (3800m); Estação elevatória; Reforço do abastecimento de água da Orla litoral (Moledo 2ª fase); Interceptor de Ancora; Projecto de Saneamento da Orla Litoral do concelho.	16510	4500 hab. 27%	2500 hab. 15%	
Melgaço	Rede de distribuição de água (3500m); Rede de distribuição de águas residuais (1500m); Rede de águas pluviais (2950m).	10260		2000 hab. 19.5%	
Monção		21180			
Par. de Coura	Abastec. Água a Formariz, Moselos, Cristelo, Bico e Castanheira; Rede de distribuição de água (43 687 m)	9910	2492 hab. 25%		
Valença	Rede de distribuição de água (27 530m); Rede de águas residuais (6680m); abastecimento de água a Bade; e Tarouba Saneamento de Cristelo Covo.	15680	1780 hab. 11%	1600 hab. 10%	
V.N. Cerveira	Rede de distribuição de água (1469m); Reservatórios (4); ETAR de VNCerveira; Caudal de águas tratado (712,8 m3); Abastecimento de água a VNCerveira e reforço às freguesias de Loivo, Campos e Sapardos	9140	2100 hab. 23%	5000 hab. 55%	
Vale do Lima					
Arcos de Valdevez	Sistema Integrado de abast. água do vale do Lima (parte I – Arcos); abastecimento de água às freguesias do SW do concelho; Reservatórios (14); Condutas adutoras (45 465m).	25650	9000 hab. 35%	?	
Ponte da Barca	Sistema Integrado de abastecimento de água ao Vale do Lima (parte I – Ponte da Barca); Rede de distribuição de água (22 500m); Condutas adutoras (12 954m); Reservatórios (7)	12710	7300 hab. 55%	?	
Ponte de Lima	Sistema Integrado de abast. água do vale do Lima (parte I – Ponte de Lima); Abastecimento de água á margem sul do Lima; Rede de distribuição de água (55 000m); Reservatórios (6); Condutas adutoras (22 405m); Estações elevatórias (2); ETA (2); Galeria Técnica (2 080m).	44370	10000 hab 22.5%	?	
Viana do Castelo	Sistema Integrado de abast. água do vale do Lima (parte I – cidade de Viana); Rede geral de saneamento de afife e Paçô; Rede de esgotos de Sta Marta de Portuzelo; Ampliação e Remodelação da rede de abastecimento de água da Areosa; Rede de saneamento da orla litoral (Paçô, Afife e Areosa); Rede de distribuição de água (20 000m); Condutas adutoras (1 000m); Reservatórios (4); Estações elevatórias (2); Rede de águas residuais (60 000m); Rede de águas pluviais (1 000m)	84590	30000 hab. 36%	?	
Alto Minho					95%

Quadro 7.II – Investimentos previstos em saneamento (PBH's do Minho e do Lima, 2000).

	Abastecimento de água e Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	Invest. Prev. (contos)
Vale do Minho		
Caminha	Recuperação de colectores e reequipamento de tratamento terciário das estações de tratamento da Gelfa e Caminha	200 000
	Ampliação e remodelação das redes de drenagem do concelho	400 000
	Construção e remodelação de captações, redes e estações elevatórias em Caminha	450 000
	Aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos, incluindo abastecimento de água, de Arga de S. João	
Melgaço	Rede de drenagem e tratamento na sede	
	Redes de águas residuais e ETAR's em Castro Laboreiro, Alvaredo, Prado, Paderne	720 000
	Rede de distribuição de água em Melgaço (S. Paio, Rouças; Alvaredo, Ribeiros de Castro Laboreiro)	660 000
	Aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos, incluindo abastecimento de água, de Lamas de Mouro	
Monção	ETAR, Colectores e estações elevatórias	300 000
	Remodelação das redes de drenagem existentes	100 000
	Rede de distribuição de água em Monção (Riba de Mouro, Longos Vales e centro urbano)	400 000
Par. de Coura	Sistema de Paredes de Coura	1 000 000
	Rede de esgotos da parte nascente da vila	140 000
Valença	Saneamento das freguesias do norte do concelho	200 000
V.N. Cerveira	Interceptores e estações elevatórias	250 000
	Instalação da rede de drenagem em Gondarém, Loivo, Lovelha, Reboreda, Cerveira (remodelação)	900 000
	Construção de reservatórios em V N Cerveira	280 000
Vale do Lima		
Arcos de	Não disponível no PBH do Lima, 2000.	
Ponte da	Não disponível no PBH do Lima, 2000.	
Ponte de Lima	Não disponível no PBH do Lima, 2000.	
Viana do	Não disponível no PBH do Lima, 2000.	
Alto Minho		

Quadro 7. III - Abastecimento Público de água (*PROTAM, 1995 e PBH's do Minho e do Lima, 2000*).

	Pop. (hab) 1991	Pop. (hab) 2001	% Pop. Servida 1991	% Pop.Servida PBH's, 2000	Meta POA 2000-2006
Vale do Minho		157785		90.5%	
Caminha	16207	16923	81	96%	
Melgaço	11018	9580	43	80%	
Monção	21799	19320	38	77%	
Par. de Coura	10442	9329	22	97%	
Valença	14815	13769	59	99%	
V.N. Cerveira	9144	88864	71	94%	
Vale do Lima		167279		53.3%	
Arcos de Valdevez	26976	24477	12	28%	
Ponte da Barca	13142	12507	41	51%	
Ponte de Lima	43421	43940	15	42%	
Viana do Castelo	83095	86355	49	92%	
Alto Minho	250059	325064	40	71.9%	95%

Quadro 7. IV - Redes Públicas de Águas Residuais
(*PROTAM, 1995 e PBH's do Minho e do Lima, 2000*).

	Pop. (hab) 1991	Pop. (hab) 2001	% Pop. Servida 1991	% Pop.Servida PBH's, 2000	Meta POA 2000-2006
Vale do Minho		157785		31%	
Caminha	16207	16923	35	65%	
Melgaço	11018	9580	11	13%	
Monção	21799	19320	12	11%	
Par. de Coura	10442	9329	5	20%	
Valença	14815	13769	8	50%	
V.N. Cerveira	9144	88864	14	27%	
Vale do Lima		167279		26 %	
Arcos de Valdevez	26976	24477	5	? 10.9	
Ponte da Barca	13142	12507	15	? 18.4	
Ponte de Lima	43421	43940	7	? 10.7	
Viana do Castelo	83095	86355	26	? 63.6	
Alto Minho	250059	325064	16	35%	90%

Quadro 7.V – Número de postos de tratamento de efluentes no Alto Minho
(*PROTAM, 1995 e PBH's do Minho e do Lima, 2000*).

	Nº de postos de tratamento	Pop. Servida (hab)
Vale do Minho	26 ETA de nível 4 (desinfecção; postos de cloragem)	
Vale do Lima	1 ETA de nível 2 (leite cal, filtração e desinfecção) em Bertandos 2 ETA de nível 3 (desinfecção e correcção da agressividade) 15 ETA de nível 4 (postos de cloragem) 1 ETA da Portucel	40 000 4 000 48 000

Quadro 7.VI – Indústrias potencialmente poluentes na bacia do rio Minho (PBH do Minho, 2000).

	Alimentares e de bebidas	Abate de animais e fabric. de prod. deriv. de carne	Produção de azeite	Produção de vinho	Leite e derivados	Engarrafamento de águas minerais e naturais	Produção de refrigerantes	Fabricação de produtos químicos	Tintas e vernizes	Fibras sintéticas	Explosivos e Pirotecnia	Fabricação de matérias plásticas	Actividades de Mecânica em geral	Manutenção e reparação de automóveis	Fabricação de artigos de borracha	Moldagem e transformação de vidro	Fabricação de papel, cartão, canelado e	Branqueamento e tingimento de têxteis
Vale do Minho		6	4	6	2	2	1		3	1	4	1	22	12	2	2	1	1
Caminha	1																	
Melgaço	5																	
Monção	6																	
Par. de Coura	2																1	
Valença	2												8					
V.N. Cerveira	5												7	8				1
Vale do Lima																		
Arcos de Valdevez																		
Ponte da Barca																		
Ponte de Lima																		
Viana do Castelo																		
Alto Minho																		

Quadro 7. VII - Atendimento de recolha de RSU's (PROTAM, 1995 e INE, 1999).

	Pop. (hab) 1991	Pop. (hab) 2001	% Pop. Servida 1991	% Pop. Servida 1999	Meta POA 2000-2006
Vale do Minho		157785			
Caminha	16207	16923	80	100	
Melgaço	11018	9580	65	90	
Monção	21799	19320	87	100	
Par. de Coura	10442	9329	18	90	
Valença	14815	13769	81	100	
V.N. Cerveira	9144	88864	97	100	
Vale do Lima		167279			
Arcos de Valdevez	26976	24477	17	91	
Ponte da Barca	13142	12507	26	80	
Ponte de Lima	43421	43940	43	100	
Viana do Castelo	83095	86355	58	100	
Alto Minho	250059	325064	54	95,1	98%

Quadro 7.II – Investimentos previstos em saneamento (*PBH's do Minho e do Lima, 2000*).

	Abastecimento de água e Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	Investimento Previsto (contos)
Vale do Minho		
Caminha	Recuperação de colectores e reequipamento de tratamento terciário das estações de tratamento da Gelfa e Caminha Ampliação e remodelação das redes de drenagem do concelho Construção e remodelação de captações, redes e estações elevatórias em Caminha Aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos, incluindo abastecimento de água, de Arga de S. João	200 000 400 000 450 000
Melgaço	Rede de drenagem e tratamento na sede Redes de águas residuais e ETAR's em Castro Laboreiro, Alvaredo, Prado, Paderne Rede de distribuição de água em Melgaço (S. Paio, Rouças; Alvaredo, Ribeiros de Castro Laboreiro) Aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos, incluindo abastecimento de água, de Lamas de Mouro	720 000 660 000
Monção	ETAR, Colectores e estações elevatórias Remodelação das redes de drenagem existentes Rede de distribuição de água em Monção (Riba de Mouro, Longos Vales e centro urbano)	300 000 100 000 400 000
Par. de Coura	Sistema de Paredes de Coura Rede de esgotos da parte nascente da vila	1 000 000 140 000
Valença	Saneamento das freguesias do norte do concelho	200 000
V.N. Cerveira	Interceptores e estações elevatórias Instalação da rede de drenagem em Gondarém, Loivo, Lovelha, Reboreda, Cerveira (remodelação) Construção de reservatórios em V.N. Cerveira	250 000 900 000 280 000
Vale do Lima		
Arcos de Valdevez	Não disponível no <i>PBH do Lima, 2000</i> .	
Ponte da Barca	Não disponível no <i>PBH do Lima, 2000</i> .	
Ponte de Lima	Não disponível no <i>PBH do Lima, 2000</i> .	
Viana do Castelo	Não disponível no <i>PBH do Lima, 2000</i> .	
Alto Minho		

Quadro 7. III - Abastecimento Público de água (*PROTAM, 1995 e PBH's do Minho e do Lima, 2000*).

	Pop. (hab) 1991	Pop. (hab) 2001	% Pop. Servida 1991	% Pop.Servida <i>PBH's, 2000</i>	Meta POA 2000-2006
Vale do Minho		157785		90.5%	
Caminha	16207	16923	81	96%	
Melgaço	11018	9580	43	80%	
Monção	21799	19320	38	77%	
Par. de Coura	10442	9329	22	97%	
Valença	14815	13769	59	99%	
V.N. Cerveira	9144	88864	71	94%	
Vale do Lima		167279		53.3%	
Arcos de Valdevez	26976	24477	12	28%	
Ponte da Barca	13142	12507	41	51%	
Ponte de Lima	43421	43940	15	42%	
Viana do Castelo	83095	86355	49	92%	
Alto Minho	250059	325064	40	71.9%	95%

Quadro 7. IV - Redes Públicas de Águas Residuais
(*PROTAM, 1995 e PBH's do Minho e do Lima, 2000*).

	Pop. (hab) 1991	Pop. (hab) 2001	% Pop. Servida 1991	% Pop. Servida PBH's, 2000	Meta POA 2000-2006
Vale do Minho		157785		31%	
Caminha	16207	16923	35	65%	
Melgaço	11018	9580	11	13%	
Monção	21799	19320	12	11%	
Par. de Coura	10442	9329	5	20%	
Valença	14815	13769	8	50%	
V.N. Cerveira	9144	88864	14	27%	
Vale do Lima		167279		26 %	
Arcos de Valdevez	26976	24477	5	? 10.9	
Ponte da Barca	13142	12507	15	? 18.4	
Ponte de Lima	43421	43940	7	? 10.7	
Viana do Castelo	83095	86355	26	? 63.6	
Alto Minho	250059	325064	16	35%	90%

Quadro 7.V – Número de postos de tratamento de efluentes no Alto Minho
(*PROTAM, 1995 e PBH's do Minho e do Lima, 2000*).

	Nº de postos de tratamento	Pop. Servida (hab)
Vale do Minho	26 ETA de nível 4 (desinfecção; postos de cloragem)	
Vale do Lima	1 ETA de nível 2 (leite cal, filtração e desinfecção) em Bertandos 2 ETA de nível 3 (desinfecção e correção da agressividade) 15 ETA de nível 4 (postos de cloragem) 1 ETA da Portucel	40 000 4 000 48 000

Quadro 7.VI – Indústrias potencialmente poluentes na bacia do rio Minho (*PBH do Minho, 2000*).

	Alimentares e de bebidas	Abate de animais e fabric. de prod. deriv. de carne	Produção de azeite	Produção de vinho	Leite e derivados	Engarrafamento de águas minerais e naturais	Produção de refrigerantes	Fabricação de produtos químicos	Tintas e vernizes	Fibras sintéticas	Explosivos e Pirotecnia	Fabricação de matérias plásticas	Actividades de Mecânica em geral	Manutenção e reparação de automóveis	Fabricação de artigos de borracha	Moldagem e transformação de vidro	Fabricação de papel, cartão, canelado e	Branqueamento e tingimento de têxteis
Vale do Minho		6	4	6	2	2	1		3	1	4	1	22	12	2	2	1	1
Caminha	1																	
Melgaço	5																	
Monção	6																	
Par. de Coura	2																1	
Valença	2												8					
V.N. Cerveira	5												7	8				1
Vale do Lima																		
Arcos de Valdevez																		
Ponte da Barca																		
Ponte de Lima																		
Viana do Castelo																		
Alto Minho																		

Quadro 7. VII - Atendimento de recolha de RSU's (*PROTAM*, 1995 e *INE*, 1999).

	Pop. (hab) 1991	Pop. (hab) 2001	% Pop. Servida 1991	% Pop. Servida 1999	Meta POA 2000-2006
Vale do Minho		157785			
Caminha	16207	16923	80	100	
Melgaço	11018	9580	65	90	
Monção	21799	19320	87	100	
Par. de Coura	10442	9329	18	90	
Valença	14815	13769	81	100	
V.N. Cerveira	9144	88864	97	100	
Vale do Lima		167279			
Arcos de Valdevez	26976	24477	17	91	
Ponte da Barca	13142	12507	26	80	
Ponte de Lima	43421	43940	43	100	
Viana do Castelo	83095	86355	58	100	
Alto Minho	250059	325064	54	95,1	98%

Quadro 8.I – Estabelecimentos de ensino público e privado, anos lectivos de 1996/96 e 1999/2000 (INE, *Anuário Estatístico da Região Norte, 1997* e Ministério da Educação - *Estatísticas Preliminares, 1999/2000*).

		Estabelecimentos de ensino público e privado							
		Ensino Básico			Ensino secundário		Escolas	Ensino Superior	
		1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Público	Privado	Profissionais	Público	Privado
Anos lectivos									
Arcos de Valdevez	1995/96	61	8	2	1		1		
	1999/2000	59	7	3	1		1		
Caminha	1995/96	21	5	2	1	1		2	
	1999/2000	19	4	2	1	1	2		
Melgaço	1995/96	23	4	2	1		1		
	1999/2000	21	4	1	1		1		
Monção	1995/96	40	4	3	1				
	1999/2000	37	3	4	1				
Paredes de Coura	1995/96	28	2	2	1		1		
	1999/2000	26	1	1	1		1		
Ponte da Barca	1995/96	36	3	2	1		1		
	1999/2000	34	2	2	1		1		
Ponte de Lima	1995/96	64	11	4	2		1	1	1
	1999/2000	61	9	4	2		1	1	1
Valença	1995/96	20	1	1	1			1*	
	1999/2000	19	1	2	1				
Viana do Castelo	1995/96	58	13	12	6		2	3	1
	1999/2000	56	12	12	6		2	3	1
Vila Nova de Cerveira	1995/96	18	3	2	1	1	1		
	1999/2000	15	2	2	1	1	1		1
Minho Lima	1995/96	369	54	32	16	2	10	4	2
	1999/2000	347	45	33	16	2	10	4	3

* Começou a funcionar no ano lectivo 2001/2002

Quadro 8.II – Número de escolas por tipologia, ano de 2000 (DREN, Base de Dados das Escolas).

	Tipologia das escolas							
	EB12	EB 23	EB2	EB23/ES	EBI	EBM	ES/EB3	ES
Arcos de Valdevez		2				4	1	
Caminha	1			1		2		
Melgaço				1		3		
Monção		3	1				1	
Paredes de Coura		1					1	
Ponte da Barca		1				1	1	
Ponte de Lima		3		1		6	1	
Valença		1					1	
Viana do Castelo		4		4	1			2
Vila Nova de Cerveira				1				
Minho Lima	1	15	1	8	1	16	6	2

EB12 - escola onde apenas é ministrado o 1º e 2º ciclos do ensino básico

EB 23 - escola onde apenas é ministrado o 2º e 3º ciclos do ensino básico

EB2 - escola que só ministra o 2º ciclo do ensino básico

ES/EB3 - escola onde só é ministrado os ensinos básico (3º ciclo) e secundário

EBI - escola onde é ministrada a educação pré-escolar e o 1º, 2º e 3º ciclos do básico

ES- escola onde só é ministrado o ensino secundário

EBM- Ensino básico mediatizado - 2º ciclo do básico

Quadro 8.III – Alunos matriculados segundo o grau de ensino , nos anos lectivos de 1995/96 e 1999/2000
(INE, *Anuário Estatístico da Região Norte, 1997* e Ministério da Educação - *Estatísticas Preliminares, 1999/2000*).

		Alunos matriculados nos Estabelecimentos de ensino público e privado							
		Ensino Básico			Ensino secundário		Escolas	Ensino Superior	
		1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Público	Privado	Profissionais	Público	Privado
	Anos lectivos								
Arcos de Valdevez	1995/96	1271	815	1025	722		104		
	1999/2000	988	618	963	674		196		
Caminha	1995/96	887	652	797	270	471	218		
	1999/2000	777	491	870	345	634	262		
Melgaço	1995/96	397	283	729	317		32		
	1999/2000	388	210	373	340		107		
Monção	1995/96	1100	633	921	906				
	1999/2000	773	445	728	653				
Paredes de Coura	1995/96	462	325	399	193		71		
	1999/2000	407	227	380	191		117		
Ponte da Barca	1995/96	784	518	633	272		20		
	1999/2000	724	380	582	413		52		
Ponte de Lima	1995/96	2622	1597	1999	1009		107	269	375
	1999/2000	2442	1233	1872	986		86	434	230
Valença	1995/96	805	417	651	396				
	1999/2000	674	349	574	371				
Viana do Castelo	1995/96	4491	2671	4220	3938		181	1693	55
	1999/2000	4089	2257	3836	3836		154	2526	40
Vila Nova de Cerveira	1995/96	420	282	406	211	72	79		
	1999/2000	411	250	402	161	95	97		140
Minho Lima	1995/96	13239	8194	11780	8234	543	812	1962	430
	1999/2000	11673	6460	10580	7998	729	1071	2960	410

Quadro 9. I – Equipamentos de Cultura, 1998
(INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*, 2000)

Unidade Territorial	Bibliotecas	Arquivo Municipal/distrital	Cine-teatro	Centro Cultural	Galeria de arte	Museu	Teatro	Total
Arcos de Valdevez	2	1	1	3 a	1			8
Caminha	3	1	4	4b	1			13
Melgaço	2	1		1				4
Monção	3	1	2		1	1e		8
Paredes de Coura	2	1	1	2 c				6
Ponte da Barca	3			1				4
Ponte de Lima	7	1	1			1		10
Valença	3	1						4
Viana do Castelo	14	2	3	4 d	1	1	1	26
Vila Nova de Cerveira	3			1	2		1	7
Minho Lima	42	9	12	16	6	3	2	90

a – inclui a Casa das Artes reabilitação da Casa do Terreiro (PRONORTE)

b- inclui o Centro Cultural de Moledo (PRONORTE)

c- inclui o Centro Cultural e Museu Etnográfico (PRONORTE)

d- inclui o Centro de Arte e Cultura Castelo de Santiago (PRONORTE)

e- inclui o Centro Cultural e Museu Etnográfico (PRONORTE)

Quadro 9.II – Bibliotecas e Museus em 1998

(INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*, 1999 e *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*, 1998, informação disponível não publicada)

NUTS CONCELHOS	Bibliotecas							Museus	
	Total	Documentos				Utilizadores		Total	Visitantes
		Existentes	Adquiridos no ano	Consultados	Emprestados a Utilizadores	para Consulta	para Empréstimo		
Nº									
Portugal	1 664	50 347 824	2 150 751	#####	4 493 178	6 368 055	2 257 193	321	8 645 467
Região Norte	430	8 568 342	413 422	3 646 311	1 387 867	2 038 640	624 824	69	951 457
Minho-Lima	31	387 068	28 465	475 383	148 295	228 056	63 834	5	16 830
Arcos de Valdevez	2	13 070	519	2 720	750	2 300	500	-	-
Caminha	3	34 216	4 623	2 550	44 199	1 750	16 902	-	-
Melgaço	1	8 974	953	825	750	1 089	250	1	1 000
Monção	3	15 307	1 059	30 640	5 969	7 690	3 999	-	-
Paredes de Coura	1	3 082	240	1 215	453	453	453	-	-
Ponte da Barca	3	20 417	1 728	10 175	2 790	9 290	955	-	-
Ponte de Lima	3	69 118	5 407	241 120	31 830	121 360	11 693	1	-
Valença	2	9 161	247	3 632	631	1 695	626	2	660
Viana do Castelo	11	185 014	12 015	167 231	58 646	76 847	26 886	1	15 170
Vila Nova de Cerveira	2	28 709	1 674	15 275	2 277	5 582	1 570	-	-

Notas:

Nota 1: O número de museus publicado representa os que manifestaram actividade ao longo de 1998.

Nota 2: A informação sobre bibliotecas inclui bibliotecas de livre acesso que não controlam, em simultâneo, os documentos consultados e os utilizadores para consulta.

Quadro 9.III – Espectáculos Públicos em 1998

(INE, *Anuário Estatístico da Região Norte, 1999 e Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1998*,
informação disponível não publicada)

NUTS	Total				Cinema			
	Recintos Utilizados	Lotação dos Recintos	Sessões	Espectadores	Recintos Utilizados	Lotação dos Recintos	Sessões	Espectadores
CONCELHOS	Nº							
Portugal	489	181 201	315 219	15 851 487	332	72 205	311 310	14 810 843
Região Norte	137	49 526	127 048	5 140 918	114	25 063	126 675	5 068 926
Minho-Lima	8	6 771	1 143	96 092	4	739	1 134	92 380
Arcos de Valdevez	-	-	-	-	-	-	-	-
Caminha	1	308	105	16 101	1	308	105	16 101
Melgaço	-	-	-	-	-	-	-	-
Monção	-	-	-	-	-	-	-	-
Paredes de Coura	4	1 214	48	3 323	1	149	40	2 719
Ponte da Barca	-	-	-	-	-	-	-	-
Ponte de Lima	-	-	-	-	-	-	-	-
Valença	1	139	398	22 876	1	139	398	22 876
Viana do Castelo	2	5 110	592	53 792	1	143	591	50 684
Vila Nova de Cerveira	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Os recintos e a lotação foram contados, excepto no total, tantas vezes quantas as modalidades de espectáculos realizados.

Quadro 9. IV - Despesas das Câmaras Municipais com Actividades Culturais em 1998

(INE, *Anuário Da Região Norte, 1999 e Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1998*,
informação disponível não publicada)

NUTS	Total de Despesas	Actividades Socio-Culturais	Artes Cénicas	Artes Plásticas	Cinema e Fotografia	Jogos e Desportos	Música	Património Cultural	Publicações e Literatura	Rádiodifusão e Televisão	Recintos Culturais	Outras Actividades Culturais
CONCELHOS												
Portugal	79 309 453	7 190 353	1 302 744	818 134	568 079	35 062 970	3 762 819	9 621 364	7 645 989	100 954	5 914 160	7 321 887
Região Norte	26 149 925	2 455 140	387 795	166 681	121 166	12 700 533	1 061 985	2 566 758	2 400 283	38 166	2 153 380	2 098 038
Minho-Lima	2 148 075	308 448	42 891	18 605	13 105	761 931	108 278	289 972	149 085	3 325	359 922	72 513
Arcos de Valdevez	152 260	33 824	450	2 995	4 140	28 017	11 423	8 782	6 408	1 225	50 552	4 444
Caminha	244 100	5 250	1 500	4 900	-	136 550	10 320	1 840	7 740	-	76 000	-
Melgaço	101 338	14 570	2 500	3 210	340	47 104	11 209	5 517	3 839	-	-	13 049
Monção	115 389	5 500	1 900	1 500	525	14 854	6 730	1 400	42 281	-	34 700	6 009
Paredes de Coura	226 174	55 789	1 930	200	-	45 628	2 038	25 237	4 407	-	86 364	4 581
Ponte da Barca	107 531	16 000	-	-	-	9 400	2 900	-	4 380	-	73 551	1 300
Ponte de Lima	264 249	19 722	1 706	-	-	39 629	16 144	139 566	25 508	-	21 974	-
Valença	89 945	13 493	-	-	-	57 012	2 773	6 430	10 237	-	-	-
Viana do Castelo	728 269	127 880	30 205	-	7 500	342 207	36 361	101 200	42 485	-	2 001	38 430
Vila Nova de Cerveira	118 810	16 420	2 700	5 800	600	61 530	8 380	-	1 800	2 100	14 780	4 700

Quadro 10.I – Estabelecimentos da Segurança Social em 1998
(INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*, 2000)

	Creches		Actividades		Apoio		Centros de Dia		Lares de Idosos	
	Jardins de infância		de Tempos Livres		Domiciliário					
	Nº	utentes	Nº	utentes	Nº	utentes	Nº	utentes	Nº	utentes
Arcos de Valdevez	3	130	4	131	17	72	3	105	2	132
Caminha	7	288	3	92	10	52	6	132	3	142
Melgaço	2	80	1	25	5	48			1	57
Monção	2	120	2	59	13	39	1	15	1	95
Paredes de Coura	3	143	4	250	18	95			1	90
Ponte da Barca	2	143			12	61	2	44	1	87
Ponte de Lima	4	326	2	76	23	164	4	103	3	153
Valença	2	95			2	29			1	77
Viana do Castelo	32	1632	15	808	24	239	9	220	4	247
Vila Nova de Cerveira	2	66	3	104	5	119	1	5	1	78
Minho-Lima	59	3014	34	1545	129	918	26	547	18	1217

Quadro 10.II – Pensionistas por Invalidez, Velhice e Sobrevivência, 1999
(INE - *Anuário Estatístico da Região Norte*, 2000)

	Pensionistas por Invalidez, Velhice e Sobrevivência, 1999			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Arcos de Valdevez	9275	1467	6022	1786
Caminha	4732	572	3055	1105
Melgaço	3182	428	2196	558
Monção	6665	929	4424	1312
Paredes de Coura	3370	465	2241	664
Ponte da Barca	3840	845	2219	776
Ponte de Lima	11294	1950	7074	2270
Valença	4042	520	2533	989
Viana do Castelo	19829	3265	11852	4712
Vila Nova de Cerveira	2915	459	1794	662
Minho-Lima	69144	10900	43410	14834